

# Terra Livre

n. 64 v. 1, 2025



ISSN 2674-8355

# Terra Livre

n. 64 v. 1, 2025

**Associação dos Geógrafos Brasileiros**

**Coletivo Diretoria Executiva Nacional**

Gestão 2023-2024

**Diretoria Executiva Nacional**

**Presidente**

**Prof. Dr. Charles da França Antunes**

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).  
Seção Local Niterói-RJ

**Vice-presidente**

**Prof. Dr. Rildo Borges Duarte**

Professor Adjunto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSul de Minas – Campus Alfenas)  
Seção Local Alfenas-MG

**1ª Secretária**

**Carla Hirt**

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – Campus Pinheiral  
AGB- Rio de Janeiro - RJ

**2º Secretário**

**Leandro Evangelista Martins**

Professor da Educação Básica na cidade de São Paulo  
AGB- São Paulo - SP

**1ª Tesoureira**

**Profa. Dra. Lorena Izá Pereira**

Pesquisadora no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP).  
Seção Local Presidente Prudente - SP

**2º Tesoureiro**

**João Pedro Pereira Caetano de Lima**

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – Campus Presidente Prudente  
AGB- Presidente Prudente - SP

**Coordenadora de Publicações**

**Carolina Russo Simon**

Pesquisadora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho- Campus Presidente Prudente  
AGB- Presidente Prudente - SP

**Suplente da Coordenação de Publicações**

**André dos Santos Baldraia Souza**

Professor de Departamento Interdisciplinar do Campus Litoral Norte da UFRGS-  
Campus Tramandaí  
AGB- Porto Alegre - RS

**Coletivo de Publicações**

**Prof. Dr. Eduardo Karol**

Professor Associado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de  
Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Seção Local Niterói-RJ

**Coletivo de Comunicação**

**Prof. Me. Igor Carlos Feitosa Alencar**

Doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP).  
Seção Local São Paulo - SP

**Thiago da Nóbrega Prata**

Graduando em Geografia na Universidade de São Paulo  
AGB- São Paulo - SP

**Comissão de Secretária**

**Noeli Pertile**

Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia  
AGB- Santa Inês - BA

**Prof. Dr. Marcos Antônio Campos Couto**

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de  
Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).  
Seção Local Niterói - RJ

**Secretário Administrativo**

Caio Tedeschi de Amorim (AGB São Paulo)



ISSN 2674-8355

# TERRA LIVRE

*Publicação semestral da Associação dos Geógrafos  
Brasileiros*

ANO 40 – VOL. 1  
NÚMERO 64

|             |           |                                 |                |
|-------------|-----------|---------------------------------|----------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025 | ISSN 2674-8355 |
|-------------|-----------|---------------------------------|----------------|

# TERRA LIVRE

## Conselho Científico

Anderson Gabrelon – ABC/SP  
André Buonani Pasti – Campinas/SP  
Andrea Bezerra Crispim – Fortaleza/CE  
Bibiana C. Rezende – Presidente Prudente/SP  
Bruno Zucherato – João Pessoa/PB  
Caio Zarino Jorge Alves – São Paulo/SP  
Camila Zucun R. de Siqueira – Belo Horizonte/MG  
Cristiane Ferreira de Souza França – Fortaleza/CE  
Cláudio Zamboni Harari – ABC/SP  
Diógenes Rabello – Presidente Prudente/SP  
Eduardo José Pereira Maia – Niterói/RJ  
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – Alfenas/MG  
Éverton Vinícius Valezio – Campinas/SP  
Fabrício Gallo – Campinas/SP  
Felipe Garcia Passos – Fortaleza/CE  
Felipe Rodrigues Leitão – Fortaleza/CE  
Felipe Saluti Cardoso – ABC/SP  
Flamarion Dutra Alves – Alfenas/MG  
Gabriel Pedro Alves Lopes – Vitória/ES  
Gislene F. Ortiz Porangaba – Três Lagoas/MS  
Guilherme dos S. Claudino – Presidente Prudente/SP  
Gustavo Teramatsu – Campinas/SP  
Humberto Goulart Guimarães – Rio de Janeiro/RJ  
Isabel C. M. Caccia Gouveia – Presidente Prudente/SP  
Jader Janer Moreira Lopes – Juiz de Fora/MG  
Jander Barbosa Monteiro – Fortaleza/CE  
João Alves de Sousa Neto – São Paulo/SP  
João César A. de Oliveira Filho – Fortaleza/CE  
Jodenir Calixto Teixeira – Três Lagoas/MS  
Julia Berezovoya Assis – Rio de Janeiro/RJ  
Karinne Wendy S. de Menezes – Fortaleza/CE  
Larissa A. C. de Paula – Presidente Prudente/SP  
Luciano Pereira Duarte Silva – Campinas/SP  
Luiz Henrique Vieira – Viçosa/MG  
Marcos Antônio Campos Couto – Niterói/RJ  
Maria Cecília Silva Souza – João Pessoa/PB  
Maria Lúcia Pires Menezes – Juiz de Fora/MG  
Maria Rita de Castro Lopes – São Paulo/SP  
Marina da Silva Teixeira João Pessoa/PB  
Marine Dubos-Raoul – Três Lagoas/MS  
Mateus Fachin Pedroso – Presidente Prudente/SP  
Mauro Henrique Soares – Três Lagoas/MS  
Naiemer Ribeiro de Carvalho – Belo Horizonte/MG  
Otávio Augusto de O. Lima Barra – Fortaleza/CE  
Patrícia Helena Milani – Três Lagoas/MS  
Paulo R. Raposo Alentejano – Rio de Janeiro/RJ  
Paulo R. de Albuquerque Bomfim – São Paulo/SP  
Pedro H. de Mendonça Resende – Belo Horizonte/MG  
Rachel Facundo V. Oliveira – Fortaleza/CE  
Rebecca Luna Lucena – Caicó/RN  
Renato Emerson N. dos Santos – Rio de Janeiro/RJ  
Rodrigo Coutinho Andrade – Niterói/RJ  
Rodrigo Tsuyoshi Takata – Alfenas/MG  
Suzana Campos Silva – Rio de Janeiro/RJ  
Tereza Sandra Loiola Vasconcelos – Fortaleza/CE  
Theo Soares de Lima – Porto Alegre/RS  
Thiago Araújo Santos – Três Lagoas/MS  
Vicente Eudes Lemos Alves – Campinas/SP  
Vitor Mendes Monteiro – ABC/SP  
Wagner Barbosa Batella – Juiz de Fora/MG  
Wagner Wendt Nabarro – Campinas/SP

### Parceceristas *Ad Hoc* Terra Livre n. 64:

Adriana Carvalho Silva; Alexandrina Luz Conceição; Aline Lima; Allan Rodrigo Silva; Amélia Cristina Bezerra; André Santos da Rocha; Ângela Massumi Katuta; Antonio Ioris; Antonio Carlos Vitte; Bruno Barcella; Bruno Silva Rodrigues; Caê Garcia Carvalho; Caio Zarino Jorge Alves; Camila Ferracini Origuéla; Carolina Israel; Claudinei da Silva Pereira; Cristiane Ferreira de Souza França; Diógenes Rabello; Dirce Maria Antunes Suertegaray; Douglas Santos; Eduardo José Marandola Junior; Eduardo José Pereira Maia; Eliseu Savério Sposito; Estevan Leopoldo de Freitas Coca; Everaldo Melazzo; Fábio Teixeira Pitta; Felipe Moura Fernandes; Felipe Saluti Cardoso; Fernando Baldráia; Gean Magalhães da Costa; Gilberto Vieira Dos Santos; Guilherme dos Santos Claudino; Guilherme Oliveira Freitas de Assis Vieira Faial; Heder Leandro Rocha; Humberto Goulart Guimarães; Isaque dos Santos Sousa; Isis do Mar Marques Martins; Janeide Bispo dos Santos; Jean Legroux; Jeziel Silveira Silva; Joana Moura; José Gilberto de Souza; José Raimundo Sousa Ribeiro Jr.; Lorena Izá Pereira; Manoel Fernandes de Souza Neto; Marcia Tavares Nunes; Marco Antonio Mitidiero Junior; Marcos Antônio Campos Couto; Maria Clara Salim Cerqueira; Mario Pires Simão; Marlon Altavini de Abreu; Mateus Fachin Pedroso; Matheus Grandi; Milena Sousa; Paula Neumann Novack; Paula Regina Cordeiro; Raquel de Padua Pereira; Renato Emerson Nascimento Santos; Ricardo Silva; Rizia Mendes Mares; Rogata Soares Del Gaudio; Sabrina da Silva Gonçalves; Silvio Marcio Montenegro Machado; Susane Patrícia Melo de Lima; Vitor Mendes Monteiro; Wagner Barbosa Batella

**Editores Responsáveis:** Carolina Russo Simon, André dos Santos Baldraia Souza, Eduardo Karol e Lorena Izá Pereira.

**Capa:** Carolina Russo Simon (arte)

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) – Av. Prof. Lineu Prestes, 322 – Edifício de Geografia e História – Cidade Universitária – CEP. 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel. (11) 3091-3758

### Ficha Catalográfica

| Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986 – v. ils. Histórico                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1986 - ano 1, v. 1 – impressa<br>1987 - n. 2 – impressa<br>1988 - n. 3, n.4, n.5 – impressa<br>1989 - n.6 – impressa<br>1990 - n.7 – impressa<br>1991 - n.8, n.9 – impressa<br>1992 - n.10 – impressa<br>1992/93 - n.11/12 (editada em 1996) – impressa<br>1994, 95,96 – interrompida<br>1997 - n.13– impressa<br>1998 - interrompida<br>1999 - n. 14 – impressa<br>2000 - n.15 – impressa<br>2001 - n.16, n.17 – impressa<br>2002 - ano 17, v.1, n.18; v.2, n.19 – impressa<br>2003 - ano 18, v.1, n. 20; v.2, n.21 – impressa<br>2004 - ano 19, v.1, n.22; v.2, n.23 – impressa<br>2005 - ano 20, v.1, n. 24; v.2, n.25 – impressa<br>2006 - ano 21, v.1, n.26; v.2, n.27 – impressa<br>2007 - ano 22, v.1, n.28; v.2, n.29 – impressa e digital<br>2008 - ano 23, v.1, n.30; v.2, n.31– impressa e digital<br>2009 - ano 24, v.1, n.32; v.2, n.33 – impressa e digital<br>2010 - ano 25, v.1, n.34; v.2, n.35 – impressa e digital<br>2011 - ano 26, v.1, n.36; v.2, n.37 – impressa e digital<br>2012 - ano 27, v.1 n.38; v.2, n.39 – impressa e digital | 2013 - ano 28, v.1 n.40; v. 2, n. 41 – digital<br>2014 – ano 29, v.1 n. 41; v. 2, n. 43 – digital<br>2015 – ano 30, v.1 n. 44; v. 2, n. 45 – digital<br>2016 – ano 31, v. 1 n. 46; v.2, n. 47 – digital<br>2017 – ano 32, v. 1 n. 48; v.2, n. 49 – digital<br>2018 – ano 33, v. 1 n. 50; v. 2, n. 51 – digital<br>2019 – ano 34, v. 1 n. 52; v. 2, n. 53 – digital<br>2020 – ano 35, v. 1 n. 54 – digital<br>2020 – ano 35, v. 2 n. 55 – digital<br>2021 – ano 36, v. 1 n. 56 – digital<br>2021 – ano 36, v. 2 n. 57 – digital<br>2022 – ano 37, v. 1 n. 58 – digital<br>2022 – ano 37, v. 2 n. 59 – digital<br>2023 – ano 38, v. 1 n. 60 – digital<br>2023 – ano 38, v. 2 n. 61 – digital<br>2024 – ano 39, v. 1 n. 62 – digital<br>2024 – ano 39, v. 2 n. 63 – digital<br>2025 – ano 40. v. 1 n. 64 – digital<br><br><b>ISSN 2674-8355</b> |

# SUMÁRIO

## EDITORIAL

14-19

## ENTREVISTA

**ENCONTRO COM SILVIO TENDLER: GEOGRAFIA, CINEMA E VIDA**  
**APPOINTMENT WITH SILVIO TENDLER: GEOGRAPHY, CINEMA AND**  
**LIFE**  
**ENCUENTRO CON SILVIO TENDLER: GEOGRAFÍA, CINE Y VIDA**

RODRIGO FERNANDES 20-39

## ARTIGOS

**A QUESTÃO INDÍGENA NA GEOGRAFIA ANGLÓFONA**  
**THE INDIGENOUS ISSUE IN ANGLOPHONE GEOGRAPHY**  
**LA CUESTIÓN INDÍGENA EN LA GEOGRAFÍA ANGLÓFONA**

RAFAEL ZILIO 40-69

**JUVENTUDE INDÍGENA DE RONDÔNIA E O USO DE**  
**GEOTECNOLOGIAS NA LUTA PELA PERMANÊNCIA EM SEUS**  
**TERRITÓRIOS**

**INDIGENOUS YOUTH OF RONDÔNIA AND THE USE OF**  
**GEOTECHNOLOGIES IN THE STRUGGLE TO REMAIN IN THEIR**  
**TERRITORIES**

**LA JUVENTUD INDÍGENA DE RONDÔNIA Y EL USO DE**  
**GEOTECNOLOGÍAS EN LA LUCHA POR PERMANECER EN SUS**  
**TERRITORIOS**

JOÃO BOSCO SALLES DA SILVA JUNIOR,  
MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO SILVA 70-95

**RETOMADAS INDÍGENAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O  
CONFLITO TERRITORIAL ENTRE A RETOMADA XOKLENG KONGLUI E  
A FLORESTA NACIONAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, RS, BRASIL**

INDIGENOUS RETAKEN IN NATURE CONSERVATION UNITS: THE  
TERRITORIAL CONFLICT BETWEEN XOKLENG KONGLUI RETAKEN  
AND THE SÃO FRANCISCO DE PAULA NATIONAL FOREST, STATE OF  
RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL

RETOMADAS INDÍGENAS EN UNIDADES DE CONSERVACIÓN DE LA  
NATURALEZA: EL CONFLICTO TERRITORIAL ENTRE LA RETOMADA  
XOKLENG KONGLUI Y LA FLORESTA NACIONAL DE SÃO FRANCISCO  
DE PAULA, ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

DILERMANDO CATTANEO, VICTÓRIA KOMMERS

**96-133**

**A IMPORTÂNCIA DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NO  
ENFRENTAMENTO À CRISE ECOLÓGICA: O CASO DA COMUNIDADE  
QUILOMBOLA DO CUMBE ARACATI/CE** THE IMPORTANCE OF  
TRADITIONAL TERRITORIES IN THE CONFRONTATION OF THE  
ECOLOGICAL CRISIS: THE CASE OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY  
OF CUMBE ARACATI/CE

LA IMPORTÂNCIA DE LOS TERRITÓRIOS TRADICIONALES PARA  
AFRONTAR LA CRISIS ECOLÓGICA: EL CASO DE LA COMUNIDAD  
QUILOMBOLA DE CUMBE ARACATI/CE

ARIEL ROCHA NÓBREGA DE CASTRO, CAMILA DUTRA DOS SANTOS

**134-178**

**GÊNERO E PODER: A TERRITORIALIDADE DA PESCA FEMININA NA  
AMAZÔNIA**

GENDER AND POWER: THE TERRITORIALITY OF WOMEN'S FISHING IN  
THE AMAZON

GÉNERO Y PODER: LA TERRITORIALIDAD DE LA PESCA FEMENINA EN  
LA AMAZONIA

SUANE DO NASCIMENTO SARAIVA,  
MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO SILVA

**179-202**

**A PERSPECTIVA DO GÊNERO NA MUDANÇA CLIMÁTICA: MARCOS  
PARA O DEBATE**  
THE GENDER PERSPECTIVE ON CLIMATE CHANGE: FRAMEWORKS  
FOR DEBATE  
LA PERSPECTIVA DEL GÉNERO EN EL CAMBIO CLIMÁTICO: MARCOS  
PARA EL DEBATE

LUZ STELLA RODRÍGUEZ CÁCERES 203-237

**O MOVIMENTO CULTURAL DO HIP HOP: A BATALHA DO SETOR  
UNIVERSITÁRIO E O DIREITO À CIDADE EM CATALÃO - GO**  
THE CULTURAL MOVEMENT OF HIP HOP: THE UNIVERSITY SECTOR  
BATTLE AND THE RIGHT TO THE CITY IN CATALÃO - GO  
EL MOVIMIENTO CULTURAL DEL HIP HOP: LA BATALLA DEL SECTOR  
UNIVERSITARIO Y EL DERECHO A LA CIUDAD EN CATALÃO - GO

DIONEL BARBOSA FERREIRA JÚNIOR, ANDRÉ COIMBRA DE SOUZA,  
RONALDO DA SILVA, ROBSON ALVES SANTOS 238-278

**FAZER JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS: UMA ESCRITA GEOGRÁFICA  
CORPO-TERRITORIALIZADA COMO EXERCÍCIO DE PERMANÊNCIA**  
MAKE JUSTICE WITH OWN HANDS: BODY-TERRITORIALIZED  
GEOGRAPHIC WRITING AS AN EXERCISE OF PERMANENCE  
HACER JUSTICIA CON LAS NUESTRAS MANOS: LA ESCRITA  
GEOGRÁFICA CUERPO-TERRITORIALIZADA COMO EJERCICIO DE  
PERMANENCIA

VICTOR DANTAS SIQUEIRA PEQUENO 279-317

**A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
IMPORTÂNCIA DA LITERATURA PARA A PROMOÇÃO DE UMA  
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**  
THE IMPLEMENTATION OF LAW 10.639/2003 IN EARLY CHILDHOOD  
EDUCATION: THE IMPORTANCE OF LITERATURE FOR PROMOTING  
ANTI-RACIST EDUCATION  
LA MISE EN ŒUVRE DE LA LOI 10.639/2003 DANS L'ÉDUCATION DE  
LA PETITE ENFANCE: L'IMPORTANCE DE LA LITTÉRATURE POUR LA  
PROMOTION D'UNE ÉDUCATION ANTIRACISTE

ELISA APARECIDA XAVIER SANTOS, ANA FLÁVIA BORGES DE OLIVEIRA,  
ADRIANY DE ÁVILA MELO SAMPAIO 318-347

**O “NOVO” ENSINO MÉDIO E A GEOGRAFIA ESCOLAR NO ESTADO DA BAHIA**

THE “NEW” HIGH SCHOOL AND SCHOOL GEOGRAPHY IN THE STATE OF BAHIA

LA “NUEVA” ENSEÑANZA MEDIA Y LA GEOGRAFÍA ESCOLAR EN EL ESTADO DE BAHÍA

VANESSA EVANGELISTA DE SOUZA, HUMBERTO CORDEIRO ARAUJO MAIA

**348-385**

**A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO: DILEMAS E OFENSIVA GERENCIAL SOBRE O TRABALHO DOCENTE**

THE COUNTER REFORM OF HIGH SCHOOL: DILEMMA AND MANAGEMENT OFFENSIVE ON TEACHING WORK

LA CONTRAREFORMA DE LA ESCUELA SECUNDARIA: DILEM Y OFENSIVA DE GESTIÓN EN EL TRABAJO DOCENTE

RODRIGO COUTINHO ANDRADE

**386-417**

**GESTÃO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA: DESAFIOS DA EXPANSÃO HIDRELÉTRICA**

TERRITORIAL MANAGEMENT IN THE AMAZON: CHALLENGES OF HYDROELECTRIC EXPANSION

GESTIÓN TERRITORIAL EN LA AMAZONIA: RETOS DE LA EXPANSIÓN HIDROELÉCTRICA

RAFAELA PEREIRA DA SILVA REIS

**418-443**

**HOMOGENEIZAÇÃO-DESAMAZONIZAÇÃO-(RE)EXISTÊNCIA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA ANALISAR A METROPOLIZAÇÃO NA AMAZÔNIA**

HOMOGENIZATION-DE-AMAZONIZATION-(RE)EXISTENCE: A CONTRIBUTION TO ANALYZING METROPOLIZATION IN THE AMAZON

HOMOGENEIZACIÓN-DESAMAZONIZACIÓN-(RE)EXISTENCIA: UNA CONTRIBUCIÓN AL ANÁLISIS DE LA METROPOLIZACIÓN EN LA AMAZONÍA

ANDERSON CARLOS FONTES DA SILVA

**444-469**

**GRUPO ABCD, COFCO E O OLIGOPÓLIO DA SOJA:  
RECONFIGURAÇÕES GEOECONÔMICAS ENTRE BRASIL, CHINA E  
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

**ABCD GROUP, COFCO, AND THE SOYBEAN OLIGOPOLY:  
GEOECONOMIC RECONFIGURATIONS AMONG BRAZIL, CHINA, AND  
THE UNITED STATES**

**GRUPO ABCD, COFCO Y EL OLIGOPOLIO DE LA SOJA:  
RECONFIGURACIONES GEOECONÓMICAS ENTRE BRASIL, CHINA Y  
ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA**

JOSUÉ KHUN VÖLZ, TIARAJU SALINI DUARTE **470-515**

**ENTRE O PROGRESSO E A CONTAMINAÇÃO: O LICENCIAMENTO DE  
AGROTÓXICOS E SEUS REFLEXOS NA NATUREZA NO BRASIL (2019-  
2022)**

**BETWEEN PROGRESS AND CONTAMINATION: PESTICIDE LICENSING  
AND ITS EFFECTS ON NATURE IN BRAZIL (2019-2022)**

**ENTRE EL PROGRESO Y LA CONTAMINACIÓN: LA LICENCIA DE  
PLAGUICIDAS Y SUS EFECTOS EN LA NATURALEZA EN BRASIL (2019-  
2022)**

ALEX LUCIANO FERNANDES, CARLA MONTUORI FERNANDES,  
THIAGO BERTI KIRSTEN **516-544**

**FAZENDAS VERTICAIS NA SEMIPERIFERIA DO CAPITALISMO:  
REPENSANDO FUTUROS ALIMENTARES COMO ESTRATÉGIA DE  
PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS**

**VERTICAL FARMS IN THE SEMI-PERIPHERY OF CAPITALISM:  
RETHINKING FOOD FUTURES AS A STRATEGY FOR THE PRODUCTION  
OF SPACE IN BRAZILIAN METROPOLISES**

**GRANJAS VERTICALES EN LA SEMIPERIFERIA DEL CAPITALISMO:  
REPENSANDO FUTUROS ALIMENTARIOS COMO ESTRATEGIA DE  
PRODUCCIÓN DEL ESPACIO EN LAS METRÓPOLIS BRASILEÑAS**

CLAUDIA ROCHAEL OLIVEIRA **545-577**



**PARQUES LINEARES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: UM FIO DE  
CONTINUIDADE ENTRE HIGIENISMO E AMBIENTALISMO?**

LINEAR PARKS IN THE CITY OF SÃO PAULO: A THREAD OF  
CONTINUITY BETWEEN HYGIENISM AND ENVIRONMENTALISM?  
PARQUES LINEALES EN LA CIUDAD DE SÃO PAULO: ¿UN HILO DE  
CONTINUIDAD ENTRE HIGIENISMO Y AMBIENTALISMO?

MIGUEL MARQUES CROCHIK 578-618

**A ESPIRAL DA EXPROPRIAÇÃO: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO SOB A  
LÓGICA NEOLIBERAL NO BRASIL**

THE SPIRAL OF EXPROPRIATION: PRECARIOUS WORK UNDER  
NEOLIBERAL LOGIC IN BRAZIL  
LA ESPIRAL DE LA EXPROPIACIÓN: LA PRECARIEDAD LABORAL BAJO  
LA LÓGICA NEOLIBERAL EN BRASIL

MARÍLIA FARIA CHAVES 619-643

**UM ESBOÇO DA GEOGRAFIA DO LIVRO DE PIOTR KROPOTKIN NO  
BRASIL (1890-1960)**

AN OUTLINE OF THE GEOGRAPHY OF PIOTR KROPOTKIN'S BOOK ON  
BRAZIL (1890-1960)  
UN APERÇU DE LA GEOGRAPHIE DU LIVRE DE PIOTR KROPOTKINE  
AU BRESIL (1890-1960)

BRENO VIOTTO PEDROSA 644-675

**RESENHAS**

**AJUSTES PRISIONAIS E A GEOGRAFIA DA ABOLIÇÃO DE RUTH  
WILSON GILMORE**

PRISON FIXES AND THE ABOLITION GEOGRAPHY OF RUTH WILSON  
GILMORE  
AJUSTES CARCELARIOS Y LA GEOGRAFÍA DE LA ABOLICIÓN DE RUTH  
WILSON GILMORE

ARIEL MACHADO GODINHO 676-687

## **DÍALOGOS**

**É TUDO UMA QUESTÃO DE TEMPO: CONVERSAS SOBRE ESPAÇO,  
EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**IT'S ALL A MATTER OF TIME: CONVERSATIONS ABOUT SPACE,  
EXPERIENCE AND TRAINING IN GEOGRAPHY**

**ESPAÑOL**

**ARIEL FELIPE COSTA AGUIAR, LARISSA ALVES DE OLIVEIRA,  
JEANI DELGADO PASCHOAL MOURA**

**688-713**

## **TRADUÇÕES**

**ÉLISÉE RECLUS - FORÇAS SUBTERRÂNEAS, VULCÕES E  
TERREMOTOS**

**ÉLISÉE RECLUS - UNDERGROUND FORCES, VOLCANOES AND  
EARTHQUAKES**

**ÉLISÉE RECLUS - LES FORCES SOUTERRAINES, LES VOLCANS ET LES  
TREMBLEMENTS DE TERRE**

**TRADUZIDO POR WALTER LUIZ JUNIOR 714-734**

**TRANSFORMANDO A GEOGRAFIA HUMANA: ADOTANDO A  
AFROCENTRICIDADE**

**TRANSFORMING HUMAN GEOGRAPHY: EMBRACING  
AFROCENTRICITY**

**TRANSFORMANDO LA GEOGRAFÍA HUMANA: ADOPTANDO LA  
AFROCENTRICIDAD**

**TRADUZIDO POR PAULA REGINA CORDEIRO,  
GABRIEL ROMAGNOSE FORTUNATO DE FREITAS MONTEIRO**

**735-768**

# EDITORIAL

**Carolina Russo Simon**  
Seção Local Presidente Prudente - SP

**André dos Santos Baldráia Souza**  
Seção Local Porto Alegre - RS

**Eduardo Karol**  
Seção Local Niterói-RJ

**Lorena Izá Pereira**  
Seção Local Presidente Prudente - SP

Contato: terralivreagb@gmail.com

## Resumo:

Expressa a opinião da Coordenação de publicações sobre a conjuntura no momento da publicação do número da Terra Livre.

**Palavras-chave:** Publicação, Periódico, Terra Livre.

|             |           |                                 |                 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025 | ISSN: 2674-8355 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), por meio de sua Coordenação de Publicações, apresenta ao público mais um número da *Revista Terra Livre*. Chegamos ao ano de 2025 (**ano 40, volume 1, n.º 64**) com a edição referente ao primeiro semestre, reafirmando a Geografia como ciência crítica, militante e absolutamente necessária para os tempos que atravessamos.

A edição nasce sob a marca de uma dupla dimensão: *memória* e *luta*. A capa, concebida como homenagem e manifesto, evoca a potência cinematográfica de Silvio Tendler — cineasta que transformou a câmera em trincheira de denúncia e resistência. Tendler, falecido em 5 de setembro, nos lega uma verdadeira *cinegeografia*, indispensável para compreender e disputar os rumos do país. A decisão editorial de dedicar-lhe a capa é, portanto, mais que um gesto de memória: é ato político. Cada obra que projetou permanece como ferramenta pedagógica e militante, pulsando em salas de aula, movimentos sociais e lutas populares. Ao homenagear Tendler a AGB reafirma que a Geografia Crítica se constrói em diálogo com a arte, a história e o cinema, forjando alianças intelectuais e estéticas na defesa da soberania, da justiça e da dignidade. Sua ausência física é irreparável, mas sua presença crítica e criadora segue como farol para todas as classes que não desistem de lutar por outro Brasil possível.

É nesse horizonte que abrimos a edição com a entrevista exclusiva *“Encontro com Silvio Tendler: Geografia, Cinema e Vida”*. Nela, o cineasta, professor e historiador articula memórias e compromissos, oferecendo, ao mesmo tempo, a densidade da reflexão e a chama da esperança.

A edição apresenta dezenove artigos, uma entrevista, uma resenha, duas traduções e um diálogo. Um conjunto robusto, diverso

e pulsante, que confirma a vitalidade da Geografia e sua disposição para enfrentar os dilemas contemporâneos.

A seção de **Artigos** inicia com debates fundamentais sobre a Questão Indígena. Começamos com a apresentação de um estudo sobre a questão indígena anglófona, para a seguir informar como a juventude indígena de Rondônia luta pela permanência em seus territórios com o uso de geotecnologias; segue com o artigo onde o conflito entre a retomada *Xokleng Konglui* e a Floresta Nacional de São Francisco de Paula (RS), revela o entrelaçamento entre colonialidade e conservação ambiental; e ainda a reflexão sobre a importância dos territórios tradicionais no enfrentamento à crise ecológica.

As questões de gênero e racialidade atravessam a edição em múltiplas frentes: a territorialidade da pesca feminina na Amazônia é evidenciada; bem como o papel estratégico das mulheres na mudança climática; uma escrita corpo-territorializada como exercício de permanência denuncia o racismo institucional; e as análises sobre ajustes prisionais a partir da perspectiva da geografia da abolição nos apresentam as prisões, não como resposta ao crime, mas como um projeto político-econômico do capitalismo racista.

Ainda na temática antirracista, um dos textos trabalha na interface entre cultura, juventude e cidade. Um dos artigos investiga o movimento Hip Hop e a batalha cultural em Catalão (GO), situando-a como disputa pelo direito à cidade. A dimensão educacional aparece em três contribuições centrais: reflexões sobre a Lei n. 10.639/2003 e os desafios para a educação infantil antirracista; os impactos do “novo” ensino médio na Geografia escolar; e a denúncia da contrarreforma do ensino médio como ofensiva gerencial contra o trabalho docente.

A Amazônia assume papel estratégico neste número: a gestão territorial diante da expansão hidrelétrica e os processos de homogeneização e “desamazonização” associados à metropolização constituem temas de pesquisas que ressaltam a complexidade regional e oferecem contribuições relevantes, especialmente em um contexto marcado pela centralidade da Amazônia em virtude da 30ª Conferência das Partes (COP 30), amplamente divulgada como a COP da Amazônia.

O debate sobre o ambientalismo é aprofundado por artigos que analisam o enfrentamento ao modelo agroalimentar e ambiental hegemônico a partir de diferentes perspectivas: as reconfigurações do oligopólio da soja entre Brasil, China e Estados Unidos; o licenciamento de agrotóxicos no Brasil entre 2019 e 2022; as reflexões críticas sobre futuros alimentares a partir das fazendas verticais; e a discussão acerca dos parques lineares em São Paulo como expressão da continuidade entre higienismo e ambientalismo. Conjuntamente, essas pesquisas evidenciam a atualidade, a relevância do campo de investigação e a multidimensionalidade e multiescalaridade do território. A crítica ao capital financeiro está explícita em um estudo sobre a precarização do trabalho e o endividamento. Encerrando o bloco, um texto revisita a recepção da obra de Piotr Kropotkin, contribuindo para pensar uma geografia anarquista.

Este número inaugura a seção **“Diálogos”**, com o texto *“É tudo uma questão de tempo: conversas sobre espaço, experiência e formação em geografia”*. Uma troca que rompe com a forma acadêmica tradicional, trazendo o raciocínio geográfico em sua dimensão relacional, afetiva e insurgente. A segunda novidade são as **Traduções**, que abrem a revista para o diálogo com outras obras.

Uma delas traz um clássico de Élisée Reclus sobre forças subterrâneas, vulcões e terremotos, reafirmando a atualidade do pensamento geográfico radical. Outra apresenta uma reflexão sobre a afrocentricidade como perspectiva transformadora da geografia humana, deslocando e descolonizando a epistemologia dominante.

Este número é publicado em um contexto no qual a Coordenação de Publicações da Diretoria Executiva Nacional da AGB, em articulação com as Seções Locais de São Paulo e Dourados, conforma um grupo de trabalho dedicado ao debate sobre a publicação científica na Geografia brasileira. Essa iniciativa ganha centralidade diante do anúncio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) acerca das mudanças no sistema de avaliação dos periódicos científicos para o ciclo 2025-2028, que propõem a avaliação direta dos artigos, em substituição à avaliação das revistas como um todo, além de indicar a possível descontinuidade do Qualis CAPES. Nesse cenário, a AGB se destaca ao liderar um movimento fundamental por meio da publicação do Manifesto da Geografia pela Ética na Publicação Científica, reafirmando a necessidade de uma ciência eticamente comprometida com a sociedade.

A *Revista Terra Livre* reafirma seu papel histórico: ser trincheira de resistência, espaço de vozes diversas e campo de enfrentamento às múltiplas formas de injustiça. Os textos que compõem esta edição não se limitam a análises acadêmicas — são gestos de insurgência, ferramentas de luta e sementes para imaginar e construir outros mundos possíveis.

Enfrentamos um período histórico em que a democracia brasileira permanece sob permanente cerco, a soberania nacional é alvo de pressões externas e os direitos sociais são atacados por

projetos regressivos. O julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da conspiração golpista que buscou instaurar o crime de golpe de Estado e suprimir o Estado Democrático de Direito, inaugura um momento inédito: pela primeira vez, um ex-presidente da República é julgado por atentar contra a ordem democrática instituída pela Constituição de 1988. Esse acontecimento, ainda que simbólico, não esgota as tarefas do presente. A história exige mais que marcos: exige consciência crítica, organização popular e ação coletiva.

É nesse horizonte de enfrentamento e de construção de alternativas que a AGB se afirma. Defendemos a Geografia como prática intelectual e política capaz de intervir no tempo histórico, orientando a luta por um futuro democrático, radicalmente comprometido com a justiça social. Reiteramos nossa convicção de que a Geografia militante e transformadora é trincheira na defesa do povo brasileiro. Por isso, na 150ª Reunião de Gestão Coletiva, realizada nos dias 29 e 30 de agosto de 2025, em Vitória/ES, consolidamos a escolha do tema do XXI Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos – ENG, que ocorrerá em Salvador/BA, em 2026: **“Geografia, democracia e lutas sociais: outro Brasil é possível!”**.

Por fim, conclamamos as pessoas associadas a divulgar, ler e debater o conhecimento divulgado na presente edição à comunidade geográfica.



## ENCONTRO COM SILVIO TENDLER: GEOGRAFIA, CINEMA E VIDA

*APPOINTMENT WITH SILVIO  
TENDLER: GEOGRAPHY, CINEMA  
AND LIFE*

*ENCUENTRO CON SILVIO  
TENDLER: GEOGRAFÍA, CINE Y  
VIDA*

Rodrigo Fernandes  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
rodrigogeo77@gmail.com

### Resumo:

Documentarista e historiador, Silvio Tandler (Rio de Janeiro, 1950) possui uma obra cinematográfica vasta e com inegável apelo geográfico. Dois de seus filmes tratam da vida e obra de geógrafos brasileiros do mais alto relevo: Josué de Castro e Milton Santos. Seu encontro com Santos, admite esse artífice, terá um impacto indelével e permanente em sua vida e seu cinema. Pois, na entrevista em tela, tratamos dessa influência, das vivências do chamado “cineasta dos sonhos interrompidos” em sua cidade natal e no mundo e empreendemos um voo ao mesmo tempo panorâmico e sintético sobre sua filmografia de mais de 80 títulos. Para isso pedimos que o diretor comentasse produções, previamente selecionadas, que exploram explicitamente conceitos caros à ciência geográfica, como terra, território, meio ambiente, globalização, urbanização e agricultura. Ao final, após revisitar sua própria obra por outra perspectiva, Tandler é taxativo: “eu sou um geógrafo. Eu sou”.

**Palavras-chave:** geografia, cinema, documentário, Silvio Tandler, Milton Santos.

|             |           |                                 |                 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025 | ISSN: 2674-8355 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

Documentarist and historian Silvio Tendler (Rio de Janeiro, 1950) has a vast cinematographic work with undeniable geographic appeal. Two of his films deal with the life and work of highly respected Brazilian geographers: Josué de Castro and Milton Santos. His encounter with Santos, this craftsman admits, will have an indelible and permanent impact on his life and his cinema. In the interview on screen, we discuss this influence, the experiences of the so-called “filmmaker of interrupted dreams” in his hometown and around the world, and we undertake a panoramic and synthetic flight over his filmography of over 80 titles. To this end, we asked the director to comment on previously selected productions that explicitly explore concepts dear to geographic science, such as land, territory, environment, globalization, urbanization and agriculture. In the end, after revisiting his own work from another perspective, Tendler is categorical: “I am a geographer. I am.”

**Keywords:** geography, cinema, documentary, Silvio Tendler, Milton Santos.

**Resumen:**

Documentalista e historiador, Silvio Tendler (Río de Janeiro, 1950) tiene una vasta obra cinematográfica de innegable atractivo geográfico. Dos de sus películas abordan la vida y obra de los más importantes geógrafos brasileños: Josué de Castro y Milton Santos. Su encuentro con Santos admite este artesano, tendrá un impacto indeleble y permanente en su vida y en su cine. En la entrevista en pantalla hablamos de esta influencia, de las vivencias del llamado “cineasta de sueños interrumpidos” en su ciudad natal y en el mundo y realizamos un vuelo a la vez panorámico y sintético sobre su filmografía de más de 80 películas. Para ello, solicitamos al director que comentara producciones previamente seleccionadas que exploran explícitamente conceptos queridos por la ciencia geográfica, como tierra, territorio, medio ambiente, globalización, urbanización y agricultura. Al final, tras revisar su propia obra desde otra perspectiva, Tendler es categórico: «Soy geógrafo. Lo soy».

**Palabras-clave:** geografía, cine, documental, Silvio Tendler, Milton Santos.

## Introdução

Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1950, Silvio Tendler é um dos mais prolíficos cineastas do país, com mais de 80 títulos como diretor e/ou produtor. Adolescente *habitué* dos cineclubes cariocas, ele molda sua carpintaria filmica em períodos vividos no Chile e na França. Nesse último país forma-se em História pela Université de Paris VII (1975) e obtém o Mestrado em Cinema e História pela École des Hautes-Études/Paris VII-Sorbonne (1976). De volta ao Brasil, em um período de quatro anos, dirige as três maiores bilheterias do cinema brasileiro no gênero documentário: “Os anos JK - Uma trajetória política” (1980), “O mundo mágico dos Trapalhões” (1981) e “Jango” (1984). Dois títulos de sua larga filmografia, especializada em filmes de arquivo, exploram a vida e a obra de dois geógrafos brasileiros de projeção internacional: Josué de Castro (em “Josué de Castro-Cidadão do Mundo” de 1994) e Milton Santos (“Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá” foi lançado em 1997). Seus encontros com Santos serão especialmente marcantes e sinalizam um ponto de virada para o cineasta. “Foi a melhor entrevista da minha vida”, assume ele, para depois completar: “Milton Santos mudou minha vida e meu cinema”. Para além desses longas cinebiográficos, Silvio, um artifice fortemente identificado com o espectro político de esquerda, discute em seus filmes temas e conceitos caros à ciência geográfica como terra, território, meio ambiente, globalização, urbanização e agricultura. Na presente entrevista o documentarista fala de suas vivências no Rio de Janeiro e no mundo para depois nos acompanhar em um voo panorâmico sobre a parcela mais “geográfica” de sua obra. Ao revisitar tais filmes, o próprio Tendler se surpreende pela geografia que permeia os mesmos e coloca-se, enfim, como um cineasta que é também geógrafo. Pois, screditamos que diálogos desse tipo, que aproximam arte e ciência, resultam em comunicações com múltiplas possibilidades teóricas, metodológicas e didáticas. Falar e ouvir também é fazer geografia.

Entrevista concedida no apartamento do cineasta, em Copacabana, Rio de Janeiro, em 27 de março de 2025. Agradecimentos especiais a Silvio Tendler e Ana Rosa Tendler pela disponibilidade e cordialidade.

**Rodrigo Fernandes:** Silvio Tandler, autodefinido anarco-castrista-markeriano<sup>1</sup>.

**Silvio Tandler:** Isso foi há muitos anos, agora eu sou um utopista. Basta uma palavra para me definir. Naquela época, mais jovem, eu era mais preciso, mais enquadrado com os tempos. Agora eu simplifiquei para utopista. Um amigo me definiu como “cineasta dos sonhos interrompidos”.

**Rodrigo Fernandes:** Arnaldo Carrilho, o embaixador.

**Silvio Tandler:** Ele conseguiu entender minha obra melhor que eu. Eu não entendia qual era o elo entre Jango, JK, Marighela, Glauber, Castro Alves, Josué de Castro...<sup>2</sup> Todos morreram jovens, antes de realizar seus sonhos. Aí eu resolvi ser um utopista. Aquele cara que está numa caminhada em busca de um destino, mas esse destino é como o arco-íris, nunca é atingido.

**Rodrigo Fernandes:** No filme autobiográfico “Nas asas da Pan-am” (2020) você diz que Copacabana é a sua pátria. É o que na geografia humanista a gente define como lugar. Onde estão nossos maiores afetos, onde a gente se sente mais em casa.

**Silvio Tandler:** Exatamente, lugar. Esse lugar é Copacabana. Eu percebi isso por que eu morei fora do Brasil até 1976. Quando eu voltei, com 26 anos, vim passear em Copacabana e vi que minha casa era aqui. Defini que minha casa era Copacabana.

**Rodrigo Fernandes:** Você nasceu em 1950 no bairro da Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro. Família de classe média

**Silvio Tandler:** Isso. Classe média. Cresci na casa da minha avó na Tijuca, mais precisamente em Aldeia Campista. Minha mãe era médica e deixava eu e meu irmão lá para poder ir trabalhar. Passei

---

<sup>1</sup> Em entrevista à Melhy, em 2020 (p.31), Tandler explica: “Anarco porque sou mesmo meio anarquista; Castrista porque eu mantenho simpatia pela Revolução Cubana; e Markeriano porque elegi Marker meu guru em matéria de cinema...”.

<sup>2</sup> Todos esses ganharam cinebiografias pelas mãos do cineasta. Informações sobre a filmografia tandleriana ver <https://caliban.com.br/filmografia> Acesso em: 28 mar. 2024.

a infância lá, onde as casas tinham paredes ásperas. Soltando pipa, brincando de amarelinha, comprando estalinho na quitanda do “Seu” Lopes.

**Rodrigo Fernandes:** Depois você vai viver nessa maravilha de cenário que é Copacabana, mas não se deixa seduzir pela paisagem. Ao invés da contemplação do Rio-Bossa Nova dos anos 1960 – um Rio artístico, boêmio, romântico – você parte para a reflexão crítica.

**Silvio Tandler:** As duas coisas caminham juntas. Eu curti muito esse Rio Bossa-Nova. As reuniões artístico-políticas, os saraus, eram na casa da Nara Leão, aqui na Av. Atlântica. O bar da moda quando eu tinha dezoito anos, era aqui na Av. Atlântida, o Limão Sul. A gente vinha das passeatas para beber caipirinha no Limão Sul, no Posto 6. Então, Copacabana tem um espaço nas lutas hedonísticas dessa geração. E a gente também atravessava para Ipanema, para o Barril 1800, para o Castelinho de Ipanema, para o bar Zeppelin, bar Varanda, bar Berro-d’água... Eu fui refletir, no dia 08 de outubro de 1967, na Pedra do Arpoador, a morte do Che Guevara. Então essas coisas se completavam muito.

**Rodrigo Fernandes:** Dava para transpor as fronteiras.

**Silvio Tandler:** A arte não tinha fronteiras. A gente ia para escola de samba no subúrbio, o povo do subúrbio vinha para cá. A Cinelândia era um espaço de luta e combate, de passeatas. Mas lá havia o bar Tangará, onde tinha as melhores batidas do Rio de Janeiro. Então o que seria a Comunidade Europeia hoje, naquela época, era o Rio de Janeiro. Uma cidade com um charme incrível, gostosa de viver.

**Rodrigo Fernandes:** Cosmopolita de fato.

**Silvio Tandler:** Era a melhor cidade. A arte vinha toda para o Rio. Os (artistas) baianos vieram para o Rio, os paulistas vieram para o Rio, os mineiros vieram para o Rio. Eles diziam: a arte só acontece se for no Rio de Janeiro. Os caras criavam nos seus estados, mas para fazer sucesso mesmo era no Rio de Janeiro. Teatro tinha o Opinião, tinha o Teatro Jovem, era tudo por aqui. Zicartola...

**Rodrigo Fernandes:** O histórico Beco das Garrafas...

**Silvio Tendler:** É aqui atrás. Saindo do prédio você está no Beco das Garrafas.

**Rodrigo Fernandes:** Você vive esse Rio de Janeiro intensamente. Mas sempre antenado com as questões do mundo. No seu filme sobre o Josué de Castro há uma citação desse geógrafo: “sou um homem interessado no espetáculo do mundo”<sup>3</sup>. Você também, não?

**Silvio Tendler:** Sou sim. Aliás, o Josué morava a três quadras daqui, na Viveiros de Castro. Copacabana era o centro do mundo. Há três quadras daqui... há duas, para ser mais preciso... Brigitte Bardot ficou hospedada. A gente ficava o dia inteiro lá embaixo para ver ela aparecer na janela.

**Rodrigo Fernandes:** A viu?

**Silvio Tendler:** Vi a Brigitte, sim, claro. Eu frequentava muito o Copacabana Palace que é aqui ao lado. Vi Charles Aznavour, Jacques Brel, Maísa, Nelson Riddle... Vi a fina flor da arte. Vi Milton Nascimento mostrando (a canção) *Travessia* à Henri Mancini. Tudo no Copacabana Palace. Era uma outra época, uma outra cidade. E isso não era incompatível com a política, com as passeatas, com o cineclubismo, com a ação contestadora da ditadura. Não era incompatível. Você podia ser de esquerda e podia ser feliz.

**Rodrigo Fernandes:** E de Copacabana você parou na União Soviética, em Cuba...

**Silvio Tendler:** Em 1973 fui à República Democrática Alemã, onde eu conheci o Santiago Álvarez, documentarista que fez minha cabeça. 1982 eu fui à Cuba, 1985 à União Soviética. Esse foi meu *tour* socialista.

**Rodrigo Fernandes:** Esteve na China?

---

<sup>3</sup> Ver MELO, Marcelo Mário de; NEVES, Teresa Cristina Wanderley (orgs). *Josué de Castro*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007.

**Silvio Tandler:** Não. Eu fui convidado, mas não fui, não.

**Rodrigo Fernandes:** Foi ao Vietnã também.

**Silvio Tandler:** Vietnã fui em 2003. Fui o único brasileiro a entrevistar o Giap. Vo Nguyen Giap. O Camarada Vo. Foi maravilhoso ir ao Vietnã, ver como era.

**Rodrigo Fernandes:** Você teve uma vida na Europa.

**Silvio Tandler:** Morei na França de 1972 a 1976, depois de 1990 a 1992. Estudei lá. Portugal estive em 1975, um ano depois da Revolução do Cravos. Viajei pela Europa inteira. Estive na Espanha Bélgica, Alemanha Ocidental, fui muito à Holanda atrás de material sobre o Joris Ivens<sup>4</sup>, que era holandês e o arquivo dele estava todo lá. Então estive na Holanda várias vezes. Estive na Bélgica, na Inglaterra, Itália, Suécia...

**Rodrigo Fernandes:** Falando em viagens, gostaria de propor agora uma viagem geográfica por sua filmografia. Selecionei alguns filmes que falam de geógrafos ou abordam temas caros à ciência geográfica e gostaria que você os comentasse.

**Silvio Tandler:** Vamos lá.

**Rodrigo Fernandes:** “Rondônia: viagem à terra prometida” (1986). Documentário para a série Caminhos da sobrevivência da TV Manchete. Um dos seus primeiros filmes.

**Silvio Tandler:** Essa série de documentários era dirigida e supervisionada por Washington Novaes e ele me convidou para fazer a parte de Rondônia. Eu não conhecia e fui conhecer. Eu disse: muito prazer, Rondônia, estou aqui! Fui ver a destruição da floresta, mas minha tese foi para um lado diferente. Porque o ser humano faz parte da geografia.

Ali encontrei pessoas que tinham terras que acabaram ocupadas. Eram expulsos e se viam obrigados a desbravar outras terras. Conheci um pai do Espírito Santo, que a filha fez saliência e casou

---

<sup>4</sup> Georg Henri Anton "Joris" Ivens (1898 - 1989) documentarista cuja obra cinematográfica possui forte abordagem social e política.

com um cara. Ele já não tinha mais terras porque os grandes fazendeiros do Espírito Santo haviam ocupado as suas. Eram terras boas. Então eles foram pegar terras em Rondônia para alojar a filha. Conheci uma família de cearenses, pai, mãe e oito filhos, que plantavam feijão no Ceará e não tinham mais nem futuro, nem destino. Foram até Cuiabá, até a Prefeitura de Cuiabá e se abrigaram pela Pastoral da Terra. Então, eles pegaram um ônibus pago pela prefeitura e foram para Rondônia tentar conseguir uma terrinha, sem saber o potencial da terra. Se dava feijão ou não dava. Eles não recebiam cursos, treinamento, nada. Chegavam lá em Rondônia e tinham que viver aquela realidade nova. Eu os acompanhei nesse filme.

**Rodrigo Fernandes:** Você viu a fronteira agrícola sendo criada, a fronteira agrícola viva.

**Silvio Tendler:** Viva e invasiva. Destruindo o Homem e a natureza. Conheci um cara que saiu da Bahia, vendeu um rádio e uma espingarda, comprou passagem, chegou em Rondônia. Conheci ele na porta do INCRA. O INCRA dizendo que não tinha mais terras para dar. Está no filme.

**Rodrigo Fernandes:** Em 1993 você faz o curta institucional “Viver em condomínio” onde, mesmo sem uma abordagem questionadora, você registra a condominização carioca. Vale como retrato de uma época.

**Silvio Tendler:** Foi uma época muito difícil. Das vacas magras do governo Collor. Um casal de amigos, amigos dos meus pais, tinha uma grande construtora, uma incorporadora que explorava também o lazer dos condomínios. Me pediram para fazer um filme baratinho. Assim que assinei o contrato falaram: queremos o padrão Silvio Tendler. Assinei um contrato para fazer baratinho, mas na hora de entregar tinha que ser padrão Silvio Tendler.

**Rodrigo Fernandes:** Queriam ouro pagando lata.

**Silvio Tendler:** Queriam ouro pagando nada! Foi um filme de 18 mil reais. Ou seja, nada. Aí alguns amigos me ajudaram a fazer essa maluquice. Entre eles contei com um grande fotógrafo, o Gustavo Hadba. Consegui fazer o filme e contar o que é a vida em um condomínio urbano: as velhinhas fazendo hidromassagem, a



garotada brincando.... É um filme que está super rentabilizado, até hoje é usado como propaganda.

**Rodrigo Fernandes:** O pensador francês Henri Lefebvre defende que existe guetos de pobres, mas também guetos de ricos<sup>5</sup>.

**Silvio Tandler:** Sim, sim. Esse era um gueto de classe média. Eram prédios no Flamengo, na rua Marquês de Abrantes. Não eram ricos, não. Mas eram prédios onde já havia uma preocupação com a rua. Tentava-se concentrar os filhos no condomínio. Lá vi que a garotada se juntava para fumar maconha escondida, atrás das quadras de esportes. Pelo menos era em um ambiente familiar.

**Rodrigo Fernandes:** Um ano depois você faz “Josué de Castro – Cidadão do Mundo” (1994). Geógrafo que do Brasil pensava o mundo.

**Silvio Tandler:** Um belo filme e um belíssimo personagem. O Josué é uma figura apaixonante. Para esse eu entrevistei Dom Helder Câmara, Darcy Ribeiro, Francisco Julião, Raquel de Queiroz, o presidente Mário Soares...

**Rodrigo Fernandes:** Chico Science...

**Silvio Tandler:** Chico Science também.

**Rodrigo Fernandes:** Foi filmando Josué que você conheceu Milton Santos?

**Silvio Tandler:** Foi. Eu fui à Paris para entrevistar o Abade Pierre que agora está sendo cancelado, mas naquela época era um herói. Era o homem do inverno de 1954. E agora acabaram com a fundação que levava o nome dele, acabaram com tudo. Aí eu conheci o Milton Santos que acabava de ganhar o prêmio Vautrin Lud e estava em Paris. Ficamos amigos e prometemos fazer um filme juntos. E fizemos, quando ele já estava morrendo.

**Rodrigo Fernandes:** Infelizmente todos aqueles temas que o Josué colocou no mapa continuam atuais, não? A fome, a ecologia, a paz...

---

<sup>5</sup> “Há vários guetos e tipos de gueto: os de judeus e os dos negros, os dos intelectuais ou dos operários. A seu modo, os bairros residenciais são guetos; as pessoas de alta posição, devida às rendas ou ao poder, vêm se isolar em guetos de riqueza (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 98).

**Sílvio Tandler:** Mais atuais que nunca. A questão das armas, as questões da natureza... Está tudo aí.

**Rodrigo Fernandes:** 1996 é o ano de “Conceição das crioulas: vestígios de quilombo”.

**Sílvio Tandler:** Esse foi um projeto junto à população de Conceição da Crioulas, distrito de Salgueiro, em Pernambuco. Os quilombolas precisavam conquistar suas terras. Era um processo de reforma agrária. Eles ganharam.

**Rodrigo Fernandes:** Nesse filme você trata do conceito que talvez seja o mais explorado na geografia contemporânea que é o território. Abrindo um pouco o mapa, nesse momento passamos por dois conflitos internacionais em que as raízes são questões territoriais: Israel-Palestina e Rússia-Ucrânia. Há muitos outros impasses e dilemas envolvidos, mas o cerne é territorial.

**Silvio Tandler:** Eu acho que essas disputas são mais culturais. O entendimento entre judeus e árabes é cada dia mais difícil e ucranianos e russos nunca se bicaram. Quando morava em Paris, nos anos 1970, já existia uma luta em plena União Soviética pela independência da Ucrânia. Houve um matemático famoso, Mykhailo Kravchuk, que propôs isso. Ficou preso durante muitos anos e acabou internado em hospícios. Só o que ele queria era a independência da Ucrânia.

**Rodrigo Fernandes:** Percebe-se que na sua filmografia você alterna a vida de grandes vultos e a vida dos invisíveis. Você aborda JK e Jango, mas também os quilombolas.

**Silvio Tandler:** Eu nunca tive preconceito com os grandes vultos. Na verdade, o cinema documental brasileiro sofreu uma forte influência da antropologia. Mas eu não ficava só filmando pescador ou camponês... Eu filmava presidente da república, eu filmava tudo que dissesse respeito à construção da dramaturgia que eu queria fazer. Eu fiz um filme sobre as pessoas que moravam em palafitas encomendado pelo prefeito Luiz Paulo Conde. Era sobre a reforma urbana que ele fez nas favelas do Rio nos anos 1990. Eu fui lá filmar. Subi favelas, entrei nas palafitas. E tudo isso para mim foi muito caro.

**Rodrigo Fernandes:** Essa alternância é intencional? Você pensa: abordei um grande personagem histórico, agora vou para um ator social marginalizado, periférico?

**Silvio Tandler:** Eu não penso nada, nunca. As coisas vão acontecendo. É a maré que me conduz. Não tenho nenhum filme que eu tenha previsto ou calculado que fosse acontecer daquele jeito, naquele momento.

**Rodrigo Fernandes:** Esse filme que você citou é o “Cidade Cidadã”, de 1998, sobre o projeto Favela-Bairro.

**Silvio Tandler:** Quem fez esse projeto foi o Sérgio Magalhães que depois foi presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil e na época era Secretário de Obras. Era muito bonito. Criar cidades onde eram favelas. Abrir as vielas, para o caminhão do lixo entrar, para a ambulância entrar...

**Rodrigo Fernandes:** Levar cidadania.

**Silvio Tandler:** Dar cidadania, dar Estado.

**Rodrigo Fernandes:** Em 2000, no curta metragem “Rio Republicano”, produzido para o Museu da República do Rio de Janeiro, você trata da grande reforma urbana do Pereira Passos no início do século XX.

**Silvio Tandler:** E depois eu faço um sobre o Oswaldo Cruz que é o outro lado da questão<sup>6</sup>. A revolta popular, a revolta da vacina, e a luta do cientista para debelar as endemias. É um filme muito interessante que mescla ficção e documentário. À medida que tinha muito poucos documentos visuais para falar do Oswaldo Cruz, eu trabalhei com atores. Tenho vários filmes que faço com atores, principalmente quando não tenho imagens. Para fazer o Castro Alves<sup>7</sup> só tinha 3 ou 4 fotos dele. Para o do Hipólito da Costa<sup>8</sup> também

---

<sup>6</sup> “Oswaldo Cruz – O médico do Brasil” (2003).

<sup>7</sup> “Castro Alves – Retrato falado do poeta” (1998)

<sup>8</sup> “Preto no Branco, a censura antes da imprensa” (2009)

usei atores. Aliás, esse é um senhor personagem: nasceu no exterior, na Província Cisplatina que depois virou Uruguai, foi estudar em Portugal, se enturmou lá com a alta hierarquia, entrou para a maçonaria e criou o primeiro jornal brasileiro, que nasceu em Londres, o Correio Braziliense.

**Rodrigo Fernandes:** Em 2001 você se encontra com o Milton Santos e essa entrevista dá origem ao filme “Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá”.

**Silvio Tendler:** Em 2001 eu filmei a entrevista. O filme sai em 2007.

**Rodrigo Fernandes:** Sem ter planejado você acabou conectando os dois mais proeminentes geógrafos do Brasil, porque você chega no Milton Santos através do Josué de Castro.

**Silvio Tendler:** Isso. Quem me apresentou o Milton Santos foi o Josué de Castro.

**Rodrigo Fernandes:** Até então você não conhecia o professor Milton?

**Silvio Tendler:** Nunca tinha ouvido falar. Quando fui à Paris entrevistar o Abade Pierre, que tinha sido amigo de juventude e de lutas políticas do Josué de Castro, a filha do Josué falou: você vai à Paris e não pode deixar de entrevistar o Milton Santos que ganhou o maior prêmio de Geografia do mundo. Ele é discípulo do Josué e está morando lá. Aí eu fui. Foi a melhor entrevista da minha vida.

**Rodrigo Fernandes:** Como um intelectual dessa grandeza é praticamente desconhecido no Brasil?

**Silvio Tendler:** O Brasil é muito ingrato com seus filhos. O Josué, o Milton Santos, são vítimas dessa brasilidade. O próprio Darcy<sup>9</sup> só ganhou relevância agora. Algumas pessoas que conheciam e gostavam dele resolveram fazer trabalhos sobre o Darcy, que agora está meio na moda. O Darcy era um cara abandonado. Guerreiro Ramos: ninguém fala dele.

---

<sup>9</sup> Darcy Ribeiro (1922-1997), educador, antropólogo e romancista mineiro.

**Rodrigo Fernandes:** Fora do ambiente acadêmico – e às vezes na própria Academia – eles seguem como ilustres desconhecidos.

**Silvio Tandler:** Verdadeiros heróis da pátria, pensadores da qual ninguém fala.

**Rodrigo Fernandes:** Me preparando para nosso encontro, li e assisti muitas das suas entrevistas mais recentes e em quase todas você cita o professor Milton Santos.

**Silvio Tandler:** Milton Santos mudou minha vida e meu cinema.

**Rodrigo Fernandes:** Como ele muda teu cinema?

**Silvio Tandler:** Eu fui filmar com uma máquina muito vagabunda e completamente despreparado para entrevistá-lo. Tinha lido apenas uma entrevista dele na revista “Caros Amigos”. Fui pautado para falar de globalização e ele na verdade me escolheu como testamenteiro. Ele estava com uma camisa toda colorida, uma cor não combinava com a outra...

**Rodrigo Fernandes:** O que não era usual. O professor Milton fazia questão de se apresentar de terno.

**Silvio Tandler:** Sempre terno, gravata, formal. Essa entrevista foi a última. Ele fez questão de dar a entrevista no laboratório dele na USP, não quis se mostrar de pijama, doente, em casa. Saiu de casa, sentindo dores, foi lá e me deu uma puta entrevista. Falou o que quis e eu com uma camereta Panasonic. Na hora eu me desesperei ouvindo aquele gigante falando aquilo tudo. Falei: “mas professor para quem o senhor está falando *isso tudo*?”. Ele apontou para mim, para minha câmera, e disse: “Estou falando para você. Com pequenos objetos também faz-se grandes coisas”. Mudou minha vida. Ele era um gênio. Hoje não tenho nenhum problema em gravar com celular.

**Rodrigo Fernandes:** Antes seu cinema era superproduzido.

**Silvio Tandler:** Antes tinha que ter produção, câmera, gravador... hoje faço com o celular.

**Rodrigo Fernandes:** Importa mais a mensagem.

**Silvio Tendler:** O que importa é a mensagem. Milton Santos era genial.

**Rodrigo Fernandes:** Muita gente, teve o primeiro contato com Milton através do seu filme. Inclusive eu, Ele está sempre rodando nas universidades. Provavelmente é um campeão de bilheteria sem bilheteria.

**Sílvio Tendler:** “O veneno está na mesa” (filme de 2011) nunca vendeu um ingresso e já foi assistido por mais de cinco milhões de pessoas. Cinema não é apenas venda de ingresso. Cinema é vida também. Precisa dos olhares de quem assiste. Esses dão vida ao filme.

**Rodrigo Fernandes:** Além da exposição do professor Milton, que ilumina questões muito complexas e intencionalmente obscurecidas pelos grandes *players* do capitalismo global, seu filme ganha uma importância extra porque os livros do Milton Santos não são fáceis. À exceção de dois deles, mais introdutórios – “O espaço do cidadão” (1987) e “Pensando o espaço do homem” (1991) – a literatura miltônica exige muito do leitor. É densa e intimidante. Com o teu documentário fica mais fácil se aproximar do homem e da obra.

**Silvio Tendler:** Ele era uma pessoa difícil. Passei muito tempo para decodificar o que ele tinha me dito, para depois poder montar o filme. Naquela época várias pessoas se aproximavam de mim, pedindo para trabalhar comigo. Então, eu passei a fazer uma maldade. Dava para eles a entrevista do Milton Santos e dizia: vamos montar. As pessoas abandonavam na metade. Uns diziam “isso não dá filme”, outros “o filme já é isso aí”. Desistiam. Muita gente desistiu. Acho que fiz muita gente entrar para o cinema graças aos meus filmes e muita gente desistir do cinema graças ao copião da entrevista com o Milton Santos.

**Rodrigo Fernandes:** O filme tem uma hora e meia, mas a entrevista foi mais longa que isso, não?

**Silvio Tendler:** Foi. Ele era muito circunloquial. Falava, ia, voltava. Você perguntava alguma coisa, ele ia lá, fazia uma viagem, aí, no final, te respondia: isso é aquilo que você me perguntou. Como você apresenta isso ao expectador? Também houve muita resistência dos

miltonianos. Uma professora veio ver o filme aqui em casa e no meio ela mandou parar e disse “isso não é Milton Santos!”. Por isso eu dei o título de “Encontro com Milton Santos”, puxei para mim a responsabilidade do que estava ali.

**Rodrigo Fernandes:** Era o *seu* encontro

**Silvio Tandler:** Todo mundo reconheceu no final que aquele era o Milton Santos. Foi o trabalho de maior divulgação sobre ele. Ninguém tinha feito nada antes, porque as pessoas tinham medo dele. Medo de encarar ele.

**Rodrigo Fernandes:** Você filmou um tutorial para o Milton Santos antes de existirem os tutoriais.

**Silvio Tandler:** Ele gostava muito de mim, a gente tinha uma relação muito carinhosa.

**Rodrigo Fernandes:** Em 2013 você filma “Sujeito oculto na rota do grande sertão”.

**Silvio Tandler:** Teve um filme antes que considero o mais geográfico de todos: “Correndo atrás dos sonhos” (2004).

**Rodrigo Fernandes:** É aquele filme em que você acompanha o Projeto Tempo Livre do SESC <sup>10</sup>

**Silvio Tandler:** Eu vou para Paraty, vou para o Norte Fluminense, Sul Fluminense, Baixada Fluminense, eu viajo o estado inteiro acompanhando e filmando os grupos e as oficinas culturais.

**Rodrigo Fernandes:** É outro Rio de Janeiro. Não é o Rio de Janeiro dos cartões postais, não é o Rio da Zona Sul, das praias famosas, do Sambódromo. É outro Rio, com outros encantos e desafios.

**Silvio Tandler:** Outro Rio total! Foi um filme maravilhoso de se fazer. Conheci coisas que não conhecia.

---

<sup>10</sup> Uma iniciativa do SESC Rio que buscou “desenvolver iniciativas culturais no interior do Estado do Rio de Janeiro. No total, 27 quadras foram construídas em 25 municípios para acolher mestre e aprendizes de diversas artes” (CALIBAN, 2016).

**Rodrigo Fernandes:** “Sujeito oculto na rota do grande sertão”, de 2013, foi outra viagem geográfica.

**Silvio Tendler:** Eu queria falar dos 60 anos da boiada<sup>11</sup>, então comprei as fotografias de um fotógrafo da revista “O Cruzeiro”, que fez essa viagem com o Guimarães Rosa. Mas a filha do Guimarães me proibiu de usar as imagens e o neto, que tinha os direitos do “Grande Sertão: veredas”, criou caso. Aí eu tirei as citações do livro e no lugar usei uma entrevista em que o Guimarães falava as mesmas coisas. Também recortei nas fotos todas as imagens dele e deixei só os vaqueiros. Aí virou o sujeito oculto no grande sertão. O Guimarães Rosa não aparece, mas se você olhar direitinho ele está lá.

**Rodrigo Fernandes:** O filme é narrado pelo Milton Nascimento, não?

**Silvio Tendler:** Milton e Zezé Motta. Quer melhor? É covardia. Aquele filme foi um golaço. Golaço como realização cinematográfica. Eu gosto é de criar, gosto de inventar linguagens.

**Rodrigo Fernandes:** Em “Agricultura tamanho família: uma alternativa ao grande negócio” (2014), você aponta opções ao modelo de produção agroindustrial mais predatório, que no Brasil é fortíssimo.

**Silvio Tendler:** Eu mostro a pequena e média agricultura botando comida na mesa da gente.

**Rodrigo Fernandes:** É geografia agrária, mas também urbana, já que é o campo que alimenta a cidade. Não são espaços estanques, muito pelo contrário, são interconectados e interdependentes.

**Silvio Tendler:** Exatamente!

**Rodrigo Fernandes:** Em “O fio da meada” de 2019 você retorna à questão do território e ao uso dos bens naturais.

**Silvio Tendler:** Esse eu fiz com o Marcelo Firpo e a Marina Fasanello da Fiocruz. Eles estiveram na aldeia Munduruku, estiveram entre

---

<sup>11</sup> “Em maio de 1952 João Guimarães Rosa acompanhou uma boiada – conduzida pelo vaqueiro Manuelzão – numa viagem de 240 quilômetros pelo sertão de Minas Gerais, desde Sirga até Araçai, ao longo de dez dias” (CARNEIRO, 2022, n.p).



quilombolas. Culturas alternativas, formas alternativas de produção. Filme muito enriquecedor.

**Rodrigo Fernandes:** Formas alternativas não só de produzir, mas de viver.

**Silvio Tandler:** Produzir de forma sem ser predatória, viver de uma forma sem ser predatória. Foi muito bom ter feito esse.

**Rodrigo Fernandes:** Para terminarmos, há uma frase do Denis Cosgrove, geógrafo britânico que diz que “a geografia está em toda parte” (COSGROVE, 2012, p.219). Ela está também nos seus filmes. Seja dando visibilidade à vida e a obra de geógrafos como Milton Santos e Josué de Castro, seja tratando de temas e conceitos caros à ciência geográfica, como terra, território, globalização, agricultura, ecologia e agroecologia.

**Silvio Tandler:** Eu sou um geógrafo. Eu sou.

## Referências

CALIBAN, 2016. Disponível em: [https://caliban.com.br/blog/filmografia/\\_sujeito-oculto-na-rota-do-grande-serta%cc%83o](https://caliban.com.br/blog/filmografia/_sujeito-oculto-na-rota-do-grande-serta%cc%83o) Acesso em: 28 mar. 2025

CARNEIRO, Mariana. Há 70 anos, Guimarães Rosa fazia anotações sobre uma boiada. *Jornal da USP*. Online, 2012, n.p. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/ha-70-anos-guimaraes-rosa-fazia-anotacoes-sobre-uma-boiada/> Acesso em: 28 ago. 2024.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço*. São Paulo: Todavia, 2022 [1946].

COSGROVE, Denis. A Geografia está em todas as partes. Cultura e Simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL (orgs.). *Geografia Cultural: uma antologia (1)*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2012. pp.219-237.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Sílvio Tendler: catálogo indisciplinado*. Rio de Janeiro: Lacre, 2020.

MELO, Marcelo Mário de; NEVES, Teresa Cristina Wanderley (orgs.). *Josué de Castro*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007.

MIRANDA, Luiz Felipe. *Dicionário de cineastas brasileiros*. São Paulo: Art Editora, 1990.

NETO, Antônio Leão da Silva. *Dicionário de Filmes Brasileiros*. São Paulo: A. L. Silva Neto, 2002.

O'DONNELL, Júlia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

RAMOS, Fernão Pessoa; MIRANDA, Luiz Felipe (orgs.). *Enciclopédia do cinema Brasileiro*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo | Editora Senac São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. *Espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo, HUCITEC, 1982.

TENDLER, Sílvio. *Quatro baianos porretas: Castro Alves, Carlos Marighela, Milton Santos e Glauber Rocha*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011

### **Filmes citados na entrevista.**

AGRICULTURA tamanho família – uma alternativa ao agronegócio. Direção: Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban Filmes, 2014. 1DVD (58' 55'')

CASTRO Alves – Retrato falado do poeta. Direção: Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban Filmes, 1998. 1DVD (1h 10')

CIDADE Cidadã. Direção: Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban Filmes, 1998. 1 DVD (17').

CONCEIÇÃO das Crioulas: vestígios de quilombo. Direção: Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban Filmes, 2020. 1 DVD (31')

CORRENDO atrás dos sonhos. Direção: Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban Filmes, 2004. 1DVD (19')

ENCONTRO com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá. Direção: Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban Filmes, 2007. 1 DVD (1h29'20'').

FIO da meada. Direção: Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban Filmes, 2019. 1DVD (77')

JOSUÉ de Castro – Cidadão do Mundo. Direção: Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Bárbaras Produções, 1994. 1DVD (50'18'')

NAS asas da Pan-am. Direção de Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban Filmes, 2020. 1 DVD (110')

O VENENO está na mesa. Direção: Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban Filmes, 2011. 1 DVD (48'58'')

OSWALDO Cruz – o médico do Brasil. Direção: Silvio Tendler. Rio de Janeiro: Caliban Filmes, 2003. 1 DVD (32')

PRETO no Branco, a censura antes da imprensa. Direção: Silvio Tendler. Rio de Janeiro: Caliban Filmes, 2009. Documentário dividido em dois episódios. Episódio 01 – A Censura antes da Imprensa (26'25"). Episódio 2: O ofício das Palavras (29'32").

RIO Republicano. Direção: Silvio Tendler. Rio de Janeiro: Caliban Filmes, 2000. 1DVD (5')

RONDÔNIA: viagem à terra prometida. Direção: Silvio Tendler. Rio de Janeiro: TV Manchete, 1986. 1DVD (53')

SUJEITO oculto na rota do grande sertão. Direção: Silvio Tendler. Rio de Janeiro: Caliban Filmes, 2013. 1 DVD (26'26")

VIVER em condomínio. Direção: Silvio Tendler. Rio de Janeiro: Grupo Servenco, 1993. 1DVD (17')

## Sites

<https://caliban.com.br/a-caliban> Acesso em: 28 mar. 2025.

<https://caliban.com.br/biografia> Acesso em: 28 mar. 2025.

<https://caliban.com.br/filmografia> Acesso em: 28 mar. 2025.

[https://caliban.com.br/blog/filmografia/\\_sujeito-oculto-na-rota-do-grande-serta%cc%83o](https://caliban.com.br/blog/filmografia/_sujeito-oculto-na-rota-do-grande-serta%cc%83o) Acesso em: 28 mar. 2025

Recebido para publicação em 21/05/2025

Aceito para publicação em 01/08/2025

# A QUESTÃO INDÍGENA NA GEOGRAFIA ANGLÓFONA

*THE INDIGENOUS ISSUE IN  
ALGLOPHONE GEOGRAPHY*

*LA CUESTIÓN INDÍGENA EN LA  
GEOGRAFÍA ANGLÓFONA*

Rafael Zilio

Universidade Federal do Oeste do Pará  
rafael.zilio@yahoo.com.br

## Resumo:

O artigo apresenta e discute alguns conceitos e abordagens correntes na Geografia produzida em língua inglesa a respeito da questão indígena, e como tais proposições se aproximam ou se afastam da realidade sócio-espacial brasileira. Primeiro, contextualizo espaço-temporalmente diferenças importantes entre o lócus de referência discursiva anglófono e o brasileiro. Depois, coloco e debato o conceito de indigeneidade enquanto chave de interpretação da espacialidade dos povos indígenas e aponto a quase não utilização do conceito de território. A partir disso, comento a incorporação das teorias mais-que-humano na Geografia, os limites e potenciais da construção das geografias mais-que-humanas com relação ao conceito de ambiente para a análise da questão indígena, e a neoliberalização da gestão dos territórios indígenas sob o manto da governança. Finalizo sistematizando os principais conceitos e ideias colocados, e possíveis operacionalizações em Abya Yala sob uma perspectiva anticolonial.

**Palavras-chave:** Questão indígena, Povos indígenas, Geografia anglófono, Indigeneidade, Neoliberalismo.

Terra Livre

São Paulo

Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025

ISSN: 2674-8355



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

The article presents and discusses some concepts and current approaches in Geography produced in the English-speaking world regarding Indigenous issues, as well as how these propositions converge with or diverge from the Brazilian socio-spatial reality. It provides a spatiotemporal contextualization of significant differences between the Anglophone and Brazilian discursive reference loci, a debate on the concept of indigeneity, and an "erasure" of territory. I comment on the incorporation of more-than-human theories into Geography and the neoliberalization of Indigenous territory management under the guise of governance. I conclude by highlighting possible applications of these ideas in Abya Yala from an anti-colonial perspective.

**Keywords:** Indigenous issue, Indigenous people, Anglophone Geography, Indigeneity, Neoliberalism.

**Resumen:**

El artículo presenta y discute algunos conceptos y enfoques actuales en la Geografía producida en lengua inglesa sobre la cuestión indígena, y cómo dichas proposiciones se aproximan o se alejan de la realidad socioespacial brasileña. Se ofrece una contextualización espacio-temporal de diferencias importantes entre el locus de referencia discursiva anglófono y el brasileño, el debate sobre el concepto de indigenidad y un "borrado" del territorio. Comento la incorporación de las teorías más-que-humanas en la Geografía y la neoliberalización de la gestión de los territorios indígenas bajo el manto de la gobernanza. Concluyo destacando posibles aplicaciones de estas ideas en Abya Yala desde una perspectiva anticolonial.

**Palabras-clave:** Cuestion indígena, Pueblos indígenas, Geografía anglófona, Indigenidad, Neoliberalismo.

## Introdução<sup>1</sup>

Nas últimas duas décadas o interesse sobre a questão indígena por parte de geógrafos e geógrafas anglófonos/as tem aumentado atravessado por abordagens, conceitos e teorias produzidos muitas vezes em contextos de esporádica relação com povos e territórios indígenas, sendo que os condutores das investigações são majoritariamente não-indígenas – fala-se, pois, sobre o Outro. Levantamento realizado em alguns dos principais periódicos de “Geografia Humana” mostra a regularidade de referenciais empíricos baseados em países do chamado Norte Global e anglófonos: Canadá, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia. No que se refere a referencial teórico, especificamente a Geografia britânica influenciada pela teoria da estruturação de Giddens (ver Giddens, 1984) faz amplo uso do par conceitual agência (*agency*) e estrutura (*structure*) para lidar com a capacidade de ação e as margens de manobra dos povos indígenas diante da moderno-colonialidade e do capitalismo. Associam-se as emergentes teorias mais-que-humano (*more-than-human theories*) que desembocam nas chamadas geografias mais-que-humanas (*more-than-human geographies*) para a leitura da relação do humano com os demais seres vivos, aproximando-se do entendimento que temos no Brasil sobre o conceito de ambiente. A abordagem da governança se destaca de modo demasiado acrítico ao quase naturalizar um modo de planejamento e gestão territorial guiado pela ideologia neoliberal que repercute em Parcerias Público-Privadas e em negócios

---

<sup>1</sup> Artigo oriundo da pesquisa “Análise comparativa das práticas espaciais de autodemarcação, retomada e monitoramento territorial de Terras Indígenas”, coordenada por Rafael Zilio e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo 409872/2023-7, Chamada Universal CNPq/MCTI nº 10/2023

realizados diretamente entre grandes corporações e entidades indígenas que funcionam, à luz do direito, como empresas privadas atuando no “livre mercado”.

O presente texto objetiva apresentar e discutir alguns conceitos e abordagens correntes na Geografia produzida em língua inglesa a respeito da questão indígena, e em como tais proposições se aproximam ou se afastam da realidade sócio-espacial brasileira. Primeiro, contextualizo espaço-temporalmente diferenças importantes entre o lócus de referência discursiva anglófono e o brasileiro. Depois, coloco e debato o conceito de indigeneidade enquanto chave de interpretação da espacialidade dos povos indígenas e aponto a quase não utilização do conceito de território. A partir disso, comento a incorporação das teorias mais-que-humano na Geografia, os limites e potenciais da construção das geografias mais-que-humanas com relação ao conceito de ambiente para a análise da questão indígena. A neoliberalização da gestão dos territórios indígenas, o problema da governança e a transmutação de institucionalidades indígenas em associações de empreendedores visando lucro será também explicitada. Por último, destaco a pouquíssima atenção dada à Amazônia frente a consistente produção teórico-conceitual hoje em nosso continente, denotando um caminho frutífero para apresentarmos nossas produções e reflexões sobre a empiria, contribuindo e mesmo contrapondo perspectivas usuais nos países do Norte Global, tensionando a geopolítica do conhecimento posta.

O caminho metodológico adotado consistiu em selecionar os periódicos que mais se aproximam da temática da questão indígena na Geografia a partir do ranking de fator de impacto na área de Geografia fornecido pela plataforma *Observatory of International*



*Research* (OOIR). Dentre os 20 de maior fator de impacto, escolhi os periódicos *Dialogues in Human Geography*, *Progress in Human Geography* e *Political Geography* por apresentarem maior adesão ao tema em tela através da busca pelas seguintes palavras-chave: *indigenous*, *indigeneity* e *indigenous people*. Após, me debrucei sobre os textos lá publicados, identifiquei ideias e conceitos mais operacionalizados, e autores e obras mais citados, sendo estes também estudados para complementar a análise proposta.

### **Contextos espaço-temporais e metodológicos diferenciados da questão indígena**

Considerando o conteúdo ideológico da toponímia, me refiro ao nosso continente como Abya Yala sob uma perspectiva anticolonial que rejeita o topônimo “América” e coloca a espacialidade e a cosmologia dos povos originários no centro da análise. O povo Kuna, habitante dos atuais Panamá e Colômbia, entende aproximadamente a porção de terras que chamamos de continente americano como Abya Yala, assim como parte do que o colonizador chamou de “Brasil” e “Paraguai”, para o povo Guarani, é Pindorama. Ademais, o topônimo Kuna é hoje adotado pela maior parte do movimento indígena de nosso continente, sendo, pois, uma *categoria da prática*.

Enquanto cá em Abya Yala identificamos a expansão geográfica e subjetiva do capital para territórios construídos sob matrizes de racionalidade outras, notadamente naquilo que é entendido como fronteira agrícola, fronteira do capital ou, como prefiro, fronteira abissal (ZILIO, 2021), nos países anglófonos do Norte Global os territórios indígenas encontram-se profundamente imersos na lógica da mercadoria. Os dispositivos jurídicos brasileiros

que preveem a inalienabilidade das terras em assentamentos da Reforma Agrária, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou a figura da Terra Indígena sob os auspícios da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), não encontram paralelo com o ordenamento normativo dos quatro Estados citados na seção anterior. Bargh (2011) analisa as “corporações Maori” na Nova Zelândia; Nicoll (2009) comenta a permanência de grupos “nativos americanos” na gestão de cassinos nos Estados Unidos; e Stevens (2010) e Haalboom e Campbell (2011) examinam a tensão entre formas de gestão comunitária indígena e gestão neoliberal / mercadológica de áreas protegidas. Tais obras, além da de Coombes, Johnson e Howitt (2012), apresentam um quadro de neoliberalização da gestão dos territórios indígenas, bem como nas transformações de determinadas organizações de povos originários em micro ou pequenas empresas gerindo “ativos ambientais” – tais elementos receberão melhor escrutínio em seção posterior.

Sob inspiração das “teorias mais-que-humano” (que veremos adiante), Panelli (2008) fala das geografias mais-que-brancas/anglófonas (*more-than-white/anglophone geographies*), ou seja, geografias (ou geo-grafias, conforme Porto-Gonçalves [2002]) produzidas fora do centro do que entendemos por sistema-mundo moderno-colonial. Para ela, os principais desenvolvimentos na Geografia acadêmica reforçaram recentemente a crítica estabelecida da Geografia como uma forma “moderna” de conhecimento que historicamente fez parte de um conhecimento científico de base cartesiana e de uma política (imperialista e colonial) mais ampla, em diálogo com Livingstone (1992). O reconhecimento de diversas experiências indígenas e mais-que-brancas/anglófonas mostra que a

Geografia moderna é uma forma culturalmente particular de conhecimento (Panelli, 2008, p. 802), algo que Mignolo (2005) já havia constatado ao relacionar espaço geográfico e localizações epistemológicas no bojo da subalternização de conhecimentos gestados fora do centro do modelo civilizatório capitalista. À medida em que as diversas ontologias e epistemologias de grupos indígenas contrastantes são sistematizadas, mostra-se que as geografias sociais *mainstream*, segundo Panelli (2008, p. 802), refletem visões de mundo e produções de conhecimento cultural e temporalmente específicas. Assim, os debates em torno da indigeneidade – e da prática geográfica sobre a indigeneidade – apresentam caminhos para descolonizar e reimaginar horizontes mais amplos para/da Geografia.

Coombes, Johnson e Howitt (2011, p. 811), ao abordarem criticamente o olhar da Geografia (anglófona) sobre a questão indígena, constatarem estudos geográficos preocupados majoritariamente com a disputa em torno de recursos naturais ou a escassez destes, e uma visão escalarmente empobrecida, onde o localismo é a regra em detrimento de um raciocínio transescalar. Para os três autores, pesquisas anteriores assumiram a estagnação nas comunidades indígenas e em sua cultura, por isso não conseguiram avaliar as relações dinâmicas dos povos indígenas com processos exógenos. São pesquisas que não apreendem o movimento da realidade, deixando de lado uma análise dialética e considerando povos indígenas como “estáticos”, resquícios de um passado bucólico. Em uma sequência de três artigos (Coombes, Johnson e Howitt, 2011, 2012 e 2014), apresentam uma crítica mais dialética sobre a organização política dos povos indígenas e conquista de direitos, e mostram que os conflitos ambientais envolvendo indígenas são o

produto da diferença ontológica – ou, como já propus, trata-se de conflitos geoepestêmicos (ZILIO, 2021 e 2022).

Além das limitações impostas por uma racionalidade colonial, que enxerga o ser indígena como “estático” e “atrasado”, metodologias desenvolvidas no Norte Global ainda não parecem dar conta da complexidade da análise exigida a respeito da questão indígena. Newmann (2009, p. 404) aponta a “metodologia espaçotemporal multiescalar” (*multiscalar spatiotemporal methodology*) utilizada por parte da Ecologia Política, e que distanciaria a análise dos povos indígenas de dois estereótipos: sua gestão da terra (acrescentamos: do território) é regressiva e insustentável no atual estágio do desenvolvimento capitalista; e instituições supostamente mais preparadas ou autorizadas deveriam substituir as associações indígenas na gestão dos recursos naturais.

Por outro lado, Coombes, Johnson e Howitt (2014) tem uma posição crítica a esta e a outras estratégias metodológicas de abordagem da questão indígena no Norte Global. Para eles, abordagens que se dizem “colaborativas” não estão imunes a excessos neocoloniais (p. 846). Investigações baseadas no Norte que lidam com povos indígenas enquanto habitantes “ecologicamente corretos” de locais específicos resgatam superadas etnografias baseadas em lugares (*place-based ethnographies*). Isto serviria para aprisionar os povos indígenas em um estágio “pré-moderno” de desenvolvimento, perpetuar preconceitos de gênero e mesmo invalidar ativismos em escalas supralocais, como demonstra Radcliffe (2013). Um ideário “romântico” de que os povos indígenas e seus valores são exclusivamente atribuíveis à existência baseada em lugares é problemático para a relação da disciplina com a indigenidade (Coombes, Johnson e Howitt, 2014, p. 846).

O mesmo trio de autores comenta, além da metodologia espaçotemporal retratada em Newmann (2009), a *Community-based participatory research* (CBPR), familiar a geógrafos anglófonos. Esta ainda coloca a Universidade como centro da produção do conhecimento e acaba afastando a interlocução indígena (Coombes, Johnson e Howitt, 2014, p. 848), permanecendo a perspectiva vertical e sendo manifestação da colonialidade do saber (Lander, 2005). Rotular uma estratégia metodológica de “colaborativa” não a exime de ser, na prática, hierárquica. Assim, os autores admitem que a inovação metodológica praticada nos países anglófonos centrais, em linhas gerais, ainda não se distancia de uma perspectiva colonial.

Contudo, há geógrafas e geógrafos anglófonos preocupados com a colonialidade do saber na produção do conhecimento e propostas metodológicas que mascaram vieses hierárquicos ao invés de promoverem um efetivo diálogo de saberes. A obra de Radcliffe (2022), *Decolonizing Geography: an Introduction*, é um marco importante na consolidação de tais preocupações. Artigos anteriores da mesma autora demonstram essa tentativa de descolonização teórica e metodológica, ainda que se trate de geógrafa oriunda e baseada no centro do capitalismo mundial. Em Radcliffe (2012), por exemplo, temos uma análise da implementação do *sumak kawsay* (Bem Viver) por parte do Estado equatoriano – um princípio central da Constituição de 2008 e um compromisso com preceitos indígenas de bem-estar coletivo, “economia social” e direitos da natureza. Esses compromissos, segundo Radcliffe, formam uma estratégia pós-neoliberal inspiradora, mas, ao não confrontar o dilema de longo prazo da redistribuição de terras, ou de uma efetiva reforma agrária, a promessa do *sumak kawsay* não pode ser totalmente realizada. As elites estabelecidas há muito tempo já capturam os benefícios de suas

novas práticas econômicas, e a linguagem do *sumak kawsay* tem sido usada para encobrir o desenvolvimento pós-colonial como de costume (Radcliffe, 2012, p. 248).

Já os textos de Laing (2012, 2015 e 2019) demonstram uma imersão significativa no estudo das relações entre os povos indígenas e o Estado Plurinacional boliviano. Para ela, apesar de as reformas constitucionais salvaguardarem os interesses de 32 grupos étnicos, a “Plurinacionalidade da Bolívia” já está se desmantelando em meio a discursos ressurgidos do velho progresso desenvolvimentista e, principalmente, porque uma epistemologia colonial permanece incrustada dentro do Estado (ver Laing, 2012, p. 1051). Às considerações de Laing acrescento que o Estado moderno em Abya Yala é uma instituição colonial por natureza e está na origem de muitos conflitos territoriais contemporâneos (ZILIO, 2022). É nesse contexto espaço-temporal diferenciado que são elaborados conceitos, teorias e abordagens geográficas a respeito da questão indígena. Começamos, pois, com a indigeneidade e a falta de abordagem territorial na geografia anglófona.

## **Indigeneidade e o apagamento do território**

O conceito que mais chama a atenção, e que não possui correspondência direta em português, é o de indigeneidade (*indigeneity*). Para Sarah Radcliffe (2015), indigeneidade é um conceito transdisciplinar que diz respeito, num primeiro momento, à qualidade de ser indígena. É o conjunto de processos e práticas sócio-espaciais pelos quais os povos e lugares indígenas são determinados como distintos (ontologicamente, epistemologicamente, culturalmente, em soberania etc.) em relação a dominantes

“universais”. Observamos que a indigeneidade é operacionalizada enquanto chave de interpretação da dimensão espacial da questão indígena atentando aos processos sociais, culturais, econômicos, políticos, institucionais e epistêmicos por meio dos quais se constrói o significado de ser indígena em um determinado tempo e lugar (Radcliffe, 2015, 221). A indigeneidade como recurso analítico procura demonstrar que ela é produzida através de redes com múltiplos agentes de atuação multiescalar e dentro de contextos específicos, cada um com configurações particulares de histórias coloniais, modernidades pós-coloniais, compromissos epistemológico-ontológicos e formulações de diferença. Em outras palavras, busca explicitar que a indigeneidade não é algo produzido apenas por indígenas: o Estado, ao conceder cidadania e alguns direitos às chamadas Primeiras Nações (*First Nations*) no Canadá ou nos EUA, por exemplo, produz a diferença, e tal diferença é necessariamente uma relação de poder e uma relação sócio-espacial.

Por sua vez, Bryan (2009, p. 25) aborda a indigeneidade sob uma dimensão ideológica que se aproxima da concepção marxiana de “falsa consciência”, comparando-a a mapas pois também funciona como um estilo e uma forma de representar processos históricos e geográficos específicos de povos indígenas que, ao naturalizar assimetrias de poder características do colonialismo, afirmam uma ligação essencialista entre lugar e identidade. A indigeneidade funciona como uma categoria residual, referindo-se ao que existia antes do ocidental ou moderno. Porém, essa categoria joga uma névoa em processos sociais, principalmente na complexidade das relações de poder. Essa indigeneidade descreve assim uma relação e não um fato objetivo; logo, precisamos investigar as relações sociais e de poder associadas ao que chamamos de questão indígena.

Em uma perspectiva desde Abya Yala, e mais especificamente desde a Amazônia, parece-me que a indigeneidade remete a algo que já abordamos, mas sem utilizar o termo: o conteúdo está presente, mas a forma é ligeiramente diversa. Em parte, a indigeneidade está relacionada ao que Frantz Fanon (2022), em 1961, entendeu por colonialidade do ser. Os povos indígenas, ou o ser indígena, são atravessados por múltiplas determinações no mundo moderno-colonial do modelo civilizatório capitalista. Se em grande parte da moderno-colonialidade o indígena foi um resíduo, um entrave, um efeito colateral do “desenvolvimento”, o avanço da ideologia neoliberal vê no ser indígena uma oportunidade para adaptar o capitalismo, “lavar” o modo de produção vigente de verde (o chamado *green washing*), usar alguns indígenas “domesticáveis” para arrefecer as críticas radicais dos movimentos sociais emancipatórios, e afastar toda e qualquer tentativa de superação deste modelo. A concepção de Bryan (2009) pode nos levar a uma análise da valorização capitalista do indígena, o que é mais estabelecido nos casos dos países anglófonos (EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), mas aqui na Amazônia esse processo tem se colocado também nos últimos tempos. Por esse caminho, noto a indigeneidade na esteira da produção capitalista de símbolos para o consumo, esvaziando o conteúdo da cosmologia dos povos originários que é inconciliável com a fratura metabólica do capital (Foster, 1999), já que o capital necessita de acumulação infinita sobre recursos naturais finitos enquanto as matrizes de racionalidade dos povos originários não separam o humano da natureza não-humana. Radcliffe (2015, p. 223) aponta que de acordo com a imaginação geográfica da modernidade, a indigeneidade é naturalizada pela sua associação com uma ligação telúrica (quase magnética) ao local, um



lugar outrora intocado, uma reificação que estabelece perspectivas sobre a mobilidade, as práticas espaciais e as subjetividades dos povos indígenas.

Relacionado à indigeneidade, o entendimento dos anglófonos sobre o termo indigenismo é bem diferente do nosso no Brasil. Enquanto indigenismo (e o termo correlato indigenista) diz respeito a não-indígenas interessados no tema e com relação direta com povos indígenas, ou institucionalmente falando trata-se de uma das carreiras no âmbito da FUNAI, os anglófonos utilizam “indigenismo” como tudo aquilo que diz respeito à questão indígena. Niezen (2000) se utiliza da definição da Convenção das Populações Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho de 1957 ao indicar um movimento social global de crescente proeminência e importância, mas que só tomou forma a partir da década de 1990, movimento esse que Radcliffe (1999) chamou de “coletivo transnacional não diaspórico” (*non-diasporic transnational collective*). Já Castree (2004) observa que o indigenismo não é sinônimo de povos indígenas como tal. Em vez disso, o termo descreveria aqueles grupos indígenas que conscientemente constroem solidariedades translocais como meio de alcançar objetivos e ambições locais, o que dialoga com o que denomino de geopolítica anticolonial promovida pelos povos indígenas (ZILIO, 2023).

Ao conteúdo do indigenismo, Castree (2004, p. 151) acrescenta alguns elementos. Primeiro, ele é definido com referência a uma determinada base de indivíduos e comunidades. Em outras palavras, é perseguido por e em nome de pessoas que reivindicam uma identidade específica (o “indígena”) pela qual buscam reconhecimento e que, por sua vez, pode ser utilizada como recurso

em lutas específicas. Não sendo “natural” (como qualquer identidade sócio-espacial), é atribuída ou adotada. Segundo, o indigenismo é fundamentalmente sobre o controle do lugar (*control of place*) e a reapropriação de “recursos” que lhes foram retirados, a saber terra e água, artefatos materiais e conhecimentos, todos relacionados ao lugar. Numa abordagem multiescalar, Castree (2004, p. 152) menciona o indigenismo, do ponto de vista geográfico, como o projeto de (re)apropriar certos lugares perseguido por meio de um conjunto de iniciativas translocais que envolvem tanto povos indígenas quanto não indígenas, assim como instituições estatais e internacionais.

Sem dúvidas, os anglófonos do Norte Global tomam indigenismo como sinônimo de movimento indígena, mais especificamente em sua trasescalaridade. Castree (2004, p. 156) evidencia isto ao falar do indigenismo como distintamente internacionalista, onde as demandas ou agendas locais passam por redes e instituições supralocais, sendo simultaneamente uma reação e uma aceitação de redes globais. A trasescalaridade da luta indígena, conforme analiso em outro texto (ZILIO, 2023), é catalisada pela questão ambiental, e a Geografia anglófona não se afasta desta análise, apesar da utilização de abordagens e ferramentas conceituais ainda pouco conhecidas em língua portuguesa.

É notável, diante do exposto até aqui, a centralidade do conceito de lugar (*place*), típico da Geografia anglófona, em detrimento de uma abordagem territorial, mais comum na realidade sócio-espacial latino-americana. Em Abya Yala, os povos em luta desde o início da invasão moderno-colonial tiveram o território como centro de sua resistência. Nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 1980, o movimento indígena em nosso continente colocou o território como fundamento de sua existência e propõe caminhos alternativos

ao modelo civilizatório capitalista, e nossa Geografia, em diálogo com tais povos, tem retrabalhado o conceito para servir como ferramenta de luta nos mais variados contextos.

A Geografia anglófona, ao menos nos países centrais, marginaliza e mesmo apaga o território de suas análises. Uma busca simples pelos termos *territory*, *territorial* ou *territoriality* nas obras consultadas mostra a quase inexistência de uma abordagem territorial, ao passo que não encontramos textos sem o emprego da palavra *place*, ora como sinônimo de escala local, ora indicando sentimento de pertencimento a um recorte espacial. Ainda que seja uma característica geral diferenciando a Geografia anglófona da latino-americana, nosso entendimento é de que os anglófonos que tratam da questão indígena, ao apagarem o território, apagam também múltiplas dimensões da luta, do modo de vida e da espacialidade dos povos originários.

### **Geografias mais-que-humanas, relação sociedade-natureza e neoliberalismo ambiental**

A análise da questão indígena nos estudos geográficos anglófonos demonstra a crescente utilização da *more-than-human theory* e sua repercussão na Geografia pelas chamadas *more-than-human* (MTH) *geographies*. As teorias mais-que-humanas, para Whatmore (2002 e 2006) e Souza Junior (2021), consideram que o ser humano não se limita à condição humana, estudando as relações das sociedades humanas com os demais seres que coabitam a Terra. Para TallBear (2011) e Elton (2019), a teoria mais-do-que-humana tenta preencher lacunas nas ciências sociais e humanidades, campos que, em grande parte, deixaram de lado os não-humanos na análise. O

fato de que os não-humanos são atores sociais e importantes para os mundos humanos é uma ideia relativamente nova para um pensamento eurocêntrico fundado na separação sociedade humana e natureza não-humana, mas os povos indígenas e muitas culturas orientais desde tempos imemoriais compreendem o humano como inseparável daquilo que comumente é chamado de natureza. Para Kim TallBear, pesquisadora indígena dos Estados Unidos, ver a sociedade como separada da natureza relaciona-se a um “binário colonialista” (*settler colonial binary*) uma vez que o colonialismo europeu impôs e manteve a crença de que os humanos têm domínio sobre o mundo mais-que-humano, e que vivemos separados de outras formas de vida (TallBear, 2016).

Por sua vez, as geografias mais-que-humanas, segundo Isaacs (2020), traçam a multiplicidade de encontros e relações emaranhadas entre humanos e outros não-humanos pelo espaço geográfico. Os seres vivos são colocados em perspectiva relacional, em que a relação entre sociedade e natureza não-humana é central. Para Coombes, Johnson e Howitt (2011, p. 812), é Ruth Panelli quem teria cunhado a ideia de “*more-than-human geographies*”. Ao reconhecer a “agência da natureza” (*nature agency*), o campo da Ecologia Política, construído inclusive por geógrafos, rejeita concepções binárias de cultura e natureza e cria as geografias mais-que-humanas (Panelli, 2010, p. 79).

Isso põe em xeque a separação brutal do pensamento moderno colonial herdado para o qual a sociedade humana seria um ente superior à natureza, esta transformada em estoque inesgotável de recursos. Precisamos, nesse sentido, nos questionar em que medida essa geografia mais-que-humana se equipara ou mesmo é abarcada pelo ambiente (ver, por exemplo, Souza 2019a e 2022), e em que essa

teoria escapa e se difere desse conceito. Lembremos que em inglês *environment* remete diretamente a um entorno, um envoltório, quando perspectivas mais recentes consideram que nós humanos também somos parte do ambiente, não se restringindo àquilo que nos rodeia. Se, como nos lembra Élisée Reclus (1906-1909) em sua abordagem da Geografia Social, “o homem é a natureza tomando consciência de si”, a relação sociedade-natureza lida pelo conceito de ambiente indica o próprio humano como parte desse ambiente. Nesse sentido, seria o entendimento do conceito de ambiente limitado por parte da Geografia anglófona, e a geografia mais-que-humana equivalente ao que hoje compreendemos por Geografia Ambiental?<sup>2</sup>

A relação sociedade-natureza sob a ideologia neoliberal está presente em diversas análises geográficas nos países do Norte Global. Conforme já mencionado, há um apagamento do território na produção sobre a questão indígena na Geografia de língua inglesa, o que em parte pode explicar limitações da análise geográfica anglófona. A neoliberalização da gestão dos territórios indígenas, ou como preferem os anglófonos, dos lugares indígenas, é também uma preocupação corrente. Com o avanço do neoliberalismo, as preocupações indígenas não podem ser compreendidas isoladamente das mudanças de identidade associadas. Isto destaca o valor do trabalho emergente que combina lições das geografias indígenas com a Ecologia Política para reunir identidade, cultura e ambiente numa análise multiescalar (Vadjunec, Schmink e Greiner, 2011). Stevenson (2006) nos lembra que enquadrar o mundo natural como um ambiente a ser gerenciado é incongruente para alguns povos indígenas e tais deturpações de cogestão levam ao desrespeito às prioridades indígenas, enquanto Coombes, Johnson e Howitt (2011,

---

<sup>2</sup> Sobre Geografia Ambiental, ver Souza (2019b).

p. 813) atribuem a uma incapacidade, por parte do Estado neoliberal, de reconhecer e incorporar o pluralismo ontológico nas negociações sobre posse da terra com povos indígenas.

A autodeterminação indígena, então, é inviabilizada pelo legado ambiental colonial (Coombes, 2007). Mesmo com inclinações “preservacionistas”, a perspectiva de planejamento e gestão dos “lugares” adotada é aquela que vê o ser humano como intrinsecamente prejudicial à “natureza”. Hale (2011, p. 206) destaca o problema da propriedade (privada) da terra advinda do Estado colonial, em que o estatuto incontestado da propriedade também reflete o advento do “multiculturalismo neoliberal”, no qual o confronto indígena com o Estado teria sido marginalizado em favor de uma busca mais limitada de reconhecimento cultural e direitos de propriedade. Assim, estudos mais profundos sob uma perspectiva efetivamente anticolonial são necessários para avaliar o quão a luta indígena nos países anglófonos arrefeceu sua ambição e se neoliberalizou. No entanto, ao explorar a conexão, o pertencimento e a coexistência dentro de configurações mais-do-que-humanas, as geografias indígenas promoveriam, para alguns geógrafos, um sentido “otimista” de mudança em meio a uma considerável diversidade de desafios (ver, por exemplo, Larsen e Johnson, 2012a e 2012b).

A neoliberalização da gestão territorial de terras indígenas pela concepção de governança é recorrente na Geografia escrita em língua inglesa. Radcliffe (2015) menciona o que ela denomina de colonialismo interno para se referir à produção de espaços fechados / enclausurados onde a indigeneidade é contida e reproduzida. Para ela, os enclaves indígenas estão inseridos analítica e empiricamente na dinâmica multiescalar de territorialização, mesmo que a

indigeneidade só seja visível quando encontrada em lugares marginais enclausurados. Essa perspectiva dialoga em parte com a problemática brasileira de povos indígenas territorializados em áreas protegidas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), notadamente em Reservas Extrativistas (RESEX) e Florestas Nacionais (FLONAs), e nas Terras Indígenas homologadas.

A corrente utilização do termo governança, ainda que em alguns momentos de modo relativamente crítico, demonstra a quase naturalização de uma concepção neoliberalizante de gestão territorial indígena na Geografia anglófona. Um dos exemplos críticos é o de Bryan (2009), o qual afirma ser muitas vezes reconhecido o conhecimento geográfico indígena apenas quando aplicável para solucionar problemas de governança. Essa perspectiva dialoga com o que Souza (2019a, cap. 6) chama de governamentalização da natureza, a governança como um conjunto de agentes e instituições heterônomas que congregam Estado, corporações privadas e Organizações Não-Governamentais que ora tenta incluir povos indígenas nos circuitos econômicos capitalistas, ora entende o humano como indesejável para alguma preservação da “natureza”. Porém, só faz sentido falar de “governo” da natureza sob uma matriz de racionalidade greco-ocidental. As cosmologias desde Abya Yala não distinguem natureza da condição humana. Logo, o “governo” da natureza também é o “governo” dos humanos, dos demais seres vivos e dos encantados. Não é possível, nas cosmologias originárias, falar do “governo” de apenas uma parte da vida ou da existência.

Por trás do conteúdo ideológico da governança tem-se a suposta inevitabilidade de indígenas se tornarem progressivamente

“empreendedores”, esvaziando sobremaneira as geoepestemes que apontam caminhos alternativos ou mesmo de incompatibilidade e ruptura com o modelo civilizatório capitalista. Textos como o de Schroeder e McDermott (2014) ou o de Jackson e Palmer (2015) se limitam a discutir uma governança ambiental que carrega tal perspectiva, ainda que velada, de inevitabilidade. Coombes, Johnson e Howitt (2011) utilizam a expressão “governança colaborativa”, ignorando que a governança em si tem um conteúdo ideológico neoliberalizante e tentando arrefecer o caráter heterônomo desse modo de gestão territorial. A governança, pois, jamais será “autogovernança”, ou melhor, autogoverno, autoplanejamento e autogestão dos territórios ancestrais. Esse ponto expõe um limite analítico da Geografia anglófona que, na maioria das vezes, não está densamente conectada às lutas por autonomia de nossa Abya Yala.

Algumas exceções são observadas, por exemplo, em Radcliffe (2014 e 2019), para quem a Geografia posiciona os povos indígenas e outros subalternizados como meros condutores de melhores “soluções” para problemas não causados por eles. Ela demonstra que sob o capitalismo neoliberal predominante, os sujeitos indígenas são necessariamente arrastados para as configurações muitas vezes ambíguas, difundidas e em constante mutação da subjetividade, disciplina e agência neoliberal (Radcliffe, 2019, p. 378). Nesse contexto, as terras e outros “recursos” indígenas tornam-se investíveis sob o prisma neoliberal.

Desde meados da década de 1990, os sujeitos indígenas têm sido incentivados a desenvolver o potencial de mercado da diferença étnica, uma fórmula política que desenvolveu novas iterações e ênfases no início do século XXI. Mais adiante, Radcliffe (2019, p. 379) argumenta que em sociedades coloniais anglófonas nota-se o



surgimento de corporações indígenas e instrumentos econômicos baseados em terras indígenas. Estudos como os de Chandra (2018) evidenciam que as “empresas sociais” (*social enterprises*) estão cada vez mais se associando aos povos indígenas como partes interessadas ativas na organização de suas terras. São cada vez mais comuns nos países anglófonos casos em que associações indígenas se transformam em pequenas empresas para comercializar “ativos ambientais”, o que justifica tais considerações. Radcliffe (2019) nota que a promoção neoliberal de produtos e serviços indígenas nos mercados globais reflete a dimensão de uma atribuição moderno-colonial de continuidade e estabilidade (não estatal) aos povos e lugares indígenas. Observo, assim, a influência da perspectiva anticolonial/descolonial de autores como Rivera Cusicanqui (2014) no pensamento de Radcliffe e que aparecem nas próprias referências bibliográficas dos artigos da autora britânica, algo que o levantamento bibliográfico realizado demonstra ser exceção na Geografia escrita em língua inglesa.

A relação sociedade-natureza sob o neoliberalismo está presente em diversas análises geográficas nos países do Norte Global. O apagamento do território na produção sobre a questão indígena na Geografia de língua inglesa deve ser contraposto com a perspectiva de que o controle do território é fundamental para a forma contemporânea de exploração de recursos naturais (Porto-Gonçalves, 2006, p. 287). A separação entre o lugar de extração, o lugar de transformação e o lugar de consumo mostram que a produção no capitalismo não é realizada para os do lugar, muitas vezes é feita contra ou sob a expulsão dos nativos do lugar (idem, p. 289-290). Tais do lugar não raro são indígenas com matrizes de racionalidade que não distinguem o que a moderno-colonialidade

postulou como sociedade e natureza. Para Porto-Gonçalves (2006, p. 288),

O fundamento da relação da sociedade com a natureza sob o capitalismo está baseado na separação, a mais radical possível, entre os homens e mulheres, de um lado, e a natureza, de outro. A generalização do instituto da propriedade privada, ao privar a maior parte dos homens e das mulheres do acesso aos recursos naturais, cumpre um papel fundamental na constituição do capitalismo.

Vimos que nos países anglófonos centrais do capitalismo, territórios ancestrais são transmutados em propriedades privadas até sob gestão de indígenas, mas imersos na lógica da forma-mercadoria. Os conflitos de territorialidades envolvendo povos originários, que também são conflitos ambientais e conflitos geoepistêmicos (ZILIO, 2021), se configuram como conflitos de racionalidades, de formas de apropriação social da natureza, sendo estes portadores de uma racionalidade ambiental (Leff, 2006) antagônica ao capitalismo. Em parte, pois, a questão indígena na Geografia anglófona é tratada sob o véu da naturalização do neoliberalismo como única perspectiva de vida possível, mesmo para povos de cosmologias radicalmente diferentes, cabendo à geógrafa e ao geógrafo contribuírem apenas para uma adaptação menos nociva ao modelo civilizatório “inevitável”.

### **Considerações finais: sistematizando conceitos para um diálogo com Abya Yala?**

A questão colocada para as Geografias indígenas, sob uma perspectiva anticolonial desde Abya Yala, é o problema da matriz de racionalidade greco-ocidental imposta a povos de cosmologias e espacialidades diversas. Na articulação com os povos em luta

aprendemos que a espacialidade do Estado moderno, fundada na lógica euclidiana, se opõe e se sobrepõe às lógicas espaciais originárias (ZILIO, 2022). A Geografia anglófona caminha, de maneira geral, entre o estudo da disputa por recursos naturais, as formas de “governo da natureza” (governança, para utilizar um termo neoliberal) e a compreensão do ser indígena no centro do capitalismo mundial, utilizando largamente o conceito de lugar (*place*) e deixando de lado o de território.

Algumas palavras sobre o espaço de escrita do presente texto merecem ser colocadas. Apesar de encontrarmos artigos sobre a Amazônia, quase nenhum foca em povos indígenas. Conforme destacado, a maior parte dos textos tem como referencial empírico territórios indígenas nos EUA, no Canadá, na Austrália e na Nova Zelândia. Alguns apresentam referenciais de países andinos como Equador e Peru, oriundos de parcerias entre pesquisadores de países anglófonos e hispanohablantes, outros a partir de geógrafas/os andinas/os que realizam ou realizaram seu doutorado na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Contudo, as referências empíricas andinas não são suficientes para tencionar as abordagens, os conceitos e as teorias aqui apresentados. Sendo a Amazônia uma região-chave para a compreensão do papel e do “lugar” dos povos indígenas no mundo, a Geografia anglófona preocupada com a indigeneidade carece não somente de referências empíricas amazônidas, mas também (e principalmente) de teorias forjadas na Amazônia.

Diante desse cenário, é importante incorporarmos criticamente a ideia de indigeneidade. Entendo que se trata de uma via de mão dupla: indigeneidade como resistência e existência reflexo do ser indígena no mundo; e indigeneidade como embalagem de um produto, uma mercadoria. As geografias mais-que-humanas

merecem melhor escrutínio para serem eventualmente operacionalizadas em nossas análises desde Abya Yala. A teoria do mais-que-humano, elaborada no Norte Global, não deve ser utilizada acriticamente no Sul Global, sob pena de perpetuarmos a colonialidade do saber. Em nosso continente dispomos de um arsenal teórico-conceitual que abarca, ao menos, grande parte da teoria do mais-que-humano nas intersecções entre ambiente, território e geoepesteme. O humano como indissociável da natureza e os seres materiais e imateriais, os encantados e as cosmologias originárias compreendem e mesmo vão além dessa teoria anglófona que não dá conta da complexidade dos territórios ancestrais – inclusive, opera um apagamento do território em suas análises.

De certo modo, em Abya Yala temos produzido conhecimento mais aprofundado sobre a espacialidade dos povos originários. Contudo, a geopolítica da língua inglesa, reflexo da constituição do sistema-mundo moderno-colonial e do imperialismo, ainda subjugava as teorias elaboradas em espanhol, português e, por que não mencionar, em nheengatu, guarani, wai wai, munduruku, terena, quéchua e aimará.

## Referências

BARGH, Maria. The triumph of Maori entrepreneurs or diverse economies? In: *Aboriginal Policy Studies*. Vol. 1, nº 3. Alberta: University of Alberta, p. 53–69, 2011.

BRYAN, Joe. Where would we be without them? Knowledge, space and power in Indigenous politics. In: *Futures*. V. 41. s.l., Elsevier, p. 24–32, 2009.

CASTREE, Noel. Differential geographies: place, indigenous rights and 'local' resources. In: *Political Geography*. Nº 23. s.l., Elsevier, p. 133-167, 2004.

CHANDRA, Yanto. New narratives of development work? Making sense of social entrepreneurs' development narratives across time and economies. In: *World Development*. n° 107. s.l., Elsevier, p. 306–326, 2018.

COOMBES, Brad. Defending community? Indigeneity, self-determination and institutional ambivalence in the restoration of Lake Whakaki. In: *Geoforum*. Vol. 38, n° 1. s.l., Elsevier, p. 60–72, 2007.

COOMBES, Brad; JOHNSON, Jay; HOWITT, Richard. Indigenous geographies I: Mere resource conflicts? The complexities in Indigenous land and environmental claims. In: *Progress in Human Geography*. Vol. 36, n° 6. s.l., SAGE, p. 810-821, 2011.

COOMBES, Brad; JOHNSON, Jay; HOWITT, Richard. Indigenous geographies II: The aspirational spaces in postcolonial politics – reconciliation, belonging and social provision. In: *Progress in Human Geography*. Vol. 37, n° 5. s.l., SAGE, p. 691-700, 2012.

COOMBES, Brad; JOHNSON, Jay; HOWITT, Richard. Indigenous geographies III: Methodological innovation and the unsettling of participatory research. In: *Progress in Human Geography*. Vol. 38, n° 6. s.l., SAGE, p. 845-854, 2014.

ELTON, Sarah. Posthumanism Invited to Dinner: Exploring the Potential of a More-Than-Human Perspective in Food Studies. In: *Gastronomica: The Journal for Critical Food Studies*. Vol. 19, n° 2. Oakland: University of California Press, p. 6-15, 2019.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022 (1961).

FOSTER, John Bellamy. Marx's Theory of Metabolic Rift: Classical Foundations for Environmental Sociology. In: *American Journal of Sociology*. V. 105, n° 2. Chicago: University of Chicago Press, p. 366-405, 1999.

GIDDENS, Anthony. The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration. *Berkeley*: University of California Press, 1984.

HALE, Charles. Resistencia para que? Territory, autonomy and neoliberal entanglements in the “empty spaces” of Central America. In: *Economy and Society*. Vol. 40, n° 2. s.l., Taylor & Francis, p. 184-210, 2011.

HALLBOOM, Bethany; CAMPBELL, Lisa. Scale, networks, and information strategies: Exploring indigenous peoples’ refusal of a protected area in Suriname. In: *Global Network*. Vol. 12, n° 3. s.l., Wiley, p. 375–394, 2011.

HOWITT, Richard. Getting the scale right? A relational scale politics of native title in Australia. In: KEIL, Roger; MAHON, Rianne (eds.). *Leviathan Undone? Towards a Political Economy of Scale*. Vancouver: University of British Columbia Press, p. 141–155, 2009.

ISAACS, Jenny. More-than-human geographies. In: CASTREE, Noel; GOODCHILD, Michael; KOBAYASHI, Audrey; LIU, Weidong; MARSTON, Richard. *The International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment and Technology*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2020.

JACKSON, Sue; PALMER, Lisa. Reconceptualizing ecosystem services: Possibilities for cultivating and valuing the ethics and practices of care. In: *Progress in Human Geography*. V. 39, n° 2. s.l., SAGE, p. 122–145, 2015.

LAING, Anna. Beyond the zeitgeist of ‘post-neoliberal’ theory in Latin America: The politics of anti-colonial struggles in Bolivia. In: *Antipode*. Vol. 44. s.l., Wiley, p. 1051–1054, 2012.

LAING, Anna. *Territory, resistance and struggles for the plurinational state: the spatial politics of the TIPNIS Conflict*. PhD thesis. Glasgow: University of Glasgow, 2015.

LAING, Anna. Re-producing territory: between resource nationalism and indigenous self-determination in Bolivia. In: *Geoforum*. Vol. 108. s.l., Elsevier, p. 28-38, 2019.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, p. 21-54, 2005.

LARSEN, Soren; JOHNSON, Jay. In between worlds: place, experience, and research in Indigenous geography. In: *Journal of Cultural Geography*. Vol. 29, nº 1. s.l., p. 1-13, 2012a.

LARSEN, Soren; JOHNSON, Jay. Toward an Open Sense of Place: Phenomenology, Affinity, and the Question of Being. In: *Annals of the American Association of Geographers*. Vol. 102, nº 3. s.l., Taylor & Francis, p. 632-646, 2012b.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIVINGSTONE, David. *The Geographical Tradition*. Oxford: Basil Blackwell, 1992.

MIGNOLO, Walter. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. In: *Geographia*. Vol 7, nº 13. Niterói: Universidade Federal Fluminense, p. 7-28, 2005.

NIEZEN, Ronald. Recognizing indigenism: Canadian Unity and the International Movement of Indigenous Peoples. In: *Comparative Studies in Society and History*. Vol. 42, nº 1. Cambridge: Cambridge University Press, p. 119-148, 2000.

PANELLI, Ruth. Social geographies: encounters with Indigenous and more-than-White/Anglo geographies. In: *Progress in Human Geography*. Vol. 32, nº 6. s.l., SAGE, p. 801-811, 2008.

PANELLI, Ruth. More-than-human social geographies: Posthuman and other possibilities. In: *Progress in Human Geography*. Vol. 34, nº 1. s.l., SAGE, p. 79-87, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: *La guerra infinita: hegemonia y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, p. 217-256, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RADCLIFFE, Sarah. Entangling resistance, ethnicity, gender and nation in Ecuador. In: PADDINSON, Ronan; PHILO, Chris;

ROUTLEDGE, Paul; SHARP, Joanne (eds.). *Entanglements of Power: Geographies of Domination/Resistance*. Londres: Routledge, p. 164–181, 1999.

RADCLIFFE, Sarah. Development for a postneoliberal era? Sumak kawsay, living well and the limits to decolonisation in Ecuador. In: *Geoforum*. Vol. 43, n° 2. s.l., Elsevier, p. 240–249, 2012.

RADCLIFFE, Sarah. Gendered frontiers of land control: Indigenous territory, women and contests over land in Ecuador. In: *Gender, Place and Culture*. Vol. 21, n 7. s.l., Taylor & Francis, p. 854-871, 2013.

RADCLIFFE, Sarah. Plural knowledges and modernity: Social difference and geographical explanations. In: OKAMOTO, Kohei; ISHIKAWA, Yoshitaka (orgs.). *Traditional Wisdom and Modern Knowledge for the Earth's Future*. Tokyo: Springer, p. 79–102, 2014.

RADCLIFFE, Sarah. Geography and indigeneity I: Indigeneity, coloniality and knowledge. In: *Progress in Human Geography*. Vol 41, n° 2. s.l., SAGE, p. 220-229, 2015.

RADCLIFFE, Sarah. Geography and indigeneity II: Critical geographies of indigenous bodily politics. In: *Progress in Human Geography*. Vol 42, n° 3. s.l., SAGE, p. 436-445, 2017.

RADCLIFFE, Sarah. Geography and indigeneity III: Co-articulation of colonialism and capitalism in indigeneity's economies. In: *Progress in Human Geography*. Vol 44, n° 2. SAGE, p. 374-388, 2019.

RADCLIFFE, Sarah. *Decolonizing Geography: an Introduction*. Cambridge: Polity Press, 2022.

RECLUS, Élisée. *El Hombre y la Tierra*. 6 tomos. Barcelona: Escuela Moderna, 1906-1909 (1905-1908).

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. The Potosí Principle: Another view of totality. In: *E-misférica*. Vol. 11, n° 1. Special issue on Decolonial Gesture. s.l., Hemisférica, 2014.

SCHROEDER, Heike; MCDERMOTT, Constance. Beyond carbon: Enabling justice and equity in REDD+ across levels of governance. In: *Ecology and Society*, v. 19, n° 1. s.n., s. l., p. 31, 2014.



SOUZA, Marcelo Lopes de. *Ambientes e territórios: uma introdução à Ecologia Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019a.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O que é a Geografia Ambiental? In: *Ambientes: revista de Geografia e Ecologia Política*. V. 1, nº1. s. l., Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental, p. 14-37, 2019b.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ambiente. In: *Geographia*. V.24, nº 53. Niterói: Universidade Federal Fluminense, p. 1-6, 2022.

SOUZA JUNIOR, Carlos Roberto Bernardes de. More-than-human cultural geographies towards co-dwelling on Earth. In: *Mercator*. Vol. 20, nº 1. Fortaleza: UFC, p. 1-10, 2021.

STEVENS, Stan. Implementing the UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples and international human rights law through the recognition of ICCAs. In: *Policy Matters*. nº 17. s.l., ICCA, p. 181–194, 2010.

TALLBEAR, Kim. Why Interspecies Thinking Needs Indigenous Standpoints? In: *The Human is More Than Human Series*. Society for Cultural Anthropology, 2011. Disponível em <https://culanth.org/fieldsights/why-interspecies-thinking-needs-indigenous-standpoints>. Acesso em 30/03/2024.

TALLBEAR, Kim. Dear Indigenous Studies, It's Not Me, It's You: Why I Left and What Needs to Change. In: MORETON-ROBINSON, Aileen (ed.). *Critical Indigenous Studies: Engagements in First World Locations*. Tucson: University of Arizona Press, 2016.

VADJUNEC, Jacqueline; SCHMINK, Marianne; GREINER, Alyson. New Amazonian geographies: Emerging identities and landscapes. In: *Journal of Cultural Geography*. Vol. 28, nº 1. Taylor & Francis, p. 1-20, 2011.

WHATMORE, Sarah. *Hybrid geographies: natures, cultures, spaces*. Londres: SAGE, 2002.

WHATMORE, Sara. Materialist returns: practicing cultural geography in and for a more-than-human world. In: *Cultural Geographies*. Vol. 13. s.l., SAGE, p. 600-609, 2006.

ZILIO, Rafael. A fronteira abissal no Oeste do Pará: conflitos geoepistêmicos frente a implantação de grandes projetos espaciais. In: *Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política*. V. 3, nº 1. 2021. P. 83-106

ZILIO, Rafael. Práticas espaciais insurgentes do movimento indígena no Brasil diante da ofensiva jurídico-legal contemporânea. In: *Ateliê Geográfico*. Vol 16, nº 3. Goiânia: UFG, 2022. P. 305-322.

ZILIO, Rafael. A geopolítica anticolonial na transescalaridade da luta indígena. In: *Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política*. Vol 5, nº 2. 2023. P. 18-49.

Recebido para publicação em 13/03/2025

Aceito para publicação em 03/09/2025

# JUVENTUDE INDÍGENA DE RONDÔNIA E O USO DE GEOTECNOLOGIAS NA LUTA PELA PERMANÊNCIA EM SEUS TERRITÓRIOS

*INDIGENOUS YOUTH OF RONDÔNIA AND THE USE OF GEOTECHNOLOGIES IN THE STRUGGLE TO REMAIN IN THEIR TERRITORIES*

*LA JUVENTUD INDÍGENA DE RONDÔNIA Y EL USO DE GEOTECNOLOGÍAS EN LA LUCHA POR PERMANECER EN SUS TERRITORIOS*

João Bosco Salles da Silva Júnior  
Universidade Federal de Rondônia  
joaboscosalles12@gmail.com

Maria da Graças Silva Nascimento Silva  
Universidade Federal de Rondônia  
mgsnsilva@unir.br

## Resumo:

Com a expansão da internet em nível global, vários espaços se interligam em uma grande teia, que transmite informações, reduz fronteiras e barreiras geográficas numa perspectiva virtual. Os jovens são o grupo social que tem o domínio e facilidade de uso das novas tecnologias. Considerando os jovens indígenas e as mídias digitais, a pesquisa tem o objetivo de abordar o protagonismo desse grupo no uso das ferramentas digitais, no viés decolonial, pela manutenção de seus territórios. A metodologia da pesquisa é de natureza qualitativa, amparada por revisão de literatura, bibliográfica e documental com recorte geográfico para as Terras Indígenas de Rondônia e atividade de campo. Os principais resultados indicam o manuseio das geotecnologias a partir dos próprios olhares da juventude indígena, emergindo como ferramentas decoloniais na luta pela permanência em seus territórios.

**Palavras-chave:** Protagonismo indígena, ferramentas decoloniais, Kaxarari, direito territorial.

|             |           |                                 |                 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025 | ISSN: 2674-8355 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:** With the global expansion of the internet, various spaces are interconnected in a large web that transmits information and reduces borders and geographical barriers in a virtual perspective. Young people are the social group that has mastery and ease of use of new technologies. Considering indigenous youth and digital media, the research aims to address the protagonism of this group in the use of digital tools, from a decolonial perspective, for the maintenance of their territories. The research methodology is qualitative in nature, supported by a review of literature, bibliography, and documentation with a geographical focus on the Indigenous Lands of Rondônia and fieldwork. The main results indicate the use of geotechnologies from the perspective of indigenous youth themselves, emerging as decolonial tools in the struggle to remain in their territories.

**Keywords:** Indigenous protagonism, decolonial tools, Kaxarari, territorial rights.

**Resumen:** Con la expansión de Internet a nivel mundial, varios espacios se interconectan en una gran red que transmite información y reduce las fronteras y barreras geográficas desde una perspectiva virtual. Los jóvenes son el grupo social que domina y utiliza con facilidad las nuevas tecnologías. Teniendo en cuenta a los jóvenes indígenas y los medios digitales, la investigación tiene como objetivo abordar el protagonismo de este grupo en el uso de las herramientas digitales, desde una perspectiva descolonial, para la conservación de sus territorios. La metodología de la investigación es de naturaleza cualitativa, respaldada por una revisión de la literatura, bibliográfica y documental con un enfoque geográfico en las Tierras Indígenas de Rondonia y actividades de campo. Los principales resultados indican el manejo de las geotecnologías desde la propia perspectiva de la juventud indígena, emergiendo como herramientas decoloniales en la lucha por la permanencia en sus territorios.

**Palabras clave:** Protagonismo indígena, herramientas decoloniales, Kaxarari, derecho territorial.

## **Introdução**

A evolução dos processos tecnológicos durante a história da humanidade condiciona as transformações da sociedade e da paisagem natural. Nessa trajetória, o espaço geográfico é moldado com novos arranjos territoriais e socioespaciais, a partir de uma revolução tecnológica em nome do progresso coletivo e do bem da humanidade.

As novas concepções de uso do solo redefinem o direito à terra, legislações pertinentes e áreas preservadas. Com o tempo, surgem alguns retrocessos nas políticas territoriais, impulsionadas por bancadas parlamentares brasileiras que consideram a terra somente como mercadoria a ser explorada.

A exemplo, a tese do Marco Temporal (PL 490/07), apoiada pela bancada ruralista, advoga que os indígenas só têm direito a suas terras se estas foram homologadas até 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal (Brasil, 2016), ou seja, os povos indígenas já deveriam estar na ocupação de seus territórios nesta data (Ciscati, 2021).

Práticas como a da citada tese provocam a alteração das legislações, em benefício de uma determinada camada social, para atender a seus próprios interesses capitais, em detrimento de quem vive na e pela natureza. Esse discurso tem viés colonial, conforme aponta Quijano (2005), na colonialidade do poder, ou seja, um pensamento que desvaloriza as vidas e os corpos de sujeitos colonizados, os quais são considerados inferiores e divergentes daquele que julgam ser o modelo central de civilização - a Europa.

Novas possibilidades despontam através da inserção de novas tecnologias e potencializam a mudança de paradigmas sobre o olhar

colonial para os modos de vida de grupos sociais antes invisibilizados, como as populações tradicionais. Se, antes, as ferramentas midiáticas eram vistas com desconfiança pelos povos indígenas, agora são acessadas e ressignificadas a partir de suas lentes, como processo de resistência cultural.

É a juventude que se apodera, domina e tem facilidade com o uso de novas tecnologias. Nesse grupo social, destaca-se o espírito desbravador, aventureiro, inovador, inclusivo, a inserção interativa e novas descobertas. Na perspectiva da juventude indígena, em relação às gerações anteriores, é perceptível a diferença em seus posicionamentos quanto à luta pelos seus direitos. Hoje, esse processo é fortalecido pelas ferramentas digitais.

Diante do contexto apresentado, o objetivo deste estudo é analisar o uso das novas tecnologias pela juventude indígena na luta pela permanência em seus territórios, pelo viés decolonial.

Percebeu-se, na atividade, o protagonismo da juventude indígena com destreza, aprendizado, domínio e uso das ferramentas digitais e como, a partir de suas próprias lentes, a ressignificação dessas ferramentas se configura como importante mecanismo na luta em defesa de seus direitos.

A pesquisa é de natureza qualitativa, amparada pelo método fenomenológico, revisão de literatura em artigos, teses, dissertações, documentos, evidenciando a temática de tecnologia e povos indígenas de Rondônia, além da metodologia de roda de conversa na atividade de campo no Território Indígena Kaxarari, situado no Distrito de Extrema, em Porto Velho-RO.

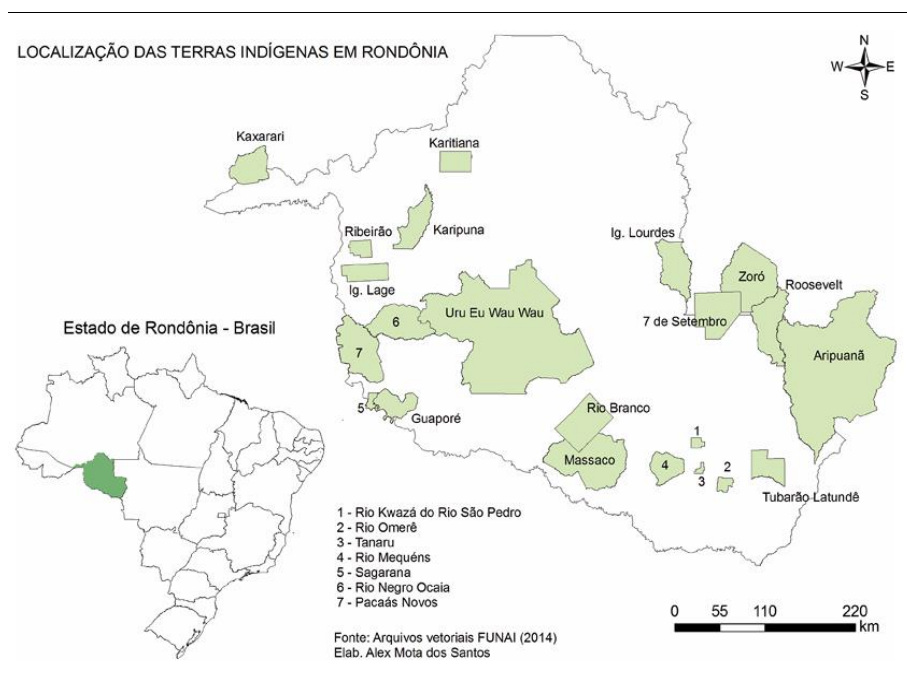
Como contribuição, a pesquisa destaca a importância e o protagonismo de jovens indígenas na luta pela defesa de seus territórios e como o uso de mídias digitais pode desnaturalizar o pensamento

colonial, que invisibiliza, neutraliza e subalterniza as epistemologias e modos de vidas dos povos indígenas e, assim, contemplar a ciência geográfica com leituras epistemológicas antes invisibilizadas.

## Procedimentos metodológicos

A área de estudo compreende o recorte geográfico das Terras Indígenas de Rondônia (Figura 1).

**Figura 1: Localização das Terras Indígenas de RO**



Fonte: Gomide e Santos (2015, p. 56).

De acordo com dados do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), Rondônia tem 21.153 pessoas indígenas; considerando-se a Amazônia Legal, é o 4º estado do país e o 3º da Região Norte a abrigar mais povos indígenas,

com um total de 29 povos, conforme registros do Instituto Socioambiental (ISA) (2024).

As terras indígenas de Rondônia em que já são desenvolvidos trabalhos significativos de monitoramento territorial com geotecnologias a partir de suas juventudes são as das etnias Jupaú (Uru-Eu-Wau-Wau/Gov. Jorge Teixeira), Paiter Suruí (Sete de Setembro/Cacoal) e Gavião (Igarapé Lourdes/Ji-Paraná).

O estudo apresenta abordagem qualitativa, com leitura teórico metodológica a partir da fenomenologia da percepção (Merleau-Ponty, 1999) por entender que a compreensão do fenômeno em foco visa elencar as contribuições dos modos de vida das sociedades indígenas e seus olhares para a realidade, de acordo com seus modos de vida e relação com a natureza.

Para a compreensão do método, entende-se por fenômeno tudo aquilo que aparece diante de si. Cada indivíduo entende a realidade dos fenômenos de forma diferenciada e, assim, enxerga o mundo de forma muito própria e particular.

Os fenômenos são apresentados de acordo com os sentidos humanos. Ninguém pensa igual. As pessoas não sentem as coisas da mesma maneira: beber, comer, ver, sentir, tocar... são modos de enxergar e sentir o mundo diferente. Cada pessoa tem sua realidade, leitura e visão de mundo. O corpo apresenta e mostra o mundo para cada um. Silva e Santos (2021) assim explicam o significado de fenômeno:

Ordinariamente, fenômeno é tudo aquilo que se mostra, tudo aquilo que aparece para a percepção. Todavia, nem tudo que se mostra é realmente o núcleo, a essência, aquilo que de fato o fenômeno é. (Silva; Santos, 2022, p. 141).



O sentido da fenomenologia está em cada pessoa, na maneira de perceber e na imagem que se constrói do mundo vivido na relação espaço-tempo. Logo, a partir da fenomenologia, a relação do ser humano com a natureza passa a ser percebida como um fenômeno que ocorre através da percepção (Lencioni, 2003).

De acordo com a fenomenologia, o comportamento humano se fundamenta em imagens subjetivas do mundo, construídas de acordo com a dinâmica de mundo vivido (Buttimer, 1982). Esta construção ocorre a partir da percepção do indivíduo sobre os fenômenos e não no conhecimento objetivo do mundo real (Lencioni, 2003).

Desse modo, a fenomenologia trabalha na concepção das leituras de mundos por meio do que se apresenta diante de si. Essas representações são muito particulares e de acordo com as percepções, subjetividades e vivências das interações socioespaciais.

Para os povos indígenas, o território possui uma relação indissociável, uma interdependência mútua que constitui a base de suas sobrevivências. É preciso o respeito a cada interpretação da construção da realidade dos sujeitos, suas territorialidades e as formas de organização espacial.

Nessa condição, a fenomenologia proporciona abordagens interseccionadas ao espaço geográfico, o ambiente, evidenciando o mundo vivido, percebido e imaginado pelos indivíduos. São geradas novas perspectivas de trabalho em análise das categorias geográficas como território, espaço, lugar, paisagem e região.

A pesquisa de campo geográfica gera observações que podem ser empíricas e sistematizadas através do olhar e do lugar do “outro”, proporcionando a compreensão dos fenômenos a partir de suas

vivências e percepções do externo que se apresenta (Suertegaray, 2002).

A atividade de campo realizada foi o I Encontro da Juventude Indígena Kaxarari (maio/2024, Aldeia Barrinha), com o objetivo de discutir sobre a importância das tecnologias digitais a partir das percepções da própria juventude indígena, bem como as possibilidades de articulação das ferramentas na defesa de seus direitos, empoderamento e resistência cultural.

O estudo é contemplado por revisão bibliográfica - envolvendo artigos, teses, dissertações, livros - e trabalho de campo, com aplicação de entrevistas às lideranças indígenas, bem como realização de roda de conversa com as juventudes.

A roda de conversa como metodologia foi utilizada no diálogo realizado com os jovens indígenas da Terra Indígena Kaxarari, no distrito de Extrema-RO. O planejamento foi pensado a partir de observações em visitas anteriores ao território, considerando-se que a conversa com os jovens flui de maneira positiva quando estão em grupo, informalmente, ao invés de uma entrevista individual, com questionário, que inibe o contato. A esse respeito, Moura e Lima (2014) dizem que:

Nas rodas de conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, porque pressupõe um exercício de escuta e de fala, em que se agregam vários interlocutores, e os momentos de escuta são mais numerosos do que os de fala (Moura; Lima, 2014, p. 100).

A roda de conversa estimula uma participação coletiva no diálogo/debate sobre determinada temática: os sujeitos se expressam, escutam seus pares e a si mesmos. Isso permite um exercício reflexivo, ativa algumas memórias, socializar saberes e a

troca de experiências, conversas, divulgação e conhecimento entre os envolvidos, levando-os a reconstruir novas leituras e visibilidade dos fenômenos (Moura lima, 2014). São bases epistemológicas produzidas que contemplam a ciência geográfica na relação espaço, ambiente e tempo.

É preciso considerar os conhecimentos e as percepções das pessoas sobre a inserção e os modos de usos das novas tecnologias. Nesse sentido, foi trabalhado o uso de instrumentos geotecnológicos como drone, celular, aplicativos, Sistema de Posicionamento Global (*Global Positioning System* - GPS), com o intuito de evidenciar sua importância como instrumentos na luta e preservação de seus territórios.

### **Tecnologias digitais e povos indígenas: um aspecto decolonial**

De acordo com Pereira (2020), a evolução dos processos tecnológicos atua sobre o espaço geográfico, o meio natural, e gera transformações técnicas vinculadas à dependência da natureza. Com o início da Revolução Industrial, no século XVIII, o meio técnico é caracterizado pela mecanização e inserção de novas tecnologias no meio produtivo, atuando na paisagem com novos arranjos territoriais.

Assim, o meio científico informacional é o momento da união entre técnica e ciência em prol do mercado, com avanços tecnológicos e de comunicação, consolidando o processo de globalização - a grande rede. É o conceito que Santos (2008) apresenta como meio técnico científico informacional na transformação da natureza natural para artificializada:

O meio técnico-científico-informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação. Paralelamente, se instala um novo sistema de natureza. Nesse mundo, a primeira natureza que conta não é mais a natureza natural, mas, sim, a natureza já artificializada. O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais (Santos, 2008, p. 20–21).

A expansão global tecnológica espelhada pela internet configura uma grande teia, ligando espaços e transmitindo informações dinâmicas, que reduz fronteiras e barreiras geográficas numa perspectiva virtual.

Pereira (2023) discorre sobre a inserção dos povos ameríndios na cultura digital. Mesmo não havendo estudos sobre a mensuração da margem de alcance da internet nas aldeias indígenas, diversas experiências significativas indicam uma tendência inovadora no uso das práticas midiáticas por essa população, o que potencializa o fortalecimento dos seus patrimônios culturais, bem como traz visibilidade aos saberes e culturas locais.

Em meio a todas as dificuldades e entraves geográficos existentes nesses espaços para receber uma infraestrutura que permita o acesso à internet e democratizar a inclusão digital, a conectividade está acontecendo. Os indígenas se interligam em redes com outros sujeitos e, assim, disseminam suas histórias e saberes pela sua própria oratória e escrita, quebrando estereótipos de senso comum enraizados na sociedade sobre os seus modos de vida.

É um processo de ressignificação das ferramentas digitais condicionadas às cosmologias indígenas, suas interpretações e leituras de mundo. Portanto, é desnaturalizar o pensamento abissal

que Boaventura Santos (2007) já discutia como o pensamento moderno ocidental, que se intitula hegemônico, real, proclama-se como o “deste lado da linha” e considera inexistentes os que estão do “outro lado da linha”. Nas palavras do autor,

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. (...) A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética (Santos, 2007, p. 71).

Na mesma perspectiva apresentada por Boaventura Santos (2007), o sociólogo Aníbal Quijano (2005) chama atenção para a colonialidade do poder a partir da lógica do pensamento capitalista, centrado na cultura eurocêntrica, branca, patriarcal, masculina e cristã, em que os indivíduos se auto intituam como seres iluminados e superiores. Quem não está contemplado por esses atributos é considerado inferior, inútil, subalterno e rudimentar. Quijano (2005) reforça que todo esse discurso também induz à colonialidade do saber. Seus estudos se caracterizam por uma perspectiva de mundo a partir da América Latina.

Desse modo, um processo de opressão atinge os povos da Amazônia, seja no poder ou saber; grupos sociais sofrem, com veemência, esse processo opressor, tais como as mulheres negras, os

povos tradicionais, as pessoas LGBTQIA+, as pessoas com deficiência, dentre outras, que são subjugados como minoria pela classe elitista. Como possibilidade para se desprender dessa amarra colonial, emerge o confronto epistemológico pelo viés do pensamento decolonial.

Mas o que seria esse pensamento decolonial? Nas palavras de Nascimento (2021), o termo adota uma postura crítica em relação às teorias da modernidade, visto que a colonialidade molda a sociedade contemporânea. Questionar as relações de poder que dão base ao capitalismo pode promover estratégias para transformar a realidade e tensionar os modelos eurocêntricos que condicionam a colonização dos modos de ser e de se reconhecer das pessoas. De acordo com o autor,

A decolonialidade propõe um engajamento crítico contra as teorias da modernidade por entender que a colonialidade é parte constitutiva desse projeto de sociedade. A proposta decolonial, nesse sentido, vai desde uma crítica da colonialidade até a proposta de construção de um movimento insurgente capaz de romper com a base epistêmica moderna (Nascimento, 2021, p. 58).

Essa concepção se insere nas sociedades indígenas a partir do levante no protagonismo do movimento das juventudes indígenas, do qual emergem ações para um pensamento decolonial. Esta seria a maneira de se desprender da lógica do pensamento capitalista sob uma única perspectiva de mundo, fazendo ecoar as vozes e caminhos da pluridiversidade (Mignolo, 2007).

Pensar e respeitar o outro abre possibilidades epistemológicas e heterogêneas, que contribuem para a ciência com novas interpretações e leituras de mundo. Nesse sentido, no uso

de novas tecnologias, os jovens indígenas estão ressignificando o uso das ferramentas na perspectiva decolonial. Como aspecto positivo, as redes sociais de comunicação além de compartilhar culturas, ideias e tradições destes povos, potencializam a aproximação entre as etnias e fortalecem o discurso coletivo e atribui identificação com as realidades (Almeida, 2023).

É importante evidenciar o trabalho de algumas jovens lideranças indígenas na luta pelos direitos de seus povos. A exemplo, Txai Suruí, ativista e influenciadora digital do povo Paiter Suruí de Cacoal-RO, através das mídias sociais, bem como participação em debates, vem discorrendo sobre os impactos das mudanças climáticas e a articulação dos movimentos na expansão da luta pelos direitos dos povos originários. Em entrevista a Sollito (2022), a citada ativista disse:

[...] as redes sociais são um instrumento de luta. A gente usa como forma de proteção da nossa cultura. Tradicionalmente, passamos o conhecimento de forma oral. Mas hoje, podemos gravar um vídeo de uma história que meu pai está contando. (...). Também usamos como maneira de denunciar o que está acontecendo aqui. (...) A internet também é um instrumento de articulação. (Txai Suruí. Entrevista concedida a Sollito. Veja [online, 22 jan. 2022, n. p]).

O professor indígena Gersem Luciano, do povo Baniwa, dialoga sobre a importância da inserção tecnológica na vida dos povos indígenas, destacando o protagonismo desse grupo na luta e defesa de seus direitos territoriais com base na apropriação dos aparatos digitais:

Com eles, os povos indígenas cada vez mais estão superando a invisibilidade social, principal causa

da ignorância, do preconceito e da discriminação. O processo de apropriação das tecnologias e de outros conhecimentos próprios da modernidade está possibilitando que esses povos reorientem e planejem seus futuros, reafirmando e fortalecendo os seus próprios conhecimentos. De acordo com essa perspectiva histórica, os recursos tecnológicos e digitais representam novas possibilidades de recuperação e de consolidação dos processos autônomos dos povos indígenas, na medida em que, efetivamente, podem contribuir decisivamente para a autogestão de seus territórios e para a sustentabilidade de seus projetos sociopolíticos, econômicos e espirituais. (Luciano, 2006, p. 91-92).

### **Monitoramento territorial indígena: defender-se para sobreviver**

A Fundação Nacional do Índio<sup>1</sup> (Funai), amparada pelo art. 231 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2016), garante o usufruto exclusivo da propriedade territorial aos povos originários, e discorre sobre o monitoramento territorial em terras indígenas, com foco na proteção (Funai, 2020).

As ações de monitoramento podem ser de controle - como a fiscalização - ou de prevenção - como capacitação, monitoramento de focos de calor e planos de proteção. São ações que utilizam técnicas de sensoriamento remoto e diagnósticos *in loco* na coleta dos dados e informações (Funai, 2020).

Com a análise do Relatório *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil*, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 2020, ficou evidente que o governo federal de Bolsonaro foi omissos e conivente com uma política de invisibilidade e não proteção às comunidades indígenas, incentivando práticas

---

<sup>1</sup> Através da Medida Provisória 1.154 de 1º de janeiro de 2023, a Funai passou a ser denominada Fundação Nacional dos Povos Indígenas.



ilícitas e agressoras ao meio ambiente; ademais, com a revogação de artigos da legislação ambiental, deu permissividade à ilegalidade. Há de se pontuar que, ainda mais grave, foi a crise sanitária da Covid-19, que chegou às aldeias através de invasores e dizimou inúmeras pessoas.

O Relatório também evidencia práticas ilícitas mais usuais nesses espaços - como a exploração das terras - realizadas por grupos de invasores, madeireiros, garimpeiros, caçadores, pescadores ilegais, fazendeiros e grileiros; dentre as ações desses grupos, as mais efetivadas são a apropriação ilegal da madeira e a devastação e assoreamento dos recursos hídricos pela prática do garimpo.

É emergente a apropriação dos aparatos tecnológicos pelos povos indígenas devido aos conflitos que assolam e se intensificam nos territórios de Rondônia. A organização política agropecuária se fortaleceu e adentra os limites de terras indígenas, criando rotas de acesso floresta adentro e provocam o desmatamento com queimadas, atingindo toda a biodiversidade e os castanhais, que são uma das principais atividades de subsistência desses povos (Baptista; Chaves; Cardozo, 2023).

As constantes pressões sofridas nos territórios indígenas espelham a omissão do Estado no combate a essas práticas agressivas em solo amazônico rondoniense. Nesse cenário, reforça-se a tese de que, como sujeitos de direito de seus territórios, garantidos pela Constituição Federal, em seu art. 231 (Brasil, 1988), os indígenas, cada vez mais, precisam se apoderar de conhecimento e ferramentas para que protagonizem a gestão territorial de suas áreas.

Em contraponto a práticas agressivas aos territórios, há bons trabalhos realizados por organizações não governamentais,

como a WWF-Brasil (Fundo Mundial para a Natureza), que trabalham principalmente em áreas do Bioma amazônico, Cerrado e Pantanal, com mais atenção na preservação da natureza e redução do impacto humano no meio ambiente. Em Rondônia, destaca-se o trabalho realizado pela citada instituição em parceria com a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, que já atua no estado há 30 anos, sob coordenação de sua idealizadora, Neidinha Suruí, e tem como missão a luta pelos direitos dos povos indígenas.

O monitoramento e defesa territorial possibilitam construir uma base de apoio e proteção em amparo a essas comunidades. Nesse sentido, instituições como a Kanindé desenvolvem trabalhos extraordinários no que diz respeito a diferentes formas de proteção ambiental.

Convém destacar as dificuldades geradas a partir desses movimentos e as atribulações para se chegar, de fato, aos territórios indígenas dentro do Estado, pois toda logística necessária para compor uma pequena atividade/oficina leva tempo e necessita de apoio, além das ameaças aos próprios trabalhadores que lutam em defesa do meio ambiente.

Diante disso, o uso de tecnologias que proporcionem o monitoramento se faz presente em aparatos como drones, celulares e GPS. Com essa apropriação, os indígenas realizam fiscalizações no dia-a-dia, além de usar outros equipamentos para fotografar e gravar vídeos bem proveitosos.

Nessa atividade, as finalidades se diversificam: demarcação de terras, gestão territorial e mapeamento etnoambiental, identificar desflorestamento, queimadas, grupos de invasores, além da composição de provas documentais para apresentar aos órgãos públicos.

## **O protagonismo da juventude indígena de Rondônia**

A inserção de tecnologias nas aldeias indígenas tem sido apontada como forma de aculturação, que, de acordo com Sousa (2022), é o processo onde duas ou mais culturas são postas em contato direto. Assim, os elementos que pertencem a cada uma delas se misturam.

Muitas lideranças indígenas entendem o acesso às tecnologias como benéfico para o fortalecimento de suas culturas e tradições, no intuito de melhorar as condições de vida sem a perda de suas identidades e modos de vida. É a ressignificação dos instrumentos digitais a partir dos seus olhares.

Algumas aldeias indígenas de Rondônia dispõem de um serviço de internet que possibilita, de certa forma, uma inclusão digital mais democrática; a exemplo, citam-se as Terras Indígenas Igarapé Lourdes e Sete de Setembro, localizadas em Rondônia e Mato Grosso. Esses sistemas de comunicação e informação digital são necessários na luta pela defesa dos direitos territoriais dos povos indígenas.

O trabalho de monitoramento está evidenciando o protagonismo dos próprios indígenas, destacando-se a participação das juventudes, com o manuseio das ferramentas tecnológicas e fortalecendo as ações dentro de seus territórios. Um dos exemplos é o curso e as oficinas realizados em 2019, na parceria entre a WWF e a Kanindé, na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, em que os próprios indígenas aprenderam a pilotar drones e a usar ferramentas no apoio à gestão territorial e ao monitoramento.

Awapy, um jovem indígena Uru-Eu-Wau-Wau, falou sobre a importância de aprender e levar esse conhecimento aos parentes que têm facilidade para assimilar e dominar as tecnologias:

Antes, sem o drone, a gente dava de cara com os invasores nas atividades de monitoramento da Terra Indígena. E, muitas vezes, eles estavam armados. Agora, enviamos o drone para uma área a dois quilômetros, por exemplo, e vemos os acampamentos dos invasores, quantos eles são e se estão armados.... Localizamos com precisão, registramos e fazemos denúncias com imagens e Georreferenciamento (Awapy. WWF-Brasil, 2023).

Em uma das atividades de campo realizada em 2024, na Terra Indígena Kaxarari, no Distrito de Extrema, a 400km da capital Porto Velho-RO, pesquisadores do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) promoveram o I Encontro da Juventude Indígena Kaxarari.

Nessa ação, foi trabalhada a metodologia da roda de conversa, com a participação das juventudes das aldeias Barrinha, Marmelinho, Nova, Txacuby e Buritis. Inicialmente, para fluir a conversa, foi realizada a dinâmica de “passar a bola”: cada jovem presente ia passando de mão em mão o objeto, ao som de uma música tocada por celular. A pessoa que controlava o som ficava de costas, para não gerar nenhum tipo de benefício.

Cerca de 15 jovens, com faixa etária entre 13 e 16 anos, participaram das atividades; dentre eles estavam somente três meninas. De modo geral, esses jovens eram muito tímidos e a dinâmica para quebrar o gelo com o “passar da bola” foi importante para que eles participassem das atividades posteriores.

Foi um momento muito divertido, pois os jovens são muito alegres e davam risadas com muita facilidade, deixando o ambiente

bem contagiante. Ao final, a premiação foi uma caixa de chocolate, recebida por um dos meninos, que compartilhou os bombons com os demais participantes.

A atividade foi desenvolvida no pátio do posto de saúde da aldeia, que fica a uns 100 metros distante da maloca central e das casas da comunidade. Como foi um ambiente mais distante da presença dos adultos indígenas, os jovens se sentiram com mais liberdade e animados com o desenvolver das atividades propostas: exposições sobre redes sociais, ferramentas de comunicação, educação, novas tecnologias e geotecnologias para monitoramento e vigilância territorial.

Após a exposição dos assuntos, alguns jovens falaram das dificuldades de acesso à internet nas aldeias e como essa falta de estrutura limita o alcance da busca por cidadania, como é o caso do direito à educação; é muito difícil para um indígena Kaxarari concorrer a uma vaga na educação superior, visto que o processo de inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é virtual e nem sempre eles têm condições para se deslocar ao distrito de Extrema, devido às condições da estrada, falta de veículo, gasolina e recurso financeiro.

Os jovens indígenas entendem que a educação é o pilar de trabalho com tecnologias e, assim, é crucial garantir esse aprendizado e conhecimento para dialogar com a sociedade externa e alcançar as políticas públicas (que ainda são poucas) contempladas no território indígena.

Praticamente todo jovem indígena dispunha de um celular, o que facilitou a exposição de alguns aplicativos das redes sociais que, na atualidade, são canais de comunicação e divulgação de conteúdos diversificados, com vasta abrangência e alcance das fronteiras

geográficas. Suas percepções evidenciam que produzir conteúdo nas mídias digitais é promover e valorizar a divulgação de suas culturas e modos de vida.

As redes sociais mais utilizadas pelos jovens Kaxarari são o *Instagram*, *TikTok* e *WhatsApp*. Eles mencionaram que fazem pequenos conteúdos (vídeos) sobre o cotidiano das aldeias, com a intenção de mostrar suas forças como indígenas para o mundo lá fora; além disso, os jovens mantêm redes de contatos com grupos de outras etnias, em nível nacional, com destaque para os grupos do Acampamento Terra Livre (ATL) e do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia, os quais são bem atuantes e ativos na luta pelos direitos dos povos indígenas.

Um dos rapazes da aldeia Barrinha falou sobre sua percepção acerca das tecnologias digitais e como sua utilização reflete em suas culturas e modos de vida. Para preservar a identidade desse jovem, utiliza-se, aqui, o codinome:

Na minha visão, as tecnologias é dar força para o povo indígena, mostrar sua força lá fora para as pessoas não indígenas, ver a força dos indígenas dentro das aldeias. Ver como é dentro da aldeia, ver a pintura, ver o artesanato (Andorinha, 2024).

Em sua fala, Andorinha destaca a valorização de suas culturas para além de seus territórios e como as redes sociais potencializam essa divulgação e ampliam suas forças e processos de resistência. Segundo Pinto (2019), um dos motivos da aliança dos povos indígenas aos aparatos tecnológicos é na busca de benefícios para suas aldeias.

Nesse sentido, as ferramentas digitais são entendidas como ferramentas decoloniais, que podem desconstruir a visão imposta pelo pensamento colonial sobre como devem viver e agir as

sociedades indígenas; além disso, tais ferramentas impulsionam os jovens indígenas a fortalecer seus processos de resistência cultural, rompendo estereótipos e democratizando a inclusão virtual desses povos.

Foi apresentado aos participantes o aplicativo *Alerta Indígena*, que utiliza geotecnologia, isto é, faz o registro de um ponto por coordenadas geográficas e, com essa espacialização, pode enviar alertas do registro de locais onde está acontecendo algum sinistro. O aplicativo registra fotos e os alertas são direcionados aos órgãos responsáveis, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Funai, dentre outros.

Ao fim das atividades, foi ministrada uma aula prática sobre o uso e importância do drone como ferramenta para registrar dados para vigilância e monitoramento territorial e ambiental. Os jovens indígenas manusearam os equipamentos e demonstraram destreza e habilidade com um aprendizado em tão curto período de tempo.

O jovem Andorinha, foi um dos que manuseou o drone e gostou da experiência, não tendo dificuldades para assimilar as instruções e, assim, fez o levantamento do voo e registros das imagens em tempo real do território, visto do alto, pelas lentes do celular acoplado ao controle remoto de operação do aparato tecnológico. Andorinha falou sobre essa experiência:

Não temos o costume de fazer vigilância, mas acharia interessante para saber sobre como é ver o nosso território, saber como é que está a divisão entre o povo indígena e o território dos brancos, e poder também ver os animais, os rios, as queimadas (Andorinha, 2024).

Diferentemente de outros povos de Rondônia mencionados, como os da Terra Igarapé Lourdes e Uru-Eu-Wau-Wau, os jovens

Kaxarari têm pouco contato com as geotecnologias; seus sistemas de monitoramento e vigilância do território ainda são tímidos e poucos realizados. Contudo, sabem que é necessário adquirir conhecimento e ter essas ferramentas para uma gestão melhor de suas terras e se munir contra a investida de madeireiros e fazendeiros, que são as pressões mais constantes no território indígena.

### **Considerações finais**

É importante reconhecer que, para as comunidades indígenas, a tecnologia favorece a gestão e o monitoramento de seus territórios, ampliando e potencializando a defesa ambiental.

Para algumas lideranças indígenas participantes deste estudo, a inserção das novas tecnologias é válida, no sentido de potencializar e fortalecer suas raízes culturais. O uso desses recursos deve ser feito de maneira consciente, aproveitar suas funcionalidades, bem como o acesso à comunicação e à informação, além de gerar entretenimento e lazer.

Redes sociais, drones e outras ferramentas são acessórios da modernidade que podem promover a melhoria da qualidade de vida das sociedades indígenas a partir de seu protagonismo e ressignificação para afirmação de suas resistências e garantir a defesa e a preservação de seus territórios.

Os recursos naturais são finitos e estão deveras ameaçados. Infelizmente, a sociedade não se permite conhecer as histórias que envolvem povos e comunidades tradicionais e os benefícios que eles proporcionam ao meio ambiente com seus modos de vida; isso dificulta muito alguns esclarecimentos.



A floresta em pé é sinônimo de vida, de conexão entre ser e natureza, algo que está se separando ontologicamente. Nessa perspectiva, os jovens indígenas estão à frente pela garantia do equilíbrio ambiental, a partir de seus levantes no uso das tecnologias digitais, direcionando a articulação das atividades com seus próprios olhares e saberes.

Assim, por meio de ferramentas digitais na perspectiva decolonial, emergem possibilidades na luta dos povos indígenas pela afirmação, resistência cultural e permanência em seus territórios.

## Referências

ALMEIDA, Caroline Soares. **Cultura indígena**: as mídias sociais como ferramenta decolonial e processo de resistência. 2023. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Projetos Culturais) - Escola de Comunicações e Artes. Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: [https://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/tcc/caroline soares almeida-cultura indigena as midias sociais como ferramenta decolonial e p rocesso de resistencia - caroline almeida.pdf](https://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/tcc/caroline%20soares%20almeida-cultura%20indigena%20as%20midias%20sociais%20como%20ferramenta%20decolonial%20e%20processo%20de%20resistencia%20-%20caroline%20almeida.pdf). Acesso em: julho 2024.

BAPTISTA, Tainá Holanda Caldeira; CHAVES, Kena Azevedo; CARDOZO, Ivaneide Bandeira. Invasões na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, do povo Jupaú. In: AGUIAR, Diana; SANTOS, Valéria Pereira (Coords.). **Agro é fogo**: grilagem, desmatamento e incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal. ISA, 2023. Disponível em: <https://agroefogo.org.br/blog/2022/10/05/invasoes-na-terra-indigena-uru-eu-wau-wau-do-povo-jupau/#:~:text=Localizado%20no%20estado%20de%20Rond%C3%B4nia,Miguel%20do%20Guapor%C3%A9%20e%20Seringueiras.> Acesso em: fev. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BUTTIMER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (Org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário **Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2020**. (Relatório). CIMI, 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>. Acesso em: abril 2024.

CISCATI, Rafael. Entenda o marco temporal e como ele afeta os direitos dos povos indígenas. **Brasil de Direitos**, 26/08/2021. Disponível em: [https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/o-que-o-marco-temporal-em-terras-indigenas-que-ser-julgado-pelo-stf/?gad\\_source=1&gclid=CjwKCAjwzMi\\_BhACEiwAX4YZUILji7ztmvFIYzxRo6SLB3va3oDCRgr3IioBn-1bOaSZ-IIPW1rnkxoCktAQAvD\\_BwE](https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/o-que-o-marco-temporal-em-terras-indigenas-que-ser-julgado-pelo-stf/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwzMi_BhACEiwAX4YZUILji7ztmvFIYzxRo6SLB3va3oDCRgr3IioBn-1bOaSZ-IIPW1rnkxoCktAQAvD_BwE). Acesso em fev. 2025.

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas - **Proteção Territorial, fiscalização e monitoramento**. Brasília, DF: Funai/Ministério dos Povos Indígenas, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/fiscalizacao-e-monitoramento#:~:text=O%20monitoramento%20territorial%20das%20terras,Federal%20concede%20aos%20povos%20ind%C3%ADgenas>. Acesso abril 2025.

GOMIDE, Maria Lucia Cereda; SANTOS, Alex Mota dos. Registros das terras indígenas de Rondônia por meio de mapas mentais. **Rev. Cult. e Ext.** USP, São Paulo, n. 13, p. 55-63, maio 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rce/article/view/98487>. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9060.v13i0p55-63>

ISA - Instituto Socioambiental. Quem são os povos indígenas de Rondônia? Veja lista. In: ISA. **Terras Indígenas do Brasil - 2024**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/223378>. Acesso em: fev. 2025.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para Todos - 12).

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Tópicos).

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura - Un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Temas em Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 95–103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: fev. 2025.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. Colonialidade, modernidade e decolonialidade: da naturalização da guerra à violência sistêmica. **Intellèctus**, [S. l.], ano XX, n. 1, 2021, p. 54-73. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/58456>. DOI: <https://doi.org/10.12957/intellectus.2021.58456>.

PEREIRA, Eliete da Silva. O protagonismo digital dos povos originários no Brasil. **Casa Comum** [online], 15/06/2023. Disponível em: <https://revistacasacomum.com.br/o-protagonismo-digital-dos-povos-originaarios-no-brasil/#:~:text=Nos%20%C3%BAltimos%20anos%2C%20os%20povos,da%20atua%C3%A7%C3%A3o%20em%20rede%20amer%C3%ADndia>. Acesso março 2025.

PEREIRA, Paulo César Barros. **O novo arco e flecha dos povos indígenas**: as novas tecnologias como salvaguarda do povo Paiter Suruí em Cacoal, Rondônia. 2020. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2020. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3910>. Acesso em: fevereiro 2025.

PINTO, Alejandra Aguilar. A “Inclusão Digital Indígena” na Sociedade da Informação. In: V ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador, 27 a 29 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19128.pdf>. Acesso em: em julho de 2025.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos** – CEBRAP, n. 79, p. 71-94, novembro 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?lang=pt>. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>. Acesso em: março 2025.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Flávio de Oliveira; SANTOS, Fernando Manoel Brito dos. O sentido de fenômeno e logos na concepção heideggeriana de fenomenologia. **Anãnsi**: Revista de Filosofia, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 134–150, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/anansi/article/view/12611>. Acesso em: fev. 2025.

SOLLITTO, André. Txai Suruí: “Lutamos para não perder os direitos que já temos” [Entrevista]. **Veja** [online], 26 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/ideias/txai-suru-i-lutamos-para-nao-perder-os-direitos-que-ja-temos>. Acesso em: agosto 2024.

SOUSA, Priscila. Aculturação - O que é, conceito e definição. **Conceito.de**. 02 de março de 2022. Disponível em: <https://conceito.de/aculturacao>. Acesso em: maio 2024.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Pesquisa de campo em Geografia**. In: IV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte-MG, 2002.

WWF-BRASIL. **Sistema de Monitoramento Ambiental completa 6 meses em Rondônia**. WWF-Brasil, 27 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?84741/Sistema-de-Monitoramento-Ambiental-completa-6-mesesem-Rondonia>. Acesso em: abril 2023.

Recebido para publicação em 25/05/2025

Aceito para publicação em 03/09/2025

# RETOMADAS INDÍGENAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CONFLITO TERRITORIAL ENTRE A RETOMADA *XOKLENG KONGLUI* E A FLORESTA NACIONAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, RS, BRASIL

*INDIGENOUS RETAKEN IN NATURE  
CONSERVATION UNITS: THE  
TERRITORIAL CONFLICT BETWEEN  
XOKLENG KONGLUI RETAKEN AND THE  
SÃO FRANCISCO DE PAULA NATIONAL  
FOREST, STATE OF RIO GRANDE DO  
SUL, BRAZIL*

*RETOMADAS INDÍGENAS EN UNIDADES  
DE CONSERVACIÓN DE LA  
NATURALEZA: EL CONFLICTO  
TERRITORIAL ENTRE LA RETOMADA  
XOKLENG KONGLUI Y LA FLORESTA  
NACIONAL DE SÃO FRANCISCO DE  
PAULA, ESTADO DE RIO GRANDE DO  
SUL, BRASIL*

Dilermando Cattaneo  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
dilercs@gmail.com

Victória Kommers  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
vickakommers@gmail.com

## Resumo:

O trabalho analisa de forma abrangente todo o processo relativo ao conflito territorial entre a Retomada *Xokleng Konglui* e a Floresta Nacional de São Francisco de Paula. Para isso, parte do compromisso ético-político dos autores com a comunidade da retomada e analisa os conflitos a luz de categorias e conceitos fundamentais para o entendimento da questão indígena na relação com a questão ambiental, derivados da Geografia, da Antropologia e da Ecologia Política. A partir de inúmeros trabalhos de campo, muitas vivências com a comunidade e várias participações em reuniões, além da leitura e discussão de uma série de obras, os autores traçam um relato cronológico do conflito territorial, chegando até a construção dos acordos de convivência entre a comunidade da Retomada *Xokleng Konglui* e o ICMBio, avalizados pela FUNAI e assinados em setembro de 2024, que contaram com participação do grupo de pesquisa e extensão que os autores fazem parte.

**Palavras-chave:** Retomadas indígenas; Unidades de Conservação; Conflito territorial; Povo *Xokleng*; Floresta Nacional

|             |           |                                 |                 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025 | ISSN: 2674-8355 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

This article analyzes the entire process relating to the territorial conflict between the Xokleng Konglui Retaken and the São Francisco de Paula National Forest. It starts from the authors ethical-political commitment to the community and analyzes the conflicts under fundamental categories and concepts for understanding the indigenous issue in relation to the environmental issue, derived from Geography, Anthropology and Political Ecology. Based on countless fieldwork, many experiences with the community and several participations in meetings, in addition to the reading and discussion of a series of works, the authors draw up a chronological account of the territorial conflict, going as far as the construction of coexistence agreements between the community of Xokleng Konglui Retaken and Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio), endorsed by National Foundation of Indigenous Peoples (FUNAI) and signed in september 2024, with the participation of the research and extension group that the authors are part of.

**Keywords:** Indigenous retaken; Nature Conservation Units; Territorial conflict; Xokleng People; National Forest

**Resumen:**

El trabajo analiza de manera integral todo el proceso relativo al conflicto territorial entre la Retomada Xokleng Konglui y la Floresta Nacional São Francisco de Paula. Para ello, parte del compromiso ético-político de los autores con la comunidad y analiza los conflictos a la luz de categorías y conceptos fundamentales para la comprensión de la cuestión indígena en relación con la cuestión medioambiental, derivados de la Geografía, de la Antropología y de la Ecología Política. A partir de innumerables trabajos de campo, numerosas experiencias con la comunidad y varias participaciones en reuniones, además de la lectura y discusión de una serie de obras, los autores elaboran un relato cronológico del conflicto territorial, llegando hasta la construcción de acuerdos de convivencia. entre la comunidad de Retomada Xokleng Konglui y el Instituto Chico Mendes de Conservación de la Biodiversidad (ICMBio), avalado por Fundación Nacional de los Pueblos Indígenas (FUNAI) y firmados en septiembre de 2024, con la participación del grupo de investigación y extensión del que forman parte los autores.

**Palabras-clave:** Retomadas indígenas; Unidades de Conservación de la Naturaleza; Conflicto territorial; Pueblos Xokleng; Floresta Nacional

## Introdução

*“Nossa luta é epistêmica e política”*

Luis Macas (CONAIE), apud Porto-Gonçalves (2006)

A questão indígena, para além de uma pauta política em total evidência no mundo contemporâneo, tem estado presente de forma cada vez mais intensa nos debates das Humanidades em geral e da Geografia em particular, haja vista o conjunto de produções acadêmicas voltados a essa temática nesta área do conhecimento, mas também considerando o montante de iniciativas de apoio (técnico, instrumental e inclusive financeiro) por parte de pesquisadores(as), geógrafos(as), estudantes e entidades acadêmicas e profissionais, como a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), para ficar em apenas um exemplo. Este artigo se insere nessas duas dimensões, ao dar destaque a uma reflexão acadêmica (fruto de um diálogo para a construção de um projeto de pesquisa) e também de apoio técnico e institucional a uma comunidade *Xokleng* em processo de retomada de seu território ancestral, visto que os autores fazem parte de um grupo de pesquisa e extensão que foi demandado pelas lideranças indígenas<sup>1</sup> a construir um conjunto de relatórios e documentos, que subsidiaram a proposta de alocação provisória de tal comunidade no interior da Floresta Nacional de São Francisco de Paula (FLONA-SFP), uma Unidade de Conservação (UC) federal (figura 1) que foi incluída em um edital para concessão dos serviços de visitação, dentro do ‘Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Presidência da República’ e do Programa Nacional de

<sup>1</sup> Os autores e outros apoiadores foram “chamados” a conhecer e atuar junto à Retomada *Xokleng Konglui* em uma live da AGB - Porto Alegre, dentro do Ciclo de Debates ‘Geografia, Terra e Território’ no mês de maio de 2021. Nesta oportunidade, a Cacique Cullugn “cobrou” a presença dos geógrafos e da AGB na luta dos indígenas.

Desestatização (PND) postos em prática no governo de Jair Bolsonaro<sup>2</sup>. Trata-se de um artigo, portanto, que exprime as reflexões teóricas oriundas do meio acadêmico em estreita relação com o compromisso ético-político com uma comunidade indígena em luta por território. É, portanto, uma produção ‘situada’, política e epistemicamente, dado a importância de se refletir sobre os movimentos de r-existência (Porto-Gonçalves, 2006) e o protagonismo desempenhado pelos indígenas na (re)construção de suas territorialidades e suas estratégias de luta pela vida, pela dignidade e pelo território.

**Figura 1 - Localização das FLONAs de São Francisco de Paula e Canela, no contexto das UCs federais na Serra Gaúcha**



Fonte: PAPP (2017) Projeto Parcerias Ambientais Público-Privadas - Florestas Nacionais de Canela e São Francisco de Paula, apud ICMBio (2020, pág. 8).

Nesse sentido, o presente texto objetiva apresentar um conjunto de reflexões derivadas da articulação dos autores com a Retomada *Xokleng Konglui*, a partir da análise dos conflitos e

<sup>2</sup> Em que pese o projeto de concessão das FLONAs de São Francisco de Paula e de Canela ter sido colocado em prática em 2020, seu início se dá ainda em 2017, durante o governo de Michel Temer, com a organização e publicação do Relatório PAPP (Projeto Parcerias Ambientais Público-Privadas - Florestas Nacionais de Canela e São Francisco de Paula) (ICMBio, 2020, p. 8).



tensões envolvidos no processo de retomada do território, estabelecidos entre a comunidade e o órgão gestor da FLONA de São Francisco de Paula, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Embora toda a situação que envolve este conflito ainda esteja acontecendo, em que pese ter sido assinado um inédito acordo de convivência entre as partes, é possível chegarmos a algumas considerações relevantes à luz de alguns conceitos fundamentais.

Para tanto, os autores vêm num processo de contínua articulação com a comunidade presente na Retomada, participando de diversas atividades e reuniões, inclusive dos indígenas com órgãos e sujeitos envolvidos nas negociações que buscam mediar o conflito, como o próprio ICMBio, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN) e o Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul (CEPI), entre outros. Os autores também participaram ativamente das negociações que auxiliaram na construção da conciliação por meio judicial, que envolveram, além da comunidade e das entidades citadas, o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU) e o próprio Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), por meio do seu Sistema de Conciliação (SISTCON).

As retomadas *Xokleng* na FLONA de São Francisco de Paula e *Kaingang* na FLONA de Canela, duas Unidades de Conservação federais que estavam em processo de concessão à iniciativa privada<sup>3</sup>, ensejaram um conjunto de cinco processos judiciais que foram

<sup>3</sup> O processo de concessão das duas FLONAs segue ativo, mas foi paralisado judicialmente pelo fato de não ter havido, junto às duas comunidades, o Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada, nos termos da Convenção 169 da OIT, a qual o Brasil é signatário.

agrupados pelo TRF-4 e encaminhados para a conciliação. Após uma série de reuniões e audiências ao longo de dois anos, em setembro de 2024 foram finalizados e assinados os acordos de convivência entre as duas comunidades e o ICMBio, com anuência da FUNAI, em que o grupo de pesquisa e extensão do qual participam os autores deste artigo teve um papel muito relevante, tanto nas oficinas para construção dos acordos, como nas audiências com o poder judiciário e no diálogo com os órgãos federais envolvidos.

Para isso, foram realizadas inúmeras reuniões e diversos trabalhos de campo, tanto nas áreas do entorno como no interior das FLONAs, seja para conhecer melhor o território, seja para mapear os locais de uma alocação provisória das comunidades no interior das UCs, respeitando a tradicionalidade do uso pelos indígenas, mas vinculando tais usos com as restrições colocadas no zoneamento dos Planos de Manejo das unidades. Por fim, cabe ressaltar que os autores dialogam continuamente e participam e promovem grupos de estudo sobre as teorias, métodos e conceitos apropriados para a análise aqui proposta, resultando em um trabalho que se fundamenta, neste caso, nos conceitos de retomada indígena, conflito territorial, territorialidade e conservação da natureza.

### **O povo *Xokleng***

Por meio dos trabalhos de pesquisa de Jules Henry (1941; 1944); Silvio Coelho dos Santos (1973; 1978), Greg Urban (1978; 1985), Walmir da Silva Pereira (1995; 1998), José Otávio Catafesto de Souza (1995; 1998), Lauro Pereira da Cunha (2012; 2017), Rafael Frizzo (2020), Fernando Baggio Di Sopra (2022) e Bibiana Harrote

Pereira da Silva (2022), entre outros, pode-se compreender melhor os aspectos históricos, sociais, culturais e geográficos do povo *Xokleng*.

Alguns dos estudos mais importantes para a compreensão das questões territoriais dos *Xokleng* são de autoria do antropólogo Silvio Coelho dos Santos, que publicou livros e artigos sobre o tema, cuja principal obra é “Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos *Xokleng*”, de 1973. Nesta, o autor documenta o processo de extermínio e dominação das populações indígenas do sul do país, além de caracterizar do ponto de vista histórico a área territorial ancestral da etnia.

O território do povo *Xokleng* compreende historicamente terras situadas no sul do Brasil, entre os paralelos 25°S e 30°S, compreendendo áreas de planalto e litoral (ISA, 2021). Silvio Coelho dos Santos (1973, p. 33) detalha o que considera o território histórico dos *Xokleng* (figura 2), relacionando-o com o processo de ocupação pelos brancos:

No momento em que os *Xokleng* começam a ingressar na História, eles ocupavam toda a área existente entre o litoral e o planalto, desde as proximidades de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, às proximidades de Paranaguá, no Paraná. Apareciam, aos nacionais, como típicos habitantes da floresta e como os selvagens mais resistentes a qualquer tentativa de aproximação.

A abertura da estrada de tropas, ligando Rio Grande a S. Paulo (1728), o surgimento de Lages (1771) e o aparecimento de fazendas de criação nos campos de Lages, Curitibanos, Curitiba e Guarapuava, praticamente vieram impedir que os *Xokleng* continuassem a fazer suas incursões de coleta nos ricos pinhais que se adensavam ao entremeio dos campos.

Figura 2 - Mapa do território histórico *Xokleng*

Fonte: os autores, adaptado de Santos, S. C. (1973), a partir de mapa base do ArcGIS Web / Esri (2023).

Após o processo de colonização europeia promovida pelo Estado brasileiro na região sul do Brasil a partir do século XIX, Santos (1973, p. 37) explica a gradativa redução e descontinuidade do território Xokleng. Especificamente no que hoje é o estado de Santa Catarina, traz a seguinte análise:

O território em questão é, portanto, descontínuo e acidentado, sob o ponto de vista geográfico. Este território é coberto pela floresta subtropical, que praticamente tem seu extremo a coincidir com os limites setentrionais da região em foco. **A montanha e o vale cobertos de floresta subtropical, eis o ambiente geográfico e histórico dos Xokleng.** Nem sempre eles foram habitantes da floresta. Outrora, ocupavam o planalto, onde predominam campos naturais, entremeados de pinheirais [grifo nosso].

Outra etnografia importante de se destacar é a dissertação de mestrado do antropólogo Walmir da Silva Pereira, de 1995, que mais tarde também atuaria no laudo de identificação e delimitação de uma das duas terras indígenas Xokleng até o momento oficialmente demarcadas<sup>4</sup>. Segundo este autor (1995):

Até o século XVIII, os Xokleng ocupavam uma ampla faixa territorial que abarcava os três estados da região sul. Com a abertura da “estrada das tropas” em 1728, pioneira ligação terrestre entre as Províncias do Rio Grande do Sul e de São Paulo, aconteceram as primeiras investidas sistemáticas de contingentes civilizatórios em território indígena (p. 49).

A partir de 1828, com a chegada sucessiva dos colonos provenientes da Europa, inicia-se a conquista definitiva do território Xokleng. Esse processo de ocupação, empreendido pela ação das companhias de colonização que procuravam espaço visando alocar os imigrantes, aconteceu de forma trágica para os grupos indígenas da região, sendo os Xokleng sistematicamente dizimados pelos ataques dos “bugreiros”, a serviço dessas companhias (p 51).

Catafesto de Souza (1995, p.219) compreende que “os Xokleng do século XIX eram conhecidos por Botocudos, pelo uso do adorno labial”. Por este fato, algumas obras historiográficas utilizam essa variação para expor a designação desta etnia. Assim como Catafesto de Souza, Rafael Frizzo (2020) destaca essa nomenclatura quando menciona estudos feitos por intelectuais *Xokleng*. Denominações

<sup>4</sup> Até o momento de envio deste artigo para publicação, em novembro de 2024, há duas Terras Indígenas *Xokleng* em processos mais consolidados junto à FUNAI: a TI Ibirama-La Klãnõ, cuja situação jurídica é “declarada”, e a TI Rio dos Pardos, cuja situação jurídica é “homologada”. ambas localizadas em SC. Em fevereiro de 2024, como parte dos acordos para a conciliação, foi publicada portaria de GT para realizar os estudos de identificação e delimitação da futura TI *Xokleng Konglui/Zagaua*.

como “Botocudos” e “Bugres”, embora ofensivas e pejorativas, também são comuns:

Segundo o antropólogo Nanblá Gakran (2020, p. 25), indígena da etnia Xokleng, em sua tese de doutorado em linguística, o “Território Histórico dos Xokleng” corresponde aos “Botocudos, Botocudos do Sul ou Bugres” como eram chamados pelos “não indígenas”, ocupando “vasta região do sul do Brasil, desde o centro do Paraná até o Nordeste do Rio Grande do Sul, incluindo quase todo o centro-leste do Estado de Santa Catarina”. (Frizzo, 2020, p. 13).

Para o historiador Lauro Cunha (2017, p.150): “Parece que, a partir de 1847, o ‘problema dos Botocudos’ ingressou em um momento muito mais crítico do que os anteriores. Nesse ano, pequenos grupos voltaram a se aproximar de algumas residências em São Francisco de Paula[...]”, e relata que “[...]no inverno de 1848, mas principalmente no ano seguinte, justamente na safra do pinhão, percebeu-se no nordeste do Rio Grande do Sul uma grande movimentação dos Botocudos”. Para complementar o histórico e aspectos do povo *Xokleng*, Cunha (2017) acrescenta que:

(...) o território tradicional dos Botocudos era originalmente bem expressivo. Estendia-se do sudeste do Paraná ao nordeste gaúcho, abrangendo todo o leste do planalto catarinense. Ao ingressarem no século XX, esse grupo indígena ainda estava conseguindo sobreviver, após ter adotado um inquebrantável comportamento de esquiva em relação ao mundo ocidental, apesar de se encontrarem completamente asfixiados por ele. Habitavam bolsões na costa leste catarinense, o que significa dizer que eles estavam completamente encurralados. Os primeiros “contatos amistosos” com os brancos só se deram em 1912, em local próximo a Porto União, no norte de Santa Catarina, mas eles não prosperaram. Contatos efetivos de pacificação se iniciaram a

partir de 1914, através de funcionários do SPI, no alto vale do Itajaí. (CUNHA, 2017, p. 167).

O pesquisador e servidor da FUNAI Fernando Baggio Di Sopra, em sua dissertação de mestrado sobre as territorializações indígenas no Rio Grande do Sul, argumenta que:

Tendo em vista que originariamente os Xokleng habitavam tanto a região serrana de Santa Catarina, como também a Serra Gaúcha, os Campos de Cima da Serra e os vales situados entre os Aparados da Serra e o litoral, a supracitada retomada na FLONA de São Francisco de Paula/RS pode ser compreendida como um processo de reterritorialização Xokleng, reocupando um de seus territórios ancestrais, décadas depois de terem sido expulsos deste mesmo território, possivelmente nos séculos XVIII e XIX. Do mesmo modo, é possível presumir a existência de trajetos há séculos territorializados por indígenas Xokleng, conectando as serras catarinense e sul-riograndense, partindo de cima do Planalto até a beira-mar, em ambos os sentidos. Vale também salientar o violento processo de expropriação de suas terras tradicionais, a que o povo indígena Xokleng foi submetido durante os períodos iniciais da colonização não-indígena do Rio Grande do Sul, quando muitos dos seus antepassados foram exterminados e escravizados pelos chamados ‘bugreiros’. (Baggio Di Sopra, 2022, p. 207).

Deve-se ressaltar, portanto, que este violento processo de desterritorialização do povo *Xokleng* é relativamente recente (se comparado a outros povos indígenas do Brasil) e segue acontecendo hoje, talvez por outros meios. Há menos de cem anos, já no século XX (até os anos 1930), ainda havia uma perseguição sistemática promovida pelo Estado e pelas companhias colonizadoras (no caso do Rio Grande do Sul, através da Diretoria de Terras e Colonização - DTC), em que eram demandados os chamados “bugreiros”, milicianos recrutados para fazer o serviço de “limpa” das áreas que seriam

ocupadas por novas colônias agrícolas. Os bugreiros, geralmente a partir de tocaias, atacavam aldeias inteiras e normalmente matavam os homens, levando mulheres e crianças para serem expostos nos povoados e “adotados” por famílias com poder oligárquico regional (muitas vezes reproduzindo um regime de escravidão), não sem antes estuprar algumas das mulheres<sup>5</sup>.

Ademais, a expropriação e o esbulho de suas terras, além dos diversos conflitos com não-indígenas, fizeram o povo *Xokleng* adotar estratégias de r-existência<sup>6</sup> que incluíam a mobilidade territorial e a adoção de algumas práticas espaciais e culturais dos brancos, sem abrir mão de sua identidade e de sua ancestralidade. Isso, no entanto, não evitou que houvesse uma espécie de apagamento de sua presença em muitas áreas deste vasto território histórico, além de um vácuo historiográfico, inclusive com alguns dos trabalhos etno-históricos trazendo somente a presença *Xokleng* em poucos pontos de Santa Catarina, ou ainda confundindo-a com a presença *Kaingang*<sup>7</sup>. A falta de relatos e histórias orais ajudou a produzir estas lacunas, que vêm sendo preenchidas com novos trabalhos e produções acadêmicas, além do próprio protagonismo do povo *Xokleng* em suas lutas de r-existência e processos de reterritorialização, como as retomadas.

<sup>5</sup> É relativamente comum, em algumas áreas do sul do Brasil, escutar em certos círculos familiares que a avó ou bisavó era “bugre” e que foi “caçada a laço” (muitas vezes dito em tom de orgulho). Em que pese essa herança *Xokleng* e *Kaingang* de fato estar presente em muitas pessoas, ela atesta o predomínio do estupro como prática colonizadora e como política de branqueamento.

<sup>6</sup> Adotamos aqui a expressão conceituada por Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006).

<sup>7</sup> Apesar de pertencerem ao mesmo tronco linguístico Macro-Jê, há notáveis diferenças entre *Xokleng* e *Kaingang*.



## **A Floresta Nacional de São Francisco de Paula**

Segundo dados do seu Plano de Manejo de 2020, a Floresta Nacional de São Francisco de Paula é uma Unidade de Conservação Federal que teve a sua origem a partir da criação da Estação Florestal de Morrinhos pelo Instituto Nacional do Pinho (INP), em 27 de agosto de 1945. Em 1962, a área passou a designar-se Parque Florestal Joaquim Francisco de Assis Brasil e somente em 1968 recebeu a designação de Floresta Nacional de São Francisco de Paula, já na fase em que foi administrada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A partir de 1989 passou a ser gerida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e desde 2007, como todas as demais unidades de conservação federais, sua gestão passou a ser de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio). Importante ressaltar que o primeiro Plano de Manejo é de 1989. O atual, contudo, foi publicado em único volume em 2020. Antes, em 2013, foi publicado o seu Programa de Manejo Florestal.

Localizada integralmente no município de São Francisco de Paula, no distrito de Rincão dos Kroeff (figura 3), a FLONA-SFP tem servido, nos últimos anos, como área de estudo para muitos pesquisadores da área das ciências biológicas, que investigam sua fauna e flora muitas vezes em pressupostos preservacionistas. Criada na década de 1940 como uma espécie de “fazenda de plantação” de árvores com usos comerciais, a FLONA-SFP funcionou desta forma até os anos 1980, quando havia servidores que eram também moradores, e que faziam a gestão do programa florestal, com a comercialização das espécies exóticas *Pinus* e *Eucalipto*, que

existem em muitos hectares da área da unidade<sup>8</sup>. A partir dos anos 1990, com a criação do IBAMA em 1989, a unidade gradativamente vai assumindo o caráter de grande “laboratório” de pesquisadores e universidades. A partir dos anos 2010, a unidade vai sendo cada vez mais utilizada para atividades de visitação e educação ambiental, o que culmina com a proposta de concessão em 2020.

**Figura 3: Localização da FLONA de São Francisco de Paula**



Fonte: Os autores et al., a partir de imagem do Google Earth (2022).

### **A Retomada *Xokleng Konglui***

*ũa jãkle a vã tóg ti.*

Esse é o nosso modo de viver.

*Ag jãkle te katêg ha vã, ag jãkle ti, gó ki ta*

*jãgdãg kũ katêg ha vã.*

O nosso saber que está sendo semeado, o nosso  
saber brota da terra.

*ka ênh nẽ vã.*

<sup>8</sup> Desde 2013, ano em que foi publicado o último Programa de Uso Florestal da FLONA-SFP, não há comercialização de nenhuma espécie florestal.

É onde eu estou.

*jug óg nõdẽ jó ka ênh nẽ vã.*

Onde meus ancestrais passaram, é onde eu estou.

*kũ tóg te ló ênh jug ha vũ ênh bó katẽ mũ.*

Meu pai me trouxe aqui, nesta terra.

*ẽ tũ jũ tóg ti mẽ ven ti jé kũ ênh txó ka ênh klã ti*

*óg blé nẽ vã, tóg ge.*

Para ele mostrar este lugar para mim, que é onde eu estou com os meus filhos.

### **Cacique Cunllugn Vei-tcha Teie**

O início da retomada do território onde hoje se situa a FLONA de São Francisco de Paula pela comunidade *Xokleng Konglui* ocorre no dia 12 de dezembro de 2020, quando a Cacique Cunllugn Vei-tcha Teie<sup>9</sup> e um conjunto de parentes decide reivindicar parte da área da unidade de conservação como um território ancestral do povo *Xokleng*. O argumento central apresentado pelas lideranças da retomada é de que toda a área dos chamados Campos de Cima da Serra <sup>10</sup> faz parte do território histórico dos *Xokleng*, e especificamente a área da FLONA é onde estão enterrados os umbigos de parentes e ancestrais e onde, há alguns anos, Seu Veitxá, pai de Cunllugn e liderança do povo *Xokleng* radicado em Santa

<sup>9</sup> O nome aqui adotado indica o nome oficial no Documento de Identidade da Cacique Cunllugn Vei-tcha Teie. Outras nomenclaturas (Culung, Kulung, Cullung, etc) aparecem em diversos documentos (artigos, notas técnicas, relatórios, trabalhos de conclusão, dissertações, projetos, etc), dependendo da interpretação linguística que cada autor/pesquisador/apoiador dá a este nome próprio, a partir da fala da própria Cacique.

<sup>10</sup> Campos de Cima da Serra é o nome que se dá a um conjunto de municípios do RS localizados na área imediatamente superior à escarpa do Planalto Meridional (chamada genérica e erroneamente de “Serra Gaúcha”), cuja paisagem predominante incluía os campos nativos e capões de mata com Araucárias, como São Francisco de Paula, Cambará do Sul, Bom Jesus e outros.

Catarina, havia percorrido e mostrado a seus filhos e netos como sendo a terra de onde seus ancestrais haviam sido expulsos e desterritorializados. A data de início da retomada faz referência ao falecimento de Seu Veitxá, ocorrido exatamente dois anos antes, tendo falecido aos 110 anos de idade.

Mesmo que possa parecer “recente”, o retorno dos descendentes da família de Seu Veitxá fundamenta-se na compreensão, em primeiro lugar, da abrangência espacial do vasto território histórico dos Xokleng, e em segundo lugar, de que toda a área dos Campos de Cima da Serra e da escarpa do planalto é uma expressão “regional” deste território, tanto que o local onde hoje especificamente está a FLONA de São Francisco de Paula é um reduto ecológico e biogeográfico de espécies nativas de fauna (como o pássaro chamado de “*Konglui*”, que dá nome à Retomada) e flora, como a Araucária, árvore símbolo do Planalto Meridional e de importância cosmológica e espiritual para *Xoklengs* e *Kaingangs*<sup>11</sup>.

Ao mesmo tempo, a área da FLONA-SFP abriga resquícios arqueológicos e etnográficos de grande relevância para a comunidade *Xokleng Konglui*. A cacique Cunllugn sistematicamente relata a existência de casas subterrâneas e de um cemitério no interior da unidade. Neste cemitério, estaria enterrada “Kozikân (também conhecida como ‘vó Bugra’ ou ‘vó Rita’), liderança histórica do povo

<sup>11</sup> Há alguns trabalhos dos campos da Arqueologia, da Botânica e da Paleontologia que atestam que a expansão da Floresta de Araucárias, há cerca de mil anos atrás, tem profunda relação com a presença dos povos ‘Proto-Jê’, que viriam a ser ancestrais diretos dos atuais Xokleng e Kaingang. Exemplo disso é o trabalho “*Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in southern Brazil*”, publicado na Revista *Nature*, de autoria conjunta de pesquisadores(as) do Reino Unido, Brasil e Estados Unidos, que conseguem provar, a partir da datação de solos com Carbono-13 e outras estratégias metodológicas, a correlação e o nexos causal entre a presença Proto-Jê e o aumento da concentração de Araucárias (Robinson *et al.*, 2018).

*Xokleng Konglui* e ancestral direta da atual cacica (*sic*) da comunidade” (Barbosa, 2022).

Não por acaso, nas últimas vezes em que Seu Veitxá esteve fazendo andanças na área da FLONA-SFP, ele relembrou o local onde seu umbigo fora enterrado a mais de cem anos (ele faleceu em 2018, com 110 anos de idade) e explicou aos filhos e netos sobre a localização das casas subterrâneas e outros elementos constituintes do imaginário e da cosmologia *Xokleng* forjados exatamente a partir dos elementos da natureza e da paisagem da área.

Como afirma Woie Kriri Sobrinho Patté, mestre em Educação pela UFRGS e jovem liderança do povo *Xokleng* que esteve presente nos princípios da Retomada, “há muitos anos os *Xokleng* foram expulsos das terras dos campos de cima da Serra do Rio Grande do Sul, por um tal chamado progresso. Progresso não foi, foi um retrocesso genocida” (Brasil de Fato, 2021). Woie reforça o caráter violento da desterritorialização a que os indígenas da região foram submetidos: “os ‘bugreiros’ e ‘tropeiros’ mataram os *Xokleng* e desbravaram nossas terras, para sobreviver tivemos que fugir para outros lugares mais seguros, fomos parar em Santa Catarina, onde também fomos perseguidos”. (Brasil de Fato, 2021).

Já a cacique Cunllugn, entre diversas falas e ensinamentos já nos primeiros dias da retomada, relata a motivação ancestral para protagonizar, ao lado de seus filhos, netos e parentes, o movimento de retomada sobre parte do território indígena *Xokleng* na área da Floresta Nacional de São Francisco de Paula:

Essa área que foi retomada, aqui, hoje, é território dos Povos *Xokleng*. Então, nós, eu sou filha do Seu Veitxá que foi fundador daqui. Faz dois anos que ele faleceu. Aqui tá a família do Seu Veitxá - filho, neto, sobrinho, bisneto -, tão tudo aqui. Antes de falecer ele trouxe eu aqui pra mim reconhecer aqui

e reconhecer os territórios do Povo Xokleng. Aqui era o lugar onde eles viviam e moravam. Têm a oca deles, a história deles ali; onde, depois mais, eu vou levar o meu povo lá para eles conhecer. Por enquanto, nós estamos aqui se organizando (FRIZZO, 2020, p. 14).

A historiadora Bibiana Harrote Pereira da Silva, ao estudar a dimensão oral da história dos sujeitos que produzem a Retomada *Xokleng Konglui*, afirma que:

As motivações do processo de retomada territorial Xokleng carregam noções de tempo próprias à comunidade. As experiências de vida e acontecimentos marcantes na trajetória de Cullung aparecem junto à trajetória do povo ao qual ela vem a fazer parte, aos antepassados e a saúde e felicidade do grupo que atualmente vive na retomada, são esses elementos que compõem a cosmopolítica Xokleng Konglui (SILVA, 2022, p. 33).

Em que pese a Retomada *Xokleng Konglui* ter iniciado em 2020, a reivindicação da área onde hoje está a FLONA-SFP como território tradicional Xokleng inicia ainda em 2009, quando um grupo de *Xoklengs* que ocupava uma área no município de Riozinho - limítrofe a São Francisco de Paula - solicita junto à FUNAI os estudos iniciais para qualificação de uma futura Terra Indígena, incluindo a área da unidade de conservação. No entanto, até setembro de 2023, os trabalhos não haviam avançado, e somente neste mês que a reivindicação foi qualificada pela referida fundação, estando apta para as próximas etapas do processo demarcatório. Finalmente, em fevereiro de 2024, como parte das negociações que envolvem todo o processo de conciliação, a FUNAI publica portaria que constitui o Grupo Técnico (GT) para realizar os estudos que vão culminar na publicação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), contendo os limites da futura

Terra Indígena *Xokleng Konglui/Zagaua*. Parte dos membros do grupo de pesquisa e extensão aqui aludidos compõem tal GT. O conflito com a Floresta Nacional, contudo, segue ativo e com diversos desdobramentos, mesmo com a formalização dos acordos de convivência.

A Retomada *Xokleng Konglui* constitui-se, portanto, em uma expressão muito importante da luta dos povos originários pelos seus territórios ancestrais, ao mesmo tempo em que pode ser entendida como uma estratégia de re-existência do povo *Xokleng* frente ao seu apagamento como etnia presente, historicamente, no atual estado do Rio Grande do Sul. Da mesma forma, a Retomada *Xokleng Konglui* tem uma relevância *sui generis* como estudo de caso, uma vez que se trata de um processo de retomada territorial indígena em uma Unidade de Conservação que está em processo de concessão à iniciativa privada e, com isso, aliado ao fato de as etapas dos processos demarcatórios estarem ainda no estágio inicial, ter potencial de se tornar uma espécie de “jurisprudência” para outros casos semelhantes. Temos compreensão de que, desde um ponto de vista político e dada a projeção e a potencialidade de novos desdobramentos jurídicos e administrativos, é provavelmente uma das retomadas mais importantes do Brasil atualmente.

### **Retomada Indígena: um conceito?**

Ao analisar algumas das principais práticas espaciais insurgentes do movimento indígena no Brasil, diante da ofensiva jurídico-legal contemporânea, o geógrafo Rafael Zílio (2022) traz à tona alguns conceitos necessários para o aprofundamento teórico das questões indígenas no país. Dentre eles, surgem duas expressões que

representam as práticas espaciais insurgentes, sendo elas: retomadas e autodemarcações indígenas. Zílio (2022) relata que tais práticas se colocam como resistência e proposição de existência diante do que chama de ofensiva jurídico-legal promovida nos últimos anos pelo Estado brasileiro através dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Para o autor (2022, p.312): “A retomada é a reocupação ou reconquista de um espaço que originalmente pertencia ao grupo indígena e que fora desterritorializado; já a autodemarcação se dá inicialmente como resistência à iminente desterritorialização”. Para o autor (2022, p.312) a retomada também é uma tentativa de reconquista de parte do espaço de referência cosmológica, na lógica da geoepestême terra-território-memória-ancestralidade.

“O território ancestral de um povo originário, aquele ocupado desde tempos imemoriais, muitas vezes sobrepõe-se a ambientes biogeográficos que em determinado contexto histórico foram atravessados pelas fronteiras estatais, sendo que a prática espacial da retomada baseia-se em ocupação e organização espacial secular e mesmo milenar de um povo.” (p.313).

Analisando a dimensão cosmológica e espiritual dos processos de retomada, a partir de um trabalho de resgate da história oral com a comunidade da Retomada *Xokleng Konglui*, a historiadora Bibiana Silva (2022) argumenta que

Quando os Xokleng relatam que os espíritos de seus antepassados estão juntos lá na retomada, que são eles os responsáveis pelo chamado deste movimento de luta pela terra ancestral, não se trata de crer ou não crer nesta afirmação, ou tentar encontrar a veracidade de tal proposição, mas procurar o que ela vem a dizer sobre os Xokleng Konglui, o que vem a dizer sobre sua relação com o seu mundo e, sobre suas categorias e sobre o contexto em que ela foi verbalizada. (p.76).



No entanto, vinculando com os aspectos jurídicos, políticos e institucionais, Bibiana Silva (2022) coloca o seguinte

Em um contexto de negligência dos órgãos governamentais, da não aplicação das diretrizes jurídicas postuladas na Constituição Federal de 1988 e, quando tramitam projetos de lei declaradamente anti-indígenas como o “Marco Temporal” presente na PL490/2007, os processos de retomadas territoriais não podem ser entendidos como eventos isolados, compreendem parte de um movimento de autoafirmação dos povos originários frente às constantes violações às suas existências, à natureza e às possibilidades de um futuro comum no planeta. O Projeto de Lei 490/2007, retorna à esfera jurídica em 2021 a partir da ação judicial de reintegração de posse sobre a terra indígena Ibirama-Laklaño, movida pelo governo estadual de Santa Catarina contra o povo Xokleng Laklaño.

Entre os povos indígenas, o conceito de retomada remete necessariamente à ideia de, no mínimo, território e ancestralidade, para além de outras reflexões nem sempre expressáveis na língua portuguesa. Cacique Babau Tupinambá, em entrevista ao jornal Brasil de Fato (2021) diz que “retomar é um ritual de recuperar não só a terra: é tomar na mão a vida que foi tirada”. Segundo ele, “vemos a retomada como uma oração. [...] Um ritual de recuperar não só a terra, mas a nossa existência. Não nos referimos só ao território, mas a tomar na mão a vida que foi tirada”. Analisando o histórico dos processos de retomada na luta indígena dos povos do Brasil, Babau afirma que “no início dos anos 1980, começa a se dar um novo nome à luta, com povos do Nordeste como os *Pataxó*, *Pataxó Hã-hã-hãe*, *Kirirî* a retomada”. E complementa que “estavam dizendo que os indígenas só estavam na Amazônia. E então a gente tem que fazer uma guerra de retomar. Vivemos um estado de guerra. E temos que

mostrar que estamos aqui e que não vão nos aniquilar. [...] Retomar tudo: nossa existência, nossa vida".

Já o intelectual kaingang Douglas Jacinto da Rosa (2015, p. 18), citado por Fernando Baggio Di Sopra (2022), pontua que

os projetos desenvolvimentistas comumente acabam desconsiderando as características inerentes à territorialidade e ao modo de vida Kaingang, provocando assim a geração de movimentos territoriais análogos às diásporas, à medida que colonos não-indígenas avançam por sobre os territórios ancestrais tradicionalmente habitados pelos povos indígenas. Nesse contexto, as retomadas territoriais possuem papel central, no sentido de fixar raízes em espaços geográficos estratégicos (p. 53/54).

Nas palavras de Jacinto da Rosa: Fato é que desde a invasão colonial, os povos indígenas são perseguidos e subjugados por defenderem seu mundo, sua lógica e seus territórios, oferecendo até a presente resistência ao projeto colonizador excludente e "desenvolvimentista". Nessa resistência e reafirmação territorial, expressas na mobilização pelas retomadas de suas terras, os povos indígenas dizem claramente que defendem nada mais que a possibilidade existencial física e simbólica que conforma as suas cosmologias e sua vida ligadas a um determinado território. Este território remonta o patrimônio histórico da humanidade ameríndia que se fez através de milênios antes do presente. Se para a sociedade moderna as suas estruturas arquitetônicas, as estátuas de seus ídolos, as obras de arte que versam sobre a sua história e esboçam um pensamento, expressam seus valores e símbolos, para os povos indígenas as matas remanescentes, os rios e suas margens, os lugares que deram origem aos seus mitos são também espaços da memória coletiva, da história, da narrativa, da identidade que de alguma maneira expressa seu modo específico de leitura de mundo e de relação (Jacinto da Rosa, 2015, p. 18) (Baggio, 2022, p. 53/54).

## Capítulos (in)acabados do conflito territorial entre a Retomada *Xokleng Konglui* e a FLONA-SFP

A partir do que foi apontado, resta discorrer sobre a sequência resumida de fatos do conflito territorial entre a comunidade da Retomada *Xokleng Konglui* e a Floresta Nacional de São Francisco de Paula.

Em agosto de 2022, uma primeira reunião de conciliação na sede do TRF-4 gerou a demanda de um relatório técnico indicando áreas para “alocação provisória” da comunidade, considerando o zoneamento do plano de manejo (figura 4). Este relatório foi produzido pelo grupo de pesquisa e extensão e atendeu à solicitação dos magistrados do Tribunal, dado que os gestores do ICMBio à época (governo Bolsonaro) estavam interessados somente na consulta prévia para dar sequência ao processo de concessão privada das FLONAs. No entanto, desde dezembro de 2020, os indígenas estavam ocupando a parte externa da unidade de conservação, junto à entrada, que fica na estrada RS-484, visto que sofreram um processo de reintegração de posse e eram peremptoriamente proibidos de acessar qualquer área da FLONA. Inclusive, em meados de 2022 houve a tentativa de removê-los também das margens da estrada, em que o órgão gestor das rodovias gaúchas alegou que estavam em sua faixa de domínio. A comunidade, no entanto, conseguiu permanecer nas casas de madeira construídas com o apoio de entidades apoiadoras, mesmo com uma situação bastante precária em termos de acesso à água, saúde, educação <sup>12</sup> e demais serviços essenciais. Após a

<sup>12</sup> Nesse ínterim, a comunidade conseguiu aprovar a criação de uma escola indígena e ser assistida eventualmente por servidores da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

negativa por parte do ICMBio em relação às áreas propostas no relatório técnico, a negociação recuou e a comunidade seguiu no lado externo, junto à rodovia e à entrada da unidade. Mesmo assim, continuam articulando suas lutas, participando de movimentos regionais, nacionais e internacionais de luta por terra e território a partir da questão indígena.

**Figura 4 - Áreas propostas para alocação temporária, após a primeira reunião de conciliação.**



Fonte: os autores et al., a partir de imagem do Google Earth (2022).

A situação do conflito começou a se modificar quando houve a mudança em todos os escalões do ICMBio (assim como da FUNAI e demais órgãos federais), a partir da entrada do novo governo e da nova ministra do meio ambiente, Marina Silva. A cacique Cullugn seguiu seu périplo de reuniões com as autoridades em Brasília e outras atividades de mobilização, ao mesmo tempo em que sua filha Culá Maiuli protagonizava a articulação com as crianças da comunidade na escola, que já estava funcionando em um dos barracos, mesmo na área externa da FLONA. Em junho de 2023

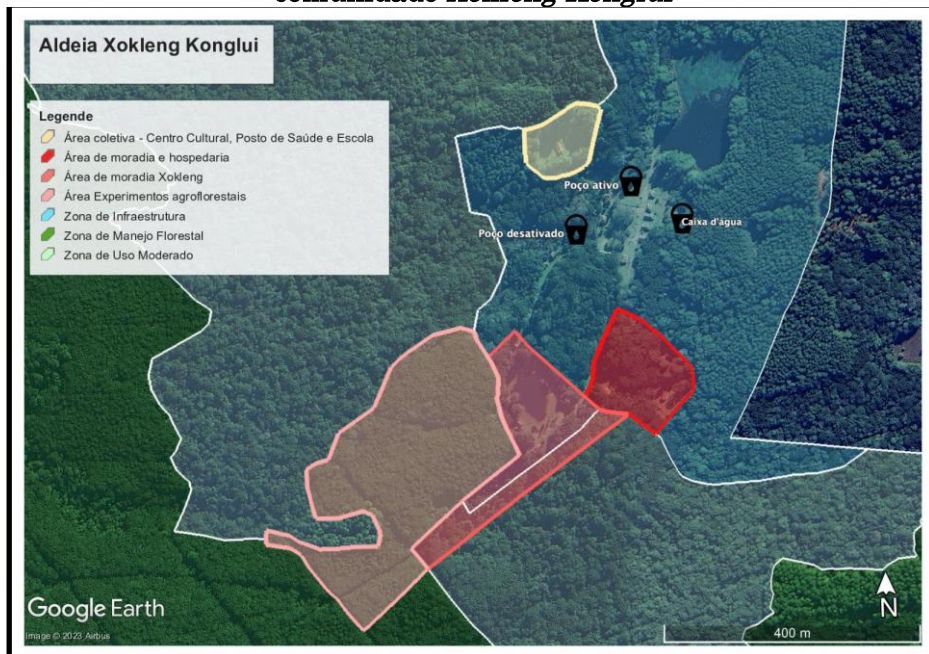
houve uma grande reunião com parte da nova equipe do ICMBio, e neste momento são colocadas novamente as demandas da comunidade e a necessidade de, conforme proposto na audiência de agosto de 2022, qualquer negociação referente à concessão só se fazer com a comunidade residindo no interior da FLONA, com a segurança jurídica necessária para não sofrerem outra reintegração de posse. Esta equipe levou a demanda para Brasília, e uma nova rodada de reuniões ficou marcada para o dia 23 de setembro de 2023.

Neste dia, a comunidade decidiu entrar na área da FLONA e não mais sair. Na semana anterior, haviam sofrido um atentado a tiros durante uma madrugada, que apesar de não deixar feridos deixou-os muito assustados e preocupados. E, casualmente, neste mesmo dia era encerrada a votação referente à tese do ‘Marco Temporal’ no Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília, colocada como repercussão geral exatamente por conta da sobreposição de uma terra indígena do povo *Xokleng* (TI *Ibirama - La Klãno*) com uma unidade de conservação do estado de Santa Catarina (Reserva Biológica do Sassafrás). Ou seja, caso os *Xokleng* seguissem na beira da estrada, o risco seria ainda maior, visto que as ameaças de ruralistas e outros sujeitos da região pareciam implícitas e, como a tese do marco temporal havia “perdido” na votação do Supremo, esses sujeitos poderiam querer “vingança” contra os parentes da mesma etnia que estava no seio da discussão jurídico-política na capital federal.

Após quase doze horas de reunião, a comunidade *Xokleng Konglui* anunciou aos gestores do ICMBio que seus membros iriam ficar nas casas funcionais da Floresta Nacional. Inicialmente ocupam duas, e logo a seguir cinco das casas funcionais, todas de madeira e, segundo a comunidade, pouco ou nada usadas para atividades de ‘uso

público’. Isso gerou um acirramento inicial do conflito com o novo chefe da unidade, mas logo após as negociações avançaram, já que haveria nova audiência no TRF-4 em fins de outubro. Nesse momento, e visando avançar nos acordos para permanência da comunidade no interior das FLONAs (São Francisco de Paula e Canela), o grupo de pesquisa e extensão fez uma série de trabalhos de campo na área e, a partir do diálogo com as comunidades e chefias das FLONAs, e considerando novamente os usos possíveis para cada zona do Plano de Manejo, esboça novos mapas, com áreas para moradia, roçado, experimentos agroflorestais e um centro cultural (figura 5). Estes mapas compõem um memorial descritivo que foi apresentado na reunião de outubro de 2023 no TRF-4, mas sem a presença das comunidades indígenas (portanto, não foi uma audiência). No entanto, esta reunião aponta o encaminhamento de que o ICMBio, juntamente com a FUNAI, construísse as bases de um acordo para a permanência das duas comunidades.

**Figura 5: Mapa com uma proposta de organização territorial da comunidade *Xokleng Konglui***



Fonte: os autores et al., a partir de imagem do Google Earth (2023).

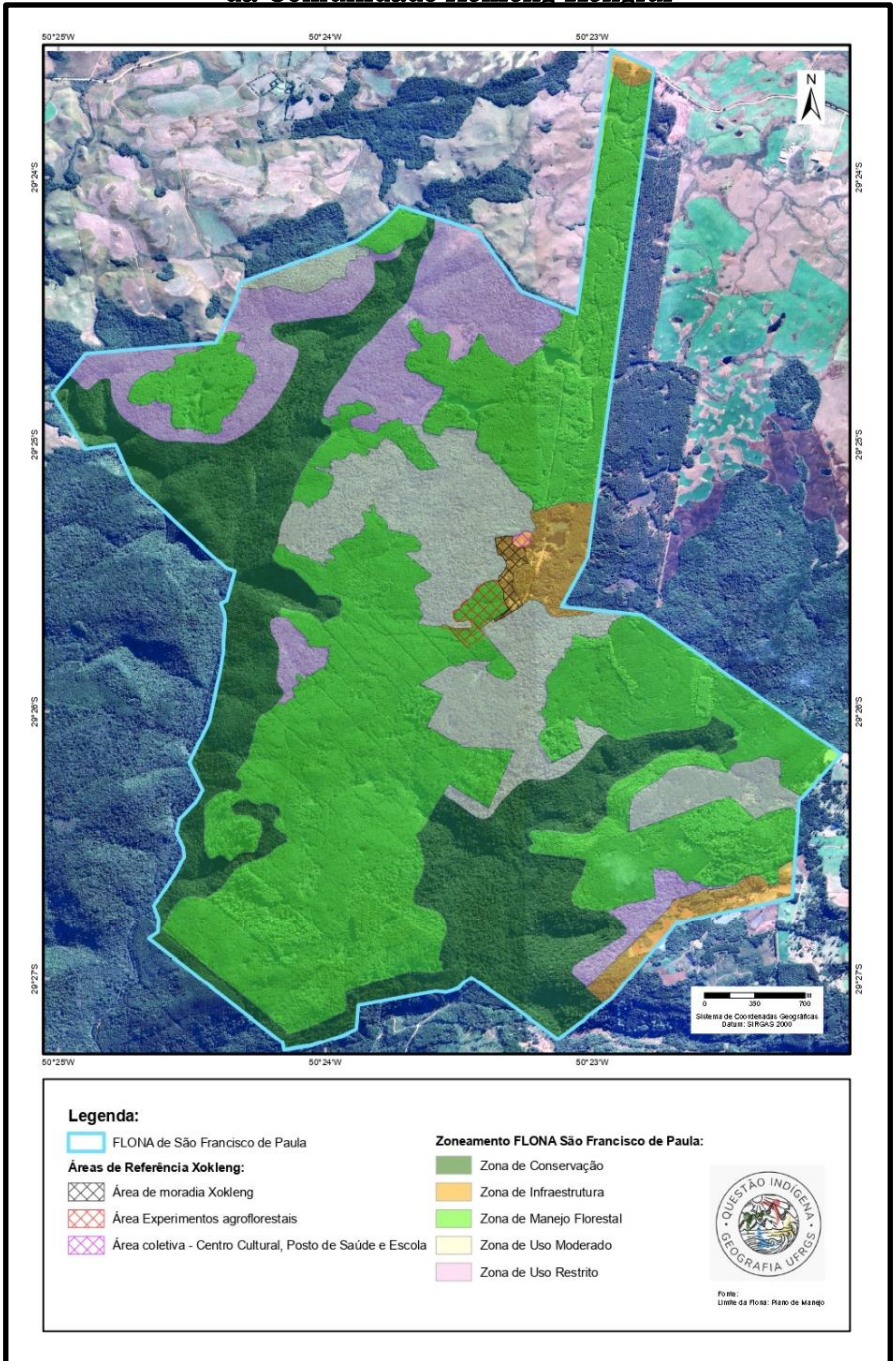
No final de janeiro de 2024, a construção dos acordos ganhou grande impulso com um conjunto de oficinas que foram realizadas nas duas FLONAs. ICMBio e FUNAI trouxeram várias propostas para aquilo que chamaram de “acordo de convivência”, contemplando não apenas as áreas para moradias provisórias (enquanto o processo de demarcação segue seu fluxo), como também aspectos relativos à caça, produção de alimentos, fogo, coleta de pinhão etc. Após três dias de intensos debates na FLONA-SFP, chegou-se a uma minuta de acordo a ser apresentada na audiência do TRF-4 no dia 20 de fevereiro. Ainda havia muitas divergências, como o fato de a comunidade entender que poderia haver uma ‘gestão compartilhada do território’, e não apenas um ‘acordo de convivência’, mas as áreas de referência para moradia e outros usos foram colocadas no mapa

(figura 6) que o grupo de pesquisa e extensão produziu, sempre levando em conta o zoneamento do plano de manejo da unidade.

Nestas oficinas, ficou evidente a necessidade de constituição do GT para identificação e delimitação das terras indígenas envolvidas (*Xokleng* de São Francisco de Paula e *Kaingang* de Canela), visto que não apenas era uma grande demanda das comunidades, mas também do próprio ICMBio, que alegava necessitar de mais segurança jurídica para fechar os acordos. Deste modo, a FUNAI agilizou os processos e publicou as portarias de nomeação de ambos os GTs em meados de fevereiro de 2024, alguns dias antes da audiência no TRF-4, de modo que quando da realização da audiência, os GTs já estavam constituídos e, portanto, o status das terras indígenas em questão passou a ser “Em estudos”. O resultado da audiência do dia 20 de fevereiro de 2024, entretanto, acabou não sendo totalmente satisfatório, visto que o ICMBio alegou necessitar de um tempo maior para que a minuta dos acordos circulasse em suas diversas divisões, coordenações e diretorias, mas sobretudo passasse pelo crivo de seus procuradores federais especializados. Já havia ali, no entanto, uma boa base para que os acordos se fizessem na prática, no dia a dia das duas unidades, que seriam “testados” até uma nova e definitiva audiência, marcada inicialmente para o final de agosto do mesmo ano.



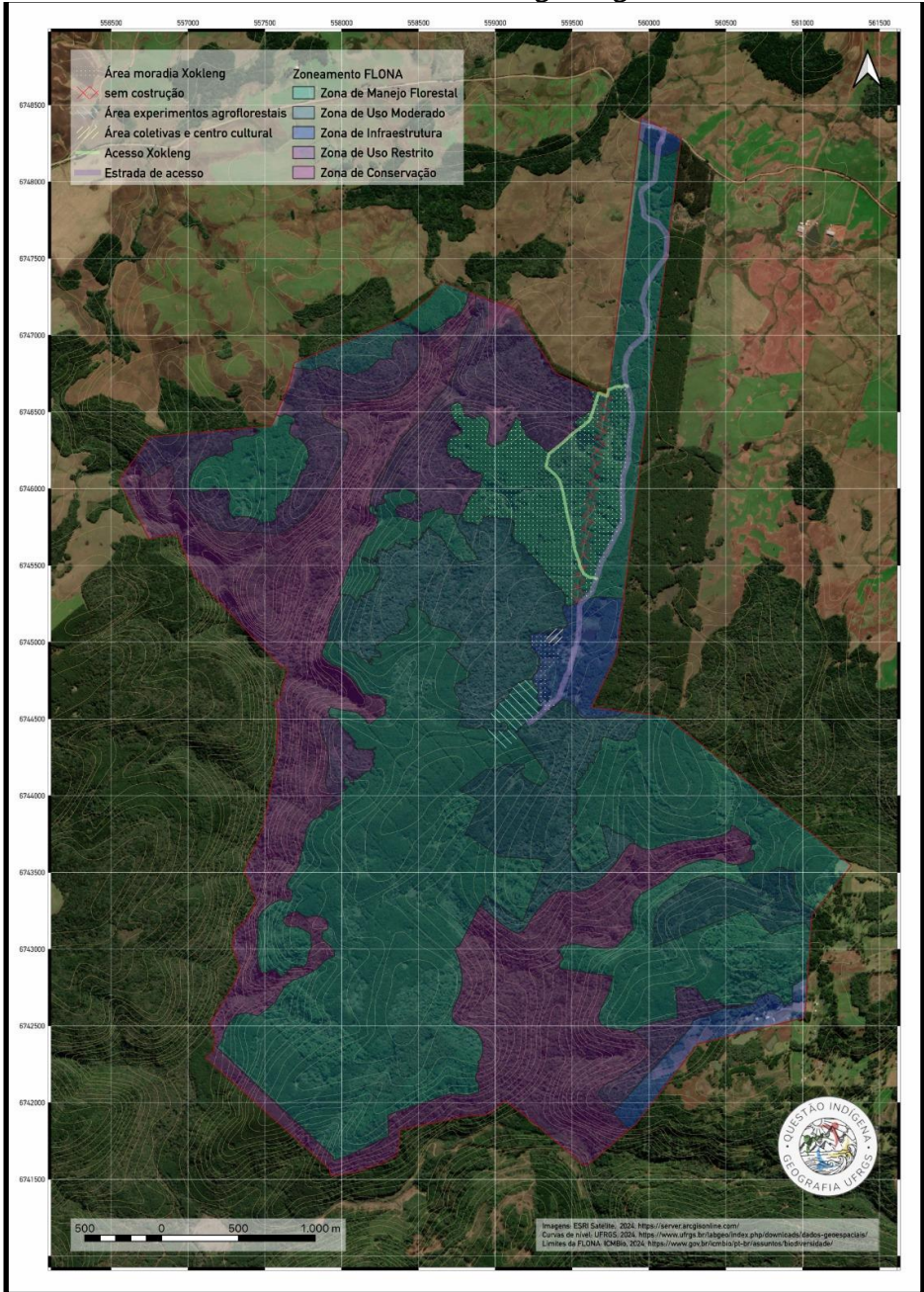
**Figura 6: Mapa das áreas de referência para moradia e outros usos da Comunidade *Xokleng Konglui***



Fonte: os autores et al., a partir de imagem do Google Earth (2024).

Nesse tempo, os GTs iniciaram seus trabalhos para identificação e delimitação das futuras terras indígenas, mas o evento climático extremo de maio de 2024 no RS impediu avanços maiores, em que pese a tragédia ter sido importante para demonstrar à comunidade *Xokleng* que parte da área de referência para moradias ficava alagada nos episódios de chuva extrema. Deste modo, foram feitos novos estudos pela própria comunidade, ao se apropriarem cada vez mais do território retomado a partir de conhecimentos ancestrais aliados a conhecimentos técnico-científicos. No final de agosto deste ano, foram realizadas novas oficinas nas FLONAs, em que o ICMBio trouxe respostas e novas propostas para os acordos de convivência. No caso dos *Xokleng Konglui*, a comunidade aceitou parte das modificações propostas, mas colocou a necessidade de repensar as áreas de referência para moradia. Após amplo debate, envolvendo mais uma vez o ICMBio, a FUNAI, a própria comunidade e grupo de pesquisa e extensão, chegou-se a um consenso sobre as novas áreas de referência (figura 7). Poucos dias depois, a audiência no TRF-4 representou um momento muito marcante não apenas para as comunidades, mas para o ICMBIO, para a FUNAI e para o próprio poder judiciário, dado o ineditismo ali colocado. Após uma longa tarde de falas e colocações carregadas de simbolismo, o acordo finalmente foi selado, faltando apenas as assinaturas das lideranças indígenas e dos presidentes do ICMBio e da FUNAI, o que ocorreu alguns dias depois. Com isso, os cinco processos iniciais ficaram suspensos e finalmente há segurança jurídica para as comunidades permanecerem, enquanto os processos de demarcação ocorrem de forma paralela e simultânea, conduzidos pelos GTs da FUNAI.

**Figura 7: Mapa final com as áreas de referência para a Comunidade *Xokleng Konglui***



Fonte: os autores et al., a partir de imagem do Google Earth (2024).



## Considerações finais

Após o relato do histórico de conflitos e tensões entre a Retomada *Xokleng Konglui* e a Floresta Nacional de São Francisco de Paula, cabe trazer ao debate algumas reflexões fundamentais, derivadas da experiência gerada por termos acompanhado esse processo pelo menos desde o início de 2021.

A primeira questão que aparece, corroborada por outros sujeitos e entidades envolvidos no conflito (e na tentativa de sua resolução), é que a construção de acordos entre duas comunidades (*Xokleng* de São Francisco de Paula e *Kaingang* de Canela) em processo de retomada e o órgão gestor das unidades de conservação é algo novo e muito importante. Não que não existam outros acordos, que inclusive ensejam a criação de “Termos de Compromisso” (instrumento colocado pelo ICMBio a partir da Instrução Normativa 26/2012) e outras possibilidades elencadas pelo primoroso Parecer 175/2021, escrito pelos procuradores federais deste órgão. Estes instrumentos jurídicos e administrativos, no entanto, são pensados em geral a partir da sobreposição (ou dupla afetação) de comunidades indígenas ou povos tradicionais com unidades de conservação de ‘proteção integral’ (Parques, Reservas Biológicas etc., conforme a Lei 9985/2000 - SNUC). já que este grupo de unidades não permite a presença humana. Além disso, comunidades indígenas em estágio ainda inicial do processo demarcatório, como as retomadas mais recentes, não costumam constar nos bancos de Terras Indígenas levados em consideração quando se discute a dupla afetação ou outros casos de sobreposição. A construção deste acordo, portanto, é uma espécie de marco nas regulações jurídico-políticas que envolvem

retomadas e unidades de uso sustentável, como as FLONAs, e tem potencial para virar uma espécie de “jurisprudência”.

Outro aspecto relevante é que a construção e assinatura dos acordos não encerra o que tratamos aqui como conflito territorial, haja vista que a sobreposição de territórios continua existindo e, dito pelas próprias autoridades quando da assinatura dos documentos, estes acordos são apenas o início de um longo processo de convivência. É muito provável, portanto, que algumas desavenças continuem ocorrendo (já ocorreram, na verdade), e que será necessário um contínuo processo de aprimoramento do texto dos acordos e das práticas de convívio em si. Mesmo que a área das FLONAs seja totalmente demarcada como Terra Indígena, há entendimento jurídico de que o direito originário, garantido pelos artigos 231 e 232 da Constituição Federal, não desfaz o direito à conservação da natureza, mesmo que argumentamos que não são coisas excludentes (pelo contrário).

Além disso, pudemos observar e acompanhar o processo de constituição de uma **Aldeia Xokleng**. Se até o momento da entrada das famílias da comunidade nas casas funcionais do ICMBio talvez não fosse possível usar este termo, a partir do momento em que se reterritorializam no interior da FLONA vão (re)constituindo seu território ancestral e reforçando laços comunitários. Além disso, o avanço nos acordos para permanência e a luta para estabelecer os serviços básicos de saneamento, saúde e educação ajudam a conformar aquilo que se chama de aldeia. Neste sentido, a retomada passa a ser vista mais como o processo (de luta por território) do que como a área ou o conjunto de casas onde ficaram r-existindo por dois longos anos, sujeitos a todo tipo de intempéries e ameaças.

Por fim, mas não menos importante, a construção dos acordos de convivência entre ICMBio, FUNAI e comunidades em retomada nas FLONAs gerou uma grande repercussão em muitos meios acadêmicos e profissionais. Alguns pesquisadores chegaram a publicar notas e textos no jornal ‘O Eco’ criticando duramente essa construção. De nossa parte, para além da identificação de um certo “ethos” academicista e uma postura elitista dos colegas que subscrevem tais textos acusatórios, há um desconhecimento gerado talvez pelo próprio processo de formação, ainda limitado e pouco conhecedor da história dos povos originários e das concepções mais atuais sobre a chamada sociobiodiversidade (a qual comprova, por exemplo, que foram os indígenas do tronco Jê Meridional - *Xokleng e Kaingang* - que plantaram e espalharam grande parte dos capões de mata de araucária em todo o planalto e campos de cima da serra). No entanto, o mais preocupante é identificarmos que tais posturas podem ser geradas, por um lado, pela “perda do privilégio” de fazerem pesquisa acadêmica em áreas que até então estavam “reservadas” a pesquisadores e onde tinham pleno domínio de uma realidade anterior à retomada dos indígenas, naquela concepção de uma “natureza natural” só factível no mundo defendido pelos preservacionistas. Por outro lado, as retomadas indígenas em unidades de conservação, e especificamente a produzida pela comunidade *Xokleng Konglui* na Floresta Nacional de São Francisco de Paula, põe em xeque os paradigmas do próprio preservacionismo *versus* conservacionismo. Em verdade, a partir do momento em que a FLONA foi concedida para a iniciativa privada e quase não houve questionamento por parte de muitos sujeitos que hoje são contrários aos acordos, fica nítido que não se trata de ser contra a presença humana, mas sim a presença de **alguns humanos** nas unidades de

conservação (ainda que sejam de uso sustentável, como a FLONA-SFP). Os humanos indesejados são justamente os indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, além da população pobre das periferias urbanas e rurais, ao passo que, quem tiver dinheiro para pagar ingresso ou as outras “atrações”, pode usufruir sem problemas do ‘uso público’ da unidade. Fica nítido, portanto, que não cabe mais se referir ao paradigma do preservacionismo como tal, e sim como um **ambientalismo de base colonial**, visto que se estrutura no racismo e no evidente corte de classe social. Contrapondo essa visão arcaica e inaceitável, temos o **socioambientalismo** construído pelos povos e comunidades, e não apenas no seio da academia e dos órgãos governamentais. É essa, sem dúvidas, uma das grandes contribuições que a Retomada *Xokleng Konglui* deixa para muitos de nós.

## Referências

DA SILVA, Bibiana Harrote Pereira. “Viemos trazer de volta a natureza, viemos trazer de volta a cultura”: História oral na Retomada Xokleng Konglui em São Francisco de Paula-RS. TCC, IFCH- História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

BARBOSA, Rodrigo. **Retomada Xokleng Konglui: o renascimento de um povo.**

Cotidiano UFSC: 2022. Disponível em: <https://cotidiano.sites.ufsc.br/retomada-xoklengkonglui-o-renascimento-de-um-povo/> Acesso em: 15/09/22

BAGGIO DI SOPRA, Fernando Ernesto. **Territorializações indígenas no Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento, Tramandaí, BR-RS, 2022.

**BRASIL DE FATO. Povo Xokleng luta para retomar terra na Floresta Nacional de São Francisco de Paula.** 12 de janeiro de 2021 Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2021/01/12/povo-xokleng-luta-para-retomar-terra-na-floresta-nacional-de-sao-francisco-de-paula> Acesso: 16/09/22

CATTANEO, Dilermando. **Identidade territorial em Unidades de Conservação: ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental.** Porto Alegre, 2004. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia / Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CATAFESTO, José Otávio de Souza. **A presença indígena no quadrante patrulhense.** Em: DAROS, pp. 213-23, 1995.

CUNHA, Lauro Pereira da. **Índios Botocudos nos Campos de Cima da Serra.** Criação Humana / Evangraf. Porto Alegre, 2017.

FRIZZO, Rafael. Nota Técnica – “Mãe não se vende, Mãe não se troca, Mãe não se privatiza!”: Nota técnica preliminar envolvendo aspectos etnohistóricos e socioambientais da Retomada Indígena Xokleng Konglui na Floresta Nacional São Francisco de Paula/RS; 2020.

GOMES, M.C. **Populações Tradicionais Em Florestas Nacionais: Um Estudo De Caso Na Floresta Nacional De Humaitá, Amazonas.** Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Viçosa, MG, 2016. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/9190/1/texto%20completo.pdf>

ICMBio . **Plano de Manejo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula.** 2020.

ICMBio. **Plano de Uso Público da Floresta Nacional de São Francisco de Paula.** 2020.

ISA, 2021. **Povo: Xokleng.** Povos Indígenas do Brasil. Instituto Socioambiental. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xokleng#Fontes de informacao](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xokleng#Fontes_de_informacao) Acesso em: 03/09/23.



URBAN, Greg. Interpretation of inter-cultural contact: the Shokleng and Brazilian national society 1914-1916. *Ethnohistory*, s.l. : s.ed., v. 32, n. 3, p. 224-44, 1985.

\_\_\_\_\_. A model of shokleng social reality. Chicago: Univ. of Chicago, 1978. 398 p. (Ph.D. Dissertation).

HENRY, Jules. *Jungle People. A Kaingang Tribe of the Highland of Brazil*. New York, 1941.

\_\_\_\_\_, Jules. Os índios Kaingang de Santa Catarina, Brasil. Tradução do Instituto Brasil-Estados Unidos. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Vol. XIII. Florianópolis, 1944.

ROBINSON, Mark; et al. **Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in southern Brazil**. *Scientific REPOrTS* | (2018) 8:7800 | DOI:10.1038/s41598-018-24429-5 Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-018-24429-5> Acesso em: 10/09/22.

PEREIRA, W. S. da. **A ferrovia São Paulo-Rio Grande e os índios Xokleng em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1995. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76214?show=full>

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. *GEOgraphia*, 8(16). 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2006.v8i16.a13521>>

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. CECEÑA, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006. pp. 151-197. ISBN: 987-1183-34-8. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece/Carlos%20Walter%20Porto-Goncalves.pdf> .

RICARDO, Fany Pantaleoni (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: ISA, 2004. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/terras-indigenas-unidades-de-conservacao-da-natureza-o-desafio-das>

SANTOS, S. C. dos. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis, Edeme, 313p., 1973.

\_\_\_\_\_. **O homem índio sobrevivente do sul: antropologia visual**; Editora Garatuja, 1978.

SILVEIRA, Pablo & BATISTA, Sinthia. **Retomada Xokleng Konglui, São Francisco de Paula, RS, Brasil**. [mapa]. 2022.

SOUSA & ALMEIDA. **Gestão territorial em terras indígenas no Brasil** / Cássio Noronha Inglez de Sousa, Fábio Vaz Ribeiro de Almeida (Orgs.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Unesco, 268 p.: il. color. -- (Coleção educação para todos; v. 39. Série vias dos saberes; n.6), 2013.

VAI-TCHÁ TEIÉ, Cunllugn. **Unser Wissen wird gesät / ag järke te katëg ha vā, ag järke ti – Ein Brief an europäische Hochschulen**. In Dear Earth, – Beziehungsweisen mit und auf der Erde. Hyperwerk IXDM (ed.), 268–85. Basel: FHNW, 2024.

WEIS, B. M. C. **Conflito de sobreposições: O reconhecimento das terras indígenas e as Unidades de Conservação Ambiental Brasileira**. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Rio Grande, 2016. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7667/0000011122.pdf?sequence=1>

ZILIO, Rafael. **Práticas espaciais insurgentes do movimento indígena no Brasil diante da ofensiva jurídico-legal contemporânea**. Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 16, n. 3, dez./2022, p. 305 – 322. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/73672>

Recebido para publicação em 25/11/2024

Aceito para publicação em 04/09/2025

# A IMPORTÂNCIA DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NO ENFRENTAMENTO À CRISE ECOLÓGICA: O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CUMBE ARACATI/CE

*THE IMPORTANCE OF  
TRADITIONAL TERRITORIES IN  
THE CONFRONTATION OF THE  
ECOLOGICAL CRISIS: THE CASE OF  
THE QUILOMBOLA COMMUNITY  
OF CUMBE ARACATI/CE*

*LA IMPORTÂNCIA DE LOS  
TERRITÓRIOS TRADICIONALES  
PARA AFRONTAR LA CRISIS  
ECOLÓGICA: EL CASO DE LA  
COMUNIDAD QUILOMBOLA DE  
CUMBE ARACATI/CE*

Ariel Rocha Nóbrega de Castro  
Universidade Estadual do Ceará  
arielnrc@gmail.com

Camila Dutra do Santos  
Universidade Estadual do Ceará  
camila.dutra@uece.br

## Resumo:

O artigo objetiva refletir sobre a importância das comunidades tradicionais para a desaceleração da crise ecológica mundial. Enquanto metodologia, realizamos pesquisas bibliográficas sobre os principais, conceitos e temas trabalhados: dicotomia ser humano x natureza, crise ecológica mundial, apropriação capitalista da natureza, falha metabólica ser humano/natureza, recurso, mercadoria, bem comum, território, racionalidades econômica e ambiental. Ademais, foi necessário a pesquisa de campo corporizada no Quilombo do Cumbe, nos permitindo aplicar entrevistas e oficinas de cartografia social, possibilitando a obtenção dos dados empíricos. A realização da pesquisa possibilitou a compreensão da importância das comunidades tradicionais na conservação dos bens naturais e, consequentemente, no combate à crise ecológica.

**Palavras-chave:** Dicotomia ser humano X natureza, crise ecológica mundial, apropriação capitalista da natureza, comuns.

|             |           |                                 |                 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025 | ISSN: 2674-8355 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

The paper aims to reflect on the importance of traditional communities in slowing down the global ecological crisis. As methodology, we conducted bibliographical research on the main concepts and themes worked on: human being vs. nature dichotomy, global ecological crisis, capitalist appropriation of nature, human/nature metabolic failure, resource, commodity, common good, territory, economic and environmental rationalities. It was also necessary to conduct field research in the Quilombola Community of Cumbe, allowing us to apply interviews and social mapping workshops, enabling us to obtain empirical data. The research made it possible to understand the importance of traditional communities in the conservation of natural resources and, consequently, in combating the ecological crisis.

**Keywords:** Dichotomy human being x nature, global ecological crisis, capitalist appropriation of nature, commons.

**Resumen:**

El artículo pretende reflexionar sobre la importancia de las comunidades tradicionales para frenar la crisis ecológica global. Como metodología, realizamos una investigación bibliográfica sobre los principales conceptos y temas trabajados: dicotomía ser humano x naturaleza, crisis ecológica global, apropiación capitalista de la naturaleza, falla metabólica ser humano/naturaleza, recurso, mercancía, bien común, territorio, racionalidades económicas y ambientales. También fue necesario realizar una investigación de campo en la Comunidad Quilombola de Cumbe, lo que permitió realizar entrevistas y talleres de cartografía social, posibilitando la obtención de datos empíricos. La realización de la investigación permitió comprender la importancia de las comunidades tradicionales en la conservación de los recursos naturales y, en consecuencia, en el combate a la crisis ecológica.

**Palabras-clave:** Dicotomía ser humano vs. naturaleza, crisis ecológica global, apropiación capitalista de la naturaleza, comunes.

## Introdução

A relação da humanidade com a natureza é pautada, hegemonicamente, no modelo capitalista, envolto em uma racionalidade econômica, que segundo Leff (2006 e 2021), tudo resume à dimensão econômica gerando a devastação de ambientes e dos seus respectivos bens naturais (terra, água, florestas, biodiversidade, etc.) em todo o mundo, e nos levando a uma crise ecológica mundial como explica Marques (2018 e 2023). No entanto, Leff (2006 e 2015) explica que os povos e comunidades tradicionais desenvolvem uma racionalidade ambiental que se contrapõe à racionalidade hegemônica, dando continuidade/criando uma relação ser humano/natureza mais condizente com a manutenção do equilíbrio metabólico entre o ser humano e a natureza não humana.

Neste artigo<sup>1</sup>, debateremos a importância das comunidades tradicionais no combate à crise ecológica mundial. Este debate se faz necessário devido à urgência de mudanças radicais na forma predominante da humanidade relacionar-se com os bens naturais. Pois conforme Marques (2018 e 2023) o modo de produção capitalista ignora o fato de os bens naturais serem finitos, levando a uma superexploração destes que antagoniza com a conservação da biosfera. Isto vem gerando grande degradação do ecossistema global, resultando na emergência climática, extinção em massa de espécies, aquecimento global, fome, entre outras consequências que nos levam

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado de leituras e experiências realizadas para a elaboração da nossa dissertação já finalizada, e tese ainda em andamento. Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo apoio e financiamento por meio das Bolsas de Mestrado e Doutorado acadêmico em Geografia.

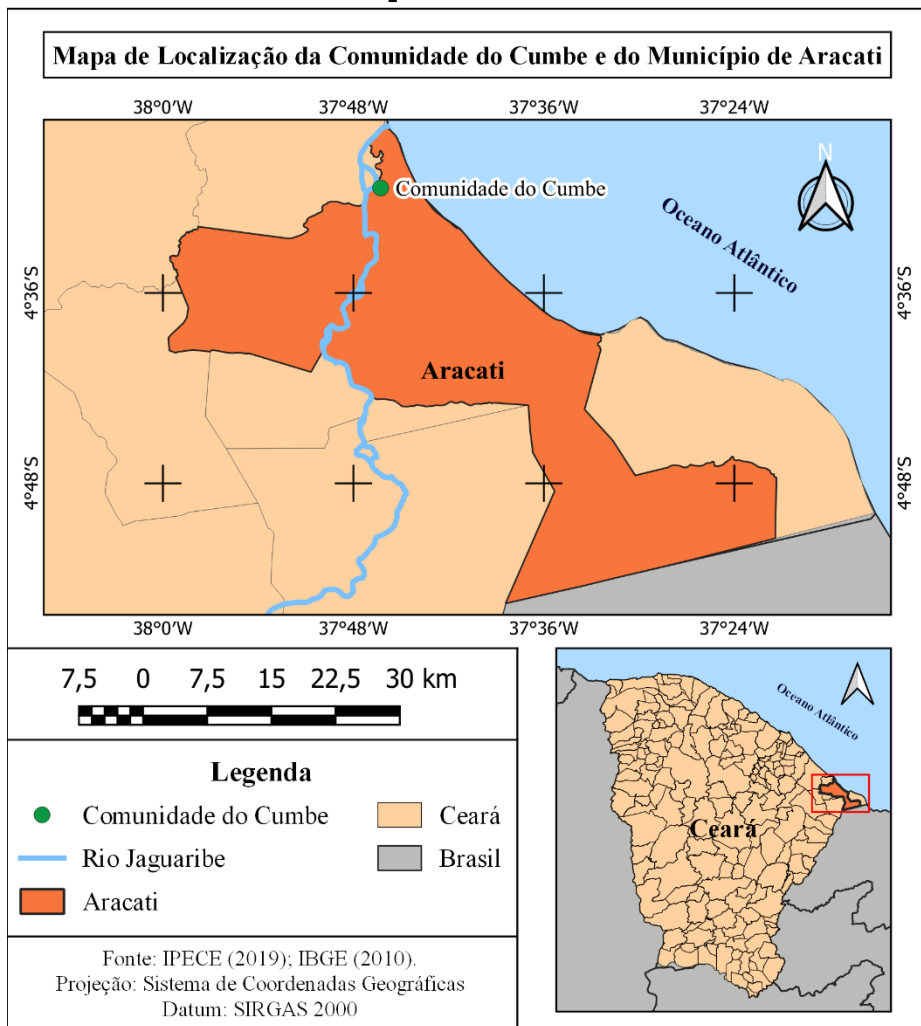
a duvidar da possibilidade de um futuro promissor para a humanidade e a vida no planeta.

Contudo, conforme as leituras de Alier (2017), Castro (2021), Leff (2006, 2015, e 2021), McKean e Ostrom (2001), Ostrom (1990), e Porto-Gonçalves (2017): os povos e comunidades tradicionais costumam -relacionar-se com seus ecossistemas de uma forma diferente da capitalista, respeitando os limites físicos de cada ambiente.

Ainda segundo os referidos autores, estes povos por estarem pautados em uma racionalidade ambiental, enxergarem seus bens naturais como comuns, e precisarem destes conservados para sobreviver, não só desenvolvem saberes que contribuem com a manutenção de seus ambientes, como lutam pela conservação destes, resistindo a degradadora apropriação capitalista. Dito isto, acreditamos que os povos e comunidades tradicionais, contribuem para atenuar o avanço da crise ecológica.

Como exemplo de uma comunidade tradicional que resiste à apropriação capitalista de seu território evidenciaremos a comunidade Quilombola do Cumbe que se encontra no município de Aracati, localizado no litoral leste do estado do Ceará - Nordeste - Brasil, como podemos observar no mapa de localização (mapa 1). A comunidade se localiza na margem direita do Rio Jaguaribe (o maior rio do Ceará) e próximo ao estuário.

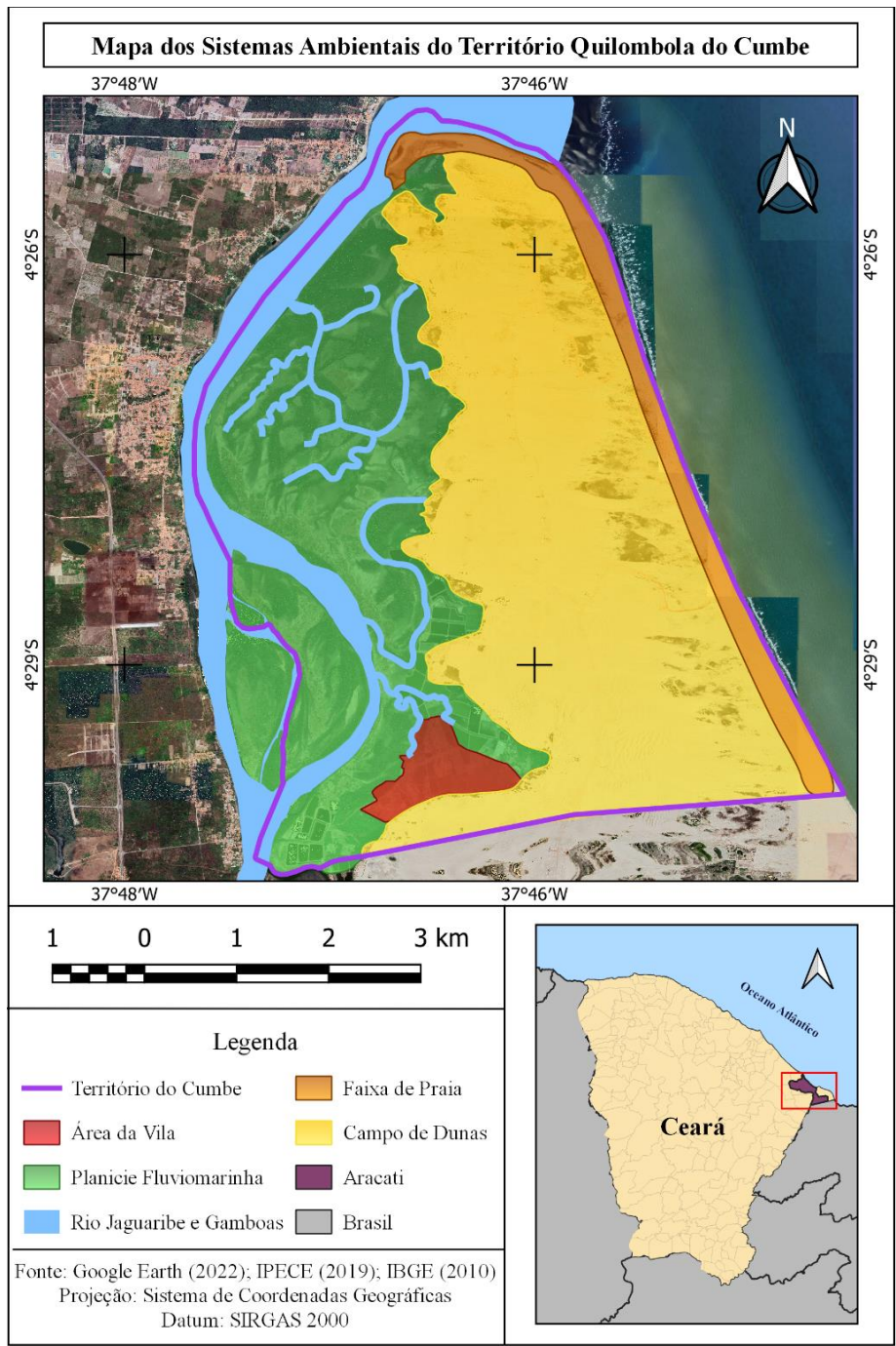
**Mapa 1 - Mapa de Localização da Comunidade do Cumbe e do Município de Aracati - CE**



Fonte: Autores, 2025.

Conforme Nascimento (2014), ao oeste da área povoada da comunidade encontramos o rio e a vegetação de manguezal, e a leste o campo de dunas móveis com suas respectivas lagoas interdunares. O território da comunidade agrega os sistemas ambientais: planície fluvial, campo de dunas, e faixa de praia, como podemos observar no mapa 2.

**Mapa 2 - Mapa dos Sistemas Ambientais do Território Quilombola do Cumbe**



Fonte: Autores, 2025.



A comunidade quilombola do Cumbe, segundo Quilombo do Cumbe [s.d.], foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2014, contudo, ainda luta pela regularização e titularização de seu território quilombola. A comunidade é composta por 150 famílias (Nascimento, 2014), e dentre as principais atividades realizadas estão: a agricultura, a cata de caranguejo, a mariscagem, a pesca artesanal fluvial e marítima, o artesanato e o turismo comunitário.

A escolha do Quilombo do Cumbe como nosso recorte empírico se deve a múltiplos motivos, primeiro, pelo território da comunidade ser foco dos ataques dos empreendimentos capitalistas, dentre os principais temos: a Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, a carcinicultura<sup>2</sup>, e a usina eólica. Segundo, pelo fato de a comunidade resistir à apropriação capitalista dos bens naturais do seu território há anos, pois, segundo Nascimento (2014), desde a década de 1970 chegou um dos empreendimentos que viriam a degradar seu ambiente, a CAGECE, seguida da carcinicultura na década de 1990, e da usina eólica em 2008. E terceiro, por uma relação de confiança entre sujeitos e pesquisadores já estabelecida, pois realizamos atividades em parceria com a comunidade desde 2018.

Destarte, o principal objetivo deste artigo é discutir a relevância das comunidades tradicionais para a desaceleração da crise ecológica mundial. Os objetivos específicos são: discutir as consequências da apropriação capitalista da natureza; entender o que é a crise ecológica mundial e quais são seus efeitos; e elucidar

---

<sup>2</sup> Criação de camarão em tanques.

como as comunidades tradicionais contribuem para a conservação ambiental.

## **Procedimentos Metodológicos**

Realizamos pesquisas bibliográficas em livros, artigos, monografias, teses e dissertações sobre os principais temas e conceitos que nos ajudariam a compreender o que seria a crise ecológica mundial e, a diferença entre a apropriação capitalista dos bens naturais e a forma que as comunidades tradicionais se apropriam destes. Dentre os conceitos estudados: a dicotomia ser humano x natureza (Porto-Gonçalves, 2014), a crise ecológica mundial (Leff, 2006; Marques, 2018 e 2023), a apropriação capitalista da natureza (Castro, 2021) e (Porto-Gonçalves, 2014), a falha metabólica entre ser humano e natureza (Foster, 2005; Saito, 2021), recurso (Porto-Gonçalves, 2014), mercadoria (Marx, 1987 e 2013), comuns (Ostrom, 1990), território (Haesbaert, 2019; Souza, 2016) racionalidades econômica e ambiental (Leff, 2006, 2015 e 2021), entre outros.

Ademais, foi feita uma pesquisa documental de notícias e relatórios internacionais produzidos por Organizações Não Governamentais - ONGs e agências mundiais como: UNESCO<sup>3</sup>, WMO<sup>4</sup>, IUCN<sup>5</sup> e WWF<sup>6</sup> que explicitassem os efeitos da crise ecológica no ambiente, trazendo dados, retratados em gráficos, tabelas e quadros, para com isso complementar nossa discussão da

---

<sup>3</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

<sup>4</sup> Organização Meteorológica Mundial.

<sup>5</sup> União Internacional para a Conservação da Natureza.

<sup>6</sup> Fundo Mundial para a Natureza.

crise ecológica com dados numéricos sobre seus efeitos, exemplificando-os e explicitando a gravidade destes.

Além disso, utilizamos o conhecimento empírico adquirido durante nossas pesquisas de campo no Quilombo do Cumbe. Pesquisas que procuravam compreender a forma que os quilombolas enxergavam seus bens naturais, os conflitos ambientais existentes e as formas de resistência da comunidade em prol da defesa dos bens naturais de seu território. Como já apresentado, realizamos atividades junto a comunidade desde 2018, contudo nossa pesquisa de dissertação foi iniciada em 2019 e nossa tese foi iniciada em 2023, até atualmente (2025) mantemos contato constante com a comunidade.

É importante explicitar que a pesquisa foi realizada com os membros da comunidade que se reconhecem quilombolas. A chegada das empresas no território gerou divisão entre os comunitários formando duas associações, a Associação dos Moradores do Cumbe e Canavieira, cujos(as) associados(as) não se identificam como quilombolas e possuem concordância com a instalação dos grandes empreendimentos (carcinicultura e eólica), e a Associação Quilombola do Cumbe que reafirma sua identidade quilombola, discorda da entrada dessas empresas e luta contra a presença delas em seu território, defendendo a conservação dos bens naturais.

Criamos o “Diário de Campo” onde anotamos as principais informações obtidas nos trabalhos de campo, bem como registramos o conteúdo das entrevistas semiestruturadas feitas com os quilombolas sobre a relação da comunidade com o mangue, a terra, e a água em seu território, incluindo o mar, rio, gamboas (braços de rio), lagoas interdunares e córregos, e as resistências aos avanços do

capital. Vale ressaltar que para resguardar a identidade das pessoas entrevistadas, trocamos os nomes dos sujeitos da pesquisa por nomes de animais encontrados no território em questão.

Por fim, realizamos uma oficina de cartografia social, intitulada “Cartografia Social das Águas”, a qual nos permitiu reunir diversos dados para a pesquisa, especialmente sobre: a relação dos quilombolas com os corpos hídricos do seu território; o acesso a estes comuns; e as resistências para a manutenção deste acesso. Estes dados possibilitaram a criação de um conjunto de mapas sociais, com a utilização da técnica de geoprocessamento, dentre eles o “Mapa de Acesso aos corpos hídricos”, o qual será apresentado neste artigo.

### **A separação da natureza humana e não humana e a apropriação capitalista**

A relação ser humano/natureza está em crise, conforme Porto-Gonçalves (2014) vivemos uma dicotomia entre ser humano e natureza, que, por mais que não seja total, é hegemônica. Parte considerável da humanidade acredita que ser humano e natureza são opostos, a ponto de crer que tanto os bens naturais, quanto os demais seres vivos, existem apenas para servir aos desígnios do ser humano. Esta visão não é resultado de uma evolução natural da compreensão humana sobre o ambiente, pelo contrário, é na verdade uma imposição.

Carvalho (2003) explica que o ser humano primitivo era tão uno com a natureza que nem mesmo precisava conceituá-la, mas com o passar do tempo, na sociedade antiga, as desigualdades sociais tornam-se cada vez mais preponderantes, levando a uma distinção

entre os lugares que cada ser humano deveria ocupar, surge a plebe, a aristocracia, os imperadores e os escravos.

Ainda com base em Carvalho (2003), aos que tinham o privilégio de chefiar era designada a cidade, não precisavam produzir, apenas administrar os que supostamente estariam “abaixo” destes, dissociando-se dos locais de produção e do contato direto com a natureza não humana. Aos seus subalternos foi escolhido o dever de produzir, a estes foram designados os campos e o contato direto com a natureza não humana, por intermediação do trabalho. Com base no autor supracitado, o surgimento da sociedade de classes aparta cada vez mais o ser humano dele próprio, e este da natureza, sendo um dos marcos da separação ser humano e natureza.

De acordo com Porto-Gonçalves (2014) e Bornheim (1985), inclusive no ocidente a visão dicotômica ser humano x natureza nem sempre existiu, os filósofos pré-socráticos acreditavam que tanto os seres animados quanto inanimados possuíam alma, não havendo assim uma distinção entre os seres vivos e os não vivos, menos ainda entre a natureza humana e não humana, inorgânica ou orgânica. Segundo Porto-Gonçalves (2014) e Marques (2018) somente com os filósofos pós-socráticos é que surge o privilégio do ser humano e das ideias sobre a natureza, passando a mesma a ser vista como alteridade, o não humano.

Com base em Porto-Gonçalves (2014), outro marco na separação ser humano e natureza é a idade média cristã, quando se passa a acreditar que o ser humano é a imagem e semelhança de Deus, e que este dotou o ser humano do direito de reinar sobre o planeta, podendo utilizar os demais seres vivos assim como os diversos bens naturais da forma que bem entender.

Por fim, um outro marco na separação entre ser humano e natureza é segundo Aráoz (2016) e Carvalho (2003), a época moderna na qual o modo de produção capitalista começa a se desenvolver e chega a se firmar como principal modo de produção, estabelecendo assim novas relações de convívio entre as pessoas e entre estas e a natureza. Conforme Marx (2013), para a consolidação do capitalismo, que surge no continente Europeu, foi necessária a acumulação primitiva do capital, o que resultou não só na tomada da terra, bem comum dos camponeses da Europa, por meio dos *enclosures*<sup>7</sup> (cercamentos) que levaram a privatização da terra, mas levou inclusive à pilhagem e exploração dos comuns em todos os demais continentes para que a Europa acumulasse riqueza o bastante para promover a Revolução Industrial posteriormente.

Durante a acumulação primitiva do capital, por meio das grandes navegações e da colonização de diversos povos, junto às imposições da Europa moderna sobre os colonizados, a forma europeia de se relacionar com a natureza, foi difundida por todo o mundo. Por meio da espoliação de diversos povos, principalmente da América e África, a Europa passa a ser o centro do mundo e, conseqüentemente, sua visão de mundo torna-se hegemônica e com isso a forma de se relacionar com a natureza. Segundo Aráoz (2016, p. 455), “[...] a partir de então e até a atualidade a natureza vida, já relegada a sua condição de mero recurso, será pensada de modo linear, concebida e tratada como objeto de conquista e exploração a serviço da acumulação”.

---

<sup>7</sup> Para mais informações sobre os *enclosures* ler: Foster (2005), Marx (2013), e Saito (2021).

Essa visão que subalterniza a natureza, resulta numa relação nociva com o ambiente<sup>8</sup>, afetando tanto a humanidade quanto aos demais seres vivos. Com uma sede econômica insaciável, impulsionada pela necessidade de acumulação capitalista, temos nos relacionado com o ambiente, principalmente, por meio do valor de troca, conduzindo-nos a uma apropriação capitalista da natureza, que nos leva a se relacionar com os bens naturais como recurso e mercadoria levando-nos a degradar diversos ambientes no planeta.

Justificados, de acordo com Leff (2006, 2021), por uma racionalidade econômica, criamos uma realidade hiper objetificada, em que apenas a dimensão econômica dos bens naturais é relevante, deixando suas demais funções: biológica, física, e simbólica, em segundo plano, vendo-os apenas como recurso e mercadoria, tudo se torna vazio de sentido, facilitando a apropriação capitalista. Relacionando as nossas leituras de Marx (1987) com as de com Leff (2006, 2021), podemos compreender que a racionalidade econômica supervaloriza o valor de troca em detrimento do valor de uso<sup>9</sup>. Sendo preferível superexplorar os bens naturais para a produção de mercadorias, garantindo a acumulação contínua de capital, do que utilizá-los de forma consciente, como fazem os povos e comunidades tradicionais, ressaltando suas dimensões físicas, biológicas e simbólicas.

Veremos em nosso recorte espacial , que na comunidade do Cumbe, tanto a carcinicultura, quanto a CAGECE, embasadas na racionalidade econômica, exploram o bem natural água priorizando seu valor de troca/dimensão econômica, não levando em conta o

---

<sup>8</sup> Nossa compreensão do ambiente é baseada nas discussões de Suertegaray (2021).

<sup>9</sup> Para mais informações sobre valor ler: Marx (1987).

esgotamento desse bem ou da sua qualidade.

Conforme Castro (2021), para o capitalismo se apropriar da natureza, ele precisa transformá-la em recurso e/ou mercadoria, mas isto gera consequências. Quando algo é transformado em recurso, de acordo com Porto-Gonçalves (2014), se torna um simples meio de atingir um fim. No caso do capitalismo, esse recurso conduziria à geração de lucro, não importando as suas funções e as concepções para o ambiente, podendo levar a superexploração, poluição e até ao esgotamento.

Tornar um bem mercadoria também é um grande problema pois, conforme Marx (1987), isso é dotá-lo de um valor de troca, e, quando este bem ganha um valor de troca, Ribeiro (2008) explica que ele adquire uma característica excludente, gerando uma escassez relativa, além disso, o seu comprador poderá utilizá-lo como bem entender, permitindo a superexploração e poluição. Com a transformação da natureza em recurso e mercadoria, todos os bens naturais parecem apenas objetos/ferramentas para a acumulação capitalista, com uma produção no tempo do capital, resultando na superexploração/privatização e poluição dos bens naturais, não permitindo que eles se recuperem do uso do ser humano, levando, com base em Foster (2005), à falha metabólica entre ser humano e natureza.

### **A falha metabólica e a ascensão da crise ecológica**

Com base no que lemos em Saito (2021), a troca metabólica, entre a natureza humana e não humana, existe desde o início da humanidade. Essa troca entre ser humano e o seu ambiente é intermediada pelo trabalho, porém isso varia no decorrer da história.



Conforme Freitas, Nélsis e Nunes (2012) e Suertegaray (2021), a falha metabólica ocorre a partir do momento em que o ser humano começa a se relacionar com a natureza (humana e não humana) prioritariamente através do valor de troca, ao invés do valor de uso, levando a uma alienação do ser humano com o seu trabalho e do próprio ser humano ante ele mesmo. Criando uma relação apenas de retirada dos bens naturais em prol da acumulação, não fornecendo o tempo necessário para que a natureza se recupere, fraturando a troca metabólica entre a natureza humana e não humana.

Essa quebra no metabolismo entre ser humano e natureza, ocorrida em larga escala, graças à dominação e imposição do modo de produção capitalista aos diversos povos de nosso planeta, está diretamente relacionada ao processo de crise ecológica mundial que vivemos, pois, conforme Foster (2005), ela viola as condições de sustentabilidade impostas pelas leis naturais.

Com base em Leff (2006, e 2021), a crise ecológica mundial seria uma crise civilizatória, ou seja, uma crise do centralismo econômico; do crescimento “ilimitado” da economia; da separação ser humano e natureza; da apropriação capitalista dos bens naturais; do desenvolvimento de tecnologias com a finalidade de dominação da natureza; enfim uma crise dos modos de manifestação da humanidade frente ao curso da vida no planeta, ultrapassando a resiliência do planeta e causando a degradação ambiental. Ela é um marco e ao mesmo tempo um efeito do limite alcançado pela realização da acumulação capitalista.

A crise ecológica, do mesmo modo, pode ser vista como um alarme para a precisão de uma mudança premente da nossa forma de racionalizar e se relacionar com o mundo.

A crise ambiental coloca a necessidade de dar bases de sustentabilidade ao processo econômico, procurando controlar e reverter os custos ecológicos dos padrões de produção e consumo, e seus efeitos na deterioração ambiental e na qualidade de vida das maiorias (Leff, 2006, p. 406).

Conforme Marques (2023), a crise ecológica mundial, da mesma forma, seria um processo, possuindo assim diversos estágios de agravamento. Com o passar do tempo, a crise ecológica vem chegando a estágios cada vez mais graves e de mais difícil reversão, uma vez que seguimos mantendo a mesma racionalidade degradadora e o mesmo nível de exploração da natureza (ou pior). A reversão se torna cada vez mais difícil porque a crise se retroalimenta, por exemplo: quanto mais a vegetação planetária é devastada, mais intenso se torna o aquecimento global<sup>10</sup> quanto mais seco e aquecido o planeta, maior a possibilidade de incêndios florestais, levando a um aumento das áreas desmatadas que conduzem a um maior aquecimento planetário; assim é criado um efeito bola de neve de uma amplitude e intensidade cada vez maior.

Portanto, nos baseando na leitura de Leff (2006, 2021) e de Marques (2023), podemos definir a crise ecológica mundial como: um processo de crise civilizatória da relação que temos atualmente com a natureza, que marca o limite da capacidade de recuperação de nosso planeta, e chama atenção para a necessidade da modificação

---

<sup>10</sup> As plantas por meio da transpiração vegetal têm mecanismos de regulação térmica.

da forma hegemônica de nos relacionarmos com esse, trazendo a importância de uma conexão mais ajustada aos limites da resiliência planetária e cabível à manutenção da biosfera, pois os efeitos da crise ameaçam a vida no planeta.

Dentre os inúmeros efeitos da crise ecológica, podemos exemplificar alguns. Um deles é a degradação de florestas. Conforme Marques (2018, 2023), desde o final da glaciação 45% das terras emersas do planeta eram cobertas por florestas, que somavam em torno de 60 milhões de km<sup>2</sup>, em 2010 apenas 15% dessa área original permanece intacta, 55% se encontram em diferentes estágios de degradação e/ou fragmentação, e 30% foi totalmente devastada, dentre os 30% totalmente devastado mais da metade ocorreu no período dos anos 1800 até 2010.

Outro efeito da crise está relacionado ao acesso à água, a qual, há tempos, vem sendo transformada em mercadoria, privatizada, concentrada e poluída. Com base no World Water Development Report (2014), em torno de 40% da população mundial, em 2050, viverá em locais com um grave estresse hídrico. Segundo Marques (2018), a estimativa supracitada é otimista, visto que o mercado costuma ser inescrupuloso e demanda uma extração cada vez maior da água contida nos corpos hídricos que, muitas vezes, abastecem populações em variados locais ao redor do globo. Com base no autor, 36 países já enfrentam níveis extremos de estresse hídrico sendo que, nestes países, 80% de sua água é consumida por empreendimentos agrícolas, industriais ou pelo uso doméstico nas cidades, deixando inúmeras comunidades rurais e segmentos mais pobres da sociedade expostos a possibilidade de escassez hídrica.

Mais um grande efeito da crise, segundo Marques (2018),

seria o aquecimento global. O autor explica que o aumento paulatino da temperatura do planeta em uma escala geológica de tempo é natural, mas esse efeito vem sendo acelerado a ponto de ocorrer mudanças drásticas da temperatura, em uma escala humana de tempo. Isso ocorre, ainda com base em Marques (2018), devido às inúmeras ações para atender a acumulação capitalista, como a queima de combustíveis fósseis e a implantação de grandes criações de gado, emitindo gases estufa, chamados GEE. Mas não só isso, aqui podemos incluir desmatamento gerando a devastação de florestas, e a poluição oceânica levando a mortandade de algas que, para a realização da fotossíntese, absorvem CO<sub>2</sub>, um dos GEE. Esse aumento acelerado da temperatura, que pode ser percebido em séculos e até em décadas, não permite que os seres vivos se adaptem a essas mudanças, ameaçando, portanto, a vida de diversas espécies no planeta, inclusive a humana, caso a temperatura continue a subir.

A World Meteorological Organization (2024) relata que a média de temperatura em 2023 foi de 1.45 C°, acima da média dos anos 1850 a 1900. Ademais, 2023 foi o ano mais quente dos 173 anos registrados (1850 a 2023), suplantando os anos mais quentes anteriores, como 2016 com 1.29° e 2020 com 1.26°, acima da média de 1850 a 1900.

Segundo Marques (2018), a erosão genética é outro efeito da crise. O capital vem fazendo ataques gravíssimos à biodiversidade do nosso planeta, de modo que várias espécies vegetais e animais vêm sendo extintas ou tornando-se vulneráveis à extinção. O desaparecimento ou a diminuição do número de indivíduos dessas espécies afeta o equilíbrio dos diversos ecossistemas do nosso planeta.

Conforme a lista vermelha, disponibilizada pela IUCN (2024), de 157.190 espécies avaliadas, 44.000 (28%) estão ameaçadas de extinção. Dos anfíbios avaliados, 41% estão ameaçados de extinção, 26% dos mamíferos, 34% das coníferas<sup>11</sup>, 12% das aves, 37% dos tubarões e arraias, 21% dos répteis, 36% das espécies de corais, 28% dos crustáceos, e 70% das cicadáceas<sup>12</sup>.

Esses são apenas alguns dos efeitos da crise ecológica, soma-se ainda a erosão dos solos, a insegurança alimentar, a produção de lixo, a poluição, as diversas mudanças climáticas, a possibilidade de aumento do nível do mar, dentre outros, que afeta o equilíbrio do nosso planeta e a continuidade das diversas espécies, incluindo a espécie humana. Tudo isso causado pela apropriação capitalista da natureza em prol da acumulação de capital que cresce desenfreadamente.

### **Territórios tradicionais e esperança**

Por mais que o capitalismo tenha se disseminado no mundo, tornando-se hegemônico, parte da humanidade consegue escapar parcialmente da forma capitalista de se apropriar da natureza, e se relaciona com ela de uma forma sustentável. Nos referimos aos povos e comunidades tradicionais que com base em Brasil (2007) e Brasil (2014) são: grupos diferenciados culturalmente que ocupam um território específico no qual se reconhecem identitariamente, com origem e vínculos históricos ligados a ele, possuindo técnicas e práticas culturais concebidas especificamente para o ecossistema do de seu território, usando os bens naturais no seu bojo para sua

---

<sup>11</sup> Plantas caracterizadas por formato em cone que produzem pinhas.

<sup>12</sup> Família específica de plantas com folhas semelhantes as palmeiras.

reprodução econômica, cultural, social e ancestral. Estes povos ao invés de se apropriar da natureza de uma forma capitalista, costumam se apropriar dos bens naturais como comuns, levando a conservação desses e, conseqüentemente, atenuando o avanço da crise ecológica.

Obviamente os povos e comunidades tradicionais só conseguem tratar os bens naturais como comuns por que têm acesso a seus territórios de vida<sup>13</sup> e este fato fornece a eles a autonomia que necessitam para isso. Conforme Haesbaert (2019) e Souza (2016), território e poder estão ligados profundamente, afinal aquele só pode ser concebido de forma concreta com o auxílio da compreensão de poder, da mesma forma o poder tem limites espaciais, portanto só pode ser exercido por meio de um território.

Desta forma é importante entendermos que os territórios de vida dos povos e comunidades tradicionais significam autonomia e liberdade, pois contêm seus bens naturais, memórias, e identidade, permitindo uma autogestão, mesmo que muitas vezes parcial, das suas vidas e destes bens (que costumam ser tratados como comuns),fazendo com que aquele povo não se obrigue a viver sob os moldes do modo de produção capitalista, mesmo que seja inevitável ser influenciado por ele em algum nível, afinal o capitalismo é hegemônico e global.

Conforme Leff (2016, p.444), o território é “(...) uma condição para a sobrevivência dos povos: é o espaço de vida necessário para recriar seus modos de vida, para reinventar suas identidades, desenvolver seu ser cultural e vislumbrar seus próprios horizontes

---

<sup>13</sup> Para melhor compreensão sobre territórios de vida ler: Leff (2016).

de vida”. Após compreendermos a importância do território para as comunidades tradicionais, precisamos entender o que seria essa forma não capitalista de apropriação, portanto, o que seriam os comuns?

Grzybowski (2014, s/p) explica que os grupos humanos tratam como comuns, bens os quais seu compartilhamento é indispensável, mas que ao mesmo tempo devem ser utilizados com consciência para sua consequente manutenção. O direito de todos que usufruem de determinado comum é intrínseco à sua responsabilidade de mantê-lo em um bom estado para o usufruto de todos, por isso, segundo Svampa (2016), é necessário manter os comuns fora do mercado. Com base nas leituras de Ostrom (1990) e Feeny et al. (2001), é importante esclarecermos que os comuns não são bens livres (os quais não teriam regras para seu uso), pois o uso dos comuns sempre está atrelado a regras criadas pelos que usufruem deles, de modo a sempre mantê-los conservados.

Ostrom (1990) e McKean e Ostrom (2001) com base em pesquisas realizadas em comunidade tradicionais ao redor do mundo, notaram a existência de algumas características da gestão dos comuns que eram intrínsecas a todas elas, como: haver regras com o objetivo de manter a conservação do comum específico; a existência de fronteiras para impedir que novos indivíduos descumpram as regras estabelecidas e prejudiquem a manutenção do comum; condições para que o indivíduo que queira fazer usufruto do comum ingresse no grupo de usuários, como por exemplo seguir as regras estabelecidas do usufruto; a viabilidade dos usuários terem voz para modificarem as regras do uso do comum; e métodos para a resolução de pequenos conflitos entre os usuários; dentre outras

características.

Se um bem é visto como comum, a prioridade não é utilizá-lo para gerar lucro, mas sim haver uma distribuição equitativa para cada usuário e não prejudicial a sua manutenção. Desta forma, conceber bens naturais como comuns é incompatível com a acumulação capitalista, a mesma que gerou a crise ecológica na qual vivemos. Além disso, Leff (2006, 2015, 2021) explica que as comunidades tradicionais estão pautadas em uma racionalidade ambiental, que considera: a importância dos bens naturais para a manutenção da vida daquele ambiente (dimensão biológica); os limites físicos de cada bem (dimensão física); e a importância desses na cultura e nas crenças dos povos (dimensão simbólica). A racionalidade econômica (hegemônica) prioriza a dimensão econômica dos bens naturais e negligência as demais dimensões.

Logicamente, sabemos que a realidade não é utópica existem contradições dentro das comunidades tradicionais. Com o passar do tempo parte dos seus membros podem ser seduzidos pela racionalidade econômica, no Cumbe, nosso exemplo empírico, existem duas associações, a quilombola, que luta pela conservação dos seus bens naturais, e a outra associação que sede às promessas do capital, mesmo que isso signifique sacrificar o ambiente em que vivem. Todavia, as comunidades tradicionais, inclusive o próprio Cumbe, mesmo com suas contradições, ainda são resistência contra a degradação de seus ambientes.

Krenak (2020), traz bons exemplos da diferença da racionalidade ambiental dos povos tradicionais e da racionalidade econômica. De acordo com o autor, a aldeia indígena Krenak fica na margem esquerda do rio Doce, e na margem direita desse rio há uma



serra, estes dois bens naturais para os Krenak são pessoas e possuem personalidades:

Aprendi que aquela serra tem nome, Takutrak e personalidade. [...] as pessoas olham para ela e sabem se o dia vai ser bom ou se é melhor ficar quieto. Quando ela está com uma cara do tipo “não estou pra conversa hoje”, as pessoas já ficam atentas. (Krenak, 2020, p.18).

Neste exemplo, percebemos que a serra não é apenas um conjunto de minérios de valor econômico, ou uma simples paisagem turística, mas sim uma parte importante da vida dos povos indígenas, visto como um ser vivo. Krenak ainda traz o exemplo do rio que banha sua aldeia:

O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico (Krenak, 2020, p.40).

Da mesma forma, uma de nossas entrevistadas, denominada *Intã*, quilombola do Cumbe, quando se refere à poluição hídrica pela carcinicultura, trata o rio Jaguaribe como um ente querido, dizendo que ele está doente e precisa ser cuidado, pois o rio é um ser vivo, e não um simples canal de água.

Tanto para Krenak quanto para *Intã*, o rio não é simplesmente um recurso hídrico, ele é provido de personalidade e é um ser vivo, assim como o ser humano. O fato dos povos e comunidades tradicionais terem essa racionalidade ambiental e tratarem os bens naturais como comuns, leva à sustentabilidade dos ambientes.

Como pudemos ver, os povos e comunidades se relacionam com os bens naturais do seu território de uma forma que leva à conservação desses. Isso se deve a ligação de suas vidas com os bens naturais de seu território. Evidentemente, que para isso, é imprescindível que os comuns estejam conservados para que seja mantida a reprodução social dessas pessoas.

É importante ressaltarmos que os povos e comunidades tradicionais além de contribuir com a atenuação da crise ecológica por meio da forma que se relacionam com os bens naturais dos seus territórios, como comuns, conservando-os, e desenvolvendo uma racionalidade ambiental, outra parte significativa dessa contribuição vem por meio de suas lutas para resistir ao avanço do capital, afinal de acordo com o que lemos em Alier (2017), Porto-Gonçalves (2017) e Leff (2006), se não fossem as diversas lutas travadas por esses povos por todo o mundo, ambientes que ainda temos conservados atualmente, provavelmente, já teriam sido degradados para atender aos desígnios do capital, aumentando os efeitos da crise.

Alier (2017) inclusive, considera que os povos e comunidades tradicionais, são os verdadeiros ecologistas, pois necessitam lutar pela saúde de seu ambiente quando este é ameaçado de degradação, caso contrário, seus modos de vida, culturas, e existências serão degradados.

Essas lutas das comunidades tradicionais em prol da conservação dos seus ambientes, diversas vezes são inevitáveis, pois é por meio destas que aquelas mantêm a autonomia que segundo Leff (2006 e 2015) é necessária para criar e recriar sua racionalidade ambiental, permitindo a não submissão às regras da racionalidade econômica. Além disso, acrescentamos que por meio dessas lutas são

construídos mecanismos de resistência para frear o avanço degradador do capital dentro de seus territórios.

O caso dos seringueiros da Amazônia, que segundo Leff (2006) e Porto-Gonçalves (2017) lutaram e lutam para a proteção da floresta, é um exemplo da construção desses mecanismos de resistência. A luta destes povos levou a criação de uma modalidade de unidade de conservação, a reserva extrativista (RESEX), que inclusive serve até hoje como uma forma de garantir a proteção do meio de vida de outras comunidades tradicionais pelo Brasil. A importância da floresta para os seringueiros era tamanha, que alguns sacrificaram sua vida em prol dela, é o caso da liderança Chico Mendes, conhecido internacionalmente por sua luta pela floresta amazônica, e seu trágico assassinato para defender este comum.

Portanto, é evidente que as lutas destas comunidades em defesa de seus territórios são essenciais no combate à crise ecológica. A seguir traremos mais alguns exemplos dessas lutas ao redor do mundo.

Porto-Gonçalves (2017) menciona luta a favor da vida e contra a expansão capitalista nos vários setores da floresta amazônica envolvendo: os indígenas equatorianos nas províncias de Pataza ou no Parque Nacional de Yasuny; os indígenas bolivianos na defesa do TIPNIS<sup>14</sup>; e os indígenas amazônicos no Brasil.

Alier (2017) traz o exemplo das comunidades negras e de pescadores artesanais de Honduras, Colômbia, Equador e Guatemala que, na década de 1990, vendo a derrubada do mangue por empreendimentos de carcinicultura resistiram em prol da

---

<sup>14</sup> Terra Indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure

conservação do manguezal, e de toda sorte de vida a ele inerente. Esta situação resultou, no caso de Honduras e Guatemala, em mortes de pescadores artesanais que se sacrificaram em prol dos manguezais.

Ainda de acordo com Alier (2017) lutas semelhantes aconteceram na Ásia envolvendo comunidades tradicionais de países como Bangladesh, Filipinas, e a Índia que também defendiam seus ecossistemas de manguezal. Nos dois primeiros a resistência das comunidades tradicionais contra o capital também levou à ameaça, e morte de lideranças comunitárias.

Por fim, com a discussão acima percebemos que as comunidades tradicionais contribuem no combate a crise ecológica tanto na forma que se relacionam com seus bens naturais, tratando-os como comuns, quanto quando lutam defendendo seus territórios dos avanços do capital.

Tendo a compreensão da relevância dos povos e comunidades tradicionais na defesa dos comuns, traremos agora o exemplo da comunidade do Cumbe, que inclusive possui lideranças que estão sendo protegidas pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas – PPDDH, devido as ameaças que sofreram ao defender os comuns de seu território.

### **A Comunidade do Cumbe e a luta em defesa dos comuns**

O Quilombo do Cumbe é um exemplo de comunidade tradicional que luta pela integridade dos seus comuns, conservando assim o máximo que pode o ambiente em seu território. Segundo as leituras de Castro (2021), Nascimento (2014), por considerar os bens

naturais, terra, água, e manguezal, como comuns, o povo deste território luta desde a década de 1970, contra a apropriação capitalista dos bens naturais por parte de empresas particulares relacionadas à carcinicultura e produção de energia eólica, quanto por empresas público-privadas como o caso da CAGECE.

A primeira ameaça aos comuns do Cumbe deu-se com a chegada da CAGECE, em 1971. A empresa se instala com o objetivo de prestar serviços de abastecimento de água e, desde então, retira água do aquífero local, para abastecer várias localidades dos municípios de Aracati e Fortim. Inicialmente não é cobrada a água distribuída aos quilombolas, fato que muda logo em seguida, trazendo prejuízos financeiros para a comunidade. Com base no que relatam os moradores do Quilombo, essa retirada de água do aquífero, por parte da CAGECE veio afetando diversas fontes de água da comunidade.

Nossas nascentes eram muitas, tudo isso foi se acabando, com a CAGECE puxando tudo, [...] toda a água, áreas que eram alagadas, hoje são secas, [...] a chegada da CAGECE ela nos privou de todas as nascentes, todas as águas que nós tinha acesso [...] (*Intã*).

Parte dos mananciais do território secaram por conta da retirada contínua de água. Com o passar do tempo, a empresa passou a cobrar a água distribuída para a comunidade, transformando um bem natural, que anteriormente era de livre acesso, em uma mercadoria. Essa forma de enxergar a água como mercadoria vai contra a racionalidade dos quilombolas, pois, para esses a água é um bem de todos os seres vivos e deveria ser de livre acesso.

Água não é mercadoria, [...] ela é de um processo assim da natureza [...] para manter a vida, e aí quando você fala assim um preço, [...] isso é desumano quando você pensa a água como um mercado, como uma mercadoria, porque eu acho que a água ela é a essência da vida para todos [...] (*Intã*)

Este conflito na forma de enxergar a água, gerou grande resistência por parte da comunidade.

[...] acho que foi na época de 92, 90 e pouco por aí a primeira vez que eles colocaram os medidores, aí começou a vim as contas altas, aí foi uma revolução [...] a turma não aceitou, pegaram os medidores e arrancaram os medidores todinhos, [...] estavam cavando para poder arrancar a geral que a geral que controlava, mas aí a polícia veio e não deixou [...] foi uma revolução grande, [...] aí eles não colocaram os medidores (*Guaiaumum*).

Nos baseando na leitura de Fabrini (2007) e Scott (2011) a resistência não ocorre apenas em grandes agitações e no embate direto de forma organizada, ela pode, inclusive, ser cotidiana, indireta, e desorganizada, atos de insubordinação ao poder dominante e ações voltadas à sobrevivência são resistência. Outras estratégias de resistência realizadas pelo quilombo foram procurar alternativas a utilização da água da CAGECE, como a abertura de novos poços à procura de água doce, e a construção de cisternas para acumular água da chuva e diminuir o uso da água da companhia.

A segunda ameaça aos comuns do Cumbe surge com a chegada da carcinicultura na década de 1990. Conforme *Aratu* quilombola do Cumbe, os primeiros impactos causados pela carcinicultura, no território, foram a ocupação das áreas de salgado

e apicum<sup>15</sup>, e o cercamento do mangue para a construção dos viveiros de camarão, em seguida, as áreas de mangue foram desmatadas para a construção de novos viveiros. Isso gerou uma grande comoção da comunidade, pois, conforme a quilombola *Intã*, o mangue além de mantenedor da vida, é um lugar sagrado de encantarias, que transforma as energias ruins em energias boas, lar dos encantados do mangue, como o “Pai do Mangue”<sup>16</sup> e o “batatão”<sup>17</sup>.

Após a construção dos viveiros de carcinicultura, segundo *Guaiaumum*, quilombola do Cumbe, a água da despesca passa a ser despejada sem tratamento no rio, poluindo as águas, causando mortandade de peixes, mariscos, da vegetação de mangue, e das espécies que dela dependem, como o caranguejo.

[...] a poluição está aumentando porque eles [carcinicultores] estão usando mais produto químico para criar o camarão [...] isso aí tudo eles jogavam no rio. Muitas espécies que nós tínhamos no nosso rio aqui não tem mais, lá nas gamboas [braço de rio] tudo acabou porque eles não estão preparados para receber esses produtos químicos. (*Guaiaumum*).

O uso do metabissulfito<sup>18</sup>, um dos produtos utilizados dentro dos tanques de carcinicultura, afetou diretamente as atividades produtivas do quilombo, causando a mortandade de várias espécies de animais. Com base no que lemos em Nogueira, Rigotto e Teixeira

---

<sup>15</sup> Zona de transição do ecossistema de mangue.

<sup>16</sup> Segundo os quilombolas essa entidade se apresenta como um pescador muito grande, com uma tarrafa imensa, no dia que ela está pescando, os pescadores devem cancelar a pescaria, pois a pesca do dia é da encantaria, pertence ao próprio mangue.

<sup>17</sup> Bola de fogo que a noite corre atrás das pessoas que adentram muito no mangue.

<sup>18</sup> Conforme Nogueira, Rigotto e Teixeira (2009), o metabissulfito é uma substância química utilizada durante a despesca do camarão, para inibir a proliferação de bactérias.

(2009), no Cumbe este produto químico afetou, especialmente, a população de caranguejo, reduzindo-a consideravelmente. Devido a este fato, os quilombolas atentaram para o quão perigoso pode ser este produto para a vida do seu território e sua própria subsistência.

Observando a devastação da vegetação de mangue no seu território, a poluição das águas e a mortandade de várias espécies essenciais para a subsistência da comunidade, o Quilombo organizou-se para resistir à nova ameaça, uma vez que seu ambiente e, conseqüentemente, sua sobrevivência, são colocados em perigo. Houve vários exemplos dessa resistência.

O maior movimento que nós começamos mesmo foi quando o caranguejo todo morreu na época de 99 até 2001/2002 nós ficamos sem caranguejo, aí foi quando a comunidade se alertou, [...] “rapaz, nós estamos perdendo nosso território, e nosso alimento agora”. Aí começamos o movimento, a denunciar, nós fizemos uma audiência na cidade, nós fizemos uma manifestação na praça pública da cidade [...] começamos a nos mobilizar [...] (*Guaíamum*).

Como resultado dessas ações de resistência, foi reduzida a poluição do rio e mangue, por parte da carcinicultura, diminuindo assim a mortandade do mangue e das espécies que dependem dele e das águas do rio, ademais tornou mais difícil a implantação de novos tanques de carcinicultura na comunidade. Além da resistência cobrando a diminuição da mortandade das espécies, houve resistência cobrando que houvesse o replantio do mangue:

[...] a gente fez uma resistência dentro de uma carcinicultura, a gente queria o replantio do mangue nessa área, porque foi uma grande perda muitas famílias tiravam a renda dali, ficamos ocupando lá 5 meses e a justiça dando causa ganha



ao carcinicultor, [...] a gente acabou perdendo a causa [...], mas teve essa ocupação (*Intã*).

Com base em *Intã*, até hoje ocorre a resistência, pois os quilombolas fazem vigílias constantes, observando o manguezal e as águas do território para que, caso haja alguma degradação, possam denunciar aos órgãos ambientais e à população em geral.

A formas de resistência foram inúmeras, desde resistências coletivas organizadas pelas lideranças da comunidade focadas no embate direto, unindo um grande número de pessoas como: a ocupação de tanques de carcinicultura; manifestações em praça pública; até resistências mais individualizadas e indiretas como: a vigília intensa com a denúncia constante aos órgãos ambientais, caso haja algum corte de mangue; até a realização do turismo comunitário para denunciar, para quem visita a comunidade, os impactos causados pela carcinicultura.

O Quilombo do Cumbe, por conviver em simbiose com o manguezal, sabe da grande importância deste para a manutenção da vida, não apenas no seu território, mas a importância mundial desse ecossistema, e tem consciência que sua luta serve também para conscientizar outras pessoas. Grande parte dos entrevistados trouxeram a visão da importância do manguezal para o mundo, não só na captação do carbono da atmosfera, mas também como berçário da vida marinha e como barreira contra enchentes.

Caso o Quilombo do Cumbe não possuísse a racionalidade ambiental que tem e não resistisse, é provável que as águas, o mangue, e as espécies que se encontram no território, enfim, o próprio ambiente estaria muito mais degradado do que se encontra atualmente e, possivelmente o mangue já estivesse completamente

morto, contribuindo para o agravamento da crise ecológica.

Outro conflito ambiental que os quilombolas enfrentam, está associado a presença da usina de energia eólica que, conforme Castro (2021), utilizou o discurso da sustentabilidade, empregado pela ideologia do desenvolvimento sustentável Oliveira (2019), para justificar a usurpação e degradação do campo de dunas do território tradicional. -

Este empreendimento ocupou grande parte do campo de dunas à leste da comunidade, e de acordo com Castro (2021) causou e causa diversos impactos ao ambiente. Com base em Santos (2014), em 2008 iniciou-se a construção da usina eólica na comunidade do Cumbe, totalizado 67 aerogeradores. A chegada da empresa na comunidade foi marcada pelo discurso do desenvolvimento sustentável, uma típica estratégia empresarial para justificar sua instalação. Mesmo com esse discurso a empresa não teve o apoio de toda a comunidade, contudo, foi implantada, pois tinha o apoio estatal.

Com base em Meireles (2011) houve soterramento das lagoas interdunares para a construção de estradas e implantação dos aerogeradores. Impactando profundamente no cotidiano da comunidade que utilizava essas lagoas não só para a pesca, mas também para atividades domésticas como a lavagem de roupa, e para o lazer.

Além disso, conforme Meireles (2011) e Moraes (2018), as terraplanagens e aterros realizados no campo de dunas móveis, para a construção das vias de acesso e implantação dos aerogeradores, influenciam no aporte de sedimentos, e têm grande probabilidade de interferir no nível hidrostático do lençol freático, alterando o fluxo de

água subterrânea e, conseqüentemente, na abrangência espacial das lagoas restantes. Por fim, outro dos principais problemas foi a privatização do campo de dunas, impedindo o seu uso livre e, conseqüentemente, o traslado dos quilombolas para acessar o mar, interferindo na pesca marítima.

Os quilombolas resistiram à implantação da usina eólica desde o início. Houve mais de uma vez o fechamento de estradas, uma das vezes foi durante a construção da usina, tanto para a denúncia dos impactos ambientais quanto para a cobrança de compensações à comunidade.

Decidimos que na segunda-feira da semana que iniciava que retornariam os trabalhos a gente iniciava [o fechamento da via de acesso] por tempo indeterminado e nisso as pessoas concordaram e viram que era a única saída. [...] E nós ficamos por 19 dias fechando [a estrada] (*Aratu*)

A resistência coletiva rendeu algumas compensações à comunidade, como a recuperação de artefatos arqueológicos que se encontravam no campo de dunas, objetos que remontam à história do Quilombo, e a construção de um museu comunitário<sup>19</sup>. A recuperação das lagoas soterradas e a retiradas dos fios do campo de dunas, não estiveram entre os ganhos, todavia, a luta foi fundamental para que os quilombolas fossem ouvidos novamente.

Após a construção da usina eólica, ocorreu outro fechamento de estrada, onde os quilombolas cobraram o acesso ao campo de dunas que foi privatizado impedindo-os de usufruir das lagoas que restaram e de atravessá-lo para ter acesso ao mar. A resistência

---

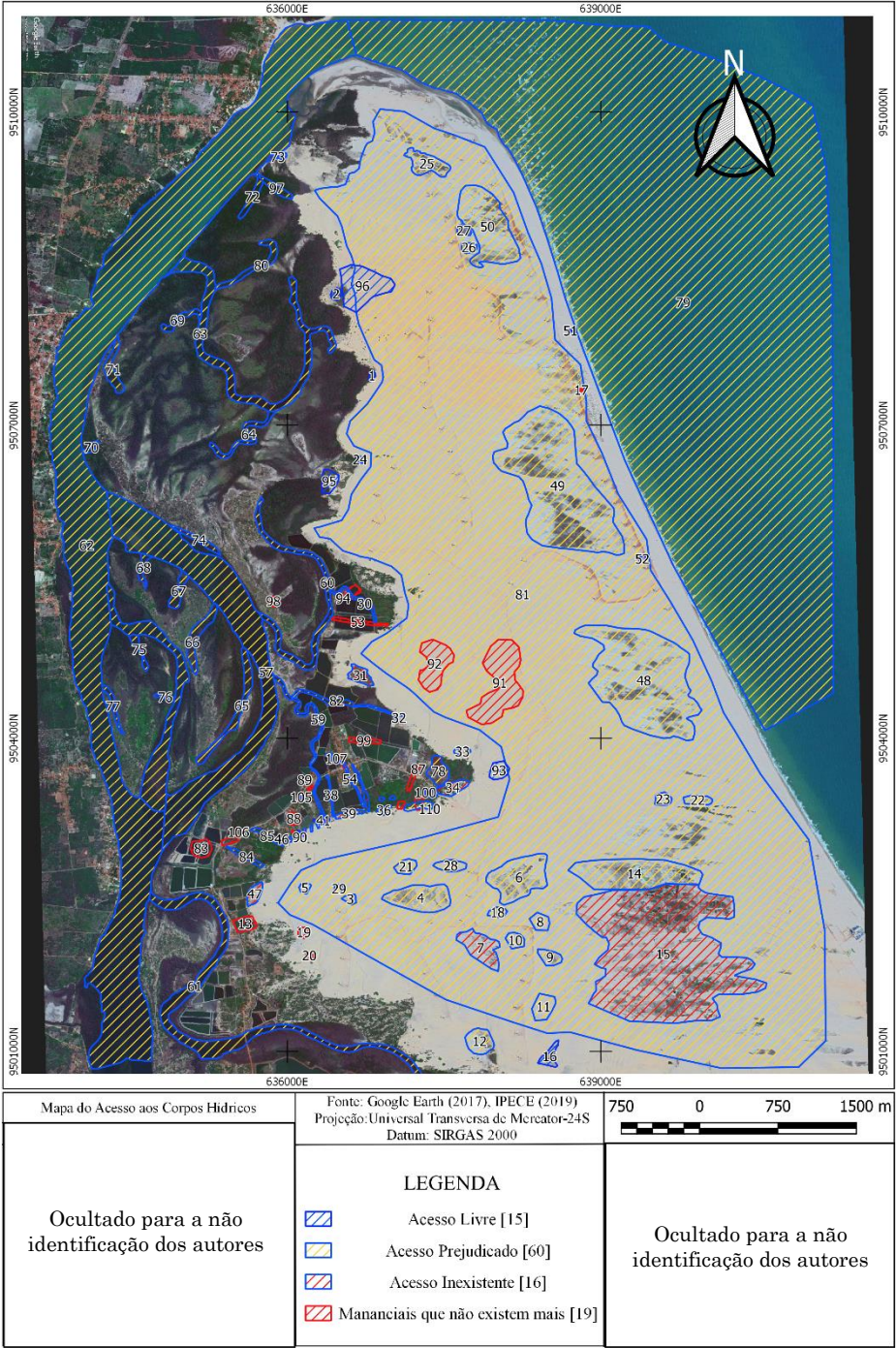
<sup>19</sup> Por mais que atualmente a associação quilombola não tenha acesso a esse museu.

rendeu o acesso ao campo de dunas, permitindo que os membros da comunidade transitassem. Essa concessão veio com a condição de que, se ocorresse qualquer acidente dentro do perímetro da usina eólica, os quilombolas é que seriam responsabilizados e não a empresa. Desta forma, a comunidade pôde voltar a ter acesso, mesmo que parcial, às lagoas que restaram, e puderam continuar com sua prática tradicional de pesca marítima.

Como pudemos observar, o Quilombo do Cumbe tem uma relação de simbiose com seu ambiente, e por isso luta e resiste intensamente a qualquer atividade que possa degradar seus comuns. Dentre os comuns do território, a água ganha bastante destaque, pois, além da comunidade possuir uma relação estreita com esse bem, afinal, sua produção, cultura e lazer gira em torno dos mananciais do território, ele também é um dos comuns que mais é afetado pelos grandes empreendimentos, requisitando grande resistência por parte da comunidade para sua conservação.

Observando um dos mapas produzidos com a “Cartografia Social das Águas”, o Mapa 3 “Mapa de Acesso aos corpos hídricos”, e sua respectiva tabela, é possível compreender espacialmente os impactos, e a resistência referente aos mananciais do território quilombola.

Mapa 3 - Mapa do Acesso aos Corpos Hídricos



Fonte: Autores, 2021.

Como podemos observar no mapa, foram identificados 110 corpos hídricos. A minoria dos mananciais é de acesso livre (15), onde não houve nenhuma mudança percebida pelos quilombolas em relação ao acesso desde a chegada dos grandes empreendimentos. Contudo, a maioria é considerada de acesso prejudicado (60), ou seja, há algum entrave causado pelos grandes empreendimentos ou outras propriedades, que faz com que os quilombolas utilizem esse corpo d'água de forma parcial. Por fim, considera-se que houve impacto no acesso dos moradores às águas deste corpo hídrico. Há também os corpos hídricos de acesso inexistente (16), estes estão totalmente privatizados ou inutilizados para as práticas dos quilombolas, e os mananciais que não existem mais (19).

Neste mapa de denúncia, a maioria dos corpos hídricos do território quilombola foram impactados de alguma forma pelos empreendimentos capitalistas. Na maioria destes corpos hídricos impactados houve/há resistência quilombola, impedindo o agravamento deste impacto. No quadro seguinte, apresentamos mais informações de alguns dos corpos hídricos numerados no mapa anterior.

### Quadro 1 – Acesso, Conflitos e Resistência nos Mananciais do Cumbe

| Nº | Nome                       | Acesso (atual)                                                                                                                                    | Conflito e Resistência (que ocorre e/ou ocorreu)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Ainda Existe? |
|----|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| 3  | Lagoa do Murici            | <b>PREJUDICADO</b> – parte da lagoa está soterrada e os quilombolas ficam receosos de utiliza-la por causa da fiação do parque eólico.            | <b>Conflito:</b> conflito com a usina eólica devido a privatização do campo de dunas.<br><b>Resistência:</b> houve resistência contra a privatização do campo de dunas.                                                                                                                                                                                                               | SIM           |
| 34 | Poços da CAGECE            | <b>INEXISTENTE</b> – área foi privatizada pela CAGECE.                                                                                            | <b>Conflito:</b> privatização de uma área que possui em torno de 20 poços.<br><b>Resistência:</b> Existe resistência por parte dos moradores contra a privatização da água pela CAGECE.                                                                                                                                                                                               | SIM           |
| 57 | Braço da Carnaúba (gamboa) | <b>PREJUDICADO</b> – acesso prejudicado devido a poluição da água pela atividade da carcinicultura.                                               | <b>Conflito:</b> privatização da margem do rio pela carcinicultura e a poluição da água.<br><b>Resistência:</b> houve resistência contra a privatização e poluição da água.                                                                                                                                                                                                           | SIM           |
| 59 | Boca do Cumbe              | <b>PREJUDICADO</b> – devido à poluição da água causada pela carcinicultura, e a privatização de parte da sua margem.                              | <b>Conflito:</b> houve conflito devido a privatização das margens da gamboa pela carcinicultura e por causa da poluição da água.<br><b>Resistência:</b> houve resistência contra a poluição da água.                                                                                                                                                                                  | SIM           |
| 62 | Rio Jaguaribe              | <b>PREJUDICADO</b> - devido ao assoreamento, a poluição da água gerada pela carcinicultura, e o derramamento de óleo no mar no ano de 2019.       | <b>Conflito:</b> conflito devido a privatização da margem do rio; a poluição da água pela atividade da carcinicultura; e devido a poluição causada pelo derramamento de óleo em 2019.<br><b>Resistência:</b> resistência contra a poluição da água do rio, e luta para a construção de uma barreira no seu estuário afim de conter a poluição causada pelo derramamento de óleo.      | SIM           |
| 79 | Mar                        | <b>PREJUDICADO</b> – devido à usina eólica ter restringido o acesso pelo campo de dunas, e a poluição da praia pelo derramamento de óleo em 2019. | <b>Conflito:</b> conflito com a usina eólica para ter livre acesso à praia. Conflito com relação ao derramamento de óleo que atingiu as praias do Nordeste em 2019.<br><b>Resistência:</b> solicitação da construção de uma barreira na foz do rio (para impedir a contaminação do rio pelo óleo), indenização devido o derramamento do óleo, e pelo direito ao livre acesso à praia. | SIM           |
| 81 | Aquífero Jandaíra          | <b>PREJUDICADO</b> – devido à privatização do campo de dunas pela usina eólica, a extração de água pela CAGECE e a carcinicultura.                | <b>Conflito:</b> conflito com a CAGECE devido ao rebaixamento do nível do aquífero, conflito com a usina eólica para o acesso às lagoas, conflito com a carcinicultura salinização dos poços.<br><b>Resistência:</b> houve resistência em relação a extração de água pela CAGECE e para a utilização das lagoas no campo de dunas.                                                    | SIM           |
| 87 | Levada dos Corréa          | <b>INEXISTENTE</b> – cercada e privatizada pela carcinicultura.                                                                                   | <b>Conflito:</b> cercamento e privatização causada pela carcinicultura.<br><b>Resistência:</b> luta pela regularização fundiária do território.                                                                                                                                                                                                                                       | NÃO           |
| 97 | Gamboa da Barra            | <b>PREJUDICADO</b> - devido à poluição da água gerada pela carcinicultura.                                                                        | <b>Conflito:</b> poluição da água pela carcinicultura.<br><b>Resistência:</b> prática do turismo comunitário, pesca, e luta pela regularização do território quilombola.                                                                                                                                                                                                              | SIM           |

Fonte: Autores, 2021.

Através deste quadro, podemos constatar que, independentemente da categoria do manancial, desde o mar, rio, braço de rio, córrego, até mesmo, poço e aquífero, a resistência quilombola está presente, tanto para cobrar o acesso da comunidade a este, quanto para cobrar a conservação deste corpo hídrico.

Graças a luta constante da comunidade do Cumbe, em prol dos seus comuns a maior parte do mangue do território ainda está de

pé. Além disso, a luta também levou a uma diminuição considerável da poluição do rio Jaguaribe, na porção próxima ao seu estuário, bem como de suas gamboas, permitindo que muitas espécies de animais, que no início iam desaparecendo, devido a poluição, voltassem a crescer em número, permitindo inclusive que os quilombolas continuem utilizando-as como sustento.

Além disso, a luta constante também dificulta que novos tanques de carcinicultura sejam construídos, e que os já implantados voltem a poluir o rio e as gamboas na mesma intensidade de antes. Quanto a luta em prol do campo de dunas e aquífero, por mais que muitas dunas tenham sido compactadas, e parte das lagoas não possam ter sido salvas, a resistência quilombola, certamente, evitou que mais lagoas fossem destruídas. Ademais, através destes exemplos de resistência, o Quilombo do Cumbe mostra, aos possíveis futuros empreendimentos empresariais, que não será fácil invadir e degradar o território quilombola, pois haverá uma comunidade organizada e aguerrida para defender seu ambiente.

### **Considerações finais**

Consideramos, portanto, que se não fossem os povos e as comunidades tradicionais, os diferentes ambientes em nosso planeta estariam ainda mais degradados do que estão atualmente. Afinal, apenas nesses poucos exemplos de resistência das comunidades tradicionais ao redor do globo, diversas áreas de manguezal e floresta amazônica, assim como as águas e numerosas espécies de plantas e animais, foram defendidas contra a destruição causada pela acumulação capitalista.



São os povos e as comunidades tradicionais que estão resistindo aos avanços das fronteiras de expansão do capital, pois tratam seus bens naturais como comuns e necessitam destes bens conservados para sua sobrevivência, sendo estes povos a última linha de defesa dos bens naturais frente à devastação causada por sua captação em forma de recurso e mercadoria para atender as necessidades do mercado.

A Comunidade Quilombola do Cumbe, é mais um exemplo da resistência dos povos tradicionais em prol da conservação do ambiente. Se não fosse a sua luta, certamente a qualidade da água, a saúde do manguezal e a riqueza da vida animal no território estariam muito mais debilitadas. A contribuição local do quilombo na luta global pelo planeta, não pode ser ignorada, da mesma forma que não podemos ignorar as contribuições locais das diversas outras comunidades mundo afora, camponeses, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas, entre outros, em prol, da conservação de seus territórios, pois seus esforços locais reunidos, certamente influenciarão no global.

Podemos concluir que os territórios tradicionais têm um importante papel na manutenção da vida no planeta, pois, na sua ausência a crise ecológica mundial estaria mais avançada, com seus efeitos, já preocupantes, ainda mais agravados, e difíceis de serem revertidos. Dito isto, queremos deixar claro que não pretendemos delegar aos povos e comunidades tradicionais a responsabilidade de encontrar uma solução para a crise ecológica. Contudo, acreditamos que as resistências dos diversos povos e comunidades tradicionais, entre elas as dos quilombolas do Cumbe, são parte imprescindível

dessa solução, e que muitas vezes seus conhecimentos tradicionais e lutas em prol da conservação de seus ambientes são subestimados.

O apoio da universidade com pesquisas que divulguem a luta desses povos e falem sobre a importância de seus conhecimentos, é essencial para que a população em geral possa reconhecer a relevância destes na luta pela conservação da vida no planeta, e inclusive, para que políticas públicas que fortaleçam sua autonomia, e contribuam com sua permanência em seus territórios, possam ser criadas.

A luta contra o capital é desequilibrada e injusta, além de aprendermos com a racionalidade ambiental desses povos, devemos dar suporte a eles, e participarmos de suas lutas na proteção de seus territórios, para que assim possamos defender o planeta do colapso ambiental que já está em curso.

### **Referências bibliográficas:**

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução de M. Waldman. São Paulo: Contexto, 2017.

ARÁOZ, Horácio Machado. O debate sobre o “extrativismo” em tempo de ressaca. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; Pereira, Jorge Filho (Orgs). **Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 444-468.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, do 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)

BRASIL. Ministério Público Federal (MPF). Povos e comunidades tradicionais presentes na unidade de conservação. In: **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral**. Alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais. Brasília: MPF, 2014.

BORNHEIM, Gerd Alberto. **Os filósofos pré-socráticos**. São Paulo: Cultrix, 1985.

CARVALHO, Marcos de. **O que é natureza**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CASTRO, Ariel Rocha Nóbrega de. **A Apropriação Capitalista da Natureza e os Conflitos pela Água no Território do Cumbe (Aracati/CE): Lutar e Resistir por um Bem Comum**. 309 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=104118>> Acesso em: 8 de março de 2024.

DIVIK, Einar. Number of threatened species and organisms on the IUCN Red List in 2023. **Statista**, 2024. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/269910/red-list-endangered-animals-2010-and-2000/#statisticContainer>>. Acesso em: 15 de out. 2024.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v.10, n.11, p. 8-32, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1406/1387>. Acesso em: 27 ago. 2024.

FEENY, David; BERKES, Fikret; MCKAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB - USP, 2001. p. 17 – 42.

FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx: Materialismo e Natureza**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.15, n.1, p.41 -51, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/NLZZZWfwtHXHYMMPKz5YtQB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 4 jan. 2024.

GRZYBOWSKI, Cândido. Água: um bem comum. **Carta Maior**, 25 Mar. 2014. Disponível em: <<https://tratamentodeagua.com.br/artigo/agua-um-bem-comum/>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: Do " Fim dos territórios" à Multiterritorialidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 396 p.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEFF, Enrique. **Ecologia Política: da desconstrução do capital à territorialização da vida**. Campinas: Editora Unicamp, 2021.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 11. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2015.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

MARQUES, Luiz. **O decênio decisivo**: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

MARX, Karl. A mercadoria. In: MARX, Karl. **O capital**. Traduções de José Carlos Bruni, José Arthur Giannotti e Edgard Malagodi. 4. ed. São Paulo: Nova cultural, 1987. p. 35–62. (Os Pensadores, v.1).

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

MCKEAN, Margaret A.; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In:

DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 79 – 95.

MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade. Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locais. **Confin**, v.11, n.11, p. 1 - 27, 2011.

MORAES, Ciro Dandolini de. **Verificação e análise das metodologias de avaliação de impacto ambiental (AIA) de parques eólicos localizados na zona costeira do Brasil**. 2018. 168f. Dissertação (Mestrado em Energia e Sustentabilidade), Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá, 2018.

NASCIMENTO, João Luís Joventino do. **Processos educativos: as lutas das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental**. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

NOGUEIRA, Francisca Neuma Almeida; RIGOTTO, Raquel Maria; TEIXEIRA, Ana Cláudia de Araújo. O agronegócio do camarão: processo de trabalho e riscos à saúde dos trabalhadores no município de Aracati/Ceará. **Revista Bras. Saúde Ocup.**, v.34, n.119, p.40 - 50, 2009.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Geopolítica Ambiental: A construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945 - 1992)**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

OSTROM, Elinor. Reflections on the commons: an institutional approach to the study of self-organization and self-governance in CPR situations. In: **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 1 – 55.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

QUILOMBO DO CUMBE. A Comunidade Quilombola. [S.l.]: [s.d.]. Disponível em: <https://quilombodocumbe.wixsite.com/quilombodocumbe/a-comunidade-quilombola>. Acesso em: 23 jun. 2025.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia política da água**. São Paulo: Annablume, 2008.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, Alice Natajara Garcia. A energia eólica do litoral do NE do Brasil: Desconstruindo a "sustentabilidade" para promover a "justiça ambiental". **Heirich Böll Stiftung**. p. 1-18, 2014.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.5, p.217 -243, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SUERTEGARAY, Dirce. **Meio, ambiente e Geografia**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; Pereira, Jorge Filho. **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p.140 -171

WMO (WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION). **State of the global climate 2023**. Genebra, WMO, 2024. Disponível em: <[https://library.wmo.int/viewer/68835/download?file=1347\\_Global-statement-2023\\_en.pdf&type=pdf&navigator=1](https://library.wmo.int/viewer/68835/download?file=1347_Global-statement-2023_en.pdf&type=pdf&navigator=1)>. Acesso em: 20 de jun. 2024

WWAP (UNITED NATIONS WORLD WATER ASSESSMENT PROGRAMME). **The United Nations World Water Development Report 2014**: water and energy. Paris, UNESCO, 2014. Disponível

em: < <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225741> >. Acesso  
em: 20 jun. 2024.

Recebido para publicação em 11/04/2025

Aceito para publicação em 05/08/2025

# GÊNERO E PODER: A TERRITORIALIDADE DA PESCA FEMININA NA AMAZÔNIA

*GENDER AND POWER: THE  
TERRITORIALITY OF WOMEN'S  
FISHING IN THE AMAZON*

*GÉNERO Y PODER: LA  
TERRITORIALIDAD DE LA PESCA  
FEMENINA EN LA AMAZONIA*

Suane do Nascimento Saraiva  
Universidade Federal de Rondônia  
suanesaraiva20188@gmail.com

Maria da Graças Silva Nascimento Silva  
Universidade Federal de Rondônia  
mgsnsilva@unir.br

## Resumo:

A pesca artesanal é a principal fonte de subsistência de diversas famílias no Brasil e principalmente no interior da Amazônia, onde as comunidades tradicionais vivem dessa atividade haliêutica. Essa é uma atividade que, em seus espaços de poder e representações, invisibiliza o trabalho das mulheres pescadoras. Desse modo, o presente estudo busca compreender a falta de representatividade feminina nos espaços de poder das Colônias, Confederação e Federação de Pescadores no Brasil. A pesquisa parte do método dialético e da abordagem quali-quantitativa, com o intuito de quantificar e qualificar os dados levantados. Quanto aos procedimentos metodológicos, foram realizadas pesquisa bibliográfica, revisão de literatura e levantamento de dados secundários em organizações pesqueiras. Assim, os resultados indicam que, mesmo as mulheres sendo metade da classe de trabalhadoras da pesca profissional, elas têm seu trabalho desvalorizado e dificuldade de participação nas tomadas de decisões. Por isso, é fundamental desconstruir esses padrões patriarcais que existem nas comunidades pesqueiras, para que as mulheres também tenham a oportunidade de participar das decisões.

**Palavras-chave:** Gênero, Poder, Colônias de pescadores, Territorialidade.

|             |           |                                 |                 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025 | ISSN: 2674-8355 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>



**Abstract:**

Artisanal fishing is the main source of livelihood for many families in Brazil and especially in the interior of the Amazon, where traditional communities live off this activity. This is an activity which, in its spaces of power and representation, makes the work of women fishermen invisible. In this way, this study seeks to understand the lack of female representation in the spaces of power of the Fishermen's Colonies, Confederation and Federation in Brazil. The research is based on the dialectical method and the qualitative-quantitative approach, with the aim of quantifying and qualifying the data collected. As for the methodological procedures, bibliographical research, a literature review and a survey of secondary data from fishing organizations were carried out. The results indicate that even though women make up half of the professional fishing workforce, their work is undervalued and it is difficult for them to participate in decision-making. It is therefore essential to deconstruct these patriarchal patterns that exist in fishing communities, so that women also have the opportunity to participate in decision-making.

**Keywords:** Gender, Power, Fishing colonies, Territoriality.

**Resumen:**

La pesca artesanal es la principal fuente de sustento de muchas familias en Brasil y especialmente en el interior de la Amazonia, donde las comunidades tradicionales viven de esta actividad pesquera. Se trata de una actividad que, en sus espacios de poder y representación, invisibiliza el trabajo de las mujeres pescadoras. De esta forma, este estudio busca comprender la falta de representación femenina en los espacios de poder de las Colonias, Confederación y Federación de Pescadores en Brasil. La investigación se basa en el método dialéctico y en el enfoque cualitativo-cuantitativo, con el objetivo de cuantificar y cualificar los datos recogidos. En cuanto a los procedimientos metodológicos, se llevó a cabo una investigación bibliográfica, una revisión de la literatura y un estudio de datos secundarios de organizaciones pesqueras. Los resultados muestran que, aunque las mujeres constituyen la mitad de la mano de obra profesional de la pesca, su trabajo está infravalorado y les resulta difícil participar en la toma de decisiones. Por lo tanto, es esencial deconstruir estos patrones patriarcales que existen en las comunidades pesqueras, para que las mujeres también tengan la oportunidad de participar en la toma de decisiones.

**Palabras-clave:** Género, poder, colonias pesqueras, territorialidad.

## **Introdução**

A pesca no Brasil é a fonte de subsistência de várias famílias. Sendo a principal renda de famílias ribeirinhas no interior da Amazônia. Que vão aos lagos, igarapés, paranás e rios, ou aos mangues e ao mar, pescar. Essa atividade era realizada por homens e mulheres em seus territórios, até que, para lutar e garantir seus direitos, os pescadores e pescadoras tiveram que se organizar. Com isso surgiram as primeiras colônias de pescadores e logo depois outras representações pesqueiras. Assim, o presente estudo parte da seguinte pergunta: “Por que as mulheres, apesar de representarem metade da força de trabalho na pesca artesanal, permanecem sub-representadas nos espaços de poder das organizações pesqueiras?”

E essas representações e organizações pesqueiras são espaço de poder. Onde as mulheres pescadoras têm dificuldade para acessá-lo, devido às desigualdades de sexo-gênero e por vivermos em uma sociedade patriarcal que ainda não aceita mulheres em lugares de liderança. Desse modo, o presente estudo busca compreender a falta de representatividade feminina nos espaços de poder das Colônias, Confederação e Federação de Pescadores no Brasil.

A presença de mulheres pescadoras em espaços de poder e decisão na pesca artesanal contribui para uma maior diversidade nas tomadas de decisões, assegurando que as reivindicações e a luta das mulheres pescadoras sejam favorecidas.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa conta com o método dialético, que guia o caminho a ser percorrido, nesse trabalho com a abordagem quali-quantitativa. Os procedimentos metodológicos realizados foram uma pesquisa bibliográfica, revisão de literatura e levantamento de dados secundários nas organizações pesqueiras e análise dos dados obtidos para a escrita final deste artigo.

Por fim, o artigo está dividido em procedimentos metodológicos, referencial teórico que discute as categorias de análise utilizadas no estudo, os resultados e discussões que apresentam dados levantados junto às organizações pesqueiras, as considerações finais e as referências utilizadas na pesquisa.

### **Procedimentos Metodológicos**

O método empregado na pesquisa foi o dialético, pois, devido à natureza do fenômeno estudado, esse método possibilitou analisá-lo e tecer reflexões. Para Sposito (2004), ao utilizar a dialética, os pesquisadores e pesquisadoras confrontam os pontos de vista, opiniões, as contradições e as diferentes nuances de uma problemática.

Assim como, com base nesse método, houve o confronto de pensamentos sobre os espaços de poder, as resistências e resiliências das mulheres pescadoras. Sua participação nos movimentos sociais, invisibilidade nas tomadas de decisões nos territórios pesqueiros e representações nas lideranças das Colônias, Confederações e Federações.

Desse modo, a construção da identidade e o ser pescadora foram caracterizados por meio da dialética que, de acordo com Sposito (2004), pode ser entendida como a ciência que estuda as leis gerais do movimento. Assim, a territorialidade feminina na pesca foi construída, em meio a essa dinâmica e movimento, da transformação de quantidade em qualidade.

Nessa perspectiva, a pesquisa adotou a abordagem metodológica quali-quantitativa, que se baseia na junção de dados mistos, tanto quantitativos quanto qualitativos. Segundo Marconi e Lakatos (2002), as pesquisas de abordagem qualitativa visam compreender a presença ou ausência de determinadas qualidades e

características de fenômenos, como sexo-gênero, nacionalidade, raça, profissão e outras. A pesquisa quantitativa, ao contrário, está focalizada nos termos de grandeza e/ou qualidade, nos valores numéricos como tamanho, produção, peso, custos etc. Desse modo, uma pesquisa com a triangulação dessas duas abordagens busca a conexão entre elas, com o intuito de quantificar e qualificar os dados encontrados.

Quanto aos procedimentos metodológicos realizados, foram divididos em quatro etapas. A primeira foi a pesquisa bibliográfica, a qual Gil (2002) aponta como um procedimento realizado a partir de material já publicado, como livros, teses, dissertações e artigos científicos. A segunda etapa se desenvolveu mediante uma revisão de literatura em trabalhos de Alencar (2011; 2021), Goes e Cordeiro (2018) sobre o trabalho das mulheres pescadoras e as organizações pesqueiras. A análise das categorias foi realizada com base nos trabalhos de Raffestin (2009; 1993), Haesbaert (2014) e Saquet (2009). Além disso, em Gil (2002), Marconi e Lakatos (2002) e Sposito (2004), foram abordados o método e os procedimentos realizados na pesquisa.

A terceira etapa foi um levantamento de dados secundários em representações como Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Confederação Nacional da Pesca e Aquicultura (CNPA) e Federação dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura do Estado do Amazonas (FETAPE-AM), em 2024 e 2025.

O critério para a seleção dos dados secundários foi aspectos como região e sexo. Foram selecionados os dados da plataforma Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SISRGP, que indicavam a presença feminina na pesca artesanal nos diferentes estados que compõem a Amazônia. Além disso, o acesso

aos dados dos quantitativos de mulheres nas presidências das representações foi difícil de obter, visto que esses dados não estão abertos publicamente.

Já a quarta e última etapa se deu por meio da análise dos dados levantados. A análise ocorreu por meio de uma filtragem para determinar o quantitativo de mulheres e homens em cargos de poder, além de avaliar qualitativamente os impactos desse déficit nas tomadas de decisões e na participação feminina nas organizações. Além disso, foi realizada a escrita do texto final, acerca da falta de representatividade feminina nos cargos de liderança nas representações pesqueiras no Brasil e principalmente em estados da Amazônia brasileira. Portanto, essas foram as etapas realizadas no desenvolvimento e escrita do presente trabalho.

### **As desigualdades de gênero: a participação das mulheres nas organizações pesqueiras do Brasil**

A territorialidade feminina na pesca está marcada pela luta por políticas públicas e reconhecimento de seus trabalhos nos espaços pesqueiros, sejam eles em terra firme, nos mares, rios e lagos. Uma luta que perpassa tempos, a atuação feminina na pesca acontece desde a época colonial, entretanto, o registro da participação passou a ser documentado somente a partir de 1980 até a década de 1990. A literatura evidencia que esse grupo marginalizado passou a ser reconhecido posteriormente, assim surge a nomenclatura “mulher pescadora” (Sousa, et al. 2019).

Nesse sentido, segundo Goes e Cordeiro (2018), a luta das mulheres pescadoras por políticas públicas ficou marcada em dois períodos. O primeiro na década de 90 com a inclusão dos trabalhadores da pesca artesanal como segurados especiais, em que tinham acesso a direitos previdenciários, incluindo sua família,

também sendo assegurada. O segundo momento ocorre no I Encontro de Mulheres Pescadoras, realizado em São Luiz–MA em 1995, com a pressão de grupos e organizações não governamentais.

As autoras também falam das classificações que as mulheres que trabalham no setor pesqueiro recebem:

[...] trabalho feminino pode se expressar nas diversas classificações atribuídas às mulheres que são e se reconhecem como marisqueiras, pescadeiras, catadeiras, mulher de pescador, trabalhadeiras, rendeiras etc.; raramente como pescadoras (Goes; Cordeiro, 2018, p. 782–783).

Em muitos lugares, a nomenclatura que usam para se referir às mulheres que trabalham na pesca depende do trabalho realizado e dos espaços em que realizam suas atividades. Como, por exemplo, as marisqueiras que trabalham na captura dos mariscos (camarão, lagosta, caranguejo e outros). E existem outras denominações como: pescadeiras, sururuzeiras, mangueiras, maricultoras etc.

O trabalho realizado pelas pescadoras artesanais é importante para suas famílias, para a economia e valorização dessa profissão. De acordo com Edna Alencar e Isabel Sousa (2021), o trabalho desenvolvido pelas mulheres na pesca gera renda, colabora com a resiliência da atividade pesqueira e conservação da biodiversidade dos ecossistemas aquáticos.

A necessidade de se organizarem não vem somente da carência de criação de movimentos sociais para as mulheres pescadoras. Ela também vem do processo de formação de identidade política de grupos sociais que procuram espaço para discutir e compartilhar os problemas em diferentes áreas da vida social, econômica e política (Alencar, 2011).

Desse modo, por isso a importância dos movimentos de mulheres pescadoras e das organizações pesqueiras. No Brasil, as organizações de pescadores e pescadoras artesanais estão divididas em três níveis ou escalas, de acordo com Sávio Cruz (2019): Municipal, Estadual e Nacional. No primeiro nível, o Municipal, quem representa legalmente são as Colônias de Pescadores. Já no segundo nível, a Federação de Pescadores é a representante. Logo, no terceiro nível, o nacional, a representante é a Confederação de Pescadores, que o autor considera como representante de fato dos direitos e interesses dos profissionais e das profissionais trabalhadoras da pesca artesanal.

As Colônias de Pescadores no Brasil, segundo informações da Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores, surgiram em meados de 1919, efetivadas pela Marinha de Guerra. O Estado investiu nesse modo de organização por dois fatores: pela defesa do litoral brasileiro após a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1917). O outro fator foi a importação de peixes que ocorreu no século XX, mesmo tendo um extenso litoral e uma biodiversidade de águas interiores.

A palavra colônia significa o aglomerado ou agrupamento. Assim, a Marinha agrupou os pescadores na época em razão de seus interesses. A Confederação dos Pescadores do Brasil surgiu em 1920. Até aquele momento, as interações entre os pescadores e o Estado eram marcadas por uma abordagem paternalista e assistencialista. Em 1985, a Confederação Nacional de Pescadores convocou as Federações Estaduais para organizar assembleias e escolher representantes para formar um grupo conhecido como Movimento Constituinte da Pesca, visando apresentar sugestões aos

parlamentares, reivindicando os benefícios de direito dos pescadores (CNPA; Morais, 2001).

Logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, as colônias conseguiram ser equiparadas nos direitos sociais aos sindicatos dos trabalhadores do campo, visto que o artigo 8.º se refere exclusivamente a esses assuntos, tornando livre as associações sindicais ou profissionais. Então, as colônias ganharam autonomia, sem a interferência do governo (CNPA; Morais, 2001).

A lei 11.699, de 13 de junho de 2008, dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos pescadores. No artigo primeiro consta que:

Art. 1º As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal (Brasil, 2008).

Sendo também livre a associação dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal no seu setor e órgão da classe, ao comprovarem sua condição no momento de admissão. Entretanto, mesmo com a criação de Colônias, Federações e Confederações, a classe resolveu desenvolver seus próprios movimentos, que os representassem frente a essas organizações, devido à desigualdade de gênero enfrentada pelas pescadoras artesanais no país e dificuldade de participação nas tomadas de decisões nos espaços de poder dessas representações.

A Igreja Católica teve participação na criação desses movimentos sociais dos pescadores e pescadoras artesanais. Com a criação do Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP),



sendo composto por agentes pastorais, religiosos, padres e leigos que trabalham junto aos pescadores e pescadoras na construção de uma sociedade equitativa e solidária. Criada em 1968, mesmo fazendo parte de uma instituição religiosa, a CPP trabalha principalmente com mulheres lutando contra as violências de gênero nos territórios pesqueiros e a valorização do trabalho das pescadoras.

Além disso, a CPP teve um papel fundamental na ditadura, ao ser através do trabalho realizado por essa pastoral nos anos 70 que deu início à mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras em regiões como Nordeste e Norte do Brasil, mesmo com o contexto político que o país vivenciava na época (Cardoso, 2001).

Outro movimento criado foi o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP). Esse movimento abrange tanto homens quanto mulheres que trabalham na pesca artesanal, seja nos rios, lagos, mangue ou mar. São pescadores e pescadoras que trabalham na preservação das águas, dos manguezais, florestas e dos saberes ancestrais.

Por fim, ocorreu também a criação da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP). Que nasce a partir da necessidade de um movimento exclusivamente para mulheres pescadoras, devido à exclusão, opressão e desigualdades de sexo-gênero enfrentadas pelas pescadoras em espaços de poder das organizações pesqueiras. E com o intuito de elas se articularem e reivindicarem seus direitos.

Consoante as autoras:

A luta pelo reconhecimento profissional das mulheres resultou na formação, em 2006, da Articulação Nacional das Pescadoras que, além de ser instrumento das reivindicações das mulheres, também diz da constituição de uma posição identitária no setor pesqueiro: a pescadora (Goes; Cordeiro, 2018, p. 780).

Dessa maneira, a ANP é um movimento social criado anteriormente à MPP, com quase 20 anos de luta nos territórios pesqueiros e representa para as mulheres pescadoras artesanais um passo importante na luta pelo reconhecimento da profissão. Para Alencar e Palheta (2022), a ANP está presente na esfera local e nacional, bem como, através desse movimento, se têm questionado políticas públicas específicas para as mulheres pescadoras, como a elaboração do defeso para as espécies pesqueiras capturadas por elas e o Seguro-defeso<sup>1</sup>. Além disso, outros direitos trabalhistas, previdenciários e reconhecimento identitário como trabalhadoras da pesca artesanal.

Em estados e municípios com maior número de profissionais, existem também as associações e sindicatos que representam a classe. Esses movimentos sociais são importantes, porém a participação feminina neles se iguala às colônias, principal forma de organização dos pescadores e pescadoras artesanais.

Por fim, quando as Colônias, Federações e Confederações fecharam as portas para a participação feminina, as organizações sociais as acolheram e passaram a questionar as estruturas de poder patriarcais presentes nessas representações. Para as mulheres pescadoras artesanais, a criação da ANP foi um momento histórico, em que a classe passou a ser representada por esse movimento, ter sua identidade valorizada e ocupar espaços antes considerados masculinos nos territórios pesqueiros.

---

<sup>1</sup> O Seguro Desemprego do Pescador Artesanal–SDPA, ou também conhecido como seguro-defeso, é uma política pública que oferece uma compensação para a renda do pescador artesanal durante o período de reprodução das espécies, em que a pesca fica proibida.

## **A territorialidade da pesca feminina na Amazônia**

O território e espaço na ciência geográfica são duas categorias fundamentais. Nos estudos da geografia da pesca artesanal feminina, o território se caracteriza como o espaço onde as mulheres se articulam e realizam suas atividades, são territórios definidos através das relações de poder e suas territorialidades. O espaço e o território, para Raffestin (2009; 1993), não são palavras equivalentes e nem sinônimos. E o autor ainda corrobora que o espaço é anterior ao território, sendo que a formação do território ocorre a partir do espaço, em que um ator é responsável pela ação que gera o território. As ações podem ser relacionadas a atividades como o trabalho, ou seja, energia e informações, projetadas no espaço, se adaptando às necessidades de uma sociedade ou comunidade.

Segundo Haesbaert (2014, p. 44), o território:

[...] implica sempre resistência, que nunca é exterior a ele, os grupos subalternos ou “dominados” na verdade estão sempre também (re)construindo suas territorialidades, ainda que relativamente ocultas, dentro desse movimento desigual de dominação e resistência.

Assim como as mulheres pescadoras artesanais estão constantemente construindo suas territorialidades. Esse grupo estabelece relações de poder nos territórios da pesca artesanal na Amazônia com os pescadores masculinos e nos espaços das organizações pesqueiras. O autor aponta que as relações de poder podem ser econômicas, culturais, epistemológicas e de gênero. Nesse contexto, o poder vai além da imagem do Estado e suas territorialidades, são questões culturais e econômicas (Haesbaert, 2014).

De acordo com Saquet (2009), o território é um produto histórico de transformações e permanências que ocorrem num ambiente. O autor corrobora que o território significa “[...] apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas” (Saquet, 2009, p. 81). Ademais, os seres humanos agem no espaço — um espaço natural e social — onde habitam, vivem, produzem de modo objetivo e subjetivo. É também o território, esse espaço naturalmente, socialmente, historicamente organizado e produzido (Saquet, 2009).

A territorialidade, apontada por Raffestin (1993), é definida como um agrupamento de relações que se inicia a partir da tríade sociedade — espaço e tempo. Já para Haesbaert (2014), a territorialidade é também uma dimensão política, econômica e cultural, visto que está relacionada ao modo de utilização da terra, como se organizam no espaço e a significância que incorporam ao lugar. Saquet (2009) corrobora com Haesbaert ao afirmar que:

A territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente (Saquet, 2009, p. 87).

Como, por exemplo, a territorialidade das mulheres pescadoras. Um grupo social estabelecido em escalas espaciais distintas e marcado pelas relações de poder presentes nos territórios pesqueiros, entre pescadoras e pescadores, e entre as próprias pescadoras. A identidade presente nas territorialidades pesqueiras femininas depende do espaço pesqueiro, como as marisqueiras, as pescadoras e pescadeiras da Amazônia brasileira. Nesse contexto,

são relações de poder e econômicas na territorialidade das amazônidas na pesca.

Além disso, o poder presente no território pesqueiro feminino vai além do tradicional poder político, mas também envolve o poder no sentido explícito ou implícito. Para Haesbaert (2014), o poder explícito é o de denominação e o implícito ou simbólico, é de apropriação. A territorialidade feminina pesqueira artesanal também tem o sentido que o autor chama de material e imaterial, sendo um “espaço vivido” que conjuga materialidade e imaterialidade.

A territorialidade feminina na pesca artesanal é esse fenômeno social que Saquet (2009) aponta, que envolve as pessoas que estão inseridas num mesmo grupo social ou distintos. Sendo ligadas a cada lugar intimamente e com a identidade que lhe dão, bem como são afetadas pelos aspectos históricos e geográficos de cada local. Assim, são as territorialidades femininas das trabalhadoras da pesca artesanal na Amazônia, em cada localidade possuem identidade própria, moldada por características oriundas das suas vivências e ambientes aquáticos.

Resultantes em múltiplos territórios, de acordo com Haesbaert (2014, p. 69), “[...] uma marca fundamental é, ao lado da existência de múltiplos tipos de território, a experiência cada vez mais intensa daquilo que dominamos multiterritorialidade”. As mulheres pescadoras vivem essa dialética das multiterritorialidades ou o território pesqueiro artesanal é, como aponta Saquet (2009), um território relacionado às conexões e interações sociais, cooperações, coesões, concorrência e conflitos.

Desse modo, a territorialidade feminina da pesca artesanal na Amazônia brasileira é um espaço composto de mulheres que

resistem às desigualdades de gênero, onde nas relações de poder no território pesqueiro as pescadoras são subalternas aos pescadores masculinos. E, como diz Haesbaert (2014, p. 59), “[...] poder sem resistência, por menor que ela seja, não existe”. Portanto, as pescadoras amazônidas (re)existem nos territórios pesqueiros, trabalhando, lutando pela sua territorialidade e identidade.

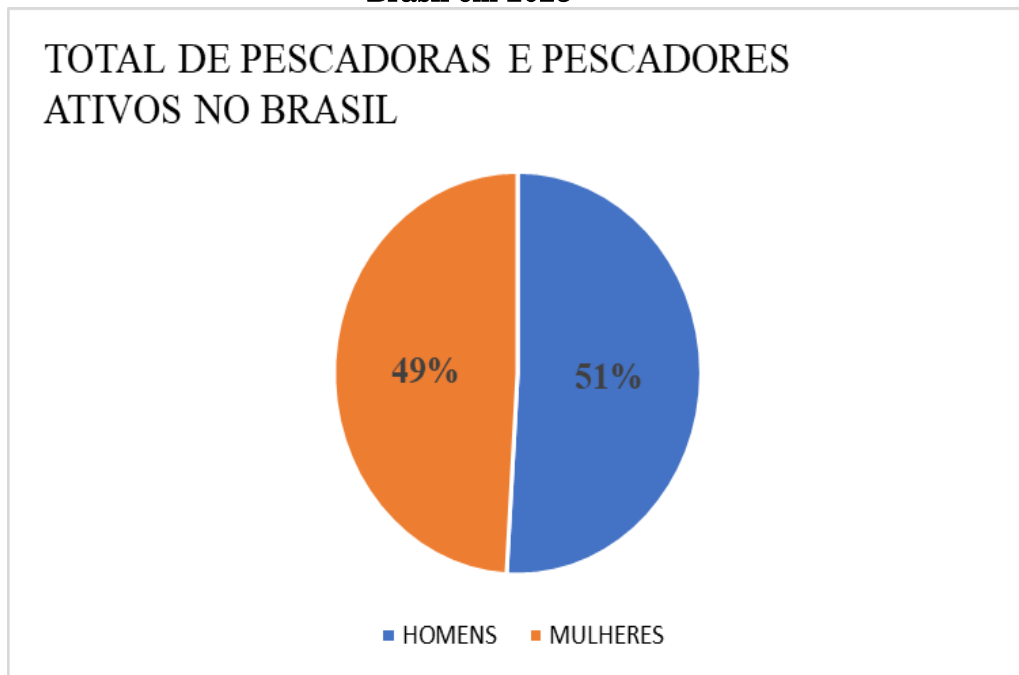
### **Equidade de gênero na pesca Amazônica: por que as mulheres são minorias nas lideranças?**

Com a promulgação da Lei n.º 11.959/2009, ampliou-se a visibilidade das mulheres pescadoras e o reconhecimento de seu trabalho, com mudanças no conceito de pesca. Segundo os autores, a revisão do conceito de pesca reforçou a identidade das pescadoras e sua condição de sujeito político presente nas instituições de representações nos cargos de liderança da categoria (Alencar, Palheta, Sousa, 2015).

Além disso, de acordo com (Furtado, Leitão, 2012) e (Alencar; Palheta; Sousa, 2015), foi no final da década de 1970 que as mulheres pescadoras conseguiram solicitar o Registro Feral da Pesca. E ainda em 1978 ocorreu o reconhecimento do direito das mulheres se tornarem associadas às colônias de pescadores, assim elas se cadastraram oficialmente como pescadoras.

Segundo o Registro Geral da Atividade Pesqueira–SISRGP, no Brasil são 1.035.478 pescadores e pescadoras profissionais ativos(as) e licenciados(as), sendo no total, 507.896 mulheres, representando 49% de atuação feminina e 51% masculina no ofício de pescadores, como mostra a (figura 01).

**Figura 01 - quantitativo de pescadoras e pescadores ativos no Brasil em 2023**



Fonte: SISRGP. Org. Autoras, 2024.

O gráfico evidencia o quantitativo de mulheres pescadoras e homens pescadores que estão ativos no Brasil. Esses dados são do SISRGP referentes a novembro de 2023 e os números demonstram que no nosso país há um equilíbrio do quantitativo entre o gênero feminino e masculino atuando na pesca.

Com esses dados surgem diversos questionamentos: se as mulheres são quase metades das profissionais da pesca registradas, por que poucas mulheres estão presentes nos espaços de poder nas organizações pesqueiras? Ou por que o trabalho das pescadoras é invisibilizado, se elas realizam as mesmas atividades que os homens?

Na sociedade em que vivemos, as barreiras culturais e estereótipos de sexo-gênero tendem a associar a pesca como atividade “masculina” e o trabalho realizado pelas mulheres pescadoras como “ajuda”. Por essa desvalorização do trabalho feminino, as hierarquias

tradicionais patriarcais fortalecem a crença de que os homens são “mais capazes” de comandar as organizações pesqueiras.

As duplas e triplas jornadas de trabalho também podem ser responsáveis pela dificuldade de participação feminina nas tomadas de decisões, visto que o trabalho produtivo e reprodutivo limita seu tempo para comparecer a reuniões nas colônias, associações e sindicatos ou espaços de decisão.

Em 2024, o quantitativo de mulheres pescadoras artesanais profissionais aumentou, elas continuaram sendo quase metade do número da classe no país. Estão localizadas principalmente na Amazônia brasileira e em estados da região norte. Os índices de mulheres registradas até o início de 2025 são 517.940 pescadoras artesanais profissionais registradas na Amazônia brasileira, como mostra a tabela 1.

**Tabela 1 - Quantitativo de pescadoras artesanais licenciadas na Amazônia Legal**

| ESTADO      | MULHERES PESCADORAS |
|-------------|---------------------|
| Maranhão    | 294.007             |
| Pará        | 146.267             |
| Amazonas    | 44.256              |
| Amapá       | 10.441              |
| Acre        | 6.359               |
| Rondônia    | 5.019               |
| Roraima     | 4.045               |
| Tocantins   | 3.778               |
| Mato Grosso | 3.768               |
| TOTAL       | 517.940             |

Fonte: MPA, 2025. Org. Autoras, 2025.



O estado com o maior número é o Maranhão, mas somente uma quantidade faz parte da Amazônia. O segundo estado é o Pará, com 146.267, e o terceiro é o Amazonas, com 44.256 mulheres pescadoras artesanais registradas em 2025 que estão atuando nas águas continentais, ribeirinhas ou lacustres da Amazônia brasileira. Esse número de pescadoras é significativo, mas quantas outras estão em atividade pesqueira e não são registradas como pescadoras, assim como não têm acesso a políticas públicas, como seguro-desemprego, aposentadoria e auxílio-maternidade.

Em oposição a esses dados, mesmo com reconhecimento do direito das mulheres pescadoras na participação nas tomadas de decisões nas colônias que estão associadas, ainda existe o preconceito da atuação das mulheres pescadoras como líderes das organizações pesqueiras. Logo, as mulheres são segregadas desse espaço de poder, visto que nossa sociedade patriarcal não aceita mulheres em cargos de liderança.

Quando uma mulher ganha uma eleição para algum cargo no território pesqueiro, é atribuída à influência de um homem, podendo ser o marido, pai ou padrinho político, não dando legitimidade e questionando a capacidade feminina de liderança (Medeiros, Miller, 2023).

Assim, somente em 1989 tivemos a primeira mulher eleita a presidente de uma colônia de pescadores no Brasil, Joana Rodrigues Mousinho. Essa pescadora trabalha na pesca desde os 8 anos e atualmente ainda atua como pescadora. Após a entrada de Joana, outras mulheres passaram a concorrer a cargos de liderança nas colônias e organizações pesqueiras em várias regiões do Brasil, como o Norte e Nordeste.

Mousinho, conforme Leitão (2020), enfrentou diversos desafios no exercício de presidência, como machismo, risco de violências contra seu corpo na própria colônia. Uma mulher negra que em sua história intersecciona gênero, raça, escolaridade e classe social. Porém, Mousinho pontua que a maioria dos pescadores associados da colônia que presidia reconheceu o seu trabalho.

Mulheres como Joana, líderes em suas comunidades, são exemplos de luta e resistência nos territórios pesqueiros. Em algumas colônias, como, por exemplo, no Amazonas, há a presença de mulheres em cargos de liderança, como demonstrado na figura 02.

**Figura 02 - participação feminina na presidência das colônias no Amazonas**



Fonte: CNPA e FETAPE-AM. Org. Autoras, 2025.

Conforme os dados da CNPA e da Federação dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura do Estado do Amazonas- FETAPE-AM, no estado são cerca de 47 colônias de pescadores e pescadoras artesanais, sendo que desse total, somente 12 colônias são presididas por mulheres.

E ainda, segundo os dados fornecidos pela FETAPE-AM, nos 3 (três) sindicatos em 2024, somente homens estavam na presidência dessas representações no Amazonas. Nas associações, somente 4 (quatro) mulheres pescadoras artesanais ocupavam cargos de liderança nas presidências das associações no estado. Nesse sentido, a participação de mulheres em cargos de liderança potencializa e dá visibilidade ao trabalho das mulheres pescadoras, assim como empodera a atuação feminina, sendo que elas são metade do quantitativo de atuantes na pesca. Comparando com outras regiões, o Nordeste tem um número maior de mulheres nas presidências das organizações pesqueiras no Brasil, porém ainda em um número inexpressivo.

A exclusão das mulheres nas presidências das colônias de pescadores ainda é árdua de ser investigada, pois os dados sobre quem está nas lideranças das colônias não são divulgados. Nessa perspectiva, em lugares onde não existem movimentos sociais da classe, a colônia é a única forma de organização e deve garantir a equidade e participação das mulheres pescadoras nesse espaço de poder. E as mesmas oportunidades ofertadas aos pescadores masculinos.

### **Considerações finais**

A pesquisa teve como objetivo questionar a falta de mulheres em cargos de liderança nas organizações pesqueiras no Brasil e especificamente em estados da Amazônia. Os resultados evidenciam que as mulheres são metade dos pescadores profissionais, concentradas na região Norte e Nordeste do país. E que, mesmo sendo metade da classe na pesca artesanal, as pescadoras são invisibilizadas nos espaços de poder das Colônias, Confederações,

Federações e em algumas associações e sindicatos com a participação masculina.

Como, por exemplo, no Amazonas, onde os dados evidenciam que, apesar de atuarem na pesca, as mulheres são minorias nas presidências das Colônias de Pescadores. E quando acessam esses espaços de poder, sofrem com a misoginia, machismo, sexismo e desigualdade de sexo-gênero. Os parceiros de profissão, homens e mulheres, desconfiam da sua capacidade de liderança.

Os territórios de atuação em que elas são aceitas e podem participar ativamente são os movimentos sociais que buscam garantir seu empoderamento. Entre eles estão o Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP), o Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP), e movimentos específicos para elas, como a ANP e algumas associações. Movimentos esses que fortalecem o trabalho das mulheres pescadoras e lutam por seus direitos perante as representações em todas as esferas.

Desse modo, quebrar esses paradigmas patriarcais que estão presentes nos territórios pesqueiros é importante para que as mulheres também participem das tomadas de decisões. Que suas territorialidades, como mulheres, pescadoras e agentes políticas de suas comunidades, sejam valorizadas, a fim de que sua identidade como pescadoras profissionais seja reconhecida. E que o Estado pense e desenvolva novas políticas públicas específicas para as mulheres pescadoras, conforme suas demandas, para haver igualdade de gênero nos espaços pesqueiros.

## **Referências**

ALENCAR, Edna F. Por que um movimento de mulheres pescadoras? Notas sobre o processo de organização das

trabalhadoras na pesca. **Um Encontro de Antropologia: Homenagem a Eduardo Galvão**, v. 1, p. 447-466, 2011.

ALENCAR, Edna Ferreira; SOUSA, Isabel Soares de. Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do médio Solimões, Amazônia: conservação da biodiversidade, acesso à renda e resiliência da pesca. **Novos Olhares Sociais**, v. 4, n. 2, p. 139-169, 2021.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Constituição federal. **Presidência da República**, v.1, 1988.

BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais e 49% são mulheres**, Ministério da Pesca e Aquicultura. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20recente,de%20participa%C3%A7%C3%A3o%20feminina%20no%20of%C3%ADcio>. Acesso em: 7 maio 2024.

BRASIL. **L11699**, Planalto.gov.br. Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11699.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11699.htm). acesso em: 2 fev. 2025.

CNPA. **Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores**. Cnpa.org.br. Disponível em: <http://www.cnpa.org.br/conhecaCnpa.aspx>. Acesso em: 2 fev. 2025.

CRUZ, Sávio de Sá Leitão. Território pesqueiro na Amazônia brasileira: a importância da pesca artesanal. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. 5, p. 6, 2019.

Gil, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOES, Lidiane de Oliveira. **Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal**. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

GOES, Lidiane de Oliveira; CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. A mulher pescadora no cotidiano da pesca artesanal. **Psicologia em Revista**, v. 24, n. 3, p. 778-796, 2018.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade em questão. *In*: HAESBAERT, R. (Org.). **Viver no limite: território/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Bertrand Brasil, 1º edição. Rio de Janeiro, 2014.

MAIA, Ma Bernadete R.; PEREIRA, Henrique S.; LIMA, Jacob. A Pesca Artesanal na Amazônia: A Inserção da Mulher nas políticas de Seguridade Social do Trabalhador Rural. **Manaus, Amazonas**, 2012.

MEDEIROS, Patrícia Jeanny Araújo Cavalcanti; DE SOUZA MILLER, Francisca. “Pra defender meu território, viro Enxu”. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 11, n. 1, p. 115-140, 2023.

MEDEIROS, Rosa Maria V. Território, espaço e identidade. *In*: SPÓSITO, Eliseu S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, 368p.

MORAES, S. C. **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania**. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 10, 2001, Fortaleza. Sociedade e Cidadania: novas utopias – *Programas e Resumos*. Fortaleza: SBS, 2001. p. 91.

MOURA, Danieli Veleda. **A organização de classe dos pescadores artesanais da colônia Z-3 (Pelotas-RS, Brasil) na luta pela cidadania e justiça ambiental: contribuições à educação ambiental crítica**. (Tese de Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS. 2016.

CPP. **Quem somos | Conselho Pastoral dos Pescadores**, Cppnacional.org.br, disponível em: <https://www.cppnacional.org.br/node/3>. Acesso em: 3 fev. 2025.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. *In*: RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPÓSITO, Eliseu S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SAQUET, Marcos A. Por uma abordagem territorial. *In*: SPÓSITO, Eliseu S. SAQUET, Marcos Aurelio; SPÓSITO, Eliseu S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SOUZA, Wandicleia Lopes; Bonfim, Samaela Cristina da Silva; VIEIRA, Thiago Almeida; GAMA, Antônia do Socorro Pena da; SANTOS, Adria Oliveira dos. Pescadoras artesanal: Entre a casa e o rio. *In*: LIMA, Ana Carolina Barbosa de; ALMEIDA, Oriana Trindade de (Org). **Uso de recursos naturais na Amazônia: experiências locais e ferramentas para governança**. Belém, GAPTA/UFGA. 2019. p. 89 – 103.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. Editora UNESP. São Paulo, 2004.

Recebido para publicação em 11/04/2025

Aceito para publicação em 04/08/2025

# A PERSPETIVA DO GÊNERO NA MUDANÇA CLIMÁTICA: MARCOS PARA O DEBATE

*THE GENDER PERSPECTIVE  
ON CLIMATE CHANGE:  
FRAMEWORKS FOR DEBATE*

*LA PERSPECTIVA DEL GÉNERO  
EN EL CAMBIO CLIMÁTICO:  
MARCOS PARA EL DEBATE*

Luz Stella Rodríguez Cáceres  
Instituto de Pesquisa e Memória Pretos  
Novos  
lunsella@gmail.com

## Resumo:

A intersecção entre gênero e meio ambiente vem se constituindo como um campo intelectual que entrelaça os processos simultâneos de produção da natureza e de produção dos sujeitos. Dar atenção à forma como a relação entre sujeitos e meio são mediados por processos de diferenciação e dominação baseados no gênero e no poder é fundamental para desnaturalizar relações de opressão e desigualdade que se potencializam durante eventos climáticos e ambientais extremos. O objetivo desta reflexão é oferecer um balanço dos principais marcos teóricos que tem abordado gênero e meio ambiente e fornecer ferramentas para uma abordagem crítica da mudança climática integrando um olhar interseccional sobre seus efeitos, que frequentemente são apresentados de forma generalizada e sem distinção social. Esta revisão bibliográfica procura realizar uma genealogia teórica a respeito dos papéis de gênero nas articulações entre o político e o ambiental com miras para a construção de políticas públicas para mitigação e adaptação ao clima que contemplem de forma transversal a perspectiva de gênero.

**Palavras-chave:** gênero, meio ambiente, mudança climática, ecologia política.

Terra Livre

São Paulo

Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025

ISSN: 2674-8355



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>



**Abstract:**

The intersection between gender and the environment constitutes an intellectual field that intertwines the simultaneous processes of nature production and the production of subjects. Paying attention to how these subjects and their relationship with the environment are mediated by processes of differentiation and domination based on gender and power is fundamental to denaturalizing relationships of oppression and inequality that are heightened during extreme climate and environmental events. The objective of this reflection is to offer an overview of the main theoretical frameworks that have addressed gender and the environment and to provide tools for a critical approach to climate change, integrating an intersectional perspective on the effects of climate change, which are often presented in a generalized manner and without social distinction. The literature review seeks to conduct a theoretical genealogy regarding gender roles in the articulations between the political and environmental spheres, with a view to developing public policies for mitigation and adaptation that transversally consider the gender perspective.

**Keywords:** gender, environment, climate change, political ecology

**Resumen:**

La intersección entre género y medio ambiente viene constituyéndose en un campo intelectual que entrelaza los procesos simultáneos de producción de la naturaleza y la producción de sujetos. Prestar atención a como sujetos y su relación con el medio ambiente están mediados por procesos de diferenciación y dominación basados en el género y el poder es fundamental para desnaturalizar las relaciones de opresión y desigualdad que se potencializan durante los eventos climáticos y ambientales extremos. El objetivo de esta reflexión es ofrecer un panorama de los principales marcos teóricos que han abordado género y medio ambiente y brindar herramientas para un enfoque crítico del cambio climático, integrando una perspectiva interseccional sobre sus efectos, que a menudo son presentados de manera generalizada y sin distinción social. La revisión bibliográfica busca realizar una genealogía teórica sobre los roles de género en las articulaciones entre las esferas política y ambiental, con miras al desarrollo de políticas públicas de mitigación y adaptación al clima que contemplen la perspectiva de género.

**Palabras-clave:** género, medio ambiente, cambio climático, ecología política

## Introdução

Quando em 2024 publicamos *Úrsula, uma peixinha do sertão carioca*, Rachel Paterman e eu estávamos interessadas em expor o ponto de vista dos conhecidos peixes das nuvens, habitantes dos brejos das Zona Oeste do Rio de Janeiro. Nessa história de ficção especulativa destinada à divulgação científica, os peixes das nuvens ganharam holofotes, mas isso só foi possível pelo trabalho de Maya, a protagonista humana, que compreende que é na impermeabilização do solo \_ promovida pelos processos de especulação imobiliária \_ que está a principal ameaça contra essa espécie. Esses mesmos processos são a causa de enchentes e alagamentos na cidade. Maya representa o invisível papel do gênero na questão climática e ambiental e o engajamento feminino na ciência, nas ações e nos movimentos sociais para combater a crise climática e promover a justiça ambiental. Como afirma Haraway (2015) feministas exercerem liderança na imaginação, na teoria e na ação.

O investimento teórico sobre os principais marcos para o debate sobre gênero e clima aqui proposto surgiu da consciência de que tal temática merece maior reflexão e aprofundamento do que pudemos dar nesse livro de histórias em quadrinhos e tomou força a partir das enchentes que em 2024 atingiram de forma dramática o estado de Rio Grande do Sul. Nesse evento o volume de chuvas intensas levou ao transbordamento de rios e lagos, causando dramáticas inundações em áreas urbanas e rurais e destruindo casas e vidas. Esse episódio acentuou situações de vulnerabilidade social e expôs, entre outras coisas, as múltiplas faces das violências contra as mulheres. As notícias de abuso sexual de mulheres em abrigos temporários montados para receber a população atingida não foi apenas um

exemplo cruel e perverso da violência; tais fatos também mostram que as respostas às catástrofes ambientais exigem uma abordagem de gênero.

Mulheres e meninas têm maior dificuldade em lidar com eventos climáticos extremos devido a fatores como o sexismo, a violência de gênero, a divisão sexual do trabalho e o acesso desigual a recursos. Em termos de impacto, os efeitos causados pelos eventos climáticos multiplicam as vulnerabilidades às quais mulheres estão expostas, especialmente em periferias e contextos de pobreza. Sob essas condições as pessoas frequentemente enfrentam maiores dificuldades em obter conforto térmico, tanto em suas residências quanto em transportes públicos, devido à falta de recursos para adquirir aquecedores ou aparelhos de ar-condicionado. Tempos de crises exacerbam as desigualdades que constituem as sociedades. Eventos climáticos extremos potencializam violências e acentuam desigualdades como a pobreza extrema, a fome e a violência doméstica.

Segundo o relatório *Justiça Climática Feminista: um Quadro para Ação* da ONU (Turqet et al, 2023), as mulheres são as mais afetadas pela emergência climática e as menos responsáveis pelas suas causas. De acordo ao estudo, o aumento da temperatura global em três graus Celsius pode levar mais de 158 milhões de mulheres e meninas à pobreza até 2050. Esse número é 16 milhões a mais do que o número esperado e projetado quando olhado para os homens. Além disso, 236 milhões de mulheres e meninas poderão sofrer com a insegurança alimentar, e esse número é 131 milhões a mais do que o número esperado entre homens e meninos.

Apesar do seu protagonismo como cientistas, ativistas e defensoras consagradas em espaços comunitários, locais e institucionais

lizados, as mulheres estão sub-representadas tanto nos processos políticos de tomada de decisão como na formulação de políticas públicas relacionadas ao clima (ibid.). Um exemplo concreto nesse sentido é a baixa presença feminina nas Conferências das Partes (COPs) da ONU sobre mudanças climáticas. A falta de mulheres em espaços de tomada de decisão sobre as mudanças climáticas leva a que as políticas públicas não consideram adequadamente as necessidades e perspectivas femininas. (Iacovini e Vieira, 2020).

É diante deste panorama que levanto aqui alguns dos marcos fundamentais para pensar de forma robusta a relação ente gênero e clima. É verdade que pouco a pouco, o gênero vem sendo incorporado nas análises e em algumas políticas públicas diferenciadas. Contudo, essa inclusão por vezes esconde seu esvaziamento e a despolitização do sentido inicial pretendido. Daí a urgência de uma aproximação crítica à lógica da diferenciação hierárquica baseada no gênero, que permita incorrer numa análise dos processos engendrados de subjetivação e sujeição, e suas implicações sociais e políticas nos corpos e nos territórios.

Sem a pretensão de fazer um inventário exaustivo, faço um breve esboço por algumas das correntes dos estudos de gênero e ambiente como o ecofeminismo, a ecologia política feminista, a justiça ambiental e o corpo território que em conjunto dão conta de como os papéis de gênero resultam fundamentais na constituição dos sujeitos e na sua relação com o meio ambiente. Longe de serem blocos separados, esses aportes teóricos se emprestam conceitos que se irrigam mutuamente, constituindo perspectivas complementares para a compreensão das relações entre os seres humanos e a natureza em diferentes escalas: Do complexo de relacionamentos e espaços que chamamos de lar, às ecologias políticas locais e globais

interligadas que delineiam o território, passando pelo corpo, para finalmente abordar o caráter social e político dos chamados desastres naturais.

### **Gênero e ambiente**

Levar a sério as relações de gênero e poder engendradas e seu papel constitutivo nas interações entre humanos e não-humanos permite analisar o enraizamento do sexismo e do racismo na problemática ambiental, lhe concedendo a esta um status político. Mais do que um assunto de fauna e flora, é imperativo compreender a natureza inerentemente política do meio ambiente. Longe de ser uma entidade autônoma e neutra, a natureza é uma entidade socialmente construída, profundamente política e em definição permanente e não menos real ou material por isso.

Autores como Ingold (2000), Haraway (1984), Escobar (2005), Descola (2001) entre tantos outros, têm sido chave na nossa compreensão das relações de poder que determinam as distinções hierárquicas entre natureza e cultura, entre ambiente e sociedade e entre humanos e não-humanos, refinando nosso entendimento sobre a produção social da natureza e a indissociabilidade do político e do ambiental (Latour, 1994).

Já os estudos sobre a as relações entre gênero e meio ambiente constituíram-se um campo dinâmico de produção intelectual a partir da década 1980 quando Carolyn Merchant (1980) fez um apelo para prestar atenção à forma como as relações de diferenciação e dominação baseadas no gênero. Desde então, a combinação dessas categorias começou a tomar forma dentro do campo dos estudos da questão ambiental, contribuindo para a produção e conhecimento da

transformação do ambiente. Ao longo do tempo, a forma de compreender esses termos se transformou para incorporar versões mais construtivistas de ambos os conceitos.

Nas sociedades ocidentais a construção social e histórica do feminino e do masculino é marcada por uma forte assimetria. Nesse sentido, Joan Scott (1988) defende que o conceito de gênero é de vital importância para entender o caráter social das distinções baseadas no sexo. O conceito deixa claro que a discriminação vivida pelas mulheres não é um problema exclusivo delas ou advindo de uma incapacidade natural, mas resultado da construção das relações sociais entre os sexos ao longo da história. Deste modo, o gênero resulta não apenas uma ferramenta analítica, mas também uma ferramenta de ação política.

Pela sua vez, Daniele Kergoat (2009) afirma que homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas construções sociais que formam dois grupos envolvidos em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Ao invés de gênero, esta feminista francesa apela ao sexo, o que leva a uma visão sexuada dos fundamentos e da organização da sociedade ancorados materialmente na divisão sexual do trabalho. Como todas as relações sociais, estas possuem uma base material: o trabalho, e se exprimem por meio da divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho é considerada como uma das dimensões da divisão social do trabalho, e nela o aspecto da opressão/dominação está fortemente contida e vai muito além de indicar desigualdades ou injustiças (Hirata e Kergoat, 2003).

As ferramentas brindadas por estas autoras sobre as noções de feminilidade e masculinidade, os valores da sexualidade, os estereótipos e as expectativas de comportamento nos espaços físicos

e sociais de acordo às identificações no espectro de gênero foram revolucionárias e ajudaram a desconstruir ideias tradicionais e promover uma compreensão mais complexa e fluida do gênero e a sexualidade. Contudo, as consequências de exploração, dominação e sujeição baseadas no gênero são mais bem compreendidas a partir da sua intersecção com as variáveis de raça e classe (Crenshaw, 1994). A complexificação desses marcadores envolve o reconhecimento de que as pessoas podem ser afetadas por múltiplas formas de desigualdade simultaneamente, e que essas desigualdades podem se interconectar e reforçar mutuamente. Ao respeito, Stefania Gallini (2004) tem refletido que a pesquisa ambiental exige atenção à natureza política dos processos socioambientais estudados, bem como à maneira como eles são profundamente atravessados por relações de poder baseadas em classe, gênero e raça.

Estudos sobre gênero e meio ambiente abrangem diferentes tópicos e níveis de análise. Isto é revelado pelas suas múltiplas genealogias e as trajetórias de correntes como o ecofeminismo e sua procura por dismantelar a visão ocidental e instrumentalista de uma natureza feminizada que é categorizada como virgem, exuberante e totalmente ao serviço dos seres humanos. (Shiva, 1995; Merchant, 1990), os estudos científicos feministas (Haraway, 1984; Harding, 1987) os movimentos de justiça ambiental (Bru, 1996; Di Chiro, 2017; Pulido, 2000), os estudos sobre a justiça reprodutiva e seu posicionamento frente ao neomalthusianismo que pontua que a população pobre e racializada é a produtora da crise ambiental (Davis, 2006; Ginsburg; Rapp, 1991, 1995; Morgan; Roberts, 2012,) e a ecologia política feminista, (Agarwal, 1997); Rocheleau et al, 2004).

## Ecofeminismo

O ecofeminismo marcou uma mudança significativa na forma em que abordamos as questões de gênero e meio ambiente. O conceito surgiu na década de 1970, quando a filósofa francesa Françoise d'Eaubonne acunhou a palavra no artigo titulado *O feminismo ou a morte*. Ela argumentava que a dominação masculina sobre as mulheres e a natureza estavam interligadas, com o patriarcado se utilizando da opressão feminina para sustentar a exploração ambiental. A autora defendia questões sobre o controle de natalidade e propunha que a emancipação feminina, passava pelo acesso a contraceptivos e o aborto, vitais para lidar com a superpopulação e a destruição ambiental. Para ela, a superpopulação do planeta era fruto da insistência do patriarcado em controlar os corpos das mulheres, contribuindo para aumentar o número de consumidores no mundo, favorecendo deste modo o avanço do capitalismo.

Hoje em dia, sob os avanços da perspectiva proposta pelas teóricas da governança reprodutiva (Ginsburg; Rapp, 1991, 1995; Morgan; Roberts, 2012) sabemos que a metáfora da bomba populacional como responsável do deterioro ambiental resultou profundamente problemática ao colocar mulheres racializadas como responsáveis pela “superpopulação” e a pobreza; conduzindo políticas eugênicas e subsidiando práticas como a esterilização compulsória (Hartman, 1987; Davis, 2016). Contudo, d'Eaubonne se destaca por indicar que o desequilíbrio de poder entre homens e mulheres, arraigado na história é um fator primordial na crise ecológica atual.

Na genealogia de gênero e ambiente, Carolyn Merchant deu um passo a frente com *A Morte da Natureza* (1980). Esse livro é a obra mais conhecida da autora e representa uma contribuição



robusta para a teoria ecofeminista. Com foco na Europa ocidental e especialmente a Inglaterra dos séculos XVI e XVII, Merchant se amparou em um sofisticado e amplo corpo documental, para analisar as conexões entre as imagens existentes das mulheres e da natureza na formação do mundo moderno. A revolução científica desse período é o início dessa dominação ou o momento da “morte da natureza”.

De mãe nutridora que atendia às necessidades humanas em um mundo ordenado, passa-se para uma natureza caótica, capaz de ser violenta com suas secas, tempestades, calor ou frio intensos, etc. A visão de mundo orgânico, que era predominante, foi alterada para uma visão científica, mecanicista e reducionista, que poderia controlar a face caótica da natureza, validando tanto sua exploração quanto a subordinação das mulheres. Contudo, ainda hoje a autora tem pouca inserção nos cursos e programas de história ambiental e das ciências no Brasil, mas é uma ótima oportunidade para entender e questionar alguns dos princípios que pavimentaram o caminho para a crise ecológica contemporânea.

A filósofa ecofeminista Val Plumwood também desempenhou um importante papel para um enfoque construtivo do ecofeminismo. A autora defende que a dominação de mulheres e natureza está assentada na tradição racionalista, que remonta a filosofia clássica grega. A partir de sua crítica feminista à masculinidade, à racionalidade e ao domínio da natureza, Val Plumwood explica que a forma como concebemos a natureza e nos relacionamos com ela esta estabelecida no cerne do racionalismo ocidental.

*Feminism and the Mastery of Nature* é um marco fundamental para analisar a crise ecológica planetária. Nessa obra, Plumwood (1993) argumentou que a raiz da atual crise ecológica tem origem no “modelo dominante” da racionalidade ocidental, definido

pelas suas hierarquias dualistas. A crítica de Plumwood ao dualismo ocidental faz convergir o pensamento feminista e o ecológico. Ela define o dualismo como um sistema hierárquico de significação, que polariza diferenças existentes como se fossem dados naturais e separações irreconciliáveis – homem/mulher, corpo/mente, civilizado/selvagem, humanos/natureza – e que naturalizam opressões de género, classe, raça e espécie respetivamente.

Tais oposições se traduzem em diferenças hierárquicas entre o racional e o apaixonado, o intelectual e o corporal, a civilização e a barbárie, o progresso e atraso, etc. Enquanto as dicotomias cultura/natureza, humano/não-humano nos conduzem ao antropocentrismo, a dicotomia masculino/feminino nos direciona ao androcentrismo. Ambas categorias se conectam e assumem a superioridade do homem sobre mulheres e sobre natureza, igualando-as como objetos de dominação.

No pensamento ocidental, o humano como conceito foi desenvolvido através da sua semelhança com a identidade masculina. O problema, no entanto, não é o sexo masculino como tal, nem a condição do ser humano, mas a forma como a cultura ocidental definiu a identidade humana em relação ao género e à natureza. A autora evidencia o carácter implícito do género na definição ocidental de natureza – em oposição à de cultura – tornando impossível sua compreensão não como uma categoria absoluta, a-histórica ou deslocalizada, mas sim como uma esfera política socialmente construída.

Um lado é tomado como naturalmente dominante e primário, e outro é definido em relação a ele – em termos da ausência de qualidades. A dominação de um lado sobre o outro é encarada como inerente à ordem das coisas. Consequentemente, a resposta

apropriada ao dualismo não é a reversão nem a fusão, ou a aniquilação da diferença, mas sim desafiar a polarização das identidades, reconstruindo a diferença ao longo de linhas não-hierárquicas.

A crítica de Plumwood da modernidade capitalista e industrial se constituiu num passo fundamental para a procura de histórias alternativas que permaneciam invisíveis e ignoradas pela cultura ocidental. Para ela, é primordial dar visibilidade e contribuir para fortalecer racionalidades alternativas que contrastam com o modelo hegemónico e que tem como exemplo as histórias de cuidado e cooperação das mulheres.

Na década de 1990, Vadana Shiva e María Meis (1993), estabeleceram a conexão direta entre o sistema económico e a devastação ambiental. Para elas, o sistema capitalista coloniza não apenas a natureza, mas também as mulheres, os povos e os territórios, explorando-os, sem levar em conta as vidas e as histórias das comunidades em risco. Para elas, obsessão pelo crescimento económico a todo custo subordina as relações ecológicas e humanas, levando à exploração excessiva dos recursos naturais e perpetuando as desigualdades de género que relegam as mulheres a papéis subordinados na sociedade.

Conforme Shiva e Mies (1997), mesmo que o ecofeminismo tenha sido utilizado pela primeira vez por Françoise d'Eaubonne, em 1974, ele só ganhou o campo com as lutas das mulheres frente aos desastres ecológicos como o avanço das usinas nucleares nos Estados Unidos e o movimento Chipko na Índia nas regiões montanhosas do Himalaia. Este último foi um movimento de resistência ambiental iniciado na década de 1970, em resposta ao desmatamento intensivo

e à exploração insustentável dos recursos naturais pelas empresas madeireiras.

Outra das contribuições de Shiva e Mies (1997) é o diálogo que estabeleceram entre os feminismos ocidentais e os feminismos do Sul, destacando tanto elementos comuns, quanto as diferenças entre essas duas perspectivas feministas. Enquanto os feminismos ocidentais se concentraram amplamente nas preocupações das mulheres em sociedades industrializadas, os feminismos do Sul se desenvolveram em contextos pós-coloniais, onde questões de gênero se cruzam com questões de raça, classe e meio ambiente de maneiras únicas. As autoras destacaram como o preconceito de gênero está presente em processos globais e internacionais o que se traduz em como as políticas e práticas globais frequentemente subestimam ou ignoram as dimensões de gênero em questões críticas como mudanças climáticas, comércio internacional, segurança alimentar e gestão de recursos naturais.

A abordagem ecofeminista tem mostrado que o processo de dominação da natureza é parte do sistema patriarcal mundial, associado à ideia de modernização, progresso tecnológico e desenvolvimento. Um desdobramento dessa perspectiva no Brasil tem sido dado por Larissa Bombardi (2023) e suas denúncias sobre os usos e abusos de venenos na agricultura e seus riscos para a saúde humana e o meio ambiente. Ao apontar a relação entre os surtos do câncer e a exposição aos agrotóxicos da indústria dos pesticidas que são banidos na Europa e nos Estados Unidos, mas são usados intensamente no Brasil, esta geógrafa tem apontados os efeitos de um colonialismo químico.

## **Ecologia política feminista**

Examinar as diferentes relações que homens e mulheres têm com seus ambientes tem sido uma das origens da ecologia política feminista. A qual se alimenta da perspectiva feminista sobre a ciência, do conhecimento situado (Haraway, 1995; Hardin, 1987) e das indagações sobre as relações entre gênero, trabalho e direitos aos recursos naturais iniciadas por Bina Agarwal (1996). Para além das diferenças que se supõem serem biológicas, esta corrente mais construtivista tem analisado como os seres humanos são socializados de diferentes maneiras. Suas exponentes argumentam que a estreita relação entre as mulheres e a natureza não é um fato biológico essencial, mas uma construção social, baseada na atribuição de papéis e funções específicas a mulheres e homens nas sociedades patriarcais.

Nesse sentido, a economista indiana Bina Agarwal (1996) ressalta que a aproximação das mulheres à natureza é socialmente construída e resulta da delegação de tarefas ligadas à reprodução, ao serviço comunitário e ao cultivo e preparação de alimentos, que hoje denominamos como a política do cuidado. Em outras palavras, o papel das mulheres na defesa e cuidado da natureza resulta das responsabilidades que historicamente lhes foram atribuídas no fornecimento de recursos materiais e energéticos necessários à subsistência das comunidades. Não se trata de uma predisposição genética, mas das circunstâncias sociais e econômicas que ditaram a distribuição de tarefas. Essa divisão sexual do trabalho influencia a maneira como as mulheres percebem e se relacionam com o ambiente.

Em muitas sociedades ao longo da história, as mulheres foram e continuam sendo responsáveis por atividades como a coleta de alimentos, gestão de recursos naturais, agricultura de subsistência e o atendimento às necessidades básicas da família, crianças e idosos. Essas atividades estão intimamente ligadas à sustentabilidade e ao bem-estar das comunidades. Portanto, as mulheres desenvolveram uma consciência ecológica e uma profunda compreensão da importância de preservar e cuidar do meio ambiente, não porque tenham uma inclinação natural para isso, mas porque sua sobrevivência e a de suas famílias dependem muito da saúde e da prosperidade da natureza.

Essa perspectiva ressalta a importância de reconhecer o papel fundamental das mulheres na gestão sustentável de recursos e na proteção ambiental, mas também enfatiza a necessidade de superar as limitações impostas pelas estruturas patriarcais que reduziram as mulheres a papéis subordinados e minimizaram sua participação na tomada de decisões políticas relacionadas à ecologia e ao meio ambiente.

Na compreensão das relações entre a sociedade e o meio ambiente, a ecologia política conceitua ambas como fenômenos ambientais e políticos simultaneamente. Considerando a diferenciação de responsabilidades, direitos e mobilizações, esta abordagem tem se atentado a como as relações de poder moldam o uso, o acesso e o controle de recursos naturais. Nessa linha surgiu a publicação de Dianne Rocheleau, Barbara Thomas-Slayter e Esther Wangari (2007), *Feminist Political Ecology: Global Issues and Local Experiences*, uma obra fundamental do debate pois estabeleceu um campo específico e gerou uma proposta metodológica e teórica que analisa como homens e mulheres vivenciam diferentes formas de se

relacionar com o meio ambiente. As autoras discutem a emergência e as conexões com os estudos feministas e ambientais, destacando os vínculos com o ecofeminismo, o ambientalismo feminista, o feminismo socialista e o pós-estruturalismo ambiental feminista. O principal objetivo dos artigos da obra é explorar a constituição dos sujeitos e suas interações com a natureza a partir numa perspectiva de gênero. Os estudos de caso apresentados analisam como as mulheres estão envolvidas em movimentos sociais que lutam por justiça ambiental e como suas experiências moldam essas lutas. As pesquisas tornam evidente como conhecimento ambiental, direitos e responsabilidades, política de recursos e mobilizações políticas, são profundamente marcadas pelas relações de gênero, identidade e diferença, em torno de conhecimento, direitos e responsabilidades ambientais, risco ambiental na vida cotidiana, política ambiental e ativismo popular.

Um desdobramento da ecologia política feminista em América Latina, é a obra de Silvia Rivera Cusicanqui (2004), quem aborda o problema da desigualdade no acesso à terra na Bolívia como consequência da dupla dominação colonial e patriarcal que os povos indígenas, e as mulheres indígenas em particular, enfrentaram ao longo de suas vidas. A relevância do estudo das relações entre gênero e as relações de poder relatam o uso, o acesso e o controle dos recursos e no acesso à terra, água e alimentos em Bolívia são um exemplo de como se constroem os processos hegemônicos de produção da natureza e como são implementadas, negociadas e contestadas as políticas da natureza.

No Equador, o Coletivo de Geografia Crítica levanta debates sobre geografias críticas, utilizando uma perspectiva feminista para abordar a análise de espacialidades e territorialidades, e destaca a

resistência ao extrativismo, bem como aos direitos coletivos e naturais. Recentemente, Catherine Walsh (2015), com base em sua experiência com povos indígenas e uma perspectiva decolonial, posicionou outras formas de pensar e se relacionar com a natureza que confrontam as dicotomias de gênero modernas.

## **Justiça ambiental**

Como campo intelectual e político, a justiça ambiental abrange, de acordo com Acselrad (2004, 2010) uma extensa literatura que nasce de movimentos sociais nos Estados Unidos originados na década de 1980 e envolvidos nas lutas pelo direito a um ambiente seguro, sadio e produtivo. O ambiente na sua totalidade, inclui dimensões físicas, sociais, político-econômicas e afetivas. A reivindicação de um direito que possa ser livremente exercido, respeitando plenamente as identidades, a dignidade e a autonomia das comunidades é parte das mobilizações das comunidades latinas, afrodescendentes e indígenas contra o racismo que historicamente as condenou a viver em ambientes insalubres.

Justiça ambiental abrange diversas abordagens e formas de mobilização face às injustiças ambientais tão diversas como a poluição das águas, a distribuição de parques nas cidades, os efeitos da extração mineira na saúde das comunidades locais ou a localização das instalações de processamento de resíduos tóxicos, para citar alguns exemplos. Entre outros aspetos, a justiça ambiental questiona a distribuição desigual dos benefícios e perigos ambientais e defende o direito fundamental que todos nós – humanos e não-humanos – temos de permanecer livres da destruição ambiental nos nossos territórios.



Na América Latina existem vários estudos sobre mobilizações em torno de melhores condições ambientais que ocorreram em diferentes escalas, como a casa, a vizinhança, a comunidade, a fábrica, o cultivo, o saneamento ambiental, etc. Uma das pesquisadoras que geraram análises sobre justiça ambiental no México é Irene Bonilla (2015), que analisa comparativamente a participação das mulheres em movimentos de justiça ambiental para enfrentar a devastação de seus territórios. Adriana Gómez (2017), pela sua vez tem analisado o pagamento por serviços ambientais e os efeitos sobre as mulheres nos processos de tomada de decisão, participação e conservação em Milpa Alta, Cidade do México.

Justiça ambiental se remete para aspetos tão diversos como o acesso desigual à terra, a expulsão de comunidades em nome desenvolvimentos, o efeito das políticas neoliberais na soberania e segurança alimentar e a falta de água potável. Um ponto de destaque merecem os desastres causados pelos rompimentos das barragens de rejeitos da mineração de ferro em Minas Gerais (Zhour, 2023, 2025). As ligações entre as condições ambientais e a saúde têm sido também analisadas em múltiplos casos que vão desde dejetos tóxicos até resíduos militares (Acsegrad, 2010).

Trabalhos como os de Wendy Harcourt (2009) e Nancy Langston (2010) concentraram-se principalmente na escala corporal, entendendo o corpo como um conjunto de ecologias multi-situadas e interligadas. Esta perspectiva fornece elementos importantes para a compreensão das conexões entre as diferentes ecologias políticas que conectam a escala do íntimo com a escala da saúde global e ambiental com justiça social.

## O corpo território

Contudo o conceito de corpo ganha outras proporções a partir da perspectiva latino-americana dos feminismos de base comunitária, ou dos feminismos territorializados (Ulloa, 2016). O conceito corpo-território emerge, simultaneamente, como denúncia e reivindicação. Trata-se de “uma epistemologia latino-americana e caribenha feita por mulheres dos povos originários que vivem em comunidade e que coloca no centro o comunitário como forma de vida” (Cruz Hernández, 2017, p. 43) Sob essa compreensão, o território passa a ser abordado a partir de múltiplas escalas, principalmente como uma extensão do corpo.

O corpo-território tem origem na atuação de mulheres de Chiapas. Ativistas do *Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo* têm sido chave na expansão do conceito e de uma metodologia de trabalho para Guatemala, Bolívia, Equador, em áreas fortemente impactadas por megaprojetos de desenvolvimento e agronegócios. A partir desses territórios, se desenha um diagrama global das dinâmicas extrativistas do capital às quais se opõem alianças, lutas e redes para resistir a esses avanços na defesa do território.

Em contextos de violência e repressão onde os corpos das mulheres têm sido concebidos como espólio da guerra e a repressão à resistência, o território é concebido como inseparável do corpo e da natureza, num entendimento de que as violências que acontecem numa escala impactam na outra (Cruz Hernández, 2017). O significado do corpo-território se enlaça à defesa dos territórios ao tempo que denuncia o avanço dos vetores capitalistas que exacerbam as desvantagens para as mulheres num contexto em que o acesso à

terra continua a representar uma condição vital para a reprodução da vida cotidiana (Cabnal, 2010).

Apesar da importância das mulheres na produção agrícola e de que a maior parte dos alimentos consumidos vem da agricultura de subsistência realizada sobretudo por elas (Federici, 2020), mulheres são frequentemente sub-representadas como proprietárias de terras. Embora as mulheres sejam responsáveis por grande parte da produção de alimentos, elas enfrentam barreiras como acesso limitado à terra, crédito e tecnologia, além de menor reconhecimento e valorização do seu trabalho. Por outro lado, famílias cuja subsistência depende do trabalho agrícola são as primeiras a sofrer os impactos da seca ou das chuvas intensas que provocam às mudanças climáticas.

O corpo-território extrapola as ondas dos feminismos anteriores, que jamais consideraram a perspectiva das mulheres originárias e camponesas, nem suas pautas. Para Braulia Baniwa (2018) o corpo não é apenas um corpo físico, mas um repositório de conhecimentos ancestrais, práticas culturais e sabedorias coletivas, que são fundamentais para a manutenção da sua identidade e para a luta pela preservação de seus territórios.

Refletindo sobre o corpo-território, Heloisa Buarque de Hollanda (2020) apontou a urgência de um feminismo que leve em consideração essas epistemologias e absorva suas gramáticas. A partir dessas lutas e levantes emancipatórios compostos por novas solidariedades e outros territórios epistêmicos, a autora indica que somos obrigadas a ampliar as fontes e conceitos do feminismo ocidental (ibid.). Ela trouxe uma importante reflexão referente ao trânsito da teoria entre os centros metropolitanos e as periferias, a qual sempre foi feita a partir de uma troca desigual: enquanto o

centro acadêmico teorizava, esperava-se da periferia o fornecimento de estudos de caso, reduzidos ao lado prático da teoria. A partir do conceito corpo-território a periferia tornou-se o corpo concreto em oposição à mente abstrata do pensamento metropolitano.

Para denunciar os impactos do atual modelo neo-extrativista resultante do consenso das *commodities* e a reprimarização da economia, amplamente descritos por Maristela Svampa (2016, 2019), mulheres indígenas e camponesas têm retomado a noção de territórios do sacrifício o qual foi acunhado pelos movimentos de justiça ambiental nos Estados Unidos para caracterizar localidades sistematicamente escolhidas para a implementação de empreendimentos poluidores ou que oferecem riscos à população do entorno que recebe parcelas desproporcionais dos prejuízos causados pelas atividades econômicas ali realizadas.

De modo geral, as zonas de sacrifício, são consideradas territórios de baixa renda onde se instalaram indústrias com potencial de desenvolvimento, mas que, no entanto, hoje veem suas condições de vida diminuídas dado o efeito que a poluição tem tanto sobre as pessoas quanto sobre o meio ambiente. Literalmente, modos de vida são sacrificados em favor do avanço da atividade industrial intensiva. Um exemplo de reconhecimento oficial de zona de sacrifício se dá em Chile onde existem cinco zonas com essas características: Coronel, Mejillones, Tocopilla, Huasco e Quintero – Puchuncaví (Vivanco, 2022, p.2),

Em Quintero – Puchuncaví, por exemplo, está localizado o Parque industrial de Ventanas, um complexo de alta complexidade composto por mais de 30 empresas entre as que se contam refinarias, termelétricas e fundição de cobre que desde 1964 têm causado uma série de conflitos ambientais ao longo de sua história, que persistem

entre a população e determinam as formas como as pessoas vivem. Os episódios de poluição causados pelo parque industrial mudaram o cotidiano de seus habitantes, influenciando a agenda e agência dos mesmos.

No entanto, há também experiências de oportunidades e resistências que respondem à caracterização de sacrifício e fortalecem a ideia de luta ambiental. É o caso do grupo *Mulheres da Zona de Sacrifício em Resistência*, em 2016 que busca construir um espaço de resistência e mobilização em torno dos envenenamentos infantis ocorridos na Escola La Greda em 2012, e por meio da apropriação progressiva do conhecimento científico e técnico existente sobre os efeitos na saúde causados pela contaminação de metais pesados, especialmente durante a gravidez e nas dificuldades de aprendizagem. Este caso demonstra a implementação de estratégias de resistência por mulheres que estavam “cansadas de que os grupos dos quais participavam fossem liderados por homens e buscavam se organizar e ganhar destaque no espaço público” (Bolados García e Sánchez Cuevas, 2017, p. 35).

## **Da calamidade natural ao processo socialmente construído**

A partir da anterior revisão sobre gênero e ambiente, somos chamados a enxergar com outros olhos as catástrofes ambientais. As enchentes de Rio Grande do Sul em 2024 tiveram como contraponto o fato de que quase o 60% do país sofreu com a maior seca da história do Brasil. O cenário de seca favoreceu incêndios comprometendo a integridade de ecossistemas de importância e a própria produção de alimentos, fortemente impactada pela falta de chuvas na região do Sudeste, Cerrado e Amazônia. De acordo com o

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – Cemaden, o país registrou mais de 13 mil casos de estiagem extrema, de norte a sul. Em 2024, a temperatura média do planeta ultrapassou o limite de 1,5°C estabelecido no Acordo de Paris. De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia do Brasil (Inmet), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura e Pecuária, o ano de 2024 foi o mais quente desde o ano de 1961 (Agência Brasil, 2025).

Tragédias recentes como a de Petrópolis no verão de 2022 e a de São Sebastião no litoral paulista durante o verão de 2023 são inequivocamente um efeito da falta de opções da população pobre e negra. Pedro Rezende Mendonça, Fernanda Pinheiro da Silva e Gisele Brit (2023) demonstram que a tragédia é ampliada pela falta de opção de moradia e produção de territórios de exclusividade, que são construídos e explorados pelo mercado imobiliário formal que levam aos mais pobres a construir em áreas de risco. A coletânea *Racismo Ambiental e Emergências climáticas no Brasil*, organizada por Belmont (2023) oferece um panorama atualizado sobre como as áreas de risco se sobrepõem às moradias de populações vulnerabilizadas e racializadas que tem se tornado refugiados climáticos.

Contudo, no seu momento alguns comentadores recorreram à velha estratégia de culpar a vítima: dizia-se que havia conhecimento prévio sobre os perigos de construir em áreas de risco de deslizamento. Em alguns casos foi apontada a “falta de julgamento”, “ignorância”, “preguiça” e “descuido” de comunidades que “escolheram” fazer suas habitações em locais inadequados.

Rara vez, a grande mídia aponta como causas dos desequilíbrios ambientais o tamanho da nossa desigualdade em termos de investimento social em áreas como saúde, habitação e

infraestruturas. Passa-se por alto ações como o desmatamento de florestas e matas ciliares, o avanço do agronegócio e seu lobby para a modificação das leis ambientais.

Meses depois do desastre climático que devastou o Rio Grande do Sul, e enquanto suas consequências ainda eram sentidas pelos gaúchos e várias regiões do país enfrentavam uma das piores secas, a Câmara aprovou o Projeto de Lei 2.168/2021. Sob a escusa de acabar com a “burocracia” para os produtores rurais, foram enfraquecidas as restrições à destruição da vegetação nativa, previstas no Código Florestal (Lei 12.651/2012), ao considerar como de “interesse público” barragens e outras obras destinadas à irrigação e ao abastecimento de água para o gado, em Áreas de Preservação Permanente -APPs.

O Atual Projeto de Lei 159/2021, apelidado de “PL da Devastação” e que visa alterar o processo de licenciamento ambiental no Brasil, é um outro exemplo da política incidindo na devastação ambiental. O projeto permite que empreendimentos obtenham licenças de forma mais fácil e rápida, muitas vezes com base apenas na autodeclaração do empreendedor, sem análises técnicas prévias, fragilizando completamente a principal ferramenta de prevenção de danos da Política Nacional do Meio Ambiente. A aprovação desses projetos ocorreu meses depois do desastre climático que devastou o Rio Grande do Sul.

Um dos principais aportes do entendimento da dimensão socialmente construída do ambiente é o questionamento da noção de desastres “naturais”. Cada vez mais é manifesta a “ação do homem” no entendimento das catástrofes. Porém de que homem estamos falando? Não é exato adjudicar a responsabilidade da crise ambiental a um homem genérico, representante de toda a humanidade, pois a

pesar da dimensão dos processos engendrados, a subjetividade própria do capitalismo extrativista e industrial não é universal.

A narrativa hegemónica das alterações climáticas tem sido renomeada de forma provocativa por Giovanna Di Chiro (2017) como *White (M) Anthropocene*. Para ela, o Antropoceno é uma categoria genérica que peca por continuar propondo a narrativa de uma história universal, sem considerar as desigualdades e os impactos diferenciados da crise ambiental sobre diferentes grupos sociais. Em outras palavras, o discurso do Antropoceno ignora o papel do colonialismo, do capitalismo e do patriarcado no desequilíbrio ecológico, e reproduz um ethos colonial que naturaliza a dominação e obscurece as relações de poder das estruturas capitalistas globais que estão na origem do colapso ambiental. Uma reflexão sobre termos alternativos como Capitaloceno e Plantationoceno<sup>1</sup> para abordar os efeitos planetários dos processos antrópicos tem sido feita por Donna Haraway (2015).

Desafiando o universalismo, o anti-humanismo e o cinismo subjacentes ao discurso do Antropoceno, ativistas da justiça ambiental, da justiça climática e de organizações indígenas não invocam a retórica do Antropoceno de que os humanos são destruidores ou senhores da natureza. Em vez disso, esses grupos oferecem exemplos de políticas regenerativas baseadas em estratégias políticas que melhoram a vida e em organização proativa em apoio a uma transição justa para as energias renováveis, economias locais e comunidades social e ecologicamente sustentáveis (Di Chiro, 2016).

---

<sup>1</sup>Transformação devastadora oriunda de diversos tipos de fazendas com tendências humanas, pastos, e florestas em plantações extrativas e fechadas, baseadas em trabalho escravo e outras formas de trabalho explorado, alienado, e, geralmente, deslocado espacialmente.



Do mesmo modo, a terminologia “desastre ambiental, não traduz a responsabilidade do capitalismo industrial na maioria dessas tragédias. Autores como Piers Blaikie e Harold Brookfield (1987), Mike Davis (2006), David Harvey (1974) e Michael Watts (1983), entre outros, já escreveram sobre o caráter socialmente construído de “desastres naturais”, como a degradação do solo, a fome, a seca e os alagamentos. Eles coincidem em que as relações de poder e a posição social determinam o risco e a vulnerabilidade social a estes fenômenos.

Karen Bakker (2005), James Sidaway (2008 e Matt Huber (2011) têm chamado a atenção para a forma como as catástrofes ambientais devem ser compreendidos dentro das lógicas de acumulação de capital e as geografias desiguais que elas produzem. No Brasil um apontamento sério nesse sentido tem disso elaborado por Andreia Zhouiri (2020, 2023).

Em 2006, o geógrafo Neil Smith publicou um artigo sobre o impacto do furacão Katrina na região sul dos Estados Unidos que havia acontecido no ano anterior. Mais de 1800 pessoas morreram, em sua maioria eram negras e pobres. Smith argumentou que em todo desastre, a diferença entre quem vive e quem morre é um cálculo social, que nada tem de natural. Enquanto as tentativas oficiais tentaram relegar o desastre do Katrina dentro dos inevitáveis desastres “naturais”, o papel das ciências sociais foi o de exercer um contrapeso a essa narrativa.

Cindi Katz (2008), também geógrafa, complementou que no caso de Katrina não se pode ignorar o ataque neoliberal às esferas da reprodução social dos aspetos cotidianos e fundamentais da política do cuidado que tornam possível a vida humana, tais como educação, moradia e saúde. O neoliberalismo também se expressa na

precarização do mundo do trabalho de funcionários e técnicos responsáveis pelos sistemas de alarme e controle ambiental e meteorológicos, bem como corpos de defesa civil e bombeiros. Muitas vezes o Estado pode até adquirir tecnologia de ponta para monitoramento ambiental, mas dispensa investimentos em pessoal capacitado.

No caso do terremoto no Haiti, as geógrafas, Beverley Mullings, Marion Werner e Linda Peake (2010) fizeram contribuições importantes para além dos relatos dos efeitos diferenciados desses desastres sobre mulheres e homens. Seu trabalho dialoga com Smith (2006) e Katz (2008) sobre o propósito de identificar o papel dos discursos e práticas de gênero nas causas desses desastres e as raízes históricas e geográficas nas formações de classe, raça/etnia e gênero aprofundadas pelos efeitos do neoliberalismo. Da mesma forma, as autoras mostram como as lógicas masculinistas resultaram em mecanismos de atenção baseados na implantação militar e a criminalização e perseguição das populações afetadas, e não no cuidado das suas necessidades mais urgentes.

No campo do desenho das políticas públicas, Joni Seager e Betsy Hartmann (2005) procuraram uma inclusão crítica das categorias de gênero na prevenção e assistência em caso de catástrofe. Seager (2006) apresenta uma crítica sobre como as relações de gênero são negligenciadas quando se trata de compreender, estudar, abordar e prevenir desastres “naturais”. A autora compara o caso do Katrina, onde as vítimas foram na sua maioria mulheres afrodescendentes de baixa renda, com o tsunami no Sudeste Asiático em 2004, as inundações em Bangladesh em 1991 e o terremoto de Kobe no Japão em 1995. Nesses casos, Seager

encontrou que as relações de gênero têm efeitos profundos nas dimensões e consequências das catástrofes, destacando que ao serem as principais responsáveis do cuidado de crianças e idosos, as mulheres têm menor mobilidade espacial e acesso restringido a recursos básicos. Este fato se agrava se consideramos que as vítimas de catástrofes naturais são geralmente entre duas e quatro vezes mais mulheres do que homens (ibid.). Daí que enquanto mais marcadores da diferença acumulam as mulheres, maior é o impacto dos eventos climáticos e ambientais extremos nas suas vidas e entornos. Mulheres chefes de lar estão na linha de frente e por este motivo são sobrecarregadas física e mentalmente, sendo seu sofrimento ignorado, quando não naturalizado.

### **Considerações Finais**

As correntes analisadas evidenciam alguns dos aspetos mais estudados das relações entre gênero e meio ambiente e brindam insumos para abordar de forma crítica os impactos diferenciados da crise climática. Apesar das diferenças teóricas e metodológicas, esses estudos podem ser entendidos como perspectivas complementares que informam o uso, acesso e controle dos recursos e abordam as respostas locais aos fenômenos gerados pela injustiça ambiental como a enorme carga de produtos químicos tóxicos, de mineração, de esgotamento de lagos e rios, sob e acima do solo, de simplificação de ecossistemas, de grandes genocídios de pessoas e outros seres.

O propósito desse balanço foi brindar uma melhor compreensão da natureza política do meio ambiente e do gênero. O estudo dos processos simultâneos e interligados de produção da natureza e de constituição de sujeitos a partir de lógicas de

diferenciação e dominação sócio espacial encontra um complemento na metodologia que brinda a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, a qual deve ser assumida de forma transversal nas políticas públicas.

A compreensão da dimensão multi-escalar dos conflitos ambientais e a distribuição de privilégios que produzem as desigualdades sociais que se acentuam em momentos de crise é um ponto de partida da política pública. Essa agenda precisa valorizar o protagonismo feminino em espaços que vão do corpo ao território, do lar às instituições, da agricultura à pesquisa, passado pelo cuidado, a regeneração e o ativismo em frentes que abrangem saneamento público, alimentação, educação, emprego e saúde. Em outras palavras, as questões ambientais não devem ser tratadas de forma isolada, mas sim consideradas em todas as áreas e níveis da atuação governamental. Uma política pública transversal na área ambiental deve integrar as dimensões ecológica, social e econômica, garantindo que as decisões em diferentes setores levem em conta os impactos ambientais.

Nas últimas décadas, tanto gênero quanto meio ambiente entraram na narrativa dominante. Apesar da sua aparente proliferação tanto na esfera política como no discurso popular, existe o risco do esvaziamento político, se essas categorias apenas forem usadas para florear discursos. Com a mudança climática, os desastres ambientais chegaram para se tornar parte do calendário. Evitar a naturalização das injustiças ambientais é um passo fundamental na construção de uma agenda política. Ao compreender a natureza política do ambiente, o papel da política pública deve se encaminhar para o combate das desigualdades estruturantes e não apenas para a mitigação e à adaptação à mudança climática.

## Referências

- ACSERALD, Henri. Justiça ambiental ação coletiva e estratégias argumentativas, in Henri Acserald, José Augusto Pádua e Selene Herculano, (orgs.), *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Re-lume-Dumará, 2004
- ACSERALD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental *Estudos Avançados* 24 (68), 2010
- AGARWAL, Bina. El género y el debate medioambiental: lecciones desde India, in AGRA, María Xosé (comp.) *Ecología y Feminismo*. Granada: Ediciones Comares, 1997 [1992].
- AGÊNCIA BRASIL, Ano de 2024 foi o mais quente no Brasil desde 1961, aponta Inmet. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-01/ano-de-2024-foi-o-mais-quente-no-brasil-desde-1961-aponta-inmet#:~:text=O%20Ins-tituto%20Nacional%20de%20Meteorolo-gia,desde%20o%20ano%20de%201961>. 2025
- BANIWA, Braulina. Mulheres e território: reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados. *Vukápanavo: Revista Terena*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 165-170, 2018.
- BAKKER, Karen. Katrina: the public transcript of ‘disaster. *Environment and Planning D: Society and Space* 23, 2005, p. 795-802
- BELMONT, Mariana. *Racismo Ambiental e Emergências climáticas no Brasil*, organizada por (2023) São Paulo: Instituto Clima e Sociedade e Climate and Land Use Alliance – CLUA, Instituto de Referência Negra Peregrum, 2023
- BLAIKIE, Piers; BROOKFIELD, Harold. *Land Degradation and Society*. Londres, New York: Meuthen, 1987
- BOLADOS GARCÍA, P., & SÁNCHEZ CUEVAS, A. (2017). Una ecología política feminista en construcción: El caso de las “Mujeres de zonas de sacrificio en resistencia”, Región de Valparaíso, Chile. *Psicoperspectivas*, 16(2), 33-42.
- BONILLA, Irene. La feminización de la justicia ambiental desde la ecología política. Una alternativa para Ocotlán, Jalisco. *Revista Latinoamericana de Geografía e Género* 2015 6 (2): 38-51.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. Apresentação in *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020
- BRÚ, Josepa. Spanish women against industrial waste. in ROCHELEAU, Dianne et al. (eds.) *Feminist Political Ecology: Global Issues and Local Experiences*. Nueva York: Routledge, 1996
- CABNAL, Lorena. El relato de las violencias desde mi territorio cuerpo-tierra In: SOLANO, Xochitl Leyva; ICAZA, Rosalba (coord.).

- En tiempos de muerte: Cuerpos, rebeldías, resistencias*. Tomo IV. Chiapas, Buenos Aires: La Haya: Cooperativa Editorial Retos: CLACSO, Institute of Social Studies, Erasmus University Rotterdam, 2019. p. 113-126
- CRUZ HERNÁNDEZ Delmy Tania. Revisitando la Cartografía Cuerpo-Territorio desde la Autoetnografía Feminista. *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, nº 59, Julho/Dezembro de 2023, p. 64-82
- CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. La salud se camina. En busca de la salud del territorio en contextos de violencia lenta: Insurgencias de mujeres organizadas en la región fronteriza de Chiapas. In: HERNÁNDEZ, Ana Luisa Sánchez; MARTÍNEZ, Miguel Angel Martínez; ESTRADA, Francisco Díaz (ed.). *Gender-based Violence in México: Narratives, the State and Emancipations*. Londres: Routledge, 2023. p. 39-55.
- COLECTIVO MIRADAS CRITICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO *Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios* Quito: CLACSO, 2017
- DI CHIRO, Giovanna. Welcome To the White (M)Anthropocene? A Feminist-Environmental Critique. *Routledge Handbook of Gender And Environment*. 2017
- DI CHIRO, Giovanna. Environmental Justice and The Anthropocene Meme. *The Oxford Handbook of Environmental Political Theory*. 2016 pp. 362-382.
- BOMBARDI, Larissa Mies. *Agrotóxicos e colonialismo químico*. São Paulo: Editora Elefante, 2023.
- CRESHAW Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color, in FINEMAN Martha Albertson, MYKITIUK Rixanne (eds.) *The Public Nature of Private Violence*. New York: Routledge, 1994, p. 93-118.
- DAVIS, Angela. Racismo, controle de natalidade e direitos reprodutivos. In: DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 205-223.
- DAVIS, Mike. *Los holocaustos de la era victoriana tardía: Las hambrunas de El Niño y la formación del Tercer Mundo*. Valencia: Universitat de Valencia, 2006 [1991]
- D'EAUBONNE, Françoise. *Le féminisme ou la mort*. Paris: Pierre Horay, 1974.
- DESCOLA, Philippe & PALSSON, Gísli. Naturaleza y sociedad. *Perspectivas antropológicas*. México: Siglo Veintiuno, 2001.
- ESCOBAR, Arturo. ¿Cómo pensar la relación entre el ser humano y la naturaleza? En ESCOBAR, Arturo. *Más allá del Tercer Mundo: Globalización y diferencia*. Bogotá, Popayán: ICANH-Universidad del Cauca, 2005

- GALLINI, Stefania. Problemas de métodos en la historia ambiental de América Latina. *Anuário IHES* 19, 2004, p. 147-171.
- GINSBURG, F.; RAPP, R. The politics of reproduction. *Annual Review of Anthropology*, [s. l.], v. 20, p. 311-343, 1991.
- GINSBURG, F.; RAPP, R. *Conceiving the New World Order: the global politics of reproduction*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- FEDERICI Silvia. *Beyond the Periphery of the Skin: Rethinking, Remaking, and Reclaiming the Body in Contemporary Capitalism*. Oakland: PM Press, 2020
- GÓMEZ Bonilla, Adriana. Los programas de pago por servicios en Mipa Alta. Un análisis desde la ecología política feminista. *Sociedad y Ambiente* 2017 [S.l.], núm. 15, 93-116
- HARAWAY, Donna. *Manifiesto Ciborg: El sueño irónico de un lenguaje común para las mujeres en el circuito integrado* 1984. Disponível online: [www.lkstro.com/docu/manifiesto\\_ciborg.pdf](http://www.lkstro.com/docu/manifiesto_ciborg.pdf).
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial *Cadernos Pagu* (5) 1995: pp. 07-41.
- HARAWAY, Donna, Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin”, in *Environmental Humanities*, Volume 6. Copyright, 2015, Duke University Press.
- HARTMANN, Betsy. *Reproductive Rights and Wrongs: The global politics of population control and contraceptive choice*. Nueva York: Harper and Row, 1987
- HARCOURT, Wendy. *Body Politics in Development: Critical Debates in Gender and Development*. Londres: Zed Books, 2009
- HARDING, Sandra. From the Woman Question in Science to the Science Question in Feminism. *The Science Question in Feminism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1987
- HARVEY, David. Populations, Resources and the Ideology of Science. *Economic Geography* 50 (3), 1974, p. 256-277
- HIRATA; KERGOAT Daniele, A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). *Novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC, 2003. p.111-123.
- HUBER, Matt. Gusher in the Gulf and the Despotism of Capital. *Antipode* 43(2), 2011, p. 195-198
- IACOVINI, Rodrigo; VIEIRA, Victor. No mesmo mar, sim, mas não no mesmo barco: desigualdades e mudanças climáticas. *Nexo Jornal*, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2020/12/22/no-mesmo-mar-sim-mas-nao-no-mesmo-barco-desigualdades-e-mudancas-climaticas>.

- INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. London, New York: Routledge, 2000.
- KATZ, Cindi. Bad elements: Katrina and the scoured landscape of social reproduction. *Gender, Place and Culture* 15(1), 2008, p. 15-29.
- KERGOAT Daniele, Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). *Trabalho e Cidadania Ativa para as mulheres*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p.55-63. Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, n.3D.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, 152 p.
- LANGSTON, Nancy. *Toxic Bodies: Hormone Disruptors and the Legacy of DES*. New Haven: Yale University Press, 2010
- LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*. México: Siglo XXI, PNUMA, 1998
- MERCHANT, Carolyn. *The Death of Nature. Women, Ecology and the Scientific Revolution*. New York: Harper Collins, 1980
- MERCHANT, Carolyn. 'Gender and Environmental History'. *Journal of American History* 76, 1990, p. 1117-1121.
- MENDOÇA Pedro, SILVA Fernanda BRITT, Gisele, Racismo ambiental e risco: um olhar sobre a produção de áreas de exclusividade brancas in BELMONT Mariana (org.) *Racismo Ambiental e Emergências climáticas no Brasil*, organizada por (2023) São Paulo: Instituto Clima e Sociedade e Climate and Land Use Alliance – CLUA, Instituto de Referência Negra Peregrum, 2023
- MIES, Maria e SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. Coleção Epistemologia e Sociedade
- MORGAN, L. M.; ROBERTS, E. F. S. Reproductive governance in Latin America. *Anthropology & Medicine*, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 241-254, 2012.
- MULLINGS, Beverley; WERNER, Marion; PEAKE, Linda. *Fear and Loathing in Haiti: Race and Politics of Humanitarian Dispossession*. Acme 19, 2010, p. 282-300.
- PATERMAN Rachel, RODRÍGUEZ LUZ STELLA, Úrsula, *uma peixinha do Sertão Carioca*. Rio de Janeiro, Academicomis, 2024
- PLUMWOOD, Val. *Feminism and the Mastery of Nature*. London: Routledge, 1993.
- PULIDO, Laura. 'Rethinking Environmental Racism: White Privilege and Urban Development in Southern California'. *Annals of the Association of American Geographers* 90(1), 2000, p. 12-40.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. 'La noción de "derecho" o las paradojas de la modernidad postcolonial: indígenas y mujeres en Bolivia'. *Aportes Andinos* 20, 2004 [1997], s.p.



- ROCHELEAU, Dianne. Ecología Política Feminista: Poder en redes y poderes enredados. En POATS, Susan et al. (eds.) *Tejiendo redes entre género y ambiente en los Andes*. Quito: Corporación Grupo Randi Randi, Ediciones Abya-Yala, 2007
- ROCHELEAU, Dianne et al. (eds.) *Feminist Political Ecology: Global Issues and Local Experiences*. Nueva York: Routledge, 1996
- SCOTT, J. (1988). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, pp. 5-22.
- SEAGER, Joni; HARTMANN, Betsy. *Mainstreaming Gender in Environmental Assessment and Early Warning: Conceptual Challenges and Opportunities*. Nairobi: Division of Early Warning and Assessment, United Nations Environment Programme, 2005
- SEAGER, Joni. Noticing gender (or not) in disasters. *Geoforum* 37(1), 2006, p. 2-3.
- SIDAWAY, James. 'The dissemination of banal geopolitics: webs of extremism and insecurity'. *Antipode* 40 (1), 2008, p. 2-8
- SHIVA, Vandana. Abrazar la vida: mujer, ecología y desarrollo. Madrid: Editorial Horas y Horas, 1995 [1988];
- SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003. 240 p.
- SMITH, Neil. *There is no such thing as a natural disaster. Understanding Katrina: Perspectives from the Social Sciences*. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em <https://items.ssrc.org/understanding-katrina/theres-no-such-thing-as-a-natural-disaster/>
- SVAMPA Maristela, Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In LANG, Miriam (org.) *Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento* Editora Elefante: 2016
- SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.
- TURQUET Laura, TABBUSH Constanza, STAAB Silke, WILLIAMS Loui, *Feminist Climate Justice: A Framework for Action*. Conceptual framework prepared for Progress of the World's Women series. New York: UN-Women 2023.
- ULLOA, Astrid. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. *Nómadas*, Universidad Central, v. 45, p. 123-139, 2016.
- VIVANCO, Enrique. *Asesoría Técnica Parlamentaria: Zonas de sacrificio en Chile: Quintero-Puchuncaví, Coronel, Mejillones, Tocopilla y Huasco. Componente industrial y salud de la población*. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em

[https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=repositorio/10221/33401/1BCN\\_Zonas\\_de\\_sacrificio\\_en\\_Chile\\_2022\\_FINAL.pdf](https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=repositorio/10221/33401/1BCN_Zonas_de_sacrificio_en_Chile_2022_FINAL.pdf) 2022

WATTS, Michael. Hazards and Crisis: A Political Economy of Drought and Famine in Northern Nigeria. *Antipode* 15 (1), 1983, p. 24-34.

ZHOURI, Andréa. Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 16, n. 32, p. 51–68, 12 Jan 2020

ZHOURI, Andréa. Crise como criticidade e cronicidade: a recorrência dos desastres da mineração em Minas Gerais *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 29, n. 66 maio/ago. 2023

Recebido para publicação em 11/04/2025

Aceito para publicação em 10/09/2025

# O MOVIMENTO CULTURAL DO HIP HOP: A BATALHA DO SETOR UNIVERSITÁRIO E O DIREITO À CIDADE EM CATALÃO –GO

*THE CULTURAL MOVEMENT OF HIP HOP: THE UNIVERSITY SECTOR BATTLE AND THE RIGHT TO THE CITY IN CATALÃO – GO*

*EL MOVIMIENTO CULTURAL DEL HIP HOP: LA BATALLA DEL SECTOR UNIVERSITARIO Y EL DERECHO A LA CIUDAD EN CATALÃO – GO*

Dionel Barbosa Ferreira Júnior  
Universidade Federal do Tocantins  
dioneljunior41@gmail.com

André Coimbra de Souza  
Universidade Federal de Catalão  
andr.souza01@hotmail.com

Ronaldo da Silva  
Universidade Federal de Catalão  
ronaldo\_silva@ufcat.edu.br

Robson Alves Santos  
Universidade Federal de Catalão  
robson.santos@ufcat.edu.br

## Resumo:

Este artigo tem como objetivo analisar o movimento cultural do hip hop e, em particular, as batalhas de rima que ocorreram na praça Irca Vitória da Fonseca, denominadas "Batalhas do Setor", no período entre 2016 e 2019, em Catalão (GO). A análise é desenvolvida sob a ótica da Geografia Crítica, utilizando o conceito de território como construção social e as teorias de David Harvey, especialmente a de "Direito à Cidade". A metodologia se baseia no relato de experiência de um participante ativo do movimento, cujas vivências e percepções fundamentam a análise da Batalha do Setor como um ato de territorialização e manifestação política no espaço urbano. Adicionalmente, foi realizada uma pesquisa nas redes sociais (Facebook, Instagram e YouTube), que continham registros digitais que contribuíram para a investigação. Por meio dessas práticas, a juventude busca garantir visibilidade artística, resistência cultural e a luta por direitos e igualdade racial. Como resultado, a análise evidenciou que as Batalhas do Setor são uma poderosa manifestação de produção de território e do exercício do Direito à Cidade.

**Palavras-chave:** Direito à cidade, Batalha do Setor, Território, Hip hop, Catalão (GO).

|             |           |                                 |                 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025 | ISSN: 2674-8355 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

This article aims to analyze the hip-hop cultural movement and, in particular, the rhyme battles that occurred in the Irca Vitória da Fonseca square, called "Batalhas do Setor" (Sector Battles), between 2016 and 2019, in Catalão (GO). The analysis is developed from the perspective of Critical Geography, using the concept of territory as a social construction and the theories of David Harvey, especially that of the "Right to the City." The methodology is based on the experience report of an active participant in the movement, whose experiences and perceptions support the analysis of the Batalha do Setor as an act of territorialization and a political manifestation in urban space. Additionally, research was conducted on social networks (Facebook, Instagram, and YouTube), which contained digital records that contributed to the investigation. Through these practices, the youth seek to ensure artistic visibility, cultural resistance, and the fight for rights and racial equality. As a result, the analysis showed that the Batalhas do Setor are a powerful manifestation of the production of territory and the exercise of the Right to the City.

**Keywords:** Right to the city, Batalha do Setor, Territory, Hip hop, Catalão (GO).

**Resumen:**

Este artículo tiene como objetivo analizar el movimiento cultural del hip hop y, en particular, las batallas de rimas que tuvieron lugar en la plaza Irca Vitória da Fonseca, denominadas "Batalhas do Setor", en el período comprendido entre 2016 y 2019, en Catalão (GO). El análisis se desarrolla desde la perspectiva de la Geografía Crítica, utilizando el concepto de territorio como construcción social y las teorías de David Harvey, especialmente la del "Derecho a la Ciudad". La metodología se basa en el relato de experiencia de un participante activo del movimiento, cuyas vivencias y percepciones fundamentan el análisis de la Batalha do Setor como un acto de territorialización y manifestación política en el espacio urbano. Adicionalmente, se realizó una investigación en las redes sociales (Facebook, Instagram y YouTube), que contenían registros digitales que contribuyeron a la investigación. A través de estas prácticas, la juventud busca garantizar la visibilidad artística, la resistencia cultural y la lucha por los derechos y la igualdad racial. Como resultado, el análisis evidenció que las Batalhas do Setor son una poderosa manifestación de producción de territorio y del ejercicio del Derecho a la Ciudad.

**Palabras-clave:** Derecho a la ciudad, Batalha do Setor, Territorio, Hip hop, Catalão (GO).

## Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar o movimento cultural do hip hop e, em particular, as batalhas de rima que ocorreram na praça Irca Vitória da Fonseca, denominadas "Batalhas do Setor", no período entre 2016 e 2019, em Catalão (GO). A discussão em questão é baseada nas ideias e perspectivas de Harvey (2006, 2014) e sua Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, na qual o autor compreende o capitalismo como dinâmica de acumulação do capital que altera o espaço e as espacialidades, acarretando desigualdades entre os territórios. O texto se concentra especificamente no uso do espaço público em relação às formas de apropriação pela Batalha de *rap*, e, a partir dessas considerações, levanta-se como problemática de que maneira as batalhas de rima em Catalão (GO) podem ser entendidas como uma forma de produção de território e uma manifestação do 'Direito à Cidade' proposto por David Harvey?

A cultura *hip hop* e seus movimentos e manifestações têm se apropriado, desde suas origens, dos espaços públicos das cidades, a exemplo de Nova York, berço do *hip hop* nos Estados Unidos; São Paulo, no Brasil, e cidades no interior do país como Catalão (GO), que, de alguma maneira, importam esse movimento cultural e político, um aspecto também observado em outras cidades do Brasil (Santiago, 2018). Os sujeitos, jovens da periferia, se voltam a esses espaços públicos, como praças, em um movimento social e sociocultural de existência, resistência, disputando narrativas, voz e território através dessas apropriações. Nesse contexto, as batalhas de MCs (Mestres de Cerimônia) desempenham papel significativo, não apenas como manifestações culturais, mas também como formas de reivindicar o direito à cidade e de questionar as dinâmicas socioespaciais presentes no contexto urbano.

O interesse pela temática surgiu do dia a dia de um dos pesquisadores, que, ao ocupar a praça e participar dos eventos nela realizados, percebeu a importância de compreender a dinâmica do movimento cultural e sociocultural da “Batalha do Setor”. Diante disso, torna-se importante dar visibilidade a movimentos culturais da periferia e utilizar o arcabouço teórico da Geografia para compreender dinâmicas urbanas contemporâneas que são frequentemente invisibilizadas.

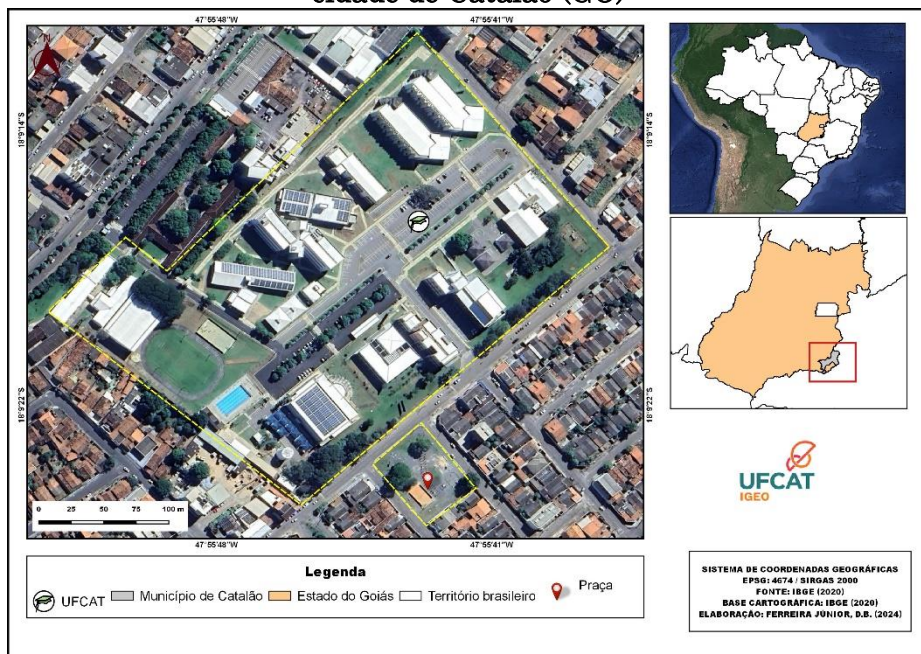
Para desenvolver essa análise, o artigo se estrutura, inicialmente, abordando o surgimento do hip hop nos Estados Unidos e traçando um breve histórico da gênese do movimento no país. Em seguida, trata do rap/hip hop, de sua caracterização e popularização nos moldes brasileiros, em cidades como São Paulo. Por último, o trabalho apresenta a seção que constitui seu núcleo analítico, com base em um relato de experiência e na análise dos conteúdos digitais das redes sociais do movimento cultural "Batalha do Setor", em Catalão (GO).

### **Caracterização, localização e procedimentos metodológicos da pesquisa**

Catalão é uma cidade em crescimento, situada no estado de Goiás, Brasil. Segundo dados do Censo de 2022, o município abriga uma população de 114.427 habitantes. Sua economia é robusta, com um produto interno bruto (PIB) *per capita* de R\$ 87.685,74 no ano de 2021. Dentre aspectos da educação, podemos mencionar que a cidade possui uma taxa de escolarização de 97,1% para crianças de 6 a 14 anos de idade e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 5,9. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Catalão é de 0,766.

A Praça Irca Vitória da Fonseca, localizada em frente à Universidade Federal de Catalão (UFCAT), como mostra a figura 1, é onde se realiza a Batalha do Setor, que ocorre geralmente uma vez na semana à noite.

**Figura 1: Mapa de localização da Praça Irca Vitória da Fonseca na cidade de Catalão (GO)**



Fonte: Autores (2024).

Apesar desses indicadores, a cidade enfrenta desafios no que tange às políticas públicas que respaldem os segmentos culturais da cidade. A cultura *hip hop*, por exemplo, é uma forma importante de expressão artística e resistência cultural presente na cidade.

O relato de experiência, conforme argumentam Mussi, Flores e Almeida (2021), é uma metodologia de produção de conhecimento baseada em uma vivência prática. Nessa modalidade textual, disserta-se sobre uma intervenção no âmbito acadêmico ou profissional, inserida em um dos três pilares universitários (ensino, pesquisa e extensão). Para além da descrição, é essencial que a

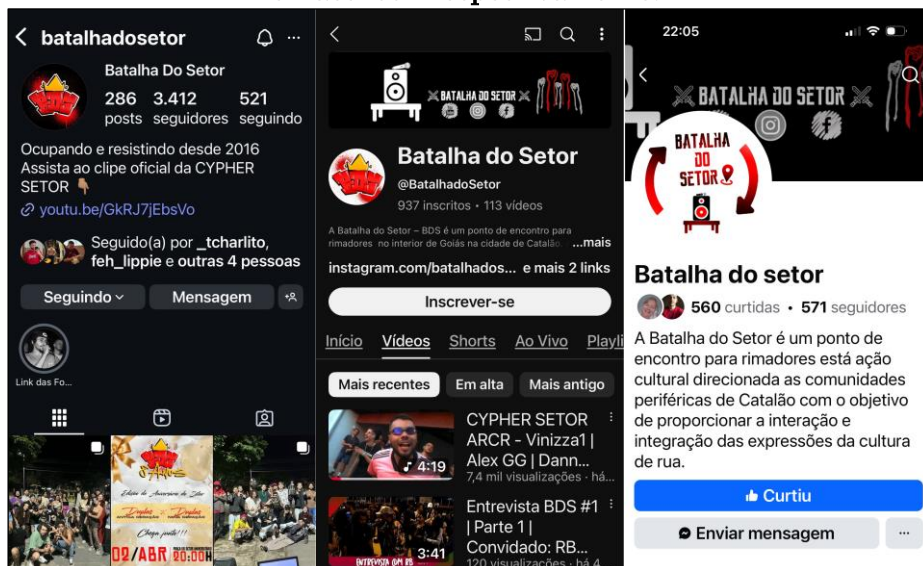
construção do estudo seja pautada em referencial científico e inclua uma análise crítica sobre a experiência.

Essa metodologia desempenha um papel importante no panorama das pesquisas científicas ao oferecer uma abordagem única para a compreensão e o avanço do conhecimento em diversas áreas, pois é um meio pelo qual pesquisadores compartilham suas vivências durante o processo de investigação. Conforme Bondía (2002), o conceito de experiência se contrapõe ao de mero "vivido". Para o autor, experiência é aquilo que nos transforma, e sua narrativa carrega uma potência formativa e epistemológica.

Assim, delimitamos como recorte temporal as batalhas que ocorreram entre 2016, ano em que se iniciaram, e 2019. Tal recorte se deu pelo fato de o autor, participante do movimento, ter iniciado sua participação nas batalhas nesse mesmo ano, em 16 de outubro de 2016, fato confirmado por ele e apontado pela página do Facebook da Batalha do Setor que ainda era chamada nessa época de “Batalha da Praça”. Esse recorte também foi feito por ser o período em que as batalhas estiveram ativas, tendo sido paralisadas devido à pandemia e Covid-19, e por ser o intervalo que possui registros próprios no Instagram, Facebook e no YouTube.



**Figura 2: Redes sociais da “Batalha do Setor”, Instagram, Youtube e Facebook respectivamente.**



Fonte: Instagram, Youtube e Facebook. Org. Autores (2025).

Com base na figura 2, percebemos que os encontros eram registrados por fotos e vídeos nas redes sociais, o que contribuiu para a pesquisa. Em suas plataformas digitais, o grupo já produziu milhares de conteúdos digitais, como relatos de experiências pessoais, *lives* culturais, músicas, videoclipes e transmissões ao vivo das batalhas realizadas na praça, como forma de divulgação, democratização e territorialização do movimento cultural do *hip hop* em solo catalano. Com base nos registros, podemos afirmar que o autor participante da “Batalha do Setor” compareceu a mais de 40 encontros, confirmados por meio das redes sociais.

Nesse sentido, o relato de experiência aqui apresentado tem como base os aportes metodológicos de Mussi, Flores e Almeida (2021). O texto dos autores propõe uma estrutura detalhada para a elaboração de relatos de experiência como uma modalidade de conhecimento científico. O objetivo principal é discutir os fundamentos teóricos e estruturais que podem auxiliar na construção

de relatos de experiência, de forma que contribuam para a produção de conhecimento.

A principal contribuição dos autores é a apresentação de um roteiro para a construção de um relato de experiência, que se organiza em seções tradicionais de um artigo científico: introdução, metodologia, resultados e discussões e considerações finais. Para cada seção, são elencados elementos específicos com perguntas orientadoras que facilitam a descrição e compreensão detalhada da experiência. Outro aspecto interessante proposto para a construção da redação do relato é por meio de quatro tipos de descrição: a informativa, que caracteriza o cenário do estudo; a referenciada, que trata da fundamentação teórica para as ações e análises; a dialogada, que promove a discussão dos resultados em comparação com outros estudos da literatura; e, por fim, a crítica, que faz uma análise reflexiva e autocrítica sobre a prática vivenciada.

Portanto, os autores defendem que a experiência é o ponto de partida para a aprendizagem e que o relato de experiência, quando bem estruturado, transcende a simples descrição de uma vivência (experiência próxima), alcançando uma análise crítico-reflexiva com apoio teórico (experiência distante). Dessa forma, o relato de experiência se mostra como uma metodologia importante para a produção de conhecimento, beneficiando a formação acadêmica.

### **O início do *rap/hip hop***

Primeiramente, é importante reconhecer que traçar uma origem precisa para o *rap*, com apenas um recorte histórico, é um desafio considerável. Dentre as fontes consultadas, como Fochi (2007), Gomes (2024), Gomes (2008), Leal (2007), Oliveira (2004, 2006), Righi (2011) e Silva (2022), existem vários caminhos para se

chegar à gênese do *rap*, a qual inclui a influência de negritudes africanas dos séculos XIX e XX, bem como a contribuição de comunidades periféricas jamaicanas e norte-americanas na década de 1960.

Ao longo da história, os sujeitos encontraram várias maneiras de se expressarem na cidade, como, por exemplo, a apropriação do espaço público, que se torna um local de coletividade por excelência. A cidade não é um território uniforme, mas sim um mosaico de desigualdades, com diversos indivíduos e facetas distintas. Ignorar essas diversidades e tratar a cidade como um todo homogêneo é silenciar seus sujeitos e suas demandas e necessidades de seus protagonistas, o foco deve estar no espaço urbano e nas pessoas que interagem com ele e entre si (Lefebvre, 1991).

Leal (2007) em sua obra “Acorda *hip hop*” dialoga com a cultura urbana, em especial com o movimento *hip hop*, dando enfoque em dimensões sociais, políticas, culturais e educativas e traçando um detalhado histórico da gênese do hip hop nos Estados Unidos e Brasil. Para o autor, o movimento e essas manifestações, nesses espaços, são formas importantes de resistência e expressão para comunidades marginalizadas, e desempenham um papel crucial na formação da identidade sociocultural dessas áreas. Elas desafiam as normas e estruturas de poder existentes, e reivindicam o direito à cidade e ao espaço público. Portanto, é essencial que essas vozes sejam ouvidas e valorizadas, e que sejam implementadas políticas públicas que apoiem e promovam a cultura de rua e suas diversas manifestações.

Segundo Pimentel (1997) a urbanização dos Estados Unidos, logo após a Segunda Guerra Mundial, desencadeou fortes processos de especulação imobiliária e gentrificação particularmente em áreas

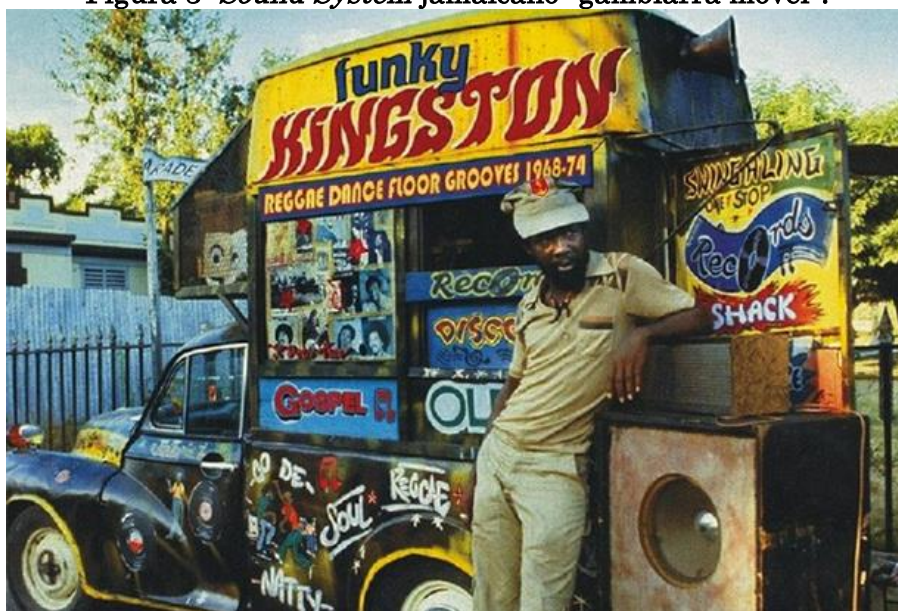
como o Bronx em Nova York. Grupos com poder econômico foram atraídos pelas melhorias em infraestrutura urbanas, como as novas rodovias, e, conseqüentemente, ocuparam as áreas adjacentes. Em contrapartida, as comunidades menos favorecidas foram realocadas para áreas mais afastadas dessas infraestruturas, nas periferias das cidades e longe dos direitos fundamentais, onde a terra e as moradias tinham pouco valor.

Para Righi (2011), no final dos anos 1960, a situação se tornou crítica com a chegada massiva de imigrantes para os EUA, provenientes principalmente do México e do Caribe. Esses imigrantes, já oriundos de uma realidade socioeconômica desfavorável em seus países natais, naturalmente se mantinham distantes das áreas mais afluentes, desenvolvidas e ricas das cidades americanas. Diante disso, esses imigrantes buscavam residência em bairros como o Bronx e o Brooklyn, o que intensificou vários problemas sociais e econômicos, como desemprego, pobreza, violência, racismo, tráfico e uso de drogas.

No que tange à cultura *hip hop*, essa é composta por quatro elementos: *Rap* (música que significa ritmo e poesia), *DJ* (Disc Jockey), *Break* (dança) e Grafite (arte urbana). Posteriormente, Afrika Bambaataa, integrante da primeira organização conhecida do *hip hop*, a Zulu Nation, introduziu o “conhecimento” como o quinto elemento (Pimentel, 1997).

O *rap* se popularizou nos EUA, mas trabalhar com o *hip hop* é evocar traços ancestrais da cultura africana por meio de associações e misturas de aspectos musicais. Isso inclui as batidas dos tambores dos ritos africanos, que se conectam com as sonoridades produzidas nos toca-discos, originadas das aparelhagens do *Sound System* jamaicano, como mostra a figura 3 (Santiago, 2018).

Figura 3: *Sound System* jamaicano “gambiarra móvel”.



Fonte: Santiago (2018).

Para Santiago (2018) há a influência das narrativas e do canto falado dos *griots* da África Ocidental, que se relacionam com as rimas improvisadas e as músicas dos MCs. Essa fusão cultural deu origem a uma expressão artística única, que teve suas primeiras manifestações em meados da década de 1960.

Para o mesmo autor, o *Sound System* consiste em um sistema de som portátil que possibilitou a reprodução de música em espaços públicos, como ruas e praças, e teve fator determinante da disseminação da cultura *hip hop*. Isso foi alcançado através do uso de equipamentos simples e, às vezes, rudimentares, que, no entanto, alcançaram novos patamares tecnológicos graças à criatividade e à inovação. Assim, o *Sound System* e as festas de rua, demonstrados na figura 4, conhecidas como *block party*, começaram a estabelecer uma nova forma de interação social para as comunidades periféricas no espaço público.

**Figura 4:** *Sound System* e o *break dance* no Bronx, anos 1970.



Fonte: Santiago (2018).

Leal (2007) enfatiza que nas festas de rua, o *hip hop* se estabeleceu como um meio para as gangues competirem (disputas por território e poder) através de seus elementos, em vez de conflitos físicos e armados. O movimento ganhou popularidade em áreas e grupos sociais periféricos e marginalizados. Embora não resolvesse os conflitos existentes, começou a criar espaços onde as pessoas se sentiam livres e autônomas.

Para Gomes (2012):

Embora a gênese do *hip hop* esteja ligada à diversão e às festas de bairro, a característica mais marcante desse movimento é a denúncia, a contestação, o caráter político e racial, influenciado não só pela situação precária da população estadunidense naquele momento, mas também por movimentos e líderes políticos anteriores, ícones da luta negra pelos direitos civis, tais como os Black Panthers (com o Black Power), Malcolm-X e o pastor e ativista Martin Luther King Jr., cujo assassinato impulsionou revoltas em diversas

idades dos Estados Unidos neste período. (Território usado e movimento hip hop (Gomes 2012, p. 7).

O movimento se manifesta ao abordar dinâmicas, conflitos, opiniões e sentimentos dos sujeitos periféricos, expondo as múltiplas formas de segregação socioespacial presentes nas cidades. Para Marisco (2020) os processos de segregação intensificam os de exclusão, pois a concentração de pessoas excluídas em determinadas áreas da cidade tem contribuído para a consolidação da segregação desses grupos, ao qual o contrário também se aplica. Sua relevância transcende o olhar superficial, pois desafia uma estrutura social que se apoia nas disparidades econômicas e nos grupos sociais.

Nesse sentido, para Castells (2020) o conceito de segregação socioespacial refere-se à separação da população no espaço urbano com base em fatores como renda, raça, etnia, ocupação socioprofissional, entre outros, configurando em diversos espaços homogêneos no interior do tecido urbano. O conceito de segregação para o autor é:

[...] a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia. (Castells, 2000, p. 250)

Em muitos casos, as periferias são estigmatizadas e vistas com desconfiança. No entanto, é importante reconhecer que essas áreas também são espaços de resistência, criatividade e identidade cultural. Os movimentos periféricos, como o *hip hop*, desempenham um papel fundamental ao dar voz aos marginalizados e ao questionar as desigualdades. Eles não apenas incomodam a ordem estabelecida, mas também promovem mudanças e reivindicam espaços de pertencimento e expressão.

Marisco (2020) afirma que segregação não se limita apenas ao espaço físico. Ela também se manifesta nas oportunidades, no acesso a serviços básicos, na educação, no mercado de trabalho e nas políticas públicas. Portanto, compreender e combater a segregação é essencial para construir cidades mais justas, inclusivas e igualitárias.

### **O *rap/hip hop* nos moldes brasileiros**

De acordo com Leal (2007) no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o *rap* começou a ganhar força no Brasil, graças ao trabalho de artistas, mídia e ativistas sociais do movimento. Ele se tornou uma forma de expressão para aqueles que eram socialmente excluídos e marginalizados. Assim, no Brasil, o *rap* e o Movimento *hip hop* ganharam popularidade entre a população preta e periférica.

A exemplo do que aconteceu em NYC, a expansão imobiliária e industrial de São Paulo, a partir da década de 1930, deu início a um crescimento populacional desordenado da cidade provocando um confinamento de pessoas em áreas limítrofes da metrópole, o que levou ao surgimento das favelas. Processo semelhante ocorreu em muitas das grandes cidades brasileiras. Com a industrialização, São Paulo cresceu enormemente, reforçando seu potencial econômico e, por consequência, atraindo novos moradores, principalmente oriundos da Região Nordeste, seduzidos pelo imaginário do sucesso, pela oferta de emprego e para fugir da seca que assolava a região. Na década de 1960, São Paulo já era a maior metrópole brasileira, e seus problemas sociais e estruturais se avolumaram (Righ, 2011, p. 53).

Na figura 5, em São Paulo, a Rua 24 de Maio é vista como o ponto de partida do *hip hop*, onde o grupo Funk & Cia, que incluía Nelson Triunfo, um importante *b-boy* e promotor do *break* e da



Cultura *hip hop*, começou a dançar. A estação São Bento e sua praça são considerados o berço da cultura *hip hop* no Brasil, devido às produções que foram criadas lá (Foch, 2007).

**Figura 5: Grupo Feminino: Buffalo Girls e Funk Cia, Rua 24 de Maio, São Paulo (SP) (1984).**



Fonte: Abril Comunicações S.A (2025).

De acordo com Leal (2007), a popularização da Cultura *hip hop*, no Brasil, durante esse período, não foi coincidência. Na década de 1970, mais da metade da população brasileira já vivia em áreas urbanas. À medida que as cidades cresciam, algumas áreas recebiam novas infraestruturas, enquanto outras eram destinadas a concentrar a população nas periferias. Para o mesmo autor, o movimento do *hip hop* no Brasil:

[...] adquiriu uma linguagem própria, de acordo com a realidade ali existente, respeitando todos os grupos étnicos e todas as raças. Um movimento que engloba cultura, arte, lazer, informação e política, hoje está diretamente envolvido nas indústrias da moda, música e cinema como um

gerador de empregos em potencial (Leal, 2007, p. 139).

Na figura 6 podemos ver um dos momentos de popularização da Cultura *hip hop* na década de 1980 na cidade de São Paulo. A Praça da Sé considerada um dos locais de efervescência do *hip hop* nos anos 80 em São Paulo.

**Figura 6: Concurso de break na Praça da Sé (1984).**



Fonte: Luiz Parra/Folhapress/Divulgação (2025).

Na década de 1990, o *rap* se espalhou por várias cidades brasileiras, em grande parte graças ao grupo Racionais MCs. Eles trouxeram à tona as histórias do dia a dia, representando a população preta e periférica e o contexto socioeconômico em que viviam. Foi nesse contexto que o movimento ganhou força ao abordar dinâmicas, conflitos, opiniões e emoções das pessoas periféricas, destacando as várias formas de segregação nas cidades.

Os primeiros *rappers* que fizeram sucesso no Brasil foram Thaíde e DJ Hum, Racionais MCs, Pavilhão 9, Detentos do RAP, Câmbio Negro, Xis & Dentinho, Planet Hemp, Gabriel - o Pensador. Aos poucos, o RAP começou a vencer alguns

preconceitos iniciais, arrefecendo, por conseguinte, a imagem de apologia à violência, saiu da periferia para ganhar o grande público e atualmente está incorporado no cenário musical brasileiro, ora como música de consumo, ora como arte de protesto (Righi, 2011, p. 70).

O papel do grupo Racionais MCs e do álbum “Sobrevivendo no Inferno” para o movimento *hip hop* no Brasil é inestimável. Eles não apenas deram voz às comunidades marginalizadas, mas também ajudaram a moldar a paisagem do *hip hop* brasileiro. A influência do grupo foi fundamental para transformar o *rap* em algo além de uma mera representação da periferia e contribuiu para a criação de um espaço discursivo onde os cidadãos periféricos puderam assumir sua própria imagem, estabelecendo uma voz que, em última análise, mudaria a maneira como a pobreza é percebida e vivida no Brasil.

Vale mencionar, nesse breve histórico, *rappers* como MV Bill e GOG, sendo eles grandes representantes da cultura em seus estados. MV Bill é reconhecido por suas letras conscientes e críticas sociais. Além de ser um *rapper* premiado, ele também é escritor, ator, cineasta e ativista. Ele é cofundador da Central Única de Favelas (CUFA), que desenvolve projetos em comunidades.

Genival Oliveira Gonçalves — ou GOG, como é mais conhecido — começou sua carreira artística no final dos anos 1980. Ele foi um dos primeiros a introduzir o movimento *hip hop* no Distrito Federal. Assim como MV Bill, GOG é conhecido por suas letras repletas de críticas sociais, que refletem a realidade das periferias brasileiras.

Ambos os artistas tiveram um papel crucial na difusão da cultura *hip hop* e do *rap* no Brasil, usando a música como uma forma de expressão para os socialmente excluídos e marginalizados. Eles ajudaram a trazer a consciência sobre questões sociais e raciais para

o *mainstream*, contribuindo significativamente para a popularidade e o impacto do *hip hop* na cultura brasileira.

As batalhas de *rap*, um componente essencial da cultura *hip hop*, oferecem uma plataforma para os MCs exibirem suas habilidades de rimas e ritmo. No Brasil, as batalhas de *rap* têm uma história rica e influente. Naquela época, o *rap* era frequentemente rejeitado, pois era visto como violento e associado à periferia.

Nesse sentido, Leal (2007) afirma que com a popularização do gênero no país, nos anos 1990, as batalhas de *rap* começaram a surgir. No entanto, foi só em 2003 que as batalhas começaram a se tornar mais organizadas e regulares com o surgimento da Batalha do Real, no Rio de Janeiro. As batalhas de *rap*, no Brasil, ocorrem em várias cidades e regiões. Algumas das mais conhecidas incluem: Batalha do Tanque (RJ), Batalha do Santa Cruz (SP), Batalha da Estação (MG), Batalha da Aldeia (SP), Batalha do Real (RJ), Batalha da Escadaria (PE), entre outras. Essas batalhas de *rap* desempenharam um papel crucial na cultura *hip hop* brasileira, fornecendo um espaço para os artistas expressarem suas perspectivas, desafios e experiências. Além disso, elas também servem como uma plataforma para a resistência cultural e a afirmação da identidade.

### **Relato de experiência do movimento cultural do *hip hop* na Praça do Setor em Catalão, GO**

Nesta parte da pesquisa, daremos ênfase no relato de experiência de um participante ativo do movimento, cujas vivências e percepções fundamentam a análise da Batalha do Setor como um ato de territorialização e manifestação política no espaço urbano. Acreditamos ser importante compreender os movimentos culturais locais com uma abordagem geográfica, e assim mostrar a vitalidade

e complexidade do espaço urbano para além dos planejamentos oficiais que acontecem nas cidades.

O relato de experiência será feito por meio de texto dissertativo, juntamente com as discussões dos outros autores e as colaborações de autores da Geografia e de demais áreas que contribuem com o tema. Destacamos que a ênfase será dada à análise do relato de experiência, com base no conceito de território da Geografia e na teoria de David Harvey sobre o direito à cidade.

Nesse sentido, relatamos que as Batalhas de Rima, são uma expressão artística e cultural que faz parte da cultura *hip hop*. Nessas competições, MCs se enfrentam para determinar quem tem a melhor habilidade de rimar. Os MCs se inscrevem para participar da batalha até que se atinja o número necessário para a competição, que pode ser de 8 ou 16 participantes. A competição é dividida em três fases; em cada fase, os MCs competem em dois ou três *rounds* (sendo o terceiro round critério de desempate) de batalhas de rimas. O vencedor de cada fase é o MC que recebe mais aplausos ou manifestações de apoio do público ao final do *round*. Os competidores derrotados são eliminados no decorrer das fases. Esse processo continua até a final, que determina quem é o campeão da noite. Em alguns casos, também pode haver um júri técnico que ajuda a decidir o vencedor.

Existem várias modalidades de Batalhas de Rima, entre as quais se destacam a batalha de sangue e a batalha do conhecimento. A primeira, mais tradicional e comum no Brasil, visa a eleger a melhor rima e o melhor rimador através de ataques verbais destinados a “agredir” o adversário. No entanto, nem tudo é permitido. Algumas batalhas proíbem o uso de familiares, como a mãe ou a namorada, na rima, bem como formas de opressão, como

racismo, machismo e LGBTfobia. Na Batalha do Conhecimento, o objetivo é criar as melhores rimas com base em um tema definido previamente, e o vencedor é quem faz a melhor rima relacionada ao tema.

A pluralidade das juventudes na universidade é evidente em muitos aspectos. Os estudantes trazem consigo uma variedade de experiências de vida, interesses, habilidades e aspirações. Alguns podem ser apaixonados por arte e cultura, enquanto outros podem estar mais interessados em ciência e tecnologia. Alguns podem ser ativistas sociais, enquanto outros podem estar focados em suas carreiras futuras. Sobre a proximidade da praça com a Universidade Federal de Catalão, Mendes destaca:

A praça fica uma rua abaixo da Universidade Federal de Catalão – UFCAT sendo o ponto de encontro principal dos/as estudantes entre as aulas, principalmente no período noturno, assim o local é circundado por casas de trabalhadores/as, mas também de moradias universitárias – repúblicas – fazendo com que uma vizinhança plural tenha que conviver e disputar a praça com programações diferentes (Mendes, 2022, p. 12).

A presença de estudantes universitários traz uma nova energia e vitalidade para o bairro e o movimento. Eles podem contribuir para a diversidade cultural do bairro e participar ativamente da vida comunitária, por exemplo, por meio de eventos culturais e sociais. No entanto, também pode haver tensões entre essas juventudes e os moradores mais antigos do bairro. Por exemplo, conflitos devido a diferenças geracionais, estilos de vida ou prioridades. Além disso, a presença de estudantes pode levar a mudanças no bairro, como o aumento do preço dos aluguéis ou a

transformação de espaços públicos, que nem sempre são bem recebidas por todos os moradores.

Neste sentido, notamos que a expansão da universidade – com ENEM e SISU – para as classes trabalhadoras atraiu um grupo de jovens que vivem na periferia urbana para a universidade e quem nem sempre tem o dinheiro necessário para aproveitar os circuitos de lazer urbano. Ainda, a presença de um bar de organização coletiva e que buscava ir à contracultura da cidade o Pub Cultura Livre que realizava eventos plurais e tinha como público-alvo diferentes sujeitos, atraindo principalmente aqueles que não se sentiam contemplados com a programação da cidade (Mendes, 2022, p. 12).

Em Catalão, o Pub Cultura Livre, como mostra a figura 7, promovia diversas atividades voltadas para a juventude, como cine-debates, apresentações de artistas locais, entre eles artistas de rua, e músicos dos mais diversos estilos musicais.

**Figura 7: Campeão da Batalha realizada no Pub em 2 de outubro de 2019 em uma noite de chuva**



Fonte: Batalha do Setor, Instagram (2019).

Esse espaço foge do padrão dos demais bares de Catalão, mais voltados ao consumo de músicas do estilo sertanejo universitário e grandes festas da cidade, muitas vezes sendo cobrados preços que afastavam a juventude de menor poder aquisitivo, seja ela na universidade ou não. Espaços como esse, contribuem para o encontro de diversas juventudes da cidade. Além disso, o *pub* contribuía para a realização da batalha, seja com o fornecimento de energia elétrica para o uso do equipamento de som, seja disponibilizando sua área coberta para a batalha nos dias de chuva.

Pode-se relatar, que conforme chegam na praça, os artistas se agrupam para conversar ou até mesmo organizar uma roda onde fazem *freestyle* antes do evento; nesse momento, não há votação de plateia ou de júri técnico. O que ocorre é o “aquecimento” momento de descontração antes da competição em si. Isso acontece de forma orgânica, enquanto o público chega à praça e a organização da batalha prepara o equipamento de som e pega os nomes dos MCs que desejam batalhar.

Como via de regra, a batalha é guiada por um mestre de cerimônia que, além de convocar a presença dos artistas e da plateia, tem como função fazer o sorteio que define quem irá rimar, apresentar os MCs para a plateia, passar comunicados referentes à realização do evento, anunciar eventuais patrocinadores entre outras questões. Mendes (2022) exemplifica as atividades realizadas em uma batalha de rima:

Os encontros são comandados por um/uma mestre de cerimônia, que controla o tempo das rimas e anima a quem assiste o evento, sempre no início de cada batalha esta pessoa faz um grito de ordem



e/ou guerra, valorizando a cultura, falando de alguma coisa da cidade e/ou sociedade. Isto faz com que os espectadores do evento, se liguem cada vez mais com o que está sendo realizado, além de ser uma forma de reforçar uma informação e ideia do movimento (Mendes, 2022, p. 16).

Os patrocinadores costumam ser donos de lojas de roupas, artesanato, tatuadores, lanchonetes, entre outros, que trocam seus serviços e produtos como premiação para o campeão da noite ou dinheiro para a realização de eventos em troca de divulgação. Esses patrocínios podem acontecer tanto em eventos especiais da batalha, onde a organização entra em contato com possíveis patrocinadores, como de forma espontânea nas batalhas semanais, quando os próprios patrocinadores procuram a organização da batalha.

Além disso, a Batalha do Setor faz parte do circuito de batalhas do Duelo Nacional de MCs, promovido pela organização cultural Família de Rua em Belo Horizonte (MG). Contudo, é importante destacar o papel significativo e fundamental desempenhado pelos MCs locais. Embora não tenham grande visibilidade, são eles que fomentam e mantêm ativa e pulsante a cena *hip hop* local por meio de produções autorais, movimentações, projetos e eventos promovidos junto a comunidades periféricas e outros setores culturais.

Ao se territorializarem na praça, os integrantes se depararam com condições precárias de infraestrutura, como a falta de bancos, estrutura desgastada de iluminação pública, excesso de sujeira. Mesmo com isso, a escolha do local foi estratégica, já que, por estar próximo à universidade, pode-se atrair os estudantes e as diferentes juventudes de Catalão (Mendes, 2022).

A escassez de bancos e o espaço cimentado da praça não impedem a ocupação desse espaço, uma vez que as batalhas são

realizadas em roda, com os artistas e apresentadores no centro e a plateia ao redor. Essa falta de “obstáculos” entre os participantes torna o ambiente favorável, como mostra a figura 8<sup>1</sup>, a quem deseja assistir as batalhas, de forma que é possível acompanhar de perto, ouvir e reagir aos versos.

**Figura 8: Praça Irca Vitória da Fonseca na cidade de Catalão em 02 de junho de 2023**



Fonte: Portal Zap Catalão (2023).

Dentre os aspectos negativos, alguns problemas se tornaram vigentes, como o consumo excessivo de drogas pelos frequentadores dos eventos, casos de violência entre indivíduos e grupos específicos, não aceitação do movimento por moradores das imediações na praça, ações autoritárias e repressivas da segurança pública na figura da Polícia Militar e falta de políticas públicas voltadas à essa cultura suburbana.

---

<sup>1</sup> A foto da mesma praça do período da pesquisa 2016-2019. A mesma passou por uma reconfiguração e repaginação em 2022 pela Prefeitura Municipal de Catalão (GO).

A batalha como mostra a figura 9, reúne uma grande quantidade de pessoas e é considerada território fundamental para a iniciação dos jovens na cultura suburbana através da música, permitindo o desenvolvimento de socializações iniciais com os membros e participantes do evento e, assim, promovendo o propósito social e cultural do *hip hop*.

**Figura 9: Eventos da Batalha do Setor, 13 de novembro e 19 de dezembro de 2019.**



Fonte: Batalha do Setor, Instagram (2019).

Para Silva (2022) território possui conexão com a ideia de poder, evoca o conceito de ‘territorialidade’ que trata-se da fixação e mantimento em determinado território. Santos (2018) compreende o ato da territorialidade como “[...] a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos, e relações, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica”. Assim, a prática coletiva de ocupação de espaços públicos “[...] possuem uma conotação de intenção, de delimitar sua presença no contexto das batalhas frente à cena hip hop local e, para além, exercer um poder de resistência frente aos atores hegemônicos e conservadores da sociedade (Silva, 2022, p.140).

Os distintos usos do território mostram uma articulação entre as dimensões do real e do simbólico, tendo por base a cultura,

que culmina na formação de identidades sociais no espaço geográfico (Haesbaert, 2004). Nesse sentido, à concepção de território nesta pesquisa refere-se ao seu caráter dialético, o qual lhe confere um papel significativo tanto político quanto culturalmente. Nesse sentido, Souza (2001; 2014) destaca que os grupos identitários constroem relações de poder que se materializam no espaço, originando territórios que podem ser compreendidos como campos de forças geradores, ou não, de conflitos entre os diversos grupos culturais.

As batalhas de *rap* são muito mais do que duelos líricos entre MCs. Elas representam uma forma de resistência e expressão cultural que transcende os versos e batidas. Ao ocuparem espaços urbanos, esses eventos questionam a lógica da cidade como mercadoria e reivindicam o direito à cidade. O espaço público é, por um lado, moldado pelo capital e, por outro, o local onde é possível a ruptura, a identidade e as histórias coletivas, a subversão ao autoritarismo do Estado burguês. Portanto, “[...] o principal uso da cidade, ou seja, das ruas, praças e monumentos, é a Festa (que consome de forma improdutiva, sem qualquer outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e dinheiro” (Lefebvre, 1991, p. 12).

No decorrer das batalhas, foi percebido que, ao participarem dos eventos, os MCs são reconhecidos por sua habilidade de construir rimas; essas são carregadas de vivências, modos de enxergar a cidade, expectativas e sonhos. Em muitas vezes, nas rimas são mencionados temas, como a dificuldade de acesso aos espaços públicos, a falta de transporte público de qualidade em Catalão, o racismo e a relação do artista com seu bairro de origem.

A título de exemplo, em uma das rimas analisadas, um MC do bairro Castelo Branco faz referência à BR-050 como um muro que divide a cidade, onde um lado é mais “desenvolvido” do que o outro e dificulta sua chegada aos eventos. Um outro jovem, do bairro São João, faz referência a como enxerga a cidade a partir do Morrinho do São João, local onde situa-se uma igreja, mas que é conhecido pelo alto índice de violência. Jovens pretos, por vezes, falam sobre racismo e violência policial. Entre os temas, também estão futebol, música, artistas que são referência, moda, sexualidade e relação com a família e com os demais participantes do movimento. Por serem tratados temas comuns, do cotidiano dessas juventudes, isso faz com que quem ouve as rimas se identifique com as histórias ali contadas. Nesse sentido “[...] cultura, arte e política formam um feixe de temas entrelaçados, que se constituíram objeto de discussão” do movimento (Lourenço, 2010, p. 10)

No ambiente da batalha, desenvolvem-se relações de identidade entre os jovens artistas e o público; alguns são considerados favoritos, outros são reconhecidos por fazerem rimas engraçadas e outros por rimarem sobre criminalidade e violência. Para Silva (2022) as batalhas de rima representam espaços fundamentais para a introdução dos jovens na cultura suburbana do *hip hop* por meio da música, promovendo interações sociais iniciais com os participantes e frequentadores desses encontros. Essas experiências reforçam o papel social e cultural do movimento.

Harvey (2014), um dos principais expoentes da geografia marxista, salienta que o processo de urbanização é intrínseco e fundamental para a reprodução do modo de produção capitalista. Para o autor, as cidades funcionam como uma solução espacial para as crises de sobreacumulação, absorvendo capitais e trabalho

excedentes. Para o autor, na sociedade atual em processo de urbanização acelerada, impulsionada pela lógica do capitalismo, transformou não apenas nossas paisagens, mas também a nós mesmos. Contudo, o modelo de cidade que tem prevalecido, moldado pela busca incessante de lucro, gerou desigualdades e fragmentação social. Nesse contexto, emerge um direito humano fundamental, muitas vezes negligenciado: o direito à cidade.

Este não é meramente um direito individual de acesso aos recursos urbanos, mas sim um poder coletivo de transformar a cidade e, conseqüentemente, a nós mesmos. As cidades, desde sua origem, são resultado da concentração de um excedente econômico. Sob o capitalismo, a necessidade de reinvestir esse excedente para gerar mais-valia alimenta um ciclo contínuo de urbanização. Esse processo, no entanto, raramente é democrático. A "destruição criativa" remove comunidades pobres e marginalizadas para dar lugar a empreendimentos lucrativos, transformando a própria qualidade de vida urbana em uma mercadoria acessível apenas para quem pode pagar (Harvey, 2014).

O resultado é a cidade contemporânea configurada em um mosaico de fragmentos fortificados, condomínios fechados e espaços privatizados, em contraste com "planetas de favelas" onde a luta pela sobrevivência é diária. Essa segregação espacial corrói a identidade urbana e a cidadania de sujeitos que pertencem ao movimento cultural do *hip hop*, fomentando o individualismo possessivo da ética neoliberal e enfraquecendo a ação coletiva (Harvey, 2014).

A superação dessa crise urbana exige a retomada do controle democrático sobre a produção e o uso do excedente gerado nas cidades. O projeto neoliberal das últimas décadas privatizou esse controle, alinhando a gestão urbana aos interesses do capital

corporativo e financeiro. Portanto, a luta pelo direito à cidade é uma luta para submeter o Estado e o processo de urbanização ao controle popular (Harvey, 2014).

Para que os despossuídos, como os sujeitos que participam das Batalhas do Setor, possam reivindicar o poder que lhes foi negado, é necessário construir um amplo movimento social, que adote o direito à cidade como seu ideal político. Unificar as diversas lutas urbanas sob essa bandeira é o caminho para desafiar a lógica da acumulação por desapropriação e instituir novos modos de urbanização, mais justos e democráticos. Afinal, a revolução pela qual ansiamos ou será urbana, em seu sentido mais amplo, ou não acontecerá (Harvey, 2014).

Se considerarmos o direito à cidade como a capacidade de reinventar a si mesmo e o ambiente urbano, torna-se evidente que, no contexto da cidade capitalista, a desigualdade é um dos seus pilares fundamentais. Por outro lado, as “populações inquietas”, conforme descritas por Harvey (2014), persistem em buscar meios cotidianos para exercer, conquistar e proteger esse mesmo direito.

A qualidade da vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia política urbana [...]. A tendência pós-moderna a estimular a formação de nichos de mercado, tanto nas escolhas de estilo de vida urbano quanto de hábitos de consumo e formas culturais, envolve a experiência urbana contemporânea em uma aura de liberdade de escolha do mercado, desde que você tenha dinheiro e possa se proteger da privatização da redistribuição da riqueza por meio da florescente atividade criminosa e das práticas fraudulentas e predatórias (cuja escala é onipresente) (p. 46).

Harvey destaca que a maneira como vivemos, percebemos e somos percebidos na cidade não é a mesma, e às vezes nem sequer é semelhante para todos os habitantes urbanos. As cidades estão se tornando cada vez mais fragmentadas, segregadas e conflituosas. Portanto, “[...] a maneira como enxergamos o mundo e definimos possibilidades depende de onde estamos e a que tipo de consumismo temos acesso” (Harvey, 2014, p. 47). Em outras palavras, as classes econômicas e os grupos sociais — de gênero, orientação sexual, idade, etnia/racial, entre outros aspectos — se unem para determinar como vivemos e experimentamos a cidade, bem como determinam quem terá ou não o direito à cidade garantido e de que forma o terá.

A exemplo disso, temos os versos do *rapper* Dan R, membro e fundador da Batalha do Setor, na música Cypher do Setor, de junho de 2018, em que ele faz referência à Batalha do Setor, à ocupação do espaço público, além de referenciar grupos e artistas de cena *hip hop* catalana:

“Cerrado amargo reflete as rimas cena de rua elevando a visão; promovendo cultura e lazer onde ser invisível não é opção; farmácia da mente é rima na praça, com muita vermécia; ocupando muito mais que praça difundindo pura resistência; Livro do destino se alterando quando o beat começa a tocar; a frequência que entra no ouvido amplia a voz que não vai se calar; é no setor que travamos batalhas contra mim mesmo rival incansável; sujeito sempre a mudança quer uma dica não seja imutável; bonde do Cerrado chamou transporte busão lotado Antônio sem acento; a nossa cultura é tamanho GG ninguém fica para trás se tem merecimento; contrariando o esboço do sistema; olha pra nós tamos vivo na cena olha para nós tamo vivo na cena; ou melhor nós que vive a cena” (Dan, 2019).

Em relação às experiências proporcionadas pelas batalhas, especialmente no que se refere ao seu aspecto musical, elas são



consideradas espaços de aprendizado sobre *rap* e cultura *hip hop*. Elas aprimoram o indivíduo nessa forma artística através do *rap freestyle* e, em muitos casos, servem como o primeiro palco para a apresentação desses jovens artistas.

Catalão foi berço de algumas batalhas que já estão há um bom tempo fora de atividade, como a Batalha da Pio, a Batalha do Arcanjo. Essas duraram pouco tempo; ambas aconteciam semanalmente ao final das tardes de domingo. Vale mencionar que, além da Batalha do Setor, nosso objeto de estudo, Catalão conta com mais quatro batalhas ativas: Batalha da Presença, Batalha do Prima, Batalha do Risco e Batalha da Cultura. As duas primeiras com seu início em 2023 e as duas últimas começaram em 2024. Como essas batalhas são bem mais recentes, optou-se por restringir este trabalho à Batalha do Setor, já que se acompanhou seu andamento desde as primeiras edições no ano de 2016.

Para constituição de uma cena cultural *hip hop*, a formação dos territórios por meio das batalhas torna-se algo primordial para a garantia da visibilidade artística e social, e, além disso, possibilita que esses espaços sirvam para firmar experiências, trocas e relações socioespaciais que criem redes consolidadas entre seus adeptos. Assim, os territórios podem ser flexíveis, no que tange aos aspectos espacial e temporal; contudo, que as teias de relações sociais sejam articuladas ao ponto de garantirem sua legitimidade.

### **Síntese do relato de experiência**

A seguir apresentamos a síntese do relato de experiência conforme a proposta de Mussi, Flores e Almeida (2021). Os autores trazem um modelo de roteiro com elementos de cada seção com

perguntas facilitadoras e uma sistematização do que o relato deve abranger.

- **Campo teórico:**

- **Quais foram os conceitos-chave da pesquisa?** Território como construção social, "Direito à Cidade", desenvolvimento geográfico desigual, e segregação socioespacial. A análise foi desenvolvida sob a ótica da Geografia Crítica, com base nas teorias de David Harvey.

- **Qual foi a importância do relato?** Dar visibilidade aos movimentos culturais da periferia utilizando o arcabouço teórico da Geografia para compreender dinâmicas urbanas contemporâneas que são frequentemente invisibilizadas.

- **Adveio de qual problema?** Entender de que maneira as batalhas de rima em Catalão (GO) podem ser compreendidas como uma forma de produção de território e uma manifestação do "Direito à Cidade" proposto por David Harvey.

- **Objetivo:**

- **Qual foi o objetivo do relato?** Analisar o movimento cultural do hip hop, especificamente as batalhas de rima denominadas "Batalhas do Setor", que ocorreram na praça Irca Vitória da Fonseca em Catalão (GO) entre 2016 e 2019.

### **Procedimentos Metodológicos**

- **Recorte temporal do relato:**

- **Qual foi o recorte temporal do relato?** O recorte temporal abrangeu as batalhas que ocorreram entre 2016, ano de início do movimento, e 2019. As batalhas foram paralisadas devido à pandemia de Covid-19.

- **Descrição do local:**

- **Quais são as características do local e onde fica situado geograficamente?** A experiência ocorreu na Praça Irca Vitória da Fonseca, localizada em frente à Universidade Federal de Catalão (UFCAT), na cidade de Catalão (GO).

- **Eixo da experiência:**

- **Do que se trata a experiência?** Trata-se da análise da "Batalha do Setor" como um ato de territorialização e manifestação política no espaço urbano, compreendendo como jovens da periferia se apropriam do espaço público para criar um movimento sociocultural de existência e resistência.

- **Caracterização da atividade relatada:**

- **Como a atividade foi desenvolvida?** A atividade foi desenvolvida como uma competição de rimas entre MCs, organizada em fases eliminatórias nas quais o público ou um júri decide o vencedor. Os encontros foram registrados e divulgados por meio de fotos e vídeos em redes sociais.

- **Tipo da vivência:**

- **Qual foi o tipo de intervenção realizada?** Experiência de um participante ativo do movimento cultural do *hip hop*, inserida no campo da pesquisa acadêmica.

- **Público da ação interventiva:**

- **Qual o perfil ou característica destas pessoas?** O público é composto por jovens, muitos da periferia, estudantes universitários, artistas locais (MCs), e a comunidade em geral que frequenta a praça.

- **Recursos:**

- **O que foi usado como material na intervenção?** Utilizou-se equipamento de som, e houve apoio do Pub Cultura Livre para fornecimento de energia elétrica e como espaço alternativo em dias de chuva.

- **Ação:**

- **O que foi feito? E como foi feito?** Ocupação semanal da praça para a organização de batalhas de rima. A ação incluía a preparação do som, inscrição dos MCs, sorteio das chaves, e a condução do evento por um mestre de cerimônia que anima o público e apresenta os artistas.

- **Instrumentos:**

- **Quais foram as formas e materiais utilizados para coletar as informações?** As informações foram fundamentadas no relato de experiência de um participante ativo e em uma pesquisa nos registros digitais (fotos e vídeos) disponíveis nas redes sociais do movimento (Facebook, Instagram e YouTube).

- **Critérios de análise:**

- **Como ocorreu a análise das informações obtidas?** A análise foi articulada com as discussões de autores da Geografia, com ênfase no conceito de território e na teoria de David Harvey sobre o direito à cidade.

- **Ética:**

- **De quais formas houve o cuidado ético?** O texto não menciona procedimentos éticos formais, como a submissão a um Comitê de Ética em Pesquisa. A análise foi baseada na vivência de um dos autores e em registros públicos disponíveis nas redes sociais do movimento.

- **Resultados:**

- **Quais foram os resultados advindos da experiência?** O resultado principal foi a evidência de que as "Batalhas do Setor" são uma manifestação de produção de território e do exercício do Direito à Cidade.

## **Discussão**

- **Diálogo entre o relato e a literatura:**

- **Quais autores dialogaram com relato?** O relato dialogou com David Harvey sobre o direito à cidade e a urbanização capitalista, com Lefebvre sobre o espaço urbano, com Castells sobre segregação socioespacial, e com Haesbaert e Souza sobre o conceito de território.

- **Comentário acerca das informações do relato:**

- **Quais nexos complementares podem ser feitos com os dados da experiência?** O artigo estabelece nexos entre a experiência local em Catalão e a gênese do hip hop nos Estados Unidos e em São Paulo, mostrando como um movimento global é ressignificado em um contexto do interior do Brasil. Também conecta as rimas dos MCs sobre o cotidiano (transporte, racismo, violência) às teorias sobre desigualdade urbana.

## **Considerações Finais**

- **Análise das informações do RE:**

- **Quais reflexões críticas o texto fez?** O texto refletiu criticamente sobre como a juventude, por meio da cultura *hip hop*, subverte a lógica capitalista de uso do espaço urbano, que privilegia o consumo e a privatização. A batalha é apresentada como um espaço de resistência com potencial revolucionário contra a segregação e a opressão estatal.

- **Dificuldades:**

- **Quais foram os aspectos que dificultaram o processo?** As dificuldades incluíram a infraestrutura precária da praça, o consumo de drogas, casos de violência, a não aceitação por parte de moradores e ações repressivas da Polícia Militar.

- **Potencialidades:**

**Quais foram os aspectos que potencializaram o processo?** As potencialidades foram a localização estratégica próxima à universidade, que atrai diversos jovens, o apoio de patrocinadores locais e do Pub Cultura Livre, e a formação de um sentimento de pertencimento e comunidade.

## **Considerações Finais**

Podemos tecer algumas considerações, com base no texto aqui apresentado, de que o movimento dos indivíduos pela cidade é influenciado por uma série de fatores, que vão desde aspectos individuais até marcadores sociais que, muitas vezes, manifestam-se como indicadores de violência e opressão. Esta investigação científica é fundamental para o esclarecimento sobre a cultura hip hop em Catalão, ao focar nas análises geográficas das batalhas de rima enquanto um fato emergente no espaço urbano da cidade. A juventude catalana, ao ocupar o espaço público da praça, cria um espaço de lazer, troca de conhecimento e reconhecimento, subvertendo a lógica de ocupação do espaço e do lazer na cidade capitalista, em que o Estado tende a reprimir movimentos como o que ocorre na Praça do Setor.

A Batalha do Setor influencia na ocupação do espaço público pela juventude, como analisado neste estudo, mesmo que algumas

batalhas não se mantenham mais ativa. Mas há um movimento de renovação com o surgimento de novos movimentos culturais, como o que acontece no bairro Setor Universitário, em Catalão. As batalhas de MCs devem ser vistas como manifestações socioculturais que permitem aos participantes expressar suas identidades, opiniões e experiências por meio do *rap* improvisado e da cultura do *hip hop*. Ao ocuparem espaços públicos, como praças e eventos culturais, proporcionando uma voz e uma expressão cultural para os artistas e, ao mesmo tempo, atraindo a atenção das pessoas que estão presentes.

A cidade moldada pela lógica capitalista é pensada de forma que o lazer, a ocupação do espaço, se dá por meio da utilização de espaços privados, onde o objetivo é lucrar, o que acarreta a exclusão e segregação, principalmente da juventude preta e periférica de Catalão (GO). Os jovens de Catalão, unidos pela cultura do *hip hop*, que é vista como uma cultura marginal, em que, muitos desses jovens, pertencem a uma minoria social e são segregados da cidade e do lazer, veem neste lugar um ponto de possibilidade e encontro.

Assim, este artigo desempenha papel fundamental na ampliação da compreensão sobre a cultura *hip hop* em Catalão (GO). A análise geográfica da batalha de rima, um fenômeno que vem ganhando espaço na paisagem urbana da cidade, possui potencial revolucionário, pois desafia a lógica capitalista de uso do espaço urbano e abre possibilidade de novas investigações acadêmicas, não só sobre o coletivo abordado neste trabalho, mas também sobre os novos movimentos culturais e suas formas de apropriação do espaço urbano.

Este trabalho preenche uma lacuna na pesquisa existente, mas também abre caminho para futuras investigações científicas no

estudo da cultura *hip hop* catalana, assim como de outros grupos culturais suburbanos e coletivos marginalizados. Esses grupos, frequentemente esquecidos, reivindicam o espaço urbano, estabelecendo seus próprios territórios. Esta é uma maneira de assegurar sua existência e resistência em uma sociedade onde os atores dominantes e os setores conservadores muitas vezes prevalecem. Ao fazer isso, eles demonstram a vitalidade e a relevância de suas culturas e identidades.

Por fim, este trabalho não pretende ser a palavra final sobre essas discussões. Desde a década de 1970, o Movimento *hip hop* tem estado em diálogo com as lutas urbanas e as disputas narrativas, mantendo um compromisso e um histórico de luta por uma cidade que seja inclusiva para todos. Nossas cidades são marcadas pela desigualdade, no entanto, a população preta periférica tem criado seus próprios recursos, espaços e ferramentas para expressar suas vozes no espaço urbano. Acreditamos que essa discussão está longe de findar neste trabalho, pois ainda há muito a ser discutido e debatido a partir de diferentes perspectivas e vozes.

## Referências

ARCANJO, B. Catalão, 2019, Instagram: @batalhadoarcajo. Disponível em: <https://www.instagram.com/batalhadoarcanjo/>. Acesso em 20 jan. 2024.

CARNEIRO, L de O.; ITABORAHY, N. Z.; ALVES, G. R. Territorialidades e etnografia: Avanços metodológicos da análise geográfica de comunidades tradicionais. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 81–101, 2013. DOI: 10.5216/ag.v7i1.19824. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/19824>. Acesso em 23 jan. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.



DAN, R. **Cypher do Setor** - 2019 disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Zn058zxXjmY>. Acesso em 23 jan. 2024.

FOCHI, M. A. B. Hip hop brasileiro. Tribo urbana ou movimento social? **FACOM**, São Paulo, n. 17, p. 61-69, 1. sem. 2007.

GOMES, R. L. O hip hop como manifestação territorial: aspectos regionais do rap no Brasil. **Boletim Campineiro de Geografia**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 82–104, 2014. DOI: 10.54446/bcg.v4i1.168. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2537>. Acesso em 23 jan. 2024.

GOMES, C. C. O uso do território paulistano pelo Hip Hop. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, USP, 2008.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**. São Paulo, Boitempo, 2014.

HARVEY, D. **Spaces of Global Capitalism**: towards a theory of uneven geographical development. New York: Verso, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Editora UNIOESTE, 2004. p. 87-119.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades – Catalão. Rio de Janeiro: IBGE/CTR, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama>. Acesso em 10 fev. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Brasileiro 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

LEAL, Sérgio José de Machado. **Acorda Hip Hop**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1991.

LÉLIS, R. A regionalização do hip hop no Brasil sob a ótica da Geografia: horizontalidades e verticalidades. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-10, 2011.

LOURENÇO, Mariane Lemos. Arte, cultura e política: o Movimento Hip Hop e a constituição dos narradores urbanos. **Psicol. Am. Lat.** México, n. 19, 2010. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2010000100014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2010000100014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 09 abr. 2025.

MENDES, V.; COSTA, C. L. Juventude e hip hop da margem ao direito à cidade: uma reflexão em torno de práticas juvenis de ressignificação do urbano a partir do movimento Batalha do Setor: **Espaço em Revista**, v. 24, n. 2, p. 01-18, 2022.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fabio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60–77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 4 set. 2025.

OLIVEIRA, D. A. de. **Por uma significação geográfica do Movimento Hip Hop**. 2004. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

OLIVEIRA, D. A. de. **Territorialidades no mundo globalizado: outras leituras de cidade a partir da cultura Hip Hop na metrópole carioca**. 2006. 172f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PIMENTEL, Spensy Kmitta. **O livro vermelho do hip hop**. São Paulo, USP, 1997. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

PIO, B. Catalão. 2019, **Instagram**: @batalhadopio. Disponível em: <https://www.instagram.com/batalhadopio/>. Acesso em 20 jan. 2024.

RACIONAIS MCs. **Sobrevivendo no inferno** (CD). São Paulo: Cosa Nostra, 1998.

RIGHI, V. J. Ritmo e Poesia: Construção Identitária do Negro no Imaginário do Rap Brasileiro. **Tese** (Doutorado em Teoria Literária e Literaturas). Brasília: Universidade de Brasília, 2011

SANTIAGO, R. P. Da periferia ao centro: olhares sobre as transformações na relação entre cultura, economia e política no mundo contemporâneo. **Tese** (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) São Carlos, 256f (2018).

SETOR, B. Catalão, 2021, Instagram: @batalhadosetor. Disponível em: <https://www.instagram.com/batalhadosetor/>. Acesso em 18 jan. 2024.

SILVA, Glaycon de Souza Andrade. Resistência cultural: a importância das batalhas de rima como territórios fundamentais do Hip-Hop em Belo Horizonte –MG. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfnas. v. 2, n.4, p. 134-157, 2022.ISSN: 2764-1422. DOI: <https://doi.org/10.29327/243949.2.4-8>

SILVA, G. de S. A. E. A territorialização underground na metrópole: uma análise espaço-temporal dos territórios da cultura Hip-Hop em Belo Horizonte entre os anos de 1990-2009. **Ensaio de Geografia**, v. 8, n. 17, p. 59-79, 31 jul. 2022.

SILVA, Glaycon de Souza Andrade. Resistência cultural: a importância das batalhas de rima como territórios fundamentais do Hip-Hop em Belo Horizonte –MG. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfnas. v. 2, n.4, p. 134-157, 2022.ISSN: 2764-1422. DOI: <https://doi.org/10.29327/243949.2.4-8>

SILVA, G. de S. A. E. A territorialização underground na metrópole: uma análise espaço-temporal dos territórios da cultura Hip-Hop em Belo Horizonte entre os anos de 1990-2009. **Ensaio de Geografia**, v. 8, n. 17, p. 59-79, 31 jul. 2022.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 77-116.

Recebido para publicação em 10/04/2025

Aceito para publicação em 08/09/2025

# FAZER JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS: UMA ESCRITA GEOGRÁFICA CORPO-TERRITORIALIZADA COMO EXERCÍCIO DE PERMANÊNCIA

*MAKE JUSTICE WITH OWN  
HANDS: BODY-TERRITORIALIZED  
GEOGRAPHIC WRITING AS AN  
EXERCISE OF PERMANENCE*

*HACER JUSTICIA CON LAS  
NUESTRAS MANOS: LA ESCRITA  
GEOGRÁFICA CUERPO-  
TERRITORIALIZADA COMO  
EJERCICIO DE PERMANENCIA*

Victor Dantas Siqueira Pequeno  
Universidade Federal do Paraná  
victorpequenogeo@gmail.com

## Resumo:

Solicito com este manuscrito a sua leitura para com o debate sobre o saber-fazer geográfico, o racismo estrutural na Pós-Graduação brasileira e a intelectualidade negra. Debate sustentado teórico-conceitualmente pela concepção feminista comunitária de Corpo-Território e suas repercursões na ciência geográfica brasileira. Empiricamente, registro algumas experiências pessoais que ocorreram no território universitário (e para além deste) para argumentar sobre a facilidade de perpetuação das assimetrias raciais quando não há um projeto político que viabilize a construção de um currículo de resistência que garanta, minimamente, a permanência de estudantes racializados/as e em situações de vulnerabilidade econômica. Metodologicamente, amparo-me na revisão narrativa, na análise de discurso proposta por Eni Orlandi e na prática da escrivência aprendida com Conceição Evaristo. Para não encerrar o debate, e com a disposição para fazer justiça com uma escrita corpo-territorializada, sugiro alguns estágios de travessia para devir, tornar-se e permanecer.

**Palavras-chave:** Raça; Gênero; Corpo-Território; Políticas Afirmativas; Trajetória Acadêmica.

Terra Livre

São Paulo

Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025

ISSN: 2674-8355



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

With this manuscript, I would like you to read the debate on geographical know-how, structural racism in Brazilian postgraduate programmes and black intellectuality. The debate is supported theoretically and conceptually by the feminist community conception of Body-Territory and its repercussions on Brazilian geographical science. Empirically, I record some personal experiences that occurred in the university territory (and beyond) in order to argue about how easy it is to perpetuate racial asymmetries when there is no political project that makes it possible to build a curriculum of resistance that minimally guarantees the permanence of racialized students in situations of economic vulnerability. Methodologically, I base myself on the narrative review, the discourse analysis proposed by Eni Orlandi and the practice of *escrevivência* as learnt from Conceição Evaristo. In order not to end the debate, and with the intention of doing justice with a body-territorialized writing, I suggest a few stages of crossing over in order to become, come to be and remain.

**Keywords:** Race; Gender; Body-Territory; Affirmative Politics; Academic Career.

**Resumen:**

Con este manuscrito, me gustaría solicitar su lectura con el debate sobre el saber-hacer geográfico, el racismo estructural en los programas de posgrado brasileños y la intelectualidad negra. El debate se sustenta teórica y conceptualmente en la concepción comunitaria feminista del Cuerpo-Territorio y sus repercusiones en la ciencia geográfica brasileña. Empíricamente, registro algunas experiencias personales ocurridas en el territorio universitario (y más allá) para argumentar sobre lo fácil que es perpetuar las asimetrías raciales cuando no existe un proyecto político que posibilite la construcción de un currículo de resistencia que garantiza, mínimamente, la permanencia de estudiantes racializados/as en situación de vulnerabilidad económica. Metodológicamente, recorro a la revisión narrativa, al análisis del discurso propuesto por Eni Orlandi y a la práctica de la *escrevivencia* aprendida de Conceição Evaristo. Para no acabar con el debate y con la voluntad de hacer justicia con una escrita cuerpo-territorializada, sugiero algunas etapas de travesía para llegar a ser, devenir y permanecer.

**Palabras-clave:** Raza; Género; Cuerpo-Territorio; Políticas Afirmativas; Trayectoria Académica.

## Introdução

Este é um texto com muitas entradas e saídas. Um texto-manifesto. Um texto-voz. Um texto conscientemente intencionado para rasurar e borrar alguns limites éticos-políticos e determinadas fronteiras teórico-conceituais. Sem perder de vista o rigor metodológico, claro. Um texto prenhe de outros textos que já escrevi e venho escrevendo nos últimos 18 meses. É científico, e ao mesmo tempo emocional. É geográfico, mas não somente. É celebrativo, ao mesmo tempo denunciante.

Escolhi escrevê-lo após a ocasião da defesa da minha dissertação (Pequeno, 2025), de modo que, algumas ideias aqui apresentadas foram derivadas e adaptadas tendo em mente as afetações daquela tarde de 26 de fevereiro de 2025. Trata-se, portanto, de um texto amparado pela revisão narrativa (Ribeiro, 2014) da bibliografia previamente identificada (em periódicos científicos) e selecionada (títulos e resumos como critérios). Ademais, o tratamento desta e a composição dos argumentos ocorreu via análise de discurso inspirada nas proposições de Eni Orlandi (2005) que afirma que qualquer descrição é dependente de uma interpretação. Assim, ao envolver-me com o objeto e/ou referente teórico, interfiro imediatamente no mesmo, deslocando-me da posição de leitor para analista.

E do que se trata o presente texto? Trata-se de uma vontade pessoal em estabelecer e defender uma crítica para com a gestão do currículo universitário e as políticas afirmativas na Pós-Graduação em Geografia que afetam estudantes racializados(as) em situações de vulnerabilidade econômica. Para tanto, amparo-me conceitualmente nas epistemologias feministas, especialmente, as

que deram origem aos Feminismos Comunitários (Ulloa, 2016; Sacavino, 2016; Paredes, 2019). Argumento a partir das abordagens múltiplas de corpo-território que, quando se é negro(a) e se vive em condições de vulnerabilidade, as circunstâncias para garantir o direito de circular, permanecer e pertencer (princípios elementais para políticas de resistências com corpo-território) na Pós-Graduação, são emocionalmente e existencialmente proporcionais aos desafios e encruzilhadas (Petronilio, 2020; Filgueira, 2022) para tornar-se negro (Souza, 1983) na Universidade.

Diante disso, engajo-me pessoalmente para fundar aqui uma escrita corporificada vide os aprendizados com Conceição Evaristo e a sua proposta de escrevivência (Evaristo, 2020), para então, fazer justiça com minhas próprias mãos ao assumir a condição de autor (Diniz, 2024) dos conhecimentos que derivam da realidade que me atravessa, me constitui e me desassossega diariamente. Sigo, enfim, o conselho de Grada Kilomba (2019) para quem a transformação se inicia quando mudamos nossa perspectiva de *“O que o racismo fez comigo”* para *“O que fazemos com o racismo”*.

Além desta introdução, o presente manuscrito foi composto por três seções, ao mesmo tempo teóricas e empíricas. O modo como tais são iniciadas e (não) encerradas, as tornam como seções em aberto, para ir e voltar sem a pressa e ansiedade de encontrar “a resposta”, pois, outro conselho da Grada Kilomba (2019) que eu exercito *aqui* é que não há “a resposta”. É sobre seguir o fluxo da travessia. Parar quando necessário. Continuar quando houver vontade. Gostaria de se juntar?<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Agradeço a leitura atenciosa e a avaliação cuidadosa da dupla avaliadora deste manuscrito. Grato também por todas as indicações bibliográficas para o aprimoramento da minha escrita e o amadurecimento dos meus estudos.

## Corpo-Território: uma política de resistência?

Antes de tudo, arrisco-me na seguinte síntese: o corpo-território instrumentaliza uma política radical na medida em que redireciona a crítica às assimetrias e/ou desigualdades socioespaciais e econômicas com enfoque nas explorações (da terra e do corpo) e opressões (racismo, misoginia, homofobia, xenofobia etc.) operadas via colonialidade do poder e de gênero (Quijano, 2005; Lugones, 2014) e instituídas pelo patriarcado cruzado (Paredes, 2015) e o supremacismo branco local-global (Bento, 2022).

Desta feita, os Feminismos Comunitários ao anunciarem o corpo-território como política radical frente ao modo de produção vigente que perpetua inúmeras explorações e opressões, a crítica adjacente que daí decorre é o questionamento da política de gênero que comumente se afasta das políticas de racialidades e que é partidária de políticas econômicas da classe dominante. Quem melhor explica isso é a indígena aymara e ativista Julieta Paredes Carvajal:

[...] é difícil revolucionar a construção de saberes apenas a partir da discussão da categoria de gênero, que é o espaço para a discussão de um feminismo neoliberal e liberal. É um espaço extremamente pequeno e mesquinho, com relação a todo o potencial das mulheres. É mesquinho porque o sistema patriarcal é reducionista, ignorante e predador de tudo de novo que é criado. **O questionamento epistêmico de nossos povos deve ser proposto de maneira que seja um diálogo útil para as lutas dos povos do mundo** (Paredes, 2019, p. 79, grifos meus).

Povos do mundo que estabelecem a comunidade territorial sem limites e/ou fronteiras. E sendo a comunidade o princípio que



rege toda pauta e projeto derivados das experiências em comunhão, o corpo-território é enunciado e inscrito como tática de enfrentamento e de ajuntamento das experiências, sobretudo, de mulheres indígenas e racializadas da oficial América Latina e da ancestral Abya Yala<sup>2</sup> que, quando organizadas, percebem que suas vulnerabilidades e precariedades que identificam em seus cotidianos respondem a uma experiência coletiva, a saber: a opressão dos povos originários (corpo) e a exploração da terra (território) como necessárias para a reprodução do capital.

A totalidade desse fato (exploração e opressão via capital) realiza-se localmente, em Abya Yala, e por isso, todas agendas feministas comunitárias são comuns a todas as experiências femininas (e masculinas) de Abya Yala. O que varia são as táticas de luta e/ou enfrentamento que são dadas pelas condições materiais, político-econômicas, culturais e espirituais de cada tempo-espço. Indispensável, portanto:

[...] falar de feminismos comunitários em plural, porque cada um desses grupos enriquece, desde o seu local, com suas próprias realidades e experiências singulares, o tecido de resistências que formam em conjunto. Os feminismos comunitários são movimentos de ação política, em contínua reconstrução que unificam as lutas pela despatriarcalização, a decolonialidade e o antineoliberalismo no contexto do mundo atual globalizado (Sacavino, 2016, p. 100).

Na Bolívia, por exemplo, o impulso feminista de significativa repercussão foi verificado a partir da década de 1980 (Malheiros,

---

<sup>2</sup> Léxico constituinte do tronco etnolinguístico kuna que significa “terra madura” e atribuído aos territórios do que hoje conhecemos como América Latina.

2023). Alguns projetos que definiram tal período foram encabeçados pelo coletivo Mujeres Creando, criado em 1992 e reconhecido a partir de sua agenda política radical antineoliberal, anarquista e enquanto feminismo lésbico-indigenista e que teve entre suas lideranças, María Galindo e Julieta Paredes Carvajal.

[...] Mujeres Creando es parte de la historia del feminismo autónomo en Bolivia, de ellas hemos bebido rebeldía, pensamiento, transgresión y unas ganas locas, incontenibles, de cambiar el mundo, de llenarnos de amor y lucha. Todo empezó con la comunidad. El año 90 nació la Comunidad Creando en el barrio Las Delicias (La Paz, Bolivia), hicieron la Despensa de la Abuela con alimentos naturales para el barrio y el Panal de las Abejitas espacio pedagógico para las niñas, las wawitas. En marzo del 92, Julieta, María y Mónica hicieron Mujeres Creando, meses después publicaron el libro ¿Y si fuéramos una espejo de la otra? Por un feminismo no racista, proponían como metodología la mujer como ser autobiográfico que recupera y escribe su propia historia desde su cuerpo, hablaban de la complementariedad mujer-mujer en la diferencia y de la liberación en comunidad [...] (Paredes; Guzmán, 2014, p. 50-51).

Das ações efetivadas pelo movimento Mujeres Creando, houve uma ofensiva direta, em meados de 2000, para com a política neoliberal do Governo de Sánchez Lozada que aplicou um programa intensivo de privatização e estabilização monetária na Bolívia. A reação dos movimentos sociais, entre os quais, Mujeres Creando, foi significativa e eficaz na derrubada do referido governo em 2003.

Como comunidad Mujeres Creando comunidad estuvimos luchando en la masacre de octubre de 2003, mas llamada guerra del gas, junto a las mujeres de los barrios, de las juntas vecinales, junto a las wawas, en El Alto y en La Paz, cansadas del neoliberalismo y del gringo Sánchez de Lozada genocida y ladrón - que entregó los recursos de

Bolivia a las transnacionales - y hoy vive cómodamente bajo la protección del gobierno de los EEUU. Estuvimos en la calle, en el paro de más de 31 días, resistiendo, debatiendo, cocinando, con rabia pero soñando, mientras la clase media se ponía en huelga de hambre en las iglesias pidiendo solución al conflicto o tal vez protegiéndose del “retorno de las indias y los indios”, que llegaban de las comunidades para sostener las movilizaciones (Paredes; Guzmán, 2014, p. 53).

Na Colômbia, a conjuntura que implicou uma agenda feminista comunitária, tem a ver com a indústria de mineração e o extrativismo etnocida denunciado por vários coletivos de mulheres indígenas e racializadas de todo o país. A saber, a antropóloga e geógrafa Astrid Ulloa (2013; 2016) há muito tem se dedicado nos estudos sobre as mudanças climáticas, os crimes ambientais provocados pelo extrativismo e pela indústria de mineração que descaracterizam a governança territorial do país e que, conseqüentemente, afetam a população mais vulnerável e dependente da terra que foi expropriada: os povos originários e afrodescendentes.

[...] los pueblos indígenas y sus territorios colectivos están siendo vulnerados por el ejercicio de la violencia por parte de diversos actores locales, regionales, nacionales y transnacionales, los cuales muchas veces están asociados a la extracción de recursos, caso específico la minería. Entre estos actores destaco la presencia de las guerrillas y las autodefensas, las cuales a través de la violencia han generado confinamiento, desplazamientos, asesinatos selectivos y masacres entre los pueblos indígenas, afectando su control territorial. Estos procesos fragmentan y desestructuran las autonomías locales (Ulloa, 2013, p. 119-120).

Dado o quadro geral do país colombiano e os sintomas locais que perpetuam os conflitos territoriais sob efeito do capitalismo racial e extrativista, Astrid Ulloa (2016) nos convoca para elaboração de estudos e/ou diagnósticos mais horizontais a respeito da associação da indústria extrativista para com a violência de gênero, a fim de que seja estabelecida:

[...] una mirada más diferenciada que incluya aspectos territoriales, ambientales, políticos, económicos, culturales y sociales para poder dimensionar los efectos que se dan tanto en hombres como en mujeres en diversas escalas: cuerpo, territorio y lo no humano, e interdependencias locales-nacionales-transnacionales. Consecuentemente, es necesario plantearse el análisis de la relación de los extractivismos con los pueblos indígenas y afrodescendientes, dada su importancia en los procesos actuales de acción política de grupos étnicos [...] (Ulloa, 2016, p. 125).

Reconhecidas tais interdependências, a pesquisadora nos sugere um percurso teórico-metodológico que pode viabilizar a edificação da pretendida agenda política de resistência:

Considero que procesos políticos tanto de hombres como de mujeres, que se han extendido en América Latina, se pueden entender desde una perspectiva feminista del espacio, la cual posiciona tanto otras geopolíticas, una alter-geopolítica, como visiones territoriales alternativas y procesos de cuidado en diversas escalas, empezando por el cuerpo-territorio (Ulloa, 2016, p. 126).

Outro caso que merece nota, são as experiências das mulheres do povo mapuche na Argentina, especificamente, na província de Neuquén, esta que foi estudada pela pesquisadora Suyai Gualda (2016). De acordo com a autora, o movimento mapuche se organiza a

partir de três princípios: a luta pela terra, a luta pela autonomia e pela identidade. Estes

[...] tres ejes han servido como aglutinadores o elementos estructurantes de la resistencia y lucha en defensa de los derechos colectivos indígenas en esta región. En la actualidad han cobrado vital relevancia los conflictos territoriales asociados a la explotación de hidrocarburos en áreas habitadas tradicionalmente por comunidades mapuce. En este marco, los/as indígenas han alcanzado un importante protagonismo en la escena del debate público-político (Gualda, 2016, p. 16).

As circunstâncias de exploração e opressão que atingem o povo mapuche na referida província argentina têm sido reagidas coletivamente dada a solidariedade e engajamento de demais povos originários de Abya Yala que, segundo a pesquisadora, compartilham de uma mesma cosmovisão: o “buen vivir”. Do *buen vivir* são idealizados projetos e políticas de resistência vide as experiências locais e condições materiais. Assim sendo: “[...] En el caso que nos compete, los/as mapuce han elaborado y debatido profundamente en torno a la idea de *Kvme Felen*, es decir, de un sistema de vida autónomo para el pueblo/nación mapuce [...]” (Gualda, 2016, p. 17).

Das práticas que atestam o corpo-território como parte do *Kvme Felen*, tradição que organiza a vida do povo mapuche na Argentina, Suyai Gualda (2016) nos conta que:

[...] Todas las personas adquieren características propias y distintivas acordes al espacio territorial en el que se desenvuelven y a las fuerzas que allí se encuentran. Es por ello que cada familia cuenta con *Tuwvn* (origen territorial) y *Kvpan* (origen familiar), los cuales determinan el Az, es decir la identidad de cada Ce (persona). Indudablemente, es en el espacio del territorio comunal donde se generan y regeneran socialidades, allí se

territorializa/corporiza el discurso [...] (Gualda, 2016, p. 24, grifos da autora).

A situação do povo mapuche marcado pela expropriação de terra, crimes ambientais e violência de gênero, requer, segundo Suyai Gualda (2016), nossa atenção para a atuação das mulheres mapuche vide as políticas de resistência criadas que evidenciam que, há sim o que fazer. A inércia dá lugar a radicalidade quando verificamos que:

[...] las mujeres mapuce han logrado resignificar su rol dentro de las comunidades mapuce, han recuperado el espacio público de decisión política— y han puesto en jaque a la opresión que desde hace siglos padecen. En este sentido, el sistema de vida autónomo es una clave fundamental, pues en el Kvme Felen las mujeres proyectan un futuro que las contempla y las alienta a continuar por la senda de la participación, las motiva a tomar la palabra y a ser verdaderas lideresas del pueblo/nación Mapuce (Gualda, 2016, p. 33).

Já na Guatemala, as políticas de resistência de mulheres indígenas resultaram no coletivo *Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario* criado em 2015.

[...] un 12 de octubre de 2015, nació la red con el nombre de *Tzk'at*, Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario desde Iximulew Guatemala. Al principio la formamos tres mujeres y luego se sumaron otras compañeras, hasta llegar a ser diez mujeres defensoras de la vida en 2016; todas indígenas que abrazan la propuesta feminista comunitaria territorial en Guatemala; todas defensoras de la vida, particularmente de los derechos de las mujeres indígenas y de los bienes naturales (Cabnal, 2017, p. 100).

Dentre as cofundadoras e dirigentes do referido movimento, a indígena-militante Lorena Cabnal (2017) nos informa que a tradição *Tzk'at* que rege a agenda política da *Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitário* é oriunda da cosmogonia maia. Assim como na experiência boliviana e argentina, os Feminismos Comunitários em Guatemala atuam frente ao entroncamento patriarcal, de modo que:

[...] muchas de las integrantes de Tzk'at, y también otras defensoras territoriales, además de luchar contra la violencia estructural institucionalizada, se enfrentan a todas las expresiones del patriarcado y del machismo en sus comunidades, familias y en algunas dirigencias de los movimientos indígenas y sociales (Cabnal, 2017, p. 101).

No âmbito da política estatal que opera sob o mando do neoliberalismo e da indústria extrativista, as feministas comunitárias guatemaltecas denunciam:

[...] diversas formas de violencia contra las mujeres y otras del capitalismo racista neoliberal, que negocia los territorios ancestrales con el Estado. Este, con el fin de promover la inversión extranjera, concede licencias de explotación de bienes naturales sin consultar con las comunitarias originarias. Los riesgos que afrontan estas mujeres incluyen violencia sexual y amenazas de muerte (Cabnal, 2017, p. 101).

Nesse cenário arquitetado e administrado via colonialidade do poder e de gênero (Quijano, 2005; Lugones, 2014) e que tem como saldo os crimes ambientais, a destituição de direitos e despossessão de terras-territórios, a *Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitário* há muito vem se comprometendo com:

[...] la acción política de defensa territorial y del cuerpo, con la lucha por el derecho al agua, la defensa de los ríos, bosques y montañas, de la autonomía alimentaria, de los saberes ancestrales de las abuelas comadronas, así como contra las hidroeléctricas, la minería y la violencia contra las mujeres, las niñas y los niños (Cabnal, 2017, p. 101).

Por fim, outra proposta de corpo-território por demais original, e que tem fomentado debates sobre a descolonização epistêmica nas/das Geografias Feministas, é a da geógrafa equatoriana Sofia Zaragocin. Diante das conjunturas político-econômicas e os conflitos socioculturais que redefiniram cotidianos latino-americanos (com ênfase na realidade do Equador), Sofia Zaragocin (2018) constatou uma possibilidade de leitura crítica para com tais dinâmicas, a partir da interlocução de pautas que versam sobre territorialidades feministas e as territorialidades hídricas. Para tanto, tomou como base os fundamentos teórico-conceituais derivados de processos hidrossociais, da ecogeopolítica da água e da água-território.

A inventividade crítica da autora comparece na chave conceitual e interpretativa, a saber, água-corpo-território, qual foi apresentada e detalhada no texto “Espacios acuáticos desde una descolonialidad hemisférica feminista” (Zaragocin, 2018). Neste, foram expostas quatro perguntas que serviram como itinerários reflexivos para o raciocínio teórico-conceitual da autora. Notemos:

[...] ¿podemos hablar en clave feminista sobre el espacio acuático?, ¿pueden los espacios acuáticos reflejar el espacio heteronormado en el que vivimos?, ¿podríamos hablar de procesos de masculinización o re(patriarcalización) del espacio



acuático?, ¿y qué de la violencia de género territorializada? (Zaragocin, 2018, p. 8).

Tais interrogações conjugam a pergunta central do estudo qual seja: “[...] ¿los espacios acuáticos, ameritan una nueva manera de redireccionar y comprender los debates feministas sobre el territorio? [...]” (Zaragocin, 2018, p. 9). Em outras palavras, o objetivo da autora foi o de registrar/ilustrar as correspondências entre corpo-território e água-território, e como tais podem vir a ser ferramentas transformativas em termos culturais, políticos e, principalmente, epistemológicos.

Fundamentada nas ideias da pesquisadora estadunidense Lauren Berlant, a geógrafa Sofia Zaragocin (2018) sugere-nos que a relação morte-corpo-território é fecunda para pensarmos a relação água-corpo-território, ambas complementares e interdependentes. Mais precisamente, “[...] Eso significa que la inseparabilidad entre conflictos de agua con procesos de territorialidad incluya al cuerpo, y en particular al cuerpo-territorio [...]” (Zaragocin, 2018, p. 16). Daí que germina “[...] el concepto de agua-cuerpo-territorio, donde el cuerpo como primer territorio, ontológicamente conectado con el agua, alcanzaría otra dimensión de territorialidad [...]” (Zaragocin, 2018, p. 16). Ademais:

[...] En esta definición se enfatiza la escala de lo cotidiano y la posibilidad de mapear las emociones sobre el espacio acuático. Mientras que el vínculo entre agua-cuerpo-territorio aquí presentado, aseguraría que el espacio acuático logre un encarnamiento que visibilice los efectos de los espacios acuáticos sobre los **cuerpos racializados** (Zaragocin, 2018, p. 14, grifo meu).

O grifo em destaque nos auxilia a entender que a água-corpo-território reivindica autogestão comunitária e denuncia o racismo em sua expressão ambiental tão latente na contemporaneidade e que se mostra como um dos estágios do capitalismo racial (Vergès, 2020). Isso porque, é preciso ter em mente que as mudanças climáticas colocaram em evidência as disputas pela água e demais recursos naturais no mundo.

Não é coincidência que países localizados na dita América do Sul são os que mais apresentam conflitos territoriais entre capitalistas e autóctones e afrodescendentes, ao mesmo tempo que, são nestes países que as missões de “reparar” os danos das mudanças climáticas com as famosas agendas visionárias são encabeçadas e disputadas tanto por parte do campo político de direita quanto o de esquerda, e sem nenhuma participação ativa da população pertencente por direito.

É urgente, pois, uma política radical que restaure a soberania dos povos autóctones. Uma política radical que conjugue princípios como os que foram destacados por Sofia Zaragocin (2018), a fim de tratar os territórios como espacialidades indeterminadas, logo, territórios comuns para comuns.

Em sentido epistemológico, água-corpo-território como marcador político, de gênero, raça e identidade suficientemente capaz de instrumentalizar críticas e concepções outras de tempo, espaço, consciência, propriedade e produtividade.

Para além dessas experiências detalhadas, há projetos feministas comunitários por toda Abya Yala. Uma diversidade de políticas de resistência que inspiram e mobilizam agendas feministas comunitárias no México (Marinis, 2020), na Nicarágua (Rodríguez;

Sánchez; Flores; Cedeño, 2020), no Peru (Reis; Almeida, 2022), Chile (Vega; Calderón-López, 2024) e demais territórios.

Isso registrado, nos últimos dez anos, tem se verificado no Brasil uma significativa repercussão das concepções feministas comunitárias nos trabalhos de geógrafas e geógrafos que pensam as disputas no território e o corpo como agente transformador do espaço, ou ainda, corpo como categoria geográfica. Geógrafas e geógrafos que têm feito uso teórico-político do corpo-território para providenciar críticas e propostas minimamente comprometidas com a realidade brasileira, sobretudo, as experiências dos povos indígenas e afrodescendentes.

Uma adesão expressiva por parte das Geografias Feministas (Chaves, 2021; Silva; Santos, 2021; Oliva, 2022; Oliveira, 2024) e das Geografias Negras (Rodrigues; Ratts, 2008; Caxias, 2022; Cunha, 2022), e que ressoou na Geografia Política (Mondardo, 2021, 2022; Porto-Gonçalves, 2012, 2015), bem como na Geografia Crítica (Haesbaert, 2020), Geografia Agrária (Mota, 2015, 2017) e no Ensino de Geografia (Miranda, 2018; 2021; Rocha, 2022 ; Silva; Miranda, 2023). Perceber isso, me encorajou ainda mais a adaptar o corpo-território na minha pesquisa como conceito-raíz.

Avancemos para a seção seguinte, na qual pretendo lhe aproximar das repercussões dos conhecimentos e saberes feministas comunitários na Geografia brasileira, com enfoque nas declarações advindas da Geografia Crítica e da Educação Geográfica.

### **Corpo-Território para qual Geografia?**

Entre as intelectualidades que atuam na Geografia brasileira, e que tem se dedicado no “fazer geografias” com corpo-território,

destaco o esforço do geógrafo Rogério Haesbaert (2020) que reuniu as distintas acepções teóricas e culturais que conferem ao corpo-território a qualidade de um conceito plural e polissêmico. No resgate das bases epistêmicas oriundas de cosmovisões indígenas e afrodescendentes de Abya Yala, o geógrafo verificou que as interpretações e conceituações do corpo-território nas/entre Geografias latino-americanas, diferentemente das acepções europeias, por exemplo, valorizam aspectos e funções outras que derivam do simbólico, do ancestral e/ou espiritual.

A conceituação de território em nosso contexto vai muito além da clássica associação à escala e/ou à lógica estatal e se expande, transitando por diversas escalas, mas com um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência dos grupos subalternos, especialmente os povos originários. Desdobram-se assim desde os territórios do/no corpo, íntimo (a começar pelo ventre materno), até o que podemos denominar territórios-mundo, a Terra como pluriverso cultural-natural ou conjunto de mundos – e, conseqüentemente, de territorialidades – aos quais estamos inexoravelmente atrelados [...] (Haesbaert, 2020, p. 76).

No texto intitulado “Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): contribuições decoloniais”, Rogério Haesbaert (2020) explanou suas interpretações acerca das concepções derivadas de coletividades e comunidades de mulheres indígenas acerca do corpo-território e da terra como um corpo, bem como sugeriu quatro acepções, a saber: corpo como território, território do/no (interior do) corpo; o território como conjunção de corpos (populações) e o

território-corpo (da terra). Com destaque para a última, o geógrafo nos diz que:

[...] Trata-se da concepção que, como que invertendo o raciocínio em torno do corpo-território, considera a própria terra (neste caso, componente indissociável do território) como corpo, ampliando em muito, metaforicamente, a concepção comumente difundida de corporeidade. Podemos propor denominá-lo simplesmente “território-corpo”, na medida em que, desde sua origem etimológica, o território está ligado ao domínio e/ou apropriação da terra, da chamada primeira natureza [...] (Haesbaert, 2020, p. 82).

O território-corpo (da terra) é concebido com correspondências diretas com corpo-território, ao mesmo tempo com particularidades. A distinção entre as concepções se dá na medida em que: “[...] Enquanto o “corpo-território” vê o corpo (especialmente o corpo da mulher) no seu conjunto como nosso primeiro território, o “território do/no corpo” admite a territorialidade dos próprios órgãos que o compõem [...]” (Haesbaert, 2020, p. 82). Em outras palavras, a diferença está condicionada à ênfase dada ao conteúdo-fenômeno que queremos exprimir.

A diferenciação aqui proposta entre corpo-território e território-corpo (da terra) envolve apenas uma questão de ênfase, pois se trata sempre de uma perspectiva relacional, ora privilegiando a direção que vai do corpo-território à terra, ora da terra-território ao corpo. Por isso, esses movimentos encontram-se imbricados de forma indissociável [...] (Haesbaert, 2020, p. 82).

Nesses termos, o autor nos sugere a compreensão do território-corpo como a conjugação, junção e interdependência entre corpos-afetos com o espaço de con-vivência (a aldeia, a comunidade,

o quilombo, o assentamento, a casa, o quintal, a roça etc.), e que a(s) significação(ões) deste elo seja estabelecida de maneira plural e não-dicotômica (Haesbaert, 2020). Não somente. O território-corpo compreendido como aquilo que se realiza num viver-agir natural, material, simbólico e espiritual.

Para além de uma interpretação crítico-geográfica do corpo-território, julgo necessária para a problemática aqui tratada, a proposição de corpo-território para uma educação geográfica e/ou um ensino de Geografia em movimento.

Estou me referindo aos estudos de Eduardo Miranda (2018) que, diferentemente de Haesbaert (2020), celebram a resistência e ancestralidade afro via agência individual, sugerindo que o primeiro corpo-território que devemos reivindicar e tomar posse é o nosso próprio.

A proposta de Eduardo Miranda (2018) conjuga elementos outros que também atribuem um caráter plural e polissêmico para sua noção de corpo-território, haja vista a contribuição das teorias anticoloniais, dos Feminismos Negros, do Panteão Africano, da pedagogia freiriana e da arte-poesia de Jacques Gauthier. Dentre as acepções consideradas, o corpo-território como movimento constante.

[...] a dimensão da categoria corpo-território, a qual propicia ao indivíduo entender o que está ao seu redor a partir do seu próprio corpo, de si mesmo, sua posse sobre o seu corpo, assim como uma territorialidade em constante movimento que para onde se desloca carrega consigo toda a bagagem cultural construída ao longo das suas itinerâncias [...] (Miranda, 2018, p. 67).

Movimentar-se corpo-territorialmente e/ou mover-nos com, por e através do nosso corpo-território, implica em/na alteridade(s). Aliás, é em/na alteridade (ser/estar com outro), a condição por

excelência para existir e fazer-se corpo-território, conforme sugere Eduardo Miranda (2021):

[...] Posto que nosso corpo-território é criado por disputas de poder, deixar sentir o toque do outro é justamente o momento no qual se evidencia nossa posse sobre nosso território subjetivo. A mão de uma outra pessoa, desconhecida, consegue constranger, criar um desconforto: liga-se um sistema de alerta. Isso é imprescindível para criar uma instabilidade inicial, mas que com acordos e permissões levam [eu e] o grupo a sentir a confiança entre os corpos-territórios (Miranda, 2021, p. 472).

Enfim, seja como projeto coletivo ou individual, a atitude de geografar com corpo-território permite encontrar possibilidades de transformação epistêmica, de reconfiguração de estruturas e organizações sociais, culturais e econômicas, e o fortalecimento de políticas de resistência para reafirmação de identidades. É, pois, com e por entre o (meu) corpo-território, que assumo um compromisso individual-coletivo de caráter científico-político, anticolonial-feminista e *queer* que me incita (e excita) a criar, inventar, rasurar ideias e elaborar críticas tendo no horizonte uma outra acepção e valor de corpo-território na Geografia: o corpo-território como/para um currículo de resistência.

### **Corpo-Território para um currículo de resistência na Geografia?**

Na sua crítica ao currículo vigente na educação básica, e a aposta no corpo-território como uma proposta teórico-metodológica e pedagógica para destruir o *modus operandi* educativo prescrito por

àquele, a geógrafa-educadora Angelita Rocha (2019) chama nossa atenção para:

[...] não bastaria descolonizar, seria preciso ainda uma autodescolonização, uma ruptura com uma pretensa universalidade abstrata e alheia ao sofrimento dos corpos vulneráveis. Dito de outra forma, um currículo resistente a partir do corpo-território requer inventar a escola como lugar de encontro dos diversos vulneráveis e maestros de uma autodescolonização, pois **o currículo de resistência** interroga os processos colonizadores de saberes e, mesmo sendo a escola um lugar de passagem dos alunos e das alunas, ela merece ser **um lugar de encontro que potencialize esses corpos e suas territorialidades** (Rocha, 2019, p. 57, grifos meus).

Concordo plenamente com o argumento da autora, e acrescento que um currículo de resistência é também necessário e urgente nas universidades, nos regimentos internos dos cursos de graduação e pós-graduação, nas pautas do colegiado, nas ementas e bibliografias das disciplinas, na política estudantil dos centros e diretórios acadêmicos, nas assembleias, nas secretarias de assistência estudantil e demais setores que sustentam a plataforma acadêmica. Tudo isso porque a Universidade brasileira ainda segue sendo um lugar de encontro para grupos restritos, identificáveis por sua renda, classe social (média/alta) e por sua identidade racial (brancos/as em maioria), ao passo que é, ao mesmo tempo, um lugar de desencontro para uma significativa quantidade de estudantes, aqueles/as que não usufruem dos benefícios proporcionados pelos marcadores em destaque.

Se estou em afirmar que, na original concepção de corpo-território das feministas comunitárias, a impossibilidade de agir, mover-se, circular, se expressar, reproduzir-se e produzir



conhecimentos, direito de posse e pertencimento são as demandas mais centrais de toda política de resistência a ser criada, na Universidade brasileira, quem é o sujeito ou quem são as pessoas que têm direito a agir, a mover-se, circular, se expressar, reproduzir-se e produzir conhecimentos, enfim, direito de pertencer?

Há vários exemplos que caracterizam quem são as pessoas na Universidade brasileira agraciadas e privilegiadas por tais condições, e as pessoas que não são contempladas e sofrem com a negação e invisibilização de suas demandas quando não reconhecidas como legítimas. Vou me ater ao exemplo que mais me afetou nesses últimos dois anos, a política de cotas universitárias, no intuito de mostrar para *você* como o corpo-território insurge em tais circunstâncias.

Em linhas gerais, a política de cotas no Ensino Superior brasileiro foi implantada em 2012 e é regulamentada pela Lei nº 12.711/2012. Após atualização no ano de 2023<sup>3</sup>, atualmente, a Lei prevê a distribuição das vagas de cada curso (Graduação e Pós-Graduação) das universidades e/ou instituições de ensino superior para estudantes oriundos da rede pública de ensino, de renda per capita familiar de um salário-mínimo, estudantes negros (pretos e pardos), pessoas com deficiência (PCD), indígenas e quilombolas.

O aparato jurídico garantido pela referida Lei, no que tange a Pós-Graduação, orienta também a distribuição de bolsas de acordo com os mesmos marcadores de vulnerabilidades. Isso reflete na política interna da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de

---

<sup>3</sup> Para saber mais detalhes, acesse: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-inclui-pos-graduacao-na-lei-de-cotas>

Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>4</sup> que recomenda às pró-reitorias e coordenações dos cursos a estabelecerem os critérios de distribuição de bolsa considerando os marcadores de vulnerabilidade social destacados.

Quando ingressei no mestrado, eu não sabia nada disso. Também não sabia que no programa em que ingressei, desde que a Lei foi publicada em 2012, não houve nenhuma modificação no regimento interno do curso quanto a distribuição de bolsas. Quando finalmente conheci os rostos das pessoas que foram agraciadas com a bolsa do mestrado e fiz uma relação com o resultado final do edital que eu havia concorrido, me dei conta de que, os últimos colocados, eram dois estudantes negros seguidos por uma estudante negra. Eu estava em 10º lugar da lista.

Isso só se tornou um incômodo após eu ter lido o livro “E eu não sou uma mulher?” da bell hooks (2023 [1981]) em que é argumentado que em determinados setores, a mulher negra tem sempre um lugar reservado na base. Mas, a mudança radical de pensamento, acompanhada da raiva, só aflorou em mim quando li “O pacto da Branquitude” da Cida Bento (2022). Aos poucos eu fui me tornando um estudante observador e provocador ao ponto de alfinetar os/as colegas brancos/as sobre o que pensavam a respeito da distribuição de bolsas.

Lembro que numa manhã de abril, após o término da aula, convidei uma colega doutoranda (que é branca) com quem eu já vinha estabelecendo um vínculo, e um colega mestrando (que também é branco) para almoçarmos no Restaurante Universitário (RU). Na

---

<sup>4</sup> Para mais detalhes, acesse a Portaria nº 92, de 27 de Março de 2024. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=14562#anchor>.

tentativa de ser sutil, perguntei ao colega se ele havia recebido alguma informação sobre a distribuição de futuras bolsas, haja vista que dos onze solicitantes na época, só cinco pessoas haviam sido contempladas. Na ocasião, ele disse que a coordenação havia previsto bolsas para o mês de maio daquele ano. Eu respondi ressaltando o fato do currículo dele ter tido uma boa pontuação no processo seletivo e que ele terminaria o semestre com bolsa. Então ele me olhou fundo e perguntou: *“Você viu meu currículo, foi?”* Sem pensar, eu respondi: *“Claro! A gente precisa saber com quem a gente está concorrendo para reconhecer nossos aliados”*. A colega ao lado olhou para mim e sorriu. O semestre encerrou, ele conseguiu a bolsa, e nunca mais se juntou conosco para almoçarmos no RU.

É sabido que área de ensino em Geografia e/ou educação geográfica é a que mais acumula pesquisas a respeito das cotas raciais, no entanto, há um foco excessivo na Lei 10639/03<sup>5</sup> que dispõe sobre o ensino da história e culturas africanas na Educação Básica (Brandão; Campos; Lima, 2018; Santos; Santos, 2020; Cirqueira; Corrêa; Souza, 2024; Couto; Risso, 2024; Dionisio; Sousa, 2024), e muito pouco é dito sobre a Lei de Cotas no Ensino Superior (Rocha; Campos, 2021). Há, felizmente, esforços de compreensão por parte das Geografias Negras (Souza, 2018; Pereira Neto; Costa, 2021; Ratts, 2024), contudo, estas também deixam passar o debate sobre as Ações Afirmativas no Ensino Superior e seus efeitos psicossociais e emocionais para as pessoas beneficiárias e as não-beneficiárias.

---

<sup>5</sup> Promulgada em 9 de janeiro de 2003, a Lei nº 10.639/03 estabeleceu como obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio de todo o país. Para saber mais detalhes, acesse:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm).

Quando a referida Lei vira pauta, o debate se restringe ao seu aspecto formal e/ou os “avanços” garantidos (Mendes; Lima, 2016). Não é feita nenhuma crítica interna aos Programas de Pós-Graduação no que tange a distribuição de bolsas e auxílios estudantis. Não há uma crítica pela parte docente, e muito menos, pela parte discente. E não raro, quando se escreve e se publica estudos sobre índices de qualidade e fragilidade dos Programas de Pós-Graduação em Geografia, a abstração toma conta e quase que, magicamente, palavras como racismo, elitismo, meritocracia, assédio e corrupção são excluídas do vocabulário do/a geógrafo/a com seu contagiante otimismo.

É elogiável a publicação do Dossiê “Panorama da Pós-Graduação em Geografia no Brasil” no periódico da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE, 2023). Dossiê este que conta com 33 artigos<sup>6</sup> e nenhum, nenhum artigo nos apresenta uma crítica direta à política de cotas no Ensino Superior e seus efeitos para a permanência ou não de mestrandos/as e doutorandos/as racializados/as na Geografia, e nem sobre os critérios de distribuição de bolsas e seus efeitos para estudantes racializados/as. Há sim, artigos que relatam o quantitativo de bolsas recebidas anualmente, e sobre as cotas de bolsa em editais específicos como Pós-Doutorado e outras agências de fomento, no entanto, não há uma racialização do debate.

Em todos os cenários previstos elaboram-se manuscritos, aparentemente, politizados. Mas somente em aparência, haja vista que seus autores/as não nomeiam as opressões e os oprimidos/as, e pouco fazem para identificar os/as responsáveis por tais. Mas enfim,

---

<sup>6</sup> Para leitura dos artigos, acesse:  
<https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/issue/view/625>.

o que importa é que estudantes negros e negras estão conseguindo aprovação nos processos seletivos de mestrado e doutorado em Geografia, não é mesmo?

Retomo as ideias da professora Angelita, para questionar você: Como criar um currículo de resistência nos Programas Pós-Graduações de Geografia se tais programas atendem e respondem passivamente a estrutura vigente definida pelo racismo, como no caso das políticas de bolsas de financiamento de pesquisa e permanência estudantil? Como superar as assimetrias raciais nos Programas de Pós-Graduação de Geografia quando verificamos que que tais programas são geridos e/ou coordenados de modo a perpetuar àquelas quando impossibilita e dificulta a permanência de mestrandos/as e doutorandos/as racializados/as?

Nas condições em que me encontro, não consigo pensar numa estratégia minimamente assertiva/resolutiva para as questões em destaque. Mas, apesar disso, eu vivi e senti a dor de tais assimetrias e opressões, antes não nomeadas, abafadas e mascaradas por um sistema universitário que falha e muito com a comunidade discente racializada e empobrecida. Sabe como eu consegui resistir a tais adversidades? Sabe onde eu denunciei tais assimetrias e opressões? Com a escrita. Na escrita.

### **A escrita corpo-territorializada como semente para um currículo de resistência na Geografia**

Foi escrevendo com raiva, com inveja, com vergonha e mágoa que eu encontrei na escrita uma acolhida para desaguar todas as minhas angústias e ansiedades sobre o fato de não ter conseguido a

bolsa no ano de ingresso no mestrado e ter me dedicado exaustivamente para garanti-la no ano seguinte.

Vivi o primeiro ano de mestrado com o sentimento de fracasso e me pressionando para publicar o número máximo artigos para que eu conseguisse a tão desejada bolsa. Conscientemente, criei uma rotina de estudos de domingo a domingo. Durante a semana, acordava às 5:00 da manhã e ia para Universidade por volta das 6:00 horas. Morava a duas quadras do ponto inicial, o que facilitava “pegar” o primeiro ou segundo ônibus do dia. Ia tomar café no Restaurante Universitário que custava R\$ 1,00. Terminado o café, seguia para o laboratório. Me trancava dentro, ligava o ar-condicionado, preparava uma xícara de café e então iniciava a primeira rotina de estudos. Das 7:00 às 11:30. Pausa para o almoço (R\$ 2,50). Retornava ao laboratório, me deitava no sofá e “tirava” um cochilo de 30 minutos. Acordava, preparava outra xícara de café e então recomeçava a estudar. Das 13:30 às 18:00. Pausa para a janta (R\$ 2,50). Retornava para o laboratório exausto de escrever e com os olhos cansados de tanto ler textos em pdf. Fazia as últimas anotações e/ou fichamentos, e por volta das 19:30 ia embora para casa.

Nos dias das aulas do mestrado, a depender do horário, a rotina de estudo era modificada para ocorrer em dois períodos (tarde e noite; ou manhã e noite), e das vezes que eu não estudava no laboratório, me dirigia à biblioteca do centro de ciências sociais. Aos sábados e domingos, ia para universidade no período da manhã. Ao final de 2023 eu havia escrito nove artigos e três deles haviam sido aceitos e publicados no mesmo ano.

À primeira vista pode parecer que essas rotinas foram nocivas para mim. Talvez tenha sido em alguns momentos, no entanto, eu gostava de ir para a universidade. Eu gostava de estar na

universidade, e estar entre universitários/as. E eu, finalmente, descobri o gosto de escrever, a paixão pela escrita. Além disso, ir todos os dias para a universidade possibilitou me alimentar adequadamente, visto que na época eu recebia 1.190 reais do meu pai, dos quais 610 reais era para pagar o aluguel do quarto onde eu morava, de modo que me sobrava 580 reais para custear o transporte (R\$ 2,50 a meia passagem para estudantes) e comprar mantimentos básicos e suficientes para proporcionar uma dieta. Dieta esta, quando em casa, resumida em comer arroz, cuscuz, pão, ovos e salsicha, e pedir marmita de almoço aos domingos que custava 15,00 reais. Com sorte, o acesso ao Restaurante Universitário foi imprescindível para me alimentar satisfatoriamente pelo menos de segunda à sexta-feira. Aproveitava muito bem o horário do almoço e da janta para comer uma quantidade significativa (às vezes tão significativa a ponto de causar sensações de estofamento). Seriam tais experiências comuns a toda pessoa negra que vivencia e tenta permanecer e pertencer na Universidade?

Ao registrar tais palavras, me recordo do que aprendi com a escritora-psicanalista brasileira Neusa Santos Souza que, em sua obra *Tornar-se negro* (1983), se dedicou a analisar e a descrever para nós leitores e leitoras, os processos/estágios psíquicos e emocionais que definem as atitudes e comportamentos da pessoa negra no que tange a ascensão social e o sucesso profissional.

Amparada nos pressupostos da psicanálise, especificamente, na discussão sobre Ideal do Ego e Ego Ideal, Neusa Souza nos comunica o seguinte: na travessia para ascensão socioeconômica, a pessoa negra vive em constante estado de insatisfação e autocrítica severa (perfeccionismo) na tentativa de realizar a fantasia colonial

do “O/A negro/a que deu certo” (Souza, 1983). Dar certo, nesses termos, significa:

Ser o melhor! Na realidade, a fantasia, para se afirmar, para minimizar, para compensar o “defeito”, para ser aceito. Ser o melhor é a consigna a ser introjetada, assimilada e reproduzida. Ser o melhor, dado unânime em todas as histórias-de-vida. Para o negro, entretanto, ser o melhor, a despeito de tudo, não lhe garante o êxito, a consecução do Ideal. É que o Ideal do Ego do negro, que é em grande parte constituído pelos ideais dominantes, é branco. E ser branco, lhe é impossível. Dilacerante, crua, cruenta descoberta... (Souza, 1983, p. 40).

No processo seletivo de ingresso, consegui ser o melhor. Já no processo seletivo de bolsas, ser o melhor não foi possível. Eu havia sido aprovado no processo seletivo, mas não fiz parte do seletivo grupo de bolsistas. Uma conquista e uma derrota ao mesmo tempo. Daí o sentimento de fracasso, a inveja, a raiva, sentimentos que foram por mim, conscientemente transformados em energias de movimento, sementes criativas para fazer da escrita um território no qual eu pudesse permanecer e pertencer. Uma escrita estratégica e tática. Garantido isso, percebi que ficou mais fácil fazer política e denúncias com as minhas próprias mãos. Calma, explicarei o porquê do uso de tal expressão.

Quando somos e estamos negros(as) na Universidade, fazer política e justiça com as próprias mãos é tomar e tornar a escrita como meio/alternativa de contra-ataque e autodefesa. É encarnar-se no conhecimento e encarnar-se nas epistemologias, para identificar e eliminar qualquer armadilha teórico-conceitual e metodológica que tenta nos aprisionar e nos adjetivar como “população estudada”, “grupo investigado”, “entrevistado(a)”. O/A outro/a da pesquisa. Não



quero ser o outro que só aparece na seção de resultados, dos anexos e/ou apêndices da pesquisa feita pelo sujeito hegemônico que tem a cor e pele de intelectual. Eu quero ser o autor e intérprete da minha própria narrativa.

Com a minha escrita tornada estratégica e tática aprendi em qual momento utilizar as palavras necessárias para expressar aquilo e/ou identificar aqueles/as que quero denunciar. Também aprendi em qual momento é necessário cautela, fazer uso de metáforas e até mesmo eufemismos para atribuir um tom crítico-passivo ou uma crítica tranquilizadora. Faço isso não por medo, mas sim como autocuidado. Com a minha escrita tornada estratégica e tática aprendi a liberdade criativa para nomear toda e qualquer violência e para rasurar todo e qualquer conteúdo equivocado e fetichizante.

Tudo isso foi e me é possível graças aos aprendizados com a escritora brasileira Conceição Evaristo (2020) e a sua proposta da escrevivência como postura independente e autodefinida para um criar antirracista e antimachista. Reconheço, pois, que a radicalidade da escrevivência para além de sua concepção como gesto criativo na literatura, é para nutrir e fomentar práticas e movimentos de rasura e destruição de toda e qualquer narrativa e/ou discurso fetichizante e estigmatizante que edifica personagens e representações de pessoas negras e suas experiências sob o desejo racista e machista do/a branco/a.

[...] Sou tentada a dizer que os personagens negros, por via de regra, são moldados sob um olhar que os define dentro de uma ou outra característica, tal como estas: preguiçosos, adultos infantis, desorganizados em seus ambientes sociais e culturais, extremamente sexualizados com seus corpos infecundos, sujeitos incapazes de pensar ou viver sentimentos como o amor, o afeto. As culturas africanas e afro-brasileiras são exotizadas ou

folclorizadas. Dificilmente se encontra a construção de uma personagem negra que represente a potência do ser humano com toda a sua dignidade [...] (Evaristo, 2020, p. 28-29).

Corpos e vozes negras tornadas propriedades do senhor branco todo poderoso e transcendental. Corpos-máquinas e vozes silenciadas. Corpos objetificados e tornados meios de produção para acúmulo de riqueza e manutenção da hierarquia social. Restou, pois, reivindicar a escrita. Resistir no letramento antirracista e insubmisso. Fazer da escrita uma tática de guerra, uma sirene de alerta, um farol que ilumina o percurso da libertação dos corpos das negras e dos negros, antes condenadas(os) e capturada(os) pelo significante máximo do epistemicídio: o outro. Daí, a escrevivência tornada um modo de fazer que borra o cânone literário, mas que não se limita a tal, por se tratar de um modo sentir e pensar, um *sentipensar*.

### **Algumas considerações**

Às vezes é necessário assumir uma postura combativa e denunciativa. Às vezes é necessário aprender a recuar. Geografar com questões de gênero, raça e sexualidade implica, frequentemente, tais circunstâncias. Se auto geografar potencializa ainda mais isso. Por vários motivos.

Diariamente, me percebo envolvido com uma demanda coletiva para ser pessoal, bem como desassossego-me com uma demanda pessoal para não ser tão autocentrado. Me parece que tornar-se negro na Universidade é viver diariamente nessa ambiguidade existencial.

Encontrei na escrita aquilo que não me foi possibilitado no meu primeiro ano de mestrado: pertencimento. Encontrei na escrita aquilo que perdi quando não fui contemplado com a bolsa de mestrado: reconhecimento. Perceba que estou enfatizando o período do mestrado, haja vista que a minha experiência foi particular em tempo-espço. Sempre encarei tais circunstâncias como não definitivas, muito menos como um destino.

Além disso, atualmente, estou prestes a iniciar o doutorado em Geografia numa outra universidade pública, e a decisão de seguir na carreira acadêmica e, conseqüentemente, ingressar no doutorado, não foi motivada pelas circunstâncias de vulnerabilidade no mestrado, mas sim, pela vontade de seguir estudando, escrevendo...geografando. Isso revela que, no íntimo, eu acredito que há sim outras possibilidades e caminhos para permanecer na Universidade, apesar de todas as circunstâncias de vulnerabilidade registradas no presente manuscrito. Enfim, se há desejo, há potência de vida. Se há emoção, há potência de vida (Campos; Silva; Silva, 2019). Isso eu aprendi como aluno especial numa disciplina ministrada pela professora Joseli Silva acerca dos Feminismos Negros.

Defendo o corpo-território como uma fonte epistemológica para criticar as assimetrias raciais perpetuadas no território universitário, especificamente, na Pós-Graduação; como uma tática de autocuidado quando tais assimetrias tornam nossas experiências pesadas; como um direcionamento político para criar um currículo de resistência na Pós-Graduação, em especial, na Geografia; e como uma maneira criativa e independente de fazer justiça com as próprias mãos e com o nosso próprio pensamento. Em cada um desses estágios, há sempre tempo e espaço para ser. Para tornar-se. Para

permanecer. Isso desejado, há que se fazer duas escolhas: Como? E com quem?

## Agradecimento

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo financiamento do projeto, ao qual se encontra vinculada esta pesquisa.

## Referências

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRANDÃO, Jéssica Justino; CAMPOS, Margarida de Cássia; LIMA, Ângela Maria de Sousa. Políticas de Ações Afirmativas desafiando relações desiguais de poder: acesso/permanência na Universidade Estadual de Londrina. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 24-44, 2018. Acesso em: 10 jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5433/got.2018.v4.35547>

CABNAL, Lorena. Tzk'at, Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario desde Iximulew Guatemala. **Ecología Política**, Caderno Temático “Ecofeminismos y ecologías políticas feministas”, Barcelona, p. 100-104, 2017.

CAMPOS, Mayã Pólo de; SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando. Emoção corporificada e potência para constituição de espaços de luta para superar a violência sexual sofrida por mulheres. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, p. 37-50, 2019.

CAXIAS, Denise David. A territorialidade do corpo afro-indígena brasileiro: algumas considerações. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 1-23, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v42.72066>

CHAVES, Kena Azevedo. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no

Brasil. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 25, p. 51-71, 2021.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira; SOUZA, Lorena Francisco de. 20 anos da Lei 10.639/03 e o ensino de Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 111, p. 1-13, 2024.

COUTO, Solange Maria Santana; RISSO, Luciene Cristina. Por uma educação antirracista: plano de ação para inserção da Lei n. 10.639/03 no cotidiano escolar. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 111, p. 243-263, 2024. DOI: <https://doi.org/10.61636/bpg.v1i111.3074>

CUNHA, Andréia Ribeiro. Corpos indóceis: reflexões acerca da corporeidade negra na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Continentes**, Seropédica, n. 21, p. 230-250, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i21.353>

DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora**: sobre pesquisa e escrita acadêmicas. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

DIONISIO, Tiago; SOUSA, Victor Pereira de. Dispositivo de racialidade e a Lei 10.639/2003: implicações no ensino de Geografia e na Educação de Jovens e Adultos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 111, p. 146-166, 2024. DOI: <https://doi.org/10.61636/bpg.v1i111.3083>

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência**: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, p. 27-45, 2020.

FILGUEIRA, André Luiz de Souza. Ronkó de ensinanças e outras viagens: a trajetória pedagógica afro-diaspórica bixa. **Revista Temporis [ação]**, v. 2, n. 2, p. 1-30, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31668/rta.v22i02.13074>

GUALDA, Suyai Malen García. Mujeres Mapuce, extractivismo y Kvme Felen (Buen Vivir): la lucha por los bienes comunes en Neuquén. **MILLCAYAC - Revista Digital de Ciencias Sociales**, Mendoza, v. 3, n. 4, p. 15-39, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Tradução de Bhuvi Libanio. 12 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023 [1981].

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MALHEIROS, Mariana. A contribuição de feminismos contra-hegemônicos na Bolívia: contribuições dos movimentos Mujeres Creando e Feminismo Comunitário. **inSURgência: Revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 407-428, 2023. DOI: <https://doi.org/10.26512/revistainsurgncia.v9i1.45422>

MARINIS, Natalia de. Feminicídios de mulheres indígenas em uma perspectiva interseccional: análise de um trabalho de documentação colaborativo com mulheres nahuas organizado em Zongolica, Veracruz. **Abya-yala: Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 62 a 94, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/abyayala.v4i1.32085>

MENDES, Raquel Almeida; LIMA, Fátima Maria de. O sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 5, n. 8, p. 186-197, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20873/rtg.v5n8p186-197>

MIRANDA, Eduardo Oliveira. Corpo-território, desenho e paisagem afro-brasileira: pode um corpo negro desenhar paisagens? **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú, v. 4, n. 13, p. 62–75, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18764/2446-6549.v4n13p62-75>

MIRANDA, Eduardo Oliveira. Rachar e despencar o corpo-território. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, São Gonçalo, v. 7, n. 1, p. 467–487, 2021.

MONDARDO, Marcos Leandro. “Vidas e terras indígenas importam”: geografias das r-existências dos povos e comunidades tradicionais em tempos de pandemia. **Geografares**, Vitória, v. 1, n. 32, p. 285–308, 2021. DOI: <https://doi.org/10.47456/geo.v1i32.35555>

MONDARDO, Marco Leandro. Corpos de mulheres indígenas frente às violências na América Latina: o território como r-existência e como corpo-território. **Espaço E Tempo Midiáticos**, Palmas, v. 5, n. 2, p. 87-106, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20873/stmmta2022-5,2-5>

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Territórios de resistência e práticas descoloniais: estratégias de luta Guarani e Kaiowá pelo Tekoha - Mato Grosso do Sul/Brasil. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 10, n. 20, p. 416-439, 2015. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT102026662>

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo Tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do Teko Porã (Bem viver). **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 20, n. 39, p. 60–85, 2017. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i39.4959>

OLIVA, Victoria Ferreira. Do corpo-espço ao corpo-território: o que a Geografia Feminista tem a dizer? **Ensaio de Geografia**, Niterói, v. 8, n. 17, p. 165-187, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/eg.v8i17.52313>

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. Geografias corporificadas e feminismos: o desafio teórico-prático de fazer Geografia com o corpo todo. In: **VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos**, São Paulo, 2024.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. Campinas: Editora Pontes, 2005.

PAREDES CARVAJAL, Julieta; GUZMÁN ARROYO, Adriana. **El Tejido de la Rebeldía: ¿Qué es el feminismo comunitario?** Comunidad Mujeres Creando Comunidad, La Paz, 2014.

PAREDES CARVAJAL, Julieta. Despatriarcalización: Una respuesta categórica del feminismo comunitario (descolonizando la vida). **Revista de Estudios Bolivianos**, La Paz, v. 21, p. 100-115, 2015.

PAREDES CARVAJAL, Julieta. Descolonizar as lutas: a proposta do Feminismo Comunitário. Tradução de Tereza Spyer. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 1, p. 74-87, 2019.

PEQUENO, Victor Dantas Siqueira. **Rasuras de uma Bixa-Preta e o elo entre as Geografias Feministas e Geografias Negras**: corpo-território. 261p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Santa Maria, 2025. Disponível em : <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/35236>. Acesso em : 27 mai. 2025.

PETRONILIO, Paulo. “Se liga macho”: A encruzilhada po(Ética) de uma bixa preta. **Ephemera Journal**, Ouro Preto, v. 3, n. 6, p. 94-114, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 16-50, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n1p16>

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Polis**, Santiago, v. 14, n. 41, p. 237-251, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682015000200017>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: Eurocentrismo e ciências sociais, Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 104, p. 1-22, 2020.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. “Geografia e cultura afro-brasileira” no horizonte da educação das relações étnico-raciais. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 111, p. 32–57, 2024.

REIS, Graziela Tavares de Souza; ALMEIDA, Ana Carolina Moura Fernandes de. A violência de gênero como estratégia de poder: as esterilizações forçadas contra mulheres indígenas no Peru. **Extraprensa: Cultura e Comunicação na América Latina**, São Paulo, v. 15, n. Especial, p. 566-582, 2022.



RIBEIRO, José L. Pais. Revisão de investigação e evidência científica. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 15, n. 3, p. 674-682, 2014.

ROCHA, Ana Angelita. Corpo-Território como argumento curricular de resistência. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 59, p. 56-71, 2019. 2023. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2019.46858>

ROCHA, Giovana Silva; CAMPOS, Margarida de Cássia. Mercado de trabalho e racismo: visão de egressos do sistema de cotas raciais da Universidade Estadual de Londrina. **Geopauta**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 3, p. 1-17, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22481/rg.v5i3.e2021.e8071>

ROCHA, Laís Bronzi. Apontamos para geografias interseccionais: Anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade numa perspectiva decolonial. **Ensaio de Geografia**, Niterói, v. 8, n. 17, p. 94-115, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/eg.v8i17.52306>

RODRIGUES, Ana Paula Costa; RATTS, Alecsandro José Prudêncio. Corporeidade negro e espaço público em Goiás: a congada de Catalão (GO). **Espaço em Revista**, Catalão, v. 10, n. 1, p. 172-187, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5216/er.v10i1.13553>

RODRÍGUEZ, Arely Mabel Barbeyto; SÁNCHEZ, Nora; FLORES, Selmira; CEDENO, Katy. As vozes das mulheres Miskitu no conflito no território de Wangki Twi Tasba Raya na região autônoma do caribe norte da Nicarágua. **Abya-yala: Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 194 a 227, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/abyayala.v4i1.32334>

SACAVINO, Susana. Tecidos feministas de Abya Yala: feminismo comunitário, perspectiva decolonial e educação intercultural. **Unipluri/diversidad**, Medellín, v. 16, n. 2, p. 97-109, 2016.

SANTOS, Renato Emerson; SANTOS, Ronald Coutinho. Desafios para a implementação de uma educação antirracista no ensino de Geografia: os conflitos na prática cotidiana de professoras(es). **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, Curitiba, v. 12, n. Especial - Caderno Temático: “Geografias Negras”, p. 78-108, 2020.

SILVA, Cintia Cristina Lisboa da; SANTOS, Bruna dos. Reflexões teóricas da Geografia Feminista Decolonial sobre as espacialidades

coloniais reprodutoras do controle social do corpo feminino durante o parto. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 57, p. 190-225, 2021. DOI: [https://doi.org/10.62516/terra\\_livre.2021.2290](https://doi.org/10.62516/terra_livre.2021.2290)

SILVA, Iago Gomes da; MIRANDA, Eduardo Oliveira. A decolonialidade e corpo-território como base epistêmica para compreensão do racismo ambiental no Brasil. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 26, Edição Especial - Dossiê: Educação Ambiental e Educação do Campo, p. 1-17, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5902/2236499472396>

SOUZA, Lorena Francisco de. Estudantes africanos em universidades goianas: acordos de cooperação, migração e racismo. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 48, p. 13-45, 2018. DOI: [https://doi.org/10.62516/terra\\_livre.2017.1079](https://doi.org/10.62516/terra_livre.2017.1079)

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

ULLOA, Astrid. Controlando la naturaleza: ambientalismo transnacional y negociaciones locales en torno al cambio climático en territorios indígenas en Colombia. **Iberoamericana**, Berlim, v. 13, n. 49, p. 117-133, 2013. DOI: <https://doi.org/10.18441/ibam.13.2013.49.117-133>

ULLOA, Astrid. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. **NÓMADAS**, Bogotá, n. 45, p. 123-139, 2016.

VEGA, Nelson Rodríguez; CALDERÓN-LÓPEZ, Alma. Do hip-hop ao feminismo comunitário: a experiência do torneio Suyai Free freestyle no Chile. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 27, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v27.78309>

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ZARAGOCIN, Sofia. Espacios acuáticos desde una descolonialidad hemisférica feminista. **Mulier Sapiens: Discurso, Poder y Género**, ano V, n. 10, p. 6-19, 2018.

Recebido para publicação em 25/05/2025

Aceito para publicação em 17/07/2025

# A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPORTÂNCIA DA LITERATURA PARA A PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

*THE IMPLEMENTATION OF LAW  
10.639/2003 IN EARLY CHILDHOOD  
EDUCATION: THE IMPORTANCE  
OF LITERATURE FOR  
PROMOTING ANTI-RACIST  
EDUCATION*

*LA MISE EN ŒUVRE DE LA LOI  
10.639/2003 DANS L'ÉDUCATION  
DE LA PETITE ENFANCE:  
L'IMPORTANCE DE LA  
LITTÉRATURE POUR LA  
PROMOTION D'UNE ÉDUCATION  
ANTIRRACISTE*

Elisa Aparecida Xavier Santos  
Universidade Federal de Uberlândia  
elisasantosgeo@yahoo.com.br

Ana Flávia Borges de Oliveira  
Universidade Federal de Uberlândia  
anaflaviaborges97@hotmail.com

Adriany de Ávila Melo Sampaio  
Universidade Federal de Uberlândia  
adrianyavila@gmail.com

## Resumo:

Este ensaio analisa os desafios e possibilidades de implementação da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Básica. O estudo tem como objetivo compreender de que forma essa legislação tem sido efetivamente incorporada nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, destacando a importância da literatura infantil como ferramenta central para a promoção de uma educação antirracista nessa etapa. A pesquisa se fundamenta em pesquisa bibliográfica e na análise aprofundada de obras literárias infantis que abordam a cultura afro-brasileira e africana. O trabalho discute ainda a relevância da formação docente e de práticas culturais para a consolidação de valores antirracistas desde os primeiros anos escolares. Apesar de avanços, a aplicação da Lei ainda é limitada por falta de preparo pedagógico, materiais adequados e resistência escolar, evidenciando a necessidade de ações formativas e políticas públicas efetivas.

**Palavras-chave:** Criança, Formação docente, Lei 10.639/2003, Racismo, Sociedade.

Terra Livre

São Paulo

Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025

ISSN: 2674-8355



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

This essay analyzes the challenges and possibilities of implementing Law 10.639/2003, which establishes the mandatory teaching of African and Afro-Brazilian History and Culture in Basic Education. The study aims to understand how this legislation has been effectively incorporated into early childhood education practices, highlighting the importance of children's literature as a central tool for promoting anti-racist education at this stage. The research is based on bibliographic research and an in-depth analysis of children's literary works that address Afro-Brazilian and African culture. The work also discusses the relevance of teacher training and cultural practices for the consolidation of anti-racist values from the early school years. Despite advances, the application of the law is still limited by a lack of pedagogical preparation, adequate materials, and school resistance, highlighting the need for effective training and public policies.

**Keywords:** Child, Teacher training, Law 10.639/2003, Racism, Society.

**Résumé:**

Cet essai analyse les défis et les possibilités liés à la mise en œuvre de la loi 10.639/2003, qui rend obligatoire l'enseignement de l'histoire et de la culture africaine et afro-brésilienne dans l'enseignement fondamental. L'étude vise à comprendre comment cette législation a été effectivement intégrée dans les pratiques pédagogiques de l'éducation préscolaire, en soulignant l'importance de la littérature enfantine comme outil central pour la promotion d'une éducation antiraciste à ce stade. La recherche s'appuie sur une recherche bibliographique et une analyse approfondie d'œuvres littéraires pour enfants qui abordent la culture afro-brésilienne et africaine. Le travail discute également de l'importance de la formation des enseignants et des pratiques culturelles pour la consolidation des valeurs antiracistes dès les premières années scolaires. Malgré les progrès réalisés, l'application de la loi reste limitée par le manque de préparation pédagogique, l'absence de matériel adapté et la résistance des écoles, ce qui met en évidence la nécessité de mesures de formation et de politiques publiques efficaces.

**Mots-clés:** Enfant, Formation des enseignants, Loi 10.639/2003, Racisme, Société.

## **Introdução**

Na tentativa de promover o reconhecimento e a valorização da história dos africanos e a construção de uma identidade negra positiva, foi sancionada em 2003 a Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos da Educação Básica. Esta legislação representa uma conquista democrática do Movimento Negro Unificado e um marco político na sociedade brasileira, pois busca desconstruir estereótipos e após representações históricas baseadas na herança escravocrata, combatendo o racismo presente nos materiais didáticos e promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

Entretanto, mesmo após mais de vinte anos de sua promulgação, a Lei 10.639/2003 ainda não foi implementada em sua totalidade no ambiente escolar. Um dos grandes problemas a ser apresentado é a aceitação da maioria da população brasileira de que o Brasil é um país racista, o que contribui para a romantização e naturalização do mito da democracia racial, historicamente construído e enraizado na sociedade, expresso em ações discriminatórias e racistas, que condenam uma parte significativa da população ao fracasso social.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), 56,1% da população brasileira se declara negra. Essa parcela significativa representa mais da metade da população, mesmo que apesar dos termos de democratização do acesso à Educação Básica considerando que esse acesso se constitui um dos

mecanismos mais eficazes de promoção social, ainda não é assegurada a permanência de estudantes, em sua maioria, negros.

A escola, enquanto espaço privilegiado de interação e socialização de saberes e pessoas e, com a criação da Lei 10.639/2003, faz-se necessário buscar uma educação que respeite e valorize as diferenças e que contribua com a valorização de um povo que historicamente contribuiu para a produção das riquezas que foram a base da construção do nosso país.

Neste contexto, este ensaio tem como objetivo compreender de que forma a Lei 10.639/2003 tem sido incorporada nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, destacando a relevância da literatura infantil como instrumento central para a promoção de uma educação antirracista desde os primeiros anos escolares. Para tanto, o estudo realiza uma análise bibliográfica de referenciais teóricos e um exame crítico de dois livros de literatura infantil que abordam a história e a cultura afro-brasileira e africana. Além disso, discute os desafios e as demandas para a implementação efetiva da Lei nas escolas, enfatizando a importância da formação docente e das práticas culturais para a construção de valores antirracistas.

Antes de iniciar a discussão, é importante ressaltar que as relações raciais no Brasil são permeadas pelas diferenças entre os conceitos de racismo, preconceito e discriminação, que muitas vezes ainda são confundidos. Segundo Almeida (2019) e Gomes (2005), o preconceito refere-se a um sentimento negativo baseado em estereótipos preexistente em relação a um determinado grupo ou pessoa, que podem resultar em práticas discriminatórias.

Quanto ao conceito de discriminação, é sinônimo de separação, segregação, isto é, a manifestação comportamental do

preconceito e do racismo, considerando-se a naturalização de ações que os efetivam. A discriminação racial pode ser direta ou indireta, podendo, ao longo do tempo e como consequência, levar a estratificação social, fazendo com que ocorra a negação da igualdade de tratamento ao outro (Almeida, 2019; Gomes, 2005).

De acordo com Almeida (2019) e Gomes (2005), o racismo é a ação resultante da aversão do indivíduo, ou grupo social, a pessoas que possuem um pertencimento racial considerado inferior às outras raças e abrange, além do preconceito, da segregação e da discriminação, outros comportamentos negativos em relação a um grupo étnico-racial, culminando assim em desvantagens ou privilégios para tais grupos ou indivíduos.

Por fim, ressalta-se que a identidade negra é uma construção social, histórica, cultural e plural, sendo construída tanto pelo olhar de um grupo étnico-racial quanto pelas relações com o outro (Gomes, 2005). O silêncio ainda impera sobre o racismo, sobre o preconceito e sobre a discriminação nas escolas contribui para a naturalização das diferenças e para a omissão das violências raciais, tornando urgente a discussão e a implementação de práticas antirracistas desde a Educação Infantil.

### **Duas décadas de implementação da Lei 10.639/2003 na educação brasileira**

No processo histórico brasileiro, o Movimento Negro, desde o início do século XX, luta para que as questões raciais sejam debatidas e inseridas no sistema educacional, uma vez que tratam de discussões importantes para a formação da cidadania e tendem ao fim do racismo (Oliveira, 2019).

A lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todas as escolas do país no intuito de corrigir uma realidade historicamente construída “marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes, que, desde sempre, enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas”.

A Lei 10.639 de 2003 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (Brasil, 2004, p. 7).

Em 09 de janeiro de 2023, completaram-se vinte anos da promulgação da lei 10.639/2003, que representa um marco histórico da educação brasileira, pois é fruto da luta histórica dos movimentos negros contra a discriminação e o preconceito racial, que por sua vez, também visa o reconhecimento da contribuição dos povos negros africanos na formação do Brasil e a valorização da cultura africana



no país. Posteriormente, em 10 de março de 2008, foi promulgada a Lei 11.645/2008, que ampliava o objetivo da Lei 10.639/2003, que acrescentou o ensino de “História e Cultura Indígena” aos currículos escolares.

Essa construção foi possível, em grande medida, graças às articulações estabelecidas, especialmente a partir dos anos 1980, entre setores do movimento negro brasileiro e as diferentes instâncias e/ou organizações do Estado nos âmbitos municipal, estadual e federal, bem como deste com partidos políticos e organizações da sociedade civil (Pereira, 2017, p. 15).

Muitas foram as conquistas durante esses anos, como a conquista da política da Lei de Cotas no Ensino Superior (12.711/2012) e Lei de Cotas Raciais no Serviço Público Federal (nº 12.990/2014), produção de materiais didáticos e formações de professores sobre a temática étnico-racial, sendo consideradas ações em forma de reparação histórica do povo negro.

A Lei 10.639/2003, também considerada como potencial descolonizadora dos currículos escolares brasileiros, possui a função de inserir conteúdos que valorizem e reconheçam a história e a cultura do povo negro, sendo capaz de construir uma sociedade baseada na diversidade e na igualdade étnico-racial. A Lei possui o papel de exigir mudanças de práticas e a descolonização dos currículos do sistema de ensino do Brasil quanto ao ensino sobre o Continente Africano e os afro-brasileiros, valorizando as diferenças culturais que existem no contexto escolar.

Desde o período do Brasil Colônia, o acesso à educação aos escravizados foi barrado nos vários decretos que contam a história de exclusão de um povo, marcado por uma escravização perversa e

violenta que mostra a imposição de uma raça perante as demais. A escola como um dos instrumentos da educação é um espaço de relações e de representações sociais, nesse sentido, é uma construção social e um lugar privilegiado até os dias atuais, pois por muitos séculos negou a frequência da população negra escravizada.

Um exemplo é o decreto nº 1.331 de 17 de fevereiro de 1854, em seu Artigo 69, no qual fica explícito a não admissão à matrícula, e a proibição dos escravizados de frequentarem a escola. E na promulgação do Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, que em seu Artigo. 5º, estabelece que “nos cursos noturnos poderão matricular-se, em qualquer tempo, todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 anos.” e que, apesar de legalmente oportunizar o ensino noturno aos “libertos”, criam-se diversas estratégias para impedir o acesso dessa população aos bancos escolares (Brasil, 2004, p.7).

Os povos negros escravizados foram silenciados e obrigados a aceitarem condições desumanas de sobrevivência. Ao mesmo tempo, foram explorados em seus amplos conhecimentos técnicos em diversas áreas econômicas e culturais para a formação do Brasil como nação. Todavia, ao lado da resignação para a sobrevivência, sempre houve a resistência cultural e política dos homens e mulheres negros (Oliveira; Sampaio, 2022).

Mesmo com a promulgação da Constituição de 1988, que prevê um estado democrático, com oportunidade e igualdade de direitos e deveres o que se nota é que a exclusão histórica ainda não foi superada.

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é

papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo (Brasil, 2004, p. 7).

Sabe-se que a escola é um espaço privilegiado de interação e socialização de saberes e pessoas, raças e crenças, que é possível buscar uma educação que respeite e valorize as diferenças de um grupo étnico que historicamente contribuíram na produção de riquezas e formação do território brasileiro.

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas (Gomes, 2003, p. 77).

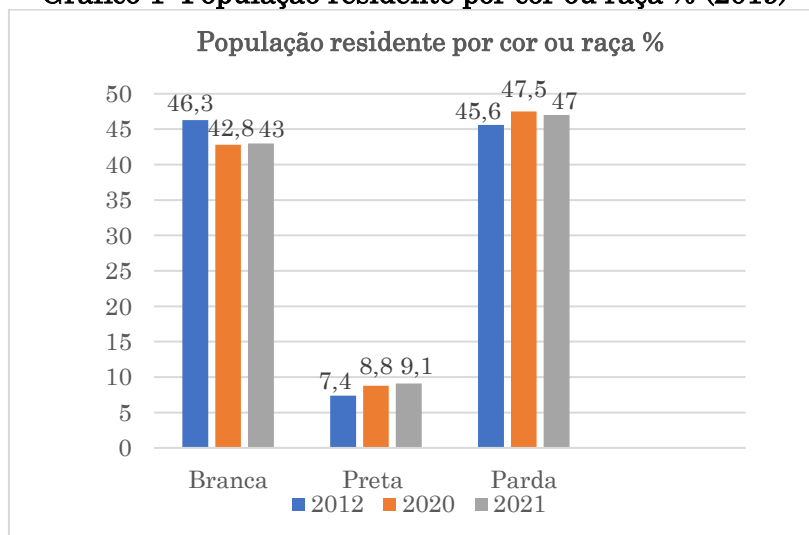
Segundo Gomes (2003), a escola é considerada um espaço social capaz de promover a igualdade e que tende a eliminar toda forma de discriminação e racismo, também se revela como um espaço em que a inferiorização dos negros é difundida. Percebe-se que o sistema escolar foi estruturado para a perpetuação de uma perspectiva eurocêntrica, transmitindo valores elitistas, individualistas, desrespeitosos e racistas que tentam silenciar grande parte da população negra e de sua cultura. Sendo assim, a escola funcionou e ainda funciona como um lugar que o racismo é disseminado e perpetuado.

A criação da Lei 10.639/2003 foi um ganho na busca de uma sociedade verdadeiramente justa, que coloca a escola como palco de ações que possam verdadeiramente contribuir na promoção de uma sociedade não racista e não discriminatória e que respeite a todos.

### **A análise da desigualdade racial em dados oficiais no contexto brasileiro**

Segundos dados do IBGE (2022) oriundos da Pesquisa nacional de amostra de domicílios (PNAD Contínua, 2021), o que se pode observar com base na autodeclaração de raça ou cor a população brasileira é formada por 43 % que se declaram como brancos, 47, 0% como pardos e 9,1 como pretos (Gráfico 1).

**Gráfico 1: População residente por cor ou raça % (2019)**



Fonte: IBGE, 2019. Org. Autoras.

Fica evidente que um pouco mais da metade da população brasileira é de origem afrodescendente (negros e pardos) somando um total de 56,1%. No entanto apesar de representarem mais da

metade da população brasileira e termos uma democratização do acesso à Educação Básica, e esse acesso se constituir um dos mecanismos mais eficazes de promoção social, a permanência desses alunos ainda não é assegurada, pois essa população encontra-se em situações subalternas em relação a população branca.

Segundo os dados do IBGE (2019):

Das 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país, 20,2% não completaram alguma das etapas da educação básica, seja por terem abandonado a escola antes do término desta etapa, seja por nunca a terem frequentado. Nesta situação, portanto, havia 10,1 milhões de jovens, dentre os quais, 58,3% de homens e 41,7% de mulheres. Considerando-se cor ou raça, 27,3% eram brancos e 71,7% pretos ou pardos. Além disso, deste total, 9,8 milhões já haviam frequentado escola anteriormente e 300 mil nunca frequentaram (IBGE, 2019)

Os dados e pesquisas existentes mostram que a dura realidade de exclusão, marginalização e que “apesar de existir liberdade e igualdade formais, há uma tradição discriminadora, hierárquica e preconceituosa, comprometendo a efetividade da democracia” (Pereira, 2017, p.17).

O mesmo autor complementa:

O mito da democracia racial brasileira já não pode ser sustentado quando tantos dados e pesquisas mostram a exclusão do negro nos níveis mais altos de ensino, nos postos mais altos das organizações, ou mesmo sua predominância no sistema penitenciário do país. As relações raciais no Brasil são, sim, discriminatórias e a negação do racismo apenas perpetua as injustiças sociais em relação aos negros no país (Pereira, 2017, p. 17).

O mito da democracia racial funciona como instrumento do pensamento hegemônico branco, servindo para negar a história de um povo historicamente escravizado e perpetuar estigmas de inferioridade atribuídos à população negra. A ideia de que o Brasil vive em uma democracia racial, foi defendida pelo sociólogo, historiador Gilberto Freyre (1900-1987) em seu livro *Casa Grande e Senzala* (1933), no qual descreveu as relações “amigáveis” entre negros e brancos baseando-se na ideia de miscigenação. Foi um dos responsáveis pela criação da teoria da Democracia Racial, de que havia relações cordiais entre senhores e escravizados no período colonial, negando assim, a existência do racismo no Brasil, bem como a continuação das práticas discriminatórias na sociedade.

O mito da democracia racial escondia o racismo cotidiano, no qual permitia-se um julgamento moral do indivíduo negro, qualificando-o de forma generalizada como “desonesto” e “desqualificado”, que por sua vez, não saía da condição de pobreza porque não trabalhava para tal, utilizando o enganoso conceito de meritocracia. Este discurso desconsidera os aspectos históricos e políticos da desigualdade racial no país.

De acordo com os Princípios Fundamentais da Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 3º:

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I—construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II—garantir o desenvolvimento nacional;
- III—erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV—promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988)

Assim apesar da legalidade expressa em lei, ainda se tem que caminhar na efetivação de uma verdadeira democracia, em que as desigualdades sociais não sejam tão gritantes, e na qual grande parte da população pobre, marginalizada é composta de afrodescendentes. Precisamos superar o mito historicamente construído e enraizado em nossa cultura que está expresso em ações discriminatórias e racistas, que condenam uma parte significativa da população ao fracasso social.

### **Desafios a serem superados com a implementação da Lei 10.639/2003 no contexto educacional**

Segundos dados do IBGE (2022) oriundos da Pesquisa nacional de amostra de domicílios (PNAD Contínua, 2021), o que se pode observar com base na autodeclaração de raça ou cor a população brasileira é formada por 43 % que se declaram como brancos, 47, 0% como pardos e 9,1 como pretos (Gráfico 1).

Um dos maiores desafios a serem superados na implementação da lei 10.639/2003 sem dúvida é constatação e aceitação pela sociedade de que não há uma democracia racial no Brasil, que somos um país racista, fruto de uma construção histórica, na qual a ciência, por meio do racismo científico, e a religião tiveram grande contribuição na desumanização do negro para justificar a escravização (Ribeiro, 2019).

Infelizmente, a referida lei ainda não está sendo cumprida em sua totalidade, por inúmeros motivos; entre eles estão: materiais didáticos que ainda possuem imagens estereotipadas e a falta de investimento na formação dos professores. Uma outra questão é o silenciamento da aplicação da lei nas escolas, pois muitos professores

e gestores entendem que ainda não é preciso debater a história e cultura africana e afro-brasileira em sala de aula, com receio de reclamações vindas de pais dos estudantes, sendo em geral, racistas com essas questões étnico-raciais, negligenciando e reforçando ainda mais os estereótipos que são espalhados dentro e fora da escola para omitirem a obrigatoriedade da lei.

Estas questões trazem como consequência, aos estudantes, saírem da educação básica sem conhecer o essencial sobre a história da África e a cultura afro-brasileira. O que por sua vez mantém a reprodução da história que foi contada pelo colonizador europeu e seus descendentes.

É fato que a democratização ao acesso à Educação Básica, em 1988, ainda não consegue cumprir muito de seus objetivos essenciais, pois preconiza o acesso do negro a escola, mas não assegura sua permanência, inclusão e qualidade do ensino que está sendo oferecido.

A Lei reposiciona o negro e as relações raciais na educação – transformando em denúncia e problematização o que é silenciado (como, p. ex., o racismo no cotidiano escolar), chamando a atenção para como conhecimentos aparentemente “neutros” contribuem para a reprodução de estereótipos e estigmas raciais e para o racismo. A 10.639 nos coloca o desafio de construir uma educação para a igualdade racial, uma formação humana que promova valores não racistas (Santos, 2011, p. 5).

Sabemos que, para sua plena efetivação e contribuição na formação de uma sociedade mais justa e igualitária em oportunidades, esta lei ainda se mostra como um objetivo que ainda está longe de ser alcançado. São muitos os fatores que comprometem sua implementação, sendo um deles a falta de preparo e formação



dos professores para lidar de maneira adequada “com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional” (Munanga, 2005, p. 15).

A sociedade brasileira vive sobre o mito de uma democracia racial, cujo discurso impõe a ideia de um país formado por três raças e que se relacionam harmoniosamente. Essa narrativa tem forte influência na formação de uma educação eurocêntrica, no qual muitas vezes de forma inconsciente ou consciente é reproduzida por meio do preconceito, discriminação e racismo.

### **A criança e a escola na efetivação da Lei 10.639/2003 na Educação Infantil**

Todas as crianças passam pela escola, muitas iniciam seu ingresso desde os primeiros meses de vida, outras já adentram na fase pré-escolar. Nesse espaço de interação elas brincam socializam, constroem conhecimentos com seus pares e com os adultos com quem convivem, seja no espaço escolar ou fora dele.

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também a marca (Brasil, 1998, p. 21).

Nessa intensa interação vivenciada pela criança ela constrói sua identidade, sofrendo grande influência nos diversos meios sociais que ela convive.

As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem

com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou tornar-se preconceituosos e discriminadores em relação a povos e nações (Lopes, 2005, p. 88).

Assim, se uma criança vivencia um lar no qual os pais demonstram um comportamento racista, a escola pode reforçar ou não esse comportamento, haja visto que a escola tem grande papel na formação intelectual da criança. Todavia, mesmo na escola, a criança pode vivenciar um comportamento racista por parte de algum profissional, como afirma Motta (2009, p. 5), “não é possível pensar em culturas e identidades sem pensar o contexto da sociedade que também nos educa”.

Para Cavalleiro (2001, p. 151), a escola é um espaço que possibilita o trabalho de convivência e aceitação das diferenças: “a educação antirracista reconhece o ambiente escolar como um espaço privilegiado para a realização de um trabalho que possibilite o reconhecimento respeitoso das diferenças raciais, bem como dos indivíduos pertencentes a grupos discriminados”. E esse conhecimento respeitoso é fundamentado no pensamento de que o ensino de culturas africanas e afro-brasileiras não compete somente às disciplinas de História, Literatura e Educação Artística, sendo que a Lei 10.639/2003 contempla todas as fases da educação.

Nos espaços escolares nem sempre os seus sujeitos têm percepção das atitudes que perpetuam a sustentação da discriminação e do racismo. É urgente introduzir, na escola, um debate constante sobre a temática étnico-racial para que professores, estudantes, família e sociedade possam perceber comportamentos e práticas racistas e intervir nessa realidade afim de que todos

realmente estejam inseridos e sejam respeitados em suas subjetividades.

Dentre os mais diversos espaços escolares que formam a educação básica temos a Educação Infantil, esta que se constitui à base da educação formal, na qual, valores, experiências e conhecimentos são formados e acompanharão o indivíduo pela vida inteira, podendo assim contribuir na busca de uma sociedade mais justa e consequentemente fundamentada em valores não racistas.

Para a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 na Educação Infantil é possível utilizar a Literatura Negra na prática de Contação de Histórias, uma atividade eficaz para a construção de conhecimentos, valores, imaginação e da identidade do estudante, a qual contribui para debater o racismo no ambiente escolar e contemplar a representatividade negra de forma positiva na sociedade, para a ressignificação da matriz africana e o entendimento das reivindicações do negro de forma positiva, oferecendo ao professor a oportunidade de valorizar a cultura africana e afro-brasileira, além de ser antirracista.

Djamila Ribeiro (2019) afirma sobre a importância de apresentar para as crianças livros com personagens e autores negros que não possuem estereótipos negativos, e confirma:

Um ensino que valoriza as várias existências e que referencie positivamente a população negra é benéfico para toda a sociedade, pois conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra, sendo do solipsismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade entre seus iguais (Ribeiro, 2019, p. 16).

Buscando uma educação não racista que valorize e propicie a construção e valorização da identidade negra, o professor, ao planejar suas aulas, ao escolher um simples poema, uma música, uma brincadeira ou histórias para contar tem que se atentar para qual o modelo de identidade que está oportunizando as crianças a construir. Essa valorização na construção da identidade se apresenta como um dos seis direitos de aprendizagem presentes na Base Nacional Comum Curricular – BNCC que orienta o ensino na Educação Infantil. Possibilitando assim a criança a:

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (Brasil, 2018, p. 10).

Sabemos que essa valorização e construção positiva está diretamente ligada ao direito de oportunizá-las a conhecer a história dos povos africanos e afro-brasileiros que devem estar fundamentadas na inclusão da História e Cultura africanas dentro do planejamento escolar, assim, por meio da Literatura, o professor poderá selecionar livros que retratem em sua narrativa a história dos povos africanos e afro-brasileiros, observando se a história e as imagens estão representadas de maneira positiva, uma vez que podem conter estereótipos racistas.

Assim, como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os

primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente este processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece (Gomes, 2005, p. 43).

E esse processo de construção sem uma intencionalidade crítica positiva pelo professor pode se tornar um processo no qual a criança negra fique sem referenciais positivos de representatividade negra, ou não se enxergue em modelos pré-estabelecidos que enaltecem o modelo europeu. As crianças negras precisam se reconhecer e se identificar nas histórias como protagonistas, o que por sua vez colabora com a construção da autoestima.

Assumir a identidade negra no Brasil pode ser um processo extremamente doloroso, uma vez que os modelos ditos positivos da identidade negra são pouco divulgados, se comparados aos modelos de pessoas brancas. Em contra partida os modelos negativos do negro são facilmente observados em nossa sociedade: basta olharmos para as ruas, presídios, hospitais psiquiátricos, favelas e outros contextos, em geral, negativos (Gomes, 2005, p. 171).

Se, ao escolher histórias infantis para contar, sempre escolher padrões ditos “europeus”, como a criança negra irá se sentir valorizada se, nessas histórias, em sua maioria, as princesas são sempre brancas, magras, e com cabelos lisos? Em que modelo a criança negra vai se espelhar, como ela irá valorizar sua cultura, seu corpo, sua cor se não há modelos no qual se espelhar, se reconhecer? E se o super-herói dos livros ou filmes que escolher for sempre branco, alto, forte e de olhos claros? Se no seu colo você só dá preferência para crianças brancas? Se o cabelo crespo, ou cheio de tranças que a mãe demora a fazer no final da semana nunca é

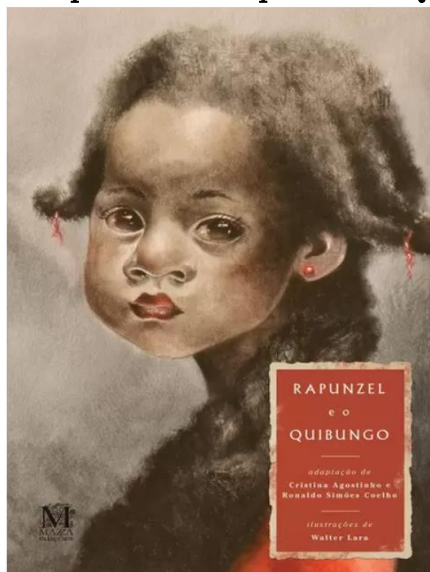
elogiado? São pequenas ações no dia a dia da educação infantil que fazem grande diferença na busca pelo combate a um racismo velado, não explícito, mas que continua a se reproduzir no dia a dia da escola.

Digno de nota é a oferta de bonecas negras presentes nos brinquedos da escola. Para educação antirracista, é fundamental a presença delas como opção de reconhecimento e valorização das crianças negras. Deixadas à disposição, entretanto, sem uma ação que afirme seu valor e sua beleza, perdem o sentido antirracista desejado. Isso ficou comprovado ao ser verificado que a única aluna negra da sala não era plenamente aceita pelas outras crianças. Ela tentava se enturmar, porém era constantemente excluída ou tinha o brinquedo retirado de sua mão por outras crianças (Motta, 2019, p. 11).

A escola não pode continuar negando às crianças negras o direito de conhecer a sua história e a formação de uma autoimagem positiva. Ela não pode deixar de assumir seu papel, negligenciando ou naturalizando o sofrimento dos vários estudantes que são vítimas de racismo silencioso diariamente.

Sabe-se que nas histórias infantis há presença constante no universo infantil, e se constituem um importante recurso para trabalhar com as crianças diversos temas, no qual as crianças podem se reconhecer nas histórias lidas, por meio de uma representação que valorize sua cultura, sua origem racial, a exemplo a adaptação de Cristina Agostinho e Ronaldo Simões Coelho (2012), “Rapunzel e o Quibungo”, com ilustrações de Walter Lara, da Mazza Edições (Figura 1).

**Figura 1: Capa do livro Rapunzel e o Quibungo.**



Fonte: Agostinho; Coelho, 2003

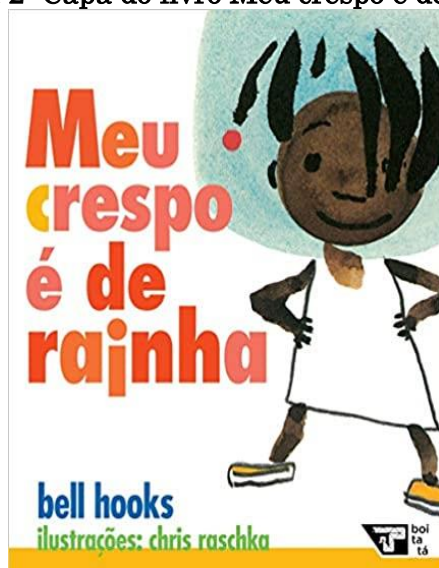
Segundo Oliveira e Sampaio (2020), a literatura negra é escrita por autores negros autodeclarados, e seus escritos podem vir não somente em forma de denúncia do racismo, mas com os desdobramentos na vida do povo negro, como reivindicações do período escravocrata brasileiro, suas vivências, valorização de traços negros, as heranças culturais, a beleza do cabelo, a cor da pele, experiências pessoais sofridas por discriminação racial que ainda fazem parte do cotidiano brasileiro.

O conto Rapunzel e o Quibungo (Agostinho; Coelho, 2012) é uma história fictícia, todavia a situação retrata o cotidiano da sociedade brasileira. Este livro é uma adaptação do clássico conto de fadas europeu dos Irmãos Grimm (1812). O livro representa os personagens com a cor de pele negra e com uma longa trança de cabelos enrolados, o que aproxima a criança negra aos personagens do livro, colocando em prática a imaginação cultural de enfrentar

bruxas e se imaginando dentro da fantasia. A adaptação da história faz com que as crianças negras se identifiquem e se apropriem da história, permitindo a valorização e o reconhecimento da cultura africana e afro-brasileira, o que por sua vez colabora com a construção da autoestima dessas crianças.

O livro “Meu crespo é de rainha”, da autora bell hooks (2018), com ilustrações de Chris Raschka e tradução de Nina Rizzi, da Editora Boitatá (Figura 2).

**Figura 2: Capa do livro Meu crespo é de rainha**



Fonte: Hooks, 2018.

O livro *Meu crespo é de rainha* (Hooks, 2018), procura enaltecer, por meio das ilustrações e de forma positiva, a diversidade da textura dos cabelos crespos e cacheados, bem como a beleza dos fenótipos negros, e busca promover a autoestima das crianças negras, seu empoderamento, valorizando as características do seu cabelo e incentiva a liberdade de expressar a individualidade,



reforçando que a pluralidade étnico-racial dos vários penteados de crianças negras remetem às coroas de reis e rainhas.

A autora utiliza de palavras e expressões afetuosas que enaltecem os cabelos crespos e cacheados, definindo-os como “macio como algodão, pétala de flor ondulada e fofa” (Hooks, 2018, p. 4) e “cabelo tão sedoso, tão gostoso de brincar” (Hooks, 2018, p. 15).

Segundo Gomes (2002), os cabelos crespos e o corpo negro são considerados as expressões simbólicas da identidade negra no Brasil, pois juntos eles fomentam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão intrínseca à população negra.

O cabelo crespo é um dos aspectos fisiológicos da população negra que ainda continua sendo visto como marcas de inferioridade, sendo classificados como “algo que precisa ser domado”, como “ruins e duros”, e esses discursos racistas e estereotipados ainda são reproduzidos cotidianamente na sociedade e faz com que a identidade negra seja invisível e negada. Isso ocorre quando na escola, nos livros e na sociedade reforçam o branqueamento e não valorizam as características da criança negra.

O racismo na escola tornou e ainda torna mais forte essa inviabilização de identidade em relação aos cabelos das crianças negras, gerando uma sensação de inferioridade, atribuindo-lhe o desejo de ser de outro jeito para ser vista como bonita dentro de determinados padrões estéticos, pois ainda é enfatizado como despenteado, relacionado ao desmazelo.

Oliveira e Sampaio (2023) ressaltam que as lutas antirracistas vieram para quebrar o silenciamento, que o protagonismo negro sofreu na literatura, causado pelo racismo estrutural. O estímulo da leitura de livros que tenham o

protagonismo negro e que representem de maneira positiva a diversidade, a identidade, a valorização da ancestralidade e das culturas africana e afro-brasileira, precisa ser valorizado para reforçar a importância da representatividade na literatura negra infantil de modo que ressignifique o papel da beleza negra e transforme a autoestima das crianças negras dentro e fora da escola.

A lei 10.639/2003 incluiu o Dia da Consciência Negra (20 de novembro) no calendário escolar, mas isso não quer dizer que a discussão da temática racial tenha que ser somente no mês de novembro, mas sim, em todo o ano letivo. Dessa maneira, não basta apenas fazer cartazes com colagens de mulheres negras e com frases de impacto sobre o racismo nesta data, como é visto na maioria das escolas. Por isso, é importante construir uma prática docente e uma gestão antirracista que questione os preconceitos existentes na escola, e que seja pautada na pluralidade e respeito das diferenças.

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalinhando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas (Brasil, 2004, p. 15).

O professor e a escola precisam reconhecer e corrigir as discriminações de raça e etnia presentes nos materiais escolares, para assim combaterem os silêncios e as reproduções de práticas negativas, promovendo positivamente a imagem das crianças negras.

Dessa forma, será possível reconstruir as relações sociais em uma sociedade antirracista. É preciso repensar o currículo para não reforçar conteúdos ou ações que tenham por característica preservar o racismo, a superioridade e valorização de uma raça em detrimento de outra.

Oliveira e Sampaio (2022) ressaltam a necessidade de reconhecer que o racismo é um problema estrutural no Brasil e que todos possuem a responsabilidade de combater a toda e qualquer forma de discriminação e desigualdade existente na sociedade. O currículo é território de disputa e de poder entre os grupos subalternos e hegemônicos, e para que haja a descolonização deste, é necessário que os professores repensem suas práticas e estabeleçam caminhos para incluir as questões étnico-raciais no ambiente escolar e se torne mais plural e democrático.

### **Considerações finais**

O Brasil é um país racista, essa é uma verdade que precisa ser explicitada para que, assim, possa desconstruir o mito de uma igualdade racial. Não nascemos racistas, então temos que diagnosticar de que forma estamos contribuindo para a perpetuação desse racismo em nossa sociedade. Esse entendimento só se mostra possível via formação de professores, se constituindo um fator essencial na busca de uma educação de qualidade.

A promulgação da Lei 10.639/2003 sem dúvida foi um marco na história contra o racismo e a discriminação de grande parcela da população brasileira, mas essa precisa ser implementada de maneira crítica nas escolas. Só assim, quem sabe, podemos sonhar em ter

uma sociedade mais justa, com igualdade de oportunidades tal como preconiza a Constituição de 1988.

Este ensaio, de caráter reflexivo, não apresenta resultados empíricos, mas propõe abordagens pedagógicas fundamentadas na análise de dois livros de literatura infantil que valorizam a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena.

As sugestões apresentadas buscam incentivar práticas antirracistas na Educação Infantil, ressaltando a importância da representatividade positiva, do resgate da ancestralidade e da valorização das culturas negras e indígenas no cotidiano escolar. Por meio dessas abordagens, espera-se contribuir para a construção de uma educação mais plural, democrática e comprometida com a promoção da equidade racial desde os primeiros anos da escolarização.

O professor antirracista poderá selecionar livros literários de gêneros textuais distintos que retratem, em suas narrativas, a história dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, além de realizar uma leitura crítica, observando se a história e as ilustrações desses grupos étnicos estão representadas de forma positiva, uma vez que podem conter estereótipos racistas. É fundamental que esses livros infantis retratem a representatividade negra para as crianças e que valorizem a ancestralidade, além de combater o racismo e a intolerância, bem como enaltecer a beleza e a riqueza das culturas africana e afro-brasileira, com o intuito de desconstruir concepções racistas sobre a identidade negra.

É preciso ter claro que um olhar mais atento para o discurso oficial, ou seja, a Lei 10.639/03, não significa beneficiar um grupo socialmente discriminado em detrimento de outro. Fica evidente que

ainda é preciso avançar nas discussões e implementação da Lei 10.639/2003 no sentido de garantir aos atores envolvidos a plenitude de sua dignidade, respeito e valorização da sua identidade étnica. A escola e os professores precisam estabelecer diretrizes e ações concretas para a aplicação da referida lei, para que haja um comprometimento com a cidadania e o respeito por todos os cidadãos, visando o combate ao racismo e à discriminação racial.

## Referências

AGOSTINHO, Cristina; COELHO Ronaldo Simões. *Rapunzel e o Quibungu*. Adaptação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. 16p.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p

BRASIL. *Constituição da República Federativa*. Congresso Nacional, Brasília, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil*. Brasília, DF: MEC, 1998.

BRASIL. *Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. D.O.U. de 10/01/2003. Brasília, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Parecer CNE/CP 003/2004*. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. *Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008*. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. *Diretrizes Curriculares*

*Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

CAVALLEIRO, Eliane. (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola*. São Paulo: Selo Negro Edições, 3ª ed. 2001, p. 141-160.

FLORES, Maria Bernadete Ramos; MELO, Sabrina Fernandes. A libertação de Cam: discriminar para igualar. Sobre a questão racial brasileira. In: RODRIGUES, Cristina Carneiro; LUCA, Tania Regina; GUIMARÃES, Valéria (Org.). *Identidades brasileiras: composições e recomposições* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, pp. 31-86. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/h5jt2/pdf/rodrigues-9788579835155-04.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GOMES, Nilma Lino. *Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte*. 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*, Anped, n. 23, p. 75-85, mai./jun./jul./ago., 2003.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. *Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, 2005, p. 39-62. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em 10 dez. 2022.

HOOKS, bell. *Meu crespo é de rainha*. Tradução: Nina Rizzi. São Paulo: Boitatá, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Conheça o Brasil – População: cor ou raça*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, KABENGELE. *Superando o racismo na escola*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade, 2005, p. 185-201. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf). Acesso em 10/12/2022

MOTTA, Flávia; DE PAULA, Claudemir. Questões raciais para crianças: resistência e denúncia do não dito. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 2, e88365, 2019.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o Racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2ª ed., 2005. 204 p.

OLIVEIRA, Ana Flávia Borges de. *A representação do negro no livro didático de Geografia do 8º Ano do Ensino Fundamental*. 2019. 46 f. Monografia (Graduação em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

OLIVEIRA, Ana Flávia Borges de; SAMPAIO, Adrianly de Ávila Melo. A literatura negra infantil como prática antirracista nas aulas de Geografia. In: Encontro Nacional de Antirracismo na Educação em Geografia, 1, 2020. Uberlândia. *Anais...* Uberlândia, 2020. p. 58-66.

OLIVEIRA, Ana Flávia Borges de; SAMPAIO, Adrianly de Ávila Melo. A representação do negro nos livros didáticos de Geografia do 8º ano do ensino fundamental: primeiras discussões. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 39, e58615, p. 211-237, jan. 2022.

OLIVEIRA, Ana Flávia Borges de; SAMPAIO, Adrianly de Ávila Melo. A literatura negra como prática de ensino no combate à discriminação racial nas aulas de Geografia: uma análise do livro “A menina Akili e o tambor falante”. *Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia*, v. 14, p. 149-166, 2023.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. A pesquisa narrativa: uma introdução. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte/MG, vol. 8, num. 2, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/gPC5BsmLqFS7rdRWmSrDc3q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PEREIRA, Amílcar Araújo. O movimento negro brasileiro e a lei nº 10.639/2003: da criação aos desafios para a implementação. *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Renato Emerson dos. A lei 10.639 e o ensino de geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. *Tamoios*, Niterói, Ano VII, n. 1, p. 4-24, 2011.

Recebido para publicação em 11/04/2025

Aceito para publicação em 27/08/2025



# O “NOVO” ENSINO MÉDIO E A GEOGRAFIA ESCOLAR NO ESTADO DA BAHIA

THE "NEW" HIGH SCHOOL AND SCHOOL GEOGRAPHY IN THE STATE OF BAHIA

LA “NUEVA” ENSEÑANZA MEDIA Y LA GEOGRAFÍA ESCOLAR EN EL ESTADO DE BAHÍA

Vanessa Evangelista de Souza  
Universidade Estadual de Santa Cruz  
vesouzageo@gmail.com

Humberto Cordeiro Araujo Maia  
Universidade Estadual de Santa Cruz  
vesouzageo@gmail.com

## Resumo:

A presente pesquisa investiga o aprofundamento do neoliberalismo nas políticas educacionais brasileiras, evidenciado pela implementação da Reforma do Ensino Médio (NEM) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O estudo analisa o processo de implementação do NEM na Bahia e seus impactos na Geografia escolar, na formação do estudante e nas condições de trabalho dos professores. Para tanto realizou-se um levantamento teórico-conceitual sobre o avanço das políticas neoliberais na educação e suas implicações na Geografia escolar, a partir da Lei 13415/2017, e análise documental da legislação baiana período de 2020 a 2024. Os resultados evidenciam o apagamento da Geografia no Ensino Médio e a desvalorização do trabalho docente, resultando em sobrecarga e perda da autonomia dos professores. Ademais, temos uma formação do aluno fragmentada, com viés privatizador, que impossibilita a compreensão do real e o exercício da cidadania.

**Palavras-chave:** Reforma do Ensino Médio; Geografia Escolar; Políticas Educacionais.

|             |           |                                 |                 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025 | ISSN: 2674-8355 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

This research investigates the deepening of neoliberalism within Brazilian educational policies, as evidenced by the implementation of the New High School Reform (NEM) and the Common National Curriculum Base (BNCC). The study analyzes the implementation of the NEM in Bahia and its impact on school geography, student education, and teaching working conditions. To this end, a theoretical-conceptual survey on the advancement of neoliberal policies in education and their implications for school geography was carried out, based on Law 13.415/2017, and a documentary analysis of Bahia legislation from 2020 to 2024. The results show the erasure of Geography in High School and the devaluation of teaching work, resulting in overload and loss of teacher autonomy. Moreover, we have a fragmented student education, with a privatizing bias, which hinders the understanding of reality and the exercise of citizenship.

**Keywords:** High School Reform; School Geography; Educational Policies.

**Resumen:**

Esta investigación indaga la profundización del neoliberalismo en las políticas educativas brasileñas, evidenciada por la implementación de la Reforma de la Enseñanza Media (NEM) y de la Base Nacional Común Curricular (BNCC). El estudio analiza el proceso de implementación del NEM en Bahía y sus impactos en la Geografía escolar, en la formación del estudiante y en las condiciones de trabajo de los profesores. Para ello, se realizó un levantamiento teórico-conceptual sobre el avance de las políticas neoliberales en la educación y sus implicaciones en la Geografía escolar, a partir de la Ley 13.415/2017, y un análisis documental de la legislación bahiana en el período de 2020 a 2024. Los resultados evidencian la desaparición de la Geografía en la Enseñanza Media y la desvalorización del trabajo docente, lo que resulta en sobrecarga y pérdida de la autonomía de los profesores. Además, tenemos una formación del alumno fragmentada, con un sesgo privatizador, que imposibilita la comprensión de la realidad y el ejercicio de la ciudadanía.

**Palabras-clave:** Reforma de la Enseñanza Media; Geografía Escolar; Políticas Educativas.

## **Introdução**

As políticas neoliberais têm moldado os rumos educação, trazendo significativos impactos na Geografia escolar e, consequentemente, na construção do pensamento crítico dos sujeitos. É possível perceber que muitos ideais da lógica neoliberal estão presentes nas políticas públicas de educação no Brasil. A Medida Provisória nº 746, de 2016, e a subsequente Lei nº 13.415/2017, que institui a reforma do Ensino Médio, são exemplos claros dessa influência.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo discutir o processo de implementação do Novo Ensino Médio (NEM) na Bahia e seus rebatimentos na Geografia escolar, na formação do estudante e nas condições de trabalho dos professores. Para atingir o objetivo proposto neste artigo, realizamos o aprofundamento teórico conceitual sobre o avanço das políticas neoliberais na educação e seus impactos na Geografia escolar a partir da sanção da Lei 13.415/2017. Adicionalmente, procedemos à análise documental da legislação baiana no recorte temporal de 2020 a 2024, compreendendo os seguintes documentos: Matriz Curricular Referenciada do Ensino Médio de 2010 – Portaria nº 1.128/2010; Matriz Curricular do Ensino Médio de 2022 – Portaria nº 1978/2022; Manual de Programação Escolar da Bahia de 2020-2021; e o Manual de Programação Escolar da Bahia de 2024.

Consideramos que no atual contexto as políticas educacionais neoliberais avançam consideravelmente, afetando diretamente a Geografia escolar e a formação dos sujeitos, já que seus objetivos estão mais direcionados ao atendimento da lógica de mercado introjetada na escola, em detrimento da transmissão e

construção do conhecimento geográfico sistematizado. Reforçamos a necessidade da Geografia na Educação Básica, considerando a possibilidade de subverter tais ideais, ao possibilitar aos alunos uma análise da realidade espacial sem perder a dimensão da totalidade.

O artigo está organizado em duas seções. Na primeira, intitulada “Políticas Neoliberais na Educação e seus impactos na Geografia escolar”, abordamos o avanço das políticas neoliberais na educação e como esse reformismo influenciou a reorganização curricular do Novo Ensino Médio (NEM), com suas respectivas implicações para a Geografia escolar, conforme preconizado pela Lei 13.415/2017. Já na segunda, “A Reforma do Ensino Médio – Lei 13.415/2017: contexto da Geografia escolar na Bahia”, discutimos os aspectos gerais do processo de implementação do NEM na Bahia, como a rapidez desse processo, a mudança na matriz curricular, a redução da carga horária da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e, por fim, como esse processo impactou a Geografia escolar, trabalho docente e a formação do estudante.

Por fim, destacamos que a Geografia tem sido fortemente apagada no contexto das políticas e programas educacionais no Estado da Bahia, o que significa uma consequência de um modelo educacional que valoriza o chamado conhecimento útil, em detrimento dos conhecimentos que fazem o estudante refletir e pensar sobre sua condição no mundo. Reforçamos que esse contexto é fruto de fatores estruturais e ideológicos, que priorizam uma formação técnica e flexível, ao invés de uma formação crítica e ampla.

## **Políticas neoliberais na educação e seus impactos na Geografia escolar**

O processo de aprofundamento do neoliberalismo nas políticas educacionais brasileiras pode ser evidenciado na implementação da Reforma do Ensino Médio (NEM) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse movimento percebeu na educação uma riqueza a ser explorada pelo capital, ampliando o processo de mercantilização da educação e de controle e desqualificação da docência, nas mais diferentes escalas, a partir da década 1990, como dispõe Albuquerque *et al.* (2021, p. 18-19),

[...] desde pelo menos o início da década de 1990, vem sendo marcada por uma política educacional que tem, entre suas principais diretrizes, de um lado, a ampliação dos processos de mercantilização da educação e de outro a intensificação do controle e da desqualificação da docência, em suas mais diferentes escalas. [...] É consenso na literatura do campo das políticas educacionais que a década de 1990 no Brasil pode ser identificada como aquela na qual se inicia o processo de consolidação da hegemonia neoliberal sobre as políticas educacionais.

A intensificação do controle e da desqualificação da docência por políticas neoliberais na educação se dá sobre dois principais dispositivos: as avaliações padronizadas em larga escala e o currículo padronizado, representando a primeira marca da investida neoliberal para aumentar o controle sobre a educação e reduzir a autonomia da escola e dos docentes (Albuquerque *et al.*, 2021). Essa investida sobre as avaliações e, principalmente, sobre o currículo é caracterizada pela participação de diversos atores globais e

organismos privados, que manifestam preocupação com a qualidade da educação e a formação dos professores.

Conforme Robertson e Dale (2017, p. 868), atores globais e organismos privados, a exemplo do Banco Mundial, da Pearson Education, da Fundação Bill e Melinda Gates e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), inseriram-se no âmbito da política docente, validando sua atuação e interesse ao argumentar que professores e o ensino desempenham um papel crucial no desempenho dos estudantes, o qual, por sua vez, é fundamental para o desenvolvimento de economias globalmente competitivas. Dessa forma,

[...] temos visto, de forma cada vez mais intensa, a incidência de grupos privados, principalmente vinculados aos setores financeiro e de telecomunicações, na definição das políticas, inserindo lógicas privadas na forma como são pensados e executados os processos educativos” (Giordani; Giroto; Soares, 2022, p. 323).

A influência desses atores preocupados com a educação pode ser observada na formulação de políticas educacionais como a Reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Nacional Comum de Formação de Professores (BNC-Formação). Essas políticas representam uma forma de ampliar sua atuação sobre a escola e o trabalho docente. A exemplo dessa investida de organismos privados em processos educativos, destacamos a presença da Fundação Telefônica Vivo como um parceiro estratégico da Secretaria de Educação da Bahia para a implementação do NEM, conforme destaca o trecho a seguir.

Para as disciplinas eletivas, são oferecidos cursos de formação de professores de qualquer área do

conhecimento, e da oferta de conteúdos relacionados às Tecnologias Digitais com parcerias exclusivas com Secretarias de Educação. [...] Para a Bahia, foram elaborados dois e-books. Segundo dados disponibilizados pela fundação, a idealização e a coordenação do projeto são da Fundação Telefônica Vivo. [...] Ainda segundo a fundação, mais de mil, cento e cinquenta profissionais da educação e de trinta e seis mil estudantes participaram das ações desenvolvidas pela FTV em parceria com a SEC-BA (Mello, 2023, p. 174-175).

Além da Fundação Telefônica Vivo, Mello (2023) ainda destaca a parceria da referida Secretaria com o Instituto Reúna, que foi criado após a homologação da BNCC e atua

[...] em quatro frentes: formação, material didático, currículo e avaliação a partir da construção de ferramentas e conteúdos alinhados à BNCC, assim como na Bahia estabeleceu parceria com municípios e Estados para analisar os referenciais curriculares elaborados a partir da BNCC (Mello, 2023, p. 168).

A FVT e o Instituto Reúna possuem interesses ao fazer parcerias com as organizações públicas. A FVT tem como propósito apoiar a digitalização da educação pública, alegando que, sozinho o poder público não supre as lacunas educacionais no país. Seu discurso tem afinidade com a nova razão neoliberal (Mello, 2023) buscando a educação enquanto sua principal cliente.

Já o Instituto Reúna foi fundado pela Fundação Lemann em 2019, após a implementação da BNCC, com intuito de contribuir com a implementação da Base e o cumprimento da Meta 7 do PNE (Plano Nacional de Educação). Outro aspecto sobre o Instituto são suas parcerias com a Fundação Roberto Marinho, Itaú Social, Instituto Iungo etc.

Nota-se que o movimento dessas instituições na implementação do NEM na Bahia tem um objetivo ideológico alinhado às demandas internacionais para a formação de novos sujeitos adaptados para exercer diversas funções em tempos de materialização das novas morfologias do trabalho (Andrade, 2024) do regime de produção capitalista.

Dada a intervenção desses organismos privados, é importante destacar que a presença desses atores globais no contexto das políticas educacionais não tinha um peso de autoridade e legitimidade sobre a política educacional; porém, com o processo de globalização, instituições como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial começaram a se infiltrar na educação e atualmente dominam a elaboração de uma política docente global. A participação desses organismos no processo de elaboração das políticas educacionais possui uma voz potente na definição da natureza dos problemas educacionais e soluções e, dessa maneira, criam políticas de natureza vertical, que não dialogam com a realidade da escola e do professor (Robertson; Dale, 2017).

É importante ressaltar que as políticas neoliberais na educação transcendem uma mera questão setorial, como um negócio ou mercado de serviços. Além de estarem atreladas às avaliações e às políticas educacionais globais, elas visam à formação de um tipo específico de indivíduo: flexível e adaptável às demandas do mercado de trabalho, a fim de atender à competitividade global. Nesse sentido, Couto (2018, p. 109-110) destaca:

[...] as atuais políticas neoliberais reproduzem o processo de expansão com precarização da educação pública brasileira. Entretanto, há especificidades na atual conjuntura neoliberal,



visualizando na finalidade de formação do trabalhador flexível e de consumidores, nas políticas de currículo e avaliação externa – ações de controle da escola/ professores – e na política produtivista da meritocracia, de flexibilidade de salários, condições de trabalho, visando otimizar custos em função de metas burocráticas (Couto, 2018, p. 109-110).

Dessa forma, a escola possui um papel mais burocrático, focada em adaptar os indivíduos para que se adequem às novas exigências do mercado, tendo uma formação mais técnica em detrimento de uma formação ampla e crítica. Assim, “[...] as funções da escola são ampliadas, algumas vezes desviando de sua finalidade básica” (Leite; Silva, 2021, p.128-129), que é desenvolver o estudante, para lhe assegurar uma formação para o exercício da cidadania, progredir em estudos posteriores e no trabalho.

Ao dispor do processo de avanço do neoliberalismo sobre as políticas educacionais, entendemos que sua ação se dá sobre dois principais instrumentos de controle: as avaliações em larga escala e o currículo padronizado. Com base nesse recorte, evidenciamos o espírito reformista na educação, com enfoque nas modificações curriculares na etapa do Ensino Médio e seu impacto na Geografia escolar, preconizadas inicialmente pela Medida Provisória nº 746/2016, que se converteu na Lei 13.415/2017, no governo do presidente Michel Temer. Sobre essa reestruturação curricular, Leite e Silva (2021, p. 127-128) destacam que,

A reestruturação curricular do Ensino Médio decorre diretamente da Lei nº 13.415/2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96. Mas também resulta do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, que explicita em suas metas o fomento à qualidade da Educação Básica e reitera o estabelecimento e a implantação de

diretrizes e a base nacional comum dos currículos do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Além disso, decorre da LDB, artigo 9º, que determina essa implantação para toda a Educação Básica, de modo a assegurar formação básica comum. Daí, é construída a BNCC (2017 e 2018) e são atualizadas as DCNEMs (2018), que também são documentos normativos da reorganização curricular dessa etapa de ensino.

Essa reestruturação curricular gerou tensões e manifestações, pois não resultou de uma construção coletiva. Nesse sentido, Leite e Silva (2021, p. 128) apontam que o novo Ensino Médio foi definido sem uma ampla participação coletiva, especialmente daqueles que conhecem a realidade escolar e suas dinâmicas, como os professores. A elaboração dessa proposta, sem essa ampla participação, está intrinsecamente ligada às disputas de interesse que permeiam toda a educação em relação ao currículo, o qual, segundo os mesmos autores, “[...] tem sido um campo de disputas por âmbitos diversos e interesses múltiplos” (Leite; Silva, 2021, p. 126). Assim, de forma geral, são os interesses e as necessidades que definem o que estudar e ensinar no contexto escolar.

Tendo como referência tal conjuntura, o quadro a seguir apresenta algumas das modificações orientadas pela Lei nº 13.415/2017, que instituiu a reestruturação curricular do Ensino Médio.

**Quadro 1: Reestruturação curricular do Ensino Médio**

| <b>Lei 13.415/2017</b>          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|---------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Carga Horária</b>            | Art. 24.<br>1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>Currículo</b>                | Art. 36.<br>Currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>Disciplinas obrigatórias</b> | Art. 3.<br>2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.<br>3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas.<br>4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. |
| <b>Avaliação</b>                | Art. 3.<br>6º A União estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da Base Nacional Comum Curricular                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

Fonte: elaborado pelos autores, com base na Lei nº 13.415 (Brasil, 2017).

As mudanças apresentadas no Quadro 1 compõem a nova organização do Ensino Médio, que, conforme Cunha e Gonçalves

(2023, p. 348), tem como objetivo principal aprofundar os conhecimentos na área de maior aptidão do estudante. Para os autores, em teoria, esse novo formato propôs um modelo de aprendizagem estruturado por áreas do conhecimento, possibilitando ao aluno a escolha de uma formação específica.

Nesse sentido, o currículo do Ensino Médio passa a ser organizado pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos que são organizados por área do conhecimento e por arranjos curriculares. Vale lembrar ainda que o itinerário formativo é escolhido pelo estudante no momento de ingresso no Ensino Médio.

Na teoria, essa proposta parece simples, pois se imagina que as escolas possuam estrutura para tal, porém a realidade demonstra que “[...] a maioria das escolas brasileiras não têm condições de ofertar todos os itinerários nem atender às demandas dos estudantes” (Cunha; Gonçalves, 2023, p.348). Nesse caso, o estudante deve optar pelo itinerário ofertado pela instituição. Esse fato, portanto, denuncia uma reforma sem investimento e recursos para sua implementação, o que revela a elaboração de uma proposta verticalizada, a qual não dialoga com a realidade das escolas brasileiras.

Outra questão relacionada às mudanças destacadas no Quadro 1 diz respeito à avaliação no NEM. Como prerrogativa do reformismo neoliberal, a reorganização do currículo veio acompanhada por um sistema de avaliação da qualidade da educação, oferecida nessa etapa de ensino pela União, a partir da Base Nacional Comum Curricular. Portanto, a qualidade da educação virou sinônimo de bons índices de desempenho nas avaliações padronizadas em larga escala. Assim,

Os fundamentos das políticas educacionais, direcionadas pelo neoliberalismo, têm levado à compreensão de que educação/aprendizagem de qualidade é aquela que possibilita o alcance de bom desempenho educacional, especialmente nas avaliações padronizadas. Qualidade passou a ser sinônimo de melhorias nos índices educacionais [...] (Leite; Silva, 2021, p. 129).

Sabemos, porém, que a qualidade da educação não pode ser mensurada por índices de desempenhos nessas avaliações, “[...] por não levarem em conta uma série de fatores, como a condição socioeconômica dos alunos” (Cunha; Gonçalves, 2023, p.353-354) e a diversidade cultural de um país de extensão continental como o Brasil.

Sobre a carga horária destinada à formação do estudante no Ensino Médio, é possível notar que a nova organização propõe a ampliação de forma progressiva, de oitocentas horas para mil horas anuais para cada ano do Ensino Médio. Com a implementação dessa nova organização, o Ensino Médio passa a totalizar três mil horas de aulas ao longo dos três anos de formação do estudante. Desse montante, mil e duzentas horas são dedicadas aos conhecimentos que compõem os itinerários formativos, enquanto as restantes mil e oitocentas horas são destinadas às disciplinas da base comum.

[...] a reforma do Ensino Médio introduzida pela Lei n. 13.415/2017 reduziu a carga horária da Formação Geral Básica (FGB) a um teto de 1.800 horas (60% da carga horária total), e as Ciências Humanas foram especialmente afetadas por essa restrição, experimentando uma diminuição substancial do número de aulas dedicadas ao ensino de Filosofia, Sociologia, História e Geografia (Rede Escola Pública e Universidade, 2025, p. 9).

Em paralelo à redução do tempo dedicado à formação básica nesse ciclo de ensino, observa-se um aumento da carga horária destinada às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Estas são as Disciplinas Obrigatórias ao longo dos três anos do Ensino Médio, e, conforme aponta Farias (2020, p. 9), isso “[...] estabelece que todas as demais matérias passam a ser optativas”. Contudo, é importante notar que, de acordo com o mesmo documento, algumas disciplinas devem ser ofertadas obrigatoriamente em algum momento desse período de formação.

Com essa normativa, o Estado desvaloriza e desobriga o ensino das demais ciências ao longo do Ensino Médio. [...] Com esse estreitamento e desobrigação, é possível que o Ensino Médio não cumpra suas finalidades e ocorra sonegação de conhecimentos e/ou esvaziamento teórico/de conteúdos essenciais ao desenvolvimento dos estudantes [...] (Leite; Silva, 2021, p. 131).

Além disso, conforme apresentado no Quadro 1, sobre as disciplinas obrigatórias, é notória a ausência, na Lei 13.415/2017, da disciplina de Geografia, no rol que compõe os conhecimentos destinados a essa etapa de formação do estudante. Essa ausência é acompanhada pela redução substancial do número de aulas direcionadas às disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e estabelece que a Geografia passe a ser uma disciplina optativa no currículo do NEM.

A decisão de tornar algumas disciplinas não obrigatórias na etapa final da formação escolar implica um reconhecimento da relevância de certas áreas do conhecimento em detrimento de outras. Leite e Silva (2021, p. 126) argumentam que essa medida estabelece uma hierarquia entre os componentes curriculares, nos quais algumas disciplinas, como a Geografia, não possuem oferta

compulsória ao longo do Ensino Médio, enquanto outras são consideradas indispensáveis. A apreciação de uma área do saber em detrimento de outra define que o currículo não é neutro (Sácristan, 2013), já que faz parte de posicionamentos didáticos, políticos, administrativos, econômicos e ideológicos.

Assim, historicamente, a presença ou ausência da Geografia no currículo escolar sempre esteve relacionada diretamente a interesses muitas vezes não explícitos. Sobre isso, Nunes e Lima (2018, p. 174) afirmam:

[...] o lugar ou a posição que ela ocupava e/ou ocupa no currículo escolar oficial é vinculado diretamente a interesses, isto é, a motivações nem sempre explícitas, mas norteadoras das práticas curriculares escolares. Isso repercute no “comprometimento ideológico” da geografia escolar, pois esse lugar também desvela sua função no conjunto dos conteúdos (selecionados e abordados nas práticas curriculares) que vão contribuir para a formação do “cidadão” e da atuação que dele se espera, daí servindo de “instrumento de mistificação”.

Na nova organização curricular do Ensino Médio, a visível ausência ou redução do tempo destinado às aulas de Geografia reflete um possível comprometimento ideológico. Essa diminuição pode impactar a formação para a cidadania, uma vez que a disciplina busca capacitar o estudante a reconhecer seu lugar no mundo e, como explicam Nunes e Lima (2018), a expressar sua opinião acerca de temas de natureza política, socioeconômica, cultural e ambiental, “[...] ações que também abarcam os princípios do desenvolvimento da autonomia intelectual e da construção da identidade” (Nunes; Lima, 2018, p. 163).

Assim, na organização do NEM temos a exclusão de “[...] conteúdos importantes da Geografia escolar, como os conceitos de lugar e paisagem, onde a cidadania está ligada ao sentido que damos ao espaço” (Cunha; Gonçalves, 2023, p.365). Assim, quando são negligenciados conhecimentos importantes, temos uma formação fragmentada, com viés privatizador, deixando de lado que os estudantes possam compreender seu espaço real e o seu papel enquanto sujeitos do conhecimento (Rezende, 1989).

Outro fator que contribui para a colocação da Geografia como componente não obrigatória no Ensino Médio reside na responsabilidade ímpar que ela assume

[...] na instrumentação conceitual, imprescindível à leitura e compreensão do mundo, à formação da cidadania, de mentalidades e, em consequência, ao arcabouço conceitual que justifica a adoção de atitudes adequadas aos imensos desafios postos pela contemporaneidade (Leite; Silva, 2021, p. 127).

Assim, essa flexibilização curricular acarreta uma sonegação de conhecimentos geográficos, pois o foco dessa reorganização é direcionado às disciplinas que são avaliadas. Com isso o estudante perde a capacidade de interpretar como os fenômenos espaciais moldam e remodelam a realidade, desde as vivências diárias até os eventos de grande escala, os quais frequentemente geram consequências que afetam diferentes sociedades e o cenário geográfico global (Nunes; Lima, 2018, p. 162-163).

Outra questão que permeia a desobrigação da Geografia enquanto um componente curricular no Ensino Médio é o esvaziamento teórico da disciplina e do pensamento crítico,



oferecendo uma educação geográfica rasa. Nesse caso, o estudante não se desdobra para o desenvolvimento do pensamento geográfico nem para a compreensão de mundo e a vista de suas espacialidades se perde (Leite; Silva, 2021).

Tendo por referência as questões apontadas até o momento, é que destacamos a possibilidade de esvaziamento teórico da Geografia e do pensamento crítico no Ensino Médio, pois pode ser que: a) essa disciplina não seja ofertada nos três anos do curso; b) o aluno não tenha acesso ao amplo conjunto de conhecimentos desse campo disciplinar; c) estreite os espaços de desenvolvimento do pensamento crítico e; d) ocorra a promoção de uma rasa aprendizagem, como ocorreu entre as décadas 1960 e início de 1990 (Lei nº 4.024/61 e Lei nº 5.692/71) com a criação da área Estudos Sociais, fruto da integração das disciplinas História e Geografia (Leite; Silva, 2021, p. 133-134).

Com esse esvaziamento teórico da Geografia, em que momento do seu processo formativo o estudante terá contato com os conhecimentos geográficos? E com sua carga horária reduzida, a quais conhecimentos o estudante terá acesso para desenvolver a sua capacidade de compreensão de mundo a partir da leitura do espaço? Como formar o estudante para a cidadania dentro dessas condições? Esses questionamentos compõe uma série de indagações sobre qual tipo de estudante se pretende formar dentro dessas condições. Assim,

[...] desconsiderar uma área do conhecimento é assumir uma formação rasa, que pouco contribui com o processo de desenvolvimento humano e com a formação crítica e cidadã, tão necessária aos questionamentos e desafios postos pela civilização contemporânea (Leite; Silva, 2021, p. 137).

A desobrigação do componente da Geografia no ensino médio também pode ser interpretada pela dissociação do componente no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Isso leva à perda da identidade da Geografia enquanto componente, ao se desmembrar em um currículo amplo e que desvaloriza conteúdos essenciais para a formação do estudante (Leite; Silva, 2021).

Essa situação é um reflexo dos múltiplos interesses que permeiam a reorganização curricular no Ensino Médio, os quais desconsideram as disciplinas das áreas do conhecimento que faz o aluno refletir sobre seu papel no mundo.

O Novo Ensino Médio (NEM) fundamenta-se em uma perspectiva neoliberal, a qual direciona a educação para a lógica do mercado. Essa abordagem propõe uma formação técnica uniformizada, com o objetivo de alcançar bons indicadores de desempenho. Simultaneamente, o NEM é apresentado como um aperfeiçoamento que possibilitaria ao estudante optar pela área do conhecimento de sua preferência, embora essa proposta implique a valorização de certos campos do saber em detrimento de outros. Em contraposição a essa visão, Leite e Silva (2021, p. 132) argumentam que, no contexto da Educação Básica, “nenhum conhecimento é mais importante ou mais valioso que o outro. Todos são necessários ao desenvolvimento do estudante em sua inteireza” (Leite; Silva, 2021, p. 132).

Portanto, diante do que foi exposto, apresentamos, a seguir, como se deu o processo de implementação do NEM no Estado da Bahia, bem como seus rebatimentos na Geografia escolar baiana.

## **A reforma do ensino médio – Lei 13.415/2017: contexto da Geografia escolar na Bahia**

Diante das inúmeras transformações provocadas pela reorganização do NEM e seus rebatimentos na Geografia escolar, compreendemos que as políticas educacionais neoliberais realçam apenas o chamado conhecimento útil e os aspectos individualistas e competitivos (Gadotti, 2013), em detrimento de uma formação ampla e crítica do estudante. Sob essa ótica, temos, portanto, “[...] um esvaziamento curricular, aumento das desigualdades escolares, lacunas nos processos formativos e perda da identidade epistemológica e metodológica das disciplinas” (Leite; Silva, 2021, p. 133).

Diante disso, dado o contexto de subtração da carga horária da Geografia escolar no NEM e a flexibilidade para a oferta das disciplinas na nova proposta curricular, temos uma perda de identidade epistemológica e metodológica da Geografia, ou seja, da forma como ela interroga e explica a realidade. Assim, essa perda dificultará a compreensão do espaço e de suas especificidades, da mesma forma que dificultará que o aluno compreenda a realidade na sua espacialidade.

Em meio a esse cenário e sob as diversas críticas acerca desse novo formato curricular, o Novo Ensino Médio (NEM) começou a ser implementado no Brasil a partir de 2022. Dada a dimensão continental do país e a diversidade de suas expressões culturais, cada sistema de ensino, ao reorganizar seus currículos, pôde realizar diferentes arranjos curriculares, priorizando a relevância para o contexto local, conforme detalhado no Quadro 1 da etapa do currículo.

Dessa forma, compreendemos que cada estado do país possui particularidades no processo de implementação do NEM, bem como diferentes arranjos curriculares. Por isso, nesta seção, evidenciamos o processo de implementação do NEM no Estado da Bahia, as modificações na matriz curricular e os seus rebatimentos na Geografia escolar.

No que concerne ao processo de implementação da nova organização do Ensino Médio na Bahia, a Secretaria da Educação (SEC-BA) aderiu ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (Portaria MEC nº 649/2018) em 2018. Essa adesão voluntária da SEC abrangeu 565 escolas das 1044 que compõem a rede estadual de ensino, as quais foram designadas como Escolas-piloto para a etapa inicial de implementação do NEM, conforme indicado no Manual de Programação Escolar de 2020.

Em 2018, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia – SEC fez adesão ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, vinculado ao MEC, o que culminou na adesão, voluntária, de 565 escolas da Rede Estadual da Bahia, intituladas Escolas-piloto, dando início à implementação do Novo Ensino Médio – NEM (Bahia, 2020, p. 13).

Além disso, as Escolas-piloto, após a adesão por parte da SEC-BA, “[...] defrontaram-se com a necessidade de encontrar soluções para problemas estruturais da educação pública e do EM, e ao mesmo tempo desenhar e implementar o novo modelo curricular” (Mello, 2023, p. 147).

Assim, após a adesão ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, em 2019, a SEC-BA deu início ao processo de elaboração do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) – volume II, etapa Ensino Médio – e anunciou, no final de 2019,

[...] a reformulação do Ensino Médio, com a publicação do documento intitulado a ‘Implantação do Novo Ensino Médio na Bahia: versão final’, que já teve seu início já processado em 2020 em algumas escolas chamadas de pilotos” (Silva *et al.*, 2021, p. 214).

Essa implementação nas escolas-piloto visava uma expansão gradual para toda a rede de ensino. Contudo, com o advento da Pandemia de Covid-19 e o consequente fechamento das escolas, a SEC-BA decidiu prosseguir com a implementação gradual apenas nas escolas-piloto, postergando o processo nas demais unidades da rede para um momento oportuno, como aponta o Manual de Programação Escolar de 2020 a seguir:

[...] o atual contexto pandêmico impôs mudanças e, assim sendo, a SEC dará continuidade à implementação do Novo Ensino Médio, apenas nas turmas de 1ª série das Escolas-piloto, na perspectiva do ano letivo Continuum Curricular 2020-2021. Porém, a 2ª série e 3ª série, permanecerão com a organização curricular prevista nas matrizes curriculares anexas às Portarias SEC nº 1.128/2010 e nº 1. 1.512/2010. A implementação do Novo Ensino Médio nas escolas que não estão no grupo das Escolas-piloto, se dará em momento oportuno, com um novo cronograma, e, no ano em curso, essas continuarão com as matrizes curriculares supramencionadas (Bahia, 2020, p. 13).

Vale ressaltar que essa implementação aconteceu sem os “Itinerários Formativos, com uma Matriz de Transição composta por Formação Geral Básica e Parte Flexível do Currículo” (Bahia, 2022a, p. 4). Além disso, a SEC-BA, por meio do Manual de Programação Escolar 2020/2021, orientou sobre como deveria ser feita a disposição da carga horária do professor nas escolas-piloto e como eles deveriam

ser alocados nos componentes curriculares da BNCC e na parte flexível do currículo. Recomendou também quais professores deveriam assumir os componentes de Iniciação Científica, Produção e Interpretação Textual e Projeto de Vida e Cidadania, como descreve o trecho a seguir.

Para fins de programação dos professores, nas turmas de Ensino Médio convencional (regular) e do NEM, **orienta-se:** a) programar os professores, dos Componentes Curriculares da BNCC e da Parte Diversificada do currículo, nas turmas de 1ª, 2ª e 3ª séries, preferencialmente, nas respectivas áreas de formação. B) programar os professores das 1ª séries das Escolas-piloto do Novo Ensino Médio, conforme a organização das Unidades Curriculares da parte flexível do Currículo. Para a parte **flexível do Currículo** – no que diz respeito às Unidades Curriculares Obrigatórias – Iniciação Científica, Produção e Interpretação Textual e Projeto de Vida e Cidadania, **recomenda-se** a programação dos professores nas seguintes **Áreas do Conhecimento:** a) Iniciação Científica – componentes curriculares de quaisquer Áreas do Conhecimento. B) Produção e Interpretação Textual – preferencialmente, componentes curriculares da Área de Linguagens e suas Tecnologias. C) Projeto de Vida e Cidadania – preferencialmente, componentes curriculares da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Bahia, 2020, p. 13, grifo nosso).

Foi somente no ano 2022 que a Rede Estadual de ensino da Bahia expandiu a implantação do NEM com os itinerários formativos para todas as escolas da sua rede. Conforme realizado nas escolas-piloto, esse processo também foi feito de forma gradual, apenas para os alunos que ingressariam no primeiro ano do Ensino Médio.

Em 2022, a Rede Estadual de Ensino da Bahia continuará com a implementação do Novo Ensino Médio nas escolas-piloto e iniciará nas demais

escolas da rede, na perspectiva de atender às orientações estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE), por meio da Resolução nº 68, de 18 de outubro de 2021, que alterou o cronograma de implementação do referencial curricular do Ensino Médio do Sistema Estadual de Ensino, prorrogando-o para 2023 (Bahia, 2022a, p. 4).

Desse modo, a rede estadual de ensino da Bahia avançou no processo de implementação do NEM e, no ano de 2024, encerrou as últimas turmas vinculados a antiga Matriz Curricular do Ensino Médio, como dispõe o Manual de Programação Escolar de 2024: “[...] para a 3ª série, permanecerão com a organização curricular prevista nas matrizes curriculares anexas às Portarias SEC nº 1.128/2010 e nº 1. 1.512/2010” (Bahia, 2024, p. 16).

Mediante a contextualização sobre o processo de implantação do NEM na Bahia, o Quadro 2, a seguir, apresenta as modificações na matriz curricular do Ensino Médio em tempo parcial e os reflexos dessa reorganização para a Geografia escolar.

**Quadro 2: Modificações da matriz curricular do Ensino Médio em tempo parcial e seus reflexos na Geografia escolar na Bahia**

|                              | Antes da reforma                                                                                                                               | Depois da reforma                                                                                                                                   |
|------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Carga Horária (Total)</b> | 1000 horas anuais divididas em 200 dias letivos.<br>Sendo:<br>-880 horas dedicadas a base comum;<br>-120 horas dedicadas a parte diversificada | 1000 horas anuais divididas em 200 dias letivos<br>Sendo:<br>- 600 horas dedicadas a base comum<br>- 400 horas dedicadas aos itinerários formativos |
| <b>Referencial</b>           | Diretrizes Curriculares Nacionais em vigência                                                                                                  | Documento Referencial Curricular da Bahia (DCRB)                                                                                                    |
| <b>Currículo</b>             | Composto por uma base comum de acordo as áreas do conhecimento                                                                                 | Constituído de base comum ( <i>Linguagens; Matemática;</i>                                                                                          |

|                                           |                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                           | <i>(Linguagens, Códigos e suas tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias) e uma parte diversificada (Componente Curricular de uma das áreas do conhecimento e Língua Estrangeira).</i> | <i>Ciências da Natureza; Ciências Humanas e formação técnica e profissional)</i> e de itinerários formativos ( <i>parte flexível do currículo</i> ) específico, direcionados a áreas do conhecimento ou atuação profissional. |
| <b>Componente curricular de Geografia</b> | Carga horária total – 240 horas/aulas para os três anos de ensino médio.<br>Sendo:<br>80 horas/aulas anuais com 2 horas/aulas semanais                                                                                                              | Carga horária total – 160 horas/aulas anuais para os três anos do ensino médio.<br>Sendo:<br>1º e 2º ano possuem 40 horas anuais<br>- 1 hora/semanal<br>3º ano possui 80 horas anuais<br>- 2 horas/semanais                   |

Fonte: elaborado pelos autores com base na Portaria nº 1.128 (Bahia, 2010) e na Portaria nº 1.978 (Bahia, 2022b).

A reorganização disposta pelo Quadro 2 dispõe as modificações para a implantação do Novo Ensino Médio na rede estadual de ensino da Bahia. Inicialmente, é válido dispor que não existe uma mudança significativa no que diz respeito à carga horária total, em que são mantidas em ambas as matrizes o valor de mil horas/aulas anuais, porém são notáveis algumas diferenças no que diz respeito ao tempo destinado à base comum e à parte diversificada do currículo em pontos significativos. O primeiro refere-se à redução do tempo dedicado às disciplinas da base comum, que tinham na matriz anterior um total de 880 horas/aulas anuais e com a reforma sofreu uma redução de 32% de sua carga horária, o que resultou em um total de 600 horas/aulas anuais.

Em contrapartida, temos aumento significativo do tempo destinado às disciplinas que compõem a parte diversificada do



currículo da matriz anterior para a do NEM. Em termos gerais, o aumento chega a cerca de 233%, saindo de 120 horas/aulas anuais para 400 horas/aulas anuais. Dado esse contexto, é evidente que esse aumento foi resultado do processo de redução do tempo destinados às disciplinas da base comum para incluir novos componentes curriculares (Projetos de Vida e Iniciação Científica), o que afetou principalmente as disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Esse processo não se restringe à Bahia, visto que o currículo do Ensino Médio brasileiro tem passado por transformações desde a implementação da Lei nº 13.415/2017. Nesse contexto, as mudanças para a inclusão de novos componentes, como Projeto de Vida e Iniciação Científica, acarretaram a redução da carga horária de diversas disciplinas, especialmente as da área de Ciências Humanas, as quais sofreram a maior diminuição em comparação com as demais áreas do conhecimento (Silva *et al.*, 2021, p. 228). Assim, a reforma do Ensino Médio limitou, através da flexibilização curricular, a não obrigatoriedade das disciplinas que compõem a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, priorizando os conhecimentos de Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa para alcançar os resultados nas avaliações padronizadas (Santos, 2021). Nessa lógica,

[...] os currículos, os processos didáticos, as avaliações têm sido pensados à luz daquilo que serve e daquilo que não serve, em uma lógica de aplicação direta entre conhecimento, vida e produtividade. [...] A aprovação da reforma do ensino médio brasileiro, em 2017, expressa, em detalhes esta compreensão tecnicista de política educacional, com ênfase na ideia de que esta etapa da educação deve contemplar apenas aqueles conhecimentos que servem aos estudantes (Giroto; Giordani, 2019, p. 126).

Com base na concepção de conhecimento útil, elabora-se um currículo básico e mínimo como referência, o qual assume que os índices de qualidade são mensurados por testes, considerados suficientes para atestar uma educação de qualidade. Contudo, o que se observa é um currículo restrito, que negligencia diversos conhecimentos cruciais para a formação crítica e cidadã do estudante. Sobre essa questão, Freitas (2012, p. 389) acrescenta:

A proposta dos reformadores empresariais é a ratificação do currículo básico, mínimo, como referência. Assume-se que o que é valorizado pelo teste é bom para todos, já que é o básico. Mas o que não está sendo dito é que a “focalização no básico” restringe o currículo de formação da juventude e deixa muita coisa relevante de fora, exatamente o que se poderia chamar de “boa educação”. Além disso, assinala para o magistério que, se conseguir ensinar o básico, já está bom, em especial para os mais pobres (Freitas, 2012, p. 389).

É com essa estratégia de oferecer o básico que as atuais políticas neoliberais na educação buscam formar um indivíduo sem consciência crítica, incapaz de se posicionar de forma política, socioeconômica, cultural e ambiental, porém indivíduos flexíveis e aptos para o mercado de trabalho. Assim,

[...] não é interessante que áreas com a de Ciências Humanas sejam enfatizadas durante a formação dos estudantes, que, sob égide do capital, devem ser formados para a obediência, passividade e para o trabalho (apenas para ele) (Santos, 2023, p. 326).

Dessa forma, é sobre esse currículo básico voltado principalmente para a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho, que o componente curricular de Geografia no Ensino Médio sofre uma redução 33,9% de sua carga horária para incorporar os

novos componentes ao currículo e o aumento do tempo destinado a outras disciplinas. Assim, nos três anos de Ensino Médio, na matriz anterior, a Geografia possuía de carga horária um total de 240 horas/aulas trianuais, que, com a reforma, foi limitada a um total 160 horas/aulas trianuais.

Assim, esta nova organização teve um impacto significativo na distribuição das aulas de Geografia ao longo do Ensino Médio. As 240 horas/aulas eram distribuídas em 80 horas aulas anuais, em que o estudante passava 2 horas/aulas semanais com o professor de Geografia. Com o novo formato para se adequar as demandas da reforma a disciplina foi limitada a 160 horas/aulas que são distribuídas nos três anos de formação no Ensino Médio da seguinte forma: as primeiras e segundas séries terão 40 horas/aulas anuais, ou seja, o estudante tem uma aula de Geografia na semana e somente na terceira série esse tempo dobra e passa a ser 80 horas/anuais com duas aulas de Geografia na semana.

Tal configuração, por sua vez, expressa o não reconhecimento da Geografia como um componente importante para a formação dos estudantes, assim “o que temos visto a partir das políticas educacionais sob a lógica neoliberal é uma tentativa de ocultação do contexto socioespacial do processo educativo” (Giroto; Giordani, 2019, p.122), como uma forma de apagamento dos conhecimentos que não são avaliados nos índices de desempenho da educação.

Sobre esse apagamento da Geografia do currículo e redução do tempo destinado à disciplina, podemos problematizar que, mesmo antes da reforma, o tempo destinado às aulas de Geografia já era insuficiente para dar conta de suas especificidades. Dessa forma, os professores são desafiados a lidar com um contexto de pensar o que

ensinar, ou melhor, como ensinar, tendo um tempo mínimo destinado para a aprendizagem dos conhecimentos geográficos (Silva *et al.* 2011).

Por consequência, desse tempo mínimo dedicado às aulas de Geografia, o estudante não terá a oportunidade de compreender o mundo através da espacialidade, para que assim ele possa compreender também o seu lugar no mundo, comprometendo, assim, a sua formação cidadã, pois não se percebe enquanto sujeito participante e transformador desse espaço. Nesse sentido, Leite e Silva (2021) argumentam que a ausência de um referencial teórico e conceitual que capacite o estudante a analisar criticamente o mundo a partir da perspectiva espacial representa uma falha significativa em sua formação, com pouca probabilidade de ser corrigida posteriormente.

Não tendo esse aporte, o sujeito não será capaz de compreender “[...] a sociedade enquanto uma construção humana e perceber a si mesmo como agente desse processo” (Reichwald Junior; Schäffer; Kaercher, 2003, p. 170). Assim, perde-se o papel da Geografia de fazer com que o sujeito possa aprofundar seu conhecimento sobre o mundo, refletindo o seu lugar no mundo e como isto interfere em seu cotidiano.

Ademais, a reorganização do currículo baiano no Ensino Médio também precarizou o trabalho docente. Com a redução do tempo destinado às aulas de Geografia, o professor teve que assumir mais turmas e dar conta de disciplina fora de sua área de atuação. Sobre isso, Santos (2021, p. 103) destaca:

Com a Reforma do Ensino Médio e a retirada da obrigatoriedade da Geografia e demais disciplinas a partir do 2º ano do ensino médio, o estudante tem a oportunidade de escolher o Itinerário Formativo

de sua preferência, mas o professor de Geografia ainda precisa cumprir a carga horária exigida, de 40 horas semanais, o que acarreta mais turmas, disciplinas fora da área de atuação, gerando uma sobrecarga ainda maior de trabalho e demonstrando a desvalorização do trabalho docente (Santos, 2021, p. 103)

Para compor a sua carga horária um docente de Geografia no regime de trabalho de 40 horas semanais no Estado da Bahia, deve cumprir 26 horas aulas de regência (Bahia, 2020), ou seja, na matriz curricular anterior seria responsável por 13 turmas com 02 horas/aulas semanais cada. Porém, no contexto do Novo Ensino Médio, em que a carga horária do primeiro ano passa para 1 hora/semanal, o professor ficaria responsável, nesse caso, por 26 turmas. Assim, esse movimento gera uma sobrecarga e demonstra a desvalorização do trabalho docente, com a ampliação da quantidade de turmas e alunos por docente. Além disso, o professor ainda pode se deparar com falta de turmas na sua área de formação, o que pode fazer com que ele tenha que assumir disciplinas fora da sua área de formação por ter carga horária excedente (Santos, 2021).

A inserção de novos componentes curriculares e dos itinerários formativos recai sobre duas questões. A primeira trata da falta de estrutura das escolas para se adequar às mudanças preconizadas pela reforma, muitas escolas não possuem laboratórios ou equipamentos necessários para tal feito. Santos (2021) evidencia que a reforma, sem investimentos e recursos necessários, denuncia uma mobilização privatista caracterizada por menos recurso e qualidade e, conseqüentemente, mais privatização.

A segunda questão refere-se à perda de espaço da Geografia no currículo do ensino médio. Essa mudança levou o professor a assumir disciplinas fora da sua área de formação, o que implica na precarização do trabalho docente. Como este profissional possui

formação especializada, não está preparado para ministrar outros conteúdos e disciplinas. Dessa forma, além da redução do tempo destinado à sua área de formação este profissional terá que dispor de mais tempo para pesquisa e preparação para ministrar temas disciplinas que por vezes não possuem ementa. Consequentemente temos uma perda de qualidade no ensino por não ter um profissional formado na área ministrando a disciplina, o que impacta na formação crítica dos estudantes (Santos, 2021).

A respeito dessa questão, é comum que os professores sejam responsáveis por diversas turmas nos diferentes turnos de funcionamento da escola. Contudo, Sampaio e Marin (2004, p. 1216) ressaltam que essa situação é ainda mais relevante no caso de professores de disciplinas com menor carga horária semanal, conforme a seguinte observação:

Esse é um dado ainda mais relevante quando se verificam quais disciplinas do currículo se focalizam: em história, geografia e educação artística, por exemplo, é menor o número de aulas (duas semanais) que em matemática ou português (quatro ou cinco semanais). Como resultante, o professor destes componentes curriculares assume menos períodos que o professor dos componentes anteriormente referidos. Portanto, são computados mais alunos para um mesmo professor, que atua em maior número de turmas (Sampaio; Marin, 2004, p. 1216).

Com isso, consideramos também que, com a nova organização do currículo do Ensino Médio, na Bahia, haja uma precarização da educação pública com o aumento da carga de trabalho do professor, ao mesmo tempo em que ele precisa dar conta dos conhecimentos fundamentais para a formação do estudante com um tempo mínimo destino à sua aprendizagem.

É importante destacar que tais processo estão assentados em uma lógica que concebe o trabalho docente como algo simples e, tal como, executado por quaisquer sujeitos, independentes de formação ou atuação (Giroto; Giordani, 2019, p. 125).

Tal núcleo, por sua vez, tem resultado na desvalorização da profissão docente, na perda da frágil autonomia que o professor possui no exercício da docência e na sobrecarga do trabalho do professor. Sobre isso, Giroto e Giordani (2019, p.125) discorrem:

Tais processos têm resultado em ataques à já frágil autonomia docente que, no Brasil, parece flutuar no limiar entre uma vocação, um dom, uma missão e uma semi-profissão. Por trás desta perda de autonomia, reside a concepção de que não há um saber-fazer específico que justificaria a existência e o reconhecimento da profissão docente, uma vez que a transmissão de conteúdos, única e exclusivamente, seria o seu principal núcleo constituinte (Giroto; Giordani, 2019, p. 125).

É sobre esses termos que se acentua a orientação neoliberal nas políticas educacionais, com uma vinculação mais intensa de demandas econômicas e pautadas em resultados, e não em processos formativos mais amplos, recaindo essa ênfase sobre o currículo, o trabalho do professor, as humanidades e, particularmente, sobre a Geografia. Essa abordagem dificulta o cumprimento de uma tarefa fundamental: contribuir com uma formação humana cidadã ativa, crítica e participativa (Cavalcanti, 2019).

Portanto, a reforma do Novo Ensino Médio, preconizada pela Lei nº 13.415/2017 e implementada na Bahia a partir de 2020, explicita a acentuação do avanço do neoliberalismo sobre a educação. Esse projeto de formação flexível, pautado em índices de qualidades, voltada para o mercado de trabalho, negligência uma formação

ampla e crítica do estudante. Tal reforma atinge diretamente as disciplinas que compõe a área de Ciência Humanas e a Geografia, com a redução da carga horária das disciplinas, com a sobrecarga do professor e o esvaziamento teórico conceitual das disciplinas.

Assim, após a análise dos impactos do Novo Ensino Médio (NEM) na Geografia escolar baiana no período de 2020 a 2024, evidenciamos a existência da atual contrarreforma do Ensino Médio, preconizada pela Lei nº 14.945/2024, que revogou parcialmente a Lei nº 13.415/2017. Dessa forma, com essa nova legislação, há o aumento da carga horária mínima da base comum de 1800 horas para 2400 horas e a redução da carga horária mínima dos itinerários formativos de 1200 horas para 600 horas. Com esse movimento, a lei permitiu o retorno de disciplinas como Geografia, História, Sociologia, Filosofia, Artes como componentes obrigatórias em todos os anos do Ensino Médio (Brasil, 2024).

A atual contrarreforma recompôs o tempo destinado a Geografia, o que permitiu mais tempo destinado a aprendizagem dos conhecimentos geográficos. Porém, a retomada da carga horária do componente não soluciona todas as questões relacionadas às mudanças preconizadas pela Lei 13.415/2017, porque o aumento de carga horária não significa qualidade em si (Andrade, 2021), principalmente diante da precarização do ensino, do trabalho docente para manter os diferentes itinerários formativos.

Esse contexto, portanto, representa um recuo no avanço neoliberal sobre o apagamento das humanidades e da Geografia escolar no Ensino Médio. Assim como na esfera nacional, a SEC-BA promoveu uma nova reorganização no documento curricular, o que levou à recomposição da Geografia escolar baiana, retornando ao modelo da antiga matriz curricular, com 80 horas/aulas anuais e 2



horas/aulas semanais (Bahia, 2025). Esse recuo importante para a Geografia baiana permitiu que o professor retomasse sua carga horária de trabalho antes da reforma, mas não fez com que ele deixasse de assumir disciplinas fora do seu eixo de formação para dar conta das exigências do NEM.

Esse movimento de contrarreforma é fruto da resistência do movimento estudantil, movimento sindical e de organizações que lutam em defesa da educação pública de qualidade (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – Ubes, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE). Neste contexto, a Associação Brasileira de Geógrafos tem um papel importante na luta contra a implementação e revogação do NEM para construir uma Geografia comprometida com a realidade brasileira (Antunes, 2024).

Mesmo com este movimento não se apaga os prejuízos à formação do estudante e a precarização do trabalho do professor durante o período de vigência dessa reforma.

## **Considerações Finais**

A reorganização do NEM na Bahia seguiu a tendência nacional da flexibilização curricular, promovendo redução da carga horária destinada à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o que repercutiu também na Geografia escolar. Foi visível a redução do número de aulas destinadas à Geografia no Ensino Médio, o que gerou uma série de prejuízos para formação do estudante e para o trabalho docente.

É evidente que essas implicações se refletem na atuação do currículo como um instrumento de poder e regulador tanto do trabalho docente quanto das práticas pedagógicas. Por essa razão, é

sobre o currículo e as avaliações que o neoliberalismo direciona sua primeira investida para o controle da escola e do trabalho docente. Assim, a influência neoliberal está presente tanto processo de formulação da política educacional quanto no fornecimento de equipes para a elaboração e análise do referencial curricular, além de promover a formação de professores para os novos componentes e disciplinas que foram criados para o NEM.

Dessa forma, assim como na esfera nacional, o processo de implementação do NEM na Bahia levou a mudanças na carga horária, à inserção de novos componentes curriculares e à redução do tempo destinado às aulas de Geografia. Essa nova configuração curricular representa um desafio para a formação dos estudantes, esvaziando esse processo e oferecendo-lhes uma formação superficial. Isso ocorre porque o contexto neoliberal projeta um indivíduo flexível e adaptável para atender às necessidades do mercado de trabalho, no qual, de acordo com seus próprios méritos e possibilidades, esse sujeito poderá encontrar seu lugar adequado dentro da estrutura social capitalista.

Assim, imersos na lógica neoliberal da produtividade, os currículos, as avaliações e os processos didáticos são espelhos daquilo que é útil, ou seja, que tenha aplicação na vida em sociedade. Baseados nessa prerrogativa, observamos um crescente apagamento da Geografia escolar, evidenciado pela redução da carga horária e do tempo mínimo destinado à aprendizagem de seus conhecimentos. Dessa forma, esse movimento limita a compressão crítica do espaço, a construção conhecimentos mais elaborados e a formação de cidadãos mais questionadores e participativos, ao mesmo tempo em que os estudantes deixam de entender o seu papel como agentes de transformação do seu lugar no mundo.

## Referências

ALBURQUERQUE, M. A. *et al.* **Manifesto**: crítica às reformas neoliberais na Educação prólogo do Ensino de Geografia. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

ANDRADE, R. C. A atual contrarreforma do ensino médio: rearranjo curricular e intencionalidade formativa. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 63, p. 106–140, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3704>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ANTUNES, C. da F. A associação dos geógrafos brasileiros (agb): espaço de luta e formação – significado e importância para a geografia. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 63, p. 14–31, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3759>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BAHIA. Portaria nº 77 de 18 de janeiro de 2025. Regulamenta a organização curricular das escolas da rede estadual da Bahia que ofertam o Ensino Médio. **Diário Oficial da Bahia**, Poder Legislativo, Salvador, BA, 18 jan. 2025.

BAHIA. Secretária de Educação do Estado da Bahia. **Manual de programação escolar 2024**. Salvador: SEC, 2024. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjMjYbVz76HAXUerJUCHZsZBNIQFnoECBIQAQ&url=https://p%3A%2F%2Feducacao.ba.gov.br%2Fsystem%2Ffiles%2Fprivate%2Fmidadeca%2Fdocumentos%2F2024%2Fmanualdaprogramacaoescolar2024.pdf&usq=AOvVaw2OM\\_6NCr5Cm3OcsHbO8A-y&opi=89978449](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjMjYbVz76HAXUerJUCHZsZBNIQFnoECBIQAQ&url=https://p%3A%2F%2Feducacao.ba.gov.br%2Fsystem%2Ffiles%2Fprivate%2Fmidadeca%2Fdocumentos%2F2024%2Fmanualdaprogramacaoescolar2024.pdf&usq=AOvVaw2OM_6NCr5Cm3OcsHbO8A-y&opi=89978449). Acesso em: 18 jul. 2024.

BAHIA. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. **Plano de ação para orientação às escolas e acompanhamento da implantação de itinerários formativos - PAIF (2022-2023)**. Salvador: SEC, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio-descontinuado/pdfs/PAIFBA.pdf/view>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BAHIA. Portaria nº 1.978, de 24 de outubro de 2022. Dispõe sobre a organização curricular das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino que ofertam o Ensino Médio, em consonância com o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) – etapa Ensino Médio, nos termos da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Diário Oficial da Bahia**, Poder Legislativo, Salvador, BA, 22 out. 2022b.

BAHIA. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. **Manual de programação escolar 2020-2021**. Salvador: SEC, 2020. Disponível em:

<https://escolas.educacao.ba.gov.br/programacao-escolar-20202021/manual>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BAHIA. **Portaria nº 1.128/2010, de 27 de janeiro de 2010.** Reorganização Curricular das Escolas da Educação. Básica da Rede Pública Estadual. **Diário Oficial da Bahia**, Salvador, BA, 10. jan. 2010.

BRASIL. Lei nº 14.945 de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 1 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

CAVALCANTI, L. S. **Pensar pela Geografia:** ensino e relevância social. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

COUTO, M. A. C. Ensinar geografia na escola pública de hoje. *In*: SACRAMENTO, Ana; ANTUNES, Charles; SANTANA, Manoel (Org.). **Ensino de Geografia:** produção do espaço e processos formativos. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 109-130.

CUNHA, M. R. B.; GONÇALVES, L. A. A. Impactos da Reforma do Novo Ensino Médio na formação cidadã. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 60, p. 341-368, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3169>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. A lei 13.415/2017 e o lugar da geografia escolar na estrutura curricular do ensino médio. **Revista Ensino de Geografia (Recife)**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ensinodegeografia/article/view/245116>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 379-404, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 fev. 2025

GADOTTI, M. Educação de adultos como direito humano. **EJA em Debate**, Florianópolis, ano 2, n. 2, p. 12-29, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/1004>. Acesso em: 19 mar. 2025.

GIMENO SACRISTÁN, J. O que significa currículo? In: GIMENO SACRISTÁN, J. **Saberes e incertezas de um currículo**. Tradução de Alexandre Salvaterra. São Paulo: Penso, 2013.

GIORDANI, A.; GIROTTTO, E. D.; SOARES, M. O. Produzir a política a partir da escola: geografia da educação, docências e espacialidades escolares. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/16308>. Acesso em: 25 jun. 2025.

GIROTTTO, E. D.; GIORDANI, A. C. C. Princípios do ensinar aprender Geografia: Apontamentos para a racionalidade do comum. **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 44, n. 1, p. 113-134, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14961/11570>. Acesso em: 05 jan. 2025

LEITE, C. M. C.; SILVA, A. S. A reorganização curricular do Ensino Médio: esvaziamento teórico da Geografia e controle do pensamento crítico? In: GUIMARÃES, G. F.; NUNES, M. D. R.; SANTOS, I. S.; AUTOR (Org.). **Geografias e currículo**: tensionamentos, reflexões e práticas. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 125-141.

MELLO, M. B. **A reforma do ensino médio na rede pública estadual de educação da Bahia**: uma análise a partir da arena política. 2023. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/39296/1/Micaela%20Balsamo%20de%20Mello%20-%20Vers%c3%a3o%20para%20dep%c3%b3sito%20em%20reposit%c3%b3rio.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

NUNES, J. B. A.; ARAÚJO, J. G. Lugar e Território Epistemológico do componente curricular Geografia no ensino médio: uma problematização. In: NUNES M. D. R.; SANTOS, I. S. (Org.). **Geografia e Ensino**: aspectos contemporâneos da prática e da formação docente. Salvador: EDUNEB, 2018. p. 155-181.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE (REPU). **Redução das Ciências Humanas no currículo da rede estadual paulista** [Nota Técnica]. São Paulo: REPU / Gepud, 28 jan. 2025. Disponível em: [www.repu.com.br/notas-tecnicas](http://www.repu.com.br/notas-tecnicas); [www.gepud.com.br](http://www.gepud.com.br). Acesso em: 15 fev. 2025.

REICHWALD JR., G.; SCHÄFFER, N. O.; KAERCHER, N. A. A geografia no ensino médio. *In*: CASTROGIOVANNI, A. C., *et al.* (Org.). **Geografia em sala de aula**: práticas e reflexões. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS/AGB, 2003, p. 169-172.

RESENDE, M. S. **A geografia do aluno trabalhador**: caminhos para uma prática de ensino. São Paulo: Loyola, 1989.

ROBERTSON, S.; DALE, R. Comparando Políticas em um Mundo em Globalização: reflexões metodológicas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 859-876, jul./set. 2017.

SAMPAIO, M. das M. F.; MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/t7pjz85czHRW3GcKpB9dmNb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SANTOS, A. F. L. A disciplina escolar de Geografia frente à apropriação neoliberal da transposição didática na educação: pensamento crítico a respeito da desvalorização docente no ensino básico. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 60, p. 304-340, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3182>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SANTOS, H. S. A. **A recontextualização do ensino de geografia no currículo do ensino médio no estado da Bahia**. 2021. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgen/wp-content/uploads/2022/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mestrado-Ensino-Hanneli-Souza.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.

SILVA, M. G. *et al.* A BNCC, a redução da carga horária de Geografia e o dilema da seleção dos conteúdos: um debate necessário. **Revista Ensino de Geografia (Recife)**, v. 4, n.º 3, p. 214-229, 2021. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi-tInpzL6HAXUjpZUCHddKD9kQFnoECBwQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufpe.br%2Fvistas%2Findex.php%2Fensinodegeografia%2Farticle%2Fview%2F250603&usg=AOvVaw1XU2t3VXHLkl3eu6P594JB&opi=89978449>. Acesso em: 13 jul. 2024.

Recebido para publicação em 21/05/2025

Aceito para publicação em 13/08/2025

# A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO: DILEMAS E OFENSIVA GERENCIAL SOBRE O TRABALHO DOCENTE

## *THE COUNTER-REFORM OF HIGH SCHOOL: DILEMMA AND MANAGEMENT OFFENSIVE ON TEACHING WORK*

## *LA CONTRAREFORMA DE LA ESCUELA SECUNDARIA: DILEMA Y OFENSIVA DE GESTIÓN EN EL TRABAJO DOCENTE*

Rodrigo Coutinho Andrade  
Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro – Campus Nova Iguaçu  
rodrigoandrade@ufrj.br

### **Resumo:**

Dentre as múltiplas vicissitudes da atual contrarreforma do Ensino Médio, observa-se a ofensiva gerencial sobre o trabalho docente por meio da institucionalização dos mecanismos de responsabilização. Neste sentido, objetivamos analisar as tendências desse processo sobre a totalidade do labor no magistério nesta etapa da Educação Básica. Trata-se de uma pesquisa básica, de caráter qualitativo e cunho explicativo, que se ancora no exame bibliográfico-documental e em dados institucionais. Como resultado podemos indicar que a reformulação da política curricular para o Ensino Médio tende a impactar a formação inicial-continuada dos/as professores-as e o seu trabalho por meio das medidas gerenciais.

**Palavras-chave:** Contrarreforma do Ensino Médio; Professor de Novo Tipo; Responsabilização Docente.

|             |           |                                 |                 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025 | ISSN: 2674-8355 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

Among the multiple vicissitudes of the current counter-reform of Secondary Education, one can observe the managerial offensive on teaching work through the institutionalization of accountability mechanisms. In this sense, we aim to analyze the vicissitudes of this process on the totality of work in teaching at this stage of Basic Education. This is basic research, of a qualitative and explanatory nature, which is anchored in a bibliographic-documentary examination. As a result, we can indicate that the reformulation of the curriculum policy for High School tends to impact the initial-continuing training of teachers and their work through managerial measures.

**Keywords:** Secondary Education Counter-reform; New Type Teacher; Teacher Responsibility.

**Resumen:**

Entre las múltiples vicisitudes de la actual contrarreforma de la Educación Secundaria, se puede observar la ofensiva empresarial sobre el trabajo docente a través de la institucionalización de mecanismos de rendición de cuentas. En este sentido, nos proponemos analizar las vicisitudes de este proceso sobre la totalidad del trabajo docente en esta etapa de la Educación Básica. Se trata de una investigación básica, de carácter cualitativo y explicativo, que se ancla en un examen bibliográfico-documental. Como resultado, podemos indicar que la reformulación de la política curricular de la Educación Media tiende a impactar en la formación inicial-continua de los docentes y en su trabajo a través de medidas de gestión.

**Palabras-clave:** Contrarreforma de la Educación Secundaria; Profesor de nuevo tipo; Responsabilidad docente.



## Introdução

O debate sobre o Ensino Médio no Brasil após a consolidação da ofensiva neoliberal em nosso país (Anderson, 1995), mesmo em tempos de setorialismo das políticas públicas para a educação ao longo da década de 1990 com foco na expansão do Ensino Fundamental, abarca o constante desafio sobre a sua identidade, os dilemas permanente-coetâneos do acesso-permanência, as teses acerca da sua teleologia (Krawczyk, 2011), e o trabalho docente<sup>1</sup> em tempos de refino das medidas gerenciais – tomado aqui como objeto de estudo em si. Em relação ao primeiro, de acordo com o pressuposto teórico-metodológico no qual se ancora a presente escrita, recai o princípio da dualidade estrutural da educação brasileira (Kuenzer, 2002; 2007) sobre o “tipo” de-da educação e de-da acessibilidade à escolarização na-da sociedade de classes, em seus sintagmas lato e estrito (Souza, 2002), que aprofunda o dilema da certificação *vazia* ou latente nos destinos concretizados após a Educação Básica – o mundo do trabalho em tempos de novas morfologias que se sustenta nos ímpetos da (des)empregabilidade-empresariismo como capitalização individualizada em “dias” instáveis (Antunes, 2019; Sennett, 2013), na dessubjetivação da consciência de classe (Alves, 2011), na ampliação da informalidade-subocupação (Pochmann, 2020), nos caminhos superestruturais para a garantia da reprodução ampliada do capital, e no limitado<sup>2</sup> ingresso ao-no Ensino Superior não destoante das métricas do trabalho simples<sup>3</sup> (Mattos, 2011).

---

<sup>1</sup> Entende-se aqui o trabalho docente inexorável do processo formativo inicial-continuado.

<sup>2</sup> De acordo com os dados do Censo do Ensino Superior (INEP, 2024), aproximadamente 24,3% dos jovens entre 18 e 24 anos ingressam em algum Curso Superior no ano de 2022.

<sup>3</sup> Refiro-me aqui à combinação dialética entre o rebaixamento da complexidade no labor em decorrência da composição orgânica do capital em alguns setores da economia e o conjunto de transformações na totalidade sociometabólica do capital

O segundo percalço reside na acessibilidade, permanência e continuidade dos estudos na Educação Básica após a concretização do Ensino Fundamental abarcando tanto a população brasileira jovem fora da escola, quanto os-as que estão em processo de escolarização, onde podemos tomar tal panorama de modo sintético ante às variáveis raça e sexo de acordo com os dados do Programa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD-IBGE), assim como na totalidade com base nos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

No grupo etário de 14 a 29 anos, 9,0 milhões não completaram o ensino médio, seja por terem abandonado a escola antes do término desta etapa ou por nunca a terem frequentado. Destes, 58,1% eram homens e 41,9% eram mulheres. Considerando-se cor ou raça, 27,4% eram brancos e 71,6% eram pretos ou pardos (IBGE, 2024, s. p.).

**Tabela 1 – Percentual das razões específicas do abandono escolar no Brasil – 2023.**

|                                                                       | TOTAL | HOMENS | MULHERES |
|-----------------------------------------------------------------------|-------|--------|----------|
| <b>PRECISAVA<br/>TRABALHAR</b>                                        | 41,7  | 53,4   | 25,5     |
| <b>NÃO TINHA ESCOLA<br/>NA LOCALIDADE</b>                             | 2,8   | 2,3    | 3,4      |
| <b>POR GRAVIDEZ<br/>TINHA DE REALIZAR<br/>AFAZERES<br/>DOMÉSTICOS</b> | 9,7   | -      | 23,1     |
|                                                                       | 4,4   | 0,8    | 9,5      |

para o aviltamento do trabalho, simples e complexo, em sua relação com o capital, vide o expressivo quantum apresentado por Mattos (2011) de pós-graduados desempregados, ou em situações de informalização do trabalho, ou subocupados.

|                                               |      |      |      |
|-----------------------------------------------|------|------|------|
| <b>PROBLEMAS DE<br/>SAÚDE<br/>PERMANENTE</b>  | 3,9  | 4,3  | 3,4  |
| <b>NÃO TINHA<br/>INTERESSE EM<br/>ESTUDAR</b> | 23,5 | 25,5 | 20,7 |
| <b>OUTROS MOTIVOS</b>                         | 14   | 13,8 | 14,3 |

Fonte: IBGE (2024).

**Tabela 2** – Percentual da Migração para a EJA, da evasão escolar, da taxa de repetência, da taxa de distorção idade-série e da taxa de abandono do Ensino Médio no Brasil - 2023.

|                                          | <b>TOTAL</b> | <b>1ª<br/>SÉRIE</b> | <b>2ª<br/>SÉRIE</b> | <b>3ª<br/>SÉRIE</b> |
|------------------------------------------|--------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| <b>MIGRAÇÃO PARA A<br/>EJA</b>           | 1,2          | 1,6                 | 1,6                 | 0,4                 |
| <b>EVASÃO ESCOLAR</b>                    | 5,9          | 7,0                 | 7,1                 | 2,5                 |
| <b>TAXA DE REPETÊNCIA</b>                | 3,9          | 4,1                 | 2,4                 | 5,6                 |
| <b>TAXA DE DISTORÇÃO<br/>IDADE-SÉRIE</b> | 19,5         | 22,4                | 19,1                | 15,8                |
| <b>TAXA DE ABANDONO</b>                  | 3,4          | 3,6                 | 3,4                 | 2,7                 |

Fonte: INEP (2024).

Em linhas gerais podemos afirmar, tomando o ano de 2023 como referência, que aproximadamente um quarto dos estudantes entre 15 e 17 anos que deveriam estar cursando o Ensino Médio não presenciaram as cadeiras escolares, enquanto o Ensino Fundamental “engloba” 94,6% do público-alvo (IBGE, 2024) devidamente matriculado. Sobre a população adulta:

A proporção de pessoas de 25 anos ou mais que terminaram a educação básica obrigatória – ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio – manteve uma trajetória de crescimento e alcançou 54,5% em 2023. Destaca-se o percentual de pessoas com ensino médio completo, que passou de 29,9% em 2022 para 30,6% em 2023 (IBGE, 2024, s. p.).

Neste contexto, e considerando o exposto ante à (de)limitação da escrita, a presente (contra)reforma do Ensino Médio, sancionada pelo atual bloco no poder capitaneado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva por meio da Lei Nº 14.495, de 31 de julho de 2024 (Brasil, 2024a), representa um esforço para a redefinição identitária da última etapa de ensino da Educação Básica após a apresentação e apreciação do Projeto de Lei Nº 6.840/2013 (Brasil, 2013) oriunda da Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio (CEENSI), sob responsabilidade dos deputados federais Reginaldo Lopes – filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) – e Wilson Filho – naquele momento filiado ao Partido Trabalhista do Brasil (PTB), recém saído do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Trata-se, sob nossa ótica, de um movimento que ultrapassa uma década e, mesmo que antecederada pela Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil 2017), apresenta singularidades em relação às intencionalidades formativas para a juventude brasileira no atual estágio de reprodução das relações sociais de produção e subsunção profunda do trabalho em sua relação com o capital.

Desde o Projeto de Lei Nº 6840/2013 (Brasil, 2013) os pontos nevrálgicos da contrarreforma foram a expansão da carga horária mínima, a organização das disciplinas em Áreas do Conhecimento, a fragmentação do currículo entre componentes obrigatórios e diversificados sob a ideia-ideologia *curriculocentrista* como epicentro

das “soluções” flexíveis<sup>4</sup> para a dissolução da *escola desinteressante*, o impulso às metodologias ativas e a “avaliação que evidencie a contextualização, a interdisciplinaridade e a transversalidade, bem como outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos” (Brasil, 2013, p. 2), a escolha da formação em área nos mesmos moldes do *free choice*, o incentivo às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como avaliação externa-vertical para a mensuração dos resultados, o ingresso no Ensino Superior, e a legitimação da responsabilização-competitividade. Estas estão presentes na Lei Nº 14.945/2024 (Brasil, 2024a), contando com alguns acréscimos e revisões.

A primeira trata da expansão da carga horária anual de 1.000 horas, sendo ampliada de forma progressiva e de acordo com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), para 1.400 horas. Muito provavelmente tal intento ficará para o próximo, pois o presente PNE – mesmo considerando a totalidade das etapas de ensino da Educação Básica – não foi capaz de avançar nesta proposta de acordo com indicadores 6A e 6B. Sobre a primeira, que almejava ampliar para 25% o “percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público alvo da ETI<sup>5</sup> e que estão em jornada de tempo integral” (Brasil, 2024b, p. 15), o progresso foi de 17%, sendo executado 40,5% da meta preestabelecida, somando avanço de 17,6% em 2014 para 20,6% em 2023. Sobre o último, que objetivava incluir pelo menos, 25% dos alunos em jornada de tempo integral – sendo estes público-alvo da ETI –, alcançou 7,1% (Brasil, 2024b). Acrescemos que, de acordo com os Indicadores Educacionais

---

<sup>4</sup> A flexibilização curricular é uma tendência global (OCDE, 2023).

<sup>5</sup> Escola em Tempo Integral.

sistematizados pelo INEP, os estados do Pará, Santa Catarina e Mato Grosso tem *quantuns* de hora-aula no Ensino Médio aquém do estabelecido como inicial (INEP, 2024) – 1.000 horas.

A segunda mudança, no qual consideramos como aprimoramento das versões anteriores incluindo a Lei Nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), trata-se da integralização curricular mantendo a junção entre a formação geral básica (FGB) – em 2.400 horas<sup>6</sup> – e os itinerários formativos<sup>7</sup> – mínimo de 600 horas de acordo com Artigo Nº 36 (Brasil, 2024a, p. 2) –, da inclusão, “a critério dos sistemas de ensino, de projetos e pesquisas envolvendo temas transversais que componham os currículos” (Brasil, 2024a, p. 1) obedecendo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – assim como a FGB e os itinerários formativos –, e das propostas pedagógicas baseadas nos princípios abaixo:

I - promoção de metodologias investigativas no processo de ensino e aprendizagem; II - conexão dos processos de ensino e aprendizagem com a vida comunitária e social em cada território; III - reconhecimento do trabalho e de seu caráter formativo; e IV - articulação entre os diferentes saberes com base nas áreas do conhecimento e, quando for o caso, no currículo da formação técnica e profissional (Brasil, 2024a, p. 1).

---

<sup>6</sup> “No caso da formação técnica e profissional prevista no inciso V do *caput* do art. 36 desta Lei, a carga horária mínima da formação geral básica será de 2.100 (duas mil e cem) horas, admitindo-se até 300 (trezentas) horas da carga horária da formação geral básica sejam destinadas ao aprofundamento dos estudos de conteúdos da Base Nacional Comum Curricular diretamente relacionados à formação técnica profissional oferecida” (Brasil, 2024a, p. 2).

<sup>7</sup> Este estão divididos em quatro, mantendo a mesma estrutura do PL 6840/13: linguagens e suas tecnologias, integrada pela língua portuguesa e suas literaturas, língua inglesa, artes e educação física; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias, integrada por biologia, física e química; ciências humanas e sociais aplicadas, integrada por filosofia, geografia, história e sociologia (Brasil, 2024a, p. 2).

Ainda sobre os itinerários formativos o Artigo Nº 36 ressalva, em seus dois parágrafos iniciais, a sua concreção integral e o aprofundamento em pelo menos “uma das áreas do conhecimentos previstas” (Brasil, 2024a, p. 3), ficando os sistemas de ensino responsáveis pela predisposição de modo a garantir “que todas as escolas de ensino médio ofertem o aprofundamento integral de todas as áreas do conhecimento previstas nos incisos I, II, III, IV<sup>8</sup> do *caput* deste artigo, organizada em, no mínimo, 2 (dois) itinerários formativos com ênfases distintas” (Brasil, 2024a, p. 3) – com exceção para a formação técnica e profissional. Neste caso há, no Parágrafo Nº 2-B do Artigo Nº 36, a responsabilização sobre o “Conselho Nacional de Educação, com participação dos sistemas estaduais e distritais de ensino” (Brasil, 2024a, p. 3), para a criação de diretrizes nacionais de “aprofundamento de cada uma das áreas do conhecimento” (Brasil, 2024a, p. 3) e a orientação dos direitos de aprendizagem, sendo destacada as especificidades indígenas e quilombolas<sup>9</sup>. No segundo parágrafo do mesmo artigo – Nº 35-B – se estabelece, mesmo que parcialmente considerando a totalidade do dispositivo institucional, enquanto finalidade formativa as

[...] oportunidades de construção de projetos de vida, em perspectiva orientada pelo desenvolvimento integral, nas dimensões física, cognitiva e socioemocional, pela integração comunitária no território, pela participação cidadã e pela preparação para o mundo do trabalho, de

---

<sup>8</sup> Refere-se as áreas do conhecimento Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e Matemáticas e suas Tecnologias.

<sup>9</sup> Ocorrerá, de acordo com Parágrafo Nº 2-D do Artigo Nº 36, a orientação dos sistemas de ensino às escolas, com o objetivo de orientar cada estudante no processo de escolha (Brasil, 2024a, p. 3).

forma ambiental e socialmente responsável (Brasil, 2024a, p. 1).

No terceiro momento se imputa a forma de-da realização do Ensino Médio em relação à presencialidade, sendo “admitido, excepcionalmente, ensino mediado por tecnologia”<sup>10</sup> (Brasil, 2024a, p. 2), acrescentando possibilidades para a materialização das exigências curriculares “do ensino médio em regime de tempo integral” (Brasil, 2024a, p. 2) onde, sem exceção, “os sistemas de ensino poderão reconhecer aprendizagens, competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes em experiências extraescolares” (Brasil, 2024a, p. 2) por meio de estágios em programas de aprendizagem profissional, cursos de qualificação no mesmo intento e, por fim, “participação comprovada em projetos de extensão universitária ou de iniciação científica” (Brasil, 2024a, p. 2) – não destoante do processo de curricularização da extensão nos cursos superiores de licenciatura institucionalizado por meio da Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018)<sup>11</sup>.

Sob nossa ótica isto se trata em parte, hipoteticamente, da revisão dos equívocos da contrarreforma anterior em relação aos desvios da descentralização centralizadora<sup>12</sup> em todos os sentidos,

---

<sup>10</sup> Até o presente momento não qualquer distinção sobre a excepcionalidade, e não se apresenta o mecanismo para a deliberação de tal.

<sup>11</sup> Esta imputa, dentre outros dispositivos institucionais, 10% da formação superior em créditos extensionistas (Brasil, 2018).

<sup>12</sup> “Aliás, a dicotomia descentralização – centralização é uma das principais características da reforma gerencial da educação no Brasil. De um lado, com a descentralização se transfere algumas atribuições aos estados e municípios da federação, ao mesmo tempo em que se torna mais fácil culpabilizá-los por problemas no processo. Isso tudo sob o discurso de oferecer maior autonomia às diversas secretarias de educação. Por outro lado, os inúmeros mecanismos de centralização forçam os municípios a aderirem às normas federais, seguindo a cartilha educacional do governo, cartilha essa afinada com políticas educacionais defendidas pelo Banco Mundial” (Silva, 2020, p. 45).



contando com avanço de elementos reguladores e responsabilizadores.

Diante do exposto, tomamos como objeto da-de pesquisa parte dos impactos da coetânea contrarreforma do Ensino Médio, delimitando o problema nos ditames desta para o trabalho docente, a liofilização, a formação interessada e os elementos gerenciais que logram parte da redefinição da identidade do-no labor dos-as professores-as. Partimos da hipótese que esta combinação acentuará a polivalência do magistério, a intensificação da sua precariedade material-imaterial, e a imersão mais afinsa em tempos de responsabilização-meritocracia. Em outros termos, não se observa uma nova roupagem sob o arcabouço *curriculocentrista* forjado pelo-no receituário gerencial para a materialização da lógica-ideológica da escola neoliberal (Laval, 2017), mas sua verticalidade para a concreção do-a professor-a pragmático-a. Contudo, objetivamos analisar os impactos da Reforma do Ensino Médio (Brasil, 2024a) e suas tendências, do que fora tomado no problema da pesquisa, para a reificação do professor de novo tipo. Trata-se de uma pesquisa básica, de caráter explicativo, de cunho bibliográfico-documental.

### **O mecanismo gerencial como arquitetura e o trabalho docente nesta vereda.**

As ações que principiam os sentidos da qualidade em nosso país, considerando a interesclaridade mundo-local/lugar, se balizam hegemonicamente pelas teses gerenciais por meio da quantificação dos resultados mensurados tanto pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), quanto pelo Programa Internacional de Avaliação de Aluno (PISA), não destoante dos sistemas de ensino em

escalas inferiores – como o caso do Índice de Desenvolvimento Escolar do Estado do Rio de Janeiro (IDERJ) criado por meio do Decreto Nº 44.281, de 01 de julho de 2013 (Rio de Janeiro, 2013), instituindo-se como mecanismo de controle e regulação das práticas pedagógico-curriculares sob a teleologia da meritocracia-bonificação; o “afamado” salário a mais caso se cumpra a meta. Em suma, e principalmente por meio dos indicadores de fluxo escolar e de desempenho,

[...] o gerencialismo toma como referência a ideia de accountability, ou seja, a ideia de que a administração pública deve pautar-se pela responsabilidade social, imputabilidade e obrigatoriedade de prestação de contas à população. Tudo isso se daria por meio de estratégias de mensuração de resultados do serviço prestado, de modo a permitir o cálculo preciso da satisfação dos clientes por intermédio de índices estabelecidos a priori, segundo critérios da Lei de Mercado, tendo como pressuposto um conjunto de metas estabelecidas pelos governantes, segundo critérios tecnocráticos (Souza, 2017, p. 183).

§ 2º-C A União desenvolverá indicadores e estabelecerá padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da Base Nacional Comum Curricular prevista no *caput* do art. 35-D desta Lei e das diretrizes nacionais de aprofundamento previstas no § 2º-B deste artigo (Brasil, 2024a, p. 3).

Como prevê a atual contrarreforma em curso, haverá(ão) algum(uns) indicador(es) para a verificação do padrão do desempenho dos(as) docentes, estudantes, sistemas de ensino, e escolas no país, indicando – sob nossa ótica – conotações já consagradas e não destoantes do IDEB com aprofundamento da responsabilização docente, indissociável das métricas gerenciais em teores “sobralizantes”. Em outros termos, o fixo está pronto por meio

da política de financiamento materializado pelo “novo” Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que prevê nos Artigos 5º e 14º a relação entre os indicadores e o Valor Anual por Aluno (VAAR), pelo currículo por meio da BNCC, pelos sistemas de avaliação através do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), pelo principal recurso didático ante o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), pelos processos de privatização – endógena e exógena (Peroni; Scheibe, 2017) – por meio dos flancos da estrutura curricular – e as defendidas horas da flexibilização –, e pela reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica cimentadas coetaneamente pela Resolução CNE/CP Nº 4/2024. Agora só falta o docente, inexorável da recomposição das medidas de acordo com o contexto sócio-histórico e as intencionalidades hegemônicas.

Partimos da premissa que a forma de regulação-controle da *Geografia que se quer que se ensine* ocorrerá de acordo com o receituário gerencial como *modus operandi* para a delimitação intelectual-profissional do magistério, no mesmo bojo da despolitização do processo sob à defesa da anulação do fisiologismo e consolidação dos *policymakers* por meio da intensificação da racionalidade quantitativa. Combinado a este princípio reside – sob a ótica do capital – o incentivo da transparência pública através da *despolitização* da “máquina”, da descentralização-dispersão dos serviços, do foco nos resultados, da maior autonomia e ampliação do controle social sob quatro pressupostos categóricos: controle de resultados, controle contábil de custos, controle por competição

administrada – quase mercado (Dale, 1994) –, e o controle social por meio da avaliação dos cidadãos aos serviços prestados.

O gerencialismo como ideologia era essencial para o processo de reforma das décadas de 1980 e 1990 no Reino Unido porque traduzia um ethos de negócios do setor privado no estado e no setor público. Ocorre que, mesmo onde os serviços públicos não foram totalmente privatizados (e muitos permaneceram no setor público), era exigido que tivessem um desempenho como se estivessem em um mercado competitivo. Era exigido que se tornassem semelhantes a negócios e este ethos era visto como personificado na figura do gerente (em oposição ao político, ao profissional ou ao administrador). Isto introduziu novas lógicas de tomada de decisão que privilegiavam economia e eficiência acima de outros valores públicos (Newman; Clarke, 2012, p. 358).

Entretanto, entende-se que o gerencialismo é um mecanismo societário. No caso da educação e dos diferentes elementos que incrementam o *accountability educacional*, não dissimétricos dos demais ramos categorizados na reforma administrativa do Estado brasileiro em 1995 (Brasil, 1995) como serviços não-exclusivos, o imperativo é a tomada dos elementos corporativo-gerenciais para a concretização de uma dada concepção de qualidade incrementada pela *publicização*-responsabilização dos resultados para o cidadão-cliente. Ideologicamente, impulsionada tanto como receituário para a supressão do fracasso escolar por meio da apologia eficácia-eficiência forjada no racionalismo tecnocrático que logrou ao longo das últimas três décadas um novo significado de público-estatal sob o molde privatista – entendido aqui enquanto corpo e espírito –, quanto pela lógica individualizante meritocrática, os presentes meios se encontram em estágio relativamente consensuais – sob a lógica do capital – para operar caminhos no sentido *quantofrênico* (Gaulejac, 2007) que imputa no chão da escola, assim como entre escolas,

sujeitos históricos, e os sistemas de ensino, a competitividade administrada – vide a ascensão da remuneração variável ante acordo de resultados<sup>13</sup>.

De forma material o método para tal se estipula, de acordo com Afonso (2010, p. 22), “como um processo integrado de *avaliação, prestação de contas e responsabilização*” obedecendo de modo linear as justificativas dos atos praticados (*answerability*), para posterior “imputação de responsabilidades e sanções (*enforcement*)” (Afonso 2010, p. 22), incluindo todas as escalas e níveis de ensino com foco no cotidiano escolar e nos profissionais da educação, e variando de acordo com a intensidade (Bonamino; Souza, 2012). Neste sentido, a ênfase reside na prestação de contas ratificando a relevância das avaliações, incidindo na prática pedagógica interessada – aplicabilidade do currículo prescrito em conformidade à pressão avaliativa-responsabilização. Este paradigma tem como pressuposto a defesa da neutralidade com base na cientificidade, racionalidade e eficiência pedagógica (Freitas, 2011, p. 2), como espelho das políticas de *accountability* implementadas nos países centrais, com destaque para os Estados Unidos da América (Ravich, 2011), que além da busca pela mensuração da ação docente como o Método de *Stallings* (BANCO MUNDIAL, 2014), alimentam um indústria da avaliação e da produção de recursos pedagógicos que colocam as reformas cada vez mais “a prova de professores” (Helene, 2013, p. 67), reafirmadas principalmente pelo Movimento Todos pela Educação – a *tutorização* do magistério (Andrade, 2023).

---

<sup>13</sup> Refiro-me aqui ao procedimento estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro, podendo ser identificado em diferentes sistemas de ensino, que utiliza também ao longo dos últimos anos o “Bônus IDEB” para “servidores das unidades escolares que não alcançaram as metas do Índice, mas avançaram nos indicadores, uma bonificação de 50% da meta” (Rio de Janeiro, 2024, s. p.).

De modo resumido, e em linhas gerais, os-as docentes são pressionados por meio do Indicador de Desempenho e do Indicador de Fluxo Escolar a ascenderem os resultados das escolas de acordo com metas preestabelecidas para cada unidade escolar e, caso consigam almejar as metas, obtêm-se a remuneração variável sob o princípio da meritocracia, assim como a legitimação do fracasso. Isto requer – sob a ótica tecnocrática – o envolvimento de todos na identificação dos problemas, na aplicação dos métodos *5W*<sup>14</sup> como fator essencial para a eliminação dos dilemas, na implementação do plano de gerenciamento *PDCA*<sup>15</sup>, na padronização do ensino através do apostilamento ou da obediência de pacotes no cotidiano, no ato de comungar do-o mesmo *idioma*, e na normatização-padronização de todos os instrumento técnicos e administrativos como forma de controle – contando também com supervisores escolares, como os Agentes de Acompanhamento da Gestão Escolar no estado do Rio de Janeiro e em diversas cidades do país.

Machado (1994, p. 20) ressalta que a fusão dos tipos de gerenciamento, como base do CQT, aglutina a organização-rotina por meio do “controle das tarefas diárias, através de processos repetitivos

---

<sup>14</sup> “**What** (o que fazer); **Where** (onde fazer); **When** (Quando fazer); **Who** (Quem faz); **Why** (por que fazer); e **How** (como fazer)” (Machado, 1994, p. 18 – grifos da autora).

<sup>15</sup> O método PDCA seria um modo sequencial para a orientação, execução e diagnóstico das ações no campo empresarial adaptado para a educação. “**P de plan** (planejar): estabelecimento de um sistema de padrões técnicos e de procedimentos e de um sistema de metas, conforme a orientação dos itens de controle, expressos em cronogramas e gráficos. **D de Do** (executar): cumprindo também a função de treinamento em serviço, a execução deve ser feita tal e qual foi determinada pelo plano, levantando-se, ao mesmo tempo, dados para a fase seguinte. **C de Check** (checar): visa comparar o realizado com o previsto, com base nos dados coletados e nos itens de controle, que servem de paradigma, identificando-se a necessidade de novos treinamentos. **A de Action** (tomar ações corretivas): tem por objetivo a recorrência dos chamados desvios. Através de um método específico (metodologia de solução de problemas), as causas dos problemas devem ser identificadas e sanadas (Machado, 1994, p. 18).

capazes de oferecer elementos de previsão”, integrando planejamento com execução, e com o gerenciamento interfuncional que “visa a construção da visão da organização, de seus objetivos estratégicos, tendo em vista a melhoria dos processos, o enfrentamento da competição” (Machado, 1994, p. 21)<sup>16</sup>. Os três pressupostos são a base para a “nova” gestão do trabalho escolar, que se fundamenta em uma estrutura aberta, flexível, complexa e diferenciada, que requerem:

Envolvimento pessoal, colaboração voluntária, necessidade de fazer as pessoas trabalharem melhor, treinamento e formação contínuos, incentivo ao auto-desenvolvimento, preparação para trabalhadores trabalhar em equipe, motivação e criatividade (Machado, 1994, p. 26).

A nova gramática explicita esse processo pelo câmbio categórico até – de trabalhadores-profissionais para colaboradores –, “simbolizando” formas objetivas e subjetivas para a concreção dos resultados e melhoria dos indicadores que legitimam o sucesso-fracasso. O problema-responsabilização é individualizado, e a saída passa a ser tratada como expurgo-penalização no mesmo tom. Com isso, imputa-se uma dada lógica para a prática do currículo prescrito e aferido pelas avaliações externas sob à finalidade do desempenho dos-as estudantes que são-serão quantificados, incluindo tanto o ranqueamento, quanto o financiamento – como mencionamos anteriormente no caso do Novo FUNDEB e das bonificações que compõem a remuneração variável.

---

<sup>16</sup> Como já descrito, a reestruturação da educação sob o escopo gerencial perfaz a introdução, adaptação e contextualização da linguagem e dos conceitos da administração empresarial para a educação, como o gerenciamento de rotina, a visão estratégica e o gerenciamento interfuncional, ao mesmo tempo que redefine os valores societários para o voluntarismo de modo forjado (FIDALGO, 1994, pp. 70-75).

O segundo momento da análise se refere ao processo formativo inicial que rumo de modo acentuado para o incremento do pragmatismo em diferentes flancos, assentado implicitamente nos ditames do *saber fazer* para a normatização-normalização da aplicabilidade didático-pedagógica do currículo prescrito de forma mais consentida – não que isto seja um fato totalmente negativo, mas cabe observar o conteúdo pragmático dialeticamente associado à constante reflexão dentro da estrutura curricular, e não a supressão de um em favor de outro. Fato que além de criar uma recomposição curricular com maior perspicácia para a prática – vide as últimas resoluções para a formação inicial e continuada de professores –, liofiliza e direciona a pesquisa científica nos campos do conhecimento para as práticas pedagógicas – vide o decréscimo das bolsas de iniciação científica nos cursos de licenciatura combinado ao crescimento dos programas institucionais voltados para a prática, como os casos do Residência Pedagógica (RP) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

Institucionalmente isto pode ser verificado por meio das transformações curriculares preteridas ao longo de uma década, como a Resolução CNE/CP Nº 2/2015 (Brasil, 2015), a Resolução CNE/CP Nº 2/2019 (Brasil, 2019), e a atual Resolução CNE/CP Nº 4/2024 (Brasil, 2024b). Sobre a última, no qual consideramos uma prescrição disfarçadamente mais tímida que a pretérita para tal finalidade<sup>17</sup> – BNC-Formação –, identifica-se a valorização do

---

<sup>17</sup> Esta previa em Parágrafo único que as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e a BNC-Formação têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018. Art. 2º A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como



Estágio Supervisionado no percurso formativo com início hipotético no primeiro semestre do curso<sup>18</sup> e da prática por meio da curricularização da extensão com foco na Educação Básica demarcado em, no mínimo, 320 horas (Brasil, 2024b, p. 9), a consideração sobre a formação inicial dos profissionais do magistério da educação básica sem menção à pesquisa – Artigo nº 3 (Brasil, 2024a) –, a forte propensão prática associada à teoria com retração desta de modo correlato à BNCC, o Projeto Pedagógico do Curso e o Projeto Pedagógico Institucional como rege o Artigo nº 7 (Brasil, 2024a), e a constante menção aos procedimentos avaliativos. Fato que ocorre simultaneamente, e de modo simétrico, a transformação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e da reformulação do Exame Nacional dos Estudantes (ENADE) através do intervalo – agora anualmente – e do caráter – a inclusão da avaliação prática – de acordo com o Edital Nº 124, de 20 de julho de 2024 (Brasil, 2024c).

Em relação à formação continuada, a atual contrarreforma do Ensino Médio discrimina que:

§ 3º Os sistemas estaduais e distrital de educação, com apoio do Ministério da Educação, estabelecerão políticas, programas e projetos de formação continuada dos docentes de ensino médio que incluam orientações didáticas e reflexões metodológicas relacionadas ao novo formato dessa etapa da educação básica (Brasil, 2024a, p. 6).

---

perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral” (Brasil, 2019, p. 2).

<sup>18</sup> “§ 5º O estágio de que trata o inciso V do caput, para que cumpra seu objetivo, deverá: I - ter suas horas distribuídas ao longo do programa de formação, iniciando desde o primeiro semestre do curso (Brasil, 2024c, p. 16).

De forma explícita, a atual contrarreforma em curso situa a formação continuada dos professores para a aplicabilidade da BNCC, dos itinerários formativos, e das disciplinas eletivas, que já é realizada em diferentes sistemas de ensino, como podemos exemplificar por meio das ações indicadas pelo Plano de Implementação do Novo Ensino Médio da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ, 2022, p. 49), que tem como principal objetivo:

a) ampliar os conhecimentos dos técnicos, professores e gestores nos conceitos e operacionalização do Novo Ensino Médio; b) elaborar e desenvolver o novo currículo do estado, considerando a BNCC e a Legislação pertinente; c) discutir e reformular os Projetos Políticos Pedagógicos, de acordo com o escopo das mudanças estruturais e pedagógicas implementadas; d) elaborar e desenvolver os IFS com foco nas diferentes Áreas do Conhecimento e na Formação Técnica e Profissional (SEEDUC-RJ, 2022, p. 50).

Tomando como foco os profissionais da educação para as vicissitudes na relação ensino-aprendizagem, espera-se a concreção formativa dentro das principais mudanças e alternativas de ensino-aprendizagem “propostas pelo Novo Ensino Médio, além da preparação para a construção de IFs para as diferentes Áreas do Conhecimento e na Formação Técnica e Profissional” (SEEDUC-RJ, 2022, p. 50) no escopo gerencial delimitado nos seguintes elementos:

a) cronograma de execução; b) metas para atendimento do quantitativo de profissionais a serem formados até 2023; c) escopo geral e definição das ementas das formações para diretores, coordenadores pedagógicos, docentes e demais membros do corpo técnico das regionais e da SEDUC-RJ; d) materiais didático-pedagógicos para utilização nos processos formativos, considerando metodologias inovadoras e dinamização de espaços de aprendizagens; e)

estratégias de acompanhamento e avaliação dos resultados da ação formativa (SEEDUC-RJ, 2022, p. 50).

Por meio de parceria realizada com a Universidade Federal Fluminense (UFF), já em andamento através do “Curso de Especialização para o Itinerário Formativo de Empreendedorismo” (SEEDUC-RJ, 2022, p. 50), cursos de extensão, como “Estação Empreender”, buscam “ofertar possibilidades diversificadas de metodologias e tecnologias educacionais” (SEEDUC, 2022, p. 50); assim como a parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) por meio de “cursos de Extensão e Especialização sobre as principais mudanças e possibilidades de trabalho, dentro da concepção do Novo Ensino Médio” (SEEDUC-RJ, 2022, p. 50). Além disso, projetou-se para o ano de 2022 a criação de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em “nível de especialização nas Áreas do Conhecimento, considerando a BNCC e o Novo Ensino Médio, maximizando o uso das tecnologias educacionais e metodologias ativas, com a realização e avaliação do processo formativo e da satisfação dos cursistas” (SEEDUC, 2022, p. 50-51) no formato EaD.

Todos os cursos oferecidos pela UERJ, de acordo com o documento em voga, foram divididos em módulos sob a tutela da plataforma LabEaD, sendo a mesma instituição responsável pela certificação, pelo processo de aprendizagem, e pela “satisfação dos cursistas” (SEEDUC-RJ, 2022, p. 51),

[...] visando garantir a plena formação dos professores para o desenvolvimento da Educação Integral, por meio do Projeto de Vida e dos Estudos Orientados, além do trabalho específico com projetos a serem elaborados durante as aulas de outros componentes eletivos, a SEEDUC-RJ, que já possui determinada expertise, está preparando a oferta de formação, mediada pelos Professores-Formadores dos Polos de Formação, com o objetivo

de atender todos os discentes da Rede interessados em desenvolver esses componentes específicos (SEEDUC-RJ, 2022, p. 51).

O processo é laureado pela SEEDUC-RJ como forma de ampliação e incremento da capacitação dos seus profissionais para a imputação do Novo Ensino Médio por meio dos seguintes objetivos: a promoção dos “conhecimentos sobre a proposta da Educação Integral em consonância com a BNCC” (SEEDUC-RJ, 2020, p. 51) e a capacitação dos “servidores desta Secretaria para que atuem com domínio sobre a Base, tendo em vista as ações de implementação do Novo Ensino Médio nas unidades escolares” (SEEDUC-RJ, 2022, p. 51). O mecanismo para tal se finca através de ações em ambientes virtuais, como o compartilhamento de informações através do *Google Classroom*, e da organização modular síncrona em *lives* via *YouTube*, alcançando no ano de 2021 3.508 solicitações e obtendo 2.257 concluintes (SEEDUC-RJ, 2022, p. 52), com previsão para abertura de mais 5.000 vagas no primeiro semestre de 2022.

Por fim, o documento orienta que as temáticas abordadas na formação basilar “Novo Ensino Médio e as Possibilidades para uma Educação” (SEEDUC, 2022, p. 53) seriam:

Módulo I - BNCC, Lei do Novo Ensino Médio e Educação Integral - Normativas, Fundamentos e Princípios: ● Unidade 1: BNCC, Novo Ensino Médio e Educação Integral - Normativas Federais e Estaduais; ● Unidade 2: Princípios da Educação Integral.

Módulo II - BNCC: Organização e Estrutura: ● Unidade 1: Visão Geral do Novo Ensino Médio; ● Unidade 2: Organização e Estrutura da BNCC para o Ensino Médio; ● Unidade 3: A BNCC nos Currículos; ● Unidade 4: Parte Flexível do Currículo: Itinerários e Eletivas.

Módulo III - Novo Ensino Médio- SEEDUC RJ: •  
Unidade 1: Metodologias Ativas de Ensino e  
Aprendizagem; • Unidade 2: Integração  
Curricular; • Unidade 3: Áreas do Conhecimento;  
• Unidade 4: Projeto de Vida e Estudos Orientados;  
• Unidade 5: Avaliação Formativa e Processual  
(SEEDUC-RJ, 2022, p. 53).

Isto em um contexto de carência real de 16.079 docentes, sendo 668 de Geografia, e carência temporária de 3.998 – 201 no mesmo campo científico (Geografia) –, destruição do plano de carreira por meio do Decreto Nº 49.028, de 03 de abril de 2024 (Rio de Janeiro, 2024), e um dos salários mais aviltados do país. Portanto, trata-se de uma formação interessada na totalidade do trabalho docente como face explícita da atual ofensiva materializada pela coetânea contrarreforma, que não pode ser entendida – sob nossa ótica – como uma ação delimitada apenas para o *chão da escola*, assim como a análise deste fato – o objeto deste estudo – de modo isolado. Mas, sim, um constructo que abarca a totalidade dos elementos para a formação de jovens em nosso país em sincronia com os eventos na escala ampliada que logra, para a escola neoliberal (Laval, 2017), a determinação do trabalho vivo para os entes demandados pela estrutura indissociável do *perfil* cidadão-trabalhador em tempos de reformulação dos mecanismos de mediação do conflito de classes. A análise crítica das ações hegemônicas estabelece, de modo explícito, o controle “do” variável para a implementação do fixo e prescrito de forma regulada-mensurada, e com enlaces de meritocracia e responsabilização coletiva-individual que cria vicissitudes da-de classe contra classe em tempos de dessubjetivação de sua consciência (Alves, 2011).

Acrescemos ao cenário de-da carência de professores, inexorável dos problemas que tangem à adequação da função docente, que a estratégia das eletivas e a redução da oferta dos

diferentes componentes curriculares tendem a provocar uma dada otimização já vista nos dias atuais. Em outros termos, é comum docentes de Geografia, nos sistemas públicos e privados de ensino, estarem lotados em turmas de Projeto de Vida, Atualidades, Empreendedorismo, etc., para o aprimoramento do conhecimento tácito com incentivos formativos direcionados-interessados no *saber fazer*, como explicita a SEEDUC-RJ em suas iniciativas para a formação continuada. Para os-as professores-as resta uma escolha: ou essa forma de complementação da carga horária, ou outra lotação em uma unidade escolar diferente – o que causa custos de locomoção e desgaste físico –, ou redução salarial. A manobra escancarada é essa: a junção da formação interessada e pragmática para a aplicabilidade do currículo aferido, a retração da demanda docente por meio da supressão cronológica das disciplinas no cotidiano escolar, a inserção de eletivas, e a responsabilização por resultados.

### **Considerações finais**

O óbvio da atual contrarreforma do Ensino Médio, sob a perspectiva aqui adotada, é o seu refino léxico por meio do manuseio de consensos superficiais – no senso comum – acerca da escola e sua qualidade. Se o espírito da sociedade civil, em significativas frações, deleita-se sobre o imperativo neoliberal por meio da aniquilação ideológica do público-estatal enquanto forma-engenharia-conteúdo, e o mercado como epicentro da eficiência, transmuta-se para os sistemas de ensino os mesmos devaneios para a formação básica e superior interessada, enxuta e com afincos sobre o pragmatismo tanto na relação ensino-aprendizagem, quanto sobre a intencionalidade formativa dos-as professores-as. Neste sentido se desloca, mais uma

vez, a discussão sobre a intensificação da precariedade do trabalho docente para a confabulação da escola interessante, mesmo que se diagnostique o cenário de caos.

O que de fato tende a ocorrer é que o reordenamento curricular em todos os níveis de ensino, laureado pelas teses do *free choice* e do *saber fazer*, levará o trabalho dos-as professores-as para algumas veredas. A primeira é a formação-atuação interessada, e com foco na prática, no Ensino Superior indissociável da retração da iniciação científica “desinteressada” nos cursos de licenciatura para a abertura da prática por meio do PIBID – com cabíveis ressalvas –, da ampliação do Estágio Supervisionado, e da curricularização da extensão. Além disso, cabe a correspondência direta dos Projetos Políticos de Curso à BNCC, sendo o ementário – hipoteticamente – correlato às competências da atual prescrição curricular da Educação Básica – uma forma vertical de regulação do conhecimento produzido sob a teleologia da prática, como se o que hoje ocorre não fosse o suficiente mesmo quando se observa a dualidade estrutural da educação brasileira. Em outros termos, a responsabilização tende a recair na formação dos-as professores-as em prol da eficiência interessada no trabalho.

A segunda vicissitude é sobre a institucionalização do currículo flexível que, como já comprovado, alocará para escolhas possíveis renúncias óbvias de acordo com a capacidade do sistema de ensino em suprir a oferta, indissociável das particularidades dos-as discentes, implicando – por razões óbvias – na perpetuação da desigualdade escolar nos limitantes da alternativa. Isto se combina com o espírito próprio do currículo por meio do seu elemento político-formativo – a Pedagogia Flexível –, a chancela das eletivas ligadas à oferta encampada principalmente pela lógica empreendedorismo-

empregabilidade e Projeto de Vida, a liofilização – cronológica – das competências, e a retração do conhecimento também pela circuncisão das disciplinas escolares imbuídas em intencionalidades da Pedagogia Política do Capital. Para que o prescrito seja praticado, imputa-se no processo os mecanismos de regulação do trabalho docente; em outros termos, a responsabilização dos-das profissionais da educação sobre o desempenho dos estudantes de modo deslocado das condições estruturais.

Por fim, a combinação das obviedades coloca a identidade docente sob elevado risco através da ampliação da polivalência, do pragmatismo, da correspondência aos resultados, da incorporação dos discursos e práticas meritocráticas como observado na remuneração variável, da formação inicial-continuada presa aos ditames da contrarreforma, e dos demais elementos estruturais que ainda permanecem no dia-a-dia das escolas. Se há no país uma elevada carência de professores-as adequadamente formados, busca-se como saída a dissolução da demanda flexibilizando a prática docente em eletivas e na própria oferta dos itinerários formativos. Aliás, quem lecionará empreendedorismo? Existe licenciatura para tal? E se uma escola oferecer apenas Matemática e suas Tecnologias, qual será a lotação do-a docente de Geografia? Os sistemas privados manterão docentes sem necessidade, ou aportarão sobre os alunos todos os campos do conhecimento? Trata-se, sem dúvida, de uma reestruturação da engenharia oferta-demanda docente por um lado, em tempos de aviltantes salários e ascensão contratual precária, e por outro a incorporação tentada-intencionada do discurso flexível e sua pedagogia tanto na relação ensino-aprendizagem, quanto na métrica gerencial. A concreção intencional da formação humana de novo tipo pelo professor de novo tipo. É óbvio, sob nossa ótica.



## Referências

- AFONSO, Almerindo Janela. Gestão, autonomia, accountability na escola pública portuguesa: breve diacronia. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 26, n. 1, 2010.
- ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.
- ANDRADE, Rodrigo Coutinho. Considerações acerca da BNC-Formação e as novas morfologias do trabalho: o professor de novo tipo. *Terra Livre*, v. 1, n. 60, p. 121-156, 2023.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo precariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BANCO MUNDIAL. *Professores excelentes: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe*. Washington: Banco Mundial, 2014.
- BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, v. 38, p. 373-388, 2012.
- BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília: MARE, 1995.
- BRASIL. *Projeto de Lei nº 6.840/2013*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570#:~:text=P L%206840%2F2013%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Alterar%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,conhecimento%20>

e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias &gt;. Acesso em 23 de maio de 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2017/lei/l13415.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/l13415.html)>. Acesso em: 24 de maio de 2024.

BRASIL. *Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECESN72018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf)>. Acesso em 22 de maio de 2024.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

BRASIL. *Lei nº 14.495, de 31 de julho de 2024*. Brasil: Brasília: Câmara dos Deputados, 2024a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14945-31-julho-2024-796017-publicacaooriginal-172512-pl.html>>. Acesso em: 11 de agosto de 2024.

DALE, Roger. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 2, p. 109-139, 1994.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: a consolidação do neotecnicismo no Brasil. In: ANPED. *Políticas Públicas, Movimentos Sociais: desafios à Pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões*. Rio de Janeiro: ANPED Nacional, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Exclusão e/ou desigualdade social? Questões teóricas e político-práticas. *Cadernos de Educação*, n. 37, 2010.

GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social*: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

HELENE, Otaviano. *Um diagnóstico da educação brasileira*. São Paulo: Autores Associados, 2013.

IBGE. Agência IBGE Notícias. *Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023*. IBGE, 2024a, s. p. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>>. Acesso em: 29 de maio de 2024.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio 2024*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?idpesquisa=40](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?idpesquisa=40)>. Acesso em: 22 de maio 2024.

INEP. *Censo Escolar da Educação Básica, 2000-2023*. Brasília, DF: INEP, 2024a. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 23 maio 2024.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. *Cadernos de pesquisa*, v. 41, p. 752-769, 2011.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *Capitalismo, trabalho e educação*, v. 3, 2002.

KUENZER, Acacia Zeneida. Reforma da educação profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível? *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 5, n. 3, 2007.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa*: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2017.

- MACHADO, Lucília Regina de Souza. Controle da Qualidade Total: uma nova gestão do trabalho, uma nova pedagogia do capital. In: FIDALGO, Fernando Selmar; MACHADO, Lucília Regina de Souza (Orgs.). *Controle da Qualidade Total: uma nova pedagogia do capital*. Minas Gerais: Movimento de Cultura Marxista, 1994.
- MATTOS, Valeria. *Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho: alongamento da escolaridade e alternativa ao desemprego*. São Paulo: Xamã, 2011.
- NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. *Educação e Realidade*, v. 37, n. 02, p. 353-381, 2012.
- OCDE. *Education at a Glance 2023*. Paris: OCDE, 2024. Disponível em: <[https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2023\\_e13bef63en.html](https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2023_e13bef63en.html)>. Acesso em: 28 de maio de 2024.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação da profissão docente no contexto da nova gestão pública na América Latina. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, v. 27, n. 53, p. 43-59, 2018.
- PERONI, Vera Maria Vidal; SCHEIBE, Leda. Privatização da e na educação: projetos societários em disputa. *Retratos da escola*. Brasília, DF. Vol. 11, n. 21 (jul./dez. 2017), p. 387-392, 2017.
- POCHMANN, Marcio. Os trabalhadores na regressão neoliberal. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMANN, Marcio (Orgs.). *A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia*. Brasília: Gráfica e Editora Positiva: CNTE, 2020.
- RAVICH, Diane. *Vida e Morte do grande sistema escolar americano*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- Rio de Janeiro. *Novo Ensino Médio – plano de implementação*. Rio de Janeiro: Secretaria Estadual de Educação, 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-mediodescontinuado/pdf>>.

Acesso em: 27 de maio de 2024.

Rio de Janeiro. *Plano de Ação – Itinierários Formativos Novo Ensino Médio*. Rio de Janeiro: Secretaria Estadual de Educação, 2022.

Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-mediodescontinuado/PAIFRJ.pdf>>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

Rio de Janeiro. *Decreto n° 44.281, de 01 de julho de 2013*. Governo do Estado do Rio de Janeiro, RJ: 2013. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rj/decreto-n-44281-2013-rio-de-janeiro-da-nova-redacao-ao-decreto-n-42793-de-06-de-janeiro-de-2011-que-e-stabelece-programas-para-o-aprimoramento-e-valorizacao-dos-ervid-orespublicos-da-secretaria-de-estado-de-educacao-do-rio-de-janeiro-seeducdetermina-outrasprovidencias>>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

Rio de Janeiro. Prefeitura Municipal. Servidores da Educação vão receber bônus por avanços no Ideb. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: < <https://prefeitura.rio/educacao/servidores-da-educacao-vao-receber-bonus-por-avancos-no-ideb/>>.

Acesso em: 21 de outubro de 2024.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SEPE. *Proposta de Matriz Curricular para o Ensino Médio Regular: Corrigir Distorções e Atualizar para a Nova Lei do Ensino Médio* (2024). Rio de Janeiro: SEPE, 2024. Disponível em: <[https://seperj.org.br/wp-content/uploads/2024/10/PROPOSTA\\_MATRIZ\\_CURRICULAR\\_SEPERJ2024.pdf](https://seperj.org.br/wp-content/uploads/2024/10/PROPOSTA_MATRIZ_CURRICULAR_SEPERJ2024.pdf)>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

SILVA, Gabriel Guimarães Melgaço da. Reações dos docentes da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro às reformas gerenciais. 2020. 189 f. *Tese* (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

SOUZA, José dos Santos. *Trabalho, educação e sindicalismo*: anos 90. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

SOUZA, José dos Santos. O recrudescimento da teoria do capital humano. *Cadernos Cemarx*, v. 3, n. 1, 2005.

SOUZA, José dos Santos. Gerencialismo. SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte (Org.). *Organização institucional e acadêmica na expansão da educação superior*: glossário. Rio de Janeiro: Publit, p. 54-58, 2017.

SOUZA, José dos Santos. A educação superior enxuta e flexível como nicho promissor do Mercado educacional. *Revista Trabalho Necessário*, v. 20, n. 42, p. 01-27, 2022.

SOUZA, Jose Gilberto de. O Pensamento Espacial e a Geografia Pragmática: réquiem para o passado. *Revista da ANPEGE*, 2022.

Recebido para publicação em 11/12/2024

Aceito para publicação em 29/07/2025

# GESTÃO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA: DESAFIOS DA EXPANSÃO HIDRELÉTRICA<sup>1</sup>

*TERRITORIAL MANAGEMENT IN  
THE AMAZON: CHALLENGES OF  
HYDROELECTRIC EXPANSION*

*GESTIÓN TERRITORIAL EN LA  
AMAZONIA: RETOS DE LA  
EXPANSIÓN HIDROELÉCTRICA*

Rafaela Pereira da Silva Reis  
Universidade Federal de Rondônia  
rafaelareis1986@gmail.com

## Resumo:

O artigo analisa a gestão territorial e o desenvolvimento elétrico na Amazônia, destacando o desafio de conciliar preservação ambiental, crescimento econômico e direitos das comunidades locais. Com uma metodologia qualitativa baseada em revisão bibliográfica (Becker, 2001; Moran, 2020) e dados da ANEEL (2023) e ANA (2024), o estudo examina os impactos da expansão hidrelétrica e da governança hídrica. Discute-se a espacialização dos empreendimentos, a atuação dos comitês de bacias e problemas como desterritorialização e participação social insuficiente. Conclui-se que a gestão territorial na Amazônia exige políticas públicas integradas, capazes de harmonizar desenvolvimento econômico, conservação da biodiversidade e inclusão socioterritorial. Essa abordagem é primordial para assegurar um modelo resiliente e justo, garantindo a relevância do bioma para o Brasil e o mundo.

**Palavras-chave:** Gestão territorial,  
Expansão hidrelétrica, Política Nacional  
de Recursos Hídricos,  
Desterritorialização.

Terra Livre

São Paulo

Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025

ISSN: 2674-8355



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

The article analyzes territorial management and electricity development in the Amazon, highlighting the challenge of reconciling environmental preservation, economic growth and the rights of local communities. Using a qualitative methodology based on a literature review (Becker, 2001; Moran, 2020) and data from ANEEL (2023) and ANA (2024), the study examines the impacts of hydroelectric expansion and water governance. It discusses the spatialization of projects, the role of basin committees and problems such as deterritorialization and insufficient social participation. It concludes that territorial management in the Amazon requires integrated public policies capable of harmonizing economic development, biodiversity conservation and socio-territorial inclusion. This approach is essential to ensure a resilient and fair model, guaranteeing the relevance of the biome for Brazil and the world.

**Keywords:** Territorial management, Hydroelectric expansion, National Water Resources Policy, Desterritorialization.

**Resumen:**

El artículo analiza la gestión territorial y el desarrollo eléctrico en la Amazonía, destacando el desafío de conciliar la preservación ambiental, el crecimiento económico y los derechos de las comunidades locales. Utilizando una metodología cualitativa basada en una revisión bibliográfica (Becker, 2001; Moran, 2020) y datos de ANEEL (2023) y ANA (2024), el estudio examina los impactos de la expansión hidroeléctrica y la gobernanza del agua. Analiza la espacialización de los proyectos, el papel de los comités de cuenca y problemas como la desterritorialización y la insuficiente participación social. Concluye que la gestión territorial en la Amazonia requiere políticas públicas integradas capaces de armonizar el desarrollo económico, la conservación de la biodiversidad y la inclusión socioterritorial. Este enfoque es esencial para asegurar un modelo resiliente y justo, que garantice la relevancia del bioma para Brasil y el mundo.

**Palabras clave:** Gestión territorial, Expansión hidroeléctrica, Política nacional de recursos hídricos, Desterritorialización.



## Introdução

A gestão territorial e o desenvolvimento energético na região amazônica configuram-se como questões centrais nas políticas públicas brasileiras, evidenciando a complexidade de conciliar preservação ambiental, demandas econômicas e o bem-estar das comunidades locais. A Amazônia, com sua vasta biodiversidade e relevância geopolítica, tem sido transformada por sucessivos modelos de ocupação e exploração, desde a construção de rodovias na década de 1950 até a implementação de hidrelétricas, que consolidam o Brasil como um dos líderes mundiais em geração de energia hídrica. Nesse contexto, este trabalho busca compreender os impactos das políticas públicas e da gestão territorial na Amazônia, com ênfase na expansão hidrelétrica e na governança dos recursos hídricos.

A pesquisa adota uma abordagem metodológica qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, com base em autores como Becker (2001), Gonçalves (2001) e Moran (2020), além de dados recentes disponibilizados por órgãos como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). A análise abrange os aspectos históricos das políticas de ocupação territorial e o avanço da infraestrutura energética, ressaltando os impactos socioambientais decorrentes, como a desterritorialização de comunidades e os conflitos pelo uso da água. O presente artigo apresenta uma análise crítica sobre a eficácia das políticas públicas voltadas à gestão descentralizada e participativa, previstas na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) (Lei n.º 9.433/1997).

Ao explorar a espacialização dos empreendimentos hidrelétricos e a atuação dos comitês de bacias hidrográficas na região amazônica, o estudo evidenciou desafios estruturais

relacionados à conservação da biodiversidade, equidade social e governança ambiental. Assim, este trabalho busca contribuir para o debate sobre os limites e as possibilidades de um modelo de desenvolvimento que respeite as especificidades territoriais da Amazônia, ao mesmo tempo em que atende às demandas energéticas nacionais e globais.

### **Procedimentos metodológicos**

Para alcance dos objetivos, realizou-se uma revisão bibliográfica, abarcando produções acadêmicas clássicas e contemporâneas nas áreas de Geografia, Ciência Política e Sociologia Ambiental. Foram consultadas as obras de autores de referência para a região amazônica, como Becker (2001; 2005), Gonçalves (2001) e Moran (2016; 2020), para construir a base teórico-conceitual sobre gestão territorial, geopolítica e os impactos socioambientais de usinas hidrelétricas.

Paralelamente, procedeu-se à análise documental de fontes secundárias oficiais. Foram examinados relatórios, legislações e bases de dados públicos para embasar a investigação. Dados sobre a matriz e a capacidade de geração de energia elétrica nacional foram obtidos junto à ANEEL, por meio do SIGA, 2025. Informações fundamentais sobre a gestão de recursos hídricos, em específico a distribuição e o número de Comitês de Bacias Hidrográficas CBHs, foram coletadas nos relatórios anuais de conjuntura da ANA, 2024. O marco regulatório, notadamente a Lei n.º 9.433 (PNRH) e a Resolução Normativa ANEEL n.º 1.079/2023, foi analisado para compreender o arcabouço institucional que rege o setor.

Para a espacialização dos dados e a visualização geográfica dos fenômenos estudados, recorreu-se ao *software* QGIS 3.40. Esta

ferramenta de Sistema de Informação Geográfica (SIG) foi o instrumental para a georreferenciação, tratamento e elaboração da cartografia temática apresentada no artigo. A partir dos dados brutos obtidos das agências reguladoras, foram confeccionados os mapas que ilustram a distribuição dos aproveitamentos hidrelétricos e a localização dos comitês de bacia em relação às usinas na Região Hidrográfica Amazônica, permitindo uma análise visual da concentração e da dispersão desses elementos no território.

Por fim, os achados da revisão bibliográfica, da análise documental e dos produtos cartográficos foram submetidos a uma síntese e análise crítica integrada. Esta etapa consistiu em cruzar o referencial teórico com a evidência empírica para interpretar as dinâmicas territoriais, entender a aplicação das políticas públicas e discutir os impactos da expansão hidrelétrica, com destaque para os processos de desterritorialização e a fragilidade dos mecanismos de participação social na Amazônia.

### **Políticas públicas e gestão territorial na Amazônia.**

Políticas públicas, de acordo com Souza (2006), são conjuntos de ações e decisões articuladas entre as esferas governamentais, com a intenção de transformar os objetivos e os planos de governo em ações concretas, como programas e iniciativas, ao mesmo tempo em que avaliam os resultados dessas ações para verificar se estão atingindo os objetivos propostos. Quando necessário, as políticas podem ser ajustadas, propondo mudanças em seu rumo para alcançar os objetivos.

Desde a ocupação do atual território brasileiro, a Amazônia tem sido uma região estratégica devido à sua rica biodiversidade e à sua posição geográfica fronteiriça. Durante esse período, Portugal

adotou estratégias territoriais para manter e expandir seu controle sobre a região. Essas estratégias incluíram a construção de fortificações em pontos estratégicos e a exploração dos recursos naturais disponíveis, como uma forma de manifestar sua presença e soberania (Tavares, 2011).

Conforme Becker (2001), para compreender a gestão do território na Amazônia, é necessário considerar o campo de forças que atua sobre essa região. Esse campo está diretamente relacionado à geopolítica contemporânea, que influencia as relações de poder entre as nações e, por consequência, as decisões sobre a gestão territorial. Essa interferência ocorre por meio de acordos diplomáticos e negociações internacionais, resultando em uma interdependência econômica e política entre os Estados. Assim, decisões econômicas e políticas tomadas por uma nação podem ter repercussões no âmbito global. Além disso, o avanço tecnológico no campo das comunicações amplia as possibilidades de conexão entre as nações, acelerando a troca de informações.

Mesquita e Cavalcante (2021) caracterizam a gestão do território como um processo influenciado por relações de poder, onde diferentes grupos sociais disputam o controle e o uso do espaço, que serve como instrumento de controle, beneficiando elites, frequentemente, em detrimento de populações marginalizadas. Na Amazônia, essa dinâmica fica clara com políticas históricas impostas de cima para baixo, ignorando as necessidades das comunidades locais e priorizando interesses econômicos externos.

A trajetória das políticas públicas para a Amazônia revela uma transição marcada pela mudança de paradigmas na ocupação territorial. Conforme Gonçalves (2001), até a década de 1950, a organização do espaço amazônico era predominantemente moldada

pela relação várzea-floresta, caracterizada pela exploração econômica vinculada aos rios. A partir da construção da rodovia Belém-Brasília, um novo padrão de ocupação se consolidou, com a rodovia-terra firme substituindo os cursos d'água como eixo estruturante. Essa mudança direcionou o desenvolvimento da região para atividades agropecuárias e minerais. Tavares (2011) aponta que a principal condicionante para esse novo momento de ocupação era a atração nacional e internacional para investimento em infraestruturas como transporte, comunicação e energia, para dar subsídios às atividades desenvolvidas no padrão rodovia-terra firme.

Na década de 1950, deu-se início à construção de grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, com destaque para a exploração mineral. Segundo Becker (1998), esse período marca uma nova fase na expansão da fronteira econômica e territorial, caracterizada por especificidades que a diferenciam de outros movimentos de ocupação e desenvolvimento.

Destaca-se a monumentalidade das operações, caracterizadas por grandes construções, elevados investimentos de capital e intensa mobilização de mão de obra, refletindo a magnitude desses empreendimentos. Muitos projetos mineradores eram instalados em lugares isolados, operando como enclaves econômicos dissociados das dinâmicas locais, o que resultava na criação de uma espécie de bolha econômica no território onde estavam inseridos.

Outra característica importante é a conexão desses projetos a sistemas econômicos globais, evidenciando sua integração em redes produtivas e comerciais de escala planetária. Esses empreendimentos atendem a demandas internacionais, consolidando-se como peças-chave na economia globalizada, fornecendo matérias-primas. Resultavam também no surgimento de

aglomerações urbanas, muitas vezes compostas por áreas planejadas e outras espontâneas, refletindo as desigualdades no acesso à infraestrutura e serviços entre trabalhadores qualificados e não qualificados (Castro, 2015).

De acordo com Monteiro e Coelho (2004), as infraestruturas implantadas entre as décadas de 1950 e 1980, como rodovias, hidrelétricas, projetos minerais e ferrovias, trouxeram diversos impactos para a região amazônica. Entre eles, destacam-se a concentração fundiária, o intenso fluxo migratório, o inchaço dos núcleos urbanos e a migração em massa para áreas de garimpo, bem como, para os locais de construção das rodovias e hidrelétricas.

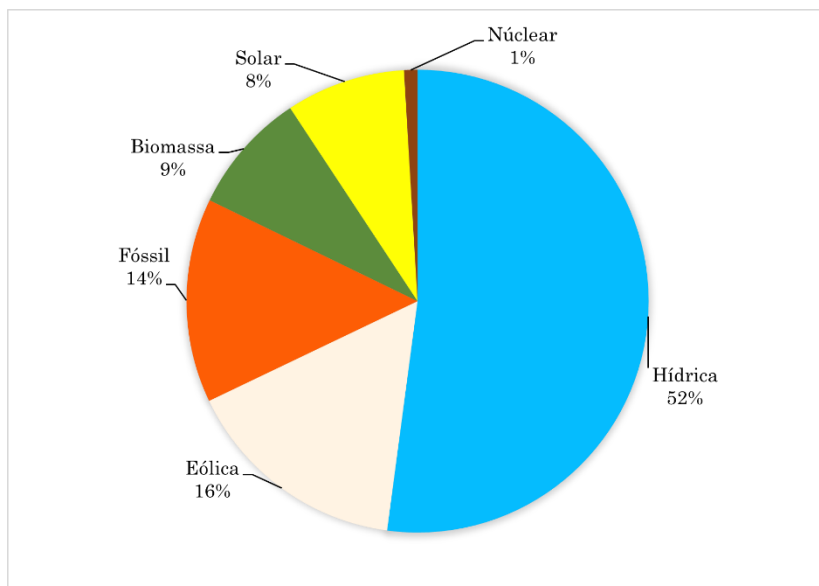
Essas políticas de ocupação territorial alcançaram, parcialmente, seu objetivo ao impulsionar um significativo crescimento populacional na região. No entanto, mesmo com o salto demográfico, a região ainda enfrenta desafios estruturais significativos, especialmente no que diz respeito ao acesso a serviços básicos como saúde e educação, evidenciando que o “desenvolvimento” prometido pelas políticas públicas não se concretizou plenamente.

## **Expansão hidroelétrica no Brasil**

A geração de energia elétrica no Brasil é de dependência hídrica, que corresponde a 52% da matriz elétrica do país. Predominância justificada pela abundância de recursos hídricos em todo o território brasileiro, o que permite esse aproveitamento nas cinco regiões (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste). No entanto, em razão da crise hídrica, os aproveitamentos hidrelétricos (UHE, PCH e CGH) não conseguem operar em sua capacidade plena, comprometendo o fornecimento de energia elétrica. Esse cenário

evidencia a necessidade de expandir e diversificar a matriz elétrica nacional (Moura, 2022). O Gráfico 1 demonstra a matriz elétrica.

**Gráfico 1 - Matriz Elétrica Brasileira**



Fonte: SIGA, 2025

O setor elétrico brasileiro é caracterizado por uma diversidade de fontes energéticas, abrangendo tanto opções renováveis quanto não renováveis. Entre as fontes renováveis, destacam-se a energia eólica, solar e biomassa, que têm ganhado relevância nos últimos anos devido às políticas de incentivo à sustentabilidade.

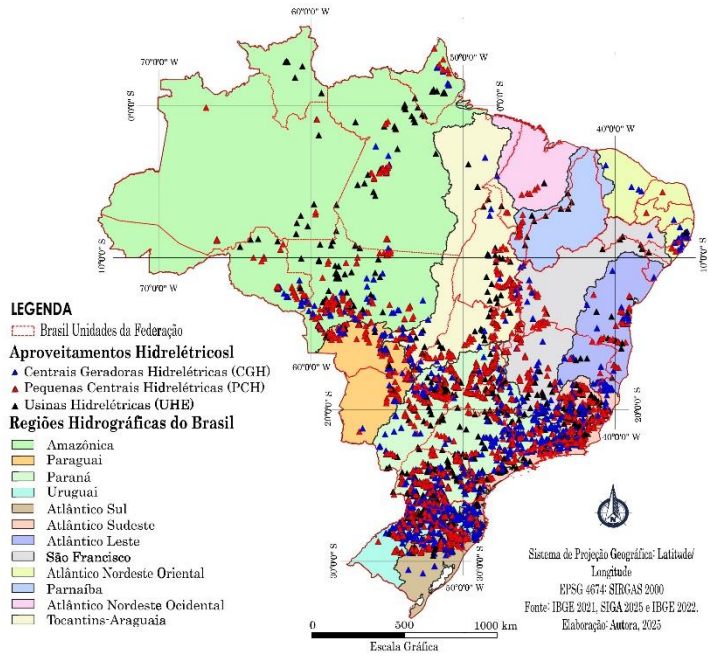
Dentre as fontes não renováveis, destacam-se o carvão mineral, o petróleo e a energia nuclear, que ainda contribuem para a geração de eletricidade. No entanto, a geração elétrica nacional é baseada na geração por fontes hidráulicas, consolidando o Brasil como um dos países líderes mundiais (2º lugar no *ranking*) nesse tipo de geração de energia elétrica, devido ao potencial hídrico do território (EIA, 2023).

A categorização dos aproveitamentos hidrelétricos é estabelecida pela resolução normativa n.º 1.079 de 28 de novembro de 2023. Centrais Geradoras Elétricas (CGH) são aquelas com potência igual ou inferior a 5.000 kW; Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) têm potência superior a 5.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW; Usinas Hidrelétricas (UHE) são usinas com potência acima de 30.000 kW (sujeitas a outorga) ou acima de 50.000 kW, além de qualquer caso que exija autorização e concessão.

De acordo com o Sistema de Informação de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (SIGA, 2025), são 1.330 aproveitamentos hidrelétricos em operação no Brasil, sendo 214 UHEs, 427 PCHs e 689 CGHs distribuídas pelo país.

Ao analisar as Regiões Hidrográficas do Brasil (Figura 1), observa-se a concentração desses empreendimentos em diferentes áreas do território nacional. O destaque são as regiões hidrográficas, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste que concentram a maior densidade de aproveitamentos, especialmente nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Essa densidade está relacionada ao desenvolvimento econômico dessas regiões, ao uso intensivo de água para geração de energia e à disponibilidade de rios com grande potencial hidráulico (Oliveira, 2018).



**Figura 1 - Aproveitamentos hidrelétricos no Brasil**

Fonte: Autora (org.) 2025.

Na região hidrográfica Amazônica, a densidade de empreendimentos hidrelétricos é menor, mas a região abriga grandes UHEs, como as usinas de Santo Antônio e Jirau, localizadas no Rio Madeira, em Rondônia, e Belo Monte, nos municípios de Vitória do Xingu, Brasil Novo e Altamira, no Pará. Essa configuração reflete o aproveitamento de grandes rios com alta capacidade para geração em larga escala (Sant'anna; Honorato; Bortoletto, 2020)

As regiões hidrográficas do Paraguai e Tocantins-Araguaia também se destacam, apresentando uma quantidade expressiva de UHEs, como a Usina de Tucuruí, uma das maiores do Brasil, enquanto as regiões hidrográficas São Francisco, Atlântico Leste e Atlântico Nordeste Oriental possuem menor densidade, embora contenham grandes usinas como Sobradinho. Essa disparidade pode

ser explicada, tanto pelas características hídricas, quanto climáticas da região (Fioreze et al., 2012).

A espacialização demonstra que as CGHs e PCHs concentram-se em regiões com condições favoráveis, ou seja, áreas que reúnem características naturais e socioeconômicas ideais para seu desenvolvimento. Essas condições incluem: recursos hídricos abundantes (com rios de médio porte com vazão estável); relevo adequado (declives que facilitam a geração de energia sem a necessidade de grandes barragens) e demanda energética elevada (próxima de grandes centros urbanos e polos industriais) (Souza Jr., 2021).

Como explica Santos (2006), as dinâmicas territoriais são moldadas por uma combinação de fatores físicos e humanos. No caso das CGHs e PCHs, sua maior presença no Sudeste e Sul do Brasil reflete, não somente a densidade populacional (que garante consumo local), mas também, infraestrutura logística e políticas de incentivo regional.

As UHEs distribuem-se de forma mais ampla, priorizando áreas com potencial hídrico excepcional — como a Bacia Amazônica —, mesmo que distantes de centros consumidores. Essa lógica é de que grandes projetos se adaptam a estratégias nacionais ou globais, enquanto pequenas usinas atendem demandas locais (Rodrigues, 2020).

## **Gestão de recursos hídricos no Brasil**

O Decreto n.º 24.643 de 1934, emanado do Ministério da Agricultura, instituiu o Código de Águas, marcando um período em que os recursos hídricos eram prioritariamente vistos como um insumo para a exploração econômica. Destinadas a usos agrícolas, hidroelétricos e industriais, as águas superficiais e

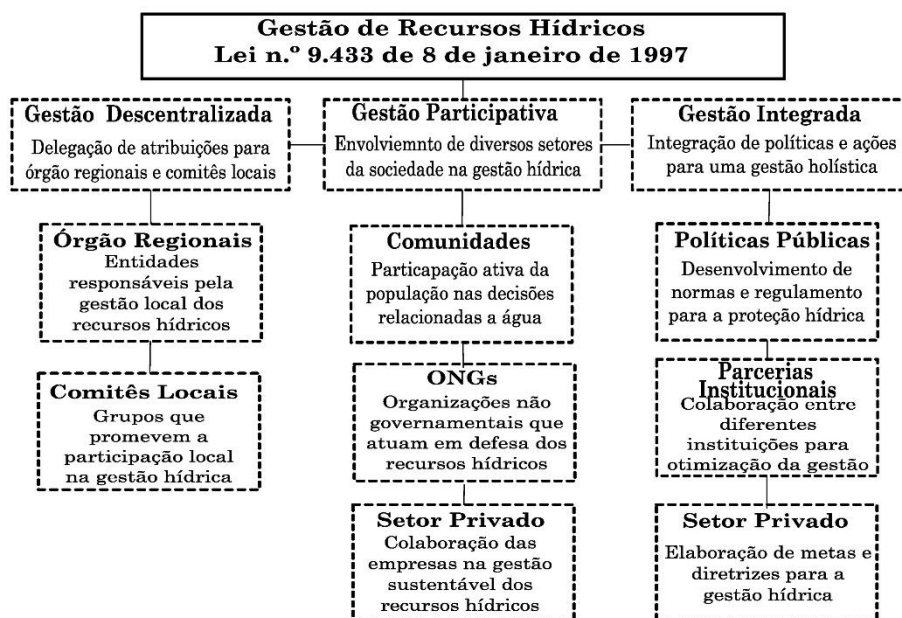
subterrâneas eram tratadas de forma fragmentada. A legislação da época concebia a água como um recurso mineral, com valor intrínseco econômico, e sua concessão se assemelhava a de um bem privado. Essa perspectiva, centrada na exploração e com pouca consideração aos aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos hídricos, caracterizou a gestão das águas nesse período (Moura, 2016).

A criação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela Lei N.º 9.433 de 08 de janeiro de 1997, marca uma mudança importante na gestão dos recursos hídricos no Brasil. Baseado no modelo francês de gestão, a PNRH tem como princípios fundamentais a água como bem de domínio público, limitado e de valor econômico. Em situações de escassez, estabelece-se que o uso prioritário será para a dessedentação de animais. Além disso, a política visa garantir o uso múltiplo das águas e adota a bacia hidrográfica como unidade territorial para sua implementação. A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada, contando com a participação, tanto do poder público, quanto dos usuários e das comunidades, garantindo uma abordagem colaborativa e eficiente (Brasil, 1997).

Os objetivos da PNRH podem ser sintetizados como a garantia de que as gerações presentes e futuras tenham acesso à quantidade de água necessária, com qualidade adequada para os diversos usos. Além disso, pretende promover o uso integrado dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, sempre com foco no desenvolvimento sustentável. Outro ponto importante é a preocupação com a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos, sejam eles de origem natural ou causados pelo uso inadequado.

Utiliza-se uma combinação de instrumentos para promover a gestão integrada dos recursos hídricos. Os planos de recursos hídricos definem as diretrizes gerais, enquanto o enquadramento dos corpos d'água e a cobrança pelo uso da água são mecanismos para implementar essas diretrizes. O sistema de informações sobre recursos hídricos, por sua vez, fornece os dados necessários para o monitoramento e a avaliação da gestão. A Figura 2 sintetiza a gestão de recursos hídricos no Brasil.

**Figura 2 - Síntese dos pilares da gestão de recursos hídricos**



Fonte: Lei N.º 9.433 de 08 de janeiro de 1997. Autora (org.) 2025.

Apresentou-se a estrutura de gestão dos recursos hídricos no Brasil, com base na Lei n.º 9.433/97. O modelo visualiza a gestão como um processo descentralizado, participativo e integrado. A descentralização se evidencia na delegação de responsabilidades para órgãos regionais e comitês locais, aproximando a gestão das particularidades de cada região. A participação social é garantida pela inclusão de diversos atores, como comunidades, Organizações Não Governamentais (ONGs) e o setor privado, no processo decisório.

A gestão integrada, por sua vez, busca harmonizar diferentes políticas públicas para otimizar o uso da água. No entanto, a efetividade desse modelo está condicionada a fatores como a capacidade institucional dos entes federativos, a participação efetiva da sociedade civil e a disponibilidade de recursos.

No âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) são órgãos específicos de importância estratégica para a gestão integrada e participativa dos recursos hídricos de abrangência interestadual<sup>1</sup> ou estadual, por ser parte dos organismos colegiados, a função é a formulação de estratégias e a tomada de decisões.

A composição e a dinâmica de funcionamento desses comitês são regulamentadas por legislações específicas, que podem ser de âmbito federal ou estadual, conforme a dominialidade da bacia hidrográfica em questão. Sua característica é a pluralidade em sua composição, ao abranger representantes de entidades públicas, organizações privadas e do terceiro setor (Brasil, 2024).

Essa diversidade objetiva contemplar os diferentes representantes e, assim, promover uma gestão democrática e compartilhada dos recursos hídricos. Essa estrutura é considerada estratégica quanto aos desafios relacionados a conflitos pelo uso, questões de deficiências hídricas. Nesse contexto, os CBHs, não apenas consolidam o princípio da descentralização da gestão dos recursos hídricos, mas também, fortalecem o papel da sociedade na corresponsabilidade pela preservação e uso desses recursos sustentáveis (Arbes; Jorge, 2005).

### **Comitês de bacia e hidrelétrica na Região Hidrográfica Amazônica**

Segundo dados publicados pela ANA em 2024, referentes a 2023, o território brasileiro contava com um total de 249 comitês de

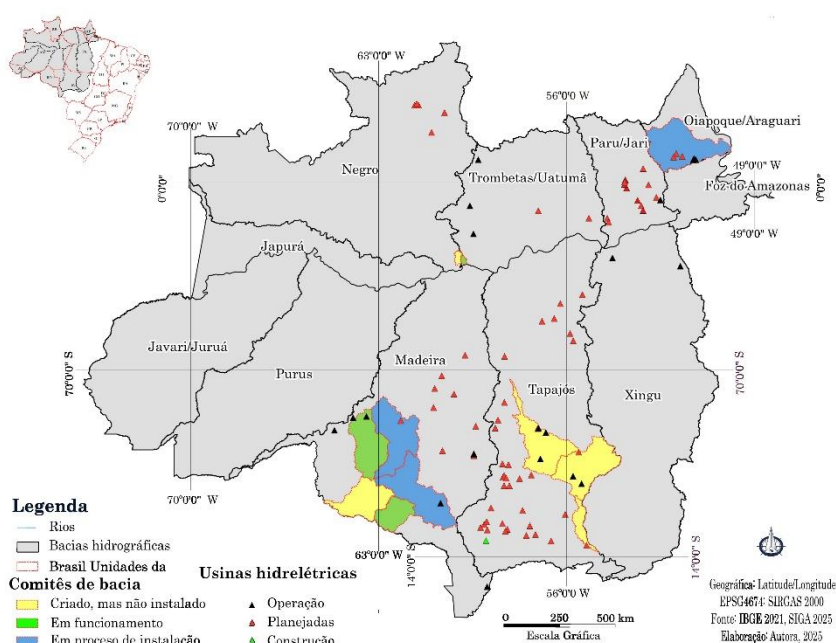
---

<sup>1</sup> Interestadual: rios de dominialidade federal.

bacias hidrográficas. Desse total, 10 são comitês interestaduais, todos já instalados, e 239 são de domínio estadual.

A distribuição desses comitês, no entanto, não é homogênea em todo o país. Nenhum dos 10 comitês interestaduais situa-se na Região Amazônica, que, em contrapartida, abriga 11 dos 239 comitês estaduais. Um aspecto relevante é que a criação desses 11 comitês estaduais na Amazônia ocorreu após o início dos processos de licenciamento ambiental e da entrada em operação das UHEs.

**Figura 3 - Usinas Hidrelétricas e comitês de bacias**



Fonte: Autora (org.) 2025.

Durante o processo de licenciamento ambiental dessas UHEs, não houve a participação dos comitês de bacia hidrográfica. De acordo com Rocha (2012), os comitês representam espaços fundamentais para a democratização da gestão dos recursos hídricos e para a tomada de decisão sobre projetos como usinas hidrelétricas. Conforme estabelecido pela PNRH, os comitês são mecanismos de

participação da sociedade civil na gestão das águas, com objetivo de ampliar a representatividade, incentivar a deliberação coletiva e até mesmo gerenciar preventivamente os conflitos decorrentes da construção dessas infraestruturas.

Na Região Hidrográfica Amazônica existem 20 UHEs em operação e mais 74 UHEs planejadas. O desenvolvimento hidrelétrico na região iniciou-se na década de 1970, com a entrada em operação das UHEs Coaracy Nunes, localizada no estado do Amapá, e Curuá-Una, situada no Pará. Na década seguinte, os anos de 1980 marcaram a expansão da matriz energética na região com a operação das UHEs Balbina e Pitinga, no Amazonas, Aripuanã, em Mato Grosso, e Samuel, em Rondônia. Já na década de 1990, a UHE Alto Jatapu, no estado de Roraima, foi a única a iniciar sua operação na década em questão (Figura 3), representando a continuidade do processo de expansão do setor elétrico na região.

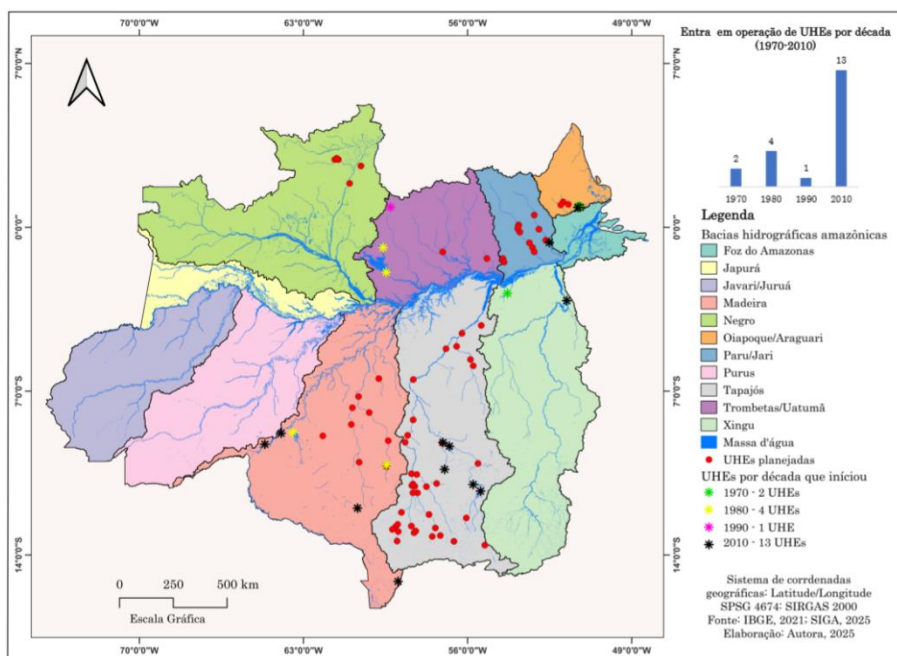
Nesse período, os levantamentos realizados não abrangiam análises detalhadas dos impactos ambientais e sociais associados à implantação de projetos hidrelétricos. Isso ocorria, porque as discussões sobre esses impactos eram pouco desenvolvidas, especialmente no que se referia aos direitos e aos riscos enfrentados pelas famílias que viviam próximas às áreas estratégicas para esses empreendimentos. Além disso, não existia um rigor metodológico quanto aos estudos de impacto ambiental para a construção de obras de infraestrutura, visto que a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), estabelecida pela Lei n.º 6.938 de 31 de agosto de 1981 e a Política Nacional de Recursos Hídricos (Moran, 2020) ainda não estavam plenamente consolidadas

A implementação dessas hidrelétricas sem a realização de estudos adequados de impacto ambiental acarretou sérios

problemas, afetando tanto a biodiversidade, quanto as populações próximas a essas estruturas. Conforme Sá-Oliveira *et al.* (2016), a ausência de tais estudos dificulta a compreensão dos impactos e o monitoramento da adaptação da biota local frente à construção das UHEs. Moran (2016) destaca que o reservatório da UHE de Balbina, localizada no rio Uatumã, no estado do Amazonas, inundou uma área de 2.996 km<sup>2</sup> de florestas nativas, incluindo 30 mil hectares que faziam parte do território tradicional do povo indígena Waimiri-Atroari.

A análise da expansão ao longo de quatro décadas mostra que a década de 1970 foi um marco para a exploração energética na região hidrográfica amazônica, com crescimento progressivo. Esse crescimento foi impulsionado por políticas públicas notáveis na década de 2010, especialmente com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2, conforme a Figura 4.

**Figura 4 - Entrada em operação de UHEs por década (1970-2010)**



Fonte: Autora (Org.) 2025.



A partir do ano de 2010, a região observou um grande impulso no número de UHEs em operação. Dentre as usinas que iniciaram suas operações nesse período, destacam-se a Santo Antônio e Jirau, no estado de Rondônia, Santo Antônio do Jari, no Pará, Teles Pires, Dardanelos, São Manoel, e Colíder, todos no estado de Mato Grosso, além de Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, no Amapá.

As usinas mencionadas estavam incluídas no pacote de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 (2007–2010) e o PAC 2 (2011–2014), o que contribuiu significativamente para suprir as demandas energéticas do país, com destaque para as usinas do rio Madeira em Rondônia e Belo Monte no Pará (Fearnside, 2019).

No entanto, esse avanço trouxe implicações profundas e controversas. Cavalcante (2012) aponta que essas obras de infraestrutura têm diversos efeitos, sendo o mais polêmico, a desterritorialização forçada de comunidades tradicionais e a alteração de áreas protegidas, o que resulta em danos irreversíveis à biodiversidade. Isso indica uma tendência a dar prioridade ao crescimento econômico, sem levar em consideração os impactos socioambientais, especialmente na Amazônia.

A desterritorialização ocorre quando uma população é deslocada do seu território original, seja por ações voluntárias ou forçadas, como guerras, desastres ambientais, políticas de desenvolvimento ou expansão de infraestruturas (Haesbaert, 2020). Esse fenômeno é comumente observado em contextos de urbanização acelerada, construção de grandes obras, como hidrelétricas e rodovias, ou processos de gentrificação, que expulsam comunidades de seus locais de origem.

A pesquisa de Araújo (2022) revela, através de um estudo aprofundado no contexto da Pan-Amazônia, que a desterritorialização forçada imposta por megaprojetos hidrelétricos, não apenas desestrutura o espaço geográfico, mas descaracteriza profundamente as identidades territoriais das comunidades ribeirinhas, inviabilizando processos efetivos de reterritorialização. Ao analisar os casos de Vila do Teotônio (Brasil) e Cachuela Esperanza (Bolívia), a autora demonstra que os impactos ocorrem em três temporalidades distintas – especulativos, imediatos e processuais –, com consequências socioambientais que persistem muito além da fase de construção das obras.

Entre os impactos causados pelas hidrelétricas, destaca-se o caso de Belo Monte, no estado do Pará, que deslocou cerca de 20 mil pessoas, em sua maioria, ribeirinhos e indígenas (Castilho, 2019). Costa (2019) e Pimentel (2021) apontaram que, no município de Porto Velho-RO, diversas Unidades de Conservação tiveram seus limites territoriais reduzidos para acomodar os reservatórios das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. As áreas afetadas são a Reserva Extrativista Jaci Paraná, a Floresta Nacional do Bom Futuro, a Área de Proteção Ambiental do Rio Madeira e a Floresta Estadual de Rendimento Sustentado Rio Vermelho C. Essas alterações revelaram o conflito entre a necessidade de expansão energética e a preservação.

As hidrelétricas construídas na década de 2010 surgiram em um contexto de legislação ambiental consolidada, com a exigência do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) estabelecido pela PNMA. No entanto, esse estudo ainda apresenta limitações significativas, pois não aborda de maneira adequada os aspectos sociais e culturais dos impactos, o que resulta na falta de representatividade das populações afetadas — como ribeirinhos, indígenas e quilombolas —, dificultando

sua participação no processo de tomada de decisão (Belforte, 2023). Além disso, a fragilidade dos comitês de bacia na região hidrográfica amazônica evidencia que o modelo de gestão participativa quanto ao uso dos recursos hídricos continua em processo de contribuições, refletindo os desafios na implementação do PNRH.

## **Conclusão**

A análise evidenciou os desafios da gestão territorial e do desenvolvimento energético na Amazônia. Esses desafios são complexos e interconectados, marcados pela tensão entre a preservação ambiental e as demandas econômicas nacionais e globais. As políticas públicas implementadas, embora tenham promovido avanços no setor energético, especialmente na expansão hidrelétrica, ainda carecem de uma abordagem integrada que contemple, de forma efetiva, os impactos socioambientais gerados. A desterritorialização de comunidades, a alteração de unidades de conservação e a perda de biodiversidade revelam os limites de um modelo de desenvolvimento centrado na exploração de recursos naturais, frequentemente desvinculado das especificidades territoriais e culturais da região.

A implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, apesar de representar um marco na governança ambiental do país, enfrenta desafios significativos na efetivação de uma gestão descentralizada e participativa. A fragilidade dos comitês de bacia na Amazônia, associada à ausência de mecanismos robustos de inclusão social e à inadequação dos estudos de impacto ambiental, reflete a necessidade de fortalecer as capacidades institucionais e de

assegurar a representatividade das populações locais nos processos decisórios.

O estudo conclui que a gestão territorial na Amazônia demanda de políticas públicas integradas, que articulem dinamismo econômico, conservação da biodiversidade e justiça socioambiental. É fundamental superar abordagens fragmentadas, reconhecendo a Amazônia como um espaço de complexas interações entre sistemas naturais e atividades humanas. Uma gestão territorial eficaz deve priorizar a governança participativa, a distribuição equitativa de recursos e a adaptação às realidades locais. Dessa forma, será possível promover um desenvolvimento equilibrado e ambientalmente viável, socialmente inclusivo e economicamente robusto, assegurando a resiliência do bioma e sua relevância para o Brasil e o planeta.

## Nota

1 - O artigo submetido está vinculado ao projeto de mestrado *"Expansão Hidrelétrica na Região Hidrográfica Amazônica"*, do PPGG/UNIR, desenvolvido pela discente com bolsa *Demanda Social/CAPEES*.

## Referências

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Resolução Normativa n.º 1079 de 28 de novembro de 2023**. Altera a Resolução Normativa n.º 870 de 10 de março de 2020. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren20231079.html>. Acesso em: 08/01/2025.

ARAÚJO, Girlany Valéria Lima da Silva. **O complexo hidrelétrico do rio Madeira: desterritorialização, reterritorialização e a temporalidade dos impactos em Vila Teotônio/Brasil e Cachuela Esperanza/ Bolívia**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG -Porto Velho, 2022.

ARBES, R.; JORGE, K. D. Descentralização da Gestão da Água: Por que os comitês de bacias estão sendo criados? **Ambientes & Sociedade** – Vol. VIII n.º 2 jul./dez. 2005.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1998. p.112.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários. **Parcerias estratégicas**, v. 12, n. 1, p. 135-59, 2001.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados** 19 (53), 2005.

BELFORTE L. C. M. **Hidrelétrica de Santo Antônio, Desterritorialização e Temporalidades dos Impactos**: Estudo Sobre os Reassentados em Santa Rita–RO. 2023. 95f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2023.

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: 2024: informe anual. Brasília-DF: ANA, 2024. Disponível em: <https://www.snirh.gov.br/portal/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos>. Acesso em: 09/01/2025.

BRASIL. **Decreto n.º 24.643 de 10 de julho de 1934**. Decreta o código de águas. Diário Oficial da União: Seção 1, 20/07/1934, p. 14738. Coleção de Leis do Brasil - 1934, página 679, Vol. 4.

BRASIL. **Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília–DF, 9 jan. 1997.

CASTILHO, D. Hidrelétricas na Amazônia Brasileira: da Expansão à Espoliação. Simposio Internacional de la Historia de la Electrificación. Barcelona. La electricidad y la transformación de la vida urbana y social. Barcelona: Universidad de Barcelona/**Geocrítica**. 2019. p. 68-87. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/Electricidad-y-transformacion-de-la-vida-urbana/DenisCastilho.pdf>. Acesso em: 20/10/ 2024.

CASTRO, E. R. de. “Formação Socioeconômica da Amazônia” In Castro, E. R. de e Campos, Í. (org.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CAVALCANTE, M. M. de A. **Hidrelétricas do Rio Madeira-RO: território, tecnificação e meio ambiente**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná – UFPR. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG. – Curitiba, 2012.

COSTA, G. M. **Unidades de Conservação e usinas hidrelétricas na Amazônia**: avaliação de implementação de gestão de UCs do entorno das usinas do Rio Madeira. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, UNIR. Porto Velho-RO, 2019.

EIA. **International Energy Agency**. Independent Statistics and Analysis U.S. Energy Information Administration, 2023.  
Disponível em:  
<https://www.eia.gov/international/rankings/world?pa=150&u=2&f=A&v=none&y=01%2F01%2F2023&ev=false>.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. **Balanco Energético Nacional 2024**: ano base 2023. Rio de Janeiro: EPE, 2024.  
Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Balanco-Energetico-Nacional>. Acesso em: 9/01/2025.

FIGUEIREDO, A. P. et al. **A questão da água no Nordeste**. Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Águas. Brasília-DF. CGEE, 2012.

FEARNSIDE, M. P. Impactos de hidrelétricas na Amazônia e a tomada de decisão. **Novos Cadernos NAEA** v. 22 n. 3 p. 69-96 set-dez 2019.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Hucitec, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 12.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Hidrográfica Nacional**. Documentação Técnica. Versão 24/09/2021. Rio de Janeiro, 2021.

SOUZA Jr, E. G. de. **O grande negócio das pequenas hidrelétricas: quem controla as PCHs no Brasil?** Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro –UENF. Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais – PPGPS – Campos do Goytacazes, 2021.

MESQUITA, A. A; CAVALCANTE. M. M. A. Gestão e ordenamento territorial na Amazônia brasileira: repercussões e correlações com o cenário da pandemia de COVID-19. **Terra Livre**, v. 2, n. 57, p. 656-684, 2021.

MONTEIRO, M. de. A.; COELHO, M.C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**. v. 7, n. 1, p. 91-122, jun. 2004.

MORAN, E. F. Changing how we build hydropower infrastructure for the common good: lessons from the Brazilian Amazon. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, 2020, vol. 20, n.º 1, p. 5-15. DOI. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2020.1.34643>. Acesso em: 6/01/2025.

MORAN, E. F. Roads and dams: infrastructure-driven transformations in the Brazilian Amazon. **Ambiente e Sociedade**, 2016, vol. 19, n.º 2, p. 207-218. DOI: Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC256V1922016>. Acesso em: 6/01/2025.

MOURA, J. D.F. Aumento da eficácia na geração de energia elétrica proveniente dos parques eólicos em decorrência da crise hídrica no Brasil. *Revista Valore, Volta Redonda*, v. 7, p. 111-120, 2022.

MOURA, A. M. M. de. Trajetória da Política Ambiental Federal no Brasil. In: **Governança Ambiental no Brasil**: Instituições, atores, e políticas públicas. / Organizadora: Adriana Maria Magalhães de Moura. – Brasília: IPEA, 2016.

OLIVEIRA, N. C. de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 34, n. 65, p. 315-346, maio/ago. de 2018.

PIMENTEL. H. V. do C. Contradição Entre Usinas Hidrelétricas e Unidades de Conservação na Amazônia Legal. In: **Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, 14., 2021. A

geografia que fala ao Brasil: Ciência Geográfica na Pandemia Ultraliberal. Edição on-line.

ROCHA, H. J. Os limites da democratização do processo de instalação de hidrelétricas. **Revistas Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 65-85, maio/ago. de 2012.

SÁ-OLIVEIRA, J. C. et al. Factors structuring the fish community in the area of the Coaracy Nunes hydroelectric reservoir in Amapá, northern Brazil. **Tropical Conservation Science**, 2016, vol. 9, n. ° 1, p. 16-33. DOI: <https://doi.org/10.1177/194008291600900103>.

SIGA. Sistema de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica. **Capacidade de Geração do Brasil (2025)**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNGE3NjVmYjAtNDZkZC00MDY4LTliNTItMTVhZTU4NWYzYzFmIiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSIsImMiOiR920/02/2025>. Acesso em: 12/01/2025.

RODRIGUES, M. B. **Território e Desenvolvimento Geográfico Desigual na Amazônia**: o caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG – Porto Velho, 2020.

SANT'ANNA, F. M.; HONORATO, R. L.; BORTOLETTO, P. H. Os grandes projetos hidrelétricos na Amazônia: da despolitização à repolitização e contestação de conhecimentos. **Monções**: revista de relações internacionais da UFGD, Dourados, v. 9, n. 18, jul./dez. de 2020.

SOUZA, C. **Política Públicas**: uma revisão das políticas públicas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n.º 16, jul./dez. 2006, p. 20-45.

TAVARES, M. G. C. Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011.

Recebido para publicação em 21/05/2025

Aceito para publicação em 09/09/2025



**HOMOGENEIZAÇÃO-  
DESAMAZONIZAÇÃO-  
(RE)EXISTÊNCIA: UMA  
CONTRIBUIÇÃO PARA ANALISAR A  
METROPOLIZAÇÃO NA AMAZÔNIA**

*HOMOGENIZATION-DE-  
AMAZONIZATION-(RE)EXISTENCE: A  
CONTRIBUTION TO ANALYZING  
METROPOLIZATION IN THE AMAZON*

*HOMOGENEIZACIÓN-  
DESAMAZONIZACIÓN-(RE)EXISTENCIA:  
UNA CONTRIBUCIÓN AL ANÁLISIS DE LA  
METROPOLIZACIÓN EN LA AMAZONÍA*

Anderson Carlos Fontes da Silva  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de  
Janeiro  
fontesprofgeo@gmail.com

**Resumo:**

O objetivo deste artigo é propor uma tríade como método de análise do processo de metropolização que esclarecerá de que forma esse processo acontece no espaço urbano amazônico. Este aparato metodológico está baseando na proposição da tríade “Homogeneização-Desamazonização-(re)existência” que será desenvolvida ao longo deste. A exposição feita dessa tríade já mostra que a metropolização padroniza paisagens e vivências, causando apagamento das características culturais amazônicas e acaba por gerar grupos marginalizados desse novo processo. Estes continuam reproduzindo o modo de vida tradicional amazônico, de maneira bem restrita, como modo de sobreviver na desigualdade deste novo espaço produzido. A expectativa é que a proposição dessa tríade venha elucidar de que forma a metropolização tem produzido um novo espaço amazônico. Um espaço que não inclui, pelo contrário, diferencia e marginaliza, cada vez mais, sua própria população e, quem sabe, a partir das análises desta realidade, desvelar um futuro amazônico menos desigual, mais inclusivo, que guarde mais suas tradições, costumes, hábitos e paisagens.

**Palavras-chave:** Metropolização, Amazônia, Espaço, Homogeneização, Resistência.

Terra Livre

São Paulo

Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025

ISSN: 2674-8355



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

The objective of this article is to propose a triad as a method of analyzing the process of metropolization that will clarify how this process occurs in the urban space of the Amazon. This is based on the proposition of the triad “Homogenization-De-Amazonization-(re)existence” that will be developed throughout this article. The exposition made of this triad already shows that metropolization standardizes landscapes and experiences, causing the erasure of Amazonian cultural characteristics and ends up generating marginalized groups in this new process. These continue to reproduce the traditional Amazonian way of life, in a very restricted way, as a way of surviving in the inequality of this new space produced. The expectation is that the proposition of this triad will elucidate how metropolization has produced a new Amazonian space. And, who knows, based on the analysis of this reality, reveal a less unequal, more inclusive Amazonian future, which preserves more of its traditions, customs, habits and landscapes.

**Keywords:** Metropolization, Amazon, Space, Homogenization, Resistance..

**Résumé / Resumen:**

El objetivo de este artículo es proponer una tríada como método de análisis del proceso de metropolización que permita esclarecer cómo se desarrolla este proceso en el espacio urbano amazónico. Esto se fundamenta en la propuesta de la tríada “Homogeneización-Desamazonización-(re)existencia” que se desarrollará a lo largo de este. La exposición de esta tríada ya muestra que la metropolización estandariza paisajes y experiencias, provoca la borradura de características culturales amazónicas y termina generando grupos marginados en este nuevo proceso. Continúan reproduciendo el modo de vida tradicional amazónico, de forma muy restringida, como forma de sobrevivir en la desigualdad de este nuevo espacio producido. La expectativa es que la propuesta de esta tríada dilucida cómo la metropolización ha producido un nuevo espacio amazónico. Y, tal vez, a partir del análisis de esta realidad, podamos develar un futuro amazónico menos desigual, más inclusivo y que preserve más de sus tradiciones, costumbres, hábitos y paisajes.

**Palabras-clave:** Metropolización, Amazonía, Espacio, Homogeneización, Resistencia.

## Introdução

O movimento da vida social urbana está cada vez mais acelerado. Este fato pode ser comprovado pela simples observação do dia a dia: trabalhadores e estudantes acordando cedo, para não perder seu transporte público; a ansiedade em não perder tempo e chegar ao seu determinado destino; as informações chegando rapidamente pelas ondas de internet até a tela do celular; a impaciência por longas discussões em sala de aula ou por vídeos longos em redes sociais; shoppings lotados em busca do melhor produto; cinemas cheios para o lançamento de um novo filme; tecnologias novas surgindo a todo momento, facilitando todas as áreas da vida; e etc. Apenas para citar alguns dos mais variados exemplos da vida social urbana.

Porém, os resultados dessa observação podem nos mostrar uma imagem não exata do que é o cotidiano da sociedade urbana. Isto se dá por uma das investigações feitas por Henri Lefebvre, o estudo das representações. Este estudo “destina-se a entender o processo pelo qual a força do representado se esvai, suplantada por seu representante por meio da representação, e como essa representação distancia-se do vivido e se multiplica, manipulando o vivido” (Lufti; Sochaczewski; Jahnel, 1996, p. 89). Isso não significa que àquela observação feita esteja errada. No que concerne às representações não existem verdadeiras ou falsas, como dualidade separada em si. Mas através de sua análise, há de se perceber que elas são verdadeiras e falsas.

Quando Lefebvre escreve o livro “Critique de la vie quotidienne”, em 1947, seu interesse é analisar a sociedade capitalista, as formas e mecanismos de alienação na sociedade – não

só capitalista, mas também socialista. Lefebvre (1947) faz uma crítica a vida cotidiana com toda a sua complexidade e dimensões, inclusive contraditórias. Apesar de Lefebvre ter como análise a sociedade francesa, sua obra é bastante atual no que se refere a sociedade atual, inclusive a brasileira. Àquela época começou-se a voltar sua atenção para os novos caminhos tomados por aquela sociedade a partir do intenso desenvolvimento tecnológico que adentrou e modificou a vida social. Evoluções que geram indivíduos alienados ou não problematizadores da realidade. Muitas portas estavam sendo abertas a partir das evoluções técnicas, porém a sociedade não acompanhou esse desenvolvimento no que concerne à vida cotidiana dos indivíduos. Em outras palavras, os indivíduos estavam se apossando da modernidade técnica, porém não estavam se tornando mais rica, ou como uma possibilidade de mudança da vida social, mas estavam se tornando banalizados e estupidificados, subordinados apenas ao seu fascínio, sem criticidade. O que significa uma deterioração das condições de existência, destruindo, também, modos de vida mais tradicionais sem uma reinserção efetiva nessa nova sociedade criada a partir das evoluções das tecnologias.

Do ano de 1947 até os nossos dias já passaram muitos anos, mas essa análise ainda se mantém atual. Quando lemos a análise proposta por Lefebvre (1947), encontramos muitas aproximações com a realidade brasileira contemporânea. Dentre os vários aspectos de mudanças na realidade social possíveis a partir da implantação de novas tecnologias, escolheu-se analisar, neste artigo, um processo que tem modificado de forma bastante singular no ambiente urbano, a metropolização.

Lencioni (2013) diz que a metropolização “imprime características metropolitanas ao espaço, transformando as estruturas preexistentes, independentes desses espaços serem ou não as metrópoles” (Lencioni, 2013, p. 22). Quando se pensa em metrópole, intrinsecamente se pensa em modernidade, em técnicas e tecnologias cada vez mais sofisticadas, interligadas ao modo de vida dos indivíduos metropolitanos. A metropolização é um fenômeno cuja forma e modo de vida rompe os limites da metrópole e incorpora áreas não metropolitanas. Por este motivo “hábitos culturais e valores urbanos típicos da metrópole se difundem para além dela, chegando a todo o espaço, territorializado na mercadificação generalizada” (Ferreira, 2016, p. 444). Ainda segundo Ferreira (2016), o processo de metropolização “incorpora cidades médias, as pequenas e o chamado ‘mundo rural’” (Ferreira, 2016, p. 443).

Diante disso, fica claro o caminho que se quer tomar neste texto. Em poucas palavras, o que se quer argumentar aqui é que a metropolização como fenômeno de evolução do urbano, modifica as condições de vida das sociedades, inclusive aquelas com modo de vida mais tradicionais, causando uma espécie de alienação da realidade social através das representações que esse novo modo de vida propõe para as sociedades que são incorporadas à metropolização, no caso específico deste texto, no espaço amazônico brasileiro.

A partir disso, o objetivo deste artigo é propor uma tríade como método de análise do processo de metropolização que esclarecerá de que forma esse processo acontece no espaço urbano amazônico. Este aparato metodológico está baseando na proposição da tríade “Homogeneização-Desamazonização-(re)existência” que será desenvolvida ao longo deste.

## Metropolização e homogeneidade Amazônica

No seu livro “A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção”, Milton Santos aprofunda os conceitos de totalidade e totalização como fundamentos epistemológicos centrais para a compreensão e análise do espaço geográfico. Para o autor em tela, “toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se” (Santos, 2006, p. 76), ou seja, é a expressão dialética de um conjunto de elementos em movimento, contradição e interdependência já a totalização “que se está fazendo, significada pelo que chamamos de espaço” Santos, 2006, p. 77) é o processo pelo qual o pensamento busca apreender essa totalidade em suas múltiplas dimensões, reconhecendo sua complexidade e historicidade. Dessa forma, a geografia deve lançar mão da totalização como método para compreender os objetos e ações, suas articulações sistêmicas e contraditórias.

A reflexão sobre os conceitos de totalização e totalidade, elaborados por Santos (2006), permite desdobramentos importantes para análise das dinâmicas espaciais contemporâneas, sobretudo quando relacionados aos processos de homogeneização e à ideia de homogeneidade. A homogeneização pode ser entendida como um processo que busca impor uma racionalidade única aos espaços, em muitas das vezes, a serviço do capital. Esse processo tende a negar as singularidades locais, substituindo-as por formas padronizadas de organização e uso do espaço. A homogeneidade, como a espacialização do processo de homogeneização, no entanto, não é plena e nem estável. Assim como a totalidade, ela é contraditória.

Ela encobre tensões, exclusões e resistências que revelam as fissuras desse processo.

Quando se fala em homogeneidade, concordamos com Lencioni (2015) ao afirmar que a homogeneidade percebida no espaço está concatenada às similitudes paisagísticas e outras similaridades. A observação dessas características no processo de metropolização é bastante cristalina aos olhos de quem observa.

Como já citado neste texto, a metropolização impõe marcas metropolitanas a espaços não metropolitanos (Lencioni, 2013). Isto significa dizer que, utilizando-se da tríade analítica de Santos (1978), formas são transformadas para que possam realizar novas funções e, da relação entre essas duas, novas estruturas são desenvolvidas no espaço. Espaços não metropolitanos, anteriores ao processo de metropolização, têm suas características espaciais de forma-função-estrutura diferentes de espaços metropolitanos, isto é lógico. O espaço é produzido de maneira diferente de espaços metropolitanos. Não que não haja desigualdades na produção deste espaço, e há de alguma forma. Não que não haja características homogêneas entre os espaços não metropolitanos, e devem haver.

O diferencial notado no processo de metropolização é que é um processo ocorrido pela generalização da urbanização. Esta urbanização que alcança inclusive os ambientes rurais. Por isso é um processo de transformação, mais que isso, de uma metamorfose. Metamorfose nas formas, funções e estruturas que vão nos levar a outra tríade analítica, a proposta por Lefebvre (1991) percebido-concebido-vivido. O percebido, está para as práticas espaciais; o concebido, para as representações do espaço; e o vivido, para o espaço representacional.

Considerando o espaço como produto social, à medida que o processo de metropolização avança sobre o espaço, o espaço é produzido de forma diferente. A intencionalidade para produção do espaço antes do avanço do processo de metropolização é uma, a partir desse avanço, a intencionalidade é outra. O espaço percebido, as práticas espaciais, são outras, as representações do espaço mudam e a forma como se vive o espaço também.

Porém, esta metamorfose tem como finalidade à impressão de características pré-existentes em outros espaços a este novo espaço em processo de metropolização ao passo que “adere-se aos modelos de sucesso internacional que tornam as cidades meras-cópias de edifícios e arquitetura; a homogeneização se revela como tendência nas formas e nas funções” (Tavares, 2020, p. 13). Quanto às estruturas, elas podem diferenciar a depender de quais sociedades se analisa. O espaço como produto social pode ser gerador de estruturas diferentes, mesmo com formas e funções homogeneizadas.

Por outro lado, a metropolização como processo que altera as práticas espaciais (espaço percebido) e as representações do espaço (o espaço concebido), altera também a vida cotidiana (espaço vivido) das sociedades que estão sob o domínio desse processo. Retomando Ferreira (2016), para fundamentar este argumento, os hábitos e os valores mudam, e isso parece ser natural pelo fato de este novo espaço que está sendo produzido, desejar que os hábitos e valores sejam semelhantes aos da sociedade metropolitana – não como sentido de pertencer à Região Metropolitana, que exerce uma função administrativa, mas de pessoas que vivem em uma metrópole ou de espaços metropolizados. A mercadificação, característica essencial da metropolização, ao se tornar generalizada, tem como principal



meio mediador a mercadoria e não qualquer que fosse a mediação anterior à metropolização.

Quando se trata do espaço amazônico, estas características apontadas até aqui se tornam mais evidentes. O imaginário criado pelo senso comum sobre o espaço amazônico é de um espaço onde o tempo passa de forma mais lenta, com áreas de florestas densas e modo de vida pacato, esse imaginário paira inclusive sobre as suas cidades. Não há de se negar que em alguns espaços ainda é assim. Entretanto, o processo de metropolização tem alterado as características postas por esse imaginário.

Como exemplo, aponta-se como rebatimento espacial as metrópoles de Belém e Manaus, capitais dos estados do Pará e Amazonas, respectivamente e as cidades médias de Marabá, Parauapebas e Abaetetuba, todas no Estado do Pará – todos dentro do contexto amazônico. A intenção não é realizar uma discussão aprofundada sobre cada um desses exemplos, mas ilustrar que o imaginário criado pelo senso comum tem se contraposto a partir do processo de metropolização. É evidente que em cidades maiores a metropolização é bem mais expressiva se comparada às cidades menores, ou seja, é bem mais notado em Belém e Manaus se comparado à Marabá, Parauapebas e Abaetetuba.

**Figura 1 – Manaus vista de cima**



Fonte: Portal da Floresta. Disponível em: [www.portaldafloresta.com.br](http://www.portaldafloresta.com.br). Acesso em 01/12/2024.

Manaus (Figura 1) é a capital do Estado do Amazonas, possui 2.063.689 habitantes, praticamente metade de toda população do estado (IBGE, 2022). A justificativa para esse fato perpassa pela concentração de atividades em Manaus, portanto, gera uma atração populacional intensa. A partir da observação da Figura 1, percebe-se uma homogeneidade na paisagem que remonta ao modernismo notado em outras metrópoles fora do contexto amazônico. Dessarte, afirmando a homogeneidade apontada aqui.

**Figura 2 – Belém vista de cima**



Fonte: Correio do Cidadão. Disponível em: [www.correiodocidadao.com.br](http://www.correiodocidadao.com.br) .  
Acesso em : 01/12/2024.

Belém (Figura 2), capital do Estado do Pará, possui cerca de 1.303.403 habitantes (IBGE, 2022). Apesar de ter pouco mais que metade da população de Manaus, Belém também vive o mesmo processo de homogeneização na sua paisagem urbana. O Estado do Pará tem uma economia espacializada de forma mais dispersa se comparada ao Amazonas, o que justificaria uma população menor em sua capital e um maior número de cidades médias em seu território.

**Figura 3 – Marabá vista de cima**



Fonte: [www.zedudu.com.br](http://www.zedudu.com.br) . Acesso em: 01/12/2024.

Os municípios de Marabá (Figura 3) e Parauapebas (Figura 4) têm economias pujantes relacionadas à mineração, tendo isso em vista, os municípios receberam inúmeras obras, relacionadas às condições gerais de reprodução do capital, além de ter recebido um considerável contingente populacional, atraídos pela crescente economia. Marabá figura com cerca de 266.533 habitantes e Parauapebas com 267.836 habitantes, segundo dados do IBGE (2022). Apesar de estarem distantes geograficamente da capital paraense (Marabá dista cerca de 500km e Parauapebas cerca de 650km), já podemos observar, na paisagem urbana, uma homogeneização espacial, com prédios de arquitetura modernista.



**Figura 4 – Parauapebas vista de cima**



Fonte: Jornal Diário do Pará. Disponível em: [www.diariodopara.com.br](http://www.diariodopara.com.br) .  
Acesso em: 01/12/2024.

Abaetetuba (Figura 5), é mais próxima da capital em relação aos exemplos anteriores, distante cerca de 70km, tem sua economia ligada prioritariamente ao setor terciário. Sua população é cerca de 158.188 habitantes, segundo o IBGE (2022). Por estar mais próxima da capital, teve uma dependência intensa de Belém por muito tempo. Atualmente, essa dependência tem sido cada vez menor tanto pelo aumento da oferta de serviços quanto pelos investimentos em outros setores da economia. Talvez isso explique uma paisagem ainda em processo de modificação, nota-se uma mudança ainda muito tênue sobre o espaço, o que comprova que este processo está se ampliando sobre o território amazônico.

**Figura 5 – Abaetetuba vista de cima**



shutterstock.com - 2430402835

Fonte: [www.shutterstock.com](http://www.shutterstock.com) . Acesso em 01/12/2024.

A partir da observação das imagens, nota-se que de fato há um processo de homogeneização, característica marcante do processo de metropolização em vigor no espaço amazônico. Em alguns espaços nota-se com mais intensidade e outros, menos intensidade. Mas o processo está impresso no espaço amazônico e em franca expansão. Observa-se uma ampla modificação das formas, que, em muitos casos, podem parecer dispares à paisagem do espaço amazônico. Também se observa ainda formas modernas e tradicionais na paisagem convivendo e coexistindo no mesmo espaço-tempo. Características que alteram as formas, funções e estruturas; bem como o espaço percebido, concebido e vivido. Nota-se um processo de homogeneização, portanto, não apenas em suas formas e funções, não apenas no seu espaço concebido e percebido, mas também nas estruturas e no espaço vivido, pois os processos e as mediações entre

os entes sociais tornam-se diferentes a partir de então, promovido pelo processo de metropolização em curso na Amazônia.

### **Homogeneização-desamazonização-(re)existência: uma contribuição para analisar a metropolização na Amazônia.**

É muito comum nas ciências humanas e sociais o uso de tríades dialéticas como ferramenta de análise de objetos espaciais de pesquisa. As tríades estão presentes tanto dentro da Geografia, desde os mais contemporâneos como, por exemplo, Harvey (2013) e o espaço absoluto-espaço relativo-espaço relacional, Ferreira (2019) e a materialização-substrução-projeção, e os mais clássicos como Santos (1978) forma-função-estrutura, como tem a tradição fora da geografia como em Lefebvre (1991) e o espaço percebido-espaço concebido-espaço vivido. Apenas para citar alguns.

Essas formas de tríades são realmente dialéticas, ou seja, não são simples conceitos separados que se juntam para formar um trio. Os conceitos de cada um dos elementos da tríade está presente nos outros. É isso que faz ser uma tríade dialética e não apenas um trio de conceitos. E mais que isso, todos eles têm como ponto de partida a análise da realidade. A realidade, então, deve ser ponto de partida das análises espaciais de qualquer que seja a ciência humana e social, caso contrário, corre-se o risco de as discussões científicas se tornarem apenas no campo teórico. Sem efetividade de aplicação prática.

Tendo o “real” como ponto de partida de análise é que se propõe a contribuição desse trabalho. A proposição deste texto é um

esforço metodológico para analisar o processo de metropolização que ocorre no espaço amazônico a partir da tríade homogeneização-desamazonização-(re)existência. A exemplo das tríades exemplificadas, a que se propõe aqui também não é um simples amontoado de três palavras e seus conceitos. A intenção é que cada um elemento da tríade esteja presente nos outros e vice-versa. Porém, para efeitos explicativos didáticos, faz-se necessário conceituar cada elemento separadamente para posteriormente relacioná-los.

A homogeneização como consequência do processo de metropolização foi abordada e exemplificada no capítulo anterior. As paisagens urbanas passam a seguir um mesmo padrão. Os seus prédios, suas ruas, seus costumes... são padronizados a partir de “exemplos de sucesso e modernidade” e as cidades se tornam espaços acinzentados, envidraçados, asfaltados etc. As pessoas só são notadas e valorizadas se têm determinados trabalhos, costumes consumistas, se vestem determinadas marcas e se frequentam determinados lugares. Esse movimento acaba por padronizar (homogeneizar) para além das paisagens, passa também por uma marcha de homogeneizar as pessoas, hábitos, consumos, aparências...

Isso nos leva ao segundo elemento da tríade proposta, o que está sendo chamado de “desamazonização”. Há de se assumir que é um termo bastante polêmico, principalmente pelo momento de valorização de identidades no qual estamos vivendo. A valorização de identidades de grupos ou povos está evidência e cada vez mais ampliadas as discussões. Porém, o termo desamazonização não é a desvalorização da identidade amazônica, pelo contrário, é apontar e



chamar a atenção para um movimento que tem padronizado nossas paisagens e costumes, tendo como efeito o apagamento das identidades.

As metrópoles amazônicas tiveram como principal meio de ocupação, os rios. Entretanto, os rios, atualmente, não são mais o principal meio de circulação no interior delas. Ademais, os terrenos próximos aos rios foram ocupados de forma a “escondê-lo”. Soares (2020) aponta que os terrenos de marinha e os acrescidos de marinha no espaço metropolitano de Belém, acabou sendo ocupado pela propriedade privada, privando o acesso ao rio. Os espaços públicos de acesso ao rio acabam tornando-se apenas paisagens turísticas “além das praias, o que se tem são as famosas ‘janelas para o rio’, espremidas em meio às propriedades privadas” (Soares, 2020, p. 102).

Em 1992, a banda chamada Mosaico de Ravena já apontava para um processo de apagamento das identidades amazônicas, a desamazonização (no termo proposto aqui). Segue a letra da música para análise:

## **Belém-Pará-Brasil (Mosaico de Ravena)**

Região Norte  
Ferida aberta pelo progresso  
Sugada pelos sulistas  
E amputada pela consciência  
nacional

Vão destruir o Ver-o-Peso  
Pra construir um shopping  
center  
Vão derrubar o Palacete  
Pinho  
Pra fazer um condomínio  
Coitada da Cidade Velha  
Que foi vendida pra  
Hollywood  
Pra ser usada como albergue  
No novo filme do Spielberg

Quem quiser venha ver  
Mas só um de cada vez  
Não queremos nossos jacarés  
Tropeçando em vocês

A culpa é da mentalidade  
Criada sobre a região  
Por que tanta gente teme?  
Norte não é com M  
Nossos índios não comem  
ninguém  
Agora é só hambúrguer  
Por que ninguém nos leva a  
sério?  
Só o nosso minério

Quem quiser venha ver  
Mas só um de cada vez

Não queremos nossos jacarés  
Tropeçando em vocês

Aqui a gente toma guaraná  
Quando não tem Coca-Cola  
Chega das coisas da terra  
Que o que é bom vem lá de  
fora  
Transformados até a alma  
Sem cultura e opinião  
O nortista só queria fazer  
Parte da nação

Ah! Chega de malfeituas  
Ah! Chega de triste rima  
Devolvam a nossa cultura  
Queremos o Norte lá em cima!  
Por quê? Onde já se viu?  
Isso é Belém!  
Isso é Pará!  
Isso é Brasil!

Segura!  
Quem quiser venha ver  
Mas só um de cada vez  
Quem quiser venha ver  
Mas só um de cada vez  
Não queremos nossos jacarés  
Tropeçando em vocês

Quem quiser venha ver  
Mas só um (aí, sumano)  
De cada vez (tá pai d'égua!)  
Não queremos nossos jacarés  
Tropeçando em vocês

Tropeçando em vocês  
Tropeçando em vocês (e o  
cheiro do Pará?)

Tropeçando em vocês (olha o jacaré!)

Fonte: site Letras. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mosaico-de-ravena/268048/>

Na letra, o autor usa símbolos da paisagem cultural de Belém como o Ver-o-Peso, o Palacete Pinho e o Bairro da Cidade Velha (bairro implantando na área de origem da cidade de Belém, contendo prédios e igrejas históricos, características que, ainda que mal preservadas, contam a história da cidade) e aponta, de forma figurada, a transformação desses ambientes símbolos históricos em padrões impostos (shopping center, condomínio e albergue de filme estadunidense, respectivamente). Também faz uma referência a uma padronização cultural quando diz “Nossos índios não comem ninguém, agora é só hamburguer/Aqui a gente toma guaraná, quando não tem Coca-cola, chega das coisas da terra que o que é vem lá de fora/Transformados até a alma, sem cultura e opinião, o nortista só queria fazer parte da nação”.

É evidente que a crítica feita em forma de música não está relacionada ao processo de metropolização, mas ela também cabe no que estamos propondo aqui. A mudança na arquitetura histórica e de símbolos culturais por algo que pareça mais “moderno” é uma das marcas da homogeneização imposta pela metropolização. A mudança de hábitos, costumes, consumo e modo de vida, também. Tanto a primeira exemplificação de mudança quanto a segunda nos dão uma ideia de ressignificação de uma identidade em metamorfose com a ocorrência do processo, de desamazonização.

Contudo a música nos direciona para uma forma de resistir a essa metamorfose de paisagens e costumes quando diz “Devolvam a nossa cultura/Queremos o Norte lá em cima!/Por quê? Onde já se

viu?/Isso é Belém!/Isso é Pará!/Isso é Brasil!”. O que nos orienta ao terceiro elemento da tríade, a (re)existência. Primeiro, necessita de uma explicação do porquê do uso do parêntesis na grafia: para ter tanto o significado de resistência, no sentido de luta por manter viva uma identidade através da manutenção de símbolos, hábitos, costumes, modo de vida cotidiano; mas também pra ter um sentido de apenas existir, sendo a forma encontrada pra sobreviver em meio a essa metamorfose por não conseguir se encaixar completamente no novo modo de vida imposto pela metropolização e que a única forma de existir (como sobrevivência) foi mantendo o modo de vida tradicional amazônico ribeirinho, não por possibilidade de resistência mas por não estar inserido de forma efetiva no processo. Essa (re)existência tem por intenção abarcar essas duas realidades, mesmo que com intenções diferentes, acabam por manter o modo de vida tradicional amazônico vivo.

Como toda tríade dialética bem fundamentada na realidade, esta proposição de homogeneização-desamazonização-(re)existência em cada um dos seus elementos composto em cada um dos outros elementos. Se olharmos pelo elemento homogeneização, conseguimos enxergar a desamazonização (pela resignificação da identidade) e a (re)existência (seja pela luta ou pela marginalização em existir). Na desamazonização, enxergamos a homogeneização (como sendo consequência de) e a (re)existência (sempre em um processo dialético de produção do espaço). Dentro do prisma da (re)existência, há a convivência com processo de homoneização e desamazonização, visto que o espaço é uma totalidade e produto social. Portanto, há diferentes espaços produzidos coexistindo em um mesmo espaço. A (re)existência não está isolada, mas convivente com um espaço metropolizado.

## Considerações finais

Analisar o território amazônico é instigante e envolvente. A Amazônia é, muitas vezes, tomada como a parte de processos que ocorrem no Brasil, como um ente diferente, como um espaço recortado ou que não vivencia as mesmas características do país. Ou isto possa ser apenas um desabafo de uma impressão de um amazônida que escreve este texto. Porém o teor deste artigo aponta que a Amazônia vive sim características de “modernização e sucesso” propostos e impostos aos fatos urbanos.

Apesar de ser ainda em menor intensidade, a metropolização tem produzido um novo espaço amazônico. Um espaço com velocidade acelerada da vida, hábitos, costumes, vivências, processos e paisagens urbanas diferentes dos anteriores à metropolização. Aquela Amazônia mais lenta ainda existe, mas as grandes e médias cidades amazônicas têm passado por essas metamorfoses citadas.

A Amazônia já tem, há alguns anos, a sua população morando em áreas urbanas. Entretanto, a metropolização é um processo mais intenso e, muitas vezes, até agressivo. Por esta característica de agressividade é que há a proposição da tríade homogeneização-desamazonização-(re)existência.

A exposição feita dessa tríade já mostra que a metropolização padroniza paisagens e vivências, causando apagamento das características culturais amazônicas e acaba por gerar grupos marginalizados desse novo processo. Estes continuam reproduzindo o modo de vida tradicional amazônico, de maneira bem restrita, como modo de sobreviver na desigualdade deste novo espaço produzido.

Além disso, existem aqueles que realmente resistem à metropolização. Aqueles que entendem que devem manter seus

hábitos, costumes, vivências e processos. A resistência é uma ação voluntária a um processo de homogeneização que se mostra agressivo. Resistir em meio a processos capitalistas, como a metropolização, é uma tarefa que exige força e coragem.

A expectativa é que a proposição dessa tríade venha elucidar de que forma a metropolização tem produzido um novo espaço amazônico. Um espaço que não inclui, pelo contrário, diferencia e marginaliza, cada vez mais, sua própria população e, quem sabe, a partir das análises desta realidade, desvelar um futuro amazônico menos desigual, mais inclusivo, que guarde mais suas tradições, costumes, hábitos e paisagens. E por que não, um futuro mais utópico, nos termos de Lefebvre, isto é, um caminho em direção a um objetivo final.

## Referências bibliográficas

CORREIO DO CIDADÃO. **Figura 2 – Belém vista de cima.** Disponível em: [www.correiodocidadao.com.br](http://www.correiodocidadao.com.br) . Acesso em: 1 dez. 2024.

FERREIRA, A. Caminhando em direção à metropolização do espaço. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online). v. 2, n. 3, 2016, p. 441-450.

FERREIRA, A. Materialização, substrução e projeção: uma construção teórico-metodológica como contribuição para o desvelar da produção do espaço. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 35–43, 2019.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 29 abr. 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **idades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://idades.ibge.gov.br/> . Acesso em: 15 dez. 2024.

JORNAL DIÁRIO DO PARÁ. **Figura 4 – Parauapebas vista de cima.** Disponível em: [www.diariodopara.com.br](http://www.diariodopara.com.br) . Acesso em: 1 dez. 2024.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space** . Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**. Paris,: B. Grasset, 1947.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço e a constituição de megaregiões. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 35-68.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, A; RUA, J; MARFON, G. J; SILVA, A. C. P. (org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 17-34.

LETRAS. Belém-Pará-Brasil (Mosaico de Ravena). Disponível em: [www.lettras.mus.br/mosaico-de-ravena/268-48](http://www.lettras.mus.br/mosaico-de-ravena/268-48) . Acesso em: 1 dez. 2024.

LUTFI, E. P.; SOCHACZEWSKI, S.; JAHNEL, T. C. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza (org). **Henri Lefebvre e o Retorno a dialética**. São Paulo: Hucitec,1996.

PORTAL DA FLORESTA. **Figura 1 – Manaus vista de cima**. Disponível em: [www.portaldafloresta.com.br](http://www.portaldafloresta.com.br) . Acesso em: 1 dez. 2024.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: USP, 2006.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SHUTTERSTOCK. **Figura 5 – Abaetetuba vista de cima**. Disponível em: [www.shutterstock.com](http://www.shutterstock.com) . Acesso em: 1 dez. 2024.

SOARES, D. A. S. O patrimônio fundiário da união na zona costeira do estado do Pará: sobreposições entre o público e o privado. In: NASCIMENTO, Durben Martins et al. **Regularização Fundiária na Amazônia Legal: êxitos, impasses e desafios para as cidades**. Belém: NAEA, 2020. cap. 3, p. 69-108.

TAVARES, F. R. **Metropolização do espaço e enredamentos de rebeldia e resistência: da biopolítica espacial de negação do ser político às tramas políticas de ação rebelde.** Tese de doutorado. Orientador: Álvaro Henrique de Souza Ferreira. 2020.

ZEDUDU. **Figura 3 – Marabá vista de cima.** Disponível em: [www.zedudu.com.br](http://www.zedudu.com.br). Acesso em: 1 dez. 2024.

Recebido para publicação em 21/03/2025

Aceito para publicação em 27/08/2025



# GRUPO ABCD, COFCO E O OLIGOPÓLIO DA SOJA: RECONFIGURAÇÕES GEOECONÔMICAS ENTRE BRASIL, CHINA E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

*ABCD GROUP, COFCO, AND THE  
SOYBEAN OLIGOPOLY:  
GEOECONOMIC  
RECONFIGURATIONS AMONG  
BRAZIL, CHINA, AND THE UNITED  
STATES*

*GRUPO ABCD, COFCO Y EL  
OLIGOPOLIO DE LA SOJA:  
RECONFIGURACIONES  
GEOECONÓMICAS ENTRE  
BRASIL, CHINA Y ESTADOS  
UNIDOS DE AMÉRICA*

Josué Khun Völz  
Universidade de Brasília  
josuekvolz@gmail.com

Tiaraju Salini Duarte  
Universidade Federal de Uberlândia  
tiaraju.ufpel@gmail.com

## Resumo:

O artigo aborda a conformação do oligopólio de *traders* transnacionais de soja, analisando, em especial, como as empresas do grupo ABCD (ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus), juntamente com a recente ascensão da COFCO, interagem nas esferas de influência dos Estados Unidos e da China, e como essa dinâmica impacta a realidade do território brasileiro. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica, levantamento de dados primários e secundários sobre a produção e distribuição de soja no mercado internacional, e discussão analítica dessas informações. Como resultado, observa-se que EUA e China buscam sediar Empresas Transnacionais com vistas à inserção estratégica no setor, enquanto o Brasil, sem a mesma capacidade, acaba arcando de forma desproporcional com os ônus dessa cadeia.

**Palavras-chave:** Brasil, China, Estados Unidos da América, Empresas Transnacionais, Soja.

Terra Livre

São Paulo

Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025

ISSN: 2674-8355



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

The article examines the formation of the oligopoly of transnational soybean traders, focusing on how the ABCD group companies (ADM, Bunge, Cargill, and Louis Dreyfus), alongside the recent rise of COFCO, interact within the spheres of influence of the United States and China, and how this dynamic impact the territorial reality of Brazil. Methodologically, the research is based on a literature review, collection of primary and secondary data on soybean production and distribution in the international market, and analytical discussion of these datasets. The findings indicate that the United States and China aim to host transnational corporations (TNCs) to strategically embed themselves in the sector, while Brazil, lacking comparable capacity, disproportionately bears the burdens of this supply chain.

**Keywords:** Brazil, China, United States of America, Transnational Corporations, Soybean.

**Resumen:**

El artículo aborda la conformación del oligopolio de las comercializadoras transnacionales de soja, analizando, en particular, cómo las empresas del grupo ABCD (ADM, Bunge, Cargill y Louis Dreyfus), junto con el reciente ascenso de COFCO, interactúan en las esferas de influencia de Estados Unidos y China, y cómo esta dinámica impacta la realidad del territorio brasileño. Metodológicamente, la investigación se basa en una revisión bibliográfica, recopilación de datos primarios y secundarios sobre la producción y distribución de soja en el mercado internacional, y un análisis crítico de dichas informaciones. Como resultado, se observa que Estados Unidos y China buscan albergar empresas transnacionales con miras a una inserción estratégica en el sector, mientras que Brasil, sin la misma capacidad, termina asumiendo de manera desproporcionada las cargas de esta cadena.

**Palabras-clave:** Brasil, China, Estados Unidos de América, Empresas Transnacionales, Soja.

## Introdução

O seguinte artigo aborda a questão espacial a partir das disputas entre países na sua ligação com agentes de mercados. Mais especificamente, como as Empresas Transnacionais (ETNs) atuam no ramo da soja, e de que forma suas relações com a projeção de poder econômico dos Estados Unidos da América (EUA) e da China impactam na realidade do território brasileiro.

Portanto, será tratado o comércio transnacional de um produto em específico: a leguminosa (*Fabaceae*) Soja (*Glycine max*). O que se pondera ao estudar o ramo da soja na atualidade é sua importância mundial, como a terceira *commodity* agrícola mais comercializada — quando incluídos seus derivados — e quarta planta mais cultivada. Sendo a primeira entre os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) e, de fato, correspondente a quase metade dos grãos transgênicos colhidos globalmente em 2019 (Norberg; Deutsch, 2023).

Considerando que o caráter oligopolístico de certos ramos opera no nível internacional (Gill; Law, 1989), nota-se a concentração de setores-chave da cadeia agroalimentar sob o auspício de alguns poucos atores privados. Como sublinhado por Jennifer Clapp (2015), no caso da cadeia de *commodity* da soja, em 2015 havia uma concentração de 75% do ramo nas operações gerenciadas por quatro *trading companies*, nomeadas de grupo ABCD. Também se sobressai a presença no eixo atlântico-norte, já que três estão sediadas nos EUA e uma nos Países-Baixos. Respectivamente Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company (LDC). Da jusante (insumos e produção) à montante (distribuição e

comercialização), tamanha oligopolização foi constituída através da ingerência ativa de tais agentes na busca por uma posição privilegiada (Paula, 2017).

A espinha dorsal da cadeia global da soja está nestas empresas, mas também é significativa a própria dinâmica de transformação do setor. Cabe apontar a ascensão da empresa China Oil and Foodstuffs Corporation (COFCO) que conseguiu entrar no pódio recentemente, como segunda maior *commodity trader* do mundo (ETC, 2022).

Aqui se apresenta que os casos dos EUA, China e Brasil são essenciais para uma adequada compreensão, não só pela atuação significativa que cada um desses países desempenha atualmente no mercado da soja, mas notoriamente pelas suas distintas trajetórias históricas em relação às mencionadas ETNs.

Muito embora a oleaginosa já tivesse sido introduzida nos EUA no final do século XIX, a sua produção comercial tomou significado a partir da década de 1940. Paulatinamente, o país veio se destacando pelo desenvolvimento tecnológico através do investimento estatal e privado, para que na década de 1970 tenha se estabelecido como maior exportador do mundo. Em concordância, uma robusta infraestrutura de transporte e armazenamento capacitou-o a atender as demandas europeia e chinesa com eficiência e baixo custo (Paula, 2017).

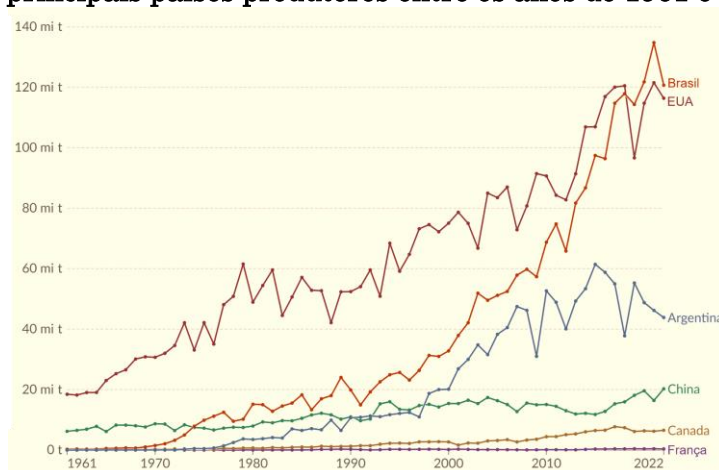
Na atualidade, permanece a influência dos subsídios e tarifas estadunidense nas dinâmicas de preço do grão, visto que o mesmo se mantém como segundo maior produtor e exportador. Expressamente, concentram-se as transações futuras da soja na Chicago Board of

Trade (CBOT), que serve de *benchmark* internacional (Bethlem; Lima; Lima, 2023).

Já a China, corresponde ao território original de domesticação da soja. Mesmo assim, desde a década de 1990 o país vem se consolidando como comprador internacional do grão e hoje é seu maior importador. Dessa forma, as suas políticas internas tendem a impactar decisivamente nas dinâmicas do mercado global. Para além, há um movimento recente de expansão transnacional de suas empresas estatais, em vias de assegurar o fornecimento contínuo e volumoso das matérias-primas — necessárias na garantia da alimentação da população e seu crescimento econômico (Kosinski; Alvares. 2022).

Enquanto que o Brasil vem galgando melhores números na produção e exportação da soja desde os anos de 1970 (gráfico 1). Na esteira do incentivo governamental, de inovações técnicas, e da logística introduzida por ETNs (Kosinski; Alvares. 2022).

**Gráfico 1 - Produção de grãos de soja (em milhões de toneladas) dos principais países produtores entre os anos de 1961 e 2022**



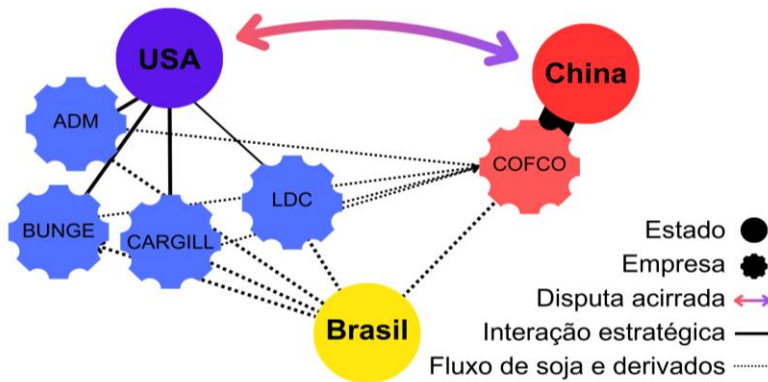
Fonte: FAO, 2024.

Sua expansão está assentada no aumento das áreas cultivadas, possibilitado pelo desenvolvimento de variedades de soja de alto rendimento e adaptadas a diferentes biomas a partir do investimento estatal em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D). Ainda que se encontrem muitos desafios nos setores de infraestrutura e transporte (Chaves *et al.*, 2005). Além disso, nenhum dentre os principais agentes transnacionais que compõem o setor logístico estão baseados no Brasil.

Frente ao exposto, o presente artigo objetiva analisar a trajetória contemporânea do uso da soja em três países (Estados Unidos da América, China e Brasil), buscando compreender o papel desempenhado pelas maiores *traders* do grão em relação às dinâmicas de projeção de poder geoeconômico que compõem o setor.

É argumentado que a produção e distribuição sojícola por meio de recursos que se encontram no terreno brasileiro atendem, primordialmente, interesses de uma seleta parcela de atores. A figura a seguir representa os principais achados do estudo, realçando as duas principais esferas de projeção de poder, conforme a relação entre Estados e empresas se mostra mais coesa.

**Figura 1 - Esquema representativo dos objetos de estudo e sua análise**



Fonte: Autores, 2025.

## Procedimentos metodológicos

No esforço de analisar o contexto da realidade atual, procura-se entender “como” e “por que” ocorrem determinados fenômenos (Yin, 2001). Então, assumem-se características de um estudo de caso, de acordo com Stake (2011), mais uma escolha sobre o que será estudado do que uma metodologia em si. Ainda que haja referência na comparação incorporada, em que a participação das partes são cotejadas enquanto o todo estudado emerge (McMichael, 1990).

Na primeira etapa, foi realizada uma revisão bibliográfica, visando constituir o ferramental necessário para tratar das dinâmicas elencadas. No segundo momento a abordagem foi complementada pelo levantamento de dados primários e secundários acerca da situação do setor de produção e distribuição de soja no mercado internacional — focando na evolução entre os anos de 1960 e 2024.

Portanto, para os três países estudados, foram de fonte primordial os informes disponibilizados oficialmente pelas suas

instituições (USDA, 2024a; 2024b; 2024c; 2024d; MARA, 2024; EMBRAPA, 2024; CONAB, 2024; AgroStat, 2024; ABIOVE, 2024; CEPEA, 2025). Somado a isso, recorreu-se aos relatórios financeiros, bem como de *Environmental, Social and Governance* (ESG), das cinco maiores *traders* mundiais de soja (ADM, 2024; Bunge, 2024; Cargill, 2024; COFCO, 2024a; 2024b; LDC 2024).

Ao nos debruçarmos sobre os dados das companhias, no entanto, ficaram latentes os interesses financeiros e estratégicos em ocultar a movimentação de ativos e a participação no mercado por parte das mesmas. Principalmente ao se considerar a capacidade de criar barreiras para a dissipação de informações que algumas das empresas, de capital fechado ou estatal, são capazes de empenhar (ETC, 2022). Neste contexto, os elementos mapeados e disponibilizados pela iniciativa de dataset da Transparent Supply Chains for Sustainable Economies (Trase, 2018; 2024) serviu para triangulação e preenchimento de lacunas de dados primários. Também foram essenciais as publicações acadêmicas, creditadas ao longo do texto.

A última etapa consistiu na retomada das discussões teóricas em conjunto com os dados supracitados, em vias de atender ao objetivo elencado na pesquisa. O que também alia-se à experiência pessoal dos autores, no intuito de compreender o fenômeno em sua subjetividade (Stake, 2011). Importante citar que o presente artigo foi desenvolvido no seio do ‘Laboratório de Estudos’ da Universidade dos autores (SIGLA). No âmbito do projeto de pesquisa ‘projeto de pesquisa dos autores’ é tratada a relação entre espaço e poder — da sua instrumentalização estratégica por parte de Estados e outros



atores — nas ações de cooperação e disputas empreendidas no território.

## O processo de globalização: um breve balanço

Adentrando à discussão conceitual, o presente trabalho colhe influências da teoria dos sistemas-mundo, na medida em que a emergência do capitalismo é traçada à incorporação do restante do globo à estrutura sócio-econômica europeia (Wallerstein, 1979). Este centro hegemônico é capitaneado por determinados agentes estatais e privados, em diferentes momentos, com suas especificidades na acumulação de capital (Aramor, 2018). Giovanni Arrighi (1996) identifica quatro ciclos, sucessivamente guiados por Gênova, Países Baixos, Grã-Bretanha e Estados Unidos<sup>1</sup>.

Para o seguinte estudo, no entanto, remete-se aos dois últimos períodos citados, focando em fatores que acentuam a interdependência transnacional. Para Ludmila Culpi (2016, p.31) é somente em meados do século XIX que propriamente se testemunha a “Primeira Era da Globalização”. Caracterizada pela hegemonia inglesa na economia mundial, o período é conhecido como *Pax Britannica*, que por meio da incontestada liderança militar marítima garantiu a abertura dos portos e a liberalização econômica.

Assim, integrou o mercado consumidor das colônias e passou a acessar suas matérias-primas. Essa dinâmica alimentou a Revolução Industrial, que por sua vez, ampliava as tecnologias de integração, como as máquinas a vapor, as estradas de ferro e o telégrafo. Nesse

---

<sup>1</sup>Para abordar uma discussão sobre a atual transição hegemônica da economia-mundo, com enfoque nos desdobramentos para o ramo da soja, consultar Autor e Autor (2025).

sentido, viu-se a instalação de vários mercados financeiros e a exportação de máquinas para economias em emergência. O período termina com as duas grandes guerras, marcantes da disputa entre Inglaterra, França e Alemanha, além da decadência do pensamento liberal pós-crise de 1929.

A globalização, em sua segunda era, tem origem no estabelecimento dos EUA como potência hegemônica pós-1945 — consolidando-se em 1970, através de uma série de mecanismos. Dentre os mais notórios: institucionalização do comércio internacional, desregulamentação de mercados nacionais e dispersão de companhias transnacionais. Marcado na virada do milênio, por uma série de acordos comerciais de eliminação de barreiras e estabelecimento de blocos econômicos regionais, ainda que Culpi (2016) sublinhe que seus impactos vão muito além do caráter econômico.

Para Gregory Papanikos (2024), o futuro da globalização condiz com a intensificação de seu aspecto não só econômico, mas também cultural, social e democrático. Uma visão otimista da razão entre conexão econômica, queda na pobreza e melhoria da abordagem às questões ambientais. Enquanto que Peter Zámorský, Zheng Joseph Yan, Snejina Michailova e Vincent Zhuang (2023) indicam um movimento complexo, com tendências de desglobalização e reglobalização que se sobrepõem. Ou seja, existem episódios de declínio da interdependência global e integração entre países, o que se torna visível nos seguintes fenômenos: a) restrição das mais variadas circulações; b) escrutínio regulatório nas importações; c) mudanças políticas condizentes com agendas domésticas; d) *reshoring* da produção e; e) regionalização das Cadeias Globais de

Valor. Enquanto que também há ímpetus contrários, de flexibilização destes mesmos aspectos (Zámborský *et al.*, 2023).

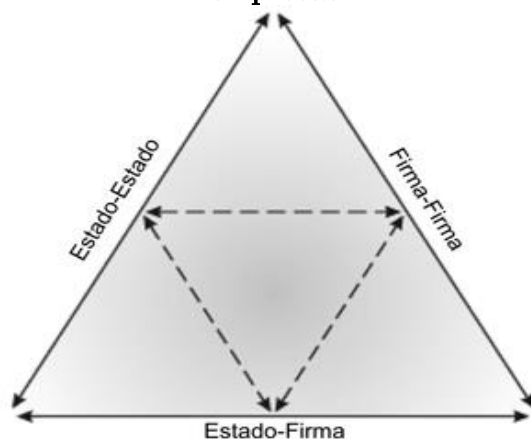
## **A atual relação entre Estados e Empresas Transnacionais**

Muito embora para Peter Dicken (2011) o Estado nacional se mantenha como unidade básica da regulamentação política necessária ao funcionamento das redes de produção e forma territorial mais importante, há sua relativização. Enquanto as ETNs obtêm vantagens a partir das diferenças entre os regimes reguladores nacionais, os Estados buscam minimizar os impactos negativos de ingerências externas. Para o autor há uma interação multiescalar, em que os dois conjuntos de instituições podem tanto conflitar quanto colaborar.

Milan Babic, Jan Fichtner e Eelke Heemskerk (2017) defendem que o cenário global é composto por uma rede de atores que se sobrepõe, cujas relações de poder são distintas em cada arena e não devem ser determinadas *a priori*. Não que haja uma similitude completa: as corporações buscam segurança e garantia aos seus direitos de propriedade através do Estados, enquanto que estes necessitam recolher tributos e de que seus cidadãos estejam empregados. Mas ambos são foco de disputas pela consolidação dos próprios interesses no capitalismo global.

Não só isso, é viável apontar que a própria lógica geopolítica é resultante das interações complexas estabelecidas por tais atores em seu jogo de influências (Dicken, 2011). Em diálogo, reivindica-se a logística como fulcro do poder contemporâneo: mais especificamente, como geopolítica da corporação (Becker, 2008). Um nexos triangular, entre empresas e firmas, pode ser representados da forma adjacente:

**Figura 2 - Relações de cooperação e disputa entre Estados e empresas**



Fonte: Dicken, 2011, p.63.

Avalizando agora as especificidades dos três países focados na pesquisa. Primeiramente, pode-se realçar que as empresas privadas possuem um papel ímpar na sociedade norte-americana, visto que para Peter Hall e David Soskice (2006) seu modelo atende à uma economia de mercado liberal. Ou seja, os autores realçam a centralidade das firmas na coordenação das atividades em geral — que privilegiam relações impessoais, estabelecidas por meio de mercados competitivos. Nesse sentido, toda estrutura institucional nacional tende a priorizar a mobilidade de capital e a concorrência nos mais distintos setores. Em tal cenário, os mercados sujeitos ao controle corporativo visam lucrar, não somente através dos ganhos produtivos, mas estão constantemente condicionados pelo seu desempenho acionário.

Já para o caso brasileiro, se recorre a Peter Evans (1980), segundo o qual as ETNs são agentes materiais do capital internacional, cuja atuação transcende a esfera econômica e reforça

dinâmicas imperialistas. Essas corporações, ao maximizar lucros via estratégias planetárias, concentram decisões e inovações tecnológicas em polos centrais, alienando a força de trabalho periférica e desincentivando investimentos auto-sustentáveis em países dependentes. Sua influência estende-se à reconfiguração de estruturas sociais locais, ampliando desigualdades salariais e promovendo hábitos de consumo elitizados. Enquanto uma ‘tríplice aliança’, entre as ETNs, os Estados periféricos e suas burguesias nacionais, subordina populações para garantir a acumulação de capital. O ciclo imperialista se perpetua mediante a espoliação de recursos, reinvestidos em mecanismos econômicos, políticos e militares que disciplinam a mão-de-obra e preservam hierarquias globais, limitando o desenvolvimento autônomo das periferias.

Grande parte das pesquisas sobre multinacionais, inclusive, realçam que até os anos 1970, os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto advinham basicamente de EUA, Reino Unido e Países Baixos (Babic; Fichtner; Heemskerk, 2017). Todavia, recentemente, potências emergentes vêm sendo associadas a um modelo de desenvolvimento econômico com importante participação de corporações estatais. Para o presente estudo, cumpre notar que determinados interesses geopolíticos podem, sim, ser facilitados pela transnacionalização de capital que as Empresas Transnacionais Estatais (ETNEs) permitem. Entretanto, também deve-se atentar à dependência a qual um Estado pode ficar implicado nesse movimento — acerca da performance e até mesmo colaboração daqueles que gerenciam suas operações (Babic; Fichtner; Heemskerk, 2017).

Nessa questão, destaca-se a China, com 19,5% do total de empresas sob controle estatal e que atuam em outros países.

Confirmando o papel do Estado na economia chinesa e sua estratégia de internacionalização (Babic; Fichtner; Heemskerk, 2017). Para Curtis Milhaupt (2017) um dos grandes entraves em compreender o caso chinês é que por muitas vezes o capitalismo corporativo possa ser estranho a observadores externos, ainda que familiar para aqueles que o operam. Mas assim como em demais países, os principais atores na economia chinesa são entidades jurídicas minimamente autônomas, com um conselho de administração e gestores nomeados, cujos interesses estão relacionados aos detentores das ações. Ainda que se argumente que sua grande novidade seria a proeminência de Empresas Estatais, países como Japão, Coreia do Sul e Singapura possuíram uma abordagem semelhante sobre a organização econômica (*Ibidem*).

O autor nota, porém, que o capitalismo corporativo chinês possui características distintas, como a centralidade do Partido Comunista da China (PCCh), que conta com órgãos dedicados ao monitoramento dos atores corporativos e a nomeação de gerentes de alto nível em empresas estatais, e até mesmo grandes empresas privadas. Há também uma ponte institucional entre grupos econômicos, empresas estatais e autoridades governamentais. De forma que o partido se torna um elo entre firmas, bancos, órgãos estatais e outras organizações, como universidades e institutos de pesquisa (Milhaupt, 2017.). Para Nana de Graaff (2019) a inserção chinesa revela a integração pragmática às redes liberais, ainda que se mantenha um capitalismo coordenado pelo Partido, através do Estado.

Retomando a discussão sobre a presença de transnacionais estatais em solo brasileiro, há de se apontar que tal país é o sexto

principal destino de ETNEs no globo, compondo uma série de aquisições estratégicas chinesas. O que pode indicar tanto alavancagem de projeção de poder, quanto fortalecimento de coesão econômica (Babic, Fichtner e Heemskerk, 2017).

Feito este sobrevôo, é possível realçar a específica coadunação de elementos geoeconômicos, sociais e culturais no objetivo de patrocinar a ascensão de determinadas ETNs e a importância de regiões específicas para tal encadeamento. Então envereda-se para o ramo da agrologística: este considera as especificidades do sistema agroindustrial no deslocamento dos produtos e insumos, centrado em fatores como o condicionamento, a pontualidade e os custos de gerenciamento, transporte e armazenagem (Pera; Caixeta-Filho, 2022).

Nessa toada, as cadeias de produção e distribuição de alimentos cumprem um papel central para a manutenção dos arranjos sociais. Primeiramente, em questão de segurança alimentar, mas também, devido às disputas de mercado travadas entre entes privados, mais ou menos atrelados aos interesses dos Estados.

A partir desta problemática, a seguinte seção se insere em um esforço geral, de analisar as transformações históricas dos países, buscando compreender as relações existentes entre os tipos selecionados para análise. O que se assinala é a soja como objeto de estudo privilegiado para compreender as dinâmicas atuais. Uma imagem que não é estática: há um amplo debate sobre os desdobramentos do momento vigente, levando em consideração a ascensão de atores que competem por um melhor posicionamento na arena internacional. Nesse sentido, se buscará aprofundar na análise interrelacionando a trajetória histórica dos Estados e empresas

centrais para a compreensão da evolução da cadeia da soja ao longo do tempo.

## **O modelo sojeiro estadunidense e a consolidação do grupo ABCD**

Historicamente o óleo de soja proveniente do nordeste da China e destinado à manufatura foi o principal insumo comercializado mundialmente. Mas no final do século 19, na Europa, floresciam descobertas sobre novas aplicações do esmagamento do grão, o que ia desde óleo comestível e substituto de manteiga até tinta, sabão e explosivos (Du Bois, 2018). Nesse momento também iniciam as pesquisas norte-americanas, mas é só nos anos 1930 que os EUA atingem uma maior produtividade e encontram uma aplicação lucrativa. Considerando que a unidade de soja produz 18% de óleo e 80% de farelo, foi primordial elaborar o *soymeal* para ração animal (Norberg; Deutsch, 2023). Assim, começaram a ser constituídos os elos de uma ampla cadeia de *commodity* e no ano de 1935 metade da soja estadunidense já era esmagada (*Ibid.*).

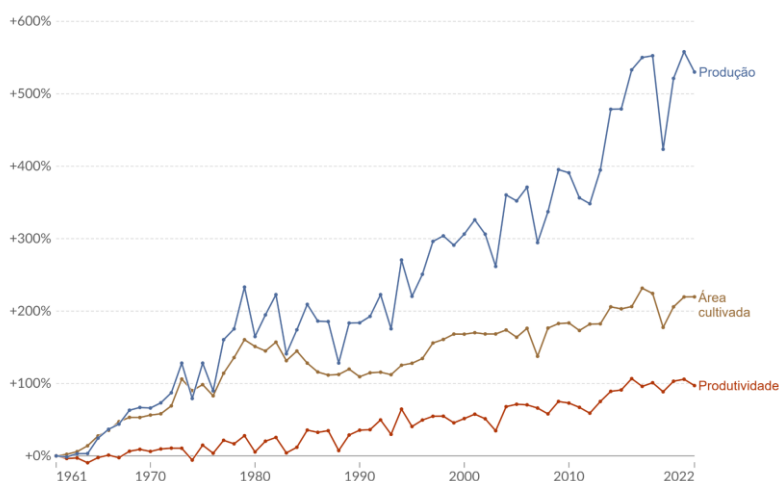
A exportação de óleos baratos vinha se expandindo e os contratos futuros da soja foram estabelecidos em 1937 na CBOT. Com a Segunda Guerra Mundial, a demanda emergencial pela alimentação com o grão concretizou suas rotas de venda, para posteriormente serem direcionadas às dietas de criações pecuárias. No contexto de recuperação pós-guerra a carne atingiu um alto status de abundância e prosperidade, então sua produção barata se tornou uma prioridade política. Interagindo assim com o comportamento da American Soybean Association (ASA), que passou a se direcionar para altas de exportação sojícola e entrada em novos



mercados. Foi então que se propiciou todo um processo de “*meatfication*” das refeições (Norberg; Deutsch, 2023, p.149).

Nascia ali o modelo sojeiro estadunidense: intensivo em capital e altamente produtivo, o que fica latente no gráfico 2. A partir do uso de técnicas que superam os constrangimentos ecológicos e dispensam a mão-de-obra, a atividade se industrializou. Inserida, assim, em uma longa cadeia fornecedora de insumos: sementes comerciais, herbicidas, pesticidas, adubos sintéticos, além do maquinário e dos sistemas de irrigação. Integrado em um sistema agroalimentar padronizado, o produto agrícola se torna um *output* especializado (Norberg; Deutsch, 2023). Conforme o cultivo se expandiu, ficou claro que o pacote tecnológico da soja deu privilégio competitivo para as grandes propriedades, agravando o êxodo rural e a concentração da terra (Denicoff; Prater; Bahizi, 2014).

**Gráfico 2 - Transformação relativa entre 1961 e 2022 em produção, área cultivada e rendimento da soja nos EUA**



Fonte: FAO, 2024.

Em paralelo, *traders* de grãos converteram suas infraestruturas de processamento para a soja, e buscaram fundir-se com outras empresas. Destaca-se a Archer-Daniels-Midland (ADM), que na década de 1920 passou a processar soja enquanto premiava sua dissipação entre agricultores. No ano de 1949 adentrou também na produção de farinha de soja, óleo comestível e margarina (ADM, 2024).

A Cargill, desde 1929, promove o padrão *Free on Board* (FOB) de comércio internacional — que incorpora os preços de financiamento e envio da carga já na sua venda. Ou seja, a infraestrutura necessária para adentrar em tal mercado assegura uma barreira à novos concorrentes (Norberg; Deutsch, 2023). Essa empresa também adquiriu centenas de moinhos e elevadores e foi pioneira na construção de barcaças e portos, além da construção de indústrias esmagadoras e de produtoras de ração (Cargill, 2024).

Já a Bunge, fundada em 1818 nos Países Baixos, 100 anos depois migrou para a América do Norte. Em 1935 compôs o setor dos grãos, acoplando-se a um terminal ferroviário de Minneapolis. (Bunge, 2024). Também devemos citar outra empresa de origem europeia, fundada em 1852 por Léopold Louis-Dreyfus. Até o início do século XX esteve expandindo-se internacionalmente com o comércio de grãos, para que então se consolidasse nas oleaginosas americanas. Mas é após as grandes guerras que se nota uma presença realmente global da Louis Dreyfus Company (LDC), sacramentada em inúmeros novos escritórios (LDC, 2024; Cunha, 2020).

Então o que se confirma, além dos incentivos aos produtores e a aquisição de infraestrutura orientada para exportação, é a entrada desses *traders* na criação animal, gestão de propriedades agrícolas e atuação do setor de finanças, com cada vez maior participação na economia internacional (Norberg; Deutsch, 2023). Bem como, se estabeleceu a integração de tais ETNs às instituições norte-americanas e seus alinhamentos geopolíticos<sup>2</sup>.

Mesmo que desde o início do século XX o grupo ABCD já controlasse a maior parte dos fluxos de oleaginosas, foi nos anos 1940 que se intensificaram as atividades *downstream* à comercialização. Nessa década Bunge e Cargill lançaram a tendência de adquirir portos e terminais férreos. Nos anos 1970 as corporações intensificaram os investimentos de estruturas locais para exportação, o que fez parte de uma onda de fusões e aquisições globais. Essa integração horizontal espalhou seus poderes,

---

<sup>2</sup>A participação de empresas transnacionais agroalimentares na projeção externa de poder dos EUA é aprofundada em Pompéia (2021, p.26-34) e Paula (2017).

incrementando as economias de escala e diversificando riscos (Norberg; Deutsch, 2023).

Em confluência, o grupo ABCD teve um importante papel, de direcionar a criação de animais para a especialização em sistemas intensivos, e os técnicos do ASA prestavam auxílio no espraçamento global do uso do bolo de proteína. Nesse sentido, a internacionalização do *US Soy-Meat Complex* advinha da necessidade de que o grão mantivesse seu preço sem grandes subsídios governamentais. Bunge, ADM e Cargill se consolidaram, do esmagamento à ração (Norberg; Deutsch, 2023), e hoje se calcula que 80% do grão de soja é destinado para alimentar criações (FAO, 2024)

Finalmente, deve-se dizer que houve um importante incremento de operações a montante, dando às ETNs um caráter de *financial trading*. A partir do ambiente de desregulação dos anos de 1990, percebe-se um forte aporte de fundos de investimento e pensões, que convertem seus ativos para o mercado de *commodities* através de tais empresas. O que atinge outro patamar quando se avalia o acesso que as *traders* têm aos mais distintos elos e setores. Ou seja, devido à privilegiada posição de controle e coordenação dos mercados, há uma importante vantagem informacional sobre as tendências futuras, e até mesmo o poder de moldá-las. O que, por sua vez está estreitamente ligado ao movimento de financeirização de produtos agrícolas, que os converte em derivativos de mercados de câmbio futuro, distanciando-os do seu ambiente biofísico e eclipsando suas relações produtivas sob complexas cadeias de valor (Clapp, 2015).

Na atualidade, os EUA se mantêm como um importante ator na cadeia da soja, sediando grande parte das atividades de maior valor agregado, além do grande peso de sua produção agrária. O que se nota é um histórico de mútuo benefício entre o eixo geopolítico alinhado aos EUA e as ETNs que interagem estreitamente com tais Estados. Todavia, recentemente existem certas transformações nas dinâmicas dos atores. A seguir, nos debruçamos sobre a alta demanda de soja por parte da China e até mesmo a abrupta entrada de suas ETNEs no mercado em questão.

### **China: a relevância histórica da soja e sua reafirmação através da COFCO**

As raízes da cultura da soja remetem à sua domesticação na civilização nascida às margens do Rio Amarelo. Um sistema intensivo já vinha se consolidando 200 anos antes da Era Comum no norte da China e suas aplicações se concentravam no tempero alimentar, adubo para plantio e nutrição dos porcos (Norberg; Deutsch, 2023).

Ao longo do tempo o nordeste chinês se tornou um fornecedor internacional de soja, seja para produção de comida e bolo fertilizante no Japão, ou óleo e gordura para o Ocidente. Porém, no contexto da disputa inter-imperial na segunda metade do século XIX, a China foi perdendo o controle sobre esse território. Na sequência das Guerras do Ópio e dos Tratados Desiguais que impuseram a abertura do mercado sínico aos atores externos, a Grã-Bretanha estabeleceu a Chinese Maritime Customs Service (CMCS) em 1854, tornando o porto de Niu-chwang a espinha dorsal do comércio costeiro.

Possibilitou, assim, a participação de grandes *traders* inglesas no principal *hub* de comércio de soja do globo (Norberg; Deutsch, 2023).

Fraturada por rebeliões, a fraqueza chinesa também despertou a cobiça de impérios, como o czarista russo, que logrou avançar sobre a região manchu em 1858. E o Japão, que a invadiu em 1894 e estabeleceu o estado-fantoches Manchukuo — assim, foi consolidado o monopólio do escoamento da soja na criação da South Manchurian Railway (Du Bois, 2018).

Tendo em conta o transporte de carregamentos com soja para a Bretanha e os EUA através da firma japonesa Mitsui Bussan Kaisha, nesse momento o grão entra na fase de *commodity* global. A situação da Manchúria, todavia, seria radicalmente transformada com a desintegração do império nipônico no pós-guerra de 1945 e a forma que executou a retirada da região, destruindo toda sua infraestrutura de transporte e processamento sojeiro (Norberg; Deutsch, 2023).

Portanto, ao esquadrinhar-se a datação que engloba as fases da globalização aqui expostos, se percebe, em paralelo, os cenários adversos vivenciados pela China. Durante o modelo colonial-exportador a integração chinesa foi limitada e específica. Marcado pelo envio de alguns produtos para as metrópoles industriais, como chá e especiarias, e intensificado através da abertura forçada dos portos e a consequente entrada de trigo e ópio. Todavia, a alimentação autossuficiente, através da produção agrícola de pequenas propriedades e descentralizada se mantinha.

No momento seguinte, houveram outras questões que a apartaram do desenvolvimento da estrutura política e institucional internacional. Após a Revolução Comunista de 1949, a agricultura

foi reorganizada em torno de comunas coletivas, intensificando o isolamento em relação aos mercados globais. O que se somava a pressões externas e embargos econômicos.

Cenário que se modificaria através das reformas de 1970, quando da integração gradual ao capital estrangeiro (Ding; Meng, 2018). Na década seguinte presenciou-se o espraiamento de tecnologias inspiradas no modelo agroindustrial, além da exportação de vegetais e peixes e a importação de soja e carne.

A partir de David Harvey (2003) pode-se dizer que a reemergência da China também esteve ligada ao processo de *offshoring* produtivo, atendendo à necessidade capitalista de acumulação em novos espaços e condições sociais. Nesse sentido, alianças entre autoridades chinesas e investidores externos influenciaram decisivamente o *upgrade* industrial do país (Fares, 2024).

A integração na cadeia global da soja, portanto, correspondeu primariamente aos interesses de ETNs do agronegócio (Yan *et al.*, 2016). Considerando a hegemonia norte-americana corrente, o grupo ABCD contou com as influências multi e bilateral no esforço de liberalização do grão (Fares, 2024). A partir de 1995 o governo central chinês reduziu as tarifas de importação do grão de 114% para 3%, e a membresia à Organização Mundial de Comércio no ano de 2001, marca a queda de restrições também para derivados (Yan *et al.*, 2016).

Hoje, se pode notar uma proeminência da soja no rol de aquisições agrícolas chinesas, correspondente à sua terça parte (Good, 2019). Enquanto a produção doméstica, livre de OGMs, é direcionada ao consumo direto de sua população. Ou seja, a China

assumiu o papel de importante compradora do grão: 63% do mercado mundial, majoritariamente advindo de Brasil e EUA (Norberg; Deutsch, 2023).

Fruto da própria urbanização e décadas de *lobbying* de ETNs, a China se inseriu no *soy-meat complex*, e hoje é a maior produtora de carne do mundo (Norberg; Deutsch, 2023). Por outro lado, a política de prioridade dos três grãos estratégicos (arroz, trigo e milho) faz com que não seja destinada área suficiente para o cultivo da soja (Schneider, 2014). Assim, o mercado em expansão, o impacto das monções e as influências externas, geram preocupações geoestratégicas (Chaves *et al.*, 2005). Principalmente ao considerar as disputas tarifárias entrincheiradas desde 2018 (Gale; Valdes; Ash, 2018). Políticas recentes do PCCh estabeleceram três anos para diminuir a dependência externa de fornecimento do farelo de soja nas rações (ASAG, 2024; MARA, 2024) com expectativas de atingir uma redução de 6.8 mi/ton (ChinaFeed, 2023; GACC, 2024).

Também podemos arregimentar outros fatores chave, como o inédito registro de 17 variedades de soja transgênica liberadas para testes em solo chinês (USDA, 2024b; 2024c) e a capacidade de países africanos a atender sua demanda no futuro, visto o clima semelhante ao brasileiro e a capacidade a se adaptarem às suas tecnologias de plantio de soja (Burns, 2024).

Entretanto, o ponto mais significativo da inserção global chinesa no ramo é a reestruturação da COFCO. Tal empresa estatal se projetou externamente nos anos 1990 e hoje capta mais da metade de seu lucro em tais atividades (COFCO, 2024b). Portanto, se firma como uma importante rede de logística global, cujo núcleo é o comércio de grãos e outros produtos agrícolas.



Suas operações também se espalham pelos setores alimentício, financeiro e imobiliário (COFCO, 2024b). Com base em Chao Yang District, Beijing (COFCO, 2024a), foi fundada em 1949 para exercer monopólio da importação e exportação de *commodities*-chave. Se mantém como líder agroindustrial do país, alimentando  $\frac{1}{4}$  da população mundial (Cunha, 2020). Para a própria COFCO (2024b), uma das suas maiores realizações está na consolidação de um corredor que liga as regiões produtoras de grãos aos mercados asiáticos emergentes.

### **A soja no Brasil e o papel das *traders***

Já para o Brasil, a entrada da soja é derivada de uma série de transformações acerca da interferência estatal no campo. Primeiramente, é preciso tratar da contribuição na formulação da noção de *agribusiness*, partindo dos EUA. Tal termo visou convergir as experiências de negócios nos ambientes acadêmico, privado e estatal — abarcando analiticamente o fluxo de insumos industriais à montante e jusante do sistema agroalimentar (Pompéia, 2021). Assim, no ambiente da Guerra Fria, a transnacionalização de atores do agronegócio visava cimentar a participação norte-americana em setores emergentes do terceiro mundo (*Ibid.*).

No Brasil, tal influência se deu a partir da entrada de empresas de insumo e de logística, juntamente da colaboração de instituições estadunidenses com agentes locais (Mello; Brum, 2019). A relevância do enfoque no agronegócio vislumbrava na interconexão dos setores primário, secundário e terciário uma oportunidade de crescimento a partir de investimentos externos (Pompeia, 2021). Nos anos de 1960 há uma intensificação desta promoção, principalmente no período

militar, através de bancos estatais e da construção de infraestrutura (Mello; Brum, 2019).

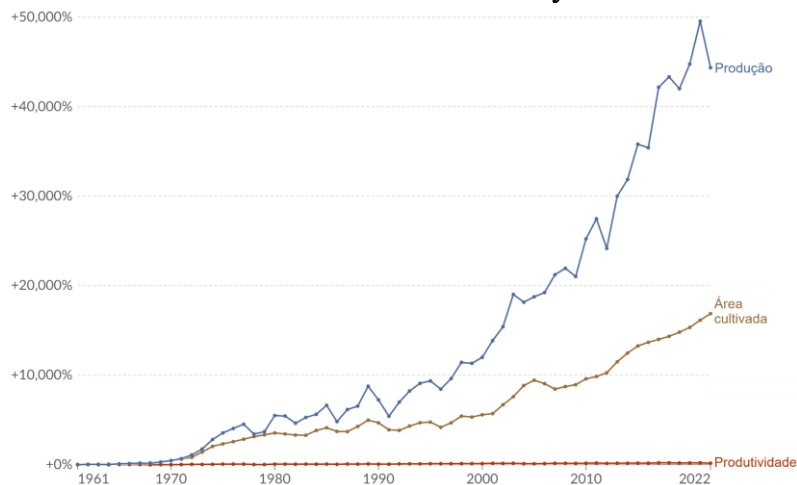
Outrossim, realça-se o papel do instituto público de pesquisa fundado em 1972, chamado EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), e que conseguiu elaborar uma variante de soja altamente produtiva em regiões de baixa latitude (Burns, 2024) e consolidá-la por meio da extensão rural (Norberg; Deutsch, 2023).

Já nas duas décadas seguintes, o apoio estatal se concentrou nos setores de maior valor agregado, como o óleo vegetal. Consequentemente, o quarteto ABCD direcionou investimentos ao processo de esmagamento, o que possibilitou a instalação da manufatura de ração e a expansão de um setor suíno e avícola baseado na oleaginosa (Norberg; Deutsch, 2023).

Na virada do milênio, o lançamento da variedade Monsanto resistente ao herbicida glifosato e a entrada da China no mercado mundial geraram outra importante mudança. O que se somou ao *lobby* ruralista no Congresso brasileiro, capaz de garantir suporte para inovações, investimentos direcionados e empréstimos com juros reduzidos. Somente no ano de 2023, o financiamento direcionado ao setor do agronegócio girou em torno de U\$ 73 bi (Burns, 2024).

Tais fatores confluem: desde 2018 o Brasil é o primeiro produtor mundial de soja, com 154.566,3 mi/ton (EMBRAPA, 2024). Como se nota no gráfico 3, sem que houvesse importante melhoria na produtividade, tal estirada dependeu do avanço da fronteira agrícola.

**Gráfico 3 - Transformação relativa entre 1961 e 2022 em produção, área cultivada e rendimento da soja no Brasil**

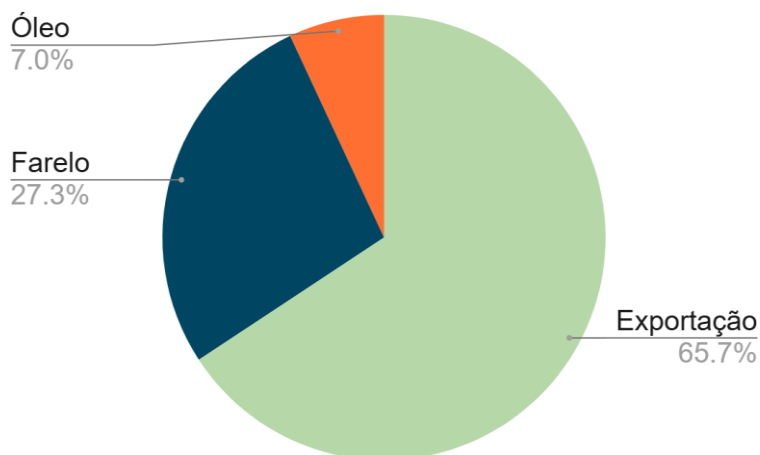


Fonte: FAO, 2024.

É notório o salto de 16 Mmha cultivados no ano 2000, para os 44 Mmha da safra 2022/2023 (CONAB, 2024). Assim, o grão mais produzido no país demanda área superior ao dobro do segundo colocado, o milho (USDA, 2024d). Nessa toada, a soja brasileira se insere no *boom* de demanda por *commodities* (Søndergaard, 2018). Também deve-se recordar que a América do Sul possibilita uma estação de plantio mais longa, e conseqüentemente duas colheitas no ano (Burns, 2024).

Cunha e Espíndola (2015) justificam que a alta no ramo esteve ligada a um conjunto de fatores: as características naturais e a existência de um Sistema Nacional de Inovação do Brasil, além da forte busca internacional por fonte de proteína vegetal para a produção de carne. Principalmente por parte da União Europeia (UE) e China (Wilkinson; Escher; Garcia, 2022). Como pode ser visto a seguir, o destino para produção interna pouco se aproxima do volume exportado *in natura*.

**Gráfico 4 - Porcentagem do emprego da soja em grão produzida pelo Brasil em 2023**



Fonte: ABIOVE, 2024.

Em outro estudo, Batista e Brum (2022) identificam certa relação entre a taxa de juros média anual praticada pelos estadunidenses e o volume de negociação de contratos futuros de soja entre 2006 e 2020, sem, no entanto, ignorar o papel de demais variáveis de influência. Dá-se ênfase ao ‘efeito china’, tendo em vista a janela de oportunidade aberta pela demanda do seu modelo de desenvolvimento. O que gerou intensificação da relação estratégica entre Brasília e Pequim no pós-crise de 2008. De 2007 a 2017 as exportações de soja Brasil-China cresceram 300% — abocanhando dois terços das movimentações na cadeia e 80% da quantia em grãos (Trase, 2018).

A participação chinesa na arena global vem impactando a própria organização econômica da soja no território nacional. Enquanto o primeiro vem intensificando fortemente a industrialização do grão importado, o segundo aumenta a produção

de soja, sem que o processamento acompanhe o movimento. Uma estagnação relativa que contrasta com as possibilidades da sua matriz. (USDA, 2024a).

Outra questão deficitária está no armazenamento, muito abaixo da capacidade dos EUA e majoritariamente dominado por companhias estrangeiras (CNA, 2023). O que denota dependência dos produtores para com atravessadores. Quanto à rede logística, no Brasil de 2023, 54% da soja foi transportada via caminhão, 33% por trem e 12% em barcaças. Já nos EUA, 14% do transporte foi rodoviário, 38% ferroviário e 48% fluvial (Salin, 2024). Becker (2008, p.12) atentou para a competitividade do transporte rodoviário frente aos custos operacionais e complexibilidades da matriz multimodal. Já para Henrique Alvarenga (2020) é necessário aprimorar o uso dos modais, conforme sua vocação. Principalmente para a soja, que necessita de volumes que compensem o baixo valor agregado.

Nesse sentido, investimentos no Rio Amazonas e o asfaltamento da rodovia BR-163, que liga Mato Grosso e Pará, vem derrubando custos de combustível e manutenção (Alvarenga, 2020). Tendo em vista que há sobrecarga nos pontos de escoamento das regiões Sul e Sudeste (Lopes; Lima; Ferreira, 2016). Porém Joana Colussi e Gary Schnitkey (2022) realçam déficits estruturais, como a falta geral de padronização que demanda transbordo de cargas e ajustes nas locomotivas e vagões. Também se aponta que o Brasil investe em torno de 0,5% do PIB em logística, enquanto o percentual de EUA e China está em 2% (Salin, 2024).

No mais, apesar do espraiamento da soja no campo brasileiro aquecer sua capitalização e gerar receitas para a união, tal desenvolvimento econômico tende a dar-se de forma extremamente

desigual (Bandeira; Dutra; Mazzin, 2019). O monocultivo mecanizado da soja também agrava a precarização do trabalho, a concentração de terra e a diminuição da diversidade de cultivos, o que impacta aspectos locais quanto à segurança alimentar (Søndergaard, 2018).

A tendência de alta no preço da soja brasileira (CEPEA, 2025) e no faturamento no complexo sojeiro é contrastada com a queda do percentual da participação agrícola na composição do PIB. Há de se salientar a baixa do subramo industrial (AGROSTAT, 2024), que confirma a tese de reprimarização do país. Uma percepção que é fortalecida por Dicken (2011): apesar da longa história de industrialização, a participação do Brasil na economia mundial centrada em *commodities* o mantém altamente vulnerável às flutuações do mercado.

Niels Søndergaard (2018) realça que, muito embora os estágios de ligação externa com as cadeias de *commodities* se deem através de operadores estrangeiros, a produção agrícola doméstica mantém-se sob domínio de capital brasileiro. Um processo que, todavia, direciona o enfoque do agronegócio para a esfera internacional e incrementa as dinâmicas de financeirização.

O que transparece na atuação do grupo brasileiro Amaggi, na valorização estratégica da terra e na ligação mercantil-financeira com *tradings* internacionais. Tal empresa é fruto da expansão da fronteira agrícola, do apoio estatal ao projeto de Integração Nacional e de intensa integração vertical (Becker, 2008, p.9). Além de maior produtora privada de soja no mundo, engloba os ramos da produção de sementes e fertilizantes, armazenamento e comercialização de *commodities* agrícolas, navegação fluvial e produção de energia

hidrelétrica (Oliveira; Hecht, 2016). Além de compor diversas *joint ventures*, estratégicas para o grupo ABCD (Pressinott, 2024).

Desde a década de 1990 o mercado do Brasil presencia outro patamar de participação das intermediárias, comumente designadas companhias ABCD (Escher; Wesz, 2022). No intervalo de 2010-2015 cada uma de tais empresas mantiveram fatias maiores que 5% do mercado em todos os anos, coletando, somadas, 59% da terra utilizada para soja exportada. Movimentaram, então, 57% do valor (Trase, 2018).

Em contraponto, o recente estabelecimento da chinesa COFCO no Brasil, se deu na esteira das incorporações da Noble Agri e da porção da América do Sul da Nidera no ano de 2014. O que transparece no seu alcance instantâneo à quinta colocação das transações brasileiras, ultrapassando a Amaggi (Reis *et al.* 2024). Desde então o país é central para a COFCO International, haja visto que localiza 70% da sua força direta de trabalho (Milhorange; Locatelli, 2020). Abaixo, o histórico de exportação dos cinco maiores grupos:

Gráfico 5 - Volume de soja brasileira comercializada



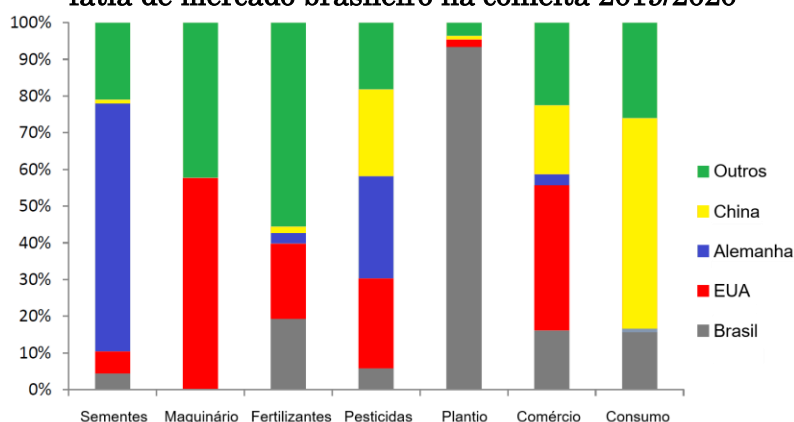
Fonte: Trase, 2024.

Enfim, todas as citadas ETNs assemelham suas estratégias de integração vertical no Brasil. Uma rede de infraestrutura, com silos, armazéns, unidades de esmagamento, linhas de trem e portos. Também buscam se consolidar em locais específicos: em  $\frac{2}{3}$  dos municípios brasileiros sojicultores mais da metade das exportações se concentram em um só *trader*. E mais,  $\frac{1}{5}$  dos municípios entregou toda sua produção a apenas um exportador (Trase, 2018).

Revisando a seção, se acentua a inserção do Brasil na cadeia da soja. Porém Søndergaard (2018) realça a dependência de insumos importados, tal qual pesticidas, fungicidas, herbicidas e fertilizantes, além das consequências degenerativas presenciadas no solo, na água e na biodiversidade — sem que haja retorno adequado à sociedade. Como apresentado a seguir, tarefas agroindustriais chave tendem a ser executadas por firmas estrangeiras:



**Gráfico 6 - Nacionalidade das empresas do setor da soja, conforme a fatia de mercado brasileiro na colheita 2019/2020**



Fonte: Medina e Thomé, 2021, p.09.

Portanto, Elisa Pinheiro de Freitas (2021) argumenta pela necessidade do agronegócio brasileiro se nortear pela participação em etapas de melhor remuneração do capital, em contraponto às práticas de baixa capilarização territorial praticadas pelas *traders*. Se visa assim, retomar a soberania de recursos, não só escassos, mas vitais para a reprodução social.

## Discussão e considerações finais

Por fim, nota-se que o território brasileiro está integrado às redes das citadas empresas, embora retenha poucos benefícios sócio-econômicos no processo. Como mencionado, a Amaggi, empresa ETN mais relevante do setor com sede no Brasil, direciona sua gestão para a esfera de ação de outras *tradings*, ao mesmo tempo em que grande parte dos recursos por ela comercializados são indiretamente demandados pela China. Ou seja, a participação do expoente brasileiro está aquém da atuação dos entes privados internacionais que se inserem nas disputas pela monopolização do capital.

Há latente exemplo no papel da EMBRAPA, elaboradora de variedades que podem ser cultivadas em distintos biomas brasileiros. Contraditoriamente, a proeminência da Monsanto<sup>3</sup> e demais companhias forasteiras garantem dominação tecnológica e retenção de lucros da semente transgênica imune à defensivos agrícolas (Filomeno, 2012).

Também foi aventado que o modelo sojeiro elaborado nos EUA é baseado na extração intensiva, mecanizada e dependente de insumos. O que está esclarecido desde o criador na idéia de *agribusiness*, segundo o qual o Estado deveria apoiar a expansão dos agricultores com maiores unidades e capazes de gerir seus fatores produtivos em direção à integração com o mercado (Davis, 1956 *apud* Pompéia, 2021, p.21).

Partindo de uma perspectiva crítica, pode-se concluir que o modelo mencionado reflete uma lógica que prioriza o lucro e a maximização da produção. Seu espraiamento visa atender a novos hábitos de consumo e se dá em detrimento de uma consideração mais profunda sobre os impactos das ações de seus agentes.

No contexto brasileiro, aponta-se que a estrutura do setor é construída por uma tríplice aliança entre o capital internacional, o nacional e o Estado brasileiro. Desta forma, a inserção do país perpetuou uma relação de dependência em relação às Grandes Potências e suas corporações — limitando a capacidade de promover um desenvolvimento sustentado.

---

<sup>3</sup>Em Junho de 2018 a norte-americana Monsanto foi adquirida pela alemã Bayer, intensificando a concentração oligopolística do ramo dos pesticidas e das sementes (Araujo, 2022).

Assim, a incorporação do país no eixo global do trabalho está submetida a uma longa cadeia produtiva, dependente do *input* de insumos importados. A dizer, grande maioria da soja é exportada em grão, sem agregação de valor, o que remete a uma reprodução simples de capital. De forma que a presença das ETNs em múltiplos elos da cadeia — do fornecimento de insumos e crédito à infraestrutura de logística e comercialização — funciona tanto como oligopólio quanto oligopsônio (Milberg; Winkler, 2013, Søndergaard, 2018).

Nesse cenário, grandes corporações, como as que compõem o grupo ABCD, foram responsáveis pela modelagem e padronização do setor. Através de integração vertical e horizontal, é influenciada a produção, controlada a transformação e exportação de grãos, além de promovidos o consumo de produtos derivados. Em contraposição, a COFCO emula tal modelo comercial, em vias de atender os interesses de seu Estado de origem.

Dessa forma, se evidencia o complexo cenário de cooperação e disputa que permeia os pólos de poder. A China efetua integração logística com ETNs estrangeiras, mas não permite a inserção destas na alocação interna de recursos. Por outro lado, a COFCO mantém uma participação limitada na economia estadunidense. Então fica evidente a assimetria na posição do Brasil em relação aos demais — sem uma ETN que compita com o oligopólio vigente ou se posicione de forma autônoma — quando transpassado pelos fluxos dos atores externos.

Portanto, no tabuleiro internacional, as cinco maiores *traders* do grão influenciam o comportamento não só de EUA e China, mas notoriamente do Brasil. Tendo em vista que os posicionamentos

geoestratégicos neste setor são mediados pela forma como as atividades empresariais se expressam espacialmente e como o modelo de negócio construído define o poder econômico na cadeia. Há então, um vínculo entre as escalas local e mundial, que é constituído e reafirmado pelas ETNs.

Essas constatações refletem na atuação das companhias, como esta marginaliza atores locais, aprofunda a divisão internacional do trabalho e cristaliza desigualdades espaciais. Paralelamente, os custos socioambientais — como a degradação de biomas e a concentração fundiária — contrastam com a retenção privada de lucros, evidenciando um desequilíbrio estrutural.

## Referências

- ABIOVE. *Estatísticas Cadeia da Soja 2024*. Associação Brasileira de Óleos Vegetais. 2024. Disponível em: <https://abiove.org.br/estatisticas-cadeia-da-soja/> Acesso em: 02 set. 2024.
- ADM. 2023. *Annual Report*. Archer Daniels Midland Company. 2024. Disponível em: <https://investors.adm.com/financials/annual-reports/> Acesso em: 10 agos. 2024.
- AGROSTAT. *Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2024. Disponível em: <https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/extensions/Agrostat/Agrostat.html> Acesso em: 20 jul. 2024.
- ALVARENGA, Henrique. *Matriz de transportes do Brasil à espera dos investimentos*. ILOS - Instituto de Logística e Supply Chain LTDA. Disponível em: <https://ilos.com.br/matriz-de-transportes-do-brasil-a-espera-dos-investimentos/> Acesso em: 06 Jan. 2025.
- ARAMOR, Mariana Helena. Os ciclos sistêmicos de acumulação e o continente africano: uma análise sobre o

comércio de escravos na economia-mundo capitalista. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 18, n. 2, 2018.

ARAUJO, Yuri Candido de. *Fusão e aquisição nas empresas de agroquímicos*: estudo de caso da Bayer e Monsanto Company. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) — Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/5379>. Acesso em: 27/02/2025.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996. 393 p.

ASAG. 搜索结果. 国家粮食和物资储备局科学研究院 - Academy of Science, National Food and Strategic Reserves Administration . 2024. Disponível em: <http://sousuo.agrs.ac.cn:8087/was5/web/search?page=2&channelid=298899&searchword=%E5%A4%A7%E8%B1%86&keyword=%E5%A4%A7%E8%B1%86&perpage=10&outlinepage=10&&searchscope=&andsen=&total=&orsen=&exclude=&orderby=> Acesso em: 03 set .2024

BABIC, Milan; FICHTNER, Jan; HEEMSKERK, Eelke M.. States versus Corporations: Rethinking the Power of Business in International Politics. *The International Spectator*, v. 52, n. 4. p.20-43. 2017. DOI:10.1080/03932729.2017.1389151

BANDEIRA, Silvana de Matos. DUTRA, Éder Jardel da Silva, MAZZIN, Luiz Fernando. As transformações na relação campo-cidade no município de Canguçu/RS. *Boletim Gaúcho de Geografia*, VOL. 46, Nº 1/2. 2019.

BATISTA, Guilherme; BRUM, Argemiro Luis. Geopolítica da commodity soja no Brasil e no mundo no período de 2006/2020 *In*: III Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional (SLAEDR). Ijuí, 08 a 11 de novembro de 2022. *Anais do [...]* v.3 n.1. n.p.2023. DOI:10.34117/bjdv6n10-049

BECKER, Bertha K. Reflexões sobre a Geopolítica e a Logística da Soja na Amazônia. *In*: BECKER, Bertha; ALVES, Diógenes; da COSTA, Wanderley (Org.). *Dimensões Humanas*

*da Bisofera-Atmosfera na Amazônia*. São Paulo: EDUSP, 2007, v.1, p.113-128.

BETHLEM, Isadora Vercesi; LIMA, Roberto Arruda de Souza; LIMA, Lilian Maluf de. The impact of the USDA soybean crop condition reports on CBOT futures prices. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 61, n. 2, e257641, p.1-13 2023. DOI:10.1590/18069479.2022.257641

BDTD. *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações*. Instituto Brasileiro de Informação em ciência e tecnologia. Brasília, DF. 2024. Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/vufind/> Acesso em: 13 set. 2024.

BUNGE. *Conectados por um amanhã melhor*. BPBUNGE. 2024. Disponível em: <https://www.bunge.com.br/#:~:text=Somos%20líderes%20mundiais%20em%20processamento,combustíveis%20essenciais%20para%20o%20mundo> Acesso em: 20 jul. 2024.

BURNS, Nick. *The Past, Present and Future of Soy in South America*. Americas Quarterly. 02 Out. 2024. Disponível em: <https://www.americasquarterly.org/article/the-past-present-and-future-of-south-american-soy/> Acesso em: 10 Jan. 2025.

CAPES. *Catálogo de Teses e Dissertações*. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2024. Disponível em: <https://Catalogodeteses.Capes.Gov.Br/> Acesso em: 13 Set. 2024.

CARGILL. *2024 Annual report*. Cargill, Incorporated. 2024. Disponível em: <https://www.cargill.com/about/2024-annual-report> Acesso em: 21 jul. 2024.

CEPEA. *Consulta ao Banco de Dados, Séries de Preços ESALQ/BM&FBOVESPA*. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. CEPEA-USP/CNA, 2025a. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/consultas-ao-banco-de-dados-do-site.aspx> Acesso em: 30 Jan. 2025.

CHAVES, Adilson de; COSTA, Eduíno; DESCOVI, Leônidas; DINIZ, Rodrigo; SEIDEL, Roberto; RUHOFF, Anderson Luis. Geopolítica da soja: capital e contexto internacional. *in* Anais do eixo agronegócio: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária. *Anais eixo agronegócio*. Presidente Prudente:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em São Paulo, v. 3 n. 1. n.p. 2005.

CHINA FEED. 饲用豆粕用量占比如何再降1.5个百分点?. 饲料市场信息网/China Feed. 2023. Disponível em:

<http://www.chinafeedm.com/h-nd-23086.html> Acesso em: 19 Dez. 2024.

CLAPP, Jennifer. ABCD and beyond: From grain merchants to agricultural value chain managers. *Canadian Food Studies / La Revue canadienne des études sur l'alimentation*, v. 2, n. 2, p.126, set. 2015.

CNA. *Diagnóstico da armazenagem agrícola no Brasil*. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil/ Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-LOG). Universidade de São Paulo (USP). 2023. Disponível em: [https://www.cnabrazil.org.br/storage/arquivos/Relato\\_rio-Armazenagem-\\_PARTE01\\_CAP-01-AO-05\\_compressed-1.pdf](https://www.cnabrazil.org.br/storage/arquivos/Relato_rio-Armazenagem-_PARTE01_CAP-01-AO-05_compressed-1.pdf) Acesso em: 06 Jan. 2025.

COFCO. *2023 Sustainability Report*. China Oil and Foodstuffs Corporation. 2024a. Disponível em: <https://www.cofcointernational.com/sustainability/sustainability-reporting/2023-sustainability-report/> Acesso em: 21 ago 2024

COFCO. *COFCO Capital*. China Oil and Foodstuffs Corporation. 2024b. Disponível em: [https://www.cofco.com/en/Investors/Zhongyuan\\_Special\\_Steel/](https://www.cofco.com/en/Investors/Zhongyuan_Special_Steel/) Acesso em: 21 ago 2024.

COLUSSI, Joana; SCHNITKEY, Gary. *Investments in Brazilian Grain Transportation Shrink U.S. Logistical Advantage*. farmdoc daily. n.12 v.8, Department of Agricultural and Consumer Economics, University of Illinois at Urbana-Champaign, 2022. Disponível em: <https://farmdocdaily.illinois.edu/2022/01/investments-in-brazilian-grain-transportation-shrink-u-s-logistical-advantage.html> Acesso em: 05 Jan. 2025

CONAB. *Nova estimativa para a produção de grãos na safra 2023/2024 está em 297,54 milhões de toneladas*. Companhia

- Nacional de Abastecimento. 2024. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5579-nova-estimativa-para-a-producao-de-graos-na-safra-2023-2024-esta-em-297-54-milhoes-de-toneladas> Acesso em: 22 jul. 2024.
- CULPI, Ludmila Andrzejewski. *Empresas transnacionais: uma visão internacionalista*. Curitiba: InterSaberes, 2016. 224 p.
- CUNHA, Roberto César Costa. *A geoeconomia da cadeia produtiva da soja no Brasil*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2020.
- CUNHA, Roberto César. ESPÍNDOLA, Carlos José. A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva da soja no Brasil e no mundo. *GeoTextos*, Salvador, vol. 11, n. 1, p.217-238. 2015. DOI:10.9771/1984-5537geo.v11i1.12692
- DENICOFF, Marina R.; PRATER, Marvin; BAHIZI, Pierre. *Soybean Transportation Profile*. Agricultural Marketing Service - Transportation and Marketing Programs, Research Reports 187160, U.S. Department of Agriculture, 2014. DOI:10.9752/TS203.10-2014
- DICKEN, Peter. *Global shift: mapping the changing contours of the world economy*. 6. ed. Nova Iorque: The Guilford Press, 2011. 625 p.
- DING, Xuedong; MENG, Chen. *From World Factory to Global Investor: A Multi-Perspective Analysis on China's Outward Direct Investment*. New York: Routledge. 2018. 300 p.
- DU BOIS, Christine M. *The Story of Soy*. London: Reaktion Books. 2018. 272 p.
- EMBRAPA. *Soja em números (safra 2023/24)*. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. 2024. Disponível em: <https://embrapa.br/soja/cultivos/soja1#:~:text=O%20Brasil%20é%20o%20maior,foi%20de%203.508%20kg%2Fha>. Acesso em: 23 jul. 2024.
- ESCHER, Fabiano. WESZ, Valdemar João Jr. Dinâmica recente do complexo soja-carne Brasil-China no contexto do Cone Sul. *Campo-Território: revista de Geografia Agrária, Uberlândia*. v. 17, n. 46, p.131-151, 2022.



ETC. *The Food Barons: Crisis Profiteering, Digitalization and Shifting Power*. ETC Group - Action Group on Erosion, Technology and Concentration. 2022. Disponível em: <https://www.etcgroup.org/content/food-barons-2022> Acesso em: 26 jul 2024.

EVANS, Peter. *A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FAO. *Online database*. Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2024. Disponível em:

<http://www.fao.org/faostat/en/#data>. Acesso em: 14 jul 2024.

FARES, Tomaz Mefano. What does the mid-1990s soybean liberalization tell us about the role of foreign investment in China's rural industrialization? *Review of International Political Economy*, v. 31 n.4, p.1173-1196. 2024.

DOI:10.1080/09692290.2023.2295371

FILOMENO, Felipe. A mudança institucional em perspectiva histórico-mundial: competição transnacional e propriedade intelectual na agricultura de soja da América do Sul. In: FILOMENO, Felipe; VIEIRA, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosângela de Lima (org.). *O Brasil e o Capitalismo Histórico: passado e presente na análise de sistemas-mundo*. São Paulo: EdUNESP, 2012. p.297-327.

GACC. *General Administration of Customs*. People's Republic of China. 2024. Disponível em: <http://english.customs.gov.cn/> Acesso em: 03 set .2024

GALE, Fred; VALDES, Constanza; ASH, Mark.

*Interdependence of China, United States, and Brazil*. Oil Crops Outlook No. (OCS-19F-01) Washington: USDA Economic Research Service, 2019. 48 p.

GILL, Stephen; LAW, David. Global Hegemony and the Structural Power of Capital. *International Studies Quarterly*. v. 33, n. 4, p.475-499. 1989.

GOOD, Keith. *Interdependence of China, United States, and Brazil in Soybean Trade*. Farm Policy News. University of Illinois Urbana-Champaign. 2019. Disponível em: <https://farmpolicynews.illinois.edu/2019/06/ers-report->

- interdependence-of-china-united-states-and-brazil-in-soybean-trade/ Acesso em 02 jan. 2025.
- GRAAFF, Nana de. China Inc. Goes Global. Transnational and National Networks of China's Globalizing Business Elite. *Review of International Political Economy*. v.27, n. 02. p.208–33. 2019. DOI:10.1080/09692290.2019.1675741
- HALL, Peter; SOSKICE, David. Variedades de capitalismo: Algunos aspectos fundamentales. *Desarrollo Económico*. v.45, n.180, p.573-590, 2006.
- HARVEY, David. *The New Imperialism*. New York: Oxford University Press. 2003. 288 p.
- KOSINSKI, Daniel Santos; ALVARES, Ticiana de Oliveira. Segurança alimentar e nacional da China no século XXI: rivalidade com os Estados Unidos e oportunidades para o Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*. v. 9, n. 1, p.205–227, jan./jun. 2022.
- LDC. *About Us*. Louis Dreyfus Company. 2024. Disponível em: <https://www ldc com/who-we-are/about-us/heritage/> Acesso em: 22 ago. 2024.
- LOPES, Harlenn; LIMA, Renato; FERREIRA, Rafael Costa. A cost optimization model of transportation routes to export the Brazilian soybean. *Custos e Agronegócio*. v.12, n. 4. p.90-109. 2016.
- LPI. Logistics Performance Index. The World Bank Group, 2024. Disponível em: <https://lpi.worldbank.org/international/global> Acesso em: 18 dez. 2024.
- MARA. *Data and Statistics*. Information Center, Ministry of Agriculture and Rural Affairs of the People's Republic of China/农业农村部办公厅. 2024. Disponível em: <http://english.moa.gov.cn/datastatistics/> Acesso em: 03 set .2024
- MCMICHAEL, Philip. Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method. *American Sociological Review*. v. 55, n. 3. p.385–397. 1990. DOI:10.2307/2095763.
- MEDINA, Gabriel, THOMÉ, Karim. Transparency in Global Agribusiness: Transforming Brazil's Soybean Supply Chain

Based on Companies' Accountability. *Logistics*, v. 5, n. 3:58. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/logistics5030058>

MELLO, Eliane Spacil de. BRUM, Argemiro Luís. A cadeia produtiva da soja e alguns reflexos no desenvolvimento regional do Rio Grande Do Sul. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 10, p.74734-74750, 2020.

MILBERG, William; WINKLER, Deborah. *Outsourcing economics: Global Value Chains in capitalist development*. New York: Cambridge University Press, 2013. 376 p.

MILHAUPT, Curtis. J. Chinese Corporate Capitalism in Comparative Context. In: CHEN, Weitseng (Ed.). *The Beijing Consensus? How China Has Changed Western Ideas of Law and Economic Development*. Cambridge: Cambridge University Press. 2017. c. 11. p.275 - 300. DOI:1017/9781316481370.012

MILHORANCE, Flávia. LOCATELLI, Piero. *Questions persist over giant Chinese soy trader's track and trace plan*. Dialogue Earth. 09 Out., 2020. Disponível em: <https://dialogue.earth/en/business/37787-questions-persist-over-giant-chinese-soy-traders-track-and-trace-plan/> Acesso em: 10 Jan. 2025.

NORBERG, Matilda Baraibar; DEUTSCH, Lisa. *The Soybean Through World History: Lessons for Sustainable Agrofood Systems*. Londres: Routledge. 2023. 256 p.

OLIVEIRA, Gustavo; HECHT, Susanna. Sacred groves, sacrifice zones and soy production: globalization, intensification and neo-nature in South America, *The Journal of Peasant Studies*, v. 43 n.2, p.251-285, 2016. DOI:10.1080/03066150.2016.1146705.

PAPANIKOS, Gregory. The Future of Globalization. *Athens Journal of Business & Economics*. v. 10, n. 2. p.87-108. 2024. DOI:10.30958/ajbe.10-2-1.

PAULA, Nilson Maciel de. *Sistema Agroalimentar Mundial: Contradições e Desafios*. Curitiba: Editora CRV. 2017. 226 p.

PRESSINOTT, Fernanda. *Amaggi, ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus postergam projeto de joint venture em transportes*. Globo Rural. 2024. Disponível em: <https://globorural.globo.com/negocios/noticia/2024/11/amaggi->

adm-bunge-cargill-e-dreyfus-postergam-projeto-de-joint-venture-em-transportes.ghml Acesso em: 06 jan. 2025.

POMPEIA, Caio. Formação política do agronegócio. São Paulo: Editora Elefante, 2021. 392 p.

REIS, Tiago dos; LIMA, Mairon Bastos; LOPES, Gabriela Russo; MEYFROIDT, Patrick. Not all supply chains are created equal: the linkages between soy local trade relations and development outcomes in Brazil. Article 106475. *World Development*, v. 175, n. 106475, 2024. DOI:10.1016/j.worlddev.2023.106475

SALIN, Delmy. *Soybean Transportation Guide*: Brazil 2023. U.S. Dept. of Agriculture, Agricultural Marketing Service. 2024. DOI:10.9752/TS048.09-2024

SCHNEIDER, Mindi. Developing the Meat Grab. *Journal of Peasant Studies*. v.41 n.4. p.613–633. 2014.

STAKE, Robert. *Pesquisa qualitativa*: Estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011. 263 p.

SØNDERGAARD, Niels. Modern Monoculture and Periphery Processes: a World Systems Analysis of the Brazilian soy expansion from 2000-2012. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba-SP, Vol. 56, No 01, p.069-090, Jan./Mar. 2018

TRASE. *Trase Yearbook 2018*, Sustainability in forest-risk supply chains: Spotlight on Brazilian soy. Transparent Supply Chains for Sustainable Economies. 2018. Disponível em: <https://yearbook2018.trase.earth/> Acesso em: 14 jul 2024.

TRASE. *Brazil soy supply chain 2004-2020*. Version 2.6. Transparent Supply Chains for Sustainable Economies. 2022. Disponível em: <https://trase.earth/open-data/datasets/supply-chains-brazil-soy> Acesso em: 14 jul 2024

USDA. *Market and Trade Data / PSD Online / Reports and Data*. Foreign Agricultural Service. US Department of Agriculture. 2024a. Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html> Acesso em: 26 jul. 2024.

USDA. *Inaugural Genetically Modified Corn and Soybean Variety Registration List Published* - Comment Period Opened. Country: China - People's Republic of. Foreign

Agricultural Service. US Department of Agriculture, 2024b.

Disponível em:

[https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Inaugural%20Genetically%20Modified%20Corn%20and%20Soybean%20Variety%20Registration%20List%20Published%20-%20Comment%20Period%20Opened\\_Beijing\\_China%20-%20People%27s%20Republic%20of\\_CH2023-0149](https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Inaugural%20Genetically%20Modified%20Corn%20and%20Soybean%20Variety%20Registration%20List%20Published%20-%20Comment%20Period%20Opened_Beijing_China%20-%20People%27s%20Republic%20of_CH2023-0149). Acesso em: 26 jul. 2024.

USDA. *New Genetically Modified Corn and Soybean Variety Registration List Published*. Country: China - People's Republic of. Foreign Agricultural Service. US Department of Agriculture, 2024c. Disponível em:

[https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=New%20Genetically%20Modified%20Corn%20and%20Soybean%20Variety%20Registration%20List%20Published\\_Beijing\\_China%20-%20People%27s%20Republic%20of\\_CH2024-0048](https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=New%20Genetically%20Modified%20Corn%20and%20Soybean%20Variety%20Registration%20List%20Published_Beijing_China%20-%20People%27s%20Republic%20of_CH2024-0048). Acesso em: 26 jul. 2024.

USDA. *Planting Seeds Annual 2024*. Foreign Agricultural Service. US Department of Agriculture, 2024d. Disponível em: [https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Planting%20Seeds%20Annual%202024\\_Beijing\\_China%20-%20People%27s%20Republic%20of\\_CH2024-0073](https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/Report/DownloadReportByFileName?fileName=Planting%20Seeds%20Annual%202024_Beijing_China%20-%20People%27s%20Republic%20of_CH2024-0073). Acesso em: 26 jul. 2024.

AUTOR; AUTOR. Hegemonia no sistema-mundo e transição do regime agroalimentar: comparativos entre as inserções estratégicas de EUA e China e seus impactos no ramo da soja. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, [S. l.], v. 11, 2025.

DOI:10.23899/swgqt691.

WALLERSTEIN, I. *The capitalist World-Economy*. New York: Cambridge University Press, 1979. 305p.

WILKINSON, John; ESCHER, Fabiana; GARCIA, Ana. The Brazil-China nexus in agrofood: What is at stake in the future of the animal protein sector. *International Quarterly for Asian Studies*. v.53, n.2, p.251–277. 2022.

YAN, Hairong; CHEN, Yiyuan; KU, Hok Bun. China's soybean crisis: The logic of modernization and its discontents. *The Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 2, p.373–395. 2016. DOI:10.1080/03066150.2015.1132205

YIN, Robert K. *Estudo de caso*. Planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 200 p.

ZÁMBORSKÝ, Peter; YAN, Zheng; Joseph; MICHAILOVA, Snežina; ZHUANG, Vincent. Chinese Multinationals' Internationalization Strategies: New Realities, New Pathways. *California Management Review*, v. 66, n.1, p.96-123. 2023. DOI:10.1177/00081256231193467

Recebido para publicação em 06/06/2025

Aceito para publicação em 03/09/2025

**ENTRE O PROGRESSO E A  
CONTAMINAÇÃO: O  
LICENCIAMENTO DE AGROTÓXICOS  
E SEUS REFLEXOS NA NATUREZA  
NO BRASIL (2019-2022)**

*BETWEEN PROGRESS AND  
CONTAMINATION: PESTICIDE  
LICENSING AND ITS EFFECTS ON  
NATURE IN BRAZIL (2019-2022)*

*ENTRE EL PROGRESO Y LA  
CONTAMINACIÓN: LA LICENCIA DE  
PLAGUICIDAS Y SUS EFECTOS EN LA  
NATURALEZA EN BRASIL (2019-2022)*

Alex Luciano Fernandes  
Universidade Paulista  
alexlf\_vet@yahoo.com.br

Carla Montuori Fernandes  
Universidade Paulista  
carla.montuori@docente.unip.br

Thiago Berti Kirsten  
Univesidade Paulista  
thik@outlook.com

**Resumo:**

Entre 2019 e 2022, o Brasil licenciou 2.182 agrotóxicos, um recorde histórico. Muitos dos produtos são classificados como perigosos para o meio ambiente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e tóxicos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Parte dos agrotóxicos aprovados no Brasil não possui autorização na União Europeia (UE) e nos Estados Unidos (EUA), ampliando preocupações ambientais e sanitárias. Este estudo revisa o aumento da liberação de agrotóxicos no período, analisando 97 produtos inéditos. São apresentadas seus nomes comerciais, princípios ativos, classificações regulatórias, publicações no Diário Oficial e status na UE e EUA. A metodologia considerou os agrotóxicos inéditos licenciados entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022. O levantamento evidencia o crescimento de substâncias potencialmente prejudiciais ao meio ambiente e à saúde pública, reforçando a necessidade de um debate sobre seus impactos e regulamentações.

Palavras-chave: Saúde pública; Impactos ambientais; Pesticidas.

|             |           |                                 |                 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025 | ISSN: 2674-8355 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

Between 2019 and 2022, Brazil approved 2,182 pesticides, setting a historical record. Many of these products are classified as hazardous to the IBAMA and as toxic by the ANVISA. Some of the pesticides approved in Brazil are not authorized for use in the European Union (EU) or the United States (US), raising environmental and public health concerns. This study reviews the increase in pesticide approvals during the period, analyzing 97 newly registered products. Their trade names, active ingredients, regulatory classifications, publications in the Official Gazette, and status in the EU and US are presented. The methodology considered only newly registered pesticides licensed between January 2019 and December 2022. The findings highlight the growing availability of substances potentially harmful to the environment and public health, reinforcing the need for a broader debate on their impacts and regulations.

**Keywords:** Public health; Environmental impacts; Pesticides.

**Resumen:**

Entre 2019 y 2022, Brasil licenció 2.182 plaguicidas, un récord histórico. Muchos de los productos están clasificados como peligrosos para el medio ambiente por el Instituto Brasileño del Medio Ambiente y de los Recursos Naturales Renovables (IBAMA) y tóxicos por la Agencia Nacional de Vigilancia Sanitaria (ANVISA). Algunos de los pesticidas aprobados en Brasil no están autorizados en la Unión Europea (UE) y Estados Unidos (EE.UU.), lo que genera preocupaciones ambientales y de salud. Este estudio revisa el aumento de la liberación de plaguicidas durante el período, analizando 97 nuevos productos. Se presentan sus nombres comerciales, ingredientes activos, clasificaciones regulatorias, publicaciones en el Boletín Oficial y estatus en la UE y USA. La metodología consideró nuevos plaguicidas autorizados entre enero de 2019 y diciembre de 2022. El estudio destaca el crecimiento de sustancias potencialmente nocivas para el medio ambiente y la salud pública, lo que refuerza la necesidad de un debate sobre sus impactos y regulaciones.

**Palabras-clave:** Salud pública; Impactos ambientales; Plaguicidas.



## Introdução

A eleição de Jair M. Bolsonaro (PL) ocorreu sem uma ampla coalizão partidária e com recursos limitados em meios tradicionais de campanha. No entanto, sua candidatura teve forte presença nas redes sociais *on-line* e se apoiou em discursos de militarismo, antipetismo e antissistema, apesar de sua trajetória de 27 anos como Deputado Federal e passagem por oito partidos políticos. No segundo turno, realizado em 28 de outubro de 2018, Bolsonaro saiu vitorioso com 51,13% dos votos válidos, enquanto Fernando Haddad (PT) alcançou 44,87% (Máximo, 2018).

Em meio à disputa eleitoral, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), também conhecida como bancada ruralista, representada por quase metade da Câmara dos Deputados e por diversos partidos políticos, declarou apoio ao então candidato. Segundo a Deputada Federal Tereza Cristina (Democratas-MS), que viria a ser ministra da Agricultura, essa decisão atendeu ao "clamor do setor produtivo nacional". Durante a campanha, Bolsonaro defendeu pautas de forte apelo para o agronegócio, como a liberação do porte de armas para moradores do campo, a flexibilização da legislação ambiental, o fim da reforma agrária e da demarcação de terras indígenas e quilombolas, a tipificação das ocupações de terra como crime de terrorismo, o afrouxamento da liberação de agrotóxicos e a renegociação das dívidas do setor (Firmiano, 2020).

A gestão das políticas agrícolas e ambientais ficou a cargo de três figuras centrais do agronegócio: Tereza Cristina, Ricardo Salles e Nabhan Garcia. Como ministra da Agricultura, Tereza Cristina atuou pelo afrouxamento da liberação de agrotóxicos, apoiando o Projeto de Lei nº 6299/2002, conhecido como "PL do Veneno", que

facilita a aprovação e comercialização desses produtos. Sua atuação lhe rendeu o apelido de "Musa do Veneno". A bancada ruralista, considerada uma das mais influentes do Congresso Nacional, foi peça-chave na sustentação das políticas de desregulação ambiental do governo Bolsonaro. Em 2019, a Frente Parlamentar da Agropecuária contava com 257 deputados federais e senadores, representando interesses do agronegócio e setores associados (Firmiano, 2020).

Desde o início do mandato, em 2019, houve uma intensificação na flexibilização de marcos regulatórios ambientais e agrícolas, especialmente aqueles relacionados aos transgênicos e à expansão da liberação de novos produtos de agrotóxicos. Essa estratégia, que buscava a redução da atuação estatal e favorecia o setor privado, fazia parte da agenda do governo Bolsonaro, que se declarava de extrema direita e defendia um modelo econômico neoliberal, marcado por uma postura radicalmente não intervencionista do Estado no mercado, mas que por consequência favorece o grande capital (Santos e Tanscheit, 2019).

A maior parte dos 97 produtos inéditos analisados foi liberada por meio de Atos publicados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no Diário Oficial da União, o que evidencia o peso dos instrumentos administrativos na expansão. Além disso, ocorreram alterações infralegais, como a flexibilização de critérios de avaliação toxicológica e ambiental pela ANVISA e pelo IBAMA, considerando como um exemplo a alteração na lista de produtos 'extremamente tóxicos', que foi reduzida de 702 para 43, regras de pulverização aérea, além da revisão da Portaria de Portabilidade da Água e da autorização da queima de resíduos de agrotóxicos em fornos de cimenteiras (Silva & Santos, 2023).

Durante a gestão, Bolsonaro adotou medidas que enfraqueceram órgãos fiscalizadores, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e flexibilizou regras para a exploração da Amazônia. Essa orientação teve impactos diretos no desmatamento e nas queimadas na região, que aumentaram expressivamente. Em 2019, o número de queimadas foi 84% maior do que em 2018, o que gerou uma crise ambiental com repercussão internacional (Autor, 2021).

No entanto, o governo minimizou a situação, atribuindo os incêndios a causas naturais e atacando Organizações Não Governamentais (ONGs) e países europeus que pressionavam por medidas mais rigorosas. A exoneração de Ricardo Galvão, então diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), após a divulgação dos dados sobre o aumento do desmatamento, reforçou preocupações sobre a transparência dos dados ambientais e o uso de informações científicas na formulação de políticas públicas.

Paralelamente, a crise ambiental gerou atritos diplomáticos, especialmente com França, Alemanha e Noruega, que ameaçaram suspender repasses financeiros ao Fundo Amazônia. Além disso, houve questionamentos sobre a relação entre o avanço do desmatamento e a busca por benefícios econômicos para o setor agropecuário (Autor, 2021). A aliança entre Bolsonaro e o agronegócio se traduziu em uma política ambiental marcada pelo desmonte de órgãos de fiscalização, pela facilitação da exploração da Amazônia e pelo afrouxamento da legislação ambiental.

Este estudo tem como objetivo discutir os impactos do licenciamento de agrotóxicos no Brasil, com uma análise detalhada dos 97 agrotóxicos inéditos aprovados durante a gestão Bolsonaro,

entre 2019 e 2022. São apresentados os nomes comerciais dos produtos, seus princípios ativos, suas funções, classificações junto à ANVISA e ao IBAMA, os números dos Diários Oficiais com seus licenciamentos, as situações na União Européia (UE) e nos Estados Unidos da América (EUA), sua solubilidade em água e informações contidas nas bulas dos produtos.

A crescente preocupação com o impacto ambiental e à saúde humana causado pelo uso de agrotóxicos no Brasil torna essencial a análise detalhada das políticas de regulação desses produtos. Este estudo busca contribuir para o debate sobre a regulação dos agrotóxicos no país, destacando os potenciais riscos associados ao seu uso, promovendo maior transparência no processo de licenciamento e ampliando a conscientização da sociedade sobre as implicações dessas substâncias para a saúde pública e o meio ambiente. A seguir são abordados assuntos disponíveis na literatura especializada relacionados aos agrotóxicos, desde suas definições, até a discussão da tendência de aumento da liberação de agrotóxicos no Brasil.

## **Agrotóxicos**

O termo defensivo agrícola foi substituído por agrotóxico no Brasil em 1997 após grande mobilização da sociedade civil organizada. A mudança terminológica foi definida com objetivo de evidenciar a toxicidade desses produtos para o meio ambiente e a saúde humana (Brasil, 1997). Na língua inglesa, usualmente o termo correspondente para “agrotóxicos” são os “*pesticides*”. Assim, em alguns casos de traduções, os agrotóxicos são mencionados como “*pesticidas*”.

Os agrotóxicos se constituem como um grupo de produtos químicos heterogêneos nas culturas agrícolas para eliminar ou controlar pragas, doenças e plantas daninhas (Mostafalou e Abdollahi, 2017). O grupo de componentes conhecidos como agrotóxicos refere-se a substâncias utilizadas como inseticidas, fungicidas, herbicidas, raticidas, moluscicidas e nematicidas (Weiss et al., 2004).

O aumento da população mundial no século XX acarretou um crescimento paralelo na produção de alimentos. Atualmente, ao menos um terço dos produtos agrícolas que são produzidos depende da aplicação de agrotóxicos (Bernandes et al., 2015). Nesse sentido, os agrotóxicos desempenham um papel crítico na redução de doenças e no aumento da produtividade das culturas em todo o mundo e sua suspensão poderia acarretar uma perda de 78% da produção de frutas, 54% da produção de hortaliças e 32% da produção de cereais (Bernandes et al., 2015).

No entanto, os resíduos de pesticidas podem atingir o ambiente e a cadeia alimentar, tornando um risco potencial para a saúde humana (El Sherif et al., 2020) e para distintos organismos como aves, peixes, insetos não-pragas e plantas não-alvo, bem como ar, água e solo (Bernandes et al., 2015).

Segundo a ANVISA, os agrotóxicos podem ser classificados a partir de seu poder tóxico (Brasil, 2019), conforme indica a **Tabela 1**. Esta classificação é fundamental para o conhecimento da toxicidade de um produto do ponto de vista de seus efeitos agudos.

**Tabela 1**– Classificação toxicológica dos agrotóxicos, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

| <b>Categoria</b> | <b>Toxicidade / faixa</b>                     | <b>Número de produtos</b> |
|------------------|-----------------------------------------------|---------------------------|
| Categoria 1      | Produto extremamente tóxico /Vermelha         | 43                        |
| Categoria 2      | Produto altamente tóxico /Vermelha            | 79                        |
| Categoria 3      | Produto moderadamente tóxico / Amarela        | 136                       |
| Categoria 4      | Produto pouco tóxico / Azul                   | 599                       |
| Categoria 5      | Produto improvável de causar dano agudo/ Azul | 899                       |
| Não classificado | Produto não classificado / Verde              | 168                       |
| Não informado    |                                               | 16                        |

Fonte: Brasil (2019).

A **Tabela 1** demonstra que existe muitos agrotóxicos registrados e disponíveis no Brasil. Somando os produtos moderadamente, altamente e extremamente tóxicos, são 258 produtos (Brasil, 2019). Como será discorrido no próximo item, existe uma tendência de aumento de liberação de agrotóxicos no país nos últimos anos.

Os agrotóxicos são responsáveis por diversas perturbações físico-químico-biológicas na natureza. Inicialmente, a contaminação pode ocorrer pela água nos ecossistemas aquáticos, por meio do vento, da chuva e da lixiviação no solo (Belchior et al., 2017). A contaminação da água é um problema alarmante por si só no território brasileiro. Recentemente, foi demonstrado que a água do abastecimento público de 454 municípios brasileiros apresentou contaminação por uma mistura de diferentes agrotóxicos acima dos

limites permitidos (Souza et al., 2020). Somente entre 2007 e 2014 foram registrados mais de 68 mil casos de intoxicação por agrotóxicos, correspondente a uma média de 23 intoxicações por dia no país (Souza et al., 2020). Em 2015, a região Noroeste do Brasil, consumiu 16 litros de agrotóxicos por pessoa. Assim, o Brasil ostenta o nada agradável posto de primeiro lugar no uso de substâncias químicas na agricultura (Silva e Santos, 2023).

Além do fato de termos contaminação por agrotóxicos em nossas águas de beber, o terceiro volume da pesquisa "Tem Veneno Nesse Pacote", produzida pelo Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), detectou que metade das amostras de 24 alimentos ultraprocessados, incluindo produtos com apelo ao público infantil, apresentaram resíduos de agrotóxicos (Idec, 2024). Os testes, realizados por um laboratório certificado pela Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE) do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), revelaram a presença desses resíduos em diversas categorias de produtos, destacando-se biscoitos maisena de marcas populares e hambúrgueres à base de plantas. O estudo destaca a preocupação com a presença persistente desses agrotóxicos, incluindo o glifosato, substância classificada como potencialmente cancerígena pela Organização Mundial da Saúde.

Uma vez em contato com o organismo animal, muitos agrotóxicos e seus metabólitos têm o potencial de interferir com processos biológicos, afetando mecanismos reprodutivos, fragilizando sistemas imunológicos e alterando rotas genéticas (Souza et al., 2020). Especificamente, os danos à saúde humana são diversos, como anomalias congênitas, câncer, disfunções na reprodução, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais (Belchior et al., 2017). Por exemplo, a fórmula que contém a associação de glifosato com a

substância 2,4-D, popularmente aplicada, pode alterar o desempenho sexual e a fertilidade, exercer efeitos tóxicos no feto e em lactentes e interferir no desenvolvimento motor, comportamental, intelectual, hormonal e imunológico, provocando inclusive aborto ou morte nos primeiros meses de vida (Gurgel et al., 2021).

Além do prejuízo para o ser humano, diversas outras espécies animais e ecossistemas podem ser prejudicados pelos agrotóxicos. Já está bem descrito que agrotóxicos induzem a dizimação de insetos voadores, como abelhas, afetando a polinização da vegetação nativa e ameaçando a própria produção agrícola (Souza et al., 2020). Além disso, agrotóxicos são nocivos aos predadores naturais, desestruturando grande parte da biodiversidade local. A própria alteração da composição do solo influencia de forma direta ou indireta a população da macro e microfauna (Belchior et al., 2017). Por fim, os agrotóxicos podem provocar o surgimento de patógenos super-resistentes e à proliferação de espécies que podem causar doenças (Gurgel et al., 2021).

Em contrapartida, o uso de ozônio, de adsorventes naturais e pesticidas botânicos tem sido considerado para minimizar os efeitos do uso dos agrotóxicos. O ozônio tem se mostrado como uma opção em potencial não só para a destruição de resíduos de agrotóxicos e melhora na qualidade do solo, mas também na própria desinfecção de alimentos, no tratamento da água, entre outros benefícios. Além de ser uma opção acessível financeiramente, sua capacidade de degradar os agrotóxicos sem causar impactos ao meio ambiente o torna uma opção para limpeza de resíduos de pesticidas no solo, água e alimentos (Aidoo et al., 2023).

A adsorção natural também tem se mostrado um método potencial para a eliminação da carga de agrotóxicos do meio



ambiente, especialmente quando implementada em larga escala (Bose et al., 2023). Adsorventes como carvão ativado e aqueles à base de plantas, subprodutos agrícolas, materiais de sílica, adsorventes poliméricos, estrutura orgânica metálica etc., estão sendo experimentados. Porém, foi identificado que adsorção natural que acontece após a aplicação do agrotóxico pode não ser suficiente para reduzir a carga de pesticidas. Nesse sentido, torna-se cada vez mais importante a escolha de adsorventes que não deixem nenhum poluente secundário, sendo que o tratamento e o custo de produção desses produtos devem ser viáveis (Bose et al., 2023).

Em substituição aos agrotóxicos convencionais, os pesticidas botânicos, como as plantas herbáceas são indicados por não causar dano a criaturas não-alvo e são financeiramente mais viáveis. A maioria dos pesticidas botânicos degrada-se em apenas alguns dias, ou até em poucas horas (Rajput et al., 2023). Organismos benéficos como as minhocas são menos propensos a serem afetados pelos biopesticidas. Cada planta herbácea tem um efeito diferente, uma vez que cada uma conta seu próprio constituinte químico (Rajput et al., 2023).

### **Aumento da liberação de agrotóxicos no Brasil**

Foi demonstrado no item anterior que, embora os agrotóxicos tenham trazido benefícios para a humanidade, chama atenção o seu potencial danoso ao meio ambiente. É importante que órgãos regulamentadores federais avaliem rigorosamente caso a caso o uso de agrotóxicos antes de sua liberação para comercialização e aplicação no meio ambiente. No Brasil, tanto a ANVISA (Anvisa, 2023), como o IBAMA (Ibama, 2023) são órgãos governamentais com

esta responsabilidade. Agências regulamentadoras de alguns países e blocos também são usadas como referências, por exemplo, no caso de um agrotóxico em questão já ter sido avaliado em outras localidades. Nos EUA a *U.S. Environmental Protection Agency* (EPA) (Epa, 2024) e na União Europeia a *European Food Safety Authority* (EFSA) (Efsa, 2024) são os órgãos regulamentadores para os agrotóxicos.

Nos últimos anos, tem ocorrido no Brasil um aumento substancial de liberação de agrotóxicos. Destaca-se o último ciclo do país sob liderança do presidente Jair M. Bolsonaro, considerado como período de “escalada” dos agrotóxicos (Silva e Santos, 2023). O governo Bolsonaro licenciou em seus quatro anos de mandato mais de dois mil produtos agrotóxicos, recorde para um governo desde 2003 (Salati, 2023). A **Figura 1** ilustra o número de agrotóxicos liberados por ano no Brasil desde 2000.

**Figura 1 – Liberações de agrotóxicos**



Fonte: Salati (2023).

A Figura 1 demonstra que houve um salto quantitativo da aprovação de agrotóxicos a partir do governo de Temer. Nos últimos anos do governo Bolsonaro o incremento foi ainda mais dramático (Silva e Santos, 2023; Salati, 2023).

Além da liberação de novos agrotóxicos, os conglomerados econômicos de produção de agroquímicos têm pressionado também para a reavaliação toxicológica de agrotóxicos; mudanças nos procedimentos de avaliação de toxicidade, risco e comunicação de risco; liberação tácita de agrotóxicos; flexibilização das regras de pulverização aérea; liberação do uso de agrotóxicos proibidos no Brasil em casos de emergência fitossanitária; revisão da Portaria de potabilidade da água; e autorização da queima de resíduos de agrotóxicos em fornos de cimenteiras (Gurgel et al., 2021). Por exemplo, produtos fabricados na China (35), Índia (11), Suíça (2), França (3) e Alemanha (1) foram aprovados no Brasil, apesar de não terem aprovação nestes países de origem (Gurgel et al., 2021).

Outro exemplo alarmante é que a lista de produtos “extremamente tóxicos” foi reduzida de 702 para 43 (Silva e Santos, 2023). Além disso, a distância mínima entre a pulverização de agrotóxicos e a população local foi aprovada para ser reduzida de 500 para 250 metros (Gurgel et al., 2021). Todas essas ações em conjunto têm um enorme potencial de provocar uma cadeia de efeitos danosos para o meio ambiente e para a saúde humana.

Outros gargalos podem interferir e prejudicar o processo de regulamentação e liberação dos agrotóxicos, quando comparadas práticas realizadas no Brasil com outros países: (1) no Brasil, o pedido de registro é avaliado por órgãos de três Ministérios (da Agricultura, da Saúde e do Meio ambiente), enquanto na China essa

responsabilidade é centralizada num único órgão do Ministério da Agricultura; (2) a taxa de registro mais baixa é cobrada no Brasil; (3) no Brasil não há encargos para manutenção, nem prazo para reavaliação do praguicida, enquanto nos EUA e Canadá a validade máxima dos registros é de 15 anos. Assim, isenções de taxas e não periodicidade de reavaliação do registro contribuem para o uso descontrolado de agrotóxicos no Brasil (Moura et al., 2020).

Cabe uma importante ressalva aqui. Se no governo Bolsonaro houve a “escalada” dos agrotóxicos, o atual presidente do Brasil, Luiz I. L. da Silva liberou ao longo do primeiro ano de seu terceiro mandato mais de 200 registros de substâncias agrotóxicas para uso em território nacional (Salomão, 2023). Portanto, é preciso jogar luz em direção ao tema de maneira isenta e apolítica, com foco principal na nossa saúde e no meio ambiente.

## **Metodologia**

Este estudo adota uma abordagem exploratória e descritiva para analisar os agrotóxicos licenciados no Brasil entre 2019 e 2022, período caracterizado pelo aumento expressivo na aprovação desses produtos. A pesquisa combina análise documental e experimentação, buscando compreender os impactos ambientais e regulatórios desses compostos.

## **Critérios de inclusão e exclusão dos agrotóxicos**

O critério de inclusão selecionou aqueles agrotóxicos licenciados durante governo Bolsonaro (01 de janeiro de 2019 até 31

de dezembro de 2022), no período definido como a “escalada” dos agrotóxicos (Silva e Santos, 2023; Salati, 2023).

O critério de exclusão escolhido para delimitar o universo de agrotóxicos foi de produtos não inéditos licenciados no Brasil neste período (2019-2022). A escolha do critério de exclusão visa o ineditismo e o pioneirismo do presente estudo, e eventualmente, para jogar luz nos critérios de licenciamento das agências regulamentadoras.

## **Resultados**

O critério de inclusão, agrotóxicos licenciados durante governo Bolsonaro, resultou em um universo de 2.182 agrotóxicos (Salati, 2023).

O critério de exclusão excluiu os produtos não inéditos licenciados no Brasil neste período e limitou o universo para um total de 98 agrotóxicos inéditos (Salati, 2023).

A Tabela 2 lista os 97 agrotóxicos inéditos aprovados no período selecionado (2019-2022). A saber, os 97 agrotóxicos inéditos, o(s) princípio(s) ativo(s) e a função(ões) de cada produto aprovados no período são: Acronis FS (Piraclostrobina + Tiofanato Metílico – Fungicida), Acronis UBS (Piraclostrobina + Tiofanato-metílico – Fungicida), Adengo (Tiencarbazona + Isoxaflutol – Herbicida), Adetus (Difenoconazol – Fungicida), Adexar (Fluxapiroxade + Epoxiconazol – Fungicida), Almane (Pinoxadem – Herbicida), Audaz (Fluxapiroxade + Oxicloreto de cobre – Fungicida), Aumenax (Fluxapiroxade + Oxicloreto de cobre – Fungicida), Axial (Pinoxadem – Herbicida), Azimut / Custodia (Tebuconazol + Azoxistrobina – Fungicida).

Ainda consta os produtos: BarkMax (Neoseiulus barkeri – Acaricida), Barus 339 SC (Tiafenacil – Herbicida), Belanty (Cevya) (Mefentrifluconazole – Fungicida), Belyan (Mefentrifluconazol + Piraclostrobina + Fluxapiroxade – Fungicida), Bevorim (Fipronil + Piraclostrobina + Alfa-cipermetrina – Inseticida e Fungicida), Bionema (Bacillus velezensis – Fungicida e Nematicida), Biostat WP (Purpureocillium lilacinum – Nematicida), Chaser EC (Tolfenpirade – Inseticida), Chaser EW (Tolfenpirade – Inseticida), Closer (Sulfoxaflor – Inseticida), Closer SC (Sulfoxaflor – Inseticida), Creavis (Pidiflumetofem – Fungicida), Crevixar (Mefentrifluconazol + Piraclostrobina + Fluxapiroxade – Fungicida), Cropper BR (Fluxapiroxade + Mancozebe + Protioconazol – Fungicida), Dinno (Dinotefuran – Inseticida), Divex (Fluxapiroxade + Clorotalonil – Fungicida), Elestal 300 SC (Espiropidion – Inseticida), Entigris WG (Dinotefuran + Alfa-cipermetrina – Inseticida), Excalia Evo (Impirfluxam + Difenoconazol + Picoxistrobina – Fungicida), Excalia Max (Tebuconazol + Impirfluxam – Fungicida), Exor (Sulfoxaflor – Inseticida), Exor SC (Sulfoxaflor – Inseticida), Expedition (Sulfoxaflor + Lambda-Cialotrina – Inseticida), Fox Supra (Impirfluxam + Protioconazol – Fungicida).

Na sequência, soma-se os seguintes produtos: Goemon (Ciclaniliprole – Inseticida), Haffor (Sulfoxaflor + Lambda-Cialotrina – Inseticida), Hanaro (Bistriflurom – Inseticida), Hayate (Ciclaniliprole – Inseticida), Horos EC (Tebuconazol + Picoxistrobina – Fungicida), Ideus (Neoseiulus idaeus – Acaricida), Ileva (Fluopiram – Fungicida), Kamuy (Fenpyrazamine + Procimidona – Fungicida), Kenja (Isofetamida – Fungicida), Kitter (Tebuconazole – Fungicida), Kyojin (Flumioxazina – Herbicida), Lousal (Tebuconazol – Fungicida), Maxsan (Dinotefuran + Piriproxifem – Herbicida e

Inseticida), Melyra (Mefentrifluconazole + Piraclostrobina – Fungicida), Minex-neo (Neochrysocharis formosa – Inseticida), Miravis (Pidiflumetofem – Fungicida), Miravis Duo (Pidiflumetofem + Difenconazol – Fungicida), Miravis Top (Pidiflumetofem + Difenconazol – Fungicida), Muteki (Ciclaniliprole – Inseticida), Naria DM (Piraclostrobina + Dimetomorfe – Fungicida)

Em continuação, segue os produtos: Novum (Piraclostrobina + Tiofanato-metílico – Fungicida), Ommi EC (Tolfenpirade – Inseticida), Ommi EW (Tolfenpirade – Inseticida), Orondis Ultra (Oxatiapiprolim + Mandipropamida – Fungicida), Orvego ME (Ametoctradina + Metiram – Fungicida), Palivar (Mefentrifluconazol + Piraclostrobina + Fluxapiraxade – Fungicida), Paxeo (Halauxifeno Metílico + Diclosulam – Herbicida), Picatina Flora (Pidiflumetofem + Fludioxonil – Fungicida), Planity (Impirfluxam + Tebuconazol – Fungicida), Prolectus (Fenpyrazamine + Procimidona – Fungicida), Radis (Pinoxadem – Herbicida), Rentap (Fipronil + Alfacipermetrina + Piraclostrobina – Inseticida e Fungicida), Reviest (Impirfluxam + Protioconazol – Fungicida), Rinskor (Loyant) (Florpirauxifen-benzil – Herbicida), Rudder (Bacillus velezensis – Fungicida e Nematicida), Sedum (Pinoxadem + Clodinafopropargil – Herbicida), Seltima (Piraclostrobina – Fungicida), Sercadis (Fluxapiraxade – Fungicida), Simplar (Pidiflumetofem + Difenconazol – Fungicida), Sistiva (Fluxapiraxade – Fungicida), Standak Top UBS (Piraclostrobina + Tiofanato-Metílico + Fipronil – Fungicida e Inseticida), Starkle (Dinotefuran – Inseticida), Strike (Metamifope – Herbicida), Tamiz (Tebuconazol + Azoxistrobina – Fungicida), Tatius (Ciclaniliprole – Inseticida).

Por fim, tem-se os produtos: Teburaz (Tebuconazol – Fungicida), Terrador 339 SC (Tiafenacil – Herbicida), Texaro

(Halauxifeno Metílico + Diclosulam – Herbicida), Valente Prime (Fluopiram – Fungicida), Valtar (Cinamaldeído – Fungicida), Veldara (Piraclostrobina + Fluxapirroxade – Fungicida), Verango Prime (Fluopiram – Fungicida), Verter (Sulfoxaflor – Inseticida), Verter SC (Sulfoxaflor – Inseticida), Vinseto (Afidopiropeno – Inseticida), Voga (Piraclostrobina – Fungicida), Yamato (Piroxasulfona – Herbicida), Zampro DM (Ametotradina + Dimetomorfe – Fungicida), Zenby (Isofetamida – Fungicida), Zeus (Dinotefuran + Lambda-cialotrina – Herbicida e Inseticida), Zorvec Enicade (Oxatiapiprolim – Fungicida), Zorvec Entido (Dimetomorfe + Oxatiapiprolina – Fungicida), Zorvec Zelavin (Oxatiapiprolim – Fungicida).

Essa Tabela apresenta 97 e não 98 produtos, pois, após revisão, foi constatado que um dos produtos, o “Cronos OD BR” foi licenciado antes de 2019 (portanto, antes da época delimitadora).

Assim, o critério de exclusão revisado limitou o universo para um total de 97 agrotóxicos inéditos neste período. Para a produção da tabela 2, foi realizada uma pesquisa extensa nas bulas de agrotóxicos, com o objetivo de identificar o nome comercial, a classificação toxicológica dos produtos junto ao IBAMA e à ANVISA, bem como a situação do registro no Diário Oficial da União e o status de aprovação desses agrotóxicos, assim como a solubilidade em água. Todas as fontes utilizadas encontram-se devidamente referenciadas na seção de referências finais deste trabalho.



**Tabela 2 - Produtos agrotóxicos inéditos**

| Nome comercial   | Classificação Anvisa * | Classificação Ibama | Diário oficial da União | Aprovado na UE ? # | Aprovado nos EUA? # | Solúvel em água? |
|------------------|------------------------|---------------------|-------------------------|--------------------|---------------------|------------------|
| Acronis FS       | PT                     | Muito perigoso      | Ato nº31, 04/05/2020    | Sim                | Sim                 | Sim              |
| Acronis UBS      | PT                     | Muito perigoso      | Ato nº43, 01/09/2022    | Sim                | Sim                 | Não              |
| Adengo           | IC                     | Muito perigoso      | Ato nº9, 22/02/2021     | Sim                | Sim                 | Sim              |
| Adetus           | PT                     | Muito perigoso      | Ato nº31, 28/06/2022    | Sim                | Sim                 | Sim              |
| Adexar           | PT                     | Muito perigoso      | Ato nº26, 28/05/2021    | Sim                | Sim                 | Sim              |
| Almane           | PT                     | Perigoso            | Ato nº64, 28/12/2022    | Sim                | Sim                 | Sim              |
| Audaz            | PT                     | Muito perigoso      | Ato nº24, 24/05/2022    | Sim                | Sim                 | Sim              |
| Aumenax          | PT                     | Muito perigoso      | Ato nº31, 04/05/2020    | Sim                | Sim                 | Sim              |
| Axial            | PT                     | Perigoso            | Ato nº64, 28/12/2022    | Sim                | Sim                 | Sim              |
| Azimut/ Custodia | PT                     | Muito perigoso      | Ato nº48, 10/11/2021    | Sim                | Não                 | Sim              |
| BarkMax          | Nca                    | Pouco perigoso      | Ato nº32, 16/07/2021    | Não avaliado       | Sim                 | Sim              |
| Barus 339 SC     | IC                     | Perigoso            | Ato nº64, 28/12/2022    | Não avaliado       | Não                 | Não              |
| Belanty (Cevya)  | IC                     | Perigoso            | Ato nº36, 27/07/2022    | Sim                | Sim                 | Sim              |
| Belyan           | IC                     | Muito perigoso      | Ato nº11, 25/02/2022    | Sim                | Sim                 | Sim              |
| Bevorim          | PT                     | Muito perigoso      | Ato nº24, 24/05/2022    | Não                | Não                 | Sim              |
| Bionema          | IC                     | Pouco perigoso      | Ato nº9, 22/02/2021     | Pendente           | Sim                 | Sim              |
| Biostat WP       | IC                     | Pouco perigoso      | Ato nº10, 23/02/2021    | Sim                | Sim                 | Sim              |
| Chaser EC        | M                      | Muito perigoso      | Ato nº41, 16/09/2021    | Não                | Sim                 | Sim              |
| Chaser EW        | M                      | Muito perigoso      | Ato nº4, 01/02/2021     | Não                | Sim                 | Sim              |
| Closer           | PT                     | Perigoso            | Ato nº48, 19/06/2019    | Sim                | Sim                 | Sim              |
| Closer SC        | PT                     | Perigoso            | Ato nº48, 19/06/2019    | Sim                | Sim                 | Sim              |
| Creavis          | IC                     | Muito perigoso      | Ato nº38, 12/08/2022    | Pendente           | Sim                 | Sim              |
| Crevixar         | IC                     | Muito perigoso      | Ato nº11, 25/02/2022    | Sim                | Sim                 | Sim              |

|                |     |                |                      |              |     |     |
|----------------|-----|----------------|----------------------|--------------|-----|-----|
| Cropper BR     | IC  | Muito perigoso | Ato nº23, 16/05/2022 | Sim          | Sim | Sim |
| Dinno          | M   | Muito perigoso | Ato nº46, 05/08/2020 | Não          | Sim | Sim |
| Divex          | M   | Muito perigoso | Ato nº11, 25/02/2022 | Não          | Sim | Sim |
| Elestal 300 SC | PT  | Perigoso       | Ato nº38, 12/08/2022 | Não avaliado | Sim | Não |
| Entigris WG    | NC  | Muito perigoso | Ato nº31, 28/06/2022 | Não          | Sim | Sim |
| Excalia Evo    | IC  | Muito perigoso | Ato nº43, 01/09/2022 | Pendente     | Sim | Sim |
| Excalia Max    | NC  | Muito perigoso | Ato nº19, 25/04/2022 | Pendente     | Não | Sim |
| Exor           | PT  | Perigoso       | Ato nº48, 19/06/2019 | Sim          | Sim | Sim |
| Exor SC        | PT  | Perigoso       | Ato nº48, 19/06/2019 | Sim          | Sim | Sim |
| Expedition     | M   | Muito perigoso | Ato nº62, 13/09/2019 | Sim          | Sim | Sim |
| Fox Supra      | PT  | Muito perigoso | Ato nº11, 25/02/2022 | Pendente     | Sim | Sim |
| Goemon         | NC  | Muito perigoso | Ato nº32, 16/07/2021 | Sim          | Sim | Sim |
| Haffor         | M   | Muito perigoso | Ato nº62, 13/09/2019 | Sim          | Sim | Sim |
| Hanaro         | IC  | Pouco perigoso | Ato nº20, 26/04/2022 | Não avaliado | Sim | Sim |
| Hayate         | NC  | Muito perigoso | Ato nº42, 21/09/2021 | Não          | Sim | Sim |
| Horos EC       | M   | Muito perigoso | Ato nº31, 04/05/2020 | Não          | Não | Sim |
| Ideus          | Nca | Pouco perigoso | Ato nº32, 16/07/2021 | Não avaliado | Sim | Sim |
| Ilevo          | PT  | Perigoso       | Ato nº62, 13/09/2019 | Sim          | Sim | Sim |
| Kamuy          | IC  | Muito perigoso | Ato nº26, 28/05/2021 | Não          | Não | Sim |
| Kenja          | NC  | Muito perigoso | Ato nº32, 16/07/2021 | Sim          | Sim | Sim |
| Kitter         | PT  | Muito perigoso | Ato nº47, 09/11/2021 | Sim          | Não | Não |
| Kyojin         | IC  | Perigoso       | Ato nº48, 17/08/2020 | Não          | Sim | Sim |
| Lousal         | PT  | Muito perigoso | Ato nº24, 09/04/2019 | Sim          | Não | Não |
| Maxsan         | IC  | Muito perigoso | Ato nº70, 02/10/2019 | Não          | Não | Sim |
| Melyra         | PT  | Muito perigoso | Ato nº50, 21/10/2022 | Sim          | Sim | Sim |
| Minex-neo      | Nca | Pouco perigoso | Ato nº32, 16/07/2021 | Não avaliado | Sim | Sim |
| Miravis        | PT  | Muito perigoso | Ato nº31, 28/06/2022 | Pendente     | Sim | Sim |

|                  |    |                |                      |              |     |     |
|------------------|----|----------------|----------------------|--------------|-----|-----|
| Miravis Duo      | PT | Muito perigoso | Ato nº31, 28/06/2022 | Pendente     | Sim | Sim |
| Miravis Top      | PT | Muito perigoso | Ato nº43, 01/09/2022 | Pendente     | Sim | Sim |
| Muteki           | NC | Muito perigoso | Ato nº42, 21/09/2021 | Não          | Sim | Sim |
| Naria DM         | NC | Muito perigoso | Ato nº6, 02/02/2022  | Não          | Sim | Sim |
| Novum            | PT | Muito perigoso | Ato nº29, 29/04/2019 | Sim          | Sim | Não |
| Ommi EC          | M  | Muito perigoso | Ato nº39, 01/09/2021 | Não          | Sim | Sim |
| Ommi EW          | M  | Muito perigoso | Ato nº27, 31/05/2021 | Não          | Sim | Sim |
| Orondis Ultra    | NC | Perigoso       | Ato nº11, 25/02/2022 | Sim          | Sim | Sim |
| Orvego ME        | NC | Muito perigoso | Ato nº38, 12/08/2022 | Não          | Não | Sim |
| Palivar          | IC | Muito perigoso | Ato nº11, 25/02/2022 | Sim          | Sim | Sim |
| Paxeo            | NC | Muito perigoso | Ato nº47, 09/11/2021 | Não          | Sim | Sim |
| Picatina Flora   | NC | Muito perigoso | Ato nº45, 09/09/2022 | Pendente     | Sim | Sim |
| Planity          | IC | Muito perigoso | Ato nº18, 14/04/2022 | Pendente     | Não | Sim |
| Prolectus        | IC | Muito perigoso | Ato nº42, 21/09/2021 | Não          | Não | Sim |
| Radis            | PT | Perigoso       | Ato nº64, 28/12/2022 | Sim          | Sim | Sim |
| Rentap           | PT | Muito perigoso | Ato nº26, 28/05/2021 | Não          | Não | Sim |
| Reviest          | PT | Muito perigoso | Ato nº59, 16/12/2022 | Pendente     | Sim | Não |
| Rinskor (Loyant) | M  | Perigoso       | Ato nº42, 19/06/2019 | Não avaliado | Sim | Sim |
| Rudder           | IC | Pouco perigoso | Ato nº9, 22/02/2021  | Pendente     | Sim | Sim |
| Sedum            | IC | Muito perigoso | Ato nº64, 28/12/2022 | Sim          | Sim | Sim |
| Seltima          | PT | Muito perigoso | Ato nº32, 16/07/2021 | Sim          | Sim | Sim |
| Sercadis         | IC | Muito perigoso | Ato nº55, 23/12/2021 | Sim          | Sim | Sim |
| Simplar          | PT | Muito perigoso | Ato nº31, 28/06/2022 | Pendente     | Sim | Sim |
| Sistiva          | IC | Muito perigoso | Ato nº64, 28/12/2022 | Sim          | Sim | Sim |
| Standak Top UBS  | PT | Muito perigoso | Ato nº43, 27/07/2020 | Não          | Não | Não |
| Starkle          | M  | Muito perigoso | Ato nº46, 05/08/2020 | Não          | Sim | Sim |
| Strike           | IC | Perigoso       | Ato nº57, 02/12/2022 | Não          | Sim | Sim |

|                 |    |                |                      |              |     |     |
|-----------------|----|----------------|----------------------|--------------|-----|-----|
| Tamiz           | NC | Muito perigoso | Ato nº55, 25/11/2022 | Sim          | Sim | Sim |
| Tatius          | NC | Muito perigoso | Ato nº42, 21/09/2021 | Não          | Sim | Sim |
| Teburaz         | PT | Muito perigoso | Ato nº19, 25/04/2022 | Sim          | Não | Sim |
| Terrador 339 SC | IC | Perigoso       | Ato nº64, 28/12/2022 | Não avaliado | Sim | Não |
| Texaro          | NC | Muito perigoso | Ato nº31, 28/06/2022 | Não          | Sim | Sim |
| Valente Prime   | PT | Perigoso       | Ato nº62, 13/09/2019 | Sim          | Sim | Sim |
| Valtar          | PT | Pouco perigoso | Ato nº42, 21/09/2021 | Pendente     | Sim | Sim |
| Veldara         | M  | Muito perigoso | Ato nº36, 15/08/2021 | Sim          | Sim | Sim |
| Verango Prime   | PT | Perigoso       | Ato nº62, 13/09/2019 | Sim          | Sim | Sim |
| Verter          | PT | Perigoso       | Ato nº48, 19/06/2019 | Sim          | Sim | Sim |
| Verter SC       | PT | Perigoso       | Ato nº48, 19/06/2019 | Sim          | Sim | Sim |
| Vinseto         | M  | Perigoso       | Ato nº64, 28/12/2022 | Não          | Sim | Sim |
| Voga            | PT | Muito perigoso | Ato nº42, 21/09/2021 | Sim          | Sim | Sim |
| Yamato          | IC | Perigoso       | Ato nº48, 17/08/2020 | Não          | Sim | Sim |
| Zampro DM       | PT | Muito perigoso | Ato nº11, 25/02/2022 | Sim          | Sim | Sim |
| Zenby           | NC | Muito perigoso | Ato nº42, 21/09/2021 | Sim          | Sim | Sim |
| Zeus            | M  | Muito perigoso | Ato nº70, 02/10/2019 | Não          | Sim | Não |
| Zorvec Enicade  | IC | Muito perigoso | Ato nº31, 28/06/2022 | Sim          | Sim | Sim |
| Zorvec Entido   | PT | Muito perigoso | Ato nº55, 23/12/2021 | Sim          | Sim | Sim |
| Zorvec Zelavin  | IC | Muito perigoso | Ato nº31, 28/06/2022 | Sim          | Sim | Sim |

\* (PT) Pouco Tóxico; (IC) Improvável de causar dano agudo; (NCa) Não Classificado (agente biológico); (M) Moderado; (NC) Não classificado.

# para produtos agrotóxicos com mais de um princípio ativo, a resposta sim contempla aprovação de todos os princípios ativos e a resposta não contempla não aprovação em ao menos um dos princípios ativos.

Fontes: dos autores (2025).

## Discussão

Os dados apresentados neste estudo confirmam a tendência de aumento na liberação de agrotóxicos no Brasil entre 2019 e 2022, com um total de 2.182 novos registros. Esse crescimento na liberação de agrotóxicos levanta questionamentos sobre a efetividade das políticas de regulamentação e fiscalização desses produtos (Franco e Palaez, 2016) tendo em vista o impacto de interesses econômicos na definição das políticas agrícolas e ambientais no Brasil (Souza et al. 2020).

A seleção dos 97 agrotóxicos inéditos para análise experimental revelou que a maioria deles possui elevada toxicidade e alta solubilidade em água, ampliando seu potencial de contaminação ambiental, sendo que diversos produtos foram aprovados no Brasil mesmo sem autorização na União Européia ou nos EUA. Nesse contexto, merece destaque à atuação das empresas transnacionais produtoras de agrotóxicos, muitas delas sediadas em países que mantêm legislações ambientais mais restritivas, como os da União Europeia. Reconhecidas por proibirem internamente substâncias nocivas, tais corporações comercializam agrotóxicos em países do Sul Global, como o Brasil, onde a regulação é mais permissiva.

A pesquisadora Larissa Bombardi (2023) nomeou esse padrão regulatório de Colonialismo químico, conceito que evidencia como a dominação que antes, se expressava pela força militar e pela expropriação territorial, hoje se manifesta pela imposição de modelos agrícolas dependentes de insumos tóxicos. Tal dinâmica, segundo aponta a autora (2023), retrata a posição subordinada do Brasil e demais países sul-americanos a economia global, que transforma as

nações subdesenvolvidas e/ou emergentes em territórios de destino para substâncias proibidas em seus países de origem. Além de exarcebar os ricos à saúde da população e à biodiversidade, a prática perpetua as desigualdades estruturais e aprofunda a dependência em relação ao agronegócio exportador.

Alguns exemplos dessa prática incluem:

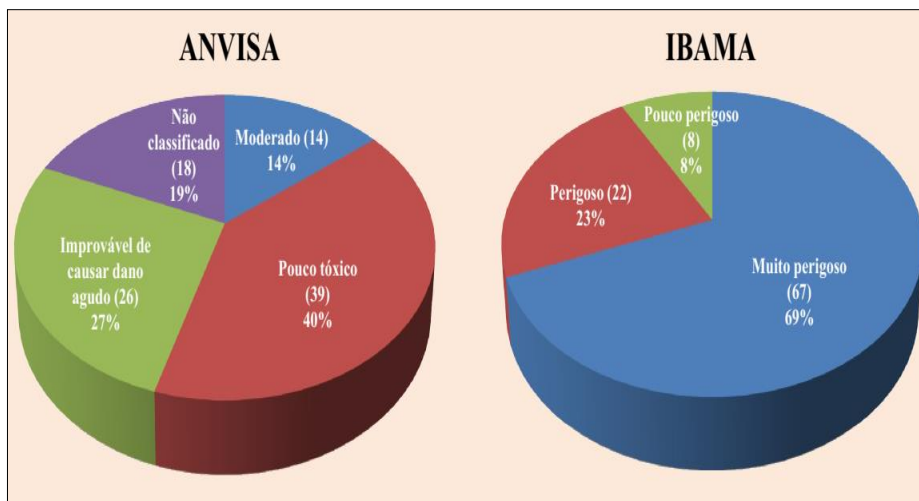
- Fipronil (encontrado no Bevorim, no Rentap e no Standak Top UBS) – banido na UE devido a seus impactos sobre populações de abelhas e ao risco ambiental (Bertuzzo, 2023).
- Glifosato + 2,4-D – O glifosato, apesar de amplamente utilizado no mundo, enfrenta restrições na UE e nos EUA devido ao seu potencial cancerígeno. No Brasil, seu uso segue autorizado, mesmo com estudos apontando riscos à saúde humana (Cee Fiocruz, 2019).
- Tebuconazol – Fungicida utilizado em diversas formulações no Brasil (como Lousal, Kitter, Horos, Tamiz, entre outros), mas que tem restrições na UE devido a seus impactos hormonais (Cee Fiocruz, 2023).

Além disso, 67 desses agrotóxicos foram classificados como "muito perigosos" para o meio ambiente pelo IBAMA, evidenciando o alto risco ambiental de sua utilização. Somando os classificados como "muito perigosos" com aqueles classificados como "perigosos", para o IBAMA, 89 dos 97 agrotóxicos apresentam risco de contaminação ambiental concreta. Quanto à toxicidade para a saúde humana, de acordo com a classificação da ANVISA, a maioria dos produtos foi classificada como Pouco Tóxico (39), seguida daqueles considerados Improváveis de Causar Dano Agudo (26). Além disso, um grupo significativo foi enquadrado como Moderado (14), enquanto outros foram classificados como Não Classificados (15) e Não Classificados

– Agente Biológico (3). Essa distribuição evidencia a predominância de substâncias de baixa toxicidade aguda, mas também destaca a presença de produtos com potencial moderado de impacto à saúde e ao meio ambiente.

A **Figura 2** traz a classificações por percentual dos 97 agrotóxicos inéditos licenciados no Brasil entre 2019 e 2022 segundo os órgãos responsáveis pela regulamentação no Brasil,

**Figura 2 – Classificações por percentual dos 97 agrotóxicos inéditos licenciados no Brasil entre 2019 e 2022**



Fonte: dos autores

O fato de que esses produtos não são aprovados em outros países reforça a necessidade de reavaliar os critérios de liberação no Brasil. Além disso, a ausência de uma reavaliação periódica no país pode resultar na manutenção do uso de substâncias perigosas mesmo diante de novas evidências científicas, o que contraria a tendência global de maior rigor na aprovação e monitoramento desses produtos. Diante desse contexto de flexibilização regulatória, torna-se essencial aprofundar o debate sobre a necessidade de um acordo internacional para o controle de agrotóxicos, evidenciar a relação

entre o cultivo de variedades transgênicas e o aumento do uso dessas substâncias, além de analisar as perspectivas dos movimentos de resistência à flexibilização das normas. Esse debate ganha ainda mais relevância com a promulgação da Lei nº 14.785/2023, que manteve a possibilidade de registros de agrotóxicos por tempo indeterminado, sem a exigência de reavaliações periódicas obrigatórias, conforme já estabelecido na Lei nº 7.802/1989 (Hess et al., 2024).

Os resultados reforçam a necessidade de buscar alternativas mais seguras para substituir os agrotóxicos convencionais. Estratégias sustentáveis, como o uso de pesticidas botânicos, adsorventes naturais e tratamento com ozônio, podem minimizar os impactos ambientais e reduzir a exposição humana a substâncias químicas nocivas (Aidoo et al., 2023). O uso de defensivos biológicos e técnicas agrícolas regenerativas, como a agroecologia, também se apresentam como caminhos viáveis para reduzir a dependência dos agrotóxicos sintéticos. No entanto, a adoção dessas práticas exige apoio governamental e incentivo à pesquisa para viabilizar sua implementação em larga escala.

## **Considerações finais**

O período de 2019 a 2022, conhecido como a "escalada dos agrotóxicos", resultou em um aumento significativo na disponibilidade de pesticidas no Brasil, incluindo produtos que não foram aprovados pela União Europeia e pelos Estados Unidos devido aos seus potenciais riscos ambientais e à saúde humana. Esse cenário acendeu um alerta sobre os impactos desses produtos



químicos, tanto no ecossistema quanto na população, exigindo um debate aprofundado sobre sua regulamentação e controle.

A flexibilização na aprovação e no registro de novos agrotóxicos, após a aprovação da Lei nº 14.785/2023 manteve a possibilidade de registros de agrotóxicos por tempo indeterminado, sem a exigência de reavaliações obrigatórias, o que pode comprometer a atualização das informações sobre a toxicidade dessas substâncias. A pesquisa realizada evidencia a complexidade dos impactos dos agrotóxicos, destacando a intersecção entre fatores ambientais, sociais e de saúde pública. A metodologia adotada, baseada na revisão sistemática da literatura e na análise de dados secundários, possibilitou uma compreensão abrangente dos efeitos dessas substâncias, permitindo identificar padrões de uso, vulnerabilidades populacionais e lacunas regulatórias.

Com base nos dados apresentados na tabela que reúne informações do IBAMA e da ANVISA, observa-se uma discrepância entre a classificação de risco ambiental e toxicológico dos agrotóxicos e sua permissão para uso no Brasil. A divergência entre os riscos identificados e as decisões regulatórias aponta para a influência de interesses econômicos na formulação das políticas públicas, tornando essencial um debate mais transparente e fundamentado sobre o uso de agrotóxicos no Brasil.

## Referências

AIDOO, O. F.; OSEI-OWUSU, J.; CHIA, S. Y.; DOFUOR, A. K.; ANTWI-AGYAKWA, A. K.; OKYERE, H.; AGYEKUM, A.; MOYSE, O.; MOHAMMED, A. I.; APPIAH, G. N. Remediation of pesticide residues using ozone: a comprehensive overview. **Science of the Total Environment**, v. 894, p. 164933, 2023.

AHMED, N.; IBRAHIM, M. A. R.; ABDEL-SALAM, K. A.; et al. The binary mixtures of lambda-cyhalothrin, chlorfenapyr, and abamectin, against the house fly larvae, *Musca domestica* L. **Molecules**, v. 27, n. 10, 2022.

BELCHIOR, D. C. V.; SARAIVA, A. S.; LÓPEZ, A. M. C.; SCHEIDT, G. N. Impacts of pesticides on the environment and on human health. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 135-151, 2017.

BERNARDES, M. F. F.; PAZIN, M.; PEREIRA, L. C.; DORTA, D. J. Impact of pesticides on environmental and human health. In: ANDREAZZA, A. C.; SCOLA, G. (ed.). **Toxicology studies – cells, drugs and environment**. Londres: InTech, 2015. p. 195-233.

BERTUZZO, B. T. O uso de agrotóxicos e a pulverização aérea no Brasil: a conjuntura dos desastres e as consequências de um acordo comercial entre União Europeia e Mercosul. **Debater a Europa**, n. 26/27, p. 63-80, 2023.

BOMBARDI, Larissa. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. Editora Elefante: São Paulo 2023.

BOSE, S.; SENTHIL KUMAR, P.; RANGASAMY, G.; PRASANAMEDHA, G.; KANMANI, S. A review on the applicability of adsorption techniques for remediation of recalcitrant pesticides. **Chemosphere**, v. 313, p. 137481, 2023.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA FIOCRUZ – CEE. Glifosato, um provável carcinógeno liberado no Brasil. Brasil: **Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz**, 2019. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1086>. Acesso em: 7 mar. 2024.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA FIOCRUZ - CEE. Brasil é um dos principais receptores de agrotóxicos proibidos na União Europeia. Brasil: Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, 2023. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=brasil-e-um-dos-principais-receptores-de-agrotoxicos-proibidos-na-uniao-europeia>. Acesso em: 7 mar. 2024.

EL SHERIF, D. F.; SOLIMAN, N. H.; ALSHALLASH, K. S.; AHMED, N.; IBRAHIM, M. A. R.; ABDEL-SALAM, K. A.; et al. The binary mixtures of lambda-cyhalothrin, chlorfenapyr, and abamectin, against the house fly larvae, *Musca domestica* L. **Molecules**, v. 27, n. 10, 2022.

FERNANDES, C. M; CAMPOS, M. M. de; CARDOSO, V. A. M. Desmatamento e crise ambiental. Uma análise do enquadramento das

políticas públicas na mídia digital. (2021). **Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación**, v. 8, p. 5, p. 469-495, 2021.

FIRMIANO, F. D. “Quem lamenta os estragos – se os frutos são prazeres?” O bloco de poder agro do governo Bolsonaro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 364-387, 2020.

GURGEL, A. M.; GUEDES, C. A.; FRIEDRICH, K. Flexibilization of the pesticide regulatory policy as an opportunity for Brazilian (necro)politics: advances in agribusiness and setbacks for health and the environment. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 57, p. 135-159, 2021.

HESS, S. C.; BOMBARDI, L. M.; NODARI, R. O.; SOARES, M. R.; MEIRELLES, L. C.; MUA, C. T. B.; et al. Agrotóxicos no Brasil: cenários de políticas sinistras. **Revista da ANPEGE**, v. 20, n. 42, p. 1-29, 2024

MOSTAFLALOU, S.; ABDOLLAHI, M. Pesticides: an update of human exposure and toxicity. **Archives of Toxicology**, v. 91, n. 2, p. 549-599, 2017.

MOURA, A. C. C.; MACHADO, F. F.; COSTA, A. C. M.; SANCHES, C.; CHEQUER, F. M. D. Comparative analysis of the process of official registration of pesticides in Brazil with others at the international level: narrative review of the literature. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 8, n. 1, p. 1-7, 2020.

RAJPUT, S.; SHARMA, P.; MALVIYA, R. Utilization of herbal components as insecticidal and repellent effects. **Recent Advances in Food, Nutrition and Agriculture**, v. 14, n. 3, p. 144-154, 2023.

SANTOS, F.; TANSCHKEIT, T. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia Internacional**, n. 99, p. 151-186, 2019.

SILVA, E. M.; SANTOS, J. S. The “escalation” of pesticides in the Bolsonaro government. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 2, e-6628321, 2023

SOUZA, M. M. O.; GURGEL, A. M.; FERNANDES, G. B.; MELGAREJO, L.; BITTENCOURT, N. A.; FRIEDRICH, K. Agrotoxins and GMOs: socioenvironmental setbacks and conservative advances in the Bolsonaro government. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 319-352, 2020.

WEISS, B.; AMLER, S.; AMLER, R. W. **Pesticides. Pediatrics**, v. 113, supl. 4, p. 1030-1036, 2004.

Recebido para publicação em 09/04/2025

Aceito para publicação em 12/09/2025

**FAZENDAS VERTICAIS NA  
SEMIPERIFERIA DO CAPITALISMO:  
REPENSANDO FUTUROS  
ALIMENTARES COMO ESTRATÉGIA  
DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS  
METRÓPOLES BRASILEIRAS**

*VERTICAL FARMS IN THE SEMI-  
PERIPHERY OF CAPITALISM:  
RETHINKING FOOD FUTURES AS A  
STRATEGY FOR THE PRODUCTION OF  
SPACE IN BRAZILIAN METROPOLISES*

*GRANJAS VERTICALES EN LA  
SEMIPERIFERIA DEL CAPITALISMO:  
REPENSANDO FUTUROS ALIMENTARIOS  
COMO ESTRATEGIA DE PRODUCCIÓN DEL  
ESPACIO EN LAS METRÓPOLIS  
BRASILEÑAS*

Claudia Rochael Oliveira  
Universidade Federal do Espírito Santo  
rochaelclaudia@hotmail.com

**Resumo:**

Na literatura sobre fazendas verticais (FVs) – uma tipologia da agricultura urbana (AU) – o discurso dominante destaca seu papel indispensável em cidades sustentáveis. No entanto, sem mudanças estruturais para reduzir as desigualdades sociais, essa suposta sustentabilidade permanece difícil de ser concretizada. De fato, as críticas à AU apontam para sua contribuição à gentrificação, à racialização do espaço, bem como sua vulnerabilidade ao capital imobiliário. Este artigo busca provocar uma discussão menos tecnicista sobre as FVs, situando-as no contexto das utopias alimentares e defendendo sua apropriação por movimentos sociais. Revisamos a literatura sobre produção do espaço, conectando a tecnologia das FVs às disputas pelo uso da terra entre o setor imobiliário e o agronegócio. Argumentamos que a FV pode sustentar uma postura crítica em relação à agricultura convencional, baseado na sua produção local de alimentos e em seu potencial para convergir movimentos de moradia e justiça alimentar, tornando-se um catalisador para utopias urbanas.

**Palavras-chave:** Agricultura urbana, Fazendas verticais, Produção do espaço, Utopias alimentares, Utopias urbanas.

Terra Livre

São Paulo

Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025

ISSN: 2674-8355



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

In the literature on vertical farms (VFs) – a typology of urban agriculture (UA) – the dominant discourse highlights their indispensable role in sustainable cities. However, without structural changes to reduce social inequalities, this assumed sustainability remains difficult to realize. Indeed, critiques on UA point to its contribution to gentrification, racialization of space, as well as its vulnerability to the real estate capital. This article seeks to provoke a less technicist discussion of VFs, situating them within the context of food utopias and advocating their appropriation by social movements. We reviewed the literature on production of space, connecting VF technology to land-use disputes between real estate industry and agribusiness. We argue that VFs can sustain a critical attitude toward conventional agriculture, based on their local food production and their potential to converge housing and food justice movements, becoming a catalyst for urban utopias.

**Keywords:** Food utopias, Production of space, Urban agriculture, Urban utopias, Vertical farms.

**Resumen:**

En la literatura sobre las granjas verticales (GV) – una tipología de la agricultura urbana (AU) – predomina un discurso sobre su papel indispensable en las ciudades sostenibles. Sin embargo, sin cambios estructurales que reduzcan desigualdades sociales, esta sostenibilidad es ilusoria. De hecho, las críticas a la AU señalan su vínculo con gentrificación, racialización del espacio y su vulnerabilidad ante el capital inmobiliario. Fomentamos aquí un debate menos tecnicista, situando las GV en el contexto de las utopías alimentarias y abogando por su apropiación por movimientos sociales. Analizamos la producción del espacio, vinculando las GV con los conflictos por el uso de la tierra entre la industria inmobiliaria y el agronegocio. Sostenemos que las GV pueden mantener una crítica a la agricultura convencional, mediante producción local y su potencial para unir luchas por vivienda y justicia alimentaria, catalizando utopías urbanas.

**Palabras-clave:** Agricultura urbana, Granjas verticales, Producción del espacio, Utopías alimentarias, Utopías urbanas.

## Introdução

As cidades, como grandes consumidoras de recursos naturais e grandes poluidoras, vêm sendo foco de vários debates sobre sustentabilidade (Bonela, 2016). A defesa da agricultura urbana (AU), especialmente na forma de fazendas verticais (FVs), tem se tornado uma tendência nos discursos sobre soluções sustentáveis (Chatterjee, Debnath e Pal, 2020). Essa tecnologia promete banir o uso de pesticidas, reduzir em 95% o uso de água, em 60% o uso de fertilizantes e em até 90% a distância logística, além de apresentar uma produtividade de 100 a 400 vezes maior que no campo, entre outras vantagens, quando comparada à agricultura convencional (Exame, 2024; Pink Farms, 2022; Santos, 2020).

Na literatura, a AU é associada não somente à segurança alimentar, mas, principalmente, a um modo da sociedade participar das decisões sobre a cidade e não sucumbir à lógica dominante do capital – o que Lefebvre teorizou por meio de conceitos como direito à cidade e, de forma mais ampla, como direito à produção do espaço (Fantini, 2023; Lefebvre, 2006; Mancebo, 2016; Souza e Lopes, 2022). Segundo Souza e Lopes (2022) a AU não deve ser um fim em si mesma, mas deve ser uma via cooperativa e coordenada para mudanças estruturais, juntamente com outras práticas inovadoras que surgem na sociedade, sobretudo, nas cidades (Harvey, 2014).

O padrão capitalista de urbanização torna a AU bastante vulnerável, isso por causa da pressão da indústria imobiliária sobre o uso do solo (Barreto, 2013; Glowa, 2014). Nesse sentido, a disponibilidade de terra é um dos principais desafios para a produção de alimentos nas cidades (Specht et al., 2014). Para enfrentar essas dificuldades, muitos autores e empresas *startups*

têm apostado na tecnologia de FVs, já que nelas o cultivo é feito em coberturas ou dentro de prédios desocupados/ociosos<sup>1</sup> da cidade (Andrade, 2022; Hance, 2010; Despommier, 2013; Specht et al., 2014).

Aqui, pretendemos apontar algumas fragilidades e oportunidades da AU – sendo os processos de gentrificação uma das faces de sua natureza dialética – e sua tipologia fazenda vertical como um modo que propicia lutas sinérgicas de moradia, alimentação e emprego. Destacamos que, apesar das dificuldades associadas à cooptação das tecnologias pelo capitalismo, não devemos subestimar as potencialidades sociais inerentes às FVs e muito menos devemos deixar de pensar, como ferramentas críticas, utopias que as envolvam.

Este artigo objetiva instigar uma discussão menos técnica e/ou tecnicista das FVs, levantando questões sobre o tema além das já levantadas pelas engenharias, onde elas são mais comuns. Assim, buscamos inserir essa tecnologia em um contexto de utopias alimentares, chamando pela apropriação tecnológica da sociedade, principalmente, envolvendo movimentos sociais de agricultura urbana e de moradia. Para tal, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a produção do espaço, ligando a tecnologia de FVs às disputas do uso do solo no processo de urbanização capitalista.

Inicialmente, destacamos aspectos da urbanização capitalista que se apresentam como grandes desafios para a consolidação da AU baseada em solo e que, portanto, corroboram para o desenvolvimento de FVs. Em seguida, apresentamos um discurso mais crítico da agricultura urbana, salientando sua

---

1 Esse discurso, que pretende dar função aos espaços de obsolescência urbana, já é apropriado por movimentos sociais de moradia. Defendemos que a luta por moradia pode ganhar força por meio da apropriação tecnológica de FVs.

natureza dialética. Ou seja: sua capacidade de promover exclusão ou justiça social a depender do seu reconhecimento equivocado como capital de sustentabilidade (McClintock, 2018), da atuação dos movimentos sociais em relação ao seu uso (Fantini, 2023; Souza e Lopes, 2022) e da influência da indústria imobiliária nas pressões sobre o uso do solo (Barreto, 2013; Specht et al., 2014). Por fim, exploramos uma revisão bibliográfica mais utópica da produção do espaço por meio da qual expomos características das FVs que as diferenciam da agricultura convencional, como, por exemplo, a produção local de alimentos e a capacidade de articular movimentos sociais, sendo potentes fontes inspiradoras de utopias na cidade.

### **Pressupostos para a discussão da produção do espaço na agricultura urbana**

Desafios atuais referentes à sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e nutricional, mitigação da pobreza e uso adequado da terra têm motivado o desenvolvimento de soluções que possam transformar a cidade em um espaço de produção de alimentos (Chatterjee, Debnath e Pal, 2020), ou seja, têm motivado o desenvolvimento da agricultura urbana.

Antes de debatermos se a agricultura produzida na cidade pode atender ou não a esses desafios, é importante examinarmos certos fatos que se apresentam no padrão de urbanização capitalista – especialmente brutal nas metrópoles brasileiras e latino-americanas –, tais como a espoliação urbana, a especulação imobiliária, a renda da terra e a financeirização. Esses fatos ajudam a esclarecer a produção do espaço urbano, incluindo aí os processos de periferização e favelização a que a maioria da população brasileira, nas grandes cidades, está submetida (Clássico



[...], 2024). Aqui vale lembrar a extensão do problema por meio de Chakrabarty (2013): “absolutamente ninguém [...] tem ideia de como **um planeta de favelas** [...] acomodará sua sobrevivência biológica e muito menos suas inevitáveis aspirações a dignidade e felicidade básicas” (Davis, 2008 *apud* Chakrabarty, 2013, p.13, grifo nosso).

A espoliação urbana foi introduzida no vocabulário da sociologia brasileira pelo autor Lúcio Kowarick, em 1979, em seu livro que leva tal conceito como título<sup>2</sup>. Ao longo de sua vida acadêmica e intelectual, o autor repensou algumas vezes a noção de espoliação urbana, porém, independente de sua versão no tempo, o conceito sempre serviu de chave para o entendimento das questões urbanas nas grandes metrópoles brasileiras (Kowarick, 2000).

Em seus *Escritos Urbanos*, Kowarick (2000) chama a atenção para dois pontos importantes: (1) apesar de a espoliação urbana estar diretamente ligada à exploração do trabalho, não pode ser reduzida a ela e (2) a espoliação urbana não decorre apenas da pauperização do trabalhador, mas também “**da dinâmica das lutas e reivindicações ao acesso à terra, habitação e bens de consumo coletivo**” (Kowarick, 2000, p. 23, grifo nosso). Sempre insistindo nesses dois pontos, o autor define a espoliação urbana como:

[...] a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho, ou, o que é pior, da falta desta (Kowarick, 2000, p. 22).

---

2 Apesar de ser uma obra datada, ela apresenta uma enorme atualidade. Prova disso foi o lançamento de sua edição em inglês no ano de 2024. Ver Clássico [...] (2024).

O autor, ainda, apresenta como se deu ao longo do tempo a expansão industrial e da moradia da classe trabalhadora na cidade de São Paulo<sup>3</sup>, passando de uma maneira bastante adensada na década de 1930 – confundindo-se a vida nas fábricas e nos bairros operários – para um padrão periférico de ocupação do solo urbano a partir da década de 1960. Aqui, as casas autoconstruídas<sup>4</sup> pelos operários, nas periferias desprovidas de infraestrutura, eram unidas aos locais de emprego pelos ônibus – veículos mais flexíveis para o alcance dessas periferias – que foram substituindo os bondes paulatinamente a partir de 1940.

Nesse contexto histórico, Kowarick (2000) ainda destaca que as áreas mais próximas dos centros, em grande parte já equipadas, eram retidas para fins especulativos, gerando assim os chamados vazios urbanos que no futuro se valorizavam enormemente por meio de melhorias promovidas pelo Estado. Isso ilustra o que Lefebvre teorizava no início da década de 70 quando enunciou o conceito de produção do espaço, inovando significativamente quando trouxe à tona a ideia de que o espaço não é simples fato da natureza ou da cultura, mas, sim, produzido socialmente: “o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; [...]. Efeito de ações passadas, **ele permite ações, as sugere ou as proíbe**” (Lefebvre, 2006, p. 111-112, grifo nosso).

Portanto, a produção do espaço gera zonas que só podem ser destinadas às pessoas de maior poder aquisitivo e outras zonas que são as únicas às quais a população pobre tem acesso,

---

3 Interpretação que pode ser estendida para outras grandes cidades brasileiras e latino-americanas (Clássico [...], 2024).

4 A autoconstrução aumenta a jornada de trabalho em vários dias, exige a redução de despesas básicas e, ainda, outros braços da família submetidos a esse processo (Kowarick, 2000).

apresentando uma imensa injustiça na compensação entre o custo econômico e o ônus social para habitar essas zonas. Enquanto o custo econômico é alto nas zonas privilegiadas, por causa do preço da terra, o ônus social é baixíssimo, praticamente nulo por causa da infraestrutura e dos serviços públicos disponíveis. Enquanto o custo econômico é relativamente baixo nas zonas precarizadas, o ônus social é elevadíssimo por causa da espoliação urbana (Kowarick, 2000).

Daí decorre uma grande contradição urbana em que os custos de urbanização aumentam enormemente porque “sempre são geradas novas áreas longínquas e rarefeitas de população que deverão ser providas – algum dia – com um mínimo de serviços públicos” (Kowarick, 2000, p. 28). Como em uma roda-viva, essas áreas se valorizam economicamente por esses serviços e tendem a expulsar a maioria de sua população de remuneração mais baixa, transformando-se em áreas para uma população mais bem remunerada, ou seja, investimentos públicos em bens coletivos são realizados em prejuízo de significativa parcela da população.

Campos Júnior (2018) salienta que o problema do abismo existente entre o preço da moradia e a remuneração do trabalho não reside apenas no baixo salário, mas fundamentalmente em uma forma própria de elevação do preço de moradia proveniente de seu processo de produção como mercadoria, que é particular por englobar o monopólio da propriedade da terra. O autor chama a atenção para o foco que se dá ao argumento da especulação imobiliária na justificativa dos preços das moradias, pois isso pode mascarar importantes questões sobre a renda da terra na formação desses preços. Apesar de existir a especulação, não é somente isso

que está acontecendo no movimento da indústria imobiliária<sup>5</sup>.

Resumidamente:

[...] a propriedade da terra na produção de mercadoria tem que ser reposta como se fosse capital; por isso, instrumentalizada pela produção imobiliária, a propriedade da terra tem que incrementar a renda, mesmo que os lucros permaneçam normais, o que distancia de maneira permanente o trabalhador do acesso à moradia. Todavia, o lucro e os juros tendem a disputar esses acréscimos da renda da terra, o que torna abissal a diferença entre salário e moradia (Campos Júnior, 2018. p. 46).

Agora, mais do que nunca, o capital improdutivo e o capital fictício aparecem agindo no sentido de manter o trabalhador longe dos equipamentos urbanos e, muitas vezes, longe do acesso à comida saudável<sup>6</sup>. Ademais, aparecem extraindo horas e horas da vida do trabalhador na forma de tempo despendido em transportes públicos para acessar o trabalho.

Como Pereira (2018) explica, hoje em dia, a valorização do capital por meio da produção imobiliária é muito relevante para o capitalista, havendo muitos empecilhos para o capital manter-se somente da exploração do trabalho. O autor salienta que os problemas emergenciais na atualidade são os da urbanização planetária<sup>7</sup> e os da financeirização e questiona: “até que ponto seria a financeirização ou a produção do espaço que estaria

---

5 Considerações adicionais sobre o papel cegante da especulação imobiliária na formação do preço da terra podem ser encontradas em Pereira (2018).

6 Ver plataforma “Alimenta cidades” do governo federal para mais informações sobre desertos alimentares no Brasil, ou seja, sobre territórios onde há pouca oferta de alimentos saudáveis no país.

7 Para continuar o diálogo pluralista que nosso artigo pretende evocar, no intuito de imaginar caminhos alternativos para a produção do espaço urbano, recomendamos ver Brenner (2018).

proporcionando sobrevida ao atual complexo capitalista?” (Pereira, 2018, p. 65).

Fazendo uso desse contexto de urbanização descrito até aqui, fica mais fácil entender o porquê das cidades avançarem cada vez mais sobre terras cultiváveis, pressionando mudanças no uso do solo sem um planejamento holístico e nem mesmo criativo! Lembramos, assim, novamente de Lefebvre que afirma ser difícil manter, sem novos argumentos, “a tese (greco-latina: a nossa, a da nossa civilização!) segundo a qual a *Cité*, a Cidade, o Urbano, são os centros, os lugares privilegiados, os berços do pensamento, da invenção” (Lefebvre, 2006, p. 6) quando nos deparamos com uma urbanização sem racionalidade, sem originalidade criadora e sem outra estratégia senão a maximização dos ganhos (Lefebvre, 2006).

Vamos somar a esse contexto da lógica imobiliária capitalista, as mudanças climáticas, o aumento da demanda por comida, os danos causados pela agricultura intensiva convencional e as mais recentes e crescentes disputas pelo uso da terra, que a necessidade de bioenergia e de áreas de conservação natural trazem. Aí teremos uma noção da megatendência com que nos confrontaremos: a escassez de terras para a agricultura alimentar (Specht *et al.*, 2014). À medida que a terra vai se tornando escassa, mais atraente é para o capitalista que está sempre em busca de valorização do capital. Segundo Marx tudo se fundamenta no:

[...] poder imenso que deriva dessa propriedade fundiária, quando na mesma mão se junta o capital industrial, capacita este a impedir praticamente de residirem neste planeta os trabalhadores na luta pelo salário. Parte da sociedade exige da outra um tributo pelo direito de habitar a terra, pois de modo geral na propriedade fundiária se inclui o direito do proprietário de explorar o solo, as entranhas da

terra, o ar e por conseguinte o que serve para conservar e desenvolver a vida (Marx *apud* Campos Júnior, 2018, p. 47).

Aqui, Marx joga luz sobre o peso que a propriedade privada da terra tem na produção da desigualdade social – um dos maiores obstáculos para o tão proclamado (possível?) desenvolvimento sustentável –, competindo nos últimos anos com a degradação ambiental (ONU, 2019). Essa discussão do século XIX permanece vital no século XXI, buscando ainda (até quando?) algo que seja possível ir além do mundo da mercadoria.

Segundo Harvey (2014), a maioria da população está dizendo “basta” para essas desigualdades opressoras e limitadoras do ser humano. Porém, o autor afirma não haver ligações suficientemente estreitas entre os diversos movimentos sociais urbanos a ponto de incendiar toda a pradaria! Harvey (2014) sugere a agregação dos movimentos sociais em torno do direito à cidade, do direito à produção do espaço urbano, exigindo maior controle democrático sobre a produção e o uso do excedente nesse espaço:

Uma vez que o processo de urbanização é um dos principais canais de uso, o direito à cidade se configura pelo estabelecimento do **controle democrático sobre a utilização dos excedentes na urbanização** (Harvey, 2014, p. 61, grifo nosso).

Com essa breve apresentação sobre o padrão de urbanização brasileiro (como vimos, um dos principais meios de valorização do capital na atualidade), seguimos para a discussão da natureza dialética da agricultura urbana e as oportunidades que podem surgir por meio de uma de suas tecnologias – a fazenda vertical – a depender de sua apropriação por movimentos sociais e de sua capacidade de sustentar uma postura crítica ao agronegócio convencional e à indústria imobiliária. Salientamos que os

movimentos sociais devem se concentrar onde o capitalismo se transforma na economia da espoliação, portanto, na reinvenção da cidade como sugere Harvey (2014).

### **A produção do espaço na agricultura urbana e sua natureza dialética**

Apesar de ocuparem apenas 2% das terras emersas do planeta, as cidades consomem 75% dos recursos naturais (Thomaier *et al.*, 2014), emitem 70% dos gases de efeito estufa e geram 70% dos resíduos globais (Bonela, 2016). Afinal, abrigam mais da metade da população mundial e concentram a maior parte das atividades econômicas (OECD, 2020). Diante disso, a sustentabilidade do planeta vem sendo intrinsecamente ligada a cidades sustentáveis (Bonela, 2016) ou, de forma mais ampla, à urbanização sustentável (UN, 2018).

Portanto, para responder aos desafios atuais, as cidades precisam abordar, de maneira integrada, as principais dimensões da sustentabilidade: a ambiental, a econômica, a social, a cultural e a política (Sotto *et al.*, 2019). A agricultura urbana tem aparecido como uma das soluções para essa demanda urgente, principalmente, pelo seu caráter multifacetado (Specht *et al.*, 2014). Sua ajuda surge, por exemplo, da ocupação de terrenos baldios e áreas de risco, promovendo a segurança alimentar, aumentando a biodiversidade e preservando áreas agricultáveis. Além disso, ela reduz a distância para o transporte de alimentos e as emissões de gases de efeito estufa; mitiga desastres como enchentes e deslizamentos; melhora a saúde, o clima e o gerenciamento de resíduos urbanos, dentre uma lista extensa de outras formas para

promover as cidades ditas sustentáveis (Chatterjee, Debnath e Pal, 2020; Mancebo, 2016; Specht *et al.*, 2014).

A disponibilidade de terra (especialmente considerando o padrão de urbanização capitalista já discutido) representa um dos maiores desafios para a viabilidade da produção alimentar urbana (Specht *et al.*, 2014). Por isso, alternativas como as fazendas verticais têm sido exploradas, já que consistem no cultivo de plantas em coberturas e/ou no interior de edifícios (Despommier, 2010 *apud* Mancebo, 2016). Com as mudanças nas funções urbanas e a desindustrialização das cidades, aparecem discussões sobre a reabilitação de prédios desocupados a fim de abrigar esse tipo de agricultura (Andrade, 2022; Hance, 2010; Mancebo, 2016).

Nesse formato vertical, a AU tem se sobressaído por meio do apelo à dimensão ambiental da sustentabilidade, sendo os principais pontos destacados: a redução da demanda por água, a maior produtividade por área, a provisão de alimentos mais saudáveis e a sinergia entre agricultura e instalações prediais, principalmente, no que se refere ao aproveitamento de resíduos urbanos (Al-Kodmany, 2018; Kalantari *et al.*, 2018; Specht *et al.*, 2014).

Percebe-se que a AU vem aumentando sua popularidade e se tornando assunto de interesse da academia e de diversos outros profissionais como planejadores e formuladores de políticas públicas (Jackson, 2022). Aqui, voltamos a atenção novamente para o conceito de produção do espaço, para a atuação do Estado na transformação da cidade em mercadoria e para a pressão da indústria imobiliária sobre o uso do solo.

Nesse contexto, alguns autores alertam para o potencial da AU causar processos de gentrificação, ou seja, processos de



produção do espaço para pessoas progressivamente mais abastadas, substituindo terrenos baldios por hortas, substituindo prédios abandonados/ociosos por fazendas verticais, aumentando a segurança percebida do entorno, expulsando “pessoas em situação de rua” que ocupavam esses terrenos/prédios, atraindo pessoas que encontram na agricultura urbana uma oportunidade de lazer/educação, atraindo restaurantes que buscam por alimentos mais frescos e de alta qualidade, entre outros exemplos (Cucca, 2012; Fantini, 2023; McClintock, 2018; Souza e Lopes, 2022).

O termo gentrificação foi cunhado pela primeira vez pela socióloga alemã, radicada na Inglaterra, Ruth Glass. A autora tentou explicar o fenômeno do retorno das classes altas e médias à área central desvalorizada de Londres nos anos 60. O enobrecimento do bairro fez com que as famílias mais pobres fossem expulsas por meio da pressão econômica, dando lugar aos *gentrifs*, expressão inglesa que significa “bem-nascidos” e de “origem nobre” (Nogueira, 2021). Trata-se de um conceito condicionado ao menos a dois requisitos: “a intervenção física no território e a substituição de moradores mais pobres por outros pertencentes a classes mais abastadas” (Ribeiro, 2018, p. 1352).

Segundo Ribeiro (2018), apesar de o conceito ter surgido no hemisfério norte, presencia-se a globalização do fenômeno e o seu uso cada vez maior na literatura brasileira e latino-americana. A autora afirma que os processos de gentrificação na América Latina se distinguem daqueles da Europa e da América do Norte por alguns motivos: (1) as cidades latino-americanas têm papel secundário na hierarquia urbana, pois há menor presença da nova

classe social surgida com o capitalismo avançado<sup>8</sup>; (2) há maior dificuldade do capital se beneficiar do chamado *rent gap* nas áreas centrais devido à permissividade dos governantes e à extensão dos assentamentos subnormais de difícil remoção, e (3) há maior dificuldade para realizar o redesenvolvimento urbano, pois os investimentos dependem dos planejamentos estratégicos do Estado.

O *rent gap* citado anteriormente, trata-se da diferença entre a renda da terra atual “deteriorada” e “a renda da terra potencial que poderia ser capitalizada pelo ‘mais elevado e melhor’ uso da terra em função de sua localização centralizada” (Smith, 2007 *apud* Ribeiro, 2018, p. 1340).

De forma geral, a literatura sobre a agricultura urbana é entusiasta quanto à prática, salientando seus pontos positivos não somente na dimensão da sustentabilidade ambiental, mas, especialmente, na dimensão da sustentabilidade social<sup>9</sup>. Autores destacam que a AU fomenta a justiça social, aumenta a gestão da população sobre a cidade e desafia a lógica dominante de produção do espaço urbano (Lima *et al.*, 2019; Mancebo, 2016). Porém, quando a literatura é mais crítica, essa ainda vai falar sobre gentrificação (e até mesmo ecogentrificação<sup>10</sup>) e sobre o caráter residual, marginal e intersticial da AU, questionando seu verdadeiro impacto na justiça social (Fantini, 2023; McClintock, 2018; Perez, 2021; Souza e Lopes, 2022). Além disso, vai se apresentar desfavorável aos discursos de sustentabilidade

---

8 Entendido como o capitalismo caracterizado pela globalização e financeirização. “Neste cenário, as cidades são hierarquizadas e transformadas elas próprias em objeto do capital” (Ribeiro, 2018, p. 1338).

9 Principalmente quando se trata da agricultura urbana feita em solo em terrenos desocupados. Como já mencionado antes, a agricultura urbana vertical (sem solo) explora mais a sustentabilidade ambiental.

10 Gentrificação resultante da implementação de agendas de sustentabilidade ambiental ou de transição verde, baseadas em uma ética ambiental (McClintock, 2018).

cooptados pelo capitalismo e, ainda, adicionar a questão racial ao tema:

[...] defendo que o trabalho concreto incorporado na agricultura urbana (AU) em escala doméstica – uma prática de reprodução social – transforma-se em capital cultural que a coalizão de crescimento da cidade sustentável, por sua vez, valoriza como capital simbólico de sustentabilidade, utilizado para extrair renda da terra e reforçar a imagem da cidade em escalas maiores. A valorização da AU ocorre, por necessidade, de maneira desigual; aglomerações espaciais de AU e o *ecohabitus* necessário para seu reconhecimento equivocado como capital de sustentabilidade surgem da interação do *rent gap* e do outro racializado (McClintock, 2018, p. 579, tradução nossa).

Apesar desses alertas da literatura crítica, ela sempre salienta que não se deve desconsiderar a relevância da AU dentro dos esforços coordenados para uma mudança estrutural. Mesmo reconhecendo a dificuldade de superar os limites do capitalismo neoliberal, destaca-se que “em vez de promover a agricultura nas cidades como um fim em si mesma, devemos pensá-la como um dos muitos meios para uma finalidade maior” (Souza e Lopes, 2022, p. 711). Nesse sentido, os autores concluem que a AU não reforçará práticas excludentes a depender, principalmente, dos movimentos sociais envolvidos – de como estabelecem as relações sociais e de como realizam alianças com outros movimentos, por exemplo, com os movimentos de moradia<sup>11</sup> (Fantini, 2023; Souza e Lopes, 2022).

Dado o processo de produção do espaço urbano discutido até aqui, resultante da indústria imobiliária, mas, essencialmente, da sobreposição de seus interesses e os da agricultura urbana (por

---

11 Encabeçar um artigo sobre FVs com uma discussão em torno da moradia e da indústria imobiliária destaca que a sinergia das lutas por alimentação e moradia pode ser nutrida, nas cidades, por tecnologias de agricultura vertical.

meio de conflitos ou conveniências), parece-nos bastante útil continuar a discussão destacando a AU em sua forma de fazendas verticais. Se enfatizarmos a questão do uso do solo, essa tecnologia pode proporcionar maior segurança, no longo prazo, quanto à continuidade da produção de alimentos na cidade quando comparada com a AU desenvolvida em solo, em espaços abertos como terrenos baldios públicos e privados. Isso porque sofre menos pressão da indústria imobiliária, ocupando áreas menores para produções bem mais elevadas: a produtividade por metro quadrado da fazenda vertical Pink Farms, localizada na cidade de São Paulo, por exemplo, é cem vezes maior do que a do campo (Santos, 2020).

Essa tecnologia, ainda, permite que surjam projetos combinando moradia e produção de alimentos em um mesmo edifício (Peters, 2021), gerando uma solução comum para as principais lutas sociais: habitação, emprego e alimentação. Dito isso, é instigante pensar na apropriação dessa tecnologia como campo de luta de movimentos sociais urbanos, principalmente, por dar sinais de ser um ponto de encontro de uma série de necessidades sociais e ecológicas<sup>12</sup> (Specht *et al.*, 2014) e de apresentar características contra-hegemônicas que precisam se popularizar, como a produção local de alimentos e o protagonismo da comunidade nas decisões sobre essa produção de alimentos (Miller, 2011).

---

12 Alguns aspectos ecológicos das FVs são relevantes mesmo quando comparados com o ideal agroecológico, merecendo mencionarmos aqui a eficiência no uso da água e a redução da demanda por solo (Despommier, 2013; Exame, 2024).

## Fazendas verticais além do agronegócio: pensando utopias alimentares

Apesar de a noção de fazendas verticais ser antiga, incluindo o trabalho de Gilbert Ellis Bailey de 1915<sup>13</sup> e até mesmo os jardins da babilônia como exemplos, o conceito mais utilizado no mundo acadêmico foi atribuído a um exercício proposto em sala de aula pelo professor biólogo Dickson Despommier, em 1999, na Universidade de Columbia, em Nova York (Mancebo, 2016). O exercício buscava solucionar a provisão local de alimentos para Manhattan, no qual o professor perguntava qual percentual da população desse distrito seria atendido se a agricultura fosse desenvolvida somente pelo modelo de cultivo em telhados/coberturas de prédios. Como resposta obteve um decepcionante 2%. Daí surge a questão destacada em Hance (2010): e se em vez de cultivarmos apenas nos telhados, usássemos todos os andares de prédios abandonados/ociosos da cidade?

Para Despommier “a agricultura vertical representa o próximo pulo evolucionário na busca da humanidade para um abastecimento alimentar confiável e sustentável” (Wilkinson, 2023, p. 80). Segundo Wilkinson (2023), Despommier considera que a agricultura é a maior agressão histórica ao meio ambiente e vislumbra a devolução do campo à natureza por meio da internalização da agricultura na cidade, por isso sua grande idealização em relação às fazendas verticais.

Mancebo (2016) alerta que a visão de Despommier se referia ao desenvolvimento de um “bairro” em termos futuristas, ou

---

13 Esse trabalho é citado por Wilkinson (2023) e Mancebo (2016), os quais consideram que Bailey foi o primeiro a cunhar o termo ‘*vertical farming*’, desenvolvendo, preferencialmente a agricultura subterrânea.

seja, suprido por uma produção doméstica de alimentos que atendesse aos moradores locais, o que é bastante diferente dos projetos de arranha-céus propostos como soluções definitivas para a AU e que não saem do papel: “o que diz muito sobre sua viabilidade” (Mancebo, 2016, p. 11).

Atualmente, a agricultura vertical está em fase de experimentação de rotas tecnológicas (Wilkinson, 2023), existindo diferentes opções para lidar com a substituição do solo: hidroponia, aeroponia e aquaponia (Al-Kodmany, 2018; Baureis, 2024; Chatterjee, Debnath e Pal, 2020) e a substituição da luz solar: LEDs, sistemas automatizados de controle climático e biologia das plantas (Wilkinson, 2023). Assim, as FVs, por ora, demandam um alto custo de instalação e dependem de investimentos pomposos para ganharem escala.

Enquanto não estiver mais evidente a viabilidade econômica das FVs e a agricultura convencional for muito mais atrativa para o agronegócio – com incentivos fiscais, subsídios e combustíveis fósseis ainda relativamente baratos –, as grandes empresas agrícolas devem evitar a agricultura vertical, até porque “elas não se importam em criar empregos na comunidade, ou fornecer alimento local, ou qualquer coisa do tipo... essas questões não são relevantes para elas” (Miller, 2011, p. 106).

Evidentemente, as grandes empresas do agronegócio podem entrar no setor mais tardiamente a depender das inovações que melhorem a viabilidade econômica das FVs; de cenários mais favoráveis que incluam políticas públicas e subsídios para esse tipo de agricultura; de pressões externas que podem envolver regulamentações ambientais e demanda do consumidor por práticas

agrícolas mais sustentáveis; além de outros fatores incertos atrelados às mudanças climáticas.

Embora as FVs tenham se propagado bastante desde 2011 (Wilkinson, 2023) quando Miller (2011) salientou a falta de interesse das grandes empresas agrícolas pelo mercado da agricultura vertical, o cenário permanece bastante semelhante. Isso porque essas empresas focam no comércio global de *commodities*, como soja, milho e trigo, enquanto as FVs focam hoje no comércio local, principalmente, de hortaliças que se encaixam na classificação de CGG - *clean, green and gourmet* (Guedes, 2021).

Apesar disso, a empolgação com o potencial da tecnologia de FVs e seus aprendizados sobre agricultura em ambiente controlado atraíram algumas grandes e sólidas empresas como Walmart e Cargill que chegaram a fazer parcerias com as FVs Plenty (Walmart, 2022) e Aerofarms (Aerofarms, 2021), respectivamente. Ainda, as FVs vêm atraindo empresas de genética (Bayer), de eletricidade (General Electric, Philips), de eletrônica, de informática, de internet e de telecomunicações (Samsung, Panasonic), já que todas podem ser fornecedoras de insumos e serviços para uma empresa de agricultura em ambiente controlado (Wilkinson, 2023).

Até agora, a maioria das empresas no setor de FVs é considerada emergente e ainda não transcendeu o estágio de *startup* (InfoMoney, 2023). Mesmo as gigantes americanas AppHarvest e Aerofarms, que pareciam estar mais consolidadas, precisaram declarar *chapter 11*<sup>14</sup>, em 2023, para renegociarem suas dívidas e evitarem a falência (Gini, 2023; InfoMoney, 2023). Apesar

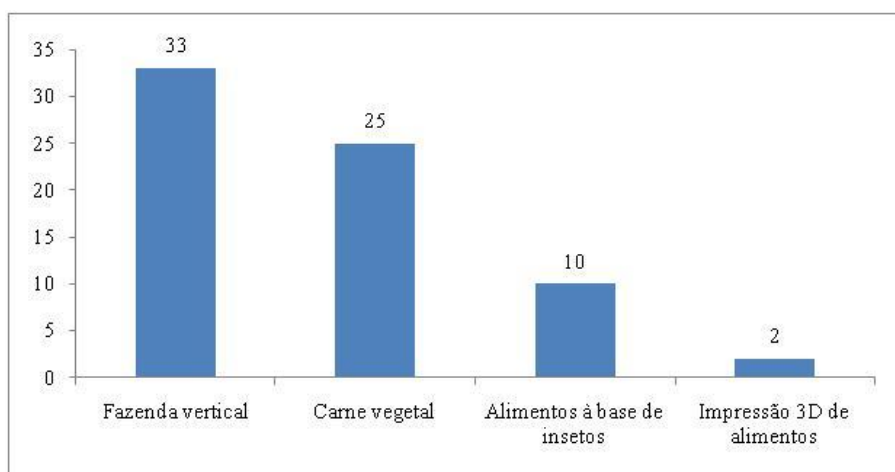
---

14 O *Chapter 11* do código de falências dos EUA pode ser comparado, no Brasil, ao processo de recuperação judicial, previsto na Lei nº 11.101/2005 (e em sua atualização: Lei 14.112/2020).

das dificuldades financeiras enfrentadas pelas FVs na Europa e na América do Norte, em 2023, as *startups* brasileiras cresceram no período, pois não enfrentaram o aumento de custo da energia como o daquelas regiões (Gini, 2023).

O Brasil possui atualmente três FVs no total: Pink Farms, 100% Livre e Fazenda Cubo, todas localizadas na região central da cidade de São Paulo (Dias, Jardim e Sakuda, 2023). Vale lembrar que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) sinaliza a expansão das FVs para outras cidades brasileiras (Guedes, 2021).

**Gráfico 1 - Previsão para 2030 do mercado global de métodos alternativos de produção de alimentos (em bi US\$).**



Fonte: Baureis (2024, tradução nossa).

Ainda, é importante pontuar que a previsão do mercado global de FVs parte de aproximadamente seis bilhões de dólares em 2022 (Statista, 2023 *apud* Baureis, 2024) para 33 bilhões de dólares em 2030 (Statista, 2022 *apud* Baureis, 2024), conforme ilustra o Gráfico 1, sendo o maior mercado entre os principais métodos alternativos de produção de alimentos, seguido da carne vegetal e



dos alimentos à base de insetos, ambos podendo requerer, também, matéria prima das FVs, aumentando ainda mais seu potencial de mercado (Baureis, 2024).

Considerando que chegamos a uma tecnologia como a da FV, percebemos que as atividades agrícolas foram apropriadas pela indústria de forma contínua. O processo foi iniciado no século XIX pela comercialização de fertilizantes e maquinários. Avançou, no século XX, com a introdução dos pesticidas e melhoramento genético – o qual evoluiu da hibridização para a transgenia. No início do século XXI, de forma mais consolidada, o processo caminhou para o desenvolvimento da agricultura protegida, impulsionado pelos avanços na plasticultura<sup>15</sup> e para o desenvolvimento da agricultura de precisão, impulsionado pelos avanços nas tecnologias da informação. A convergência dessas duas abordagens resultou na agricultura de clima ou ambiente controlado<sup>16</sup>, viabilizando a fazenda vertical que, em última instância, “chega a apropriar por completo a agricultura, ao substituir inteiramente o próprio ambiente” (Wilkinson, p. 79, 2023).

Nesse contexto de inovação tecnológica que envolve o urbano, de onde se espera práticas sociais transformadoras (Harvey, 2014)<sup>17</sup> e envolve a agricultura, que é considerada por Marx, “acima de tudo, a base da produção capitalista” (Miller, 2011, p.4), podendo redefinir relações sociais mais uma vez no futuro, nos

---

15 Agricultura sob plásticos especiais que substituem os vidros das estufas clássicas, sendo uma alternativa mais barata (Wilkinson, 2023).

16 À substituição do próprio ambiente soma-se o desenvolvimento de plantas adaptadas ao ambiente controlado. Indústrias genéticas, como a Bayer, já se movimentam para as tendências da nova realidade (Wilkinson, 2023).

17 Harvey (2014), ao tratar sobre o controle dos usos do excedente de produção, evoca Lefebvre que insistia que “a revolução de nossa época tem de ser urbana – ou não será nada” (Harvey, 2014, p. 66).

perguntamos sobre a possibilidade da FV apresentar algum “poder salvador”<sup>18</sup> (Heidegger, 1954 *apud* Miller, 2011, p. 24), alguma resistência à indústria imobiliária, resistência à transformação da cidade em mercadoria e, ainda, resistência ao agronegócio.

Apesar da problemática dependência entre capital e tecnologia e, portanto, da dificuldade dos mais críticos associarem sustentabilidade (ambiental ou social) ao desenvolvimento das FVs, “a inovação e a desenvoltura humanas, independentemente de como estão sendo exploradas atualmente, não estão simplesmente confinadas ao capitalismo” (Miller, 2011, p. 25) e, ainda, o que Heidegger chama de tecnicidade deve ser transcendido pela criatividade (Miller, 2011).

Acreditamos que utopias alimentares no urbano podem ser usadas para instigar a imaginação e que “há no urbano uma multiplicidade de práticas prestes a transbordar de possibilidades alternativas” (Harvey, 2014, p. 22). Acreditamos, também, que o diálogo em torno da comida, substância essencial à vida, pode estimular outros diálogos, como os sobre o direito à cidade, conceito que, segundo Lefebvre (2006), vai além do direito de lutar pelo acesso aos equipamentos urbanos, sendo, sim, “o direito de lutar contra a subordinação das vidas em relação ao valor de troca do capital” (Lima *et al.*, 2019, p. 317). Portanto, pode estender-se ao direito à produção do espaço.

As utopias “podem ser usadas como ferramentas não apenas para criticar o sistema alimentar industrializado dominante [...], mas para se distanciar dele, resistir e desafiá-lo, e forjar alternativas viáveis” (Morgan, 2015, p. 204). Nesse sentido, as FVs

---

18 Heidegger considera triste a visão estritamente positiva ou neutra da tecnologia, porém reconhece que essa pode transcender seus problemas por meio da criatividade humana (Heidegger, 1954 *apud* Miller, 2011).

poderiam incubar experimentos provenientes de movimentos sociais da agricultura urbana (e da moradia)? Ou seja, incubar utopias alimentares (sinérgicas com as habitacionais)?

O estudo de Miller (2011) discute a possibilidade de uma fazenda vertical crítica, ou seja, que consiga resistir à cooptação da lógica capitalista, mantendo, por exemplo, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. O autor, destacando os limites de um pensamento dualista, que espera apenas a resposta sim ou não (por exemplo, como para as perguntas feitas acima), altera a pergunta de pesquisa comum em torno da tecnologia: “A tecnologia tem mérito no que diz respeito à abordagem de questões socioecológicas? Para: Sob quais condições ela pode ter mérito?” (Miller, 2011, p. 26).

De acordo com nossas buscas, a bibliografia em torno das FVs no campo das ciências humanas é bastante escassa. De forma geral, segundo Hurley (2008 *apud* Miller, 2011) o futuro do sistema agroalimentar não é discutido o suficiente. Miller (2011) afirma que, por isso, analistas insistem que o verbo “poder” será brevemente substituído pelo verbo “dever” na seguinte citação da autora:

Aqueles que estudam o futuro dos sistemas alimentares podem desempenhar um papel de liderança ao olhar além das tendências negativas, sem assumir um caminho linear único para o futuro, e criar futuros desejáveis, nos quais o cultivo e o preparo dos alimentos sejam celebrados e reconhecidos como um trabalho essencial no mundo. Podemos imaginar comunidades e regiões com segurança alimentar, onde não dependemos de redes complexas de transporte para obter todo o nosso alimento. Podemos apoiar aqueles que têm a coragem de pesquisar e escrever sobre a alimentação em nossos futuros. Podemos participar da construção de comunidades onde alimentos saudáveis e locais estejam disponíveis para todos, cultivados por agricultores felizes, saudáveis e valorizados, e

onde ninguém passe fome. Além disso, podemos usar exemplos positivos do mundo atual para desafiar aqueles que dizem que isso não é possível. Isso é possível, e podemos contribuir para torná-lo realidade (Hurley, 2008 *apud* Miller, 2011, p.4, tradução nossa).

Portanto, é preciso pensar o futuro agroalimentar olhando além das tendências negativas e, principalmente, aceitando que não há uma solução única de como esse futuro deva evoluir. Usar as utopias alimentares como ferramenta crítica diz respeito a acreditar em alternativas (e várias), que inclusive já existem no presente. Ademais, pensar utopias alimentares dá visibilidade à comida novamente, algo que se perdeu com a comida industrializada e com o consumidor moderno (Soeiro, 2016).

Autores utópicos afirmam que a comida não é uma mercadoria como outra qualquer e que “devemos encontrar caminhos para liberar a comida do atual sistema econômico dominante, o neoliberalismo, e colocá-la sob a égide da cidadania, da ética e da coletividade” (Soeiro, 2016, p. 981). Então, todo exercício nesse sentido é importante para estimular práticas inovadoras.

Analisar movimentos sociais (sejam de agricultura urbana, de moradia ou rurais) sob a ótica da aceitação/apropriação tecnológica de FVs vai ao encontro de utopias, sendo mote do livro *Food Utopias* reconhecer “que novas ideias e experiências vindas das margens da sociedade precisam de espaço para incubação” (Stock, Carolan e Rosin, 2015, p. 10 *apud* Morgan, 2015, p. 204). Além disso, esse tipo de análise evidencia a importância que devemos dar a algo que Harvey (2014) aponta como comumente esquecido pelos acadêmicos, por exemplo, “o papel desempenhado pela sensibilidade que surge das ruas que nos cercam, [...], as

esperanças que surgem quando grupos de imigrantes revitalizam um bairro” (Harvey, 2014, p. 12).

Importante destacar que Harvey (2014) inclui os movimentos sociais rurais na amplitude dos movimentos sociais urbanos, isso porque confirma a previsão de Lefebvre do desaparecimento gradual da oposição campo-cidade, mesmo dando-se em ritmo diferente em cada país. Portanto, pensar oportunidades na cidade via FVs ou outras arquiteturas da AU como parede/muro verde, telhado verde, agricultura de varanda e estufas (Brown e Carter, 2003 *apud* Deventer, 2011) não compromete lutas rurais, ou por agroecologia, ou até mesmo lutas de AU em solo em terrenos desocupados, mas amplia as discussões sobre nossos futuros alimentares.

### **Considerações finais**

As dinâmicas da urbanização capitalista, marcadas por processos como espoliação urbana, especulação imobiliária, renda da terra e financeirização, impõem desafios estruturais à promoção da sustentabilidade ambiental, à segurança alimentar e à mitigação da pobreza tão aspiradas nos discursos sobre cidades sustentáveis – das quais a AU é considerada, frequentemente, uma das principais impulsionadoras.

Por trás de muita propaganda verde e agendas ambientais, a natureza dialética da AU se desponta, potencializando a justiça social e aspectos ecológicos e, ao mesmo tempo, sendo cooptada por processos de gentrificação e valorização do capital. O modelo das FVs se destaca nesse cenário por sua capacidade de mitigar a pressão sobre o solo urbano, quando comparado à AU em solo. Entretanto, o desenvolvimento e permanência das FVs como

alternativa crítica à agricultura convencional e à indústria imobiliária dependem das condições de aceitação/apropriação tecnológica pelos movimentos sociais (urbanos e rurais), reduzindo sua instrumentalização pelo mercado imobiliário e pelo agronegócio, que geralmente convertem inovações tecnológicas em mecanismos de exclusão socioespacial.

Além disso, cálculos sobre capacidade de provisão local de alimentos utilizando todas as coberturas de prédios em Manhattan, no final dos anos 90, já apontavam para decepcionantes dois por cento de atendimento da demanda. Outro estudo, em 2013, concluiu que Cleveland, em Ohio, tem potencial de produzir quase 100% de sua demanda por frutas, vegetais, mel, aves e ovos se usar seus espaços abertos, porém demandando: 80% dos lotes vazios, 9% de todos os lotes já ocupados por residências e 62% de todas as coberturas de instalações industriais e comerciais da cidade (Takeo, 2013). Assim, percebemos que defender a AU apenas em solo e em espaços abertos via o discurso de segurança alimentar, não é totalmente convincente ou suficiente. Se a AU for representativa no futuro, inevitavelmente estará atrelada a certo grau de verticalização.

Esperamos, com este artigo, ter estimulado o debate em torno dos futuros alimentares e um maior engajamento das ciências humanas, especialmente da geografia, na discussão sobre o fenômeno das FVs, evitando que essa tecnologia seja abordada apenas através da lente técnica e/ou tecnicista. Nesse sentido, reforçamos a importância das utopias alimentares como ferramentas críticas e o envolvimento dos movimentos sociais nas discussões sobre FVs, a fim de ampliar as estratégias de lutas em torno da produção, distribuição e consumo de alimentos.

Futuros estudos podem incorporar desenvolvimento de métodos para análises de aceitação tecnológica de FVs pelos movimentos sociais, comparar resultados entre tipos de movimentos sociais ou cidades, entre outras possibilidades. Além disso, torna-se importante também levantar projetos utópicos de AU que são considerados, por exemplo, pontos-chave para entender a suficiência ou não de reformas como a provisão de espaço público (Glowa, 2014).

## Referências bibliográficas

AEROFARMS. **Cargill partners with vertical farming leader AeroFarms in first-of-its-kind research focused on cocoa production.** Online post, ago. 13 2021. Disponível em: <https://www.aerofarms.com/cargill-partners-with-vertical-farming-leader-aerofarms/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

AL-KODMANY, K. The Vertical Farm: A Review of Developments and Implications for the Vertical City. **Buildings**, vol. 8, no. 2, p. 24, 2018.

ANDRADE, K. B. S. de. Agricultura Urbana: Potencial para a Reabilitação de Espaços/Edifícios Sem Uso e a sua Contribuição para a Cidade Sustentável. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, vol. 10, n. 76, p. 30-44, 2022.

BARRETO, C. G. P. **Renda fundiária, legislação urbanística, disputa de usos do solo: a transformação da Avenida 17 de agosto em eixo comercial ao longo da última década.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17709>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BAUREIS, M. Vertical farming: A comparative analysis with conventional agriculture and an assessment of its potential for urban areas in the future. In: SIEGFRIED, P. **Food Trend Concepts: Vertical Farming, Sustainability, Quality Control Fresh Produce Industry, Local Production, Exotic Fruits, Seaweed-based**

Packaging, Postharvest Coatings, 1. ed. BoD – Books on Demand, Chapter 1, p. 1-49. 2024.

BONELA, D. Futuro das Cidades, Futuro do Planeta. Observatório do Amanhã. **Museu do Amanhã**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/futuro-das-cidades-futuro-do-planeta>. Acesso em: 21 set. 2022.

BRENNER, N. Debating planetary urbanization: For an engaged pluralism. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 36, n. 3, p. 570-590, 2018.

CAMPOS JUNIOR, C. T. de. Valorização do capital na produção imobiliária: distânciamento do preço da moradia e o do salário. In: PEREIRA, Paulo César Xavier (org.). **Imediato, global e total na produção do espaço**: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo: FAUUSP. 2018. 240 p.

CHAKRABARTY, D. O clima da história: quatro teses. Tradução: Denise Bottmann *et al.* 2013. ed. Cultura e Barbárie. **Panfleto político-cultural Sopro**, n. 91, 22p. Jul de 2013.

CHATTERJEE, A.; DEBNATH, S.; PAL, H. Implication of Urban Agriculture and Vertical Farming for Future Sustainability. In: SOLANKEY, S. S. **Urban Horticulture - Necessity of the Future**. 1a ed. IntechOpen, 2020.

CLÁSSICO da sociologia, “A Espoliação Urbana” é relançada em versão na língua inglesa. **Jornal da USP no Ar**, São Paulo, 22 ago. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/classico-da-sociologia-espoliacao-urbana-e-relancado-em-versao-na-lingua-inglesa/>. Acesso em 13 out. 2024.

CUCCA, R. The Unexpected Consequences of Sustainability. Green Cities Between Innovation and Ecogentrification. **Il Mulino – Rivisteweb**, Fascicolo 2, maggio-agosto. 2012.

DESPOMMIER, D. Farming up the city: the rise of urban vertical farms. **Trends in biotechnology**, v. 31, n. 7, p. 388-389, 2013.

DEVENTER, T. V. **Ecosystemic Supply Chain: a Research and Development Centre for Urban Agriculture**. Master thesis in Architecture. Department of Architecture. University of Pretoria. Pretoria, 2011.



DIAS, C.N.; JARDIM, F.; SAKUDA, L. O. (Orgs.). **Radar AgTech Brasil 2023: Mapeamento das Startups do Setor Agro Brasileiro**. 2ª edição. Embrapa, SP Ventures e Homo Ludens: Brasília e São Paulo, 2023.

EXAME. Sustentabilidade para o alto: como a agricultura vertical está transformando áreas urbanas. Brasil: **Exame Negócios**, online, 15 mar. 2024. Disponível em: <https://exame.com/negocios/sustentabilidade-para-o-alto-como-a-agricultura-vertical-esta-transformando-areas-urbanas/>. Acesso em: 09 set. 2024.

FANTINI, A. Right to the city or environmental gentrification? A discussion about risks and potential of urban agriculture. **Urban Geography**, Vol 44, n.5, p. 1003-1010. 2023.

GUEDES, I. Pensando a inovação: fazendas verticais no Brasil? **AG Evolution** - Hub Agrodigital, Setembro. 2021. Disponível em: <https://agevolution.canalrural.com.br/pensando-a-inovacao-fazendas-verticais-no-brasil/>. Acesso em: 02 agosto 2022.

GINI, F. M. **Modelo de produção de óleo essencial de hortelã em ambiente controlado**. São Paulo, 92f. Dissertação (Mestrado profissional em Agronegócio). Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2023.

GLOWA, K. M. **The politics of landing**: urban agriculture, socioecological imaginaries and the production of space in the San Francisco Bay region. Santa Cruz, 310f. Tese (Doutorado em Estudos Ambientais). University of California, Santa Cruz, 2014.

HANCE, J. Farms in the sky, an interview with Dickson Despommier. **Mongabay: Conservation news service**. 12 outubro. 2010. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2010/10/farms-in-the-sky-an-interview-with-dickson-despommier/>. Acesso em: 02 agosto 2022.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

INFOMONEY. Fazendas verticais em crise: startups enfrentam falência e inadimplência. Traduzido de **Bloomberg**, 18 jun. 2023, online. Disponível em: [https://www.infomoney.com.br/negocios/fazendas-verticais-em-crise-startups-enfrentam-falencia-e-nadimplencia/?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.infomoney.com.br/negocios/fazendas-verticais-em-crise-startups-enfrentam-falencia-e-nadimplencia/?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 27 jan. 2025.

JACKSON, K. L. **Urban agriculture and critical environmental justice**: a case study of gardens and growers in Philadelphia and Camden. Camden, New Jersey, 267f, 2022. Tese (Doutorado em Assuntos públicos e Desenvolvimento Comunitário). Graduate School Camden Rutgers, The State University of New Jersey, Camden, New Jersey, 2022.

KALANTARI, F.; TAHIR, O. M.; JONI, R. A.; FATEMI E. Opportunities and challenges in sustainability of vertical farming: a review. **Journal of Landscape Ecology**, Vol. 11, n. 1, 2018.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. Editora 34. 1ª edição. 2000. 144 p.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 2006.

LIMA, C. F. de; BAPTISTA, S.; ARRUDA, S.; AMÂNCIO, C. A rede carioca de agricultura urbana e o direito à cidade. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, V. 14, n. 34, p. 313-337, dez., 2019.

MANCEBO, F. Urban Agriculture, Commons and Urban Policies: Scaling up local innovation. **Challenges in Sustainability**. Vol. 4. No 1, p. 10-19. 2016.

McCLINTOCK, N. Cultivating (a) Sustainability Capital: Urban Agriculture, Ecogentrification, and the Uneven Valorization of Social Reproduction. **Annals of the American Association of Geographers**, 108(2) 2018, pp. 579–590.

MILLER, A. **Scaling Up or Selling Out?** A Critical Appraisal of Current Developments in Vertical Farming. MA Thesis. Carleton University, 2011.

MORGAN, E. Harnessing the power of imagination [Book review]. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, 5(4), p. 203–204, 2015. Resenha da obra de: STOCK, P. V.; CAROLAN, M.; ROSIN, C. Food Utopias: Reimagining citizenship, ethics and community. New York: Routledge, 2015.

NOGUEIRA, G. D. N. **Produção do espaço na metrópole: ensaio sobre gentrificação**. Trabalho de Graduação Integrado (TGI). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development/European Commission. **Cities in the World: A New Perspective on Urbanisation**. OECD Urban Studies, OECD Publishing, Paris, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/d0efcbda-en>. Acesso em: out. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Nova Agenda Urbana**. Tradução: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). Brasília, 2019. 66 p. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em: 23 setembro 2022.

PEREIRA, P. C. X. Para a discussão do valor e do preço na produção imobiliária. In: PEREIRA, P. C. X. (org.). **Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI**. São Paulo: FAUUSP. 2018. 240 p.

PEREZ, J. H. **Towards an anthropology of urban agriculture: agriculture and ecology as abandoned and critical components of the city**. Princeton, 80f, 2021. Tese (Bacharelado em artes). Departamento de antropologia, Universidade de Princeton, Princeton, 2021.

PETERS, A. These buildings combine affordable housing and vertical farming. **Agritecture**, *online*, feb. 18, 2021. Disponível em: <https://www.agritecture.com/blog/2021/2/18/these-buildings-combine-affordable-housing-and-vertical-farming>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PINK FARMS. **Agricultura vertical pode atingir US\$17,8 bi até 2028**. Brasil: Pink Farms, 2022. Disponível em: <https://pinkfarms.com.br/2022/11/04/agricultura-vertical-pode-crescer-ate-178-bi-ate-2028/>. Acesso em: 09 set. 2024.

RIBEIRO, T. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. **Revista de direito da cidade**, vol.10, n. 03, jul. 2018.

SANTOS, M. Conheça a Pink Farms, maior fazenda urbana vertical da América Latina. **Época Negócios**, *online*, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2020/01/conheca-pink-farms-maior-fazenda-urbana-vertical-da-america-latina.html>. Acesso em: 26 jan 2025.

SOEIRO, D. Resenha do livro: Food Utopias: Reimagining citizenship, ethics and community. **Social & Cultural Geography**, v.

17, n. 7, p. 980-981, 2016. Resenha da obra de: STOCK, P. V.; CAROLAN, M.; ROSIN, C. *Food Utopias: Reimagining citizenship, ethics and community*. New York: Routledge, 2015.

SOTTO, D.; RIBEIRO, D. G.; ABIKO, A. K.; SAMPAIO, C. A. C.; NAVAS, C. A.; MARINS, K. R. C.; SOBRAL, M. C. M.; PHILIPPI JR, A.; BUCKERIDGE, M. S. Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação. **Estudos Avançados**, 33 (97), 2019.

SOUZA, A. C; LOPES, F. D. Contradições na prática coletiva da agricultura urbana: uma análise Bourdieusiana. **Cad. EBAPE.BR**, vol. 20, n. 5, Rio de Janeiro, set./out. 2022.

SPECHT, K.; OPITZ, I.; FREISINGER, U. B.; SAWICKA, M. Urban agriculture of the future: an overview of sustainability aspects of food production in and on buildings. **Agriculture and human values**, Vol. 31, No. 1, p.33-51, March, 2014.

TAKEO, E. **People and Plants in a Rust Belt City**: a Critical Analysis of Urban Agriculture in Cleveland, Ohio Using a Sustainable Development Framework. Senior Independent Study Theses. Paper 213. 151 p. 2013.

THOMAIER, S. et al. Farming in and on urban buildings: Present practice and specific novelties of Zero-Acreage Farming (Zfarming). **Renewable Agriculture and Food Systems Journal**. Cambridge University Press: 24 April 2014, p. 43-54.

UN. United Nations. 68% of the world population projected to live in urban areas by 2050, says UN. **Revision of World Urbanization Prospects**. 2018. Disponível em: <https://www.un.org/uk/desa/68-world-population-projected-live-urban-areas-2050-says-un>. Acesso em: 28 out. 2024.

WALMART. Walmart and Plenty partner to lead the future of fresh produce. **Walmart News**, jan. 25 2022. Disponível em: <https://corporate.walmart.com/news/2022/01/25/walmart-and-plenty-partner-to-lead-the-future-of-fresh-produce>. Acesso em: 13 fev. 2025.

WILKINSON, J. **O mundo dos alimentos em transformação**. 1ª ed., Curitiba: Appris, 235p. 2023.

Recebido para publicação em 10/04/2025

Aceito para publicação em 12/09/2025

# PARQUES LINEARES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: UM FIO DE CONTINUIDADE ENTRE HIGIENISMO E AMBIENTALISMO?

*LINEAR PARKS IN THE CITY OF SÃO  
PAULO: A THREAD OF CONTINUITY  
BETWEEN HYGIENISM AND  
ENVIRONMENTALISM?*

*PARQUES LINEALES EN LA CIUDAD DE  
SÃO PAULO: ¿UN HILO DE  
CONTINUIDAD ENTRE HIGIENISMO Y  
AMBIENTALISMO?*

Miguel Marques Crochik  
Universidade Estadual de Campinas  
miguel.crochik@alumni.usp.br

## Resumo:

Este artigo analisa a política de parques lineares em São Paulo à luz da hipótese de continuidade entre higienismo e ambientalismo enquanto filosofias do urbano. Argumenta-se que, embora sob discursos distintos, ambas operam a partir de uma lógica de disciplinamento dos corpos e reconfiguração espacial que afeta majoritariamente a população trabalhadora mais vulnerável. A partir da análise de documentos, dados empíricos e bibliografia especializada, o texto mostra como a remoção de moradias precárias para implantação de projetos urbanísticos “verdes” reproduz mecanismos históricos de exclusão urbana, agora legitimados por um discurso de sustentabilidade. Ao invés de garantir justiça socioambiental, essa política frequentemente contribui para novas formas de espoliação, colocando em xeque os objetivos ambientais e reproduzindo antigas práticas higienistas na metrópole paulistana em pleno século XXI.

## Palavras-chave:

Higienismo; Ambientalismo; Parque linear; Remoções; Urbanismo.

.

|             |           |                                 |                 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025 | ISSN: 2674-8355 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

This article analyzes the policy of linear parks in São Paulo through the hypothesis of continuity between hygienism and environmentalism as urban philosophies. It argues that, despite distinct discourses, both operate through the logic of disciplining bodies and spatial reconfiguration that primarily affects the most vulnerable segments of the working class. Based on the analysis of documents, empirical data, and specialized bibliography, the text demonstrates how the removal of precarious housing for the implementation of “green” urban projects reproduces historical mechanisms of urban exclusion, now legitimized by a discourse of sustainability. Rather than promoting socio-environmental justice, this policy often contributes to new forms of dispossession, calling into question its environmental goals and reproducing old hygienist practices in the metropolis of São Paulo in the 21st century.

**Keywords** Sanitary movement, Environmentalism, Linear Park, Displacement, Urbanism.

**Resumen:**

Este artículo analiza la política de parques lineales en São Paulo a la luz de la hipótesis de continuidad entre el higienismo y el ambientalismo como filosofías urbanas. Se argumenta que, aunque con discursos distintos, ambas operan a partir de una lógica de disciplinamiento de los cuerpos y reconfiguración espacial que afecta principalmente a la población trabajadora más vulnerable. A partir del análisis de documentos, datos empíricos y bibliografía especializada, el texto muestra cómo la remoción de viviendas precarias para la implementación de proyectos urbanísticos “verdes” reproduce mecanismos históricos de exclusión urbana, ahora legitimados por un discurso de sostenibilidad. En lugar de garantizar justicia socioambiental, esta política a menudo contribuye a nuevas formas de despojo, poniendo en duda sus objetivos ambientales y reproduciendo antiguas prácticas higienistas en la metrópoli de São Paulo en pleno siglo XXI.

**Palabras-clave:** Higienismo, Ambientalismo, Parque lineal, Desalojos, Urbanismo.

## Introdução<sup>1</sup>

A partir do século XIX - em meio à Revolução Industrial e ao processo de acumulação primitiva - as ideias higienistas começaram a se consolidar como norma e prática na reestruturação dos espaços urbanos e no disciplinamento dos comportamentos da população que se urbanizava. As cidades, então, passaram a incorporar novos significados sociais, definidos pelas exigências da lógica produtiva do capital. O aumento da concentração populacional - que culminou em crises sanitárias - foi decisivo para o surgimento do urbanismo enquanto área de conhecimento e de intervenção.

No século XXI, em contexto de crise ambiental e reestruturação produtiva, o urbanismo passou a ser influenciado por ideias que se propõem sustentáveis. A criação de áreas verdes e a recuperação de rios tornaram-se diretrizes cada vez mais comuns nas ações planejadoras dos Estados sobre o espaço urbano. Essas intervenções estão no bojo da reconfiguração de grandes cidades, articulando preocupações ecológicas com interesses econômicos e de controle territorial, o que nos impele a problematizar o papel do ambientalismo no processo de reestruturação imobiliária (Pereira, 2006)<sup>2</sup>.

Em *Higienismo e ambientalismo: filosofias do urbano*, Seabra (2013) disserta sobre algumas características que permitem observar certo “fio de continuidade” entre higienismo e ambientalismo. Tomás (1996) também aponta para a importância de se atentar à perenidade entre essas duas filosofias: “(...) nos convencemos de que o higienismo

---

<sup>1</sup> A pesquisa para elaboração deste texto foi elaborada durante o mestrado realizado com bolsa do CNPq.

<sup>2</sup> É relevante sublinhar que as reestruturações urbanas se deram e se dão em diferentes momentos e ritmos nos países centrais e nos periféricos.

é um instrumento básico para a compreensão da problemática ambiental. Sem retomá-lo, sem resgatá-lo, fica incompleta qualquer discussão sobre o assunto.” (Tomás, 1996, p. 8).

Este trabalho propõe uma leitura sobre a hipótese de continuidade, examinando ações ambientais da Prefeitura de São Paulo (PMSP) em fundos de vale entre 2003 e 2016 com ênfase nas remoções associadas à política de implantação de Parques Lineares.

A metodologia adotada neste trabalho baseou-se nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, articulando teoria e prática para crítica da realidade urbana. Nos valem da análise da legislação urbanística vigente no município de São Paulo, com ênfase nas leis dos Planos Diretores. Realizou-se também uma revisão bibliográfica explorando trabalhos publicados sobre temas relacionados ao higienismo no Brasil e às políticas ambientais urbanas (com enfoque em parques lineares).

Buscamos compreender qualitativa e quantitativamente o fenômeno das remoções na cidade através da sistematização de dados produzidos pela Secretaria Municipal de Habitação e Observatório de Remoções (entre outras fontes), além da realização de pesquisas de campo na zona noroeste do município, entre os anos de 2014 e 2018, com coleta de depoimentos de moradores atingidos por remoções para implantação de parques lineares. Essa abordagem integrada possibilitou uma leitura das dinâmicas socioespaciais em curso, disparadas por políticas públicas, observando suas contradições na materialidade, tendo em vista uma possível analogia entre o urbanismo do presente e do passado.

Em sua época, o higienismo fundamentou ideias das classes dominantes e se traduziu em duas ciências instrumentais utilizadas para gerir a população e o espaço urbano: a medicina social e a



engenharia sanitaria. As questões higiênica e sanitária formaram um par de atuação conjunta, sendo os preceitos da primeira, básicos para a prática da segunda. Segundo Seabra (2013), esse conjunto de práticas e ideias (higienismo/sanitarismo) deve ser compreendido como uma filosofia do urbano, ou seja, uma concepção do que deveria ser o espaço urbano.

Desde essa época as práticas higienistas estiveram presentes em diversas políticas públicas brasileiras, tendo como premissa a construção de uma “cidade saudável”. O higienismo se manifestou no regramento urbanístico que produziu segregação socioespacial (proibindo cortiços no centro, por exemplo), na implementação de saneamento básico e canalização dos rios, no controle sanitário e de costumes etc.

Assim como Farias Filho e Alvim (2022, p.3), parte-se do pressuposto de que “o higienismo jamais foi superado enquanto modelo urbanístico, mas que evoluíra, adequando-se a novos princípios e técnicas de ação decorrentes de razões de ordem social, econômica e política”.

No século XXI, em contexto de urbanização crítica<sup>3</sup> (Damiani, 2008), o alibi verde tem sido responsável por justificar a expropriação de milhares de pessoas, precarizando suas condições de vida e dificultando sua reprodução na cidade de São Paulo. A hipótese a ser investigada é que, embora com discurso diferente, a prática urbanística sustentável tem reproduzido efeitos semelhantes aos que o higienismo e o eugenismo propunham no início do século passado.

---

<sup>3</sup> Para Damiani, a cidade produzida como negócio e a crise do trabalho produzem um efeito de acumulação primitiva do espaço, o que renova os processos de expropriação. “O movimento é ir distanciando os espaços periféricos e ir constituindo novas centralidades econômicas metropolitanas.” (Damiani, 2008, p.241)

As remoções massivas que vêm ocorrendo na metrópole paulista nas últimas décadas já se configuram como uma política de Estado que atinge trabalhadores precariamente inseridos na economia. Segundo o Observatório de Remoções na região metropolitana de São Paulo, entre 2010 e 2016, 65.798 famílias foram removidas de suas casas (Rolnik *et al.* 2017)<sup>4</sup>. Outras 222.128 estavam sob ameaça de remoção. Ainda segundo o Observatório, o argumento de “implantação de áreas verdes” foi, neste período, a segunda razão que mais justificou remoções na metrópole, à frente, por exemplo, das “áreas de impacto de operações urbanas” (*Ibid.*, p. 12).

Diante desse cenário, este trabalho propõe uma análise crítica da política de Parques Lineares em São Paulo, observando como ela tem operado enquanto instrumento de reestruturação urbana ancorada em um discurso ambientalista. Nosso objetivo é verificar em que medida essa prática reproduz, sob nova roupagem, lógicas segregatórias presentes no higienismo do passado, promovendo a expulsão dos segmentos mais vulneráveis da população sob o pretexto de construção de uma cidade mais sustentável. Ao tensionar a relação entre urbanismo, ambientalismo, racismo e segregação, buscamos contribuir para o debate sobre os usos políticos da natureza no contexto urbano contemporâneo.

---

<sup>4</sup> Se levarmos em conta os dados entre 2010 e 2023, 100.785 famílias foram retiradas forçadamente de suas casas (Dados compilados de Rolnik *et al.* 2017, p. 12; e Labcidade, 2023). Vale destacar que, nesse período, os despejos tiveram influência da Copa do Mundo de 2014, o que maximizou um processo que já estava em andamento e que continuou após o evento.

## **Uma nova intervenção urbanística nos rios**

Os rios da metrópole de São Paulo chegaram ao século XXI sendo apropriados de duas maneiras principais: aqueles que receberam intervenção sanitária do poder público e aqueles que não. Os primeiros, em geral, foram instalados em galerias subterrâneas e têm ruas e avenidas sobre as áreas dos cursos d'água e suas várzeas; os outros, em geral, são ocupados pela população pobre que aí se estabelece em favelas. Enquanto o primeiro grupo de rios está mais próximo das áreas centrais da metrópole, o segundo aparece, preferencialmente, nas periferias. “Raro é o curso d'água na área urbana que não apresente uma dessas situações.” (Travassos, 2010, p. 21).

A lógica sanitaria de urbanismo teve papel crucial na configuração desse panorama. As várzeas dos rios próximos ao centro urbano – em constante expansão – foram consideradas, na virada do século XIX para o XX, importantes focos de pestilências. Buscava-se sanear os rios cujas águas recebiam maior quantidade de esgoto e resíduos, pois, com avanço da urbanização, existiam riscos à saúde pública. Além disso, interessava às indústrias a domesticação dos rios para poder utilizá-los como força produtiva e, também ao capital imobiliário, que vislumbrava nas várzeas novos espaços para valorização.

As várzeas, que eram espaços de lazer ou uso cotidiano, foram se transformando, recebendo novos usos. A nova ocupação dessas terras fluviais era associada diretamente aos trabalhadores mais pobres e à desordem.

As campinas verdejantes das várzeas, onde animais pastavam bucolicamente – e onde os paulistanos namoravam e passeavam, ou se banhavam e lavavam a roupa, conforme a ocasião - eram lugares que os rios requisitavam para suas

águas, na época das chuvas. Com o súbito crescimento de São Paulo, esses lugares foram sendo rapidamente transfigurados. As antigas campinas das várzeas logo passariam a condição de “terrenos insalubres, infectos; lugar inseguro e de frequência suspeita”. (Tomás, 1996, p. 83)

As obras de domesticação do espaço natural do sítio urbano de São Paulo trouxeram, desde o século XIX, a necessidade de se lidar com as águas. Desde então esse é um problema central no processo de urbanização, que se manifesta através do assoreamento e enchentes dos corpos d’água, do grande índice de moradias sem saneamento básico e da disponibilidade de água tratada.

As obras sanitaristas foram instrumentos para lidar com esses problemas e atingiram os rios e córregos por onde a malha urbana se expandiu, no final do século XIX e começo do XX. Concomitantemente, a normatização higienista se consolidou através do Código de Posturas de 1886, Código Penal de 1890 e do Código Sanitário do Estado de 1894, que impuseram uma série de novas normas das quais merecem destaque a proibição de cortiços no centro da cidade (até então principal modo de morar da classe trabalhadora de São Paulo) e a proibição de costumes negros que, supostamente, significavam uma afronta à cultura e à limpeza da cidade.

Os pobres foram retirados das áreas centrais e de valorização imobiliária, foram-lhes designadas as lonjuras da cidade<sup>5</sup>. “A higienização-e-modernização da área central da cidade, de fato, inaugura uma era de contínuo ‘empurrar para adiante’ os problemas da miséria.” (Tomás, 1996, p. 64). Levando-se em conta que

---

<sup>5</sup> Ação realizada de forma extraoficial, mas também oficial, com incentivo fiscal para produção imobiliária de casas higiênicas para trabalhadores em áreas afastadas do centro (Rolnik, 1997).

estruturação das classes no Brasil foi e é realizada a partir da racialização, é fundamental destacar o caráter racista da normatização higienista.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, ao ideal higienista somou-se outro paradigma modernizador e decisivo na forma como se apropriaram os rios na cidade de São Paulo: o rodoviarismo assentado sobre fundos de vale.

A replicação contínua da atuação do poder público sobre os rios urbanos baseada no binômio sanitarismo-rodoviarismo representou um paradigma urbanístico até o fim do século XX. No entanto, nos últimos vinte anos, houve um processo de mudança de padrão no planejamento urbano para rios e várzeas. Novas políticas públicas começaram a ser elaboradas e praticadas, a partir da “filosofia ambientalista” (Seabra, 2013).

A partir da regulamentação do Estatuto da Cidade (2001), essa concepção de espaço começou a se tornar uma política urbanística ampliada. Em 2002, apareceu no Plano Diretor Estratégico de São Paulo (São Paulo, 2002), pela primeira vez, a ideia de “parque linear”, instrumento que visa o atendimento de critérios de sustentabilidade no espaço urbano, e que tem como base o argumento de que é importante “a convivência dos recursos naturais com os elementos construídos” (Migliacci, 2016, p. 71).

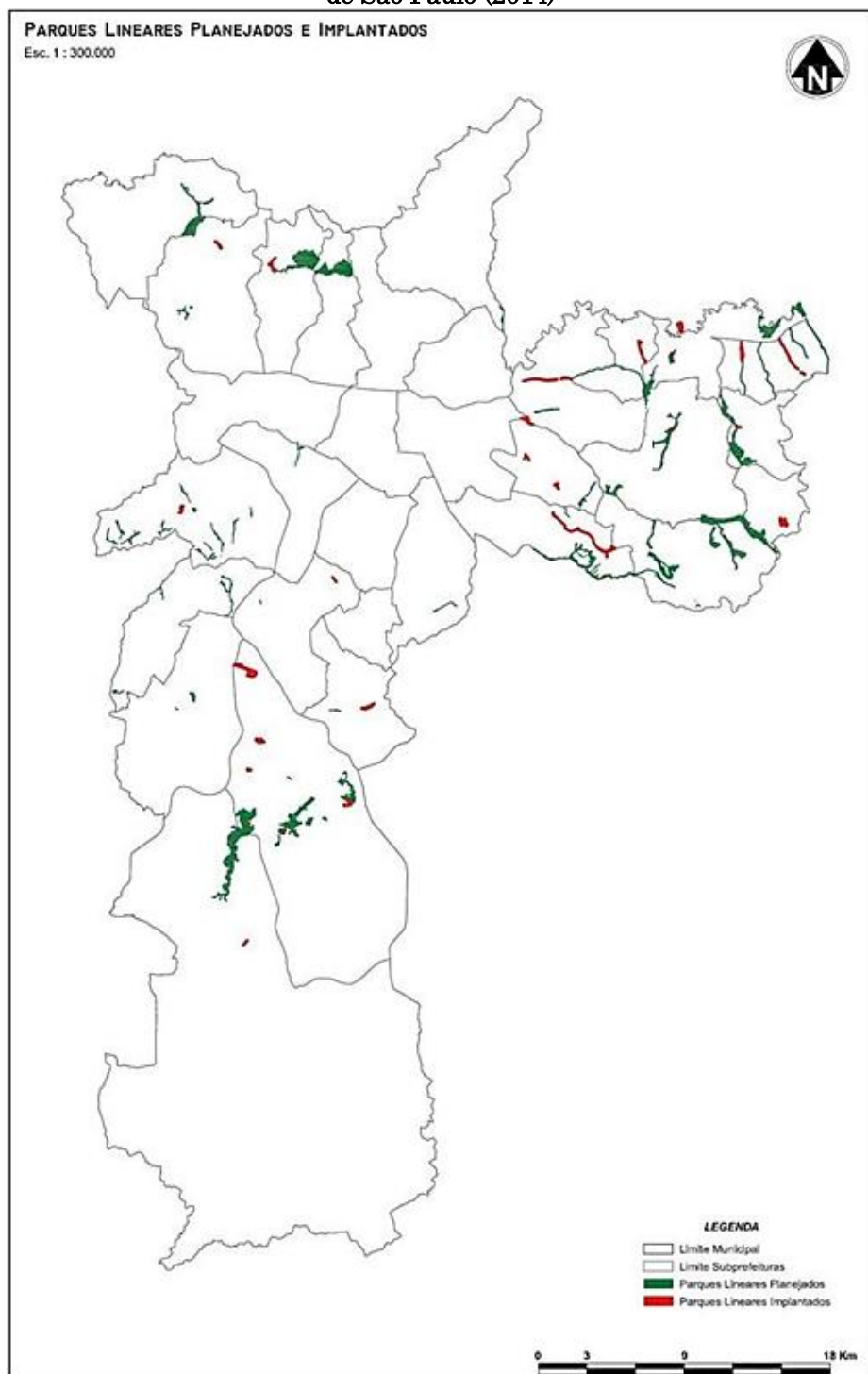
Essa novidade teórica pode ser observável em números: no início do século XXI a cidade de São Paulo contava com cerca de 30 parques, a maioria originada através de terrenos sem construções incorporados à municipalidade. Atualmente, já existem 113 parques na cidade, tipificados entre urbanos, naturais e lineares. O grande salto ocorreu em 2008, através da criação do programa “100 parques para São Paulo”. A partir de então a modalidade parque linear

passou realmente a ser uma política pública da PMSP. Os parques deste programa passaram a ser implantados em algumas áreas ocupadas, exigindo, portanto, desapropriações e remoções. Chama a atenção a geografia da política de parques lineares, que prioriza a instalação destes equipamentos nas periferias do município, sobretudo Norte, Sul e Leste - como cartografado por Migliacci (2016, p. 73) -, coincidindo com áreas ocupadas pelas frações mais pobres da classe trabalhadora<sup>6</sup> (ver Mapa 1).

---

<sup>6</sup> O Plano Diretor de São Paulo prevê que existam 272 parques na cidade até 2030, sendo 107 classificados como parques lineares.

**Mapa 1 – Parques lineares planejados e implantados no município  
de São Paulo (2014)**



Fonte: Migliacci, 2016, p. 73 (adaptado).

O processo de modernização da sociedade progrediu de modo a ocupar as áreas de várzeas, reduzindo os espaços das águas. A crescente impermeabilização do solo, associada à difusão das canalizações de riachos e córregos, levou a uma vertiginosa aceleração no escoamento das águas pluviais e fluviais. As obras de retificação dos rios diminuíram a extensão dos canais, acelerando assim o fluxo das águas. Todos esses fatores se somam e colaboram para o aumento do volume de material sólido que chega às calhas dos corpos d'água, gerando um constante processo de assoreamento. Os problemas de coleta de lixo também contribuem para isso. As obras de aprofundamento das calhas não se mostraram suficientes para controlar as enchentes.

É diante desse quadro que, a partir da década de 2000, a rede hídrica passou a ser considerada “elemento estruturador e de transformação urbanística” no planejamento da cidade. Essa estratégia propõe áreas verdes nos fundos de vale, no intuito de criar “infraestruturas verdes”, através dos parques lineares (São Paulo, 2014).

O conceito desse tipo de parque parte do pressuposto de restauração dos rios localizados em áreas urbanas, a fim de criar corredores ecológicos que liguem as manchas de vegetação da cidade. Uma das justificativas para essa política pública seria a de conformar uma rede de terrenos que possibilitasse o movimento e a fluidez de pessoas, animais, sementes, águas, entre outros elementos.

A definição do que é um parque linear torna-se mais ampla, pois segundo a legislação essa seria uma solução intersetorial para distintos objetivos: ecológico; recreacional; cultural; habitacional; estético; saneador; de mobilidade; controle do uso do espaço etc. (São Paulo, 2014, art. 273). No entanto, essa nova forma de intervenção



urbanística para os rios dificilmente pode dar conta desses múltiplos objetivos sem contradições, como veremos a seguir.

## **Parque X Moradia**

Tanto Migliacci (2016), quanto Travassos (2010) constatarem em suas pesquisas que as instituições públicas brasileiras passaram a incorporar os ideais da sustentabilidade no urbanismo, a partir de modelos estadunidenses e europeus. Contudo, essa inspiração nos países centrais ocorreu sem uma aprofundada reflexão sobre as condições de formação das cidades em um país periférico, com características socioespaciais distintas dos locais para onde foram concebidos os parques lineares originalmente.

Travassos (2010), estudando a adaptação dos projetos de parque linear para a cidade de São Paulo, afirmou que as obras realizadas pela PMSP tiveram como modelo principal os projetos propostos pela *Soil Conservation Service*, empresa privada estadunidense, especialista em preservação e restauro de recursos naturais (*Ibid.*, p. 74).

Um ponto pouco elaborado nos projetos brasileiros é a condição de moradia da classe trabalhadora, que é muito distinta da realidade dos países centrais. Nas grandes cidades brasileiras, cuja estruturação espacial tem, como elemento essencial, a contínua espoliação urbana (Kowarick, 1980) e a segregação como conteúdo (Alvarez, 2013), a apropriação das margens de rios pelos pobres se consolidou como um ordinário modo de morar. Esse fato não é uma questão relevante para os parques lineares dos países centrais, de onde o modelo foi importado sem grandes adaptações.

De acordo com a Secretaria de Habitação (Sehab), em 2009, o

município de São Paulo tinha 1.637 favelas, das quais 569 se encontravam sobre áreas de várzea ou leito de rios, totalizando mais de 224 mil domicílios nessas condições (São Paulo, 2009). Em 2018, a Sehab apresentou o dado de 1.715 favelas, não informando quantas estavam sobre várzeas ou rios (São Paulo, 2018).

A espacialização periférica dos parques lineares na cidade de São Paulo faz coincidir a implantação desses equipamentos com as ocupações mais pobres nas periferias (Mapa 1). Um motivo que explica essa situação é que nessas áreas se encontram os corpos d'água ainda com canais abertos, não saneados, pois não foram objetos de obras sanitárias. Outro motivo seria o custo, visto que a implantação quantitativa de parques seria muito mais onerosa à PMSP se ocorresse nas áreas consideradas centrais, por conta das desapropriações de imóveis. Nesse sentido, os parques nas periferias se justificariam por ser uma opção mais “econômica” para o Estado, visto que o preço das terras é mais baixo nesses locais<sup>7</sup>.

Há uma dinâmica de valorização-segregação no processo de expansão espacial da metrópole em que as áreas próximas aos rios são, inicialmente, menos valorizadas do ponto de vista imobiliário, por conta das suas características sazonais. Desse modo são ocupadas por populações de menor renda até o momento em que recebem obras de engenharia que visam domesticar o rio e, então, se valorizam, o que cria condições para um processo de valorização na área do entorno e leva à expulsão das classes mais pobres pelo aumento do custo de vida.

Dessa forma, os rios mais centrais – que outrora eram desvalorizados – após serem domesticados, se tornaram áreas tão

---

<sup>7</sup> A falta de conhecimento legal e de recursos financeiros para suporte jurídico da população periférica contribui para que a PMSP instale parques nessas áreas, reduzindo gastos com remoções devido à resistência limitada dos afetados.

valorizadas que, do ponto de vista da austeridade econômica, se tornou quase inviável para a PMSP descanalizá-los para criar parques lineares. Isto é, os investimentos do passado tornam-se um argumento contrário à adaptação desses corpos d'água ao padrão do novo urbanismo sustentável, mesmo que atualmente essa seja a forma de intervenção considerada, pelos próprios planejadores, como a mais adequada.

A criação de parques pode levar à criação de novas centralidades em áreas historicamente desvalorizadas da metrópole, ao passo que afasta a população mais pobre desse espaço. Como exemplos pode-se citar o Parque Linear do Córrego Do Rio Verde, em Itaquera, associado a um conjunto de intervenções urbanísticas de requalificação desta região no contexto da Copa do Mundo de 2014 (Migliacci, 2016), ou também o Parque Linear do Ribeirão Perus, correlacionado à reestruturação imobiliária proposta pelo Rodoanel (Crochik, 2018). Dessa forma, se configura uma estratégia de valorização do espaço que ressignifica espaços periféricos da metrópole, sem necessariamente investir em desapropriações gigantescas e custosas. A estratégia espacial do Estado se dá através de intervenções precisas, em espaços restritos e desencadeando um processo de gentrificação verde (Safransky, 2014) nas suas adjacências.

Nesse sentido, o próprio Plano Diretor (São Paulo, 2014) enfatiza que um dos objetivos dos parques lineares é criar condições para atrair negócios imobiliários em novas áreas de expansão urbana.

Art. 107 – (...) II - ampliar os espaços de lazer ativo e contemplativo, criando progressivamente parques lineares ao longo dos cursos d'água e fundos de vales não urbanizados, de modo a atrair,

para a vizinhança imediata, empreendimentos residenciais;

Isto é, o projeto de introdução dos fundos de vale periféricos no circuito formal de valorização ocorre em associação ao novo produto imobiliário: o condomínio em que se pode contemplar o verde.

Essa estratégia aparece como palatável ao senso comum, pois esses espaços são facilmente taxados como locais degradados que merecem ser “revitalizados”. Fato que torna essa estratégia difícil de ser criticada dada a confusão de representações que ela envolve: como uma ação que busca preservar o meio ambiente e atuar sobre um espaço deteriorado pode ser causadora de problemas? O apelo ambiental relega ao segundo plano (ao invisível) a grave situação social das pessoas que foram (ou serão) deslocadas.

Além disso, há também os parques lineares que foram implantados em áreas onde não havia moradias, cuja lógica é semelhante, porém com o impacto social direto, menor. Do ponto de vista das estratégias, estes cumprem a função de inibir possíveis novas ocupações, operando como um fator de controle do uso do solo urbano. Podemos citar como exemplo o Parque Linear Perus cuja área desapropriada no sul do distrito era livre de construções, e passou anos sem receber nenhuma obra. Nesse ínterim se iniciou um loteamento irregular no terreno, até que foi realizada uma reintegração de posse a pedido da Secretaria do Verde e Meio Ambiente<sup>8</sup>.

Fica explícito, conforme observa Rizzi (2011, p. 34) que o “planejamento dos parques lineares em Perus foi realizado visando,

---

<sup>8</sup> Retirado de <  
[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio\\_ambiente/noticias/?p=2372](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/noticias/?p=2372)  
12 > Acessado em: 17 de janeiro de 2018.

acima de tudo, impedir e reduzir o alastramento da urbanização desse tipo de população para o restante do espaço”.

Passemos, portanto, a refletir sobre a abordagem dos projetos de parques lineares para a questão da moradia em fundos de vale, elemento chave na compreensão de suas contradições. Os instrumentos legais elaborados para proteger os fundos de vale não foram efetivos diante da crescente demanda por moradia na cidade e o crescimento populacional nesses espaços vem ocorrendo a taxas maiores do que em outras partes do relevo da cidade de São Paulo (Travassos, 2010, p. 96).

Por conta disso, para a execução das obras dos parques lineares é praxe a remoção de famílias. Como já destacado, dentre os vários objetivos a que se propõem os parques lineares um dos menos prioritários é aquele relacionado à questão de moradia adequada à classe trabalhadora, o que compromete os próprios objetivos ecológicos dessa política.

A diretiva geral da Sehab para os projetos públicos habitacionais é de se buscar elaborar um projeto que remova o menor número de famílias possível e que essas sejam alocadas no mesmo distrito, ou o mais próximo possível.

Travassos (2010) em sua análise sobre a política de parques lineares em São Paulo mostrou que, em diversos casos, o provisionamento habitacional proposto pela PMSP foi insuficiente para garantir o direito à moradia adequada, visto que o principal instrumento utilizado para efetivar a remoção tem sido o pagamento de indenizações às famílias, tanto o auxílio-aluguel mensal quanto a indenização única. Essa última variava entre R\$5 mil e R\$8 mil na maioria dos casos, podendo chegar a valores maiores em algumas exceções. Segundo o levantamento de Travassos (2010), somente nos

parques lineares Canivete, Itaim e Ribeirão do Fogo, por exemplo, 1.743 famílias foram removidas de suas casas, sendo que cerca de 1.100 receberam a indenização única, enquanto as outras foram alocadas em conjuntos habitacionais ou estão à espera disso, recebendo auxílio-aluguel.

Uma análise sobre as políticas que envolvem remoções em São Paulo nas últimas décadas, nos leva a concluir que não há projeto que vise compensar as centenas de milhares de pessoas removidas de suas moradias. A justificativa frequente para a falta de política habitacional para os removidos é mais uma vez a austeridade, a falta de verba do Estado.

Neste sentido, podemos afirmar que o auxílio-aluguel compensatório (ou a indenização única) tem sido a política habitacional mais abrangente para esses casos. Nas últimas décadas, dezenas de milhares de famílias foram alvo deste instrumento. Trata-se de uma compensação financeira mensal de R\$400 dada às famílias removidas, valor irrisório diante da oferta de moradias dignas em São Paulo. O número de famílias recebendo esse auxílio chegou a mais de 30 mil em 2016. Em junho de 2024, 24.015 famílias recebiam auxílio-aluguel no município de São Paulo<sup>9</sup>. Não há contabilização publicada sobre removidos que receberam uma indenização única.

É necessário sublinhar que essa política se traduz em precarização e instabilidade na vida dos atingidos, como é possível notar através do depoimento colhido em 2018, com uma moradora que foi removida em 2011 para implantação de um parque em Perus e que recebia auxílio-aluguel desde então, enquanto aguardava a

---

<sup>9</sup> Dados disponíveis em <http://www.habitasampa.inf.br/atendimento/consulta-de-atendimentos-em-andamento-ou-encerrados/atendimento-provisorio-auxilio-aluguel/>, acesso em 14/06/2024.

produção da sua habitação de interesse social:

Nesse tempo (desde a remoção) moramos em várias casas, essa que eu to agora é a quarta, depois que eu saí de lá foi quatro casas. (...) Todas aqui em Perus. Pra pagar o aluguel tem que inteirar... o bolsa aluguel não dá tudo, porque você não acha casa de aluguel no valor que eles dão.

O projeto ambientalista de cidade atinge a materialidade diretamente ao deslocar milhares de famílias de suas moradias e também carrega consigo aspectos subjetivos da expropriação, que não devem ser menosprezados. Em outro depoimento coletado em Perus, uma moradora descreveu os sentimentos relacionados à remoção:

Aí eles iam e derrubava a casa, a máquina vinha... Foi duro, né? Foi difícil, né? Porque ver sua casa, que você sonhou construir com tanto esforço, aí aquela “maquinona” vinha né? Quebrando a laje, destruindo tudo... ficou muito triste ali... teve gente que ficou com depressão ali... Teve um até que se matou...

A aproximação com histórias pessoais de remoções nos mostra que esse processo se inscreve na alma, no corpo e muitas vezes leva à expropriação dos meios de reprodução na cidade, como é o caso de outro atingido por remoção em Perus, que nos contou que levou 15 anos para autoconstrução de sua casa. Nesse processo desenvolveu três hérnias de disco, por carregar peso. Quando foi desalojado tinha acabado de contrair uma dívida de R\$9.000 para abrir um comércio na parte de baixo da sua casa, mas como todos que conjugam moradia e comércio no mesmo imóvel, teve direito apenas a receber um único auxílio-aluguel. Ao ser removido, viu-se obrigado a fechar seu comércio, arcar com sua dívida e voltar para casa dos pais com sua esposa e três filhos.

A análise das remoções massivas nos revela experiências de expropriação que refletem um projeto de abandono organizado pelo Estado da população mais pobre (Gilmore, 2025) e tem no urbanismo sustentável um argumento renovado para higienização social de espaços, inclusive aqueles considerados periféricos.

Observa-se que a atual política de remoções fere, em muitos casos, os marcos legais conquistados pelos movimentos sociais urbanos, visto que o direito à posse da terra desses assentamentos é relativizado, enquanto há espoliação dos ativos dos mais pobres, sem reconhecer seus direitos. Sob o argumento da austeridade, a política de expansão dos parques em São Paulo tem se realizado à custa da expropriação dos trabalhadores mais pobres e do sacrifício do direito à moradia adequada.

### **Ambientalismo espetacularizado e culpabilização dos pobres**

Em *O planeta doente*, Debord (2015) assevera que o modo reformista de enfrentar a crise ambiental serve para “lubrificar” as formas de reprodução social. Segundo essa visão, a prática ambientalista institucional apresenta-se como um momento decaído do discurso que difunde. Trata-se de um ambientalismo espetacularizado, que perde sua qualidade e se torna imagem (Debord, 1997).

Como demonstrado, as remoções sustentadas por motivos ambientalistas não são um fenômeno lateral no atual processo de urbanização. As indenizações insuficientes aos removidos são um obstáculo ao próprio objetivo ecológico dos parques lineares. Como destaca Travassos (2010, p. 200):

É possível, inclusive, que terminem por ocupar outras áreas públicas: talvez em áreas de risco, às



margens de outros córregos da região, a montante ou a jusante do mesmo córrego, ou talvez adensando algum assentamento precário nas franjas metropolitanas, em fundos de vale de áreas duplamente protegidas – pelo Código Florestal e pela Legislação de Proteção aos Mananciais (...)

A irracionalidade do ambientalismo espetacularizado ganha forma na sua vertente urbanística. Um exemplo concreto, pode ser observado na Brasilândia, onde a implantação do Parque Linear Canivete culminou com avanço da ocupação em direção a áreas protegidas da Serra da Cantareira.

De acordo com estudos de campo realizados por Angileli (2008-2012), a remoção realizada através de um atendimento habitacional inadequado, contribuiu para a formação de uma nova favela denominada Tribo e com o adensamento da ocupação Fazendinha, também localizada em áreas de risco, nas encostas da pré-Serra da Cantareira (Sandeville e Angileli, 2013, p.15).

No extremo sul da cidade a política urbanística sustentável se faz muito presente. O documentário “Reservatório de Tensões<sup>10</sup>” relata uma série de contradições envolvidas nesses projetos. Dentre outras informações é constatado que parte dos removidos para a implantação do Parque Linear Cantinho do Céu mudou-se para outras partes da própria área de mananciais. Ainda há nesse documento o registro de que houve remoção e demolição de casas para a extensão desse parque, mas as obras foram abandonadas pela PMSP. Sobre os escombros das antigas moradias foi construída outra ocupação.

Em pesquisa de campo sobre a implantação do Parque Linear do Complexo do Bamburral, em Perus (Zona Noroeste) descobriu-se

---

<sup>10</sup> Elaborado pelo coletivo “Periferia em Movimento”, em 2018. Disponível em < <http://periferiaemmovimento.com.br/extremo-sul-um-reservatorio-de-tensoes/> >, Acessado em: 03 de setembro de 2018.

a região de destino imediato após a remoção das 294 famílias forçadas a sair de suas casas por conta deste projeto:

**Tabela 1 - Local de destino das 294 famílias logo após a remoção do Complexo do Bamburral**

| <b>Destino após a remoção</b>                     | <b>Total de famílias</b> |
|---------------------------------------------------|--------------------------|
| Perus (Subprefeitura)                             | 237                      |
| Municípios da Região Metropolitana de São Paulo   | 28                       |
| Zona Norte (Subprefeituras Casa Verde e Pirituba) | 11                       |
| Outros municípios do Estado de São Paulo          | 8                        |
| Outros estados                                    | 7                        |
| Zona Sul                                          | 3                        |

Fonte: São Paulo, 2011.

Através desses dados é possível inferir que uma parte significativa dos removidos foi para locais mais distantes do centro da cidade, mas a grande maioria buscou se manter na Subprefeitura de Perus, pelo menos inicialmente. Através de depoimentos constatou-se que, parte destes que ficaram no bairro, ocuparam terrenos em encostas muito íngremes e outros foram para área dentro do aterro sanitário da região.

Nota-se que parte das remoções que garantiram a criação dos parques lineares acabaram por recolocar e, até agravar, o problema socioambiental. A expropriação instaurada por esse processo traz consigo a tendência de que parte dos removidos se desloque para áreas protegidas pela legislação ambiental, não ocupadas ainda (ou menos densamente ocupadas). Desse modo, as péssimas condições de moradia são reproduzidas.

Portanto, não é possível afirmar que a política de parques lineares tem configurado uma salvaguarda de melhoria ambiental urbana. Pelo contrário, na medida em que ela estimula o avanço da ocupação sobre terrenos da borda da bacia de São Paulo – atingindo áreas de maior declividade e às cabeceiras de córregos – o risco de catástrofe se acentua.

Dito isso, é pertinente reiterar que não se advoga aqui a perpetuação de moradias precárias em áreas de várzeas, pois é perfeitamente justificável que alguns espaços não devam ser ocupados com moradias por conter riscos geológicos, hidrológicos e/ou ecológicos. Por essas características, seria adequado que esses espaços recebessem usos específicos compatíveis. Entretanto, a política pública ambiental desenhada para a cidade de São Paulo tem se mostrado reducionista, apostando em soluções sustentáveis localizadas em perímetros de projetos específicos e fragmentadas do todo, atestando sua própria ineficácia. Soma-se a isso a fragilidade com que são tratados os impactos sociais dessas intervenções, que dissocia o meio ambiente e as pessoas. A crescente fragmentação da realidade se torna uma prática política comum do Estado que termina por mascarar as contradições, tornando-as separadas, como se elas não estivessem ligadas ao movimento global de reprodução da sociedade.

A sustentabilidade, assim como foi o higienismo, também tem se mostrado incompetente para teorizar sobre a totalidade, de modo que as políticas derivadas dessa filosofia simplesmente reiteram o problema que, supostamente, buscam combater. Assim, apesar de se derrogar uma filosofia para além das classes sociais – preocupada com as gerações futuras (Rodrigues, 2005) –, a sustentabilidade assume um conteúdo de classe e, conseqüentemente, de raça.

Não se trata de argumentar contra a existência de espaços livres para uso público na cidade. É evidente que a cidade carece de áreas verdes, de espaços para esportes, para lazer, para convívio social – especialmente nas áreas periféricas. No entanto, em São Paulo, onde “a raridade do espaço se torna cada vez mais presente, para que se tenha esse espaço livre é preciso ‘construí-lo’, ou seja, demolir construções existentes.” (Migliacci, 2016, p. 67). E as construções escolhidas para serem demolidas para este fim têm sido as casas das pessoas mais pobres, evidenciando a contradição de classes no espaço. A nosso ver o conceito de parque linear apropria-se das ideias de “catástrofe ambiental” e de “apropriação de um espaço público” para justificar uma política de remoções.

Conforme observou Scifone (2008), o capitalismo engendrou um complexo “sistema de álibis” variados, destinados a justificar as demandas do sistema. Segundo a autora, “a natureza serve como um álibi para aqueles que querem evitar ou ocultar as contradições” (*Ibid.*, p. 80).

A crítica a que se pretende este artigo avança no sentido de apontar que essa fração da classe trabalhadora tem o direito de estar no urbano negado, sistematicamente. Mesmo sendo um acesso precário e hostil, ele é negado. Afinal, as políticas públicas que mais assertivamente as atingem são as de remoção. Para esse grupo social, em estado de “temporariedade permanente” (Damiani, 2008), ocupar áreas inóspitas de um bairro relativamente bem localizado pode significar, em um momento seguinte, ser expulso para uma periferia mais distante, sob o risco de ocupar uma área tão inóspita quanto a anterior.

Os produtores do espaço construído oferecem ao trabalhador um conjunto limitado de condições de vida. Dessa forma, o trabalhador tem que se virar com aquilo que consegue – habitações precárias e

sem infraestrutura, por exemplo. Nesse sentido a melhoria nas condições de vida é uma batalha constante, tanto no ambiente de trabalho como no espaço de moradia, que vai sendo escamoteada ou confundida pelo ambientalismo. (Seabra, 2013, p.26)

Assim como o sanitarismo, o urbanismo sustentável, distante de uma noção de totalidade, tem como consequência direta o desígnio de “regiões clandestinas” da cidade, aquelas que não estão adequadas às normas. No caso do ambientalismo, um poderoso estereótipo de “pessoas que destroem o meio ambiente em áreas invadidas” permeia o imaginário social. Logo, um dos resultados práticos dessa filosofia é a culpabilização da população mais pobre, como se estes ocupassem áreas de mananciais ou fundos de vale por uma vontade individual<sup>11</sup>. Rizzi caracteriza o processo de higienização social contido na prática e ideologia de sustentabilidade dos planejadores da cidade:

(...) se de um lado faz pouco contra, ou mesmo facilita a especulação imobiliária, de outro, caça com vigor os “criminosos ambientais”. É a sombria relação entre riscos naturais e pobreza urbana, o motor deflagrador do crime ambiental, a mais nova modalidade subversiva dos mais pobres. (Rizzi, 2011, p. 139)

Em pesquisa de campo na zona noroeste, realizamos uma entrevista com uma moradora que estava sendo removida para implantação de um parque e que declarou que essa era a terceira vez que vivia uma remoção forçada pelo Estado.

A dinâmica segregacionista do higienismo parece se renovar através da ação de “empurrar para adiante os problemas da miséria”, para as bordas da cidade, ou para fora dela. Nesse sentido, a viabilização da cidade sustentável implica na seleção de moradores

---

<sup>11</sup>A responsabilização das populações pobres pela degradação ambiental é seletiva e ideológica, desconsiderando que ocupações de alto padrão em áreas de preservação como orlas, morros etc. também provocam sérios impactos socioambientais.

que nela habitam. A combinação entre crise do trabalho (Kurz, 1992) e urbanização como negócio (Carlos, 2004) leva certos espaços a serem ressignificados para o mercado imobiliário: não faz mais sentido um acúmulo de reserva de trabalhadores em espaços que têm potencial para os negócios imobiliários.

Há uma metamorfose da funcionalidade da presença do trabalhador potencial na do morador temporário. A valorização e capitalização das periferias, inclusive reproduzindo formas de especulação financeira e fundiária, constitutivas de centralidades potenciais, acabam por levar a uma acumulação primitiva desses espaços; isto é, uma varredura dos seus usos e moradores existentes, em prol de novas estratégias e empreendimentos. (Damiani, 2008, p. 250)

Migliacci (2016), ao estudar o parque linear do Rio Verde defronta-se com o fato de haver um terreno sem uso que não foi desapropriado para o parque, enquanto outro espaço ocupado por moradias foi designado para ser removido. Diante disso, a autora questiona qual o real sentido dessa ação sustentável:

Questiona-se, assim, qual o sentido de desapropriar áreas ocupadas, sem vegetação para implantar um parque e ao mesmo tempo não desapropriar outras áreas com vegetação e que seriam mais propícias à preservação? Seriam as desapropriações uma ação no sentido de eliminar usos indesejáveis, contribuindo, assim, para a valorização desta área sob requalificação urbana? (ibid., p. 83)

O número elevado de remoções, o baixo valor das indenizações, associado à vulnerabilidade das famílias removidas indicam que o projeto urbanístico sustentável, tal como está colocado, tem um caráter de higienismo social e de agravamento dos problemas ambientais. Há nesses projetos urbanísticos ambientais, portanto, uma ideia seletiva e eugênica do que é sustentável.

Se o objetivo real dos parques lineares fosse enfrentar

problemas ambientais-urbanos, seria primordial partir-se do pressuposto de que a classe trabalhadora tem que conseguir acessar condições adequadas de moradia. Essa prioridade não seria apenas uma opção política, mas também uma ação necessária para que as medidas ambientais pudessem ter algum efeito.

A maneira como os parques lineares estão sendo implantados em São Paulo, gera uma falsa oposição entre os trabalhadores de baixa renda e a preservação do meio ambiente.

Autores que fazem apologia desse tipo de política, sem abordar com profundidade a questão dos fundamentos da desigualdade socioeconômica nas cidades e a contradição entre parques e moradia, acabam por legitimar a expropriação através de um discurso científico. Ao buscar uma solução técnica para um problema que é político, não se observa os limites desse tipo de instrumento.

Por fim, os recursos públicos para a construção de parques lineares, para a urbanização de favelas e para a implantação das redes de saneamento básico, a partir do olhar aqui exposto, devem ser destinados prioritariamente às áreas mais carentes, onde houve, historicamente, menores investimentos do poder público na transformação do território. Esse parâmetro não se coloca somente por uma questão de justiça social, mas também porque é nessas áreas que esses recursos mudarão de forma mais significativa a qualidade de vida da população. (Travassos, 2010, p. 228)

É evidente que o urbanismo ambientalista tem importantes princípios de preservação da saúde humana, de recuperação ecológica, mas há que se ter clareza que é também um veículo de interesses que envolvem extração e maximização das rendas fundiária, espoliação e de abandono organizado. Afirmar que os parques lineares são uma forma de “justiça social” é um

contrassenso, haja vista a política habitacional que acompanha esses projetos. Como destacado por Custódio, a aceitação acrítica do “desenvolvimento sustentável (...) pode resultar em políticas públicas urbanas e em intervenções muito bem-intencionadas, mas desastrosas” (2011, p.89).

Esse novo paradigma da intervenção urbanística, apesar de apresentar algumas novidades reproduz, sob nova aparência, características do modo de intervenção higienista dos séculos XIX e XX, no que se refere à lida com rios urbanos e com os trabalhadores, especialmente, a superpopulação relativa (Marx, 2017). Nesse sentido, existe um ocultamento da história por parte da narrativa criada pelo ambientalismo, que não é visto como tributário dessas concepções pretéritas.

## **Urbanismo sanitaria e urbanismo sustentável**

Seria o ambientalismo uma extensão do higienismo? Não há uma resposta estanque para essa questão, há diferenças claras, mas apontamentos sobre suas semelhanças são necessários. Após alguns paralelos sobre as práticas derivadas dessas duas filosofias, buscaremos agora arrematar algumas ideias dessa comparação, especialmente no que se refere aos negócios imobiliários e à superpopulação relativa.

Uma das características materiais mais relevantes que nos permite comparar urbanismo sanitaria e urbanismo sustentável é o fato de que essas intervenções se constituem, na prática, como um meio de lidar com as ocupações urbanas de baixa renda. Assim como no auge do higienismo, os problemas derivados da inserção precária de parte da classe trabalhadora nas cidades vêm sendo encarados de



maneira “técnica” pela ciência e pela administração pública, que os interpreta como um descompasso na relação entre a sociedade e a natureza.

A crescente urbanização da população tem se processado perpetuando a desigualdade social e as ocupações em áreas de proteção ambiental como um dos principais modos de morar da classe trabalhadora, o que culmina em riscos individuais e sociais. Os referidos sistemas de interpretação da realidade lidam com esses riscos apenas em seus sintomas e são incapazes de interpretar suas causas reais.

Há uma opção política em ignorar a origem social dos problemas e naturalizá-las. Nessa perspectiva, o ambientalismo dominante não apresenta grandes novidades. Os termos higienistas atualizam-se e seguem ocultas as problematizações sobre as reais raízes do enigma urbano: a propriedade privada, a superexploração do trabalho, os processos de expropriação, a renda fundiária e todos os problemas derivados dessas relações sociais.

Esse fio de continuidade, entre higienismo e ambientalismo, tramado através de distintos processos de reconstrução espacial torna-se uma tessitura se levarmos em consideração o papel dessas ideias no processo de inserção de terras no mercado e nas estratégias de valorização imobiliária. Locais que, historicamente, foram habitados pela classe trabalhadora passam a ser vistos, por motivos distintos, como espaços que podem abrigar a novos negócios imobiliários. As ações higienistas ou ambientalistas se configuram como um instrumento catalisador desse processo, um meio de garantir e elevar o potencial de valorização desses espaços.

No final do século XIX, um relatório de uma comissão higienista encarregada de examinar o problema das doenças no centro de São Paulo expressou a seguinte passagem ilustrativa:

“(...)limpar a área central da cidade, das habitações das classes trabalhadoras, jogá-las para a periferia e reservar a região central, área de terrenos valorizados, para a localização privilegiada do comércio, dos serviços, do sistema bancário e dos escritórios.” (Ribeiro, M., 1993, p. 109, *apud* Tomás, 1996, p. 67).

Assim, justificou-se a criação de “espaços saudáveis” e a eliminação dos cortiços do centro, garantindo, ao mesmo tempo, a redefinição do potencial de extração de renda fundiária. Semelhante fenômeno – engendrado de forma mais velada – pode ser observado, no século XXI, em áreas com potencial de se tornar novas centralidades e, que vem recebendo projetos sustentáveis, como nos casos de Itaquerá ou Perus. A intervenção do Estado a partir dessas duas filosofias apresenta-se como um instrumento na disputa pelo espaço entre as classes sociais.

À medida que os negócios imobiliários se expandem pela cidade, se deparam, inevitavelmente, com espaços em que a incorporação imobiliária não se dá de forma trivial. Por exemplo, as várzeas de rios e os territórios de usos da classe trabalhadora que se configuram como barreiras a dificultar a expansão desse capital (Damiani, 2010, p.35). Inicialmente, esses fatos representam um menor potencial de valorização e extração de renda, pois são espaços que requerem maiores custos para se tornarem incorporáveis ou ainda que, mesmo incorporados, teriam “atributos negativos” na paisagem, o que diminuiria as possibilidades de acumulação. Além do mais, os dispositivos legais de segurança da posse e a resistência dos trabalhadores em deixar suas moradias atrapalham a livre fluidez do capital que busca negócios na cidade.

Contraditoriamente, o Estado cumpre importante papel diante dessas barreiras ao realizar intervenções de expulsão dos mais pobres, de embelezamento do espaço e/ou simples inserção de terras no mercado, conforme a direção de expansão desse tipo de capital.

Não à toa a normatização higienista foi aplicada onde havia interesses das classes dominantes. Engels já relatava que, em Manchester no início do século XIX, a vigilância sanitária praticamente não visitava bairros menos centrais da cidade (2010, p. 104). Também é fato que em São Paulo a atuação da polícia sanitária era muito menor nos subúrbios e que a proibição dos cortiços se restringia ao centro da cidade.

O ambientalismo, à sua maneira, reproduz essa característica, com os parques lineares concentrados em áreas com potencial valorização. Assim, as habitações em fundo de vale são consideradas desordenadas, perigosas ou focos de problemas ambientais, desde que estejam no caminho de potenciais negócios com a cidade. Caso contrário, podem ser toleradas. Se o consenso higienista apoiou as reestruturações urbanas na virada do século XIX para o XX, as ideias ambientalistas, no século XXI, cumprem papel semelhante na “domesticação” de fragmentos do espaço urbano que passam por redefinição funcional, em um momento diferente do regime de acumulação.

É possível traçar um paralelo entre a construção do Parque Dom Pedro II e a atual política de parques lineares. A Várzea do Carmo, área de enchente do rio Tamanduateí, se tornou refúgio da população supérflua a partir da explosão demográfica do fim do século XIX. Notadamente negros, mestiços e imigrantes precariamente inseridos na produção ocupavam esse que era um

local possível para a sua sobrevivência naquele cenário de políticas de branqueamento populacional e de especulação imobiliária. A visão de progresso dominante, ancorada na eugenia, levou essa várzea a ser estigmatizada como uma área de concentração de pessoas amorais, configurando-se como um problema para o projeto de modernização da cidade.

Na década de 1910, o então Secretário de Justiça de São Paulo, Washington Luís, proferiu a seguinte fala sobre a Várzea do Carmo:

É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetes do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação das moitas, pela ausência de iluminação se reúne e dorme e se encachoa, à noite, a vasa da cidade, em uma promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as idades, todos perigosos. É aí que se cometem atentados que a decência manda calar; é para aí que se atraem jovens estouvados e velhos concupiscentes para matar e roubar, como nos dão notícia os canais judiciários, com grave dano à moral e para a segurança individual, não obstante a solicitude e a vigilância de nossa polícia. Era aí que, quando a polícia fazia o expurgo da cidade, encontrava a mais farta colheita. (Torres, 1969, p. 182-183 *apud* Santos, 2001, p. 4)

A tecnocracia brasileira, ao lidar com a contradição capitalista da superpopulação relativa, não escondia sua visão racista que legitimava a higienização social. Após seguidas ações de “expurgo”, de obras de drenagem e retificação desse rio, o Estado planejou o embelezamento desse espaço. Para isso, encomendou um projeto paisagístico concebido segundo o moderno padrão estético europeu. O francês Bouvard projetou o Parque Dom Pedro II, um amplo espaço público com alamedas arborizadas, concluído em 1922.

No lugar do perigoso e do incontrolável, um parque seguro; do promíscuo, o saudável; do feio, o belo; da sujeira, o asseio e a higiene; da imoralidade, a moralidade; da barbárie, a civilização. No lugar da antiga Várzea frequentada por incivilizados negros e mestiços, um confortável parque (...) (Santos, 2001, p. 5).

O paralelo entre o sanitarismo na Várzea do Carmo e o ambientalismo dos parques lineares nos serve de metáfora do processo que busca-se analisar: ambas as intervenções se dão sobre locais habitados por pessoas de baixa renda – precariamente inseridas no mercado de trabalho – e propõem o embelezamento desses espaços, através da criação de parques públicos, ornados por projetos paisagísticos. Tanto neste, quanto naquele, as pessoas pobres, usuárias desses espaços, são deslocadas e não há planejamento claro para que essa população possa continuar na cidade.

Higienismo e ambientalismo, cada um à sua maneira, carregam um ideal de progresso e deixam suas marcas em formas espaciais urbanas, deslocando e escondendo as contradições sociais do processo de modernização.

Pensemos no atual processo de reestruturação imobiliária. A construção do Rodoanel, considerada a maior obra viária da América Latina, propõe uma redefinição da situação geográfica e consequentemente da possibilidade de extração de rendas imobiliárias nas periferias (Damiani, 2010). Na zona noroeste de São Paulo, por exemplo, observa-se uma complementaridade entre a construção do Rodoanel e a proposta de projetos urbanísticos sustentáveis, como por exemplo o Parque Linear Perus.

No binômio Rodoanel/preservação ambiental, o segundo termo serve para selecionar os tipos de usos do espaço, visto que o

primeiro estimula tipos diversos de ocupações. Fato que ocorre, especialmente, onde a renda fundiária é potencialmente mais alta, indicando em que lugar as ocupações mais pobres são permitidas ou não. Essa prática de seleção de classes sociais e tipos de uso do espaço, realizada pela ação do Estado, é uma permanência do urbanismo sanitaria: parte das ações de domesticação do espaço se deu e se dá através do embelezamento visual, da criação de espaços de contemplação, limitando as possibilidades de uso<sup>12</sup>.

O higienismo foi um ideário capaz de reorganizar a vida e o espaço, transpondo diversos limites (culturais, religiosos, ideológicos etc.) com o aval de boa parte da sociedade. De maneira semelhante, o ambientalismo consolidou-se como parâmetro da reorganização dos costumes e do espaço. Somos impelidos a ser sustentáveis nos mais distintos gestos do cotidiano, ainda que não haja real clareza sobre o sentido dessa ideia. Ou seja, a sustentabilidade passa a ser organizadora da vida. Anteriormente, no urbanismo, essa “unanimidade” esteve amparada pelo ideal de cidade saudável. Atualmente justifica-se pela busca de uma cidade sustentável.

## **Considerações finais**

No auge do higienismo, cidadãos considerados improdutivos foram sistematicamente removidos dos espaços urbanos valorizados, sob o pretexto de promover ordem, saúde e progresso. A ideia de eugenia explicitava o caráter racista desta filosofia. Embora o

---

<sup>12</sup> Ainda sobre táticas de controle do uso, vale destacar que a estrutura do Rodoanel não estabelece conexão viária com os bairros que o circundam ao longo do seu trajeto, a não ser nos entroncamentos das rodovias, privilegiando apenas o escoamento da produção.

discurso ambientalista contemporâneo não reproduza abertamente esse moralismo de classe e raça, sua prática revela contornos semelhantes. No contexto de urbanização crítica, observa-se um processo de perseguição e isolamento da superpopulação relativa, operando em nova escala e sob novos pretextos. Não se trata mais de uma perseguição declarada, mas é massiva e institucionalizada. Buscou-se demonstrar como a política de remoções promovida pela PMSP é uma das faces desse processo. Essa política se insere em um conjunto mais amplo de práticas de higienização social, que inclui o encarceramento em massa, o recrudescimento da criminalização às drogas, e a letalidade dirigida à juventude negra e periférica.

Oliveira se refere a esse processo como uma “complexa e multidimensional gestão necropolítica do espaço” (2015, p. 12), enquanto Góes (2021) a denomina como uma prática “eugenista revisitada”. Neste sentido, os dados apresentados sobre remoções devem ser compreendidos em conjunto a outras dimensões, como o crescimento da população carcerária – que no Brasil foi de 9 vezes entre 1990 e 2023, destacando-se o viés racista deste encarceramento, com 69,1% da população carcerária sendo negra (FBSP, 2023); as internações psiquiátricas involuntárias, que aumentaram 340% entre 2003 e 2019 no município de São Paulo (*Brazilian Journal of Psychiatry*, 2023); e o genocídio da população periférica, como quantificado pela CPI de Homicídios de Jovens Negros e Pobres (2015) que revelou que mais de um milhão de pessoas foram assassinadas no Brasil entre 1980 e 2010 – dados de 2023 indicaram que 82,7% das vítimas de letalidade policial eram negras (FBSP).

Nessa esteira, reafirma-se o sentido racista da gestão da superpopulação relativa, especialmente no Brasil, cuja diferenciação

de classes está historicamente vinculada à racialização. Ao teorizar sobre o capitalismo racial, Gilmore aponta que, no atual processo de reestruturação produtiva, o Estado tem assumido a função de controlar a superpopulação através da organização da violência e do abandono (Gilmore, 2025, p.288), penalizando os mais pobres pela crise do capital, o que aparece, entre outras formas, através da política de remoções da PMSP.

Este trabalho procurou demonstrar como o discurso ambientalista — especialmente na forma da política de parques lineares — vem sendo instrumentalizado para organizar o abandono da população e reconfigurar o espaço urbano em favor da lógica da valorização imobiliária. O discurso urbanístico revestido de princípios sustentáveis, revela-se seletivo ao negligenciar as raízes da desigualdade social. A sistemática remoção de moradias precárias, associada à ausência de alternativas habitacionais dignas, aponta para uma prática que, longe de enfrentar a crise ambiental, intensifica a espoliação da classe trabalhadora.

Em meio à crise do capital, do trabalho e à expansão do mercado imobiliário, a cidade se torna cada vez mais um cenário, no qual a crescente superpopulação relativa é tratada como elemento transitório, empurrada constantemente para os limites da metrópole. O pensamento higienista ressurgue com força nas políticas urbanas atuais, ora de maneira explícita, como nas intervenções repressivas na “cracolândia”, ora sob o verniz da sustentabilidade, que parece mascarar antigas práticas de exclusão sob uma nova roupagem.

## **Referências bibliográficas**



ALVAREZ, I. A. P. *A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano*. In: VASCONCELOS, P. A.; CÔRREA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 111-126.

BRAZILIAN JOURNAL OF PSYCHIATRY. **Internações psiquiátricas involuntárias em São Paulo: 2003-2019**. São Paulo, [2023]. Disponível em: <https://www.bjp.org.br/details/2231/en-US#references>. Acesso em: 2 maio 2024.

CARLOS, A. F. A. *A reprodução da cidade como negócio*. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (org.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 29-37.

CROCHIK, M. M. **Gentrificação verde: o urbanismo sustentável como instrumento da reestruturação imobiliária de Perus – São Paulo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CUSTÓDIO, V. Da Questão Ambiental à Unanimidade do Desenvolvimento Sustentável. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, Brasil, n. 28, p. 79–94, 2010. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i28p79-94. Disponível em: <https://revistas.usp.br/paam/article/view/77388>. Acesso em: 10 abril. 2025.

DAMIANI, A. L. **Espaço e geografia: observações de método – elementos da obra de Henri Lefebvre e a geografia; ensaio sobre geografia urbana a partir da metrópole de São Paulo**. Tese (Livre-docência) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DAMIANI, A. L. *Urbanização crítica e situação geográfica*. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 19-54.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBORD, G. **O planeta doente**. 2015. Disponível em: <https://arlindenor.com/2015/04/24/o-planeta-doente-2/>. Acesso em: 11 out. 2017.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FARIAS FILHO, J.; ALVIM, A. Higienismo e forma urbana: uma biopolítica do território em evolução. **Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 14, e20220050, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/qhV5y3yN3m5cYXHXdMmmTKw/>.

Acesso em: 11 abr. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023.

GILMORE, R. **Geografia da abolição: ensaios rumo à libertação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2025.

GÓES, W. L. **Segregação e extermínio: o eugenismo revisitado na capital de São Paulo (2004-2017)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do ABC, Santo André, 2021.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

KURZ, R. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LABCIDADE. **Remoções na Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo: FAU/USP, 2023. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/remocoes-na-regiao-metropolitana-de-sao-paulo/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

MARX, K. **O capital**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MIGLIACCI, M. C. W. R. **Os parques lineares na dinâmica da produção do espaço urbano na periferia: o caso do Parque Linear do Córrego do Rio Verde em Itaquera – São Paulo**. 2016. Dissertação de Mestrado – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, D. A. *Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro*. **Anais do Copene Sudeste**, Nova Iguaçu 2015.

PEREIRA, P. C. X. *A reestruturação imobiliária em São Paulo como chave para o desvendamento da metrópole atual*. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org.). **Geografias das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 219-230.

RIBEIRO, M. **História sem fim...** São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

RIZZI, C. A. **O uso dos fundos de consumo: a dinâmica da expansão metropolitana da cidade de São Paulo**. 2011. Dissertação de Mestrado – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RODRIGUES, A. M. Problemática ambiental = agenda política: espaço, território, classes sociais. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 83, p. 91-110, dez. 2005.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

ROLNIK, R.; LEITÃO, K.; COMARU, F.; LINS, R. (org.). **Observatório de remoções 2015–2017: relatório final de projeto**. São Paulo: Observatório de Remoções, 2017.

SAFRANSKY, S. Greening the urban frontier: race, property, and resettlement in Detroit. **Geoforum**, v. 56, p. 237-248, 2014.

SANDEVILLE JR., E.; ANGILELI, C. M. M. **Quando a casa vira parque**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013, Recife.

*Anais...* Recife: ANPUR, 2013. Disponível em: <https://nep.arq.br/2018/03/08/1213/>. Acesso em: 2 jun. 2018.

SANTOS, C. J. F. **Várzea do Carmo: lavadeiras, caipiras e ‘pretos véios’**. *Memória Energia*, v. 1, n. 28, 2001. Disponível em: [http://www.energiaesaneamento.org.br/media/28677/santos\\_carlos\\_jose\\_ferreira\\_varzea\\_do\\_carmo\\_lavadeiras\\_caipiras\\_e\\_pretos\\_veios.pdf](http://www.energiaesaneamento.org.br/media/28677/santos_carlos_jose_ferreira_varzea_do_carmo_lavadeiras_caipiras_e_pretos_veios.pdf). Acesso em: 10 out. 2017.

SÃO PAULO (Município). *Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002*. Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 13 set. 2002.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Habitação. **Banco de dados de favelas, núcleos urbanizados, loteamentos e cortiços**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.habisp.inf.br/habitacao/>. Acesso em: jun. 2009.

SÃO PAULO (Município), Secretaria Municipal de Habitação. **Complexo Bamburrall - Relatório Analítico da Situação Cadastral**. São Paulo, 2011. Relatório.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Habitação. **Banco de dados de favelas, núcleos urbanizados, loteamentos e cortiços**. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.habitasampa.inf.br/habitacao/>. Acesso em: 13 out. 2018.

SÃO PAULO (Município). *Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014*. Aprova a política de desenvolvimento urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, 31 jul. 2014.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural**. São Paulo: FFLCH, 2008.

SEABRA, O. C. L. **Higienismo e ambientalismo: filosofias do urbano.** Relatório CNPq, Processo nº 311112/2009-9. [S. l.]: 2013. Não publicado.

TRAVASSOS, L. **Revelando os rios: novos paradigmas para a intervenção em fundos de vale urbanos na cidade de São Paulo.** 2010. Tese de Doutorado – PROCAM, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TOMÁS, E. **O Tietê, o higienismo e as transformações na cidade de São Paulo (1890–1930).** 1996. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

TORRES, M. **O bairro do Brás.** São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1969.

Recebido para publicação em 10/04/2025

Aceito para publicação em 27/08/2025

# A ESPIRAL DA EXPROPRIAÇÃO: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO SOB A LÓGICA NEOLIBERAL NO BRASIL

*THE SPIRAL OF EXPROPRIATION:  
PRECARIOUS WORK UNDER  
NEOLIBERAL LOGIC IN BRAZIL*

*LA ESPIRAL DE LA  
EXPROPIACIÓN: LA  
PRECARIEDAD LABORAL BAJO LA  
LÓGICA NEOLIBERAL EN BRASIL*

Marília Faria Chaves  
Universidade Federal de Sergipe  
marilia\_fch@yahoo.com.br

## Resumo:

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente os efeitos da Reforma Trabalhista de 2017 no Brasil, à luz do avanço da financeirização e da precarização das relações de trabalho. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de dados recentes sobre emprego e endividamento. Argumenta-se que o desmonte da proteção social, aliado à expansão do crédito, integra um processo mais amplo de expropriação e espoliação da classe trabalhadora, no qual a renda é crescentemente subordinada à lógica do capital portador de juros. Observa-se, ainda, que a difusão do discurso do empreendedorismo e a atuação ativa do Estado na sustentação desse modelo consolidam a condição de trabalho subjugado, acentuando desigualdades sociais e reforçando mecanismos de exploração. Os resultados evidenciam tendências que revelam novos contornos da precarização e convocam à reflexão crítica sobre os limites e contradições do capitalismo brasileiro contemporâneo.

**Palavras-chave:** Reforma trabalhista, Financeirização, Estado, Neoliberalismo, Endividamento.

|             |           |                                 |                 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025 | ISSN: 2674-8355 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

This article aims to critically analyze the effects of the 2017 Labor Reform in Brazil, in light of the advance of financialization and the precariousness of labor relations. The research adopts a qualitative approach, based on a literature review and documentary analysis of recent data on employment and indebtedness. It argues that the dismantling of social protection, combined with the expansion of credit, is part of a broader process of expropriation and dispossession of the working class, in which income is increasingly subordinated to the logic of interest-bearing capital. It is also observed that the spread of the discourse of entrepreneurship and the active role of the state in supporting this model consolidate the condition of subjugated labor, accentuating social inequalities and reinforcing mechanisms of exploitation. The results highlight trends that reveal new contours of precariousness and call for critical reflection on the limits and contradictions of contemporary Brazilian capitalism.

**Keywords:** Labor reform, Financialization, State, Neoliberalism, Indebtedness

**Resumen:**

El objetivo de este artículo es analizar críticamente los efectos de la Reforma Laboral de 2017 en Brasil, a la luz del avance de la financiarización y la precarización de las relaciones laborales. La investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en una revisión bibliográfica y un análisis documental de datos recientes sobre empleo e endeudamiento. Se argumenta que el desmantelamiento de la protección social, junto con la expansión del crédito, forma parte de un proceso más amplio de expropiación y expoliación de la clase trabajadora, en el que los ingresos están cada vez más subordinados a la lógica del capital que genera intereses. Se observa, además, que la difusión del discurso del emprendimiento y la actuación activa del Estado en el sostenimiento de este modelo consolidan la condición de trabajo subyugado, acentuando las desigualdades sociales y reforzando los mecanismos de explotación. Los resultados evidencian tendencias que revelan nuevos contornos de la precarización y convocan a una reflexión crítica sobre los límites y contradicciones del capitalismo brasileño contemporáneo.

**Palabras clave:** Reforma laboral, Financierización, Estado, Neoliberalismo, Endeudamiento

## Introdução

As transformações globais decorrentes da hegemonia do capital financeiro e do avanço da sociedade tecnológica têm reconfigurado de maneira profunda as bases da relação entre capital e trabalho, desestruturando formas tradicionais de organização laboral e intensificando a precarização das condições de vida da classe trabalhadora. Esses fenômenos são amplamente discutidos na literatura crítica sobre o capitalismo contemporâneo, a qual denuncia o papel central do Estado na reprodução e sustentação dos mecanismos de exploração capitalista e na manutenção da divisão social de classes (Mészáros, 2011). Essa atuação estatal transcende a regulação jurídica, inserindo-se em uma dinâmica sociometabólica na qual Estado, capital e trabalho se articulam de forma orgânica.

No contexto brasileiro, tais metamorfoses não são recentes, remontando à ascensão do taylorismo na década de 1930, período em que técnicas de organização do trabalho foram incorporadas com o intuito de intensificar o controle sobre os trabalhadores e maximizar a extração de lucros. Essa prática promoveu — sob o discurso da neutralidade científica — a subordinação do saber técnico aos interesses do capital (Vargas, 1985). A constituição das classes sociais, nesse cenário, é indissociável das condições materiais de exploração do trabalho, uma vez que os interesses capitalistas, historicamente, têm subordinado e precarizado a força de trabalho assalariada (Marx, 2013).

Dessa forma, mesmo diante de eventuais melhorias salariais ou materiais, mantém-se a lógica da produção de mais-valia, segundo a qual o trabalho excedente não remunerado constitui a lei absoluta do capital. A força de trabalho, nesse processo, permanece como mercadoria central, adquirida não para satisfazer necessidades



imediatas do capitalista, mas para gerar valor excedente, apropriado de forma gratuita por aqueles que detêm os meios de produção e de circulação do capital (Fontes, 2018).

O objetivo deste artigo consiste em discutir como as alterações legislativas promovidas pelo Estado brasileiro — em especial a Reforma Trabalhista de 2017 — se articulam à lógica do capital financeiro e ao projeto neoliberal, intensificando a expropriação da força de trabalho e precarização das condições materiais de existência. Para tanto, analisam-se os efeitos dessa reforma sobre a dinâmica do endividamento das famílias e sobre a reorganização do mercado de trabalho, no âmbito da financeirização e dos mecanismos de expropriação ampliados pelo Estado. A pesquisa adota uma metodologia crítica, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de dados recentes provenientes de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Sistema Financeiro Nacional (SFN), a Serasa e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Além disso, avaliam-se os impactos de políticas públicas, a expansão do crédito e os indicadores relacionados ao trabalho formal e informal.

A fundamentação teórica deste estudo baseia-se, sobretudo, nas contribuições de István Mészáros (2011), cuja análise da crise estrutural do capital evidencia a centralidade do Estado na reprodução da lógica de exploração. Dialoga-se, ainda, com a tradição marxista clássica, em especial Karl Marx (2013), que fornece a base conceitual acerca da produção da mais-valia e da subordinação estrutural do trabalho ao capital.

Complementarmente, são mobilizadas as reflexões de Virgínia Fontes (2018), que problematiza a dinâmica do capital-imperialismo e sua articulação com os processos de expropriação

contemporâneos. A leitura de Nilton Vargas (1985) também é relevante, ao permitir compreender a historicidade do taylorismo e do fordismo no Brasil e sua relação com o controle do trabalho. Além desses referenciais, recorre-se a estudos críticos sobre Estado e capital financeiro, bem como a pesquisas recentes acerca da precarização do trabalho e do endividamento da classe trabalhadora no contexto neoliberal.

O artigo organiza-se em três seções, além desta introdução. A primeira seção discute a inter-relação entre legislação trabalhista e financeirização do trabalho, com ênfase no papel histórico da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) enquanto instrumento de dominação de classe. A segunda seção analisa, de forma detalhada, a Reforma Trabalhista de 2017, com destaque para as alterações nos principais artigos da CLT e seus impactos sobre sindicatos, mercado de trabalho e índices de formalidade e informalidade. A terceira seção examina a financeirização da vida sob o neoliberalismo, relacionando o trabalho precarizado à expansão do crédito e ao endividamento das famílias, além de investigar os mecanismos de controle social representados pela dívida.

A análise desenvolvida ao longo do artigo busca demonstrar como, historicamente, a legislação trabalhista brasileira — especialmente a CLT e suas recentes alterações — cumpre papel central na articulação entre Estado, capital financeiro e mecanismos de dominação de classe. Na sequência, examina-se em profundidade o processo de financeirização do trabalho no contexto da Reforma Trabalhista de 2017 e as alterações normativas que intensificaram tanto a precarização quanto o endividamento da classe trabalhadora, evidenciando o entrelaçamento das dimensões jurídicas, econômicas

e políticas que sustentam a lógica de expropriação no capitalismo brasileiro.

### **Legislação e Financeirização do Trabalho: A CLT como instrumento da dominação de classe**

A financeirização do capital não ocorre à parte do trabalho; pelo contrário, está profundamente enraizada nele. A autonomia relativa do capital financeiro está subordinada ao valor extraído do capital-trabalho. De forma dialética, o próprio movimento de financeirização expressa as condições que permitem a superexploração da força de trabalho. Esse processo não seria possível sem o trabalho. As alterações legislativas recentes revelam que, apesar da aparência moderna e flexível da economia contemporânea, a força de trabalho permanece como a principal mercadoria no processo de acumulação de riqueza. O Estado, nesse contexto, atua como operador das necessidades do capital e encontrará, como tem encontrado, meios de ampliar a exploração e a precarização do trabalho como formas de extrair mais-valia e, também, juros.

Em janeiro de 2024, o Brasil completou 81 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Criada em 1943, durante o Estado Novo, por Getúlio Vargas, a legislação foi chamada de “Carta de Emancipação Econômica”. Desde então, já passou por mais de três mil alterações. Embora seja comumente celebrada como um marco histórico na conquista de direitos trabalhistas, a CLT foi, na verdade, uma unificação de garantias que vinham sendo conquistadas ao longo das décadas anteriores. O termo “consolidação” é apropriado: expressa esse esforço de reunir e

sistematizar leis esparsas, que já existiam desde os primeiros anos da República.

Desde 1891, a legislação já estabelecia a idade mínima de 12 anos para o trabalho. Em 1919, foi assegurada a indenização por acidente de trabalho. Em 1925, surgiu a Lei de Férias. E, em 1932, fixaram-se a jornada de oito horas diárias e o limite de 48 horas semanais, entre outras medidas. A Constituição de 1934, em seu § 1º do art. 121, foi a primeira a abordar expressamente os direitos trabalhistas, estabelecendo garantias como liberdade sindical, isonomia salarial, salário-mínimo, jornada de trabalho de oito horas, proteção ao trabalho de mulheres e menores, repouso semanal e férias remuneradas. No entanto, apesar de formalmente garantidos, esses direitos muitas vezes não eram respeitados, algo que começou a mudar de forma mais efetiva com a implementação da CLT em 1943.

A promulgação da CLT ocorreu em um contexto global de fortes tensões sociais. Muitos países buscavam, naquele momento, conter o avanço dos movimentos sindicais e evitar o fortalecimento de iniciativas revolucionárias. No Brasil, Getúlio Vargas se inspirou na *Carta del Lavoro*, elaborada durante o regime fascista de Benito Mussolini, na Itália.

Essa carta italiana, composta por 19 artigos, influenciou diretamente a legislação trabalhista brasileira. Um dos exemplos mais emblemáticos é o artigo que considera a greve e o lockout como práticas antissociais e prejudiciais tanto ao trabalho quanto ao capital, reproduzido literalmente na CLT brasileira. O objetivo era claro: limitar a autonomia dos trabalhadores e enfraquecer o poder de mobilização sindical.

Na época, as greves reivindicavam justamente o oposto: liberdade sindical, eleição de delegados pelos próprios trabalhadores, um salário-mínimo real unificado, entre outras pautas fundamentais. Ainda assim, a CLT avançou ao longo dos anos, incorporando novos direitos. Entre os mais importantes estão o descanso semanal remunerado, instituído em 1949, e o 13º salário, criado em 1962.

A Reforma Trabalhista, sancionada em julho de 2017 pelo então presidente Michel Temer, teve como justificativa a redução dos custos do trabalho, impulsionar a geração de empregos e retomar o crescimento econômico. No entanto, essa mudança ocorreu em meio a uma conjuntura política cada vez mais polarizada, em que a crise econômica serviu de pretexto para promover a flexibilização das relações de trabalho.

No ano de 2013, o debate sobre o trabalho adquire força, intensificando-se especialmente entre 2014 e 2016, durante o período eleitoral e o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (PT). O governo federal, à época, justificou a necessidade de medidas de austeridade sob o argumento de que seriam necessárias para o ajuste fiscal, a retomada do crescimento econômico e a geração de empregos. Nesse cenário, a aprovação da emenda constitucional que impôs limites aos gastos públicos foi aprovada, consolidando a ideia de uma “reforma estrutural”.

[...] enquanto a CLT de 1943 foi resultado da elaboração de um projeto de industrialização para o país, que requeria a construção de um mercado de trabalho, assim como de um mercado de consumo, tendo a legislação do trabalho grande papel na organização desse modelo, a considerada CLT de 2017 não é nada além do que o resultado do aproveitamento de uma oportunidade, dada pela instabilidade política, para aumentar as

margens de lucro do grande capital e fragilizar a classe trabalhadora (Souto Maior, 2017 ).

Fontes (2018) nos lembra sobre a alienação do homem e do seu trabalho, a destruição do trabalho socialmente histórico e transformação da classe à condição de trabalhadores assalariados, dependentes de um sistema que prioriza a acumulação de lucro acima das necessidades humanas.

A propriedade capitalista dos meios de produção envolveu historicamente [...] *destruir* os processos anteriores de produção para capturá-los, modificá-los e assujeitar a população sob a condição de trabalhadores. [...] O que antes eram meios de existência transformaram-se em meios de produção, maneira de extorquir sobretrabalho através da sujeição dos produtores, convertidos agora em ‘trabalhadores’ (Fontes, 2018, p. 15).

A condição servil dos trabalhadores e a expropriação de sua força de trabalho, convertida em mercadoria, são elementos centrais na dinâmica do mercado de trabalho capitalista. A flexibilização das relações laborais, em vigor na conjuntura atual, evidencia a lógica subjacente à manutenção das desigualdades de classe.

A Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, conhecida como Reforma Trabalhista, promoveu alterações em mais de 117 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Dentre essas modificações, destacam-se mudanças significativas nas condições de trabalho e nas relações entre empregadores e empregados.

Entre os principais pontos alterados estão: a prevalência do negociado sobre o legislado, permitindo que acordos coletivos se sobreponham à legislação em diversos aspectos; a criação do trabalho intermitente, que autoriza contratações esporádicas; a ampliação da terceirização para atividades-fim; o enfraquecimento da contribuição

sindical obrigatória; e a maior flexibilização das jornadas de trabalho, incluindo banco de horas e *home office*.

A reforma também trouxe mudanças na rescisão contratual, permitindo a demissão por acordo entre empregador e empregado, com pagamento reduzido da multa do FGTS e do aviso prévio. O acesso à Justiça do Trabalho tornou-se mais restrito, com a imposição de custas processuais e a possibilidade de condenação do trabalhador ao pagamento de honorários em caso de derrota. Além disso, foram modificadas as regras para gestantes e lactantes, permitindo, sob certas condições, o trabalho em ambientes insalubres. O teletrabalho foi regulamentado, com definição de regras sobre jornada e responsabilidade por custos operacionais. As regras de concessão de férias também foram flexibilizadas, autorizando sua divisão em até três períodos.

Apesar do discurso oficial de modernização da legislação, essas mudanças suscitaram amplos debates sobre os impactos negativos na segurança e estabilidade dos trabalhadores. O governo federal conseguiu aprovar um pacote de alterações drásticas no direito trabalhista brasileiro, fragilizando os trabalhadores e fortalecendo os tomadores de serviço.

A tentativa do capital de inviabilizar o trabalho transforma as relações laborais em simples prestações de serviço. Quanto mais o capital se dissocia da imagem da produção na obtenção do lucro e da mais-valia, menores são as condições materiais asseguradas aos trabalhadores. Os capitais flexibilizam, cada vez mais, direitos conquistados com muita luta pela classe trabalhadora, visando seu esvaziamento e a consequente pauperização dessa classe.

Para compreender esse contexto, é essencial destacar o papel central do sistema capitalista e, especialmente, do capital financeiro

na configuração e formulação das atuais relações laborais e políticas trabalhistas.

### **Financeirização da vida sob o neoliberalismo: Entre a reforma trabalhista e a espiral da dívida**

Dentro do cenário do capital financeiro, que exerce influência cada vez maior nas economias nacionais, a reforma da CLT também deve ser analisada quanto às suas consequências para a administração financeira das empresas e para o comportamento dos investidores. O capital financeiro busca otimizar lucros e minimizar riscos, o que frequentemente resulta em pressão por práticas de gestão voltadas à redução de despesas e à flexibilização das condições de trabalho. A reforma trabalhista, ao facilitar a diminuição dos custos relacionados a contratos e demissões, atende diretamente a essas expectativas, alinhando a legislação trabalhista às exigências do mercado financeiro.

O capital, em sua busca incessante por lucros elevados, procura superar os limites físicos, espaciais e temporais, subordinando, para isso, qualquer necessidade humana. Sob o discurso do empreendedorismo e da liberdade, esconde-se a superexploração e o aumento da circulação da mercadoria força de trabalho. A possibilidade de implementação de contratos de trabalho intermitente, nos quais o trabalhador é remunerado apenas pelos períodos efetivamente laborados, com intervalos de inatividade entre convocações, evidencia essa tentativa de redução de custos por parte dos capitalistas. Essa modalidade, embora vantajosa para as empresas, aumenta a instabilidade e a volatilidade salarial da classe trabalhadora, que passa a enfrentar uma realidade de maior insegurança, como destacam Conceição e Dutra Jr. (2023, p. 272).



Para encontrar possibilidade de crescimento efetivo das taxas de lucros e criar demanda efetiva é necessária a diversificação das esferas de produção; da diversificação da divisão do trabalho (especialização) da precarização do trabalho pelo excedente do trabalho não pago e a expropriação das horas de trabalho. O trabalho vivo apropriado e absorvido pelo capital é a sua energia vital: sua força autor-reprodutora, via associação do valor excedente absoluto com o relativo (maior extensão da jornada de trabalho). Sua valorização está sustentada na expropriação e pauperização das grandes massas de produtores.

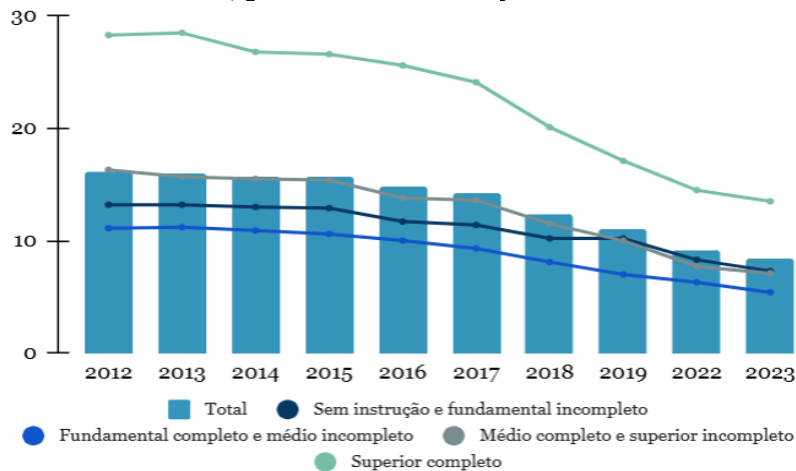
Para encontrar possibilidade de crescimento efetivo das taxas de lucros e criar demanda efetiva, é necessária a diversificação das esferas de produção; da diversificação da divisão do trabalho (especialização), da precarização do trabalho pelo excedente do trabalho não pago e da expropriação das horas de trabalho. O trabalho vivo apropriado e absorvido pelo capital é a sua energia vital: sua força autorreprodutora, via associação do valor excedente absoluto com o relativo (maior extensão da jornada de trabalho). Sua valorização está sustentada na expropriação e pauperização das grandes massas de produtores.

A alteração do art. 468, que trata da jornada de trabalho, representa um retrocesso nas conquistas históricas da classe trabalhadora e na organização sindical. Antes limitada a 8 horas diárias e 44 horas semanais, a jornada passou a poder ser pactuada em 12 horas de trabalho seguidas por 36 horas de descanso, desde que respeitado o limite mensal de 220 horas.

Essa flexibilização, aliada à possibilidade de firmar acordos diretamente entre empregadores e trabalhadores, sem a mediação dos sindicatos, enfraquece a atuação coletiva da classe trabalhadora. Soma-se a isso a desobrigatoriedade da contribuição sindical, medida que aprofunda a desarticulação sindical e compromete sua

capacidade de resistência. Os efeitos dessas mudanças são perceptíveis na queda expressiva dos índices de sindicalização a partir de 2017 (Gráfico 01).

**Gráfico 01 - Taxa de sindicalização das pessoas ocupadas na semana de referência, por nível de instrução - Brasil 2012- 2023**



Fonte: IBGE, agosto de 2024. Elaborado pelo autor, 2024.

O gráfico revela tendências distintas entre os grupos analisados, especialmente após a reforma trabalhista de 2017, que desobrigou a contribuição sindical automática. Trabalhadores com menor nível de instrução — como os sem escolarização formal ou com ensino fundamental incompleto — foram, provavelmente, os mais impactados, apresentando uma queda mais acentuada na taxa de sindicalização. Isso pode estar relacionado à menor conscientização sobre a importância da organização sindical ou à limitação financeira para contribuir de forma voluntária.

A queda na taxa de sindicalização atingiu todos os níveis de escolaridade, mesmo os trabalhadores com nível superior, que historicamente apresentavam maior taxa de de sindicalização mostrou que a diferença entre os grupos diminuiu, revelando um cenário de enfraquecimento geral do movimento sindical no país. O

desmonte da classe trabalhadora passa pela sua desarticulação, a desorganização da classe favorece o vilipêndio laboral.

O movimento sindical brasileiro, por sua vez, há tempos tem atuado de forma defensiva, exercendo um papel de mediação entre capital e trabalho. Muitas vezes, suas ações se limitam a disputas salariais localizadas, abrindo mão de uma perspectiva internacionalista e classista. Enquanto isso, o capital financeiro avança, e as estratégias da burguesia se tornam cada vez mais eficazes em aprofundar a opressão e a pauperização da classe trabalhadora.

[...] Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes. A libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir uns aos lados de outras. De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária mesma (Marx, 2004, p.02).

Segundo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), os sindicatos perderam cerca de 90% de suas receitas e, segundo o Ministério do Trabalho, em 2017, R\$ 2,233 bilhões haviam sido repassados a entidades laborais, incluindo federações, confederações e centrais, e em 2021, os repasses baixaram para R\$ 21,4 milhões. Enfraquecer a classe trabalhadora e extinguir sua consciência de classe com a lógica da concorrência do ideário neoliberal no discurso do empreendedorismo são as táticas utilizadas e resultantes da contrarreforma trabalhista de 2017.

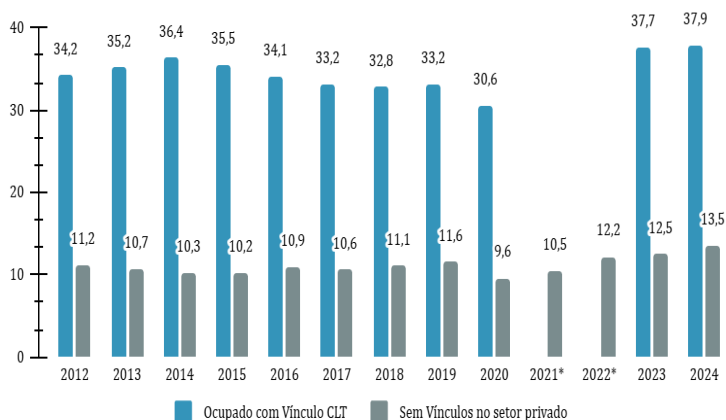
A partir de 2021, há uma recuperação gradual no nível de ocupação, que se intensifica em 2022 e 2023, chegando a 57,8% no primeiro semestre de 2024. Porém, nos últimos 7 (sete) anos de

aplicação da nova legislação, o número de trabalhadores informais não diminuiu, ao contrário da promessa de geração de empregos.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do primeiro semestre de 2024 apontam que o Brasil gerou 719 mil vagas de trabalho formais no primeiro trimestre do ano, e a taxa de desemprego caiu para 7,9%, a menor para os primeiros três meses desde 2014. No entanto, o número de trabalhadores informais chegou a 38,9 milhões de pessoas, ultrapassando o total de trabalhadores com vínculo formal, que somam 38 milhões.

A Reforma Trabalhista de 2017, apesar de ter sido justificada como modernização e estímulo à geração de empregos, não trouxe avanços reais para a classe trabalhadora. Entre 2012 e 2024, observou-se aumento da precarização e da exploração, com crescimento da informalidade e da autonomia forçada, que enfraquecem direitos e levam os trabalhadores a recorrerem ao crédito e empréstimos para garantir sua sobrevivência diante da instabilidade da renda.

**Gráfico 02 - Participação de trabalhadores (milhões) com vínculo CLT e autônomos no Brasil entre 2012 e o 1º semestre de 2024**



Fonte: IBGE, 2024. Elaborado pelo autor, 2024.

A Reforma Trabalhista representou um movimento claro de ampliação da taxa de mais-valia. Isso ocorreu por meio da flexibilização das leis trabalhistas, permitindo a intensificação da exploração da força de trabalho sem a devida garantia de estabilidade e direitos sociais. O Gráfico 02, que apresenta a evolução dos vínculos formais e informais no mercado de trabalho brasileiro, reforça essa análise. Até 2016, o número de trabalhadores com carteira assinada manteve-se relativamente estável, mas, a partir da reforma de 2017, observa-se uma queda significativa no emprego formal. Paralelamente, há um aumento expressivo do trabalho sem vínculo empregatício, sugerindo que a reforma facilitou a substituição de empregos protegidos pela CLT por formas mais precárias de contratação, como a pejetização, o trabalho intermitente e o avanço da informalidade.

O gráfico, portanto, evidencia uma transição estrutural no mercado de trabalho brasileiro, com uma possível ampliação da informalidade ou da chamada “autonomia” em detrimento do emprego formal. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) apontam que houve um crescimento expressivo no número de trabalhadores no país: cerca de 1,2 milhão de pessoas a mais em relação ao primeiro trimestre do mesmo ano. Os dois principais segmentos da população ocupada também registraram números recordes. Os empregados do setor privado chegaram a 52,5 milhões (o maior contingente da série histórica), com crescimento de 1,4% (mais 731 mil pessoas) no trimestre e de 4,5% (mais 2,2 milhões) no comparativo anual. Já os empregados do setor público totalizaram 12,7 milhões, com altas de 3,5% (mais 424 mil) no trimestre e 3,6% (mais 436 mil) no ano.

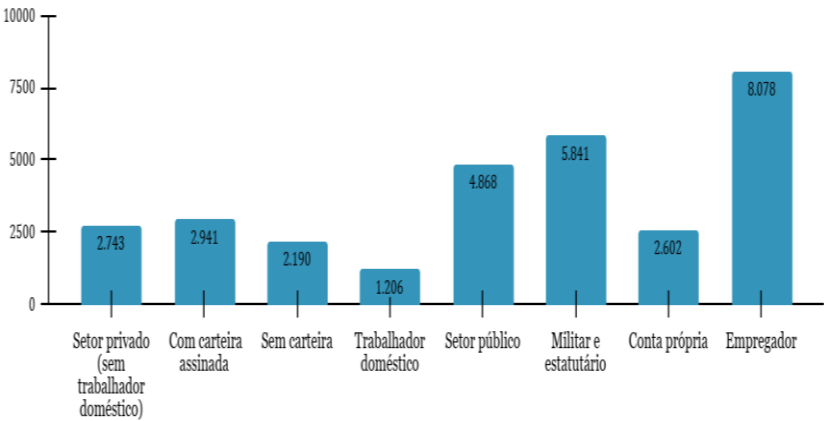
Essa tendência conecta-se à lógica do capital, que busca incessantemente a redução dos custos com trabalho. A flexibilização das leis trabalhistas fragilizou ainda mais a posição do trabalhador frente ao capital, tornando-o mais exposto à exploração. Como afirma Marx (2017), a acumulação de riqueza pelo capital exige a pauperização sistemática da classe trabalhadora. Essa dinâmica manifesta-se no aumento da subutilização da força de trabalho. O gráfico demonstra que a taxa de subutilização cresceu após 2017, atingindo seu ápice em 2021, o que indica que o trabalho gerado nesse período não necessariamente garantiu condições dignas de vida, mas sim ocupações instáveis, desprovidas de garantias de reprodução social para os trabalhadores.

A redução da taxa de desocupação não significa, necessariamente, uma melhora nas condições de vida da classe trabalhadora, pois pode estar vinculada ao aumento do subemprego, do trabalho por conta própria e da informalidade. Esse fenômeno reforça a compreensão de que o exército industrial de reserva atua como instrumento disciplinador da força de trabalho, pressionando os salários para baixo e fortalecendo o poder do capital sobre os trabalhadores.

Observa-se, ainda, um número recorde de trabalhadores sem carteira assinada no setor privado: 13,5 milhões. A contrarreforma de 2017 pode ter impulsionado o aumento do número de ocupações, mas o fez às custas da informalidade crescente (Gráfico 03), que a própria legislação reformada foi incapaz de enfrentar, mantendo a classe trabalhadora submersa em condições de insegurança e precariedade. Segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2024), sete em cada dez trabalhadores autônomos que não estão formalizados como Microempreendedores Individuais (MEI)

expressam o desejo de estarem vinculados ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**Gráfico 03 - Rendimento de pessoas ocupadas por posição na ocupação, do emprego no trabalho principal no Brasil segundo semestre de 2024**



Fonte: IBGE, 2024. Elaborado pelo autor, 2024.

Essa financeirização da sobrevivência transforma o trabalhador em dependente da lógica do endividamento contínuo. A dívida, nesse contexto, passa a operar como um mecanismo de controle social, disciplinando corpos e subjetividades: o trabalhador endividado dificilmente se mobiliza politicamente, já que sua prioridade torna-se o pagamento das parcelas que garantem sua (in)segurança econômica imediata. Com a queda dos salários, os trabalhadores são cada vez mais compelidos a recorrer ao crédito como meio de garantir a reprodução de sua força de trabalho, abrindo espaço para que o capital portador de juros se aproprie diretamente de parcelas da renda da classe trabalhadora. Um exemplo marcante dessa lógica é a popularização do crédito consignado voltado a

aposentados e pensionistas do INSS, em que o desconto ocorre diretamente na folha de pagamento, ampliando temporariamente o consumo, mas ao custo do endividamento.

Como observa Marx (2013, p. 852),

o sistema de crédito, que em seus primórdios insinua-se sorrateiramente como modesto auxílio da acumulação [...] logo se converte numa arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais.

Esse sistema expressa a consolidação do capital financeiro, sustentado pelo Estado e articulado ao capital produtivo, formando uma oligarquia que se valoriza por meio da renda financeira. A transformação do capital acumulado em capital portador de juros, ao ser emprestado à classe trabalhadora, busca, simultaneamente, resolver temporariamente a crise de superprodução e reconfigurar os usos e a produção do espaço urbano.

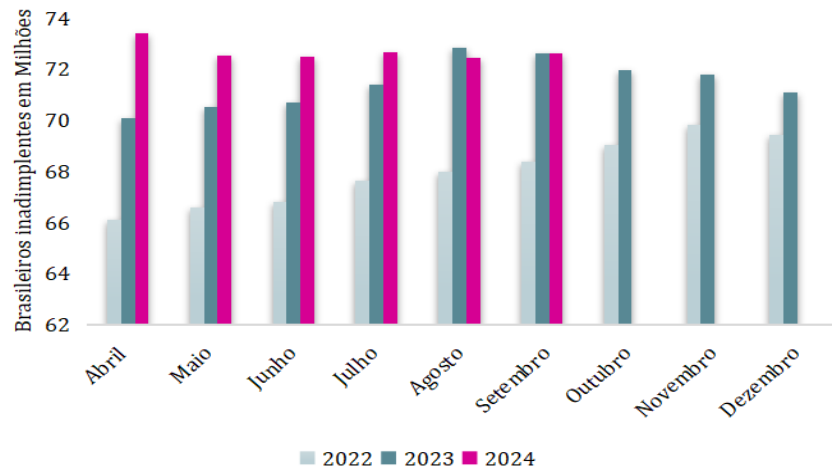
No Brasil, a expansão do crédito foi impulsionada por políticas que facilitaram o acesso ao financiamento, como o fortalecimento das *fintechs*, que oferecem crédito pessoal com menos burocracia, e programas governamentais voltados à população de baixa renda. Contudo, essa ampliação também acentuou o endividamento da classe trabalhadora.

De acordo com o Correio Braziliense (2024), em maio daquele ano, 78,8% das famílias brasileiras estavam endividadas — maior patamar desde novembro de 2022. O cartão de crédito foi a modalidade mais utilizada (86,9%), seguido por carnês (16,2%) e crédito pessoal (9,8%). Ainda segundo o Banco Central (BACEN, 2024), o crédito ampliado às famílias atingiu R\$ 4 trilhões (35,4% do PIB), com alta de 10,1% em doze meses. A carteira total de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) alcançou R\$ 6,2 trilhões em



setembro, sendo R\$ 3,8 trilhões destinados às famílias — um crescimento de 9,9% em doze meses.

**Gráfico 04 - Inadimplência no Brasil entre 2022 e 2024**



Fonte: Serasa, 2024. Elaborado pelo autor, 2025.

Os dados do Gráfico 04 reforçam os índices divulgados pelo Correio Braziliense (2024) e pelo Banco Central, apontando que a inadimplência se tornou uma constante estrutural no cotidiano da classe trabalhadora brasileira. Observa-se que, entre abril e setembro de 2024, o número de brasileiros inadimplentes ultrapassou, de forma consistente, a marca de 72 milhões, com picos superiores aos anos de 2022 e 2023, especialmente no primeiro semestre. Esse comportamento ascendente não apenas acompanha o aumento da oferta de crédito, mas expressa a incapacidade material da população de manter-se solvente diante da corrosão do valor dos salários, da informalidade e da precarização do trabalho.

Essa permanência elevada da inadimplência não é aleatória ou conjuntural. Pelo contrário, ela revela um mecanismo funcional à lógica do capital financeiro, que opera não só por meio da apropriação

da mais-valia direta, mas também por meio da captura futura da renda do trabalho. O endividamento passa a ser não um desvio, mas uma forma regular de inserção subordinada das famílias trabalhadoras ao capital. A “inclusão” via crédito é, na verdade, uma forma de aprofundamento da expropriação: a antecipação do consumo, agora mediada por altas taxas de juros, transforma-se em um instrumento de disciplina social, sujeitando o trabalhador ao pagamento compulsório e à subordinação prolongada às instituições financeiras.

Esse dado adquire ainda maior relevância quando articulado ao processo de financeirização das políticas públicas, no qual o próprio Estado, por meio de programas oficiais e parcerias com bancos e *fintechs*, estimula o consumo financiado como forma de manutenção da demanda, mesmo em um cenário de estagnação econômica. Assim, a dívida individual cumpre a função de esconder a falência das estratégias coletivas de proteção social, ao passo que alimenta os lucros do sistema bancário, protegidos legalmente e amparados institucionalmente.

A financeirização da vida representa uma nova etapa da espiral da expropriação, em que o acesso ao crédito, por meio de cartões, empréstimos e financiamentos, deixa de ser uma opção e passa a ser uma estratégia compulsória de sobrevivência diante da precarização estrutural do trabalho e da retração da renda. A dívida, nesse processo, torna-se um dispositivo de captura da renda futura, expandindo a exploração para além do local de trabalho e submetendo a vida cotidiana à lógica dos juros, das tarifas e da instabilidade. Essa espiral opera como uma engrenagem que intensifica a subordinação da classe trabalhadora, transferindo sua renda diretamente ao capital portador de juros. Longe de se

restringir às esferas especulativas, o projeto neoliberal reconfigura a reprodução social, com o Estado atuando ativamente na desregulamentação dos direitos e no fortalecimento das instituições de mercado. Nesse cenário, a expropriação se expande e se aprofunda, redefinindo a vida sob a lógica do endividamento contínuo e da desigualdade permanentemente reproduzida.

### **Considerações Finais**

Ao longo deste artigo, procurou-se compreender os impactos da Reforma Trabalhista de 2017 no contexto brasileiro, articulando-os à financeirização da vida e à precarização das relações de trabalho. O percurso investigativo partiu da análise crítica do papel histórico da legislação trabalhista (CLT) como mecanismo de dominação de classe, mostrou as diversas alterações impostas pela reforma e evidenciou, com apoio de dados oficiais, as consequências para o mercado de trabalho e para as condições de vida da classe trabalhadora.

Os resultados apresentados reforçam que, apesar do discurso oficial de modernização, a reforma promoveu a fragilização dos vínculos formais e o avanço do trabalho informal e autônomo, como demonstrado nos gráficos que ilustram a queda da sindicalização, aumento do trabalho sem carteira e ampliação das taxas de subutilização. Esses achados confirmam os argumentos teóricos discutidos ao longo do artigo, especialmente no tocante à intensificação da exploração e à ampliação da mais-valia pela flexibilização dos direitos trabalhistas.

Além disso, os dados sobre endividamento e inadimplência das famílias indicam que a precarização laboral está diretamente associada ao avanço do capital financeiro, criando uma espiral de

expropriação silenciosa que subordina a renda presente e futura dos trabalhadores à lógica dos juros e do crédito, como argumentado nas seções sobre financeirização da vida sob o neoliberalismo.

Em síntese, o diálogo entre os autores estudados, a análise documental e a discussão dos dados empíricos permitem compreender a Reforma Trabalhista como parte de uma estratégia de desmonte da proteção social no capitalismo contemporâneo, sustentada pelo Estado em favor do capital financeiro e dos setores rentistas. As transformações identificadas neste estudo não são eventos pontuais, mas resultado de uma lógica estruturada de precarização, expropriação e exclusão, confirmando o diagnóstico teórico e prático desenvolvido ao longo do artigo.

Por fim, ao analisar o enfraquecimento dos sindicatos, ressalta-se que a consolidação do neoliberalismo fortaleceu um modelo de acumulação que privilegia o grande capital, a expansão do trabalho informal e a generalização do endividamento, ao passo que intensifica a precarização do trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora. O que evidencia a demanda de novas estratégias de resistência, debates e políticas de enfrentamento à espoliação do trabalho no Brasil.

### **Agradecimentos**

Este trabalho contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Agradecemos à CAPES pelo suporte financeiro, que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

## Referências

- BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1934.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 ago. 1943.
- BRASIL. Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989. **Sobre o exercício do direito de greve**. Brasília, DF, 1989.
- BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Reforma trabalhista: altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar temas como o contrato de trabalho intermitente, o teletrabalho e o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical**. Brasília, DF, 2017.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). Disponível em: <https://www.cut.org.br/>. Acesso em: dez. 2024.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; DUTRA JR. Wagnervalter. Natureza e trabalho na tessitura das mediações do capital. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz et al. (org.). **Marx, a geografia e a teoria crítica**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023.
- CORREIO BRAZILIENSE. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/>. Acesso em: jan. 2025.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2018. p. 17-61.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/>. Acesso em: nov. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Brasília, DF: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: dez. 2024.
- ITÁLIA. Carta del Lavoro. **Gazzetta Ufficiale del Regno d'Italia**, Itália, 30 abr. 1927.
- MARX, Karl. **Luta de classes e luta política**. 1847. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/04/luta-class-luta-polit.htm>. Acesso em: ago. 2024.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SERASA EXPERIAN. **Mapa de inadimplência e renegociação de dívidas do Brasil**. São Paulo: Serasa, 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br> Acesso em: jan. 2025.

VARGAS, Nilton. **Gênese e difusão do taylorismo no Brasil**. Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 155-189, 1985.

SOUTO MAIOR, Jorge. A 'CLT de Temer' (& Cia. Ltda.). Blog do José Souto Maior, São Paulo, 15 jul. 2017. Disponível em: <https://www.jorgesoutomaior.com/blog/a-clt-de-temer-cia-ltda>.

Acesso em: set. 2024.

Recebido para publicação em 03/04/2025

Aceito para publicação em 11/09/2025

# UM ESBOÇO DA GEOGRAFIA DO LIVRO DE PIOTR KROPOTKIN NO BRASIL (1890-1960)

*AN OUTLINE OF THE GEOGRAPHY OF  
PIOTR KROPOTKIN'S BOOK ON BRAZIL  
(1890-1960)*

*UN APERÇU DE LA GEOGRAPHIE DU  
LIVRE DE PIOTR KROPOTKINE AU  
BRESIL (1890-1960)*

Breno Viotto Pedrosa  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
brenoviotto@hotmail.com

## Resumo:

Objetiva-se indicar elementos que elucidem a recepção intelectual russo Piotr Kropotkin (1842-1921) no Brasil, no período de passagem do século XIX para o XX. Com base na pesquisa em acervos depositados em relevantes bibliotecas brasileiras e em alguns jornais foi possível averiguar que a chegada da obra do russo não ficou restrita ao movimento anarquista. A obra de Kropotkin foi amplamente difundida e debatida por militantes de esquerda, intelectuais, jornalistas e literatos em um contexto de troca e proximidade cultural com Portugal e outros países de idiomas latinos. Kropotkin era uma figura conhecida dentre a intelectualidade brasileira em função do internacionalismo do movimento dos trabalhadores, seu renome como cientista e como pensador social, bem como por sua estratégia editorial internacional e multilinguística.

**Palavras-chave:** Kropotkin, anarquismo, circulação de ideias, recepção intelectual.

|             |           |                                 |                 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025 | ISSN: 2674-8355 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

The aim of this article is to highlight elements to elucidate the intellectual reception of Piotr Kropotkin (1842-1921) in Brazil at the turn of the 19th to the 20th century. Based on research conducted in collections housed in significant Brazilian libraries and in some newspapers, it was possible to verify that the arrival of the Russian's work was not confined to the anarchist movement. Kropotkin's work was widely disseminated and debated by leftist activists, intellectuals, journalists, and writers in a context of exchange and cultural proximity with Portugal and other Latin language countries. Kropotkin was a well-known figure among Brazilian intellectuals due to the internationalism of the workers' movement, his renown as a scientist and social thinker, as well as his international and multilingual editorial strategy.

**Keywords:** Kropotkin, anarchism, knowledge circulation, intellectual reception.

**Résumé:**

L'objectif de cet article c'est d'indiquer des éléments qui éclairent la réception intellectuelle de Piotr Kropotkine (1842-1921) au Brésil à la fin du XIXe siècle et au début du XXe siècle. Sur la base de recherches dans des collections déposées dans des importantes bibliothèques brésiliennes et dans certains journaux, il a été possible de vérifier que l'arrivée de l'œuvre du russe ne s'est pas limitée au mouvement anarchiste. L'œuvre de Kropotkine a été largement diffusée et débattue par des militants de gauche, des intellectuels, des journalistes et des écrivains dans un contexte d'échange et de proximité culturelle avec Portugal et d'autres pays de langues latines. Kropotkine était une figure bien connue parmi les intellectuels brésiliens en raison de l'internationalisme du mouvement ouvrier, de sa renommée en tant que scientifique et penseur social, ainsi que de sa stratégie éditoriale internationale et multilingue.

**Mots-clés:** Kropotkine, anarchisme, circulation des idées, réception intellectuelle.



## Introdução

O objetivo deste artigo é elucidar a recepção intelectual da obra de P. Kropotkin (1842-1921) no Brasil, dando continuidade à hipótese de que o capital político e cultural de Kropotkin se retroalimentavam e isso impulsionou a ampla divulgação de sua obra. Pesquisas recentes, como as de Ferretti (2007; 2019), já trouxeram luz à força do capital social e cultural de Kropotkin, demonstrando que sua rede de pesquisa envolvia geógrafos, anarquistas e uma ampla gama de colaboradores acadêmicos e oriundos da sociedade civil organizada: o vegetarianismo, o internacionalismo, o socialismo de forma geral, o populismo russo, a luta pelo direito das mulheres (ver Pereira, 2021) e a crítica aos imperialismos europeus.

Ferretti (2007) demonstra ainda como os geógrafos anarquistas da rede de É. Reclus (1830-1905) e Kropotkin compartilham importantes pressupostos de método como a inspiração positivista, o materialismo, o uso do darwinismo-lamarckismo, a valorização da história pelo viés da geografia de Carl Ritter (1779-1859), ou ainda a busca de sínteses totalizantes na tradição de Alexander von Humboldt (1769-1859). Pesquisas recentes (Varengo, 2011; 2018; Ferretti, 2019) mostram ainda que longe de ser uma figura isolada, Kropotkin, durante seu exílio na Inglaterra, tinha contatos, circulava, debatia e expunha suas ideias nos principais grupos políticos da esquerda socialista, além de ter o respeito de figuras conservadoras e liberais (Shpayer-Makov, 1987). O mesmo se pode depreender da análise de suas cartas, pois Kropotkin dialogava com um amplo espectro de atores políticos, notadamente da esquerda, na Rússia e em diversos países, defendendo sua agenda política, o

anarco-comunismo, uma posição clara e sistemática oriunda do anarquismo do século XIX (Ferretti, 2019; 2011). Certamente, esse quadro só se altera a partir do momento que Kropotkin defende a Entente – França, Rússia e Inglaterra que confrontaram a Alemanha e seus aliados – face ao conflito da Primeira Guerra Mundial (MILLER, 1976).

Nossa análise busca privilegiar a recepção de Kropotkin no meio intelectual tentando averiguar se, e como, sua obra circulou no Brasil. Para tanto, recorreremos à busca no acervo de bibliotecas e também nos jornais da época, enfocando os artigos escritos por intelectuais e críticos literários, para vislumbrarmos como foi a acolhida de Kropotkin no Brasil. Utilizamos um método, portanto, similar ao de Keighren (2010) que tratou da recepção de Ellen Semple no mundo anglófono e que recorreu às edições e suas respectivas elaborações, às resenhas publicadas em jornais e revistas acadêmicas, além de se valer até mesmo do levantamento de exemplares em bibliotecas. Busca-se inspiração, igualmente, na obra de Febvre e Martin (2015) no tocante à geografia e difusão do livro.

Paralelamente, no movimento operário do início do século XX a referência a Kropotkin é central, uma vez que os migrantes italianos, espanhóis, portugueses, dentre outros, trouxeram seu legado para a luta operária do Brasil, país que começava a se industrializar. Em função da organização operária e popular, logo as ideias anarquistas estavam difundidas no território nacional. Como destacou Viana (2014, p. 182) os mesmos circuitos responsáveis pelos jornais de propaganda política eram também difusores de livros, inclusive estrangeiros. Assim, o “médico e higienista Fábio Luz encontrou na Bahia *Palavras de um Revoltado*, de Kropotkine, leu essa revolucionária obra e tornou-se anarquista” (Rodrigues, 2010, p. 1);

e um anúncio no jornal anarquista *Ação Direta* (1958, p. 2) acerca de dois livros de Kropotkin se inicia com os dizeres “É, talvez, Kropotkine, o autor ácrata que mais tenha sido traduzido no Brasil”. Como demonstrou Secco (2017), no Brasil, o primeiro partido comunista é oriundo do movimento anarquista que conhecia Kropotkin, bem como sua ênfase nas ciências naturais e no darwinismo para a formação de uma visão de mundo. Destaca-se ainda que, a circulação das obras de Kropotkin em idiomas latinos, conferiu-lhe uma relevância em outros países da América Latina.

Em síntese, busca-se traçar uma história dos livros de Kropotkin no Brasil, ou melhor, uma geografia preliminar da recepção, uma vez que este país recebeu muitas edições, principalmente em línguas latinas, revelando que anarquistas, jornalistas e pensadores sociais são os principais intelectuais interessados no seu pensamento, ou seja, ele era bastante conhecido antes da geografia crítica brasileira dos anos 1970. Responder como o pensamento do anarquista russo chega à periferia do sistema capitalista é uma tarefa complexa e envolve relações culturais entre Rússia, França, Portugal e Brasil. Tentaremos, minimamente, remontar esse encadeamento que permitiu o interesse, a tradução e reivindicação do anarquista russo, para além do movimento operário.

P. Bourdieu também nos auxilia na compreensão da recepção de Kropotkin no Brasil. Fundamentalmente, Kropotkin possuía um enorme capital político e científico, o que tornou seu trabalho reconhecido tanto no campo da esquerda, quanto acadêmico. Da mesma forma, devemos observar o *habitus* (Bourdieu, 2016) de Kropotkin de investir no multilinguismo e internacionalismo como estratégia política para a disseminação de seu pensamento. O resultado disso é a chegada de sua obra ao Brasil de maneira

multifacetada, por meio de diversas redes. Esse sucesso é resultado de sua posição no campo do anarquismo internacional e, igualmente, do capital cultural científico acumulado pelo russo, visto como cientista e pensador social.

De acordo com Bourdieu (2001), há uma tendência de internacionalização gradual dos campos científico e literário, uma vez que esse processo contribui para uma reprodução expandida de processos de dominação simbólica. Nesse sentido, o pensamento de Kropotkin é incorporado como fator modernizador multifacetado, de acordo com os grupos que o leram e o interpretaram: o movimento operário o absorve para renovar as ideias socialistas; os literatos o utilizam para recriar a literatura brasileira inspirada por romances russos e franceses; e, por fim, os pensadores sociais o utilizam para modernizar o Brasil, que, no início do século XX, era uma jovem república com uma série de projetos nacionais em formação e disputa. A modernização descreve as respostas face ao desafio da sociedade industrial e urbana, sendo que Kropotkin propõe uma solução eminentemente anticapitalista, ou anarcocomunista para usar seu termo. Contudo, a recepção de suas ideias fica ao gosto dos leitores locais, que vão do anarquismo radical ao reformismo moderado – ao fim e ao cabo, os textos circulam sem seu contexto original de enunciação. Assim, a metodologia utilizada para rastrear Kropotkin no Brasil foi a busca por livros originais, traduções, reportagens de jornais e citações que abrangem o período de estudo (1870-1960). Trata-se de delinear uma geografia do livro e identificar em quais nichos sua presença foi notória.

A análise começa com o exame das bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP), a partir dos livros depositados em catálogos gerais e coleções particulares. Na segunda parte, o mesmo foi feito

com os livros das bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e na parte final, se discute, a partir de recortes, como Kropotkin aparece na imprensa brasileira, a partir de pesquisa na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

### **A coleção da Universidade de São Paulo (USP)**

Nas bibliotecas da USP se encontram 58 obras de Kropotkin publicadas antes de 1960. Selecionamos essa data, porque depois dela Kropotkin e o anarquismo clássico começam, lentamente, a ser revalorizados ou revistos (Préposiet, 2007). O maio de 1968, dá novos ares e rumos ao anarquismo.

Encontra-se depositado na USP o acervo de Edgar Carone (1923-2003), um historiador pioneiro na análise da esquerda no Brasil. Como demonstrou Secco (2017) é razoável admitir que a biblioteca de Carone reflete, de alguma forma, o que era adquirido pelas figuras da esquerda no início do século XX, pois ele possuía parte da biblioteca pessoal de Astrojildo Pereira (1890-1965), um dos primeiros membros do Partido Comunista Brasileiro. Segundo Dulles (1973, p. 34), o jovem Pereira teria se convertido ao anarquismo após ler *A conquista do pão* de Kropotkin. O mesmo ocorre com Primitivo Raimundo Soares, que pede baixa da força pública e se torna militante anarquista, escrevendo sob o pseudônimo de Florentino de Carvalho (Dulles, 1973, p. 20).

Além de Carone, a pesquisa ainda revela que o historiador Caio Prado Jr. (1907-1990), o geógrafo Milton Santos (1926-2001), os críticos literários Anatol Rosenfeld e Antônio Candido (1918-2017), bem como o economista Antônio Delfim Netto (1928-2024) possuíam exemplares da obra de Kropotkin. Talvez, no caso de Delfim Netto,

seria razoável admitir que algumas obras tenham sido compradas no exterior e que não circulavam amplamente no Brasil, pois, a maioria dos livros está em inglês, o que destoa dos demais, geralmente em línguas latinas mais acessíveis aos brasileiros – temos, por exemplo, uma edição em russo de *Apoio mútuo*, de 1921, publicada em Nova York, certamente destinada à comunidade imigrante. Delfim foi um bibliófilo com uma extensa coleção doada à Faculdade de Economia e Administração da USP, sendo possível notar que ele adquiriu, em alguns casos, o mesmo título em edições diferentes. Esse é o caso de *Campos, fábricas e oficinas*, pois na coleção encontramos a primeira edição de 1899, londrina, e a de 1907, de Nova York.

Destaca-se ainda obras pertencentes ao acervo da Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), cujo fundador foi o padre dominicano Joseph-Louis Lebreton (1897-1966). Atuante, principalmente, a partir da década de 1950, a SAGMACS formou uma geração de planejadores regionais e urbanos no Brasil e desenvolveu relevantes trabalhos, notadamente, por encomenda da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU). A metodologia desenvolvida por Lebreton era influenciada por Patrick Geddes, que por sua vez foi marcado pelas ideias e pela relação pessoal com Kropotkin (Ferretti, 2019; Angelo, 2010; Chiquito, 2011). Essa presença pode indicar que Kropotkin era uma referência debatida pelo grupo e que seu pensamento influenciou sua prática do planejamento. Destaca-se ainda que o próprio Delfim Netto foi presidente da CIBPU na década de 1960.

O levantamento revela ainda uma grande diversidade de livros estrangeiros que circulavam no Brasil: temos edições italianas, espanholas, argentinas, portuguesas e francesas. Parra (2013, p.

104) destaca que, na primeira década do século XX, a Livraria Lealdade em São Paulo comercializava literatura anarquista, inclusive Kropotkin, em edições impressas na Espanha ou na editora Risveglio/Réveil, de origem suíça. Parra lembra que esses locais são espaços de sociabilidade intelectual. Além do comércio, os livros circulam ainda no âmbito privado, uma vez que em suas memórias Antônio Cândido relembra, na infância, que o poeta Martins Fontes deu o livro *O anarquismo* de Kropotkin à sua mãe, elogiando-o (Viana, 2014, p. 219).

Romani e Benevides (2019) analisaram a rede de anarquistas italianos, destacando a presença de imigrantes em toda a América, especialmente no sul do continente. Gradualmente, a ação dos anarquistas incorpora uma preocupação com a situação local dos trabalhadores, sendo que sua ação política se mistura com a de outros migrantes e com a da comunidade brasileira, existindo uma disseminação de suas ideias e organização para além dos grandes centros urbanos costeiros. Somente depois da Revolução Russa e das greves gerais ocorridas em São Paulo (1917) e Rio de Janeiro (1918), existe uma cooperação governamental para reprimir a rede de anarquistas italianos na América do Sul, desarticulando-a. Brasil, Uruguai e Argentina foram centrais nessas redes, que incluíam a circulação de figuras políticas expulsas, livros e jornais.

O mais surpreendente é que, precocemente, temos no Brasil a edição dos livros de Kropotkin. Em São Paulo, por exemplo, no ano de 1904, temos uma edição em italiano d'*A Conquista do Pão*, publicada pelo grupo anarquista *La Propaganda*. Alguns anos depois, em 1913, pela Prometheu, é publicado o livro *A questão social: o anarquismo em face da ciência* traduzido do inglês por Hendioser. Apesar de um título diferente, o livro corresponde em

estrutura ao *Modern science and anarchism*, de 1912, publicada em Londres pela *Freedom Press*. Sabe-se, entretanto, que esse livro teve, em inglês e em francês, reedições mais longas, que além da parte I e II, respectivamente sobre a relação entre ciência e anarquia e a história do anarquismo, incluirá os artigos *O Estado: seu papel na história, o Estado moderno*, dentre outros. Segundo Secco (2017, p. 54) os anarquistas, em 1920, mantinham uma gráfica popular que editou *A grande revolução* de Kropotkin.

Para Ferretti (2019), Kropotkin tem uma estratégia editorial: palestras, artigos dos jornais e de revistas científicas eram traduzidos e republicados, por vezes reunidos e transformados em livros. Observa-se um processo de concentração e dispersão: o livro *A conquista do pão*, de 1892, foi composto por uma série de artigos publicados no jornal *Le Révolté*, sendo posteriormente republicado na forma de artigos no jornal *Freedom* na Inglaterra. Para isso, Kropotkin contava com uma rede de colaboradores atuantes no campo científico e/ou nas lutas sociais (Ferretti, 2019). O russo tinha uma constante estratégia de montagem e desmontagem editorial para difundir sua mensagem em vários meios.

Ainda sobre *A questão social...*, de acordo com Viana (2014, p. 294), este livro também foi publicado pela editora Mundo Livre em 1913, no Rio de Janeiro, que voltaria a publicá-lo em 1964, sob o título *Humanismo libertário e a ciência moderna*. A mesma editora lança *A Moral Anarquista*, de Kropotkin, em 1920. Apesar de não sabermos a dimensão das tiragens ou o alcance das edições, devemos nos perguntar, por que esse livro é o primeiro a ser editado em português no Brasil? Uma hipótese bastante plausível é o fato de a obra, além do anarquismo, lidar com o tema do positivismo em um contexto em que ideias de A. Comte e H. Spencer desfrutavam de



prestígio dentre a elite social brasileira. Isso torna Kropotkin duplamente atraente, era um anarquista e um positivista em um país em plena expansão da fronteira interna, em um contexto em que romancistas e ensaístas buscavam pelo sentido do povo e da nação brasileira (Murari, 2009). Certamente, suas considerações sociais são atraentes para uma elite intelectual treinada nas ciências naturais e no positivismo, em um contexto de pré-institucionalização de vários campos do conhecimento científico, em que a literatura e os ensaios sociais tinham peso no debate nacional. Vejamos uma consideração sobre seu método:

Quando analisamos uma teoria social qualquer, nós logo percebemos que não somente ela representa um plano de partida e um ideal de reconstrução de toda a sociedade, mas que geralmente ela se liga também a um sistema qualquer da filosofia – de concepção geral da Natureza e das sociedades humanas (Kropotkin, 1913, p. V).

Materialista intransigente, Kropotkin repudia a dialética, a metafísica, a religião e valoriza a aplicação do rigor do método natural para a compreensão da sociedade. Ademais, o livro é atraente pois apresenta um glossário explicativo sobre importantes figuras do pensamento político e científico, além de elucidar termos científicos, o que, na época da prevalência da cultura impressa, tem grande valor.

Tal glossário foi composto com o auxílio de Max Nettlau, importante historiador do movimento anarquista (Kropotkin, 1913, p. I-V). No livro, Kropotkin apresenta os princípios e situa sua proposta anarquista na história das ideias, ademais, um de seus objetivos é demonstrar como o socialismo moderno é uma derivação do desenvolvimento de ideias científicas, uma vez que os grandes

pensadores do século XIX foram influenciados por Saint-Simon, R. Owen ou tradições socialistas populares (Kropotkin, 2013, p. 18-19). Tendo como referências Darwin, Lamarck, Comte e Spencer, defendendo uma perspectiva indutiva, evolucionista não linear e um método naturalista unitário para o estudo da sociedade e natureza, Kropotkin demonstra a relação entre anarquia e ciência (Kropotkin, 1913, p. 47).

Tal perspectiva, seria atrativa na atmosfera intelectual brasileira no início do século XX, inclusive para um público não anarquista. Como demonstrou Maia (2008, p. 190) o pensador social Licínio de Cardoso (1852-1926), dado à questão nacional brasileira, leu e comentou Kropotkin. Seu contemporâneo, Euclides da Cunha (1866-1909), de formação militar, recorre à obra de L. Metchnikoff, anarquista e correspondente de Kropotkin, para pensar o papel dos rios na história da Amazônia (Cunha, 1999, p. 5). Paralelamente, nesse período, o exército brasileiro é influenciado pelo positivismo, sendo que, se encontra depositado na biblioteca da Marinha um exemplar, de 1910, do livro de Kropotkin *L'entr'aide* [*O apoio mútuo*] (Paris: Stock) e, na biblioteca do Clube militar, a edição baiana de *A grande revolução* publicada em 1955.

Kropotkin ao perceber que A. Comte, assim como Darwin, se esforçava para decifrar a origem da moral humana, em uma nota de rodapé comenta:

Eu não havia me dado conta dessas passagens no momento que eu escrevia para a primeira edição deste ensaio. Eu devo a um amigo positivista do Brasil por ter chamado minha atenção sobre esse tema, ao mesmo tempo que ele me enviou uma bela edição da segunda grande obra de Comte, a *Política Positiva* (Kropotkin, 1913, p. 23).

Não conseguimos descobrir quem era o amigo, entretanto, o trecho deixa claro que Kropotkin tinha um correspondente no Brasil. Apesar disso, no período temos a perseguição aos anarquistas e a apreensão da literatura subversiva. Como demonstrou Parra (2013), Kropotkin aparecia quase invariavelmente nas apreensões conduzida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, durante a década de 1930, pois militantes como Ítalo Benasi e Avelino Fernandes (identidade de Paul Laurent) possuíam suas obras.

Hendioser também foi responsável pela tradução de 1933 do livro *O anarquismo suas bases científicas, sua filosofia, seu ideal, seus princípios econômicos*, pela Unitas, que seria reeditada em Salvador, pela editora Progresso, no ano de 1954 (Viana, 2014). Curiosamente, “pouco se sabe sobre Hendioser – provavelmente um pseudônimo – autor do prefácio e tradutor do livro de Kropotkin [...]. O jornal *A Plebe*, quando da edição original, apresentou-o como um ‘denodado trabalhador que, nas horas que lhe sobravam da árdua jornada de trabalho, dedicava-se à literatura libertária’” (Viana, 2014, p. 262). Segundo Viana (2014, p. 234), a editora Unitas era de propriedade de Salvador Cosi Pintaúde e tinha uma orientação trotskista.

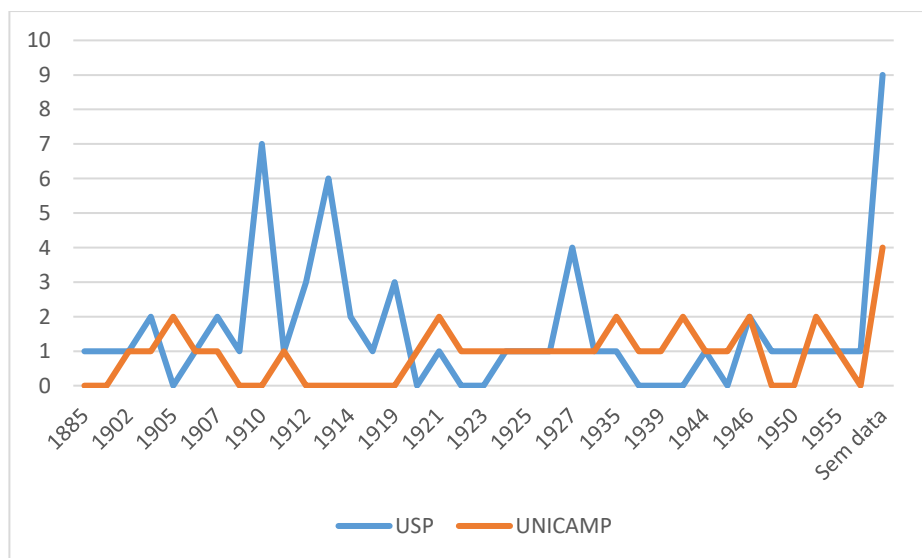
As edições brasileiras não se limitam em São Paulo e no Rio de Janeiro, pois temos uma edição de *A Grande Revolução* impressa em Salvador no ano de 1955. O levantamento das bibliotecas da USP ainda traz registros dos tradutores: *La conquista del pane*, em italiano, publicado em São Paulo no ano de 1904 é traduzida por Giuseppe Cianbilla; *Palavras de um revoltado*, edição portuguesa de 1912 foi traduzida por João Evangelista de Campos Lima, importante anarquista lusitano; *O anarquismo...*, também edição

paulistana, de 1933 é feita por Hendioser; finalmente *Em torno de uma vida*, edição paulistana de 1946, é traduzida por Berenice e Lívio Xavier, irmãos “cearenses da cidade de Granja, ambos ligados ao movimento trotskista, como também o era Rachel de Queiroz à altura. Além de tradutor, Lívio era escritor e jornalista e, assim como Queiroz, fez várias traduções para a editora José Olympio” (Viana, 2014, p. 232). Observamos que nos casos destacados, predominam tradutores que tinha engajamento político, mesmo que não fossem anarquistas. Partiremos agora para análise dos materiais encontrados nas bibliotecas da Unicamp.

### O acervo da Unicamp

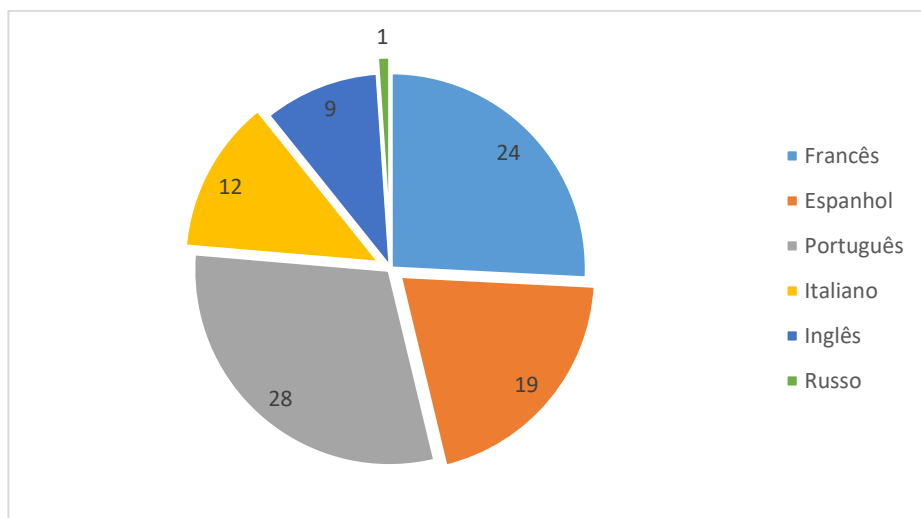
O acervo e coleções depositadas na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) acusa 33 obras de Kropotkin e para sintetizar os levantamentos, apresentamos os dois gráficos abaixo:

**Gráfico 1 – Livros de Kropotkin na USP e na UNICAMP por ano de publicação**



Fonte: Plataforma Dedalus (USP) e Sophia (Unicamp)

## Gráfico 2 – Livros de Kropotkin nos acervos USP e Unicamp por idioma



Fonte: Plataforma Dedalus (USP) e Sophia (Unicamp)

Inferese-se que as obras de Kropotkin encontradas no Brasil foram impressas entre 1910-1930, principalmente, e que predominam as edições em línguas latinas. Nas bibliotecas da Unicamp, temos as edições brasileiras já apresentadas, além de muitas argentinas, francesas e uma grande quantia de edições italianas que pertenciam ao acervo Edgard Leuenroth (1881-1968), militante anarquista e um dos responsáveis pelo Centro de Cultura Social, em São Paulo, uma organização anarquista. Segundo Parra (2013, p. 148), o acervo de Leuenroth se confunde com o de outros militantes como Rodolpho Felipe. Ali, constam edições do grupo Risveglio/Réveil da Suíça e obras como *O terror na Rússia* que não constam nas bibliotecas da USP.

Heitor Ferreira Lima (1905-1989), que foi secretário do Partido Comunista, também consta na lista de figuras que possuíam obras

de Kropotkin, bem como Otávio Brandão (1896-1980), dirigente do mesmo Partido na década de 1920. O mesmo vale para os acervos do argentino Libório Justo (1902-2003) e Maurício Tratenberg (1929-1998) ambos trotskistas. Face ao exposto, fica claro que Kropotkin era uma referência importante no campo da esquerda com maior ou menor centralidade dependendo da orientação política: libertária, socialista ou comunista. Podemos identificar ainda uma repercussão no campo da literatura, uma vez que o crítico literário José Brito Broca (1903-1961) possuía uma edição argentina do livro de Kropotkin sobre a literatura russa.

O acervo também traz informações sobre os tradutores de Kropotkin. *Le memorie di un rivoluzionario*, edição milanesa, foi traduzida por Olivia Rossetti Agresti (1875-1960), britânica que inicia sua carreira no anarquismo, trabalha na Liga das Nações e acaba por apoiar o fascismo. *Il terrore in Russia* é traduzido do inglês por Carlo Bonapace, enquanto *A moral anarchista*, edição carioca, foi vertida por Emílio Costa (1877-1952), anarquista português, que foi secretário pessoal de Francisco Ferrer (1859-1909) e contribui, assim como Kropotkin, para os jornais *Les temps nouveaux* e *La Révolution*.

Já Nicolas Tasin (1873-1941), de origem russo judaica, radicado na Espanha, é o tradutor responsável pelas edições argentinas de *Origen y evolucion de la moral* e *Ética*. Tasin traduziu também Lenin, Tchekov, Trotsky, dentre outros. A edição argentina da obra de Kropotkin sobre a literatura russa foi traduzida para o espanhol por Salomón Resnick (1894-1946), também um russo-judeu, que migrou para Argentina e foi editor de jornais que abordavam questões judaicas (Svarch, 2021). Fermin Salvochea (1842-1907), espanhol, traduziu *Memorias de un revolucionario*, que foi editado

pela editora argentina Tupac. Salvochea, partícipe da Primeira Internacional, foi anarquista e político espanhol.

Essa lista pode ao menos nos dar algumas pistas de como circulam as traduções e quem são as figuras por detrás de sua produção, pois notamos que, ora as traduções são feitas por militantes anarquistas ou figuras políticas, ora por tradutores profissionais por assim dizer, quase sempre migrantes. Sabemos, por exemplo, que em função de seu internacionalismo, Kropotkin tinha um trânsito importante nos meios intelectuais judaicos nos EUA e na Inglaterra (Ferretti, 2019; Dugatkin, 2011).

Como podemos aferir, os circuitos de circulação das ideias de Kropotkin atingem campos diferentes do saber: (1) os militantes anarquistas; (2) pensadores, ensaístas sociais interessados pelo positivismo e/ou pelas ideias de Darwin; (3) escritores e críticos literários. No tocante ao último item, cabe lembrar que no início do século XX, a literatura representava por vezes a reflexão do debate público e como demonstrou Lottman (2009), analisando o caso francês, os escritores eram intelectuais de enorme prestígio, que tinham expressiva força nos debates públicos. Eles eram os intelectuais capazes de refletir e sugerir caminhos para sociedade. A França, além de possuir seus escritores ativos politicamente como Victor Hugo e Émile Zola, recebeu figuras importantes da literatura russa, como escritor I. Turgueniev, que Kropotkin conheceu no exílio em Paris.

Paralelamente, o trânsito cultural e político entre França e Portugal é intenso. Em Portugal, Kropotkin é traduzido precocemente e faz grande sucesso: *A Anarquia na evolução socialista* foi vertido, em 1887 – a edição francesa é de 1886 -, e *A Anarquia, a sua filosofia e o seu ideal*, em 1908 (Ministério, 1985, p.

205 e 211). Segundo Menezes (1999), o anarquismo português chega ao Rio de Janeiro por volta de 1890 e possui profundas relações com as ideias de Kropotkin e Reclus. Temos, no Brasil, a circulação de anarquistas, trabalhadores, além dos jornais populares lusitanos. Menezes (1999, p. 281) destaca 74 processos de expulsão contra estrangeiros residentes no Rio de Janeiro do início do século XX, muitos dos quais trabalhadores anarquistas portugueses.

Em Lisboa, *A revista popular de orientação racional – O Amanhã*, publica, no número 4, em 1909, o obituário que Kropotkin escreveu sobre É. Reclus. Os proprietários da revista são Grácio Ramos e Pinto Quartim, anarquistas que por razões de perseguição se dividem entre Brasil e Portugal. Quartim foi organizador de outros jornais importantes como o *Terra Livre*, que promoveu uma campanha acontecida “no ano de 1906 e visou a ajudar financeiramente anarquistas e socialistas perseguidos pelo regime czarista russo. Nessa ocasião, Neno Vasco recebeu (e publicou) uma carta que o anarquista Pedro Kropotkin lhe enviou em agradecimento à ajuda” (Dantas, 2010, s. p.). Neno Vasco (1878-1920) era outro anarquista, escritor e jornalista português que havia migrado para o Brasil. O grupo Terra Livre, inspirado pelas estratégias editoriais de Reclus e Kropotkin, além do jornal, organizam a biblioteca do trabalhador com livros vendidos a preços módicos (Menezes, 1999, p. 273). Ademais, a poesia, o teatro e até mesmo uma subversão do formalismo ortográfico para simplificar o idioma e aproximar brasileiros e portugueses estavam na ordem do dia para anarquistas como Jorge Thonar e Lírio Rezende (Menezes, 1999). No catálogo do Gabinete Português de Leitura, localizado no Rio de Janeiro, contabilizamos 14 obras de Kropotkin publicadas antes da década de 1960, a maioria delas são edições portuguesas.



Gomide (2004, p. 171) demonstrou a influência do ambiente intelectual francês na recepção dos romances russos no Brasil, ou seja, os escritores russos eram valorizados pelos franceses, que por sua vez, tinham ilações com portugueses e brasileiros. Nesse contexto, por exemplo, José Veríssimo escreveu um comentário sobre Kropotkin, reunido em coletânea no ano de 1902, citando seu livro sobre a literatura russa. A mesma obra era conhecida e também tinha grande importância para as interpretações literárias do anarquista e escritor Fábio Luz, que faz, em 1934, um comentário sobre a obra de Kropotkin no primeiro volume do livro *Diorama: aspectos literários* (Gomide, 2004, p. 351).

De acordo com Schwarcz (2017), Lima Barreto seria outro escritor influenciado por Kropotkin, bem como colegas de seus círculos literários como Domingos Ribeiro Filho. Na juventude, Lima estuda com José Oiticita, ativo militante anarquista e mais tarde conhece Fábio Luz. Lima Barreto possuía a edição francesa *d'A ajuda mútua*, de 1902, em sua biblioteca, bem como defendia uma posição pacifista, contra a violência animal e a favor da solidariedade face às perversões do capitalismo, o que são claras influências de Kropotkin e Tolstói. Em mensagem aos escritores jovens, Lima recomenda obras de Kropotkin, Reclus, Hamon, Spencer e Comte (Schwarcz, 2017, p. 352 e 433).

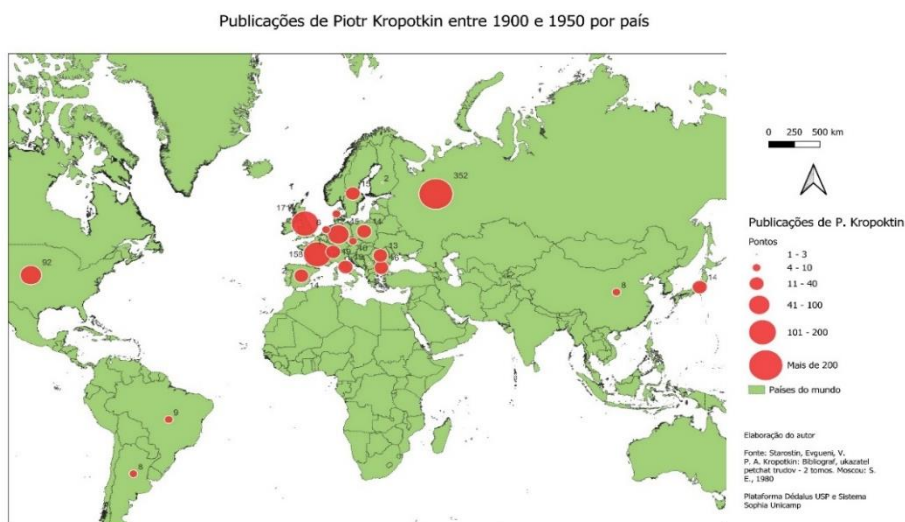
Tendo explorado alguns acervos relevantes no Brasil e tendo identificado os três circuitos que se sobrepõe na recepção intelectual de Kropotkin, partiremos agora para a análise dos jornais brasileiros.

### **A Imprensa brasileira**

A vida de Kropotkin foi acompanhada com interesse pela imprensa nacional e internacional. O russo é egresso da aristocracia e foi pajem do Czar Alexandre II, sendo sua trajetória excêntrica por abnegar seus recursos e posição social pela luta política e por ter escapado da prisão do despótico regime czarista em 1876.

Sua conversão ao anarquismo e sua posição como expoente do movimento coroam seu renome em escala internacional. Sua presença nos jornais brasileiros é substancial: entre 1890 e 1939, o termo “Kropotkine” aparece 979 vezes, de acordo com o motor de busca da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O mapa abaixo apresenta as publicações Kropotkin entre 1900 e 1950, em escala mundial, agregando os dados apresentados por Starostin aos de nosso levantamento:

**Figura 1 – Publicações de Piotr Kropotkin entre 1900 e 1950 por país**



Fonte: elaboração do autor com base em Starostin, Evgueni V. *P. A. Kropotkin : Bibliograf, ukazatel pechat trudov* – 2 tomos. Moscou: S. E., 1980; Plataforma Dedalus (USP) e Sistema Sophia (Unicamp).

Como vemos sua presença se concentra na Europa, mas atinge Brasil, Argentina, China, Japão e Estados Unidos. Nos jornais

brasileiros no início do século XX, como destacou o pesquisador Eduardo Augusto Souza Cunha<sup>1</sup>, existem alguns estereótipos que persistem na sua caracterização: ora é tratado como um perigoso anarquista conspirador, ora como sábio utópico e ingênuo e, por fim, como intelectual e cientista crítico.

Dessa feita, se noticia o intuito de Kropotkin retornar à Rússia, cuja matéria não assinada vaticina “[Kropotkin] É um verdadeiro apóstolo. Sua vida pode ser considerada modelo de perfeita honestidade e aplicação ao trabalho; mas é sonhador e perigoso, que só servirá para perturbar a obra de organização revolucionária” (Gazeta, 1906). A Gazeta (1910) traz anúncio da venda do livro de Kropotkin “A conquista do Cão[sic]”, ofertado na Livraria Central, na rua Uruguaiana no Rio de Janeiro. As menções, entretanto, não se limitam aos periódicos cariocas, uma vez que o jornal gaúcho A federação, anuncia em 1892, que “O príncipe Kropotkine vai publicar em breve um livro denominado A conquista do Pão, em que promete dar a solução do enigma social”.

Publica-se também resenha de *A conquista do pão*, em que se elogia a obra: “Pela primeira vez o comunismo anarquista apresenta as suas reivindicações debaixo de uma forma científica e desapaixionada, que deve prender a atenção de quantos se interessam pelo povo” (Jornal, 1892, s.p. – grifo nosso). A resenha não é assinada e legitima o anarcocomunismo científico de Kropotkin. Como vimos, escritores liam Kropotkin, como, por exemplo, Eloy Pontes (1890-1967), jornalista e escritor que manteve uma coluna no jornal *O Globo* e escreveu biografias dos principais escritores brasileiros de

---

<sup>1</sup> Colóquio internacional – Piotr Kropotkin – ativismo e pesquisa, mesa 3 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HXfg5o3CwiM&t=1806s> acesso em abr. de 2022.

sua época (Amaral, 2021, p. 46). Na Gazeta de Notícias (1916), quando Pontes é indagado sobre quais são os três livros que ele levaria para uma ilha deserta, *A Conquista do Pão* é um deles.

Outro caso interessante é o de José Francisco Xavier de Carvalho (1861-1919) jornalista e escritor lusitano, republicano, maçom e socialista, que se instala em Paris a partir de 1885. Para Prune (2019), Xavier de Carvalho tem um papel ativo em compor instituições e redes de cooperação para o intercâmbio cultural entre França e Portugal. Contudo, sua influência e cooperação também atingem o Brasil, pois ele colaborou com a *Revista Moderna* e se torna correspondente do jornal *O país*, cujo diretor é Quintino Bocaiúva (Prune, 2019).

A Revista Moderna foi uma publicação luso-brasileira editada e impressa em Paris e, mesmo que efêmera, perdurou entre 1897 e 1899 com 30 números, tendo repercutido dentre a elite intelectual brasileira (Flexa, 2019, p. 173-178). Eça de Queiroz foi um de seus colaboradores e suas páginas foram recheadas de discussões literárias, porém o mais interessante é que na *Revista...* de 1898 (n. 26), encontramos propaganda da publicação *L'Humanité Nouvelle*. O anúncio arrola seus principais colaboradores, os quais citamos: P. Kropotkin, os irmãos Élie e Elisée Reclus, Jean Grave e o próprio Xavier de Carvalho.

Desde 1897, *L'Humanité...* estava sob a direção de A. Hamon, anarquista francês que lhe confere uma linha editorial cada vez mais eclética e não estritamente anarquista. Isso causa um mal estar com Jean Grave e os irmãos Reclus, que culmina no rompimento com a revista quando Hamon publica materiais de caráter antisemita (Page, 1992). Mesmo que relativamente desconhecido, o nome de Hamon é comumente mencionado pelos brasileiros (Parra, 2013;

Viana, 2014), porém, como vimos, sua postura o afastou do anarquismo e foi a causa da crise na *L'Humanité Nouvelle*.

Ademais, como dissemos, Xavier de Carvalho era correspondente no jornal *O paíz*, assinando a coluna Carta de Paris que frequentemente exhibe um misto de noticiário político e cultural. Não raro, Xavier de Carvalho publica notícias sobre Kropotkin. Em 1910, ele anuncia o lançamento da edição francesa de *Campos fábricas e oficinas*, dizendo que “é um livro que todos os brasileiros do interior devem compulsar” (Carvalho, 1910), por trazer informações de como otimizar o trabalho na agricultura. Carvalho esclarece que o livro tem um caráter mais reformista e não revolucionário jacobinista, de certo, um comentário que desagradaria Kropotkin, mas que poderia tornar o livro atraente para um público simpático ao socialismo moderado. Alguns anos depois, Carvalho faz uma curta resenha do livro *La Science moderne et l'anarchie*, afirmando que o anarquismo é “...nascid[o] da evolução mental das massas populares, às quais, convém notar, devemos todas as instituições de direito comum” (Carvalho, 1913, s.p.).

Carvalho ainda faz questão de distinguir o anarquismo de Kropotkin da corrente individualista e terrorista, advertindo seu leitor que não confunda tais orientações, pois as ideias de Kropotkin são “altas em concepções filosóficas, devem ser estudadas a fundo” (Carvalho, 1913, s.p.).

Kropotkin também repercute em São Paulo, pois, em 1905, o jornalista e anarquista brasileiro Benjamin Mota escreve artigo sobre a anarquista Louise Michel, que cita a autobiografia de Kropotkin (Estado, 1905). O jornal *O Estado de São Paulo*, em 1911, publica uma reportagem sobre o progresso fabril paulista que cita o anarquista e sua interpretação acerca da industrialização russa, que,

similar à brasileira, começou tardiamente se comparada à inglesa ou à francesa, mas que, por isso, conseguiu se aprimorar velozmente (Estado, 1911, p. 6).

Nas páginas jornalísticas, encontramos testemunhos da solidariedade internacional. Na edição d'*O Estado...* de janeiro de 1913 (p. 11) é publicado uma campanha de financiamento para uma viagem de Kropotkin a Portugal, para tratar de sua saúde em Lisboa, fugindo do clima hostil de Londres. Os interessados poderiam colaborar comparecendo à 'Livraria Lealdade', na rua São Bento na cidade de São Paulo. Nessa época, o jornalista e escritor português João J. Grave – não confundir com o anarquista francês – escreve uma crônica sobre a chegada de Kropotkin em Lisboa:

Não pretendo, porém, fazer uma larga crítica das doutrinas de Kropotkin, que é, de todos os propagandistas de uma nova sociologia, o mais simpático pela sua coerência, e o mais eminente por sua complexa cerebração. O que quis foi apenas traçar algumas linhas sobre a individualidade de este apóstolo que como Buda renunciou às grandezas temporais e que chega ao fim da vida coberto de bençãos dos escravizados, a quem sempre amou e por quem tenazmente combateu. Os portugueses, sempre sonhadores, sempre idealistas e poetas vão ter ocasião de vê-lo nas ruas de Lisboa, com suas longas barbas de profeta e seus olhos doces e azuis! (Grave, 1913, p. 4).

Apesar de, nas biografias de Kropotkin, não existir registro de sua passagem por Portugal, devido à saúde frágil, o russo buscava viajar para fora da Inglaterra durante o inverno (Miller, 1979). Sem dúvidas, o texto de Grave é elogioso e mesmo que Kropotkin não estivesse fisicamente em Lisboa, suas ideias, textos e livros circulavam dentre portugueses e chegavam até o Brasil em um contexto de grande proximidade cultural.

Por fim, ressaltamos que exploramos uma ínfima parte dos artigos e das menções de Kropotkin nos jornais. Não nos debruçamos, por exemplo, sobre as notícias em que seu nome está relacionado à prisão de anarquistas, contudo, fica claro que mesmo em textos menos elogiosos, não se deixa de reconhecer os méritos científicos e filosóficos do pensador russo. É interessante notar que os jornais da época repercutem a opinião de Kropotkin sobre a agressão alemã à França e a deflagração da Primeira Guerra Mundial (Estado, 1914), ou ainda noticiam sua satisfação frente à Revolução Russa de 1917 (Gazeta, 1917). A opinião de Kropotkin, é sem dúvidas, uma referência importante.

### **Considerações Finais**

Mesmo sendo, por vezes, reconhecido como geógrafo no início do século XX, P. Kropotkin repercutiu timidamente na geografia brasileira antes do desenvolvimento da geografia crítica. No entanto, se observamos os acervos depositados nas bibliotecas e as notícias de jornal, notamos que sua presença é robusta. Muitas de suas obras tiveram franca circulação no Brasil, se valendo de traduções para o português ou para os idiomas latinos. Mesmo tendo repercutido pouco na geografia de então, em fase de pré-institucionalização universitária, Kropotkin interessava os literatos engajados nos debates políticos sobre o Brasil e/ou nas contradições da modernização capitalista. Suas obras eram igualmente objeto de interesse de pensadores sociais, muitos dos quais com algum tipo de engajamento político.

Pode-se concluir que Kropotkin repercutiu no movimento dos trabalhadores e na cultura operária, incluindo aí iniciativas de

popularização científica e de formação intelectual dos trabalhadores e militantes, sendo que, paralelamente, o russo foi capaz de chamar a atenção da elite intelectual. Se de um lado, os trabalhadores migrantes traziam suas obras e ideias para o Brasil, de outro, os jornalistas e poetas portugueses o propagandeavam nos jornais e revistas. Obviamente, existe uma zona cinzenta entre os trabalhadores e os pensadores, uma vez que vários jovens intelectuais foram ao povo, ao passo que vários operários, camponeses e sindicalistas se formaram nas lutas sociais, aumentando seu capital cultural, social e político. Nesse sentido, as contribuições de Kropotkin são parte, sem sombra de dúvidas, de um arcabouço formativo da esquerda brasileira, seja no tocante à definição do anarquismo, seja no seu estudo sobre a Revolução Francesa ou ainda na análise da literatura russa. Dessa forma, ele acaba se consolidando como uma espécie de cânone da tradição socialista. Paralelamente, a obra de Kropotkin sobre a literatura de seu país foi a porta de entrada para que vários brasileiros conhecessem a formação, os problemas e os imortais do verso e da prosa russa.

O esmaecimento do anarquismo em detrimento do comunismo não foi capaz de obliterar completamente sua força, pois sua situação de sucesso decorre de seu prestígio internacional em países como Itália, Espanha e Portugal e igualmente de sua capacidade de dar respostas às questões políticas candentes de seu tempo, por meio de sua agenda anarcocomunista em resposta ao processo contraditório de modernização capitalista.

Se por um lado, o pensamento de Kropotkin se converte em um universal, para usar uma noção de Bourdieu (2016, p. 155), com alto prestígio tanto no campo político, quanto científico, de outro sua



tradução para o contexto nacional obedeceu aos interesses dos campos e nichos que apreenderam seu pensamento em busca de uma legitimação e uma distinção, de forma seletiva, de acordo com suas posições (Bourdieu, 2023).

Claramente, seu sucesso mundial se deve ao internacionalismo e à estratégia editorial que se preocupou pouco com direitos autorais e mais com a difusão e tradução das obras. Outro elemento impulsionador é o reconhecimento de Kropotkin como cientista e filósofo, ou seja, seu capital cultural ampliava seu capital político, pois a anarquia seria uma resposta científica, materialista e racional aos problemas do capitalismo do início do século XX.

O resultado desse processo foi a tradução de suas obras na periferia do capitalismo por militantes ou tradutores profissionais. Suas obras sobre a geomorfologia da Sibéria, que lhe conferiram fama na juventude, só teriam a capacidade de atrair um público restrito – mesmo na geografia brasileira –, ao contrário de escritos sobre o positivismo, a grande revolução ou a literatura russa, o que justifica sua repercussão nos trópicos. Apesar de obras como *A conquista do pão* terem uma dimensão que remete à geografia econômica e ao que hoje se discute como justiça espacial, é só recentemente que os geógrafos se ativeram a ela. Finalizamos afirmando que ainda existe muito a ser estudado sobre a presença de Kropotkin no Brasil e sua chegada intermediada por trabalhadores, militantes e jornalistas.

## Referências

AMARAL, G. C. do. Eloy Pontes: crítica e/ou biografia. **Olhos d'água**, v. 13, n. 2, p. 46-55, 2021.

ANGELO, M. **Les Développeurs: Louis-Joseph Lebreton e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil**. São Paulo: Tese de Doutorado, pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (USP), 2010.

AVRICH, P. Kropotkin in America. **International Review of Social History**, 25(1), 1-34, 1980.

BOURDIEU, P. **Impérialismes - circulation internationale des idées et luttes pour l'universel**. Paris: Raisons d'agir, 2023

BOURDIEU, P. **Razões Práticas - sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2016.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

BOURDIEU, P. **Science de la science et réflexivité**. Paris: Éditions Raison d'agir, 2001.

CHIQUETO, E. de A. **A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí: do planejamento do vale aos polos de desenvolvimento**. São Carlos: Tese de Doutorado – Escola de Engenharia de São Carlos (USP), 2011.

CARVALHO, J. F. X. de. Carta de Paris. **O país**, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1913.

CARVALHO, J. F. X. de. Carta de Paris. **O país**, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1910.

CUNHA, E. da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DANTAS, Carolina Vianna. “Terra livre (verbete)”. In ABREU, A. A. (coord.) **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV online, 2010.

- DUGATKIN, L. A. **The prince of revolution**. S.L.: CreateSpace, 2011.
- DULLES, John W. F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.
- FEBVE, L.; MARTIM, H.-J. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Edusp, 2015.
- FERRETTI, F. **Anarchy and geography – Reclus and Kropotkin in the UK**. Londres e Nova York: Routledge, 2019.
- FERRETTI, F. Troca cultural e circulação do saber geográfico. **Terra Brasilis**, nova série, n. 5, 2015.
- FERRETTI, F. The correspondence between Élisée Reclus and Petr Kropotkin as a source for the history of geography. **Journal of Historical Geography**, v. 37, n. 2, p. 216-222, 2011.
- FERRETTI, F. **Il mondo senza mappa**. Milão: Zero in condotta, 2007.
- FLEXA, A. dos S. Revista moderna (1897-1899): correio ilustrado oitocentista. **Littera Online**, n. XIX, p. 174-189, 2019.
- GOMIDE, Bruno. **Da estepe a catinga: o romance russo no Brasil (1887-1936)**. São Paulo: Tese de Doutorado – pós-graduação em teoria e história literária (Unicamp), 2004.
- LOTTMAN, H. R. **A rive gauche: escritores, artistas e políticos em Paris – 1934-1953**. São Paulo: José Olympio, 2009.
- KEIGHEN, Innes M. **Bringing Geography to Book**. Londres: I. B. Tauris, 2010.
- KROPOTKIN, P. **La Science moderne et l'anarchie**. Paris: Stock, 1913.
- MAIA, J. M. E. **A terra com invenção**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- MENEZES, L. M. de. Revolução pela evolução: as ideias de Kropotkin na cidade do Rio de Janeiro. In TRONCOSO, H.C.; KLENGEL, S.; e LOENZO, N. (ed.) **Nuevas Perspectivas teóricas y metodológicas de la história intelectual de América Latina**. S. L.: Vervuert, 1999.

MILLER, Martin. **Kropotkin**. Chicago: Chicago University Press, 1976.

MINISTÉRIO da Cultura. Jaime Cortesão e Raul Proença. **Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário (1884-1984)**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1985.

MURARI, L. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Editora Alameda, 2009.

PAGE, Dominique Le. De Paris à la Bretagne: Augustin Hamon. **Le mouvement social**, n. 160, p. 99-124, 1992.

PARRA, Lúcia Silva. **Leituras libertárias: cultura anarquista na São Paulo dos anos 1930**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, pós-graduação em estudos culturais (USP), 2013.

PEREIRA, Davidson Matheus. Patriarcado, Estado e capitalismo: A geografia antipatriarcal de Élisée Reclus e Piotr Kropotkin. **Terra Livre**, v. 2, n. 55, p. 39–72, 2021. DOI: 10.62516/terra\_livre.2020.2115. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2115>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PRÉPOSIET, Jean. **História do anarquismo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

PRUNE, Iris Catteau, Esboço biobibliográfico de José Francisco Xavier de Carvalho mediador cultural e literário em Paris de 1885 a 1919. **Reflexos**, n. 4, Paris-Lisbonne: un dialogue capital, mis à jour le: 02/05/2019, URL: <<https://revues.univ-tlse2.fr:443/reflexos/index.php?id=567>>.

RODRIGUES, Edgar. **História do movimento anarquista no Brasil**. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010.

ROMANI, C. M.; BENEVIDES, B. C. de S. e. A rede dos anarquistas italianos em São Paulo no início do Século XX. **Revista de estudos libertários (REL)**, v. 2, p. 1-28, 2019.

SECCO, Lincoln. **A batalha dos livros**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

SHPAYER-MAKOV, H. The reception of Peter Kropotkin in Britain, 1886-1917. **Albion: a quarterly journal concerned with British Studies**, v. 19, n. 3, p. 373-390, 1987.

SVARCH, A. Salomón Resnick and the Judaica Project: Translation Strategies and Representation in the Making of Jewish-Argentines (1933-1946). **História Crítica**, n. 80, p. 103-127, 2021.

SCHWARCZ, L. **Lima Barreto, triste visionário**. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

TRATENBERG, M. **Kropotkin – textos escolhidos**. Porto Alegre: LPM, 1987.

VARENGO, S. El anarquismo británico y el periódico Freedom. **Germinal**, n. 14, p. 3-37, 2018.

VARENGO S. **Prima dela tempesta - il pensiero anarchico attraverso le pagin di “Freedom”**. Milão: Tese de doutorado – Università degli studi di Milano, 2011.

VIANA, A. B. **Anarchismo em papel e tinta: imprensa, edição e cultura libertária (1945-1968)**. Fortaleza: Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social (UFC), 2014.

## Fontes jornalísticas

**A FEDERAÇÃO:** Órgão do partido republicano, Porto Alegre, ano IX, edição 110, 16 de maio de 1892, p. 1.

**AÇÃO Direta**, ano 13, n. 127, junho de 1958, p. 3.

**ESTADO de S. Paulo**, São Paulo, 22 de dezembro de 1914, p. 3 e 4.

**ESTADO de S. Paulo**, São Paulo, 28 de janeiro de 1913, p. 3 e 4.

**ESTADO de S. Paulo**, São Paulo, 15 de setembro de 1911, p. 6.

**ESTADO de S. Paulo**, São Paulo, 12 de janeiro de 1905, p. 1.

**GAZETA de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 de março 1917, p. 2.

**GAZETA de Notícias**, Rio de Janeiro, 4 de dezembro 1916, p. 2.

**GAZETA de Notícias**, Rio de Janeiro, 1 de setembro 1910, p. 8.

**GAZETA de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 6, ano XXXII, 6 de jan. 1906, p. 1.

**GAZETA de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 261, ano XII, 18 de set. 1886, p. 1.

GRAVE, João J. Kropotkin em Lisboa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 de janeiro de 1913, p. 4.

**JORNAL do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 70, n. 121, 1 mai. 1892, p. 1.

Recebido para publicação em 23/05/2025

Aceito para publicação em 05/09/2025

**AJUSTES PRISIONAIS E A  
GEOGRAFIA DA ABOLIÇÃO DE RUTH  
WILSON GILMORE**

*PRISON FIXES AND THE ABOLITION  
GEOGRAPHY OF RUTH WILSON  
GILMORE*

*AJUSTES CARCELARIOS Y LA GEOGRAFÍA  
DE LA ABOLICIÓN DE RUTH WILSON  
GILMORE*

Ariel Machado Godinho  
Universidade de São Paulo  
ariel.machado@usp.br

Resenha de GILMORE, Ruth Wilson.  
**Califórnia gulag:** prisões, crise do  
capitalismo e abolicionismo penal.  
Tradução: Bruno Xavier. São Paulo: Igra  
Kniga, 2024.

|             |           |                                 |                 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025 | ISSN: 2674-8355 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Originalmente publicado em 2007, o principal trabalho de Ruth Wilson Gilmore permaneceu pouco conhecido na Geografia brasileira até sua tradução. Trata-se de uma referência incontornável para o subcampo da geografia carcerária, consolidado na literatura internacional a partir do final da década de 1990, mas ainda incipiente no Brasil.

Em outubro de 2024, por ocasião do lançamento da edição brasileira pela editora Igra Kniga, a primeira visita de Gilmore ao país favoreceu a difusão da obra dentro e fora da Geografia, além de promover o diálogo com organizações e movimentos sociais alinhados à perspectiva do abolicionismo penal em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão.

Em *Califórnia gulag*, a autora investiga o processo de expansão prisional no estado da Califórnia entre 1980 e 2000, período conhecido na história recente dos Estados Unidos como “onda” ou “virada” punitiva. Se em 1980 as prisões estaduais somavam cerca de 24 mil presos, em 2000 eram mais de 161 mil pessoas sob custódia do California Department of Corrections (CDC). Tornando-se a maior agência estatal da Califórnia, o CDC construiu mais de trinta novas grandes prisões no período. O crescimento das taxas de encarceramento e a ampliação do parque penitenciário acompanharam também a mudança de perfil da população prisional, que passou a ser composta majoritariamente por homens negros e latinos, condenados por crimes relacionados a drogas e oriundos dos bairros de South Central Los Angeles.

Diante deste quadro, a primeira observação de Gilmore pode parecer um tanto contra-intuitiva: o processo de expansão prisional foi coetâneo ao declínio das taxas de criminalidade a partir de 1980. O inchaço da população prisional registrado nos anos seguintes,



portanto, não se associa a um aumento dos crimes, mas à criação de um extenso conjunto de expedientes jurídicos voltados à majoração das penas e à fixação de sentenças mínimas obrigatórias. No caso da Califórnia, duas leis em específico ganham destaque: o Street Terrorism Enforcement and Prevention (STEP) Act de 1988 e a Proposition 184 de 1994, conhecida como lei dos *three strikes and you're out*.<sup>1</sup>

A relação entre crime e prisão, de modo geral, tem como premissa a capacidade das prisões de produzirem estabilidade social por meio do controle de atividades e condutas enquadradas como criminosas. Tal premissa é derivada em quatro conceitos-chave que orientaram as sucessivas reformas da prisão desde seu nascimento: retribuição, dissuasão, reabilitação e incapacitação (cf. Mathiesen, 2006). A partir da década de 1970, a chamada virada punitiva expressaria o abandono gradativo dos ideais disciplinares de reabilitação e ressocialização associados à reclusão e privação de liberdade, dando lugar à incapacitação ou neutralização como finalidade última das políticas de encarceramento em massa, sintetizadas na imagem da prisão-depósito (cf. Wacquant, 2007).<sup>2</sup> Entretanto, Gilmore propõe pensar o sentido da incapacitação para além da experiência imediata do confinamento e da inércia temporal

---

<sup>1</sup> O Street Terrorism Enforcement and Prevention (STEP) Act (1988) e a Proposition 184 (1994) exemplificam a intensificação do punitivismo na Califórnia a partir do final dos anos 1980. Enquanto o STEP Act criminaliza a associação a gangues e ampliou o alcance do aparato policial, a Proposition 184 institui penas automáticas e severas para reincidentes, mesmo para crimes considerados não violentos. Juntas, essas legislações intensificaram a produção de prisioneiros entre as comunidades negras e latinas do condado de Los Angeles.

<sup>2</sup> De acordo com Gilmore, a abdicação formal do ideal de reabilitação por parte do sistema de justiça criminal da Califórnia é explicitada no Uniform Determinate Sentencing Act de 1977, decisivo ao recrutamento e retenção da população encarcerada nas décadas seguintes.

como conteúdo primordial da execução das penas. No interior do programa de expansão prisional da Califórnia, a incapacitação seria operada sobretudo como solução geográfica para os problemas sociais dos quais a prisão historicamente se ocupa, deslocando e removendo extensa e repetidamente as pessoas de suas comunidades de origem. Em elaboração mais recente, essa interpretação elucida o caráter propriamente extrativista da prisão contemporânea (cf. Gilmore, 2018).

A leitura proposta por Gilmore acerca do problema da incapacitação anuncia a tese de um ajuste prisional que organiza toda a sua exposição em *Califórnia gulag*. Cabe destacar também seu diálogo direto com a noção-chave de complexo industrial-prisional, proposta por Mike Davis (1995) para definir o programa de expansão prisional da Califórnia e densamente explorada pela Critical Resistance, organização social fundada por Gilmore em 1997 ao lado de Angela Davis e Rose Braz (cf. Davis; Rodriguez, 2000; Malvezzi Filho; Valente, 2019).

O livro é composto por quatro capítulos principais, recuperados aqui conforme a ordem de exposição, mas articulados à tese do ajuste prisional. No capítulo de introdução, a autora se contrapõe, ao mesmo tempo, às explicações dominantes e às contra-explicações ou explicações alternativas para o crescimento do encarceramento na Califórnia. De um lado, estão aquelas derivadas do pânico moral organizado em torno da criminalidade; vinculadas à constatação de uma suposta epidemia de drogas; ou baseadas na correlação entre as taxas de desemprego e de crimes patrimoniais. De outro, explicações parciais que reconhecem criticamente na expansão prisional um projeto de limpeza racial, incluindo aqui a tese da “nova escravidão”; a busca por potenciais “lucros” ligados à

privatização; planos de desenvolvimento de municípios rurais alavancados por benefícios e incentivos fiscais; ou um efeito cumulativo de reformas legais e de uma modulação mais ampla do papel desempenhado pelo Estado.

Em diálogo com a Geografia anglo-saxã de tradição marxista, o maior programa de expansão prisional do século XX é interpretado a partir de uma crise de excedentes no interior da economia política da Califórnia na década de 1970, isto é, como forma de absorção dos excedentes de capital financeiro, terra, força de trabalho e capacidade estatal. Nesse sentido, Gilmore aproxima-se decisivamente da interpretação de Harvey (2015) acerca das crises de sobreacumulação.<sup>3</sup> A autora, entretanto, também mobiliza de maneira original elementos da teoria da crise de Marx, reportando-se a debates ainda bastante acirrados no interior do marxismo. Como um dos componentes fundamentais do ajuste prisional, o problema do excedente de força de trabalho aparece sob a forma da superpopulação relativa empregada por Marx (1985), mas incluindo nesta a população prisional em ascensão.

No cerne da problematização estão também as noções de raça e de racismo – em grande medida, teoricamente preteridas pela vertente marxista da Geografia (cf. Gilmore, 2002). O diálogo tecido no interior da disciplina, contudo, informa decisivamente a definição de racismo como a produção e exploração extralegal ou sancionada pelo Estado da vulnerabilidade de grupos específicos à morte prematura. Sob influência do conceito de capitalismo racial formulado por Robinson (2023), a dimensão racial é constitutiva das

---

<sup>3</sup> A edição brasileira de *Califórnia gulag* preserva o vínculo conceitual entre os autores ao optar pela tradução de *prison fix* como ajuste prisional, favorecendo a remissão à tradução consagrada da noção de ajuste espacial na obra de David Harvey disponível em português.

relações vinculadas aos excedentes de terra, capital, trabalho e capacidade estatal reunidos no ajuste prisional.

No segundo capítulo, a relação entre crise e excedente é reconstituída na história da economia política do estado da Califórnia. Como parte do recuo histórico, Gilmore tece importantes considerações acerca da formação dos mercados de terra e de trabalho no século XIX e dos efeitos da Grande Depressão sobre as hierarquias raciais estabelecidas. Entretanto, o momento crucial corresponde à passagem do keynesianismo militar a um militarismo pós-keynesiano, localizando as repercussões do New Deal e da Segunda Guerra Mundial no interior da economia política da Califórnia.

Ao passo que o estado da Califórnia tornou-se peça central do complexo militar-industrial, um curto período de prosperidade entre 1938 e 1945 correspondeu à formação de grandes comunidades de migrantes, sobretudo afro-estadunidenses, mobilizados pela máquina de guerra. Nos anos seguintes, a capacidade produtiva da indústria bélica foi parcialmente convertida para a produção de bens de consumo destinados ao mercado interno e a vocação militar-industrial da Califórnia renovada por meio de repasses federais do Departamento de Defesa destinados à pesquisa e desenvolvimento tecnológico nos setores eletrônico e aeroespacial, incluindo a expansão das universidades públicas. A internalização do aparato militar foi acompanhada por programas de proteção social e redistribuição de renda que, embora de alcance desigual e contingente, nivelaram a população em diferentes padrões de consumo – tendo seus limites explicitados por episódios como a

revolta de Watts, em agosto de 1965 (cf. Davis, 2009).<sup>4</sup> A Califórnia tornou-se assim o principal exemplo do keynesianismo militar, conceituado também como *welfare-warfare*, isto é, um Estado de bem-estar social por meio da guerra.

O fim da estabilidade relativa do pós-guerra, prolongada por sucessivas rodadas de investimento estatal, teve início com a recessão mundial de 1973. As políticas de proteção social tiveram sua legitimidade ameaçada e, tidas como um desincentivo ao emprego com baixos salários, abriram caminho para o primeiro programa de *workfare* da Califórnia em 1985.<sup>5</sup> No terceiro capítulo do livro, é nesse contexto que Gilmore localiza a formação de cada um dos quatro excedentes mobilizados pelo programa de expansão prisional, conformando as paisagens da Califórnia pós-keynesiana em comunidades urbanas despovoadas e pequenas cidades prisionais rurais.

No que diz respeito ao excedente de capital financeiro, Gilmore observa o aumento geral de rendimentos oriundos da propriedade no período de 1977 a 1996, com relativo protagonismo dos títulos de dívida municipais. Os GOBs (General Obligation Bonds), títulos da dívida pública emitidos pelos municípios e assegurados pelo estado da Califórnia, e os LRBs (Lease Revenue Bonds), versão desregulamentada dos primeiros, foram extensamente mobilizados pelo CDC para a construção de unidades

---

<sup>4</sup> No verão de 1965, a revolta de Watts, bairro ao sul de Los Angeles, foi desencadeada pelo episódio de violência policial durante a prisão arbitrária de Marquette Frye, um jovem afro-estadunidense de 21 anos. As manifestações que se seguiram foram brutalmente reprimidas, resultando em cerca de 1.000 feridos e mais de 3.400 pessoas presas.

<sup>5</sup> O termo *workfare* é empregado para designar políticas sociais que subordinam o acesso a benefícios públicos à exigência de trabalho, treinamento ou busca ativa de emprego por parte dos beneficiários.

prisões a partir de 1982. Os projetos pautavam-se sobretudo nas projeções de déficit da capacidade prisional feitas periodicamente pelo CDC, prevendo o tamanho e o nível de segurança das instalações.<sup>6</sup>

A escolha pela localização das novas prisões, por sua vez, é vinculada ao excedente de terra resultante do abandono relativo de terras agrícolas irrigadas a partir do final da década de 1970. Conforme recuperado pela autora, o processo de retirada de terras cultiváveis da produção congregou fatores distintos, embora relacionados entre si: programas federais em resposta à escassez de água destinados às “plantações excedentes”; o uso crescente da terra como garantia para a tomada de empréstimos; e a incorporação de terras agrícolas pela construção civil com vistas à suburbanização. Cada nova unidade do CDC corresponde a uma área de 259 a 777 hectares, embora a área construída não ultrapasse 142 hectares, preservando o restante para expansões futuras. Das 24 prisões construídas entre 1982 e 1998, 18 valeram-se de terras agrícolas irrigadas ociosas localizadas fora dos cinturões de suburbanização. O quarto capítulo é dedicado às terras excedentes da indústria do algodão mobilizadas pelo ajuste prisional em Corcoran, um dos municípios rurais que compõem o “corredor das prisões” do Vale Central.

---

<sup>6</sup> O CDC classifica os prisioneiros em quatro níveis de segurança, tendo como base a natureza do crime pelo qual foi condenado, o histórico de antecedentes criminais e a construção de um perfil psicológico. O nível de segurança da unidade prisional deve ser compatível com o nível de segurança do prisioneiro (sob custódia ou projetado como déficit de capacidade prisional). As unidades de segurança máxima (nível IV) representam maiores custos em função das especificidades construtivas e da menor proporção entre guardas e prisioneiros.

O excedente de força de trabalho é tomado pela autora enquanto superpopulação relativa, aproximando-se da elaboração de Marx (1985) em torno da lei geral da acumulação capitalista. Nos termos da economia neoclássica, seu indicador seria a taxa de desemprego não aceleradora da inflação (NAIRU), empregada para mensurar o equilíbrio entre inflação e desemprego. Entretanto, ao assimilar à noção de superpopulação relativa o contingente crescente de prisioneiros sob custódia do CDC, Gilmore explicita as hierarquias raciais que a constituem e determinam aqueles mais ou menos sujeitos à condição de força de trabalho excedente, dispensável ou mesmo supérflua sob a lógica do capital.

Nessa perspectiva, o racismo não se restringe à legislação criminal, em que pese o papel decisivo de sua operação na produção de novos prisioneiros, denunciado reiteradamente pelos movimentos abolicionistas da Califórnia. Dentre estes, a autora reconstitui o histórico de atuação da Mothers Reclaiming Our Children (ROC), organização social sediada em Los Angeles desde 1992. No quinto capítulo, gênero e raça conformam decisivamente o problema do excedente de força de trabalho, alçado aos níveis da política e da reprodução social pela Mothers ROC, isto é, na luta abolicionista construída em torno da maternação social, bem como nas jornadas triplas trabalho-casa-justiça desempenhadas por mães e avós de prisioneiros, em sua maioria, negras e latinas.

O quarto elemento do ajuste prisional, o excedente de capacidade estatal, congrega e resulta dos excedentes de capital financeiro, terra e força de trabalho. De acordo com a autora, trata-se aqui da capacidade legítima – técnica e política – do Estado de gerenciar as crises. Durante o New Deal, agências estatais foram criadas visando garantir a mobilização dos excedentes por meio de

programas de emprego e distribuição de renda, da provisão de infraestruturas e de subsídios para a produção agrícola. A partir da década de 1970, contudo, tais programas foram atravessados por ondas de desinvestimento e deslegitimação, expressas nas lutas contra os impostos e em sucessivas e simultâneas crises fiscais locais que culminaram na reestruturação da base tributária do estado. Os aparatos burocráticos e fiscais da chamada era de ouro, contudo, foram preservados, resultando em uma capacidade de intervenção estatal tornada ociosa diante da perda de sua legitimidade. Segundo Gilmore, a crise do Estado keynesiano evidencia-se em relação à superpopulação relativa como um impasse entre seu abandono e a assimilação por novas formas de controle. A contenção do crime emerge como resposta e elemento de legitimidade para o rearranjo da capacidade estatal em torno do programa de expansão prisional, expresso sobretudo no crescimento acelerado do CDC em relação às outras agências estatais da Califórnia.

Ao final de *Califórnia gulag*, dez teses retomam o ajuste prisional sob a perspectiva do abolicionismo penal, dando contorno ao que Gilmore nomeia como ativismo acadêmico. Embora inseparáveis do contexto particular da Califórnia, a partir das teses finais parece-nos possível tirar implicações para interpretar a expansão prisional no estado de São Paulo também nas últimas décadas. Em um primeiro movimento de expansão sob a chamada transição democrática, o estado passou de 14 unidades prisionais em 1983 para 37 em 1990. Um segundo salto relaciona-se mais diretamente ao rearranjo da capacidade estatal a partir do massacre de 1992 na Casa de Detenção de São Paulo, marcado pela criação da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), pela desativação parcial do complexo prisional do Carandiru e por políticas de



interiorização do parque penitenciário que, em semelhança ao modelo californiano, passaram a orientar a localização das novas unidades em municípios menores (cf. Zomighani Júnior, 2014). Atualmente, São Paulo tem 184 unidades prisionais e cerca de 200 mil presos – mais de 25% da população encarcerada do país.

Do ponto de vista dos movimentos sociais, a experiência da Mothers ROC parece densamente conectada às lutas de mães e familiares de pessoas presas e vítimas da violência de Estado, como as Mães de Maio e a Associação de Familiares e Amigos/as de Presos/as e Internos/as da Fundação CASA (AMPARAR). Na Baixada Santista, no extremo leste da cidade de São Paulo, nas penitenciárias do Oeste Paulista ou no circuito de Centros de Detenção Provisória (CDPs) da região metropolitana, os movimentos abolicionistas foram os primeiros a atentar para a transversalidade entre encarceramento, violência organizada e morte prematura que atravessa o cotidiano extra-muros e conforma novos expedientes da reprodução social nas periferias urbanas.

Dentro e fora da Geografia, *Califórnia gulag* é leitura obrigatória para os interessados em refletir sobre o fenômeno do encarceramento e sua relação com as dinâmicas contemporâneas de reprodução do capital em crise. Em um sentido mais amplo, é também um convite à organização coletiva em torno da construção de novas geografias da abolição.

## Referências

DAVIS, Angela Y.; RODRIGUEZ, Dylan. The challenge of prison abolition: a conversation. *Social Justice*, v. 27, n. 3 (81), 2000, p. 212-218.

DAVIS, Mike. A prison-industrial complex: hell factories in the field. *The Nation*, February 20, 1995, p. 229-234.

\_\_\_\_\_. *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Boitempo, 2009.

GILMORE, Ruth W. Abolition geography and the problem of innocence. In: JOHNSON, G.; LUBIN, A. (eds.). *Futures of Black Radicalism*. Londres: Verso, 2017, p. 225-240.

\_\_\_\_\_. Fatal couplings of power and difference: notes on racism and geography. *The Professional Geographer*, 54 (1), 2002, p. 15-24.

HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MALVEZZI FILHO, Paulo Cesar; VALENTE, Rodolfo de Almeida. A luta antiprisional na Califórnia. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 157, 2019, p. 317-356.

MATHIESEN, Thomas. *Prison on trial*. Winchester: Waterside Press, 3rd edition, 2006.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

ROBINSON, Cedric J. *Marxismo negro: a criação da tradição radical negra*. São Paulo: Perspectiva, 2023.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 3a edição revista e ampliada, 2007.

ZOMIGHANI JUNIOR, James H. Cartografias da interiorização penitenciária no estado de São Paulo. *Verve*, 25, 2014, p. 109-128.

Recebido para publicação em 28/03/2025

Aceito para publicação em 03/09/2025

**É TUDO UMA QUESTÃO DE TEMPO:  
CONVERSAS SOBRE ESPAÇO,  
EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO EM  
GEOGRAFIA**

*IT'S ALL A MATTER OF TIME:  
CONVERSATIONS ABOUT SPACE,  
EXPERIENCE AND TRAINING IN  
GEOGRAPHY*

*TÍTULO EM UMA SEGUNDA  
LÍNGUA (ESPANHOL OU  
FRANCÊS)*

Felipe Costa Aguiar  
Doutorando em Geografia pelo Programa de  
Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UEL)  
da Universidade Estadual de Londrina  
(UEL)  
felipeaguiar@id.uff.br

Larissa Alves de Oliveira  
Professora do Departamento de Geografia  
(DGEO) da Universidade Estadual de  
Londrina (UEL)  
larissa.deoliveira@uel.br

Jeani Delgado Paschoal Moura  
Professora do Departamento de Geografia  
(DGEO) e do Programa de Pós-Graduação em  
Geografia (PPGEO-UEL) da Universidade  
Estadual de Londrina (UEL)  
jeanimoura@uel.br

**Resumo:**

Do convite provém o diálogo. É desse modo que a proposta para escrita deste artigo aparece, como ímpeto do diálogo entre professores. Um diálogo que se inicia falando sobre tempo e vai se aprofundando nas aflições e esperanças daqueles que circundam o chão da escola, de uma geografia do cansaço que atravessa e é atravessada pelos docentes que a realizam cotidianamente. Dessa maneira, o presente artigo tem por objetivo propor reflexões acerca da experiência e formação em Geografia a partir da troca de e-mails realizada por docentes. É em Larrosa, Heidegger, Freire entre outros autores que os docentes/autores incorporam a realidade à reflexão, apontando o cansaço, a pressa e o excesso de obrigações como *modus* de perda de uma geografia vivida e poética. O caminho da experiência desponta como possibilidade, como modo de pausa, de respiro para ver o mundo e se ver nesse mundo. De escrita livre, mas encorpada de referências, o artigo finaliza em um suspiro de esperança, em uma sexta-feira, que vai além dos dias da semana e desvela um recomeço, dos múltiplos possíveis.

**Palavras-chave:** Diálogo, Reflexão, Docência.

Terra Livre

São Paulo

Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025

ISSN: 2674-8355



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract:**

From the invitation comes dialogue. This is how the proposal for writing this article appears, as an impetus for dialogue between teachers. A dialogue that begins by talking about time and goes deeper into the afflictions and hopes of those who surround the school floor, a geography of tiredness that crosses and is crossed by the teachers who carry it out on a daily basis. Therefore, this article aims to propose reflections on experience and training in Geography based on the exchange of emails carried out by teachers. It is in Larrosa, Heidegger, Freire among other authors that teachers/authors incorporate reality into reflection, pointing out tiredness, rush and excess obligations as a way of losing a lived and poetic geography. The path of experience emerges as a possibility, as a way of pausing, of breathing to see the world and see oneself in that world. Freely written, but full of references, the article ends in a sigh of hope, on a Friday, which goes beyond the days of the week and reveals a new beginning, of the multiple possible ones.

**Keywords:** Dialogues, Reflections, Teaching.

**Resumen:**

De la invitación surge el diálogo. Es así como surge la propuesta de escribir este artículo, como un impulso para el diálogo entre docentes. Un diálogo que comienza con una discusión sobre el tiempo y profundiza en las aflicciones y esperanzas de quienes rodean el recinto escolar, en una geografía de la fatiga que permea y es transitada por los docentes que la practican a diario. Así, este artículo busca proponer reflexiones sobre la experiencia y la formación en Geografía a partir de intercambios de correos electrónicos entre docentes. Es en Larrosa, Heidegger, Freire y otros autores que los docentes/autores incorporan la realidad a su reflexión, destacando la fatiga, la prisa y las obligaciones excesivas como formas de perder una geografía vivida y poética. El camino de la experiencia emerge como una posibilidad, una forma de pausa, de respiro para ver el mundo y verse en él. Escrito libremente, pero lleno de referencias, el artículo termina con un suspiro de esperanza, en un viernes que trasciende los días de la semana y revela un nuevo comienzo, de múltiples posibilidades.

**Palabras-clave:** Diálogo, Reflexión, Enseñanza.

## UM E-MAIL...UM CONVITE...UMA CONVERSA...ACEITAM?

De: Felipe Costa Aguiar, felipeaguiar@id.uff.br.

Para: Larissa Alves de Oliveira, larissa.deoliveira@uel.br;  
Jeani Delgado Paschoal Moura, jeanimoura@uel.br.

Data: 25 mai. de 2024, 17h08.

Queridas Larissa e Jeani,

Em meio às nossas reflexões cotidianas sobre sala de aula, muitas vezes nos vemos imersos nas demandas do trabalho e, com raras exceções, acabamos deixando de lado a escrita e a autoria que também nos habitam. O contexto laboral da exaustão, reprodução e instrumentalização do trabalho docente nos desumaniza e destitui o espaço da autoria e da experiência, restringe a formação inicial e continuada à reprodução técnica dos conteúdos geográficos e nos deixa pouco ou nenhum espaço para a criação. Para Aguiar (2022; 2024), essa situação de trabalho reflete e é reflexo da exaustão da docência que esgota os professores por meio da sua própria instrumentalização e os impede de criar, os desgasta como máquinas fabris que se carcomem de tanto repetir o mesmo movimento – aulas, atividades, avaliações etc.

No texto “O ensinar cansado de uma Geografia enferma” Bernardes, Aguiar e Frigério (2022) concluem que os professores de Geografia têm vivido uma docência enferma e um ensinar cansado. Ambos fenômenos são resultados da instrumentalização do trabalho docente que torna os professores repetidores e implementadores de diretrizes curriculares, avaliações de larga escala, livros didáticos e aulas prontas, como nos sistemas de ensino estaduais em São Paulo e no Paraná.

Forçados à instrumentalização, os docentes são destituídos da possibilidade de criar, tornando-se existencialmente enfermos, já que a sua realização no trabalho é minada pela repetição. Assim, o ensino de Geografia se torna cansado, reflexo do estado existencial dos professores. Esse é um ciclo triste e perigoso que se repete e se retroalimenta.

No entanto, Aguiar (2024) apontou que esse contexto não é determinante, pois há táticas de resiliência que buscamos para lutar contra a desumanização da/na docência. Para o autor, a razão para continuarmos na docência é que apesar de todas as agruras que enfrentamos somos capazes de criar táticas para que lutemos e desestabilizemos as estruturas de opressão, abrindo espaços férteis para a reumanização da educação. Dentre esses estão os espaços de diálogo, conversa, ajuda e trabalho coletivo.

Pensando nisso e retomando Azevedo (2004), Valladares e Frigério (2015) e Aguiar e Freitas (2023), acredito que o diálogo é um dos espaços férteis para reumanização da formação docente, de modo que juntos possamos fazer aquilo que os espaços de exaustão e instrumentalização não nos permitem: pensar, refletir, sentir e criar. É para um diálogo que gostaria de convidá-las.

Em torno de que nossas conversas girarão? Com Aguiar (2022; 2024) e Benardes, Aguiar e Frigério (2022) percebo que há no mínimo três dimensões da formação docente que têm sido afetadas pela Geografia nos tempos de instrumentalização: tempo, espaço e experiência. Gostaria de convidá-las para um reencontro com essas dimensões para pensar, refletir e partilhar como elas se encontram em nossa formação, lutando contra as formas de desumanização do ser docente. Nesse contexto, lutar contra as forças que tentam fazer

com que nos tornemos máquinas de repetição sem afetos é uma das táticas de resiliência mais potentes. Quem sabe não chegamos a algum lugar conversando?

Com carinho,

Felipe

### **UM CONVITE À TERCEIRA DIMENSÃO: O TEMPO**

De: Jeani Delgado Paschoal Moura, [jeanimoura@uel.br](mailto:jeanimoura@uel.br).

Para: Felipe Costa Aguiar, [felipeaguiar@id.uff.br](mailto:felipeaguiar@id.uff.br); Larissa Alves de Oliveira, [larissa.deoliveira@uel.br](mailto:larissa.deoliveira@uel.br).

Data: 26 mai. de 2024, 20h19.

Olá Felipe,

Olá Larissa,

Adorei a proposta! Concordo com a ideia de refletirmos, escrevermos e compartilharmos como essas dimensões - tempo, espaço e experiência - se cruzam em nossa formação. Estou animada para ver as diferentes perspectivas que surgirão dessa troca, até porque nós estamos em uma “leve” distância em termos de tempo de formação. Assim, seguimos com o nosso ser-sendo, nos formando e reformando. Vamos em frente com essa troca...

Abraços,

Jeani

### **O TEMPO DA FORMAÇÃO**

De: Felipe Costa Aguiar, [felipeaguiar@id.uff.br](mailto:felipeaguiar@id.uff.br).

Para: Larissa Alves de Oliveira, [larissa.deoliveira@uel.br](mailto:larissa.deoliveira@uel.br); Jeani Delgado Paschoal Moura, [jeanimoura@uel.br](mailto:jeanimoura@uel.br).

Data: 14 jun. de 2024, 17h54.

Queridas Jeani e Larissa,

Como tem passado desde o convite/e-mail/contato? Desde o dia 25/05 estive pensando no que escrever. Com o passar do tempo algumas ideias apareceram e outras sumiram. Matutei... matutei... matutei... até que algumas coisas vieram à mente, mesmo com o pouco tempo que tinha, por mais que o espaço entre o último e-mail e o envio deste pareça ser muito largo, os minutos passaram com rapidez, as horas avançaram e os dias, então...nem me falem!

Minhas amigas, me desculpem se eu fugir do tema ao qual nos propusemos a escrever e conversar neste artigo. Ao tentar refletir sobre experiência, espaço e tempo na formação em Geografia, uma coisa me convocou: o sentido de tempo.

Nesses últimos dias tem me faltado tempo para escrever sobre o espaço. Tenho tropeçado na minha própria agenda, confesso. Deixo um espaço reservado para cada atividade e, mesmo assim, me falta tempo para fazer tudo. Esses dias escrevi que as manhãs de segunda e sexta-feira seriam de dedicação à tese, um tempo de escrever, mas adivinhem...me faltou espaço para fazer outras coisas e acabei negligenciando o tempo da escrita. Às vezes me deceptio com a falta de tempo, porém, nesse caso, arrumei outro espaço na minha agenda para fazer essas atividades. Tirei um tempinho do final de semana e, um certo sábado de descanso virou um dia de trabalho.

Impossível escrever sobre a falta de tempo para escrever sobre experiência, espaço e tempo e não me recordar do filósofo Martin Heidegger (2012) e de uma de suas obras mais lidas, *Ser e Tempo*. Como coloca Heidegger, *Ser é tempo*, pois é temporalidade, tempo experienciado. *Ser é tempo*, pois se temporaliza, se desdobra à medida que o tempo passa, que nos atravessa.



Agora, parando um pouco para pensar, finalmente dedicando tempo a essa conversa que estamos tendo, é Larrosa (2002) que recorre a Heidegger para retomar o sentido de experiência, não é mesmo? Aliás, esse é um autor que passei a ler com mais calma depois de conhecer vocês. Tenho gostado da ideia de que a experiência é o que nos atravessa. Longe de querer defendê-la só por gostar, mas pelo sentido que isso nos expressa. Se a experiência é o que nos atravessa podemos perguntar “como ela nos atravessa?” ou, no âmbito da nossa conversa, “como experiência, espaço e tempo nos atravessam na formação em Geografia?” Acredito que responder essa pergunta é, de certa forma, praticar aquilo que Heidegger (2012) apontou como motivo primeiro de toda filosofia: buscar o sentido de ser.

Esta escrita me fez recordar uma fala do nosso amigo Werther Holzer (2024), no último Seminário Nacional Sobre Fenomenologia e Geografia (SEGHUM), em Teresina-PI. Em sua fala na conferência de abertura Werther, inspirado pelo livro “Sociedade do Cansaço” do filósofo Byung-Chul Han (2015), indagou os ouvintes: “Que Geografia temos feito na sociedade do cansaço?” Acredito que ao falarmos sobre espaço, experiência e formação em Geografia o tempo não pode ser deixado de lado, ele é condição existencial fundamental da nossa existência, somos seres espaciais porque somos temporais e vice-versa. Eis aqui a geograficidade que Dardel (2011) cunhou, a nossa relação inalienável com a Terra.

A Terra tem o próprio tempo, que ensinamos na Geografia Escolar como “tempo geológico”, que é dividido em Éon, Era, Período, Época e Idade, uma forma de abstrair conceitualmente e categorizar as formas da Terra de cada tempo. Esse tempo é tão diferente do

nosso que precisamos dessas formas simbólicas para caracterizá-los, categorizá-los e conceituá-los para torná-los compreensíveis em nossa escala temporal.

Contudo, o tempo da Terra sempre prevalece. Não é por menos que ainda pouco me referi à “sociedade do cansaço” e não à “Terra do cansaço” ou ao “cansaço da Terra”. Mas bem que esse último poderia ser algo interessante de se discutir, porque a Terra está cansada da sociedade do cansaço. Não é novidade que o modo como temos vivido o tempo está estafando o planeta! Não há espaço para tanto cansaço, muito menos para as geografias (no sentido estrito da palavra, as grafias da Terra) que nós temos deixado sob o planeta.

Como essa experiência atravessa a formação em Geografia? Já disse que concordo com Heidegger (2012) que Ser é tempo, certo? No tempo da pressa tenho tentado não tropeçar na falta de espaço para as discussões relevantes; nem sempre consigo, mas tento separar o tempo do estudo e deixar espaço em minha estante para leituras importantes, como Literatura, e não só para as leituras de demanda “obrigatória”; tenho buscado experienciar outros espaços que não aqueles cansativos, como salas de aula bancárias criticadas por Freire (2013); tenho tentado escrever com mais calma e me reservar ao direito de sonhar em Geografia, como Grato (2016) escreveu, de pensar outros espaços e tempos para a formação, principalmente no que diz respeito à escrita e ao que escrevo.

Ultimamente tenho escrito coisas que me permitem pensar com mais prazer, como essa conversa que estamos tendo e este e-mail, que muito me lembra das cartas pedagógicas de Paulo Freire, sua maneira peculiar de manter o diálogo entre os professores.

Escrever com prazer, acho que essa é uma forma de sonhar com um outro modo de fazer e de experienciar a formação em Geografia, uma geografia da calma, e não do cansaço.

No tempo da pressa, conseguir pausar – mesmo enquanto o tempo passa e me atravessa – para conversar com vocês é a realização do direito de sonhar em Geografia. Como Valladares (2013, p. 285) escreveu, “sonhar significa lutar por algo que pode ser melhor. Creio que sonhos permanecerão como sonhos apenas enquanto não se desencadearem ações que possam torná-los concretos”. Estamos aqui, lutando contra o tempo do cansaço e contra a falta de tempo para coisas fundamentais para a formação em Geografia, como o tempo para a observação, diálogo, reflexão e escrita.

No início deste e-mail reclamei da falta de tempo, e agora estou aqui, me delongando e tomando o tempo de vocês. O que estão deixando de fazer para estarem nessa conversa, professoras? Hoje, doutorando em Geografia, sou subsidiado pela CAPES para me dedicar à pesquisa em tempo integral. Em 2022, estava na coordenação pedagógica de uma escola de Educação Básica, sem tempo para nada, cobrando os professores que corrigissem as provas a tempo, que terminassem as aulas na hora para não tomarem tempo dos colegas, que deixassem espaço para os conteúdos disciplinares e ainda trabalhassem com as experiências dos estudantes. Parece hipocrisia criticar o tempo da pressa, sendo que a pouco tempo atrás eu era despertador dos meus colegas professores.

Mas eram espaços diferentes, tempos outros que não os de agora. Hoje reconheço que talvez cobrava os professores coisas que eles não tinham tempo para fazer, principalmente observar,

dialogar, refletir e escrever com e sobre os estudantes. Impossível não retomar a fala de Werther (2024) sobre a Geografia que temos feito na sociedade do cansaço.

Espero encontrá-las bem, apesar do tempo corrido!

Abraços,

Felipe

### **O TEMPO DA EXPERIÊNCIA...**

De: Larissa Alves de Oliveira, [larissa.deoliveira@uel.br](mailto:larissa.deoliveira@uel.br).

Para: Felipe Costa Aguiar, [felipeaguiar@id.uff.br](mailto:felipeaguiar@id.uff.br); Jeani Delgado Paschoal Moura, [jeanimoura@uel.br](mailto:jeanimoura@uel.br).

Data: 27 jun. de 2024, 11h50.

Caros Jeani e Felipe,

Suas reflexões me provocaram um movimento que demandou tempo para organizar tantas fissuras em proposições que, até aquele momento, haviam passado despercebidas.

Talvez este seja o movimento lembrado como experiência, no sentido que Larrosa (2002) tão bem descreve: “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. Fui tocada por essas palavras ao lembrar que o tempo segue, e é nele - e com ele - que as experiências marcam e delimitam o lugar.

É curioso que, ao discorrer sobre o que é a experiência, Larrosa (2002) desvela a peculiaridade de nosso próprio entorno, evidenciando a dicotomia de nosso tempo diante da própria experiência, uma vez que “nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara” (Larrosa, 2002, p. 21).

Suas palavras me fizeram recordar esta última passagem, pois, ainda que a gente discuta sobre o tema, permanecemos imersos nesse cotidiano repleto de tantas coisas e poucas experiências.

As fissuras, as quais me referi nas primeiras linhas deste escrito, se referem ao movimento de atentar os olhos ao espaço, especificamente ao lugar e, por vezes, compreendermos o tempo apenas como um elemento de passagem. Desse modo, essa dicotomia de espaço-tempo é o que torna a compreensão da experiência incipiente.

O tempo expressa no lugar uma contextualização singular, como exemplo podemos retomar o próprio Heidegger (1977), mencionado no e-mail. O filósofo alemão recorreu à pintura de Van Gogh que retrata os sapatos de uma camponesa para argumentar que eles estavam em outro lugar, distinto daquele em que habitualmente estão.

Simbólico, eu diria. Trata-se da descrição da experiência de Heidegger com a própria obra de arte, em que os sapatos não retratam um simples objeto, mas desvelam a existência per si da camponesa. Essa existência, revelada pelos sapatos, manifesta-se na lida com a lavoura, no trabalho empregado, nas manhãs iniciadas a caminho do campo; é pelos sapatos que passamos a conhecer o mundo da camponesa. A descrição desse ensejo heideggeriano transcende a compreensão de mundo da camponesa e nos leva à reflexão sobre nossa própria cotidianidade, pois os objetos passam a ser percebidos como janelas que desvelam a nossa existência.

Felipe, como você havia mencionado sua estreita relação com a docência, e escrevo daqui, na atual posição de professora de Geografia, me peguei pensando em quantas vezes experienciei o

espaço escolar e, mais que isso, em quantas vezes os objetos e a própria escola desvelaram sobre mim.

Quantas vezes o giz e o quadro desvelaram minha própria existência? Quantas experiências - daquelas que nos atravessam e nos tocam - já aconteceram na escola? Tais perguntas não buscam resposta concreta, mas rememoram que o tempo está ali, compondo, tecendo e sendo tecido pelo lugar e pela experiência, nos dando “pistas” de nossa própria existência.

É nessa composição que fui levada à reflexão sobre a formação, pois, quando falamos em docência, somos lembrados de nosso papel na formação do outro, do educando, que também compartilha seu tempo, sua experiência e sua existência.

Gadamer (2001, p. 14) afirmava “educação é educar-se, formação é formar-se”, evidenciando o papel do próprio sujeito na educação, que ocorre antes da escolarização propriamente dita. Retomando Heidegger (2012) e Freire (2013; 2015) para a construção dessa ideia, podemos mencionar algumas aproximações entre os autores, que compreendiam a necessidade da criação de espaços de liberdade para aprender. Contudo, não falamos aqui tão somente de espaços físicos, mas de espaços de relação e alteridade.

Nesse processo está incluído o próprio docente, que, enquanto “educa é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa” (Freire, 2013); ou seja, o educador também está em constante processo de formação, como o educando.

Caros, ainda escreverei mais e desdobrarei melhor esses pensamentos no final de semana, mas já me sinto feliz por compartilhar essas inquietações com vocês.

Um abraço!

Larissa

### **O TEMPO PARA CONTEMPLAÇÃO...**

De: Jeani Delgado Paschoal Moura, [jeanimoura@uel.br](mailto:jeanimoura@uel.br).

Para: Felipe Costa Aguiar, [felipeaguiar@id.uff.br](mailto:felipeaguiar@id.uff.br); Larissa Alves de Oliveira, [larissa.deoliveira@uel.br](mailto:larissa.deoliveira@uel.br).

Data: 28 jun. de 2024, 01h02.

Caros Felipe e Larissa,

Confesso que ando sem inspiração em um momento em que a exaustão parece tomar conta de mim. Vivemos tempos difíceis na Educação! Os profissionais que desejam fazer bem, o que precisa ser feito, têm enfrentado muitos obstáculos em seus espaços e tempos de vida e de trabalho. Não tem sido fácil a vida de professor!

Muitos professores que concluíram seus ciclos, aqui na universidade, se aposentaram. Seus lugares têm sido ocupados por jovens doutores que vêm e vão, passam por nós, mas poucos conseguem fincar suas estacas e construir uma experiência autêntica na docência. Talvez lhes falte o tempo para atravessamentos e afetações.

Certo é que vivemos tempos difíceis de aceleração que comprimem nossos espaços e experiências, em que as palavras de ordem são: competência, habilidade, desempenho, eficiência, produtivismo... [a lista é longa!]. A onda neoliberal que atingiu também o campo da formação docente agravou a situação desta universidade cansada. Esta instituição, cuja essência é formar homens e mulheres, parece ter perdido a sua força, mas talvez isso seja apenas uma percepção pelas lentes de exaustão e cansaço de um ser-docente.

Pelas palavras de Werther (2024), Felipe nos lembrou de Byung-Chul Han (2015). Este pensador tem nos alertado sobre essa sociedade do desempenho, onde recai sobre os sujeitos a pressão para maximizar a produtividade e a eficiência. O século XXI trouxe consigo a marca do empreendedorismo e da uberização da vida, em que o sujeito do desempenho se encontra em guerra consigo mesmo, pois, guiado pelo discurso da positividade, ele se autorregula, adentrando em um ciclo vicioso de produtivismo, cansaço, exaustão e esgotamento.

Isso tudo me trouxe à mente as sábias palavras de Sêneca, que, por volta de 49 d.C., já apontava as contradições inerentes ao tempo de nossas vidas. Ele dizia: “a vida é bastante longa e nos foi dada com largueza para a realização das coisas mais importantes desde que bem alocada por inteiro” (Sêneca, 2021, p. 25). O que pode ser mais importante do que viver nossas próprias experiências de forma plena, no sentido daquilo que nos atravessa e nos afeta profundamente?

O ócio e o descanso se tornaram os grandes pecados capitais de nosso tempo. Ora, Han (2015) diria que, sem o ócio e o descanso, perdemos nossa capacidade contemplativa. Sêneca (2021), muito antes, defenderia que há três modos de se viver: um voltado para o prazer; outro, para a contemplação; o terceiro, para a ação. Apesar de nomenclaturas diferentes, segundo ele, daria no mesmo: quem aprova o prazer não fica sem contemplação, quem se devota à contemplação não fica sem o prazer, e quem destinou sua vida à ação não fica sem a contemplação.

Quero compartilhar com vocês algumas reflexões que têm me instigado diuturnamente e que tem a ver com esse tempo que



atravessa nossos múltiplos espaços formativos, em que precisamos redescobrir o valor da experiência. Em tempos de tanta correria e (o)pressão, fazer uma pausa para reconsiderar nossa trajetória me parece essencial para vislumbrar atalhos, ou quem sabe novos caminhos.

Mas, diante de tantos desafios que temos enfrentado, especialmente no campo da docência, caberia falar sobre prazer, contemplação e ação, como desejava Sêneca?

Felipe, encontro o fio de Ariadne quando reflito sobre o prazer e a contemplação ativos, cheios de ação e sentido. Larrosa (2018; 2019) bem lembrou que o professor é artesão do tempo, da presença e do diálogo.

Em nossa formação, Larissa, precisamos do tempo para a contemplação, do prazer na/da presença e na/da manifestação de nossa corporeidade e do diálogo como expressão e potência para ação. Em nossas geograficidades, nos deparamos com coisas que nos ligam à Terra e nos permitem a experiência. Eis o que nos diferencia como mestres de nossas próprias artesanias: é somente pela experiência que nos fazemos na docência.

Porém, o sentido de experiência que remonto não é aquele que tem sido mobilizado nos espaços educacionais desumanizadores causadores da instrumentalização docente. Com Marandola Jr (2024), Moura (2024), Larrosa (2018; 2019) e Gadamer (2001) penso a experiência como hermenêutica, como vivência e interpretação do vivido, como atravessamento e reflexão. Na docência, esse sentido nos leva a experienciar e refletir sobre o experienciado, para então agir na realidade vivida buscando a sua transformação. Assim, ao dizer que nos fazemos na docência pela experiência, quero dizer que

é pela reflexão crítica acerca do que vivemos como professores que é possível mudar os espaços educacionais que têm nos desumanizado.

Me perdi no tempo, o relógio já marca 00h58, amanhã, com calma quero pensar mais sobre isso.

Um grande abraço!

Jeani

### **O TEMPO PARA DEIXAR-APRENDER...**

De: Felipe Costa Aguiar, felipeaguiar@id.uff.br.

Para: Larissa Alves de Oliveira, larissa.deoliveira@uel.br;  
Jeani Delgado Paschoal Moura, jeanimoura@uel.br.

Data: 28 jun. de 2024, 11h30.

Queridas,

Em meio ao “tempo da pressa” volto a nossa conversa. Recebi os e-mails de vocês durante a semana e me senti “obrigado”, entre muitas aspas, a responder logo rsrs. Creio que talvez eu tenha sido atravessado pelas suas palavras, que eu tenha vivido uma experiência no sentido larrosiano que Larissa bem nos lembrou. Não sei se vivi uma experiência com a leitura, com a conversa, com as palavras ou se tudo isso se misturou. Enfim, o fato é que em meio a pressa algo me passou...algo me atravessou nessa conversa.

A falta de tempo parece ser um problema crônico de nossa época, não?! Concordo, Jeani, nós somos a sociedade do cansaço de Han (2015). Quis pensar com você e Larissa: se, por um lado, muita coisa nos acontece e pouca coisa nos toca, por outro, é possível que alguma coisa nos toque e não percebamos, tamanha a exaustão e o cansaço que nos acometem nos dias de hoje. Quero dizer que, mesmo quando pensamos que estamos em tempo de contemplação, podemos

estar apenas vendo (muito rapidamente) as coisas passarem. Para contemplar é preciso tempo de qualidade, de sossego, e não de longas horas.

Vocês me fizeram pensar não na formação do tempo, pois acredito que sabemos bem como o tempo corre na sociedade do cansaço, mas na formação em tempos de celeridade, exaustão e esgotamento.

Não conhecia essa colocação de Gadamer (2001) sobre a educação, os educandos e os educadores, mas é algo que se aproxima muito da didascália de Paulo Freire (2013; 2014) que, de certo modo, se relaciona com as considerações de Heidegger (2012) sobre o mestre e o aprendiz e o deixar-ensinar. Esse foi um trecho da conversa que me tocou, a partir dele pensei: se formação é formar-se (Gadamer, 2001), se educadores e educandos se educam uns aos outros (Freire, 2013; 2014) e o verdadeiro mestre é aquele que deixa aprender (Heidegger, 2012), o modo como temos formado professores reflete diretamente no modo como os licenciandos de hoje formarão os educandos de amanhã.

Há, de fato, tempo para deixar-aprender? Temos condição de permitir que nossos educandos da universidade e da escola aprendam, ou ainda hoje nos resta tempo apenas para decorar as definições conceituais elencadas como as corretas pelos cânones das áreas, aplicar avaliações objetivas para as redes de ensino, produzir dados numéricos para as avaliações dos cursos e programas de graduação e pós-graduação? Há tempo para outra coisa que não seja a pressa e as demandas que surgem com uma velocidade amedrontadora? Me parece que está tudo tão rápido que não há mais tremores intensos da experiência, do atravessamento potente, mas

apenas tremores do tempo - dos relógios que correm e insistem em nos lembrar dos prazos e demandas.

Agora, corro para cumprir outras demandas, mais tarde volto a nossa conversa.

Um abraço!

Felipe

### **TEMPO PARA PLANAR ESPAÇOS**

De: Jeani Delgado Paschoal Moura, jeanimoura@uel.br.

Para: Felipe Costa Aguiar, felipeaguiar@id.uff.br; Larissa Alves de Oliveira, larissa.deoliveira@uel.br.

Data: 28 jun. de 2024, 18h18.

Oi, gente!

Agora são 17h30', última sexta-feira de junho! No popular, estamos quase na hora de escapar das atividades rotineiras da semana e, com muito entusiasmo, gritar: “sextou”! O “sextou” traz consigo a ambivalência do tempo como uma dimensão complexa da experiência humana. É o tempo linear e cíclico, objetivo e subjetivo. Tempo que é continuidade do passado, experiência do presente e antecipação do futuro. A ideia que me vem à mente é que precisamos da autorização do “sextar” para nos desprendermos do mundo objetivo das coisas e passarmos a mergulhar no universo do ócio e da contemplação, onde vestimos os nossos trajes de liberdade para, enfim, desfrutar de lugares!

Todos nós, viventes, nos relacionamos com o mundo de maneira geográfica. Disso não há como escapar!

Porém, há algo especialmente inédito em nossa formação em Geografia, que é a capacidade de nos conectar aos lugares de forma

intencional, seja pela experiência, seja pela imaginação. É sobre os lugares que quero falar com vocês! Holzer (2012) nos diz que o objeto da geografia clama por um aporte fenomenológico que se dirija à experiência cotidiana do mundo, ou, em outras palavras, que a explore como experiência geográfica, estas que se manifestam da nossa relação com o mundo. Isso indica que, pela abordagem fenomenológica, podemos mudar a maneira como percebemos e interagimos com os lugares.

A tarefa hercúlea do professor de Geografia é o constante lançar-se nos lugares. Nos lugares que não podemos desfrutar diretamente pela nossa corporeidade, nos estenderemos pela nossa imaginação geográfica: lemos livros, histórias, aventuras; buscamos dados, imagens, objetos e tantos outros artefatos para encontrarmos “janelas que desvelam a nossa própria existência”, como disse Larissa.

É o professor em sua dodiscência freiriana, que se estende intencionalmente para o mundo a fim de planar pelas cidades e campos, por diferentes territórios e paisagens para se conectar emocionalmente aos lugares e as coisas. Somente emocionalmente conectado é que o mestre tornará os lugares mais ricos para “deixar-aprender”, provocando esses tremores intensos da experiência e de atravessamentos potentes, como deseja Felipe.

O que queria destacar antes de finalizar, é que, em nossa formação geográfica, precisamos colecionar lugares! Ah, os lugares! Lugares de nossas experiências! Lugares que nos afetam e nos ensinam a atravessar o tempo e o espaço e nos lembra que o “sextar” é fechamento e abertura, começo e recomeço. O sextar não separa, ele une! Por isso tudo, quando nos felicitamos com um “sextou”,

estamos celebrando mais do que apenas o fim de uma semana de trabalho. Estamos interagindo com a complexidade do tempo e do espaço, permitindo-nos desconectar das obrigações e reconectar com a essência dos lugares e das experiências.

O “sextar” nos oferece o ócio e a contemplação, mas não nos deixa esquecer de que o agir contemplativo é uma oportunidade de explorar o mundo através de uma lente geográfica, colecionando momentos de prazer e lugares que formam nossa identidade e ampliam nosso entendimento a apreço sobre as coisas, nos tornando, quiçá, mais solidários, em um mundo em construção.

Nessa sociedade do cansaço, convido vocês a mergulharem no ócio criativo, na contemplação profunda e na vivência poética dos lugares. Portanto, Larissa e Felipe, que possamos “sextar” para experimentar novas paisagens e lugares, valorizando cada instante de nossa geograficidade nesta jornada contínua de aprendizado e transformação de nossa existência.

Estamos cansados, mas não inertes! Exauridos, mas não caídos!

Que bom saber que em nossa existência nos permitimos recomeçar sempre!

Um grande abraço, afinal, sextou!

Jeani

## **O TEMPO DO RECOMEÇO**

De: Larissa Alves de Oliveira, [larissa.deoliveira@uel.br](mailto:larissa.deoliveira@uel.br).

Para: Felipe Costa Aguiar, [felipeaguiar@id.uff.br](mailto:felipeaguiar@id.uff.br); Jeani Delgado Paschoal Moura, [jeanimoura@uel.br](mailto:jeanimoura@uel.br).

Data: 30 jun. de 2024, 18h28.

Caros,

Que felicidade a leitura desse diálogo, me sinto muito contemplada por nossas inquietações, e fui me recordando de tantas leituras, ideias que, não buscando me alongar, me lembraram de algo anterior: estamos na geografia.

Aqui trago a Geografia não para enrijecer nosso diálogo e cercá-lo de uma cientificidade que necessita ser provada e aprovada a todo momento, mas para recordar que “antes do geógrafo e de sua preocupação com uma ciência exata, a história mostra uma geografia em ato” (Dardel, 2011, p. 1-2). O que quero dizer é que a própria geografia já está presente em nossas experiências, para que, a partir delas, possamos produzir essa Geografia científica e acadêmica, à qual dedicamos tanto tempo.

É curioso perceber que, ao mudarmos, a (G)geografia também muda - tanto a da vida quanto a que buscamos produzir. Refiro-me a uma geografia que se apresenta múltipla, elástica e resiliente em sua própria história, talvez por conta dos seus múltiplos envolvidos.

Lembrei-me da última entrevista cedida por Graciliano Ramos à revista O Globo (2012 [1996], s/p), na qual lhe perguntado se sua obra de ficção era autobiográfica, e ele respondeu: “Nunca pude sair de mim mesmo. Só posso escrever o que sou. E se os personagens se comportarem de modos diferentes, é porque não sou um só”.

Essa resposta do escritor ecoa em mim a cada vez que, como lembrou Jeani, resolvo desfrutar dos lugares que não pude vivenciar diretamente pela minha corporeidade. Essa proposição de Graciliano

pode ser entendida para além da literatura, incorporando também o nosso fazer geográfico.

Me refiro, por estas linhas, à nossa multiplicidade e a como isso também se reflete na produção da ciência geográfica e, claro, em nossa docência. Dessa forma, busco não esquecer que, se sou múltipla, a minha formação será constante e, conseqüentemente, minha docência também.

Encerro acreditando que essa multiplicidade é também uma oportunidade que, como evidenciam as linhas finais de Jeani, revela a possibilidade de recomeçar.

Que os nossos recomeços, Jeani e Felipe, sejam tão múltiplos quanto forem possíveis.

Um abraço. Com carinho.

Larissa

### **SOBRE EXPERIÊNCIA, ESPAÇO, TEMPO NA FORMAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Ao nos propormos a escrever sobre experiência, espaço e tempo na formação em Geografia, nos comprometemos a pensar sobre como essas dimensões formativas nos atravessam em nossa relação com a docência em Geografia - cada um em sua realidade, cada um em sua situação.

Nosso diálogo iniciou com a questão do tempo e como a experiência de tempo nos impacta, inclusive a forma como a celeridade e o cansaço nos conduzem a uma escrita menos livre pelo excesso de demandas a serem concluídas. O tempo de envio e resposta dos e-mails também é uma prova disso.

A dimensão temporal veio à tona porque, como Heidegger (2012) colocou, nós somos seres temporais, que experienciam tempo



e se reconhecem temporalmente. O tempo que nos constitui é o tempo tal como ele é vivido, por isso não há como falarmos de espaço, experiência e formação em Geografia se não tocarmos no modo como essas dimensões formativas são vividas temporalmente.

Em nosso caso, falar de tempo, espaço, experiência na formação em Geografia, é tratar do tempo da celeridade e do cansaço, que tem nos exaurido com a quantidade de demandas excessivas e surgido como um tempo de desafios, pois é desafiador continuar a sonhar com uma docência mais humana, pois temos vivido o tempo quase como máquinas, que apenas cumprem funções técnicas.

No entanto, embora estejamos vivendo um cansaço extremo e sofrendo com demandas excessivas, não somos máquinas, somos quem sente o tempo passar, atravessados pela experiência temporal. Por isso, dizemos que não há como fugir do tempo, aliás, é tudo uma questão de tempo!

Nossas conversas e reflexões convergem para a docência em Geografia, âmbito de trabalho que tem proporcionado a nós, autores e autoras, atravessamentos únicos, experiências no sentido mais existencial do termo. Por ser cada vez mais rara em nosso cotidiano, a experiência é um atravessamento que pode educar, pois nos convoca a compreensão. A experiência de tempo nos educa para perceber nosso mundo e os movimentos que nos levam ao esgotamento e à falta de tempo.

No entanto, reflexões autênticas sobre nossa relação com o tempo experienciado na formação podem surgir dessa compreensão. Esse foi o mote central do nosso texto, conversar sobre essas questões, para então, juntos, compreendermos melhor o tempo em que essas dimensões formativas nos atravessam temporalmente.

## Referências

- AGUIAR, F. C. Mesmo exaustos, continuamos-sendo: um enfoque fenomenológico da resiliência docente. **Geograficidade**, v. 14, n. 1, p. 137-150, 2024.
- AGUIAR, F. C. Entre fios de exaustão, laços de resiliência: narrativas de professores no Facebook. 2022. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2022.
- AGUIAR, F. C.; FREITAS, A. Conversas transescalares sobre as crises como bússola profissional. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 18, n. 43, 2023.
- AZEVEDO, J. G. De “abobrinhas” a “troca de figurinhas”. In: AZEVEDO, J. G.; ALVES, N. G. (orgs.). **Formação de professores: possibilidades do imprevisível**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BERNARDES, A.; AGUIAR, F. C.; FRIGÉRIO, R. C. Da sequela docente à querela epistemológica: o ensinar cansado de uma Geografia enferma. **Perspectiva**, v. 40, n. 4, p. 1-16, 2022.
- DARDEL, E. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GADAMER, H. Educação é educar-se. **Educação Unisinos**, v. 5, n. 8, p. 13-28, 2001.

GRATÃO, L. H. B. O direito de sonhar em Geografia – projeção bachelardiana. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 22, n. 2, p. 148-155, 2016.

HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HEIDEGGER, M. **A origem da obra de arte**. Trad. Maria da Conceição Costa. Lisboa: Edições 70, 1977.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Trad. Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

HOLZER, W. Mundo e lugar: ensaio de geografia fenomenológica. *In*: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 281-304.

HOLZER, W. Do ambientalismo ao decolonial: contribuições humanistas para a geografia contemporânea. *In*: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; BATISTA, G. S. (Org.). **Portais da Terra**: contribuições dos estudos humanistas para a geografia contemporânea 2. Teresina: Cancioneiro, 2024. p. 39-72.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, p. 20-28, 2002.

LARROSA, J. **Esperando não se sabe o quê**: sobre o ofício de professor. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LARROSA, J. **Tremores**: escritos sobre a experiência. Trad. Cristina Antunes; João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MARANDOLA JR., E. **Ensinar-aprender fenomenologia**: trilhas de um pensar e de um fazer pela experiência. Teresina: Cancioneiro, 2024.

MOURA, J. D. P. **Ofício na/da docência**: por uma educação sensível à experiência. Teresina: Cancioneiro, 2024.

SENNA, H. A última entrevista de Graciliano Ramos. *Jornal Opção*, 7 out. 2012. Originalmente publicado na **Revista do Globo**, n. 473, 18 dez. 1996.

SÊNECA, L. A. **Sobre a brevidade da vida & sobre o ócio**: diálogos estoicos sobre o tempo. Trad. Renata Cazarini de Freitas. Petrópolis: Vozes, 2021. (Coleção Vozes de Bolso).

VALLADARES, M. T. R. A Geografia e a propaganda: para ler o mundo e escrever a vida. In: PORTUGAL, J. F.; OLIVEIRA, S. S.; PEREIRA, T. R. S. (Org.). **(Geo)grafias e linguagens**: concepções, pesquisas e experiências formativas. Curitiba: CRV, 2013. v. 1, p. 285-295.

VALLADARES, M.; FRIGÉRIO, R. Conversas sobre aprender e ensinar Geografia: desatar fios em rede para enfrentar desafios. Instrumento: **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 17, n. 2, 2015.

Recebido para publicação em 21/05/2025

Aceito para publicação em 27/08/2025

ÉLISÉE RECLUS - FORÇAS  
SUBTERRÂNEAS, VULCÕES E  
TERREMOTOS

ÉLISÉE RECLUS - *UNDERGROUND  
FORCES, VOLCANOES AND  
EARTHQUAKES*

ÉLISÉE RECLUS - *LES FORCES  
SOUTERRAINES, LES VOLCANS ET LES  
TEMBLEMENS DE TERRE*

Traduzido por

Walter Luiz Junior  
Universidade Estadual de Campinas  
w199062@dac.unicamp.br

Tradução de texto publicado  
originalmente na *Revue des Deux  
Mondes*, 2<sup>o</sup> période, tome 67, 1867 (p.  
218-230).

|             |           |                                 |                 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|
| Terra Livre | São Paulo | Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025 | ISSN: 2674-8355 |
|-------------|-----------|---------------------------------|-----------------|



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

A presente escrita trata-se da tradução de uma resenha crítica escrita pelo geógrafo Élisée Reclus (1830-1905) referente ao livro *Vulcões e Terremotos* do autor Arnold Boscowitz (1866). O artigo de Reclus se intitula *Forças Subterrâneas* e foi publicado na revista *Revue des Deux Mondes* em 1867.

AS  
**FORÇAS SUBTERRÂNEAS**

Vulcões e terremotos, pelo Sr. Arnold Boscowitz. Paris, Ducroq,  
1866.

I.

Os últimos dois anos foram, pelo menos para a Europa, bastante ricos em eventos vulcânicos. O Etna, que estava em repouso há treze anos, abriu-se repentinamente numa extensão de vários quilómetros, erguendo colinas de 100 metros de altura nos seus flancos e despejando um rio de lava cuja capacidade seria igual à de um cubo de 800 metros de cada lado. Ao mesmo tempo, o Vesúvio, cujas erupções geralmente não coincidem com as do Etna, começou a soltar fumaça novamente e outra vez mudou o formato de sua cratera, que havia sido tantas vezes modificada. Poucos meses depois, a ilha de Santorini, no arquipélago grego, também despertou de um sono de noventa e oito anos: a ilhota de Nea Kameni, que se ergue no meio da grande enseada circular entre Santorini e Therasia, foi abalada por um terremoto, e logo um recife de lava enegrecida foi visto subindo do fundo do mar, inchando lentamente acima da água branqueada pelos ácidos e, finalmente, juntando-se como um promontório ao cone de Nea Kameni. Por fim, um leve tremor de terra foi sentido em grande parte da Europa Ocidental, não sem causar certo susto a um bom número de cidadãos tímidos, acostumados a contar com a solidez do terreno que os sustenta.

Esses eventos são, é verdade, de muita pouca importância relativa na história do planeta e dificilmente seriam dignos de menção depois de tantas catástrofes tremendas que ocorreram em várias partes do mundo, mesmo ao longo deste século. O que são essas erupções do Etna e Nea Kameni comparadas à explosão do vulcão de Timboro, que no ano de 1815 desapareceu completamente em cinzas e fumaça, e de suas nuvens de detritos, representando uma massa três vezes maior que a do Monte Branco, transformou o dia em uma noite terrível em uma área tão grande quanto a França? O que é o leve tremor que acaba de fazer as casas de Paris balançarem, perto do terremoto de Simoda, que teria derrubado milhares de edifícios, ou da catástrofe de Mendoza, que causou a morte de metade dos habitantes da cidade? Entretanto, os movimentos recentes dos nossos vulcões europeus e a leve ondulação que acabamos de vivenciar na França atingiram a imaginação de forma mais vívida do que grandes catástrofes distantes teriam feito, e a atenção pública foi atraída para esses fenômenos surpreendentes de vibrações terrestres. Assim, trabalhos científicos populares que tratam de vulcões e terremotos não podem deixar de ser bem recebidos, principalmente quando são escritos com consciência e talento, como o do Sr. Arnold Boscowitz.

Neste livro, publicado com grande luxo, o autor descreve as principais regiões vulcânicas da Terra e relata detalhadamente os eventos prodigiosos que ali ocorreram. Não podemos nos surpreender com essa ampla ênfase dada às histórias e imagens, porque, entre os grandes espetáculos da Terra, o Etna, os vulcões de Java, Mauna Roa, Orizaba, Cotopaxi e tantas outras poderosas montanhas de fogo certamente devem ser colocados em primeiro lugar por causa da harmonia e esplendor de suas formas, e suas erupções apresentam o

interesse mais impressionante por causa de todos os dramas humanos que estão relacionados a elas. Quanto à parte teórica do livro do Sr. Boscowitz, ela é bastante breve pela simples razão de que as causas desses grandiosos fenômenos vulcânicos infelizmente ainda são desconhecidas. No entanto, várias hipóteses foram propostas por geólogos e físicos e, embora mantendo cuidadosamente a dúvida científica em uma questão que ainda não foi esclarecida pela observação direta, gostaríamos de conhecer em detalhes as várias teorias e as objeções que elas levantam. O Sr. Boscowitz limitou-se, o que já é um grande serviço, a resumir para os leitores franceses as importantes obras de Fuchs, Kluge e Otto Volger, que até então permaneceram quase desconhecidas além do Reno.

Antigamente, a existência de um fogo central ou "piriflegetonte" era admitida como quase incontestável; esse era o termo usado pelos estudiosos germânicos. Segundo essa hipótese, um mar de lava ardente ferveria sob uma crosta fina cuja espessura era estimada em 35 ou no máximo 50 quilômetros. Comparado ao diâmetro da Terra, que é duzentas e cinquenta vezes maior, esse envoltório seria, portanto, apenas uma fina película, uma simples lâmina colocada sobre uma esfera líquida, e é isso que deveria conter o imenso oceano de fogo, tendo, como o oceano superficial, suas correntes, suas marés e talvez suas tempestades. As revoluções geológicas do globo não seriam nada mais que o reflexo das ondulações subterrâneas deste inferno oculto, as montanhas seriam as rugas rígidas deste oceano de fogo, e os grandes gigantes colocados à beira dos mares, o Etna, o pico do Teyde, Mauna-Roa, testemunhariam com suas erupções de tempestades que ribombavam sob a camada sólida. De fato, nessa hipótese, a menor pressão da crosta externa das rochas, a menor perturbação do equilíbrio na imensidão do mar fundido, devem



necessariamente resultar na agitação ou mesmo na ruptura do fino envoltório: daí os terremotos e a formação de aberturas vulcânicas. Essa teoria muito simples tomou conta da mente das pessoas, não apenas porque nos permite explicar certos fatos da história da Terra, mas talvez ainda mais porque dá continuidade aos mitos da fábula grega e das lendas hebraicas. Apesar dele mesmo, sem o seu conhecimento, o pesquisador que se orgulha do rigor científico não consegue escapar das ideias que lhe foram ensinadas na infância e, naturalmente, gosta de encontrar nessas profundezas do piriflegeton os reinos obscuros de Plutão e os círculos infernais de Dante.

O achatamento da Terra em ambos os polos e a protuberância equatorial foram apresentados como testemunhos irrefutáveis do estado de incandescência líquida em que o globo deve ter ficado. De fato, qualquer esfera líquida girando em torno de seu eixo necessariamente assumirá esta forma, devido à velocidade desigual dos diferentes pontos de sua massa; mas podemos nos perguntar se um globo, mesmo sólido, não se projetaria também em direção ao equador enquanto gira sem descanso por uma série indefinida de séculos, porque não há material que seja absolutamente inflexível e, sob as fortes pressões de nossos laboratórios, infinitamente inferiores em duração às pressões das forças planetárias, todos os corpos sólidos, como ferro e aço, fluem como líquidos. Além disso, as observações e os cálculos dos astrônomos e geômetras levaram-nos a crer que o achatamento da Terra nos dois polos sofre certas variações e que, conseqüentemente, outras leis além das dos movimentos de rotação e revolução contribuem para modificar a forma do planeta. Provavelmente menos no polo Norte do que no polo Sul, a irregularidade da esfera parece estar sujeita a mudanças periódicas

ao longo dos tempos, e é ainda mais complicada por diversas outras irregularidades, turgidezas ou depressões, que as oscilações do pêndulo e as medições dos arcos terrestres revelam à ciência. Um dos mais sérios temas de estudo oferecidos pela geografia física é justamente essa instabilidade do solo que, em vários pontos da superfície do globo, sobe ou desce com prodigiosa lentidão. Se a causa certa desses inchaços e depressões ainda é desconhecida para nós, pelo menos não há nada que sugira que eles sejam devidos à força centrífuga desenvolvida pela rotação da Terra.

Deve-se lembrar também que na hipótese aceita pelos que acreditam no fogo central, nosso planeta deve ser considerado uma massa líquida, já que o envoltório externo é uma película relativamente fina. Nessas condições, seria difícil compreender que o grande oceano de lava não fosse agitado, como o oceano de água, pelo movimento alternado das marés, e não levantasse duas vezes por dia a jangada que flutua em sua superfície. Também não seria mais compreensível se a Terra não estivesse muito mais deprimida em direção aos polos do que está atualmente e não se transformasse em um verdadeiro disco; ora, o achatamento polar não é ainda mais considerável do que as simples desigualdades superficiais incluídas, na zona equatorial, entre os picos do Himalaia e os abismos do Oceano Índico. Acrescentemos que, numa obra recente [1], o Sr. Emmanuel Liais atribui este ligeiro achatamento dos dois polos à obra de erosão que as águas e os gelos polares, irresistivelmente atraídos para o equador, continuam a realizar ano após ano, século após século, carregando-se com enormes quantidades de detritos arrancados da superfície do solo.

O principal argumento daqueles que consideram a existência do fogo central como um fato comprovado, é que nas camadas externas da

terra exploradas pelos mineradores o calor continua aumentando com a profundidade das cavidades. Ao descer até o fundo de um poço de mina, invariavelmente se passa por zonas de temperatura cada vez mais elevada: apenas a taxa de progressão varia de acordo com as diferentes partes da terra e as rochas nas quais as galerias são escavadas. De acordo com o químico Bischoff, que fez do estudo dessas questões o trabalho de sua vida, o calor aumenta mais rapidamente em xistos do que em granito, mais em veios de metal do que em xistos, mais em veios de cobre do que em minérios de estanho e mais em camadas de carvão do que em depósitos de metal. Em quase toda parte a progressão é menos rápida: a média do intervalo que, neste grande termômetro das camadas terrestres, corresponde a um grau de calor, é de 25 a 30 metros.

Entretanto, a terra ainda não foi cavada a uma profundidade muito grande. As escavações mais notáveis, a de Kuttenberg, na Boêmia, e uma das minas de Guanajuato, no México, mal atingiram um quilômetro, ou seja, seis ou sete milésimos do raio da Terra, e em nenhum lugar o mineiro teve que suportar calor natural do solo superior a 45 graus: seria, portanto, mais do que imprudente querer julgar o estado de todo o interior do globo pela temperatura das camadas superficiais e sustentar que o calor, aumentado segundo uma proporção constante, da superfície do solo até o centro da Terra, sobe ali até a temperatura de 200.000 graus, ou seja, muito além de tudo o que a imaginação do homem pode conceber. Seria igualmente correto concluir que, a partir do resfriamento gradual das camadas superiores do ar, que a redução da temperatura continua até o meio dos espaços celestes e que a 1.000 quilômetros da Terra o frio é de 5.000 graus. A parte superficial do globo, que é constantemente atravessada por correntes magnéticas que fluem de polo a polo e na

qual se desenvolvem todos esses fenômenos da vida planetária que modificam incessantemente o relevo e a forma dos continentes, deve encontrar-se, sem dúvida, para o desenvolvimento do calor, em condições particulares. A espessura do envoltório da Terra é, portanto, nada menos que comprovada pelo aumento gradual da temperatura em poços de minas e nascentes.

Já Cordier, impressionado com todas as objeções que se apresentaram à sua mente a respeito da espessura da película da Terra, admitiu que esse envelope não poderia ser estável a menos que tivesse de 120 a 280 quilômetros de espessura. Recentemente, o Sr. W. Hopkins, submetendo a altos cálculos matemáticos os elementos fornecidos pelos fenômenos de precessão e nutação terrestres, chegou a um resultado ainda mais contrário à hipótese em voga: ele descobriu que, com ou sem fogo central, o planeta seria animado por movimentos periódicos completamente diferentes, se a parte sólida da crosta não tivesse de 1.300 a 1.600 quilômetros, ou seja, de um quarto a um quinto do raio terrestre. O Sr. Thomson estabelece por outros cálculos que, se a Terra tivesse apenas a solidez do ferro e do aço, as marés e a precessão dos equinócios não teriam a importância que têm atualmente. O Sr. Emmanuel Liais, retomando toda essa pesquisa, afirma que, em virtude dos fenômenos astronômicos, a solidez do planeta é irrefutável. É, portanto, lícito crer, sem ainda pronunciar-se de maneira absoluta, que não existe fogo central, mas sim que existem apenas lagos de matéria incandescente, espalhados em várias partes do planeta, a uma curta distância da superfície, e separados uns dos outros por pilares de rocha sólida. Esta é a hipótese que parece ao Sr. Hopkins, assim como a Sartorius de Waltershausen, o historiador do Etna, concordar melhor com os fenômenos vulcânicos.

Embora admitindo a existência desses lagos ou mediterrâneos de lava, é difícil imaginar como esses materiais borbulhantes podem subir das profundezas, amolecer, fraturar a crosta sólida e finalmente escapar, seja em domos viscosos ou em longas correntes fluidas. Sabemos de fato, que a água desempenha um papel muito importante nas erupções vulcânicas, porque as enormes volutas de nuvens que escapam quase constantemente das crateras ativas são compostas, pelo menos 999 milésimos, de vapor de água, e são estas que, ao subirem das profundezas do abismo, levantam redemoinhos de cinzas e blocos de escória. Além disso, as análises químicas do MM. Sainte-Claire Deville e Fouqué provaram que todos os sais e gases liberados pelas erupções são idênticos aos que seriam formados pela decomposição da água do mar. Temos, portanto, o direito de admitir, pelo menos para os vulcões que se erguem à beira-mar, que a água do oceano transformada em vapor atua de maneira direta nos fenômenos de ascensão e expulsão da lava. Entretanto, embora esse fato possa agora ser considerado um fato científico, as formas secretas pelas quais a água salgada penetra em abismos subterrâneos para se transformar em vapor e depois subir pelas aberturas dos vulcões ainda são desconhecidas.

Admitamos de fato o aumento constante e regular da temperatura das águas submersas nos abismos subterrâneos que comunicam com o mar: a 3.000 metros de profundidade, elas terão um calor de 100 graus, mas não se transformarão em vapor; a enorme pressão que eles têm que sofrer os mantém em estado líquido. Segundo alguns cálculos, que se baseiam em vários dados hipotéticos, é no máximo 15 quilômetros abaixo da superfície do solo que a força de expansão da água teria energia suficiente para equilibrar o peso das massas líquidas mais elevadas e vaporizar-se repentinamente; mas por que

esse vapor deveria vagar sob os alicerces da Terra e elevá-los até os cones vulcânicos, quando, pelo efeito natural de sua vitória sobre a pressão das colunas de água que o superam, ele deveria simplesmente saltar de volta para o fundo do mar de onde desceu? Esta é uma questão que parece muito difícil de responder no estado atual da ciência, e um dos principais méritos dos geólogos consiste em reconhecer modestamente sua ignorância a esse respeito. As descobertas da física e da química, que nos revelaram a atividade incessante do vapor de água nas erupções vulcânicas, sem dúvida nos explicarão um dia como essa atividade se exerce nas rochas subterrâneas; mas atualmente os fenômenos que ocorrem no interior do nosso planeta são apenas mais conhecidos por nós do que a história dos vulcões lunares. Entretanto, agora pode-se considerar estabelecido que os cones dos vulcões não são formados por uma espécie de expansão do solo, como pensavam Humboldt e Leopold von Buch. Um dos principais argumentos em que se baseava sua hipótese era a aparição de Jovello subindo repentinamente a uma altura de 500 metros; mas esse nascimento repentino do vulcão mexicano é apenas uma lenda indígena, e essa lenda não é apoiada pelas observações geológicas feitas por vários naturalistas desde a viagem de Humboldt. Os testemunhos recolhidos na obra do Sr. Boscowitz não deixam dúvidas a este respeito.

## II.

Se o olhar da ciência ainda não consegue discernir como a pressão dos vapores aprisionados fratura o solo para expelir a lava e as cinzas, não se pode explicar melhor como essa mesma pressão abala o solo em terremotos. Graças aos instrumentos que os observadores inventaram e aperfeiçoaram, é hoje possível medir a amplitude e a

velocidade das ondulações concêntricas produzidas por cada choque: em certas circunstâncias, é mesmo possível fixar aproximadamente a profundidade do ponto inicial do choque; mas quanto à causa do fenômeno, ela permanece em grande parte desconhecida. Também não se sabe se todas as fortes vibrações do solo são, na realidade, como a maioria dos geólogos admitiu até agora, factos de origem vulcânica; perguntamo-nos, sem sempre conseguirmos responder a esta questão, se são apenas tentativas abortadas de explosão de materiais incandescentes, ou se provêm de causas completamente diferentes daquelas que levantam os cones dos vulcões e perfuram as crateras. Esta última opinião encontrou defensores apaixonados entre vários estudiosos. Entre os geólogos que negam a ligação entre terremotos e fenômenos vulcânicos e que, assim, rompem ousadamente com as hipóteses colocadas sob o grande patrocínio dos nomes de Humboldt, Leopold von Buch e Elie de Beaumont, destaca-se acima de todos o Sr. Otto Volger. Os leitores de suas obras não podem deixar de ficar impressionados com os argumentos baseados em fatos que o autor apresenta contra teorias que antes eram quase universalmente aceitas.

Entretanto, há uma série de terremotos cuja origem vulcânica pode ser estabelecida diretamente, independentemente de qualquer teoria. Assim, quando as encostas de uma montanha fumegante como o Etna ou o Kilauea se rompem repentinamente para permitir a passagem de um rio de lava, e ao mesmo tempo o solo é fortemente agitado, é óbvio que o terremoto é causado pela fratura do vulcão: esse fenômeno de tremor inteiramente local é perfeitamente análogo aos que ocorrem durante a explosão de uma mina ou de um paiol de pólvora. Quando a fissura é de extensão considerável e as paredes rompidas do vulcão são muito espessas, o choque é violento e

reverbera em longas oscilações nas regiões vizinhas. Quando, ao contrário, as rochas do vulcão, lentamente afinadas e derretidas pela lava ascendente, cedem facilmente à pressão que as faz explodir, a explosão dificilmente é sentida, exceto nas imediações da fissura: assim, durante a última grande erupção do Etna, os tremores do solo que coincidiram com a formação da fenda foram geralmente muito leves, e os mais fortes, ainda perceptíveis na cidade de Aci-Reale, não ultrapassaram a própria região do Etna. A história também oferece vários exemplos de erupções vulcânicas durante as quais o solo não foi abalado de forma perceptível: em maio de 1855, o Vesúvio expeliu uma quantidade considerável de lava sem que o menor vestígio de terremoto fosse observado nem no observatório de vulcões nem em Nápoles.

Quando tremores fazem vibrar o solo de uma região vulcânica sem a menor coincidência desses fenômenos serem observados com a erupção de um cone de cinzas ou a emissão de um fluxo de lava, não há, obviamente, nenhuma razão científica para afirmar com certeza que esses tremores têm origem no núcleo oculto da matéria incandescente e que são causados por vapores que tentam romper a crosta terrestre. Ainda mais, uma afirmação semelhante seria contrária a todas as regras de observação científica quando se trata de terremotos que ocorrem longe de qualquer vulcão. É verdade que, por outra hipótese, essas montanhas em chamas são comparadas a imensas válvulas de segurança, e afirma-se que as oscilações do solo devem ser sentidas precisamente sob as partes do envelope planetário onde não há orifício de comunicação com a lava; mas como é então que as ondulações do terreno não se reproduzem de maneira constante longe dessas gigantescas fontes termais situadas à beira dos mares, e por que as frequentes erupções do Vesúvio e do Etna



não impedem os terremotos da Calábria, dando vazão aos vapores e à lava aprisionados?

Aqueles que veem os vulcões como uma válvula de escape para as regiões vizinhas apresentam em apoio à sua teoria alguns fatos que se tornaram lendas, mas cuja realidade está longe de ser certa, como Otto Volger demonstrou abundantemente. Assim, durante o terremoto de Lisboa, o Vesúvio, que vomitava uma quantidade considerável de vapores, teria subitamente "sugado" a nuvem que rejeitava, e o fluxo de lava que saía de seus flancos teria secado repentinamente; mas essas afirmações incisivas baseiam-se apenas em uma frase muito menos precisa no relato de Kant sobre a catástrofe de Lisboa. Além disso, o filósofo de Königsberg, jovem na época e nunca tendo saído de sua cidade natal, incluiu em sua descrição muitas fábulas que ninguém sequer sonharia em discutir hoje. Humboldt, muito mais autoridade em tais assuntos do que Kant, nos conta que, depois de vomitar uma alta coluna de fumaça durante três meses, o vulcão de Pasto deixou de expelir vapores no exato momento em que, a uma distância de 400 quilômetros, o terremoto de Riohamba e a erupção de lama de Moya causaram a morte de 30 a 40.000 indígenas. Contudo, o grande nome de Humboldt não deve nos fazer esquecer que as comunicações são raras e difíceis nos planaltos andinos, e que as populações semibárbaras espalhadas por esse espaço de 400 quilômetros não oferecem garantias suficientes do ponto de vista da observação científica. O mesmo pode ser dito dos *llaneros* de Apure, na Venezuela, e não há evidências de que eles tenham realmente ouvido um terrível trovão subterrâneo no exato momento em que o vulcão de Saint-Vincent entrou em erupção a 1.175 quilômetros de distância em linha reta. Por fim, essa afirmação segundo a qual o Stromboli descansou de sua

atividade incessante durante o terremoto da Calábria de 1783 é baseada apenas em informações muito vagas. De acordo com os folhetos da época, todas as Ilhas Eólias não teriam afundado no mar, deixando apenas alguns recifes para marcar o lugar onde elas ficavam outrora? Como podemos ver, os fatos que servem de base para a teoria mais comumente adotada sobre tremores de solo não têm a autenticidade necessária e não podem isentar os geólogos de observações diretas.

Uma das primeiras questões geográficas a serem resolvidas que consiste em saber é se as regiões da superfície terrestre onde os terremotos ocorrem com maior frequência se distinguem das demais por alguma característica especial na forma de seu relevo ou na natureza de suas rochas. Na Europa, as regiões vulcânicas como os arredores do Vesúvio e do Etna, as ilhas do arquipélago e a Islândia não são as únicas que sofrem fortes abalos, e mesmo neste aspecto não podem ser comparadas com as montanhas dos Abruzos e da Calábria, os maciços calcários da Carniola e da Ístria, os Alpes do Valais e de outras partes da Suíça e da França, certos planaltos da Espanha e as colinas na foz do Tejo. Na África, o solo da Argélia, rico em fontes salinas e termais, mas desprovido de crateras vulcânicas, às vezes é muito agitado. Na Ásia, a Península de Gutzerat e a Planície de Runn, onde ocorreram terremotos muito violentos, ficam a milhares de quilômetros de qualquer vulcão, enquanto as Filipinas e o Japão são regiões ao mesmo tempo vulcânicas e frequentemente agitadas. A cidade de Mendoza, nas planícies argentinas, não fica longe dos campos de lava do Chile; Da mesma forma, as Índias equatoriais, frequentemente perturbadas por violentas oscilações do solo, são palco de grande atividade vulcânica, e vários de seus cumes são domos de traquito ou crateras de que vomitam ainda cinzas,

lamas ou fumaça. Entretanto, de acordo com o testemunho do Sr. Boussingault, os tremores mais energéticos da Colômbia, aqueles que destruíram as cidades de Latacunga, Riohamba, Honda, Mérida e Barquesimeto, não apresentaram absolutamente nenhuma coincidência com fenômenos vulcânicos, e seu centro de tremor estava localizado a uma distância considerável dos picos fumegantes. O planalto de Caracas, famoso pela catástrofe de 1812, está localizado a mais de 1.000 quilômetros a leste dos vulcões Huila e Tolima, em Granada, e fica apenas um pouco menos distante das crateras das Antilhas, das quais é separado por largos braços de mar. Por fim, uma das regiões da América do Norte onde as oscilações são mais frequentes e fortes é a planície aluvial do Mississipi, longe de qualquer região vulcânica e mesmo de qualquer grande cadeia de montanhas. Assim, embora a história dos terremotos seja conhecida apenas há alguns séculos e para uma pequena parte da superfície do globo, é certo que fortes oscilações do solo são sentidas nas mais diversas regiões, não tendo semelhança externa entre si em suas formações e em seu aspecto. Parece bem estabelecido que os tremores são mais frequentes em países montanhosos do que em países de planícies. Entretanto, se os terremotos fossem produzidos pelos esforços do planeta para se livrar de gases ou materiais fundidos do interior, seria nas planícies continentais, longe de vulcões e terras altas, que o solo deveria tremer com mais frequência, porque não há aberturas naturais para liberar o excesso de lava, e é lá que, de acordo com a teoria comum, as camadas terrestres deveriam ser mais finas.

Há dois mil anos, Lucrécio expôs em linguagem magnífica a teoria hoje adotada cientificamente pelo Sr. Otto Volger e outros geólogos: “Aprenda agora a causa dos terremotos e convença-se, acima de tudo,

de que o interior do globo é, como a superfície, repleto de ventos, cavernas, lagos, precipícios, pedras, rochedos e um grande número de rios internos cujas ondas impetuosas carregam e rolam rochas submersas; porque a razão dita que a Terra deve ser em todos os lugares semelhante a si mesma. Os tremores da superfície do globo são causados pelo colapso interno de algumas cavernas enormes que o tempo acaba demolindo, pois são montanhas inteiras que caem e cujo choque violento e repentino deve se espalhar por toda parte em revoluções terríveis: é assim que uma carruagem, cujo peso não é considerável, faz todos os edifícios vizinhos tremerem em sua passagem, e os corcéis de fogo, rolando as rodas com braços de ferro, sacodem todos os lugares ao redor. Também pode acontecer que uma enorme massa de terra caia da decomposição em um grande subterrâneo lago e o globo oscila com uma série de ondulações; da mesma forma, na superfície da Terra, um vaso cheio de uma onda agitada não pode recuperar seu equilíbrio até que a água que ele contém tenha atingido seu nível”.

Em muitos casos, essa teoria de Lucrécio é certamente a verdadeira, pois, frequentemente é possível flagrar, por assim dizer, a queda de rochas que dão origem às oscilações do solo e aos trovões subterrâneos. Assim, os grandes deslizamentos dos Diablerets, do Rossberg e outras montanhas dos Alpes causaram verdadeiros terremotos cujas ondas foram sentidas a uma distância considerável do local da catástrofe. Até mesmo o colapso de moreias, a queda de seracs e as avalanches de neve sacodem fortemente a terra em vastas áreas, tanto que nas montanhas de Allemont, em Dauphiné, os habitantes consideram todas as vibrações do solo como tremores secundários de colapsos distantes de neve ou gelo. Entretanto, esses fenômenos são apenas eventos sem importância quando comparados

ao assentamento de rochas. Na Carniola e na Ístria, onde os terremotos são frequentes, as inúmeras cavernas do país estão bloqueadas aqui e ali por rochas desmoronadas que correspondem a poços escavados em forma de funil na superfície do solo. Esses afundamentos de fundações, que o homem às vezes testemunha em países escavados por cavernas naturais, como Carniola, ou também em regiões de mineração perfuradas por galerias subterrâneas, podem, dependendo da massa das rochas desabadas, causar grandes tremores sentidos ao mesmo tempo em vastas áreas do país. De fato, certas camadas rochosas deixam intervalos muito consideráveis entre si, como é fácil ver pelas amplas aberturas das cavernas nas montanhas, e repousam em parte sobre substâncias que são mais ou menos fáceis de dissolver e diluir pela água de infiltração. Onde os vazios são tão grandes que as rochas sobrejacentes, às vezes com centenas ou mesmo milhares de metros de altura, não conseguem mais se sustentar por sua própria coesão, toda a massa deve, mais cedo ou mais tarde, desabar sobre as camadas inferiores e, quando as rochas desabadas têm dimensões consideráveis, as ondulações do terremoto continuam por distâncias muito grandes ao redor do local onde ocorreu a catástrofe.

A principal causa do tremor do solo em países montanhosos é provavelmente a ação das nascentes. Ao longo dos séculos, estratos inteiros, levados pela água que os dissolve, acabam desaparecendo e, sob uma forma mais ou menos quimicamente modificada, são arrancados das profundezas para serem distribuídos na superfície do solo. Segundo Ramsay e Lyell, as águas termais de Bath, que estão longe de ser notáveis pela proporção de matéria mineral que contêm, anualmente retiram da terra uma quantidade de sulfatos de cal e soda, cloreto de sódio e magnésio, cuja massa cúbica não seria menor

que 423 metros. Também foi calculado que apenas uma das nascentes de Louèche, a nascente do Saint-Laurent, transporta milhões de quilos de gesso por ano, ou cerca de 1.620 metros cúbicos: isso é suficiente para baixar uma camada de gesso de um quilômetro quadrado em mais de 16 decímetros em um século; mas esta é apenas uma fonte e apenas um século. Se pensarmos nas milhares de fontes minerais que brotam do solo e na imensidão dos tempos em que a água fluiu, podemos ter uma ideia da importância das transformações causadas pelo jorro dos lençóis freáticos. A longo prazo, eles rebaixam toda a massa das montanhas e, como resultado desses assentamentos, oscilações violentas da Terra devem necessariamente ocorrer.

Um fato muito importante parece dar razão aos geólogos que veem na maioria dos terremotos fenômenos quase externos causados por chuvas, infiltrações de água e nascentes; este fato, observado pela primeira vez em 1834 pelo Professor Merlan para cento e dezoito tremores sentidos em Basileia e áreas vizinhas, é que os tremores de solo são muito mais frequentes no inverno do que no verão. O resultado da pesquisa de Merlan, inicialmente duvidado, é agora estabelecido de forma indubitável pela pesquisa de MM. Alexis Perrey e Otto Volger. Entretanto, à medida que o catálogo de vibrações se torna mais considerável, a diferença entre o máximo do inverno e o mínimo do verão desaparece gradualmente, pela simples razão de que nos dois hemisférios opostos as estações se sucedem em intervalos de seis meses, e que os vários fenômenos relacionados às estações são, portanto, equilibrados em cada lado do equador. É nas diversas regiões climáticas, consideradas isoladamente, que devemos estudar a ordem em que os terremotos ocorrem durante o ano. A frequência relativa desses fenômenos durante o inverno fica muito

mais fácil de observar. Assim, 656 choques, listados na França pelo Sr. Alexis Perrey até o ano de 1845, foram distribuídos respectivamente na proporção de 3 para 2 para o semestre que começa em novembro e para o que começa em maio. Na Itália, segundo o mesmo autor, a diferença foi bem menos perceptível, já que dos 984 terremotos, 453 ocorreram no semestre de verão, de abril a setembro, e 531 no semestre de inverno, de outubro a março; mesmo neste país onde a maioria dos grandes movimentos subterrâneos estão obviamente relacionados à ação vulcânica, esses fenômenos são visivelmente mais frequentes durante a parte fria do ano. Na região dos Alpes, onde não há vulcões, a diferença entre os tremores de inverno e os de verão é muito maior; comparando os quatro meses de maio, junho, julho e agosto com os de dezembro, janeiro, fevereiro e março, vemos que os tremores são três vezes mais numerosos na segunda estação do que na primeira. Por fim, se estudarmos apenas um único centro de terremoto, as diferenças observadas entre as estações na frequência de choques subterrâneos às vezes são ainda maiores. Assim, podemos citar, com o Sr. Otto Volger, a notável região do médio Valais, onde, de um total de 98 terremotos conhecidos, apenas um ocorreu no verão, enquanto 72 foram sentidos no inverno.

Não só as comoções subterrâneas são mais frequentes no inverno do que no verão, pelo menos nas regiões da Europa central, mas também foi observado o fato notável de que os tremores são sentidos com mais frequência à noite do que durante o dia, e isso em todas as estações do ano. Na Suíça, dos 502 terremotos cuja data e hora são conhecidas, apenas 182 ocorreram entre as seis da manhã e as seis da tarde; 320, ou seja, quase o dobro, foram relatados durante as doze horas da noite: é para cada período diário uma série de alternativas

perfeitamente semelhantes às do período anual. Além disso, não há motivo para surpresa, pois de maneira muito geral cada dia pode ser considerado, por suas chuvas, suas tempestades e todos os seus fenômenos meteorológicos, como um resumo de todo o ano. O meio-dia é, em certo sentido, verão e meia-noite inverno de cada revolução diurna. Não podemos inferir corretamente dessa oscilação regular dos tremores subterrâneos com as horas e estações do ano que esses fenômenos grandiosos dependem, pelo menos em certas regiões, de fenômenos externos e não das flutuações de um mar de lava? Não estão elas conectadas, como diz o Sr. Volger, ao conjunto das leis que regulam o retorno da luz e da escuridão, do calor e do frio, da chuva e da neve, da seca e da água corrente?

Mas isso não é tudo: diz-se que durante a maioria dos grandes furacões das Antilhas a própria terra é fortemente abalada, como se o vento, que torce as árvores, derruba as casas e levanta as ondas em grandes torrentes, também tivesse poder sobre os alicerces da terra e pudesse abalá-los até os alicerces. Compreende-se que, sob a influência do terror, os habitantes, que temem a cada novo esforço da tempestade serem arrastados junto com suas casas pela rajada uivante, possam facilmente imaginar que o solo participa do imenso choque. Tais alucinações não seriam estranhas quando a cada nova irrupção da tempestade se espera perecer. No entanto, os testemunhos relativos a esta coincidência de furacões e terremotos são tão numerosos, positivos e detalhados que seria difícil não acreditar neles. Ainda recentemente, durante o furacão de 6 de setembro de 1865, que devastou Les Saintes, Marie-Galante e Guadalupe, um tremor repentino, ocorrido no momento mais terrível do meteoro, sacudiu as ilhas e derrubou várias casas. De onde surgiu essa coincidência do terremoto e do ciclone? A tempestade elétrica se



espalhou para as profundezas ou as chuvas torrenciais causaram colapsos subterrâneos? Essas são perguntas que não podem ser respondidas.

De qualquer forma, podemos doravante admitir que há pelo menos duas classes de terremotos, alguns provenientes da pressão ou erupção de vapores e lavas, outros causados pelo colapso de rochas, mas produzindo as mesmas impressões no homem e propagando-se da mesma forma por vastas áreas. Talvez devêssemos também acrescentar a essas duas ordens de choques aqueles que têm sua origem nas relações do planeta com outros corpos no espaço. Assim, segundo Wolf, existiria uma relação constante entre os terremotos e as manchas solares. Por fim, a pesquisa continuada com tanta perseverança pelo Sr. Alexis Perrey prova de maneira incontestável que as sucessivas fases da lua exercem grande influência sobre os movimentos do solo. Assim como o oceano, a Terra tem suas marés. A frequência dos tremores de solo aumenta, assim como a altura do fluxo, em direção ao momento das sizígias; aumenta quando a estrela se aproxima do nosso planeta e diminui quando se afasta; em uma palavra, é quando o mar oscila com mais força que a própria terra treme com mais frequência. Como diz o Sr. Arnold Boscowitz ao final de sua obra, “a Terra, essa mãe comum cuja força e energia acabamos de contemplar, não está isolada em sua atividade; se ela é fecunda, se ela vive, se ela age poderosamente, é porque ela se encontra engajada em uma troca incessante de forças e influências com os astros que habitam o espaço etéreo como ela”.

ÉLISÉE RECLUS

[1] Espaços Celestiais e Natureza Tropical.

Recebido para publicação em 12/04/2025

Aceito para publicação em 15/09/2025

# TRANSFORMANDO A GEOGRAFIA HUMANA: ADOTANDO A AFROCENTRICIDADE

*TRANSFORMING HUMAN GEOGRAPHY:  
EMBRACING  
AFROCENTRICITY*

*TRANSFORMANDO LA GEOGRAFÍA  
HUMANA: ADOPTANDO LA  
AFROCENTRICIDAD*

Traduzido por:

Paula Regina Cordeiro  
Universidade Federal Fluminense  
procordeiro@id.uff.br

Gabriel Romagnose Fortunato Freitas  
Monteiro  
Universidade Federal Fluminense  
fortunatogabriel@id.uff.br

## Resumo:

Reexaminar o que constitui o conhecimento válido e qual conhecimento é produzido e utilizado são as principais áreas de foco na relação da transformação da agenda no ensino superior. Esse artigo examina criticamente tais aspectos na relação da disciplina da geografia, com um foco especial na geografia humana, que é influenciada substancialmente pelas ciências humanas e sociais. O artigo usa especificamente a Afrocentricidade como um quadro metodológico e conceitual para informar a transformação da geografia humana e fornecer *insight* sobre como centralizar experiências e contextos Africanos no ensino e pesquisa em geografia humana. O artigo tem duas seções principais. A primeira seção realiza uma reconsideração crítica da geografia humana no contexto de transformação. A próxima seção examina especificamente o papel da pesquisa geográfica no avanço do saber [*scholarship*] Africano. O artigo conclui que a Afrocentricidade fornece um quadro útil para criticar categorias e conceitos geográficos aceitos e amplamente utilizados; repensando assim o que os geógrafos fazem e as implicações disso de uma perspectiva Africana centrada.

**Palavras-chave:** Geografia humana, afrocentricidade, saber africano, transformação, quadro metodológico.

Terra Livre

São Paulo

Ano 40, v.1, n.64, jan-jun 2025

ISSN: 2674-8355



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**Abstract<sup>1</sup>:**

Re-examining what constitutes valid knowledge and how knowledge is produced and used are major focus areas in relation to the transformation agenda in higher education. This article critically examines these aspects in relation to the discipline of geography with a special focus on human geography which is substantially influenced by the humanities and social sciences. It specifically uses Afrocentricity as a methodological and conceptual framework to inform the transformation of human geography and provide insight into how to centralise African experiences and contexts in human geography teaching and research. The article has two main sections. The first section undertakes critical reconsideration of human geography in the transformation context. The next section specifically examines the role of geographical research in advancing African scholarship. The article concludes that Afrocentricity provides a useful framework to critique accepted and widely used geographical categories and concepts; thereby rethinking what geographers do and the implications thereof, from a Africancentred perspective.

**Keywords:** Human geography, afrocentricity, African scholarship, transformation, framework

**Resumen:**

Reexaminar qué constituye conocimiento válido y cómo se produce y utiliza el conocimiento son áreas de enfoque principales en relación con la agenda de transformación en la educación superior. Este artículo examina críticamente estos aspectos en relación con la disciplina de la geografía, con un enfoque especial en la geografía humana, que está sustancialmente influenciada por las humanidades y las ciencias sociales. Específicamente, utiliza el afrocentrismo como un marco metodológico y conceptual para informar la transformación de la geografía humana y proporcionar una visión sobre cómo centralizar las experiencias y los contextos africanos en la enseñanza y la investigación de la geografía humana. El artículo tiene dos secciones principales. La primera sección emprende una reconsideración crítica de la geografía humana en el contexto de la transformación. La siguiente sección examina específicamente el papel de la investigación geográfica en el avance de la erudición africana. El artículo concluye que el afrocentrismo

---

<sup>1</sup> BOB, Urmilla; PERRY, Edwin C. Transforming Human Geography: Embracing Afrocentricity. **Alternation**. Vol. 21, n. 2, p. 287-308, 2014. Disponível em: <encurtador.com.br/jkmuH>

proporciona un marco útil para criticar categorías y conceptos geográficos aceptados y ampliamente utilizados; repensando así lo que hacen los geógrafos y sus implicaciones, desde una perspectiva afrocéntrica.

**Palabras-clave:** Geografía humana, afrocéntrica, producción académica africana, transformación, marco teórico.

## Introdução e contexto

A noção do saber [*scholarship*] e transformação Africana está no centro da revisão da mudança socioeconômica nas diferentes arenas e re-examinação do processo de produção e utilização do conhecimento. O último requer uma avaliação crítica das premissas e orientações disciplinares que sustentam o esforço acadêmico na relação com o ensino e a pesquisa. Transformação não pode e não deve ser equiparada somente a mudanças no perfil demográfico de pessoas que, no contexto Sul Africano refere-se frequentemente (muitas vezes direcionando) a indivíduos e grupos de comunidades desfavorecidas tais como negros/Africanos, mulheres e os inválidos (disabled). É preciso um esforço conjunto para mudança de mentalidades, sistemas de valores, e maneiras de conhecer que impactam na sociedade. Repensar o que é considerado conhecimento válido, como ele é produzido e para que finalidade, torna-se essencial, especialmente nos ambientes educacionais. Esse artigo examina criticamente esses aspectos na relação da disciplina geografia com um foco especial na geografia humana.

A disciplina da geografia tem dois principais campos: geografia física e humana (o foco dessa contribuição), ambas estão

preocupadas com o ambiente (físico e social), tempo e espaço<sup>2</sup>. Kitchen and Tate (2013, p. 3) afirmam que não existe consenso sobre quem são os geógrafos, o que eles fazem, e como eles estudam o mundo. Isso reflete o amplo escopo da disciplina. Além disso, Livingstone (1992 *apud* Kitchen e Tate, 2013, p. 3) afirma que a geografia é indescritível porque ela muda com a mudança da sociedade. No entanto, existe um consenso que o foco da geografia está nas relações interconectadas humano-ambiente nos diferentes contextos e escalas espaço-temporais assim como nas manifestações e variações espaciais e fenômenos socioeconômicos e ambientais (Hanson, 2004; Kitchen e Tate, 2013; Murphy, 2014; Varró, 2014). Dear e Wolch (2014, p. 6) declaram que o foco da geografia humana é “entender a simultaneidade da vida social, política e econômica no tempo e no espaço”. Geografia humana e física são interrelacionadas e dialéticas por natureza, uma impacta na outra.

Pesquisas mostraram que o ambiente físico e natural tem e continua a influenciar as mudanças e comportamentos humanos (embora em menor extensão entre os mais ricos da sociedade, aos quais estão em melhor posição para manipular o ambiente do que os grupos pobres na sociedade cujos meios de subsistência e vidas estão mais intimamente ligados aos recursos naturais) (Cassidy 1997; Laland e Brown, 2011). Bradley (1991, p. 3) argumenta que os relacionamentos entre o ambiente e a cultura são fundamentais no entendimento do desenvolvimento histórico da psicologia e sociologia de grupos específicos de pessoas. Além disso, há um consenso crescente de que os fatores humanos afetam dramaticamente o

---

<sup>2</sup> Os tradutores ressaltam que a Geografia deve ser compreendida como uma Ciência única e integrada. Nesse sentido, a dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana constitui uma separação artificial que precisa ser superada. Essa perspectiva está em consonância com a posição da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), à qual a revista Terra Livre está vinculada.

mundo físico e que os fatores antropológicos<sup>3</sup> são os principais contribuintes para o aumento global de eventos climáticos extremos (Bob et al., 2014; Brown et al., 2007; Intergovernmental Panel on Climate Change, 2007). Da perspectiva ambiental, também é importante notar que a distribuição, exploração, propriedade e controle dos recursos naturais do mundo, desde os direitos da terra e água até o aproveitamento de energia, têm sido fundamentais para influenciar as relações humanas e dinâmicas de poder que, por sua vez, tem instruído a história humana.

É importante notar que as ciências humanas e sociais têm uma forte tradição de reflexão e engajamento crítico. Embora a geografia seja uma disciplina conhecedora desses compromissos (por exemplo, o surgimento da geografia feminista ou de gênero nos últimos anos e a conceituação da ecologia política como um quadro teórico), tem dominado amplamente os discursos incorporados nas ciências ambientais. No entanto, uma proporção significativa do conhecimento gerado e compartilhado ocorre na geografia humana a qual é substancialmente influenciada pelas ciências humanas e sociais. Além disso, a geografia humana desempenha um papel fundamental na sensibilização da pesquisa em geografia física, particularmente em relação à degradação ambiental e mudanças climáticas, nos aspectos socioeconômicos, suas implicações e impactos. Murphy (2014, p.1) afirma que o recente interesse em geografia humana não reflete necessariamente uma apreciação das contribuições ou importância da disciplina, estando mais relacionada com o ‘foco na diferença e sua associação com mapas visualmente atraentes’. No entanto, como discutido mais tarde, esses mapas são frequentemente projetados de maneira que servem para a

---

<sup>3</sup> Do original: “anthropological drivers”.

manutenção da supremacia ocidental, apresentados como “verdades objetivas”.

O objetivo deste artigo é explorar a perspectiva Afrocêntrica como um quadro metodológico e conceitual para possibilitar a transformação da geografia humana<sup>4</sup>. Destina-se a fornecer uma visão sobre alguns dos problemas e abordagens para o desenvolvimento de uma perspectiva Afrocêntrica da geografia que gira em torno do argumento de que as experiências e contextos africanos podem fornecer um foco para o conhecimento e transformação de comunidades Africanas. O processo de redefinição é crítico para a transformação da agenda e da natureza da produção de conhecimento.

Monteiro-Ferreira (2014, p. i) argumenta que a Afrocentricidade é uma ideia intelectualmente dominante do mundo africano com crescente influência e impacto nas ciências sociais que desafiam os principais aspectos epistemológicos tradicionais do pensamento Ocidental. Embora haja uma clara influência e impacto dos debates da Afrocentricidade e transformação nos contextos históricos, sociológicos, psicológicos, nas ciências educacionais, psicológicas, criminológicas, teológicas, políticas, nas disciplinas filosóficas, linguísticas e antropológicas como ilustrado por Asante (2007) e Bangura (2012); muito pouco trabalho tem sido feito para possibilitar o diálogo da Afrocentricidade na geografia, e nas ciências físicas e naturais em geral. É importante notar, contudo, que enquanto uma estrutura conceitual a Afrocentricidade foi adotada nas ciências sociais e humanas, como no estudo de Pellebon (2012, p. 19) que examina a integração da Afrocentricidade no curso de Serviço

---

4 Do original: “The aim of this article is to explore the Afrocentric perspective as a methodological and conceptual framework to inform the transformation of human geography”.

Social, concluindo que essa integração está limitada nos currículos atuais e agenda de pesquisa em instituições específicas de ensino superior. Isso sugere que mesmo dentro das disciplinas das ciências sociais, a Afrocentricidade não foi adotada suficientemente para transformar o que é ensinado e pesquisado.

Smith (2008, p. 89) realiza uma revisão de Molefi Kete Asante (considerado um dos principais intelectuais do desenvolvimento do quadro teórico da Afrocentricidade) e conclui que o paradigma é útil “como base para compreender os processos ligados ao centro do pensamento africano e que pode ser utilizado para a compreensão do continente (África) contribuindo para uma perspectiva historiográfica e teórica”. Asante (1998, p. 19) afirma que a Afrocentricidade é um “quadro de referência” (especificamente incorporada na ‘cosmologia, axiologia, estética e epistemologia africana’) que informa “o estudo de conceitos, questões e comportamentos africanos”. Além disso, Bangura (2012, p. 109) afirma que o Africano-centrismo (também usado de forma intercambiável com Afrocentricidade no artigo) “pressupõe o conhecimento de uma semelhança de traços culturais entre as diversas pessoas de África que caracterizam e constituem uma visão do mundo que é de alguma forma distinta das visões de mundo estrangeiras que influenciaram as pessoas africanas”. Além disso, Karenga (1988, p. 404) define Afrocentricidade como uma “Perspectiva ou abordagem enraizada na imagem cultural e no interesse humano do povo africano” que desafia, o que Graham (2001, p. 6) indica como formas de inclusão (e exclusão) que levaram à injustiça social”. Ince (2009, p. 52) afirma que “o paradigma Afrocêntrico desafia diretamente as representações que convencionalmente reivindicaram um conhecimento” que era



“embutido de noções de superioridade com base em raça, gênero e classe social distintas”. A justiça social é fundamental para a Afrocentricidade (Daniel e Lowe, 2014, p. 1) e geografia humana (DeVerteuil, 2013, p. 599).

Afrocentricidade implica e fornece um ponto de vista e um foco perceptível a partir do qual deriva um sistemático, coerente e benéfico (em relação à melhora das condições e do status dos Africanos e dos Africanos em diáspora) quadro e perspectiva que tem implicações para a pesquisa geográfica e para o que afirmamos ser conhecimento geográfico, particularmente em geografia humana dada a sua orientação socioeconômica. Processos de pesquisa assim como a natureza da produção do conhecimento em geral, incluem orientações e suposições do pesquisador e do (s) sujeito (s) de pesquisa, sejam ideias, pessoas ou lugares. A natureza dos processos de produção de conhecimento e dos relacionamentos entre várias partes interessadas e grupos de interesse estão imersos em relações de poder e dinâmicas desiguais que precisam ser abordadas de forma crítica, uma vez que influenciam os resultados e impactos.

### **Uma reconsideração crítica da geografia humana no contexto de transformação**

A pesquisa geográfica (como é o caso da pesquisa e da produção de conhecimento, de maneira geral) não é um esforço científico objetivo, sem valor. É, portanto, imperativo que os conceitos geográficos, perspectivas e abordagens sejam examinadas criticamente. A afrocentricidade, conforme articulado anteriormente, fornece um ponto de vista alternativo para a geografia humana.

Uma perspectiva Africano-centrada da geografia humana repousa sobre a premissa, como articulado por Keto (1991) e Asante (1988; 1992) décadas atrás e mais recentemente (Asante, 2007), que é legítima e intelectualmente útil para tratar o continente africano como um centro geográfico e cultural que fornecerá o (s) ponto (s) de referência (s) no processo de coleta e interpretação de informações sobre as pessoas do continente africano e da diáspora. Isso se correlaciona com a afirmação de Asante (1993, p. 112) de que o âmbito geográfico da afrocentricidade não se limita ao continente africano, mas onde quer que ‘as pessoas se declarem africanas’:

Os pressupostos fundamentais da investigação afrocológica são baseados na orientação africana para o cosmos. Por ‘africano’ quero dizer claramente um ‘Africano composto’ não uma orientação étnica africana específica, ou seja, ioruba, zulu, núbia, etc (Asante, 1992, p. 9)

O termo “Africano” é usado neste artigo não para se referir exclusivamente à pigmentação da pele ou localização geográfica, mas para fazer referência a um patrimônio conectado que está ligado a uma identidade pessoal que está enraizada em noções de origem, luta e experiência comuns. Isso não é para desconsiderar a diferenciação socioeconômica ligada a aspectos como raça, classe e gênero. É tornar central valores e visões de mundo, ou seja, a questão fundamental é o pensamento africano.

Na geografia, as implicações da dominação eurocêntrica podem ser percebidas na análise de vários conceitos que são empregados e que permanecem centrais para o desenvolvimento da geografia como uma disciplina e a maneira com que as questões disciplinares são teorizadas. Isso é importante, pois, como afirma Bangura (2012, p. 103), “muitos dos conceitos e dos contextos

utilizados em trabalhos que tratam da África e sua diáspora empregam eurocentrismos que muitas vezes não capturam a essência dos fenômenos que estão sendo discutidos”. Na relação geográfica específica, no nível mais básico, a história da disciplina tem creditado a estudiosos e exploradores europeus por fazer “descobertas” e desenvolver ferramentas e explicações que fizeram parte da África e outras bases de conhecimento indígena das pessoas durante séculos antes dessas “descobertas”. Vários estudos destacam que essas “descobertas” já eram conhecidas pelas pessoas locais antes da colonização (Asante, 1992, 2002; Karenga, 1988; Keto, 1991). Recuperar a história africana e as contribuições têm sido o centro da afrocentricidade e, mais recentemente, pelo Projeto do Renascimento Africano. A maneira pela qual o mundo é apresentado geralmente fisicamente, especialmente nos mapas, e mentalmente contextualizados, apoiam ainda mais a noção eurocêntrica de dominação e imposição (Bangura, 2012; Blaut, 1993; McGee, 1995). Keto (1991) ilustra como as linhas de longitude utilizam a Europa Ocidental como centro. Além disso, o mapa-múndi mais comumente usados retrata o hemisfério norte no “topo” e o hemisfério sul no “fundo”, embaixo, apesar de o planeta ser um objeto no espaço que pode ser visto de qualquer orientação. Outro exemplo espacial flagrante de eurocentrismo na geografia é na cartografia, onde a projeção de Mercator que amplia o hemisfério norte é a mais utilizada.

Hoover and Donovan (2004, p. 18-19) argumenta que os conceitos são ‘(1) tentativa, (2) com base no acordo, e (3) útil apenas na medida em que captura ou isola algum item significativo e definível na realidade’ e que ideias, perspectivas e desenvolvimento de teoria ocorrem através da ligação de conceitos que são usados para

se referir a fenômenos observáveis e comunicar resultados de pesquisas. Essencialmente, os conceitos são centrais para a classificação e permite a generalização. Por exemplo, “explosão populacional” ou “superpopulação” é um conceito-chave na geografia populacional. Este conceito é geralmente usado para descrever a mudança populacional (e especificamente o crescimento) entre as pessoas negras. No entanto, este conceito aparentemente “universal” está repleto de aspectos culturais e conotações socioeconômicas e julgamentos de valor de negros pobres em particular, sendo irresponsável e dependente do apoio governamental. Por exemplo, termos depreciativos como ‘mães do bem-estar’ ou ‘rainhas do bem-estar’ são frequentemente usados para se referir a mães negras solteiras que recebem apoio do Estado. Além disso, no continente africano, a noção de “explosão populacional” é incômoda com o genocídio cultural e biológico que denota formas específicas de violência que persistem em muitos países africanos (Eck e Hultman, 2007; Gleditsch 2012; Pruniér, 2007). O genocídio (e conflitos violentos) não é um foco dos estudos populacionais em geografia. A noção de superpopulação, portanto, coexiste desconfortavelmente com a existência de genocídio.

O uso de vários nomes e categorias espaciais e socioeconômicas, a linguagem disciplinar básica da geografia, também é, de várias maneiras, eurocêntrica. Há uma tendência de as regiões serem definidas em relação à Europa, por exemplo, o uso de termos como Extremo Oriente, Oriente Médio e o continente ‘Escuro’<sup>5</sup> (referindo-se à África). Este também é um exemplo típico de distorção espacial e imposição de identidade que temporal e espacialmente desconectou Kemet (o nome original do Egito) da

---

<sup>5</sup> Do texto original Dark. Poderíamos traduzir também para África Negra, no contexto brasileiro.

África e o localizou no ‘Mundo Árabe’ ou no Oriente Médio. Ao fazer isso, as contribuições civilizatórias egípcias feitas ao mundo foram removidas. As implicações sociopolíticas e econômicas do uso de termos como ‘Primeiro Mundo’, ‘Terceiro Mundo’, ‘regiões em desenvolvimento’, ‘regiões subdesenvolvidas’, ‘desenvolvidas’ ‘países e regiões industrializadas’ são problemáticas e reforçam hierarquias eurocêntricas de poder e privilégio. Os termos usados para se referir aos países africanos (‘terceiro mundo’, ‘em desenvolvimento’ e ‘subdesenvolvido’) são geralmente associados a estereótipos e significados negativos. Além disso, eles tendem a mascarar diferenças dentro de países e regiões e, particularmente, a situação dos africanos na diáspora. Por exemplo, os Estados Unidos da América é considerado um país ‘desenvolvido’ e de ‘Primeiro Mundo’, no entanto, mais negros vivem na pobreza, quando comparados com os brancos (Boyd, 2014; Glasmeier, 2006), que pode estar ligada ao racismo persistente e outras formas de opressão. Além disso, a maioria desses termos se baseia quase exclusivamente em critérios econômicos europeus que ignoram a importância do conhecimento indígena, dos meios de subsistência, fatores históricos e dimensões culturais em relação aos processos de desenvolvimento.

Há também uma suposição fundamental que sustenta o uso e os significados das categorizações, ou seja, implícita que os processos de desenvolvimento econômico sigam os padrões ocidentais. Esta suposição tem uma política de desenvolvimento, implicações de planejamento que encorajam o planejamento de cima para baixo em contextos africanos que muitas vezes são concebidos e financiados externamente. Isso também está associado com uma imposição de modelos ocidentais e sistemas de valores na África e na diáspora africana. Na melhor das hipóteses, essas políticas de planejamento

abordam parcialmente os aspectos socioeconômicos, políticos e ambientais, bem como os demais desafios e problemas vividos pelos africanos. Na pior das hipóteses, elas são totalmente inadequadas, com implicações e consequências desastrosas para as comunidades africanas, muitas vezes piorando as condições e reforçando desigualdades e conflitos. Assim, é claro que a ‘nomeação’ de conceitos geográficos e a ‘linguagem’ disciplinar tida como correta, têm sérias implicações nos níveis de pesquisa, interpretação e política. Como Bangura (2012, p. 104) sugere que a linguagem e os nomes são poderosos processos profundos e sutis capturando significados (carregados de valor e julgamentos).

Geógrafos (as) possuem uma tendência de compartimentar o mundo espacial e economicamente usando categorias políticas, econômicas e ambientais. Isso está embutido em um desejo de “mapear” paisagens e demonstrar os altos níveis de variabilidade socioeconômica e ambiental que caracterizam o mundo, incluindo as diferentes formas de desigualdades. A compartimentação espacial comum se refere às demarcações que relacionam com a localização geográfica (rural, urbana, costeira, interior, informal, áreas construídas etc.), raça, nacionalidade, etnia, filiação religiosa, gênero, níveis de renda e situação econômica. Essas categorias tendem a reforçar e (re) criar diferenças e hierarquias na sociedade. É importante observar que as categorias muitas vezes se sobrepõem criando vários riscos para muitos grupos de pessoas, como mulheres rurais pobres. Examinando criticamente as implicações da categorização ou compartimentação da geografia compreende-se que, pertencer ou não pertencer a um determinado grupo e/ou localização espacial é o que gera opressão e privilégio, simultaneamente, em

diferentes escalas (domicílio, comunidade, nível local, regional e global) e em diferentes lugares e contextos.

Embora as categorias sejam úteis para fins analíticos e rastreamento de mudanças ao longo do tempo, é importante notar que esta tendência de homogeneizar é extremamente problemática. Existem diferenças substanciais, conforme mencionado anteriormente dentro de espaços específicos (como dentro de países) e categorizações (como primeiro mundo ou rural) podem ser enganosas, especialmente quando são percebidas noções que as constituem. A perspectiva afrocêntrica incentiva cientistas sociais a avaliar criticamente a validade do conhecimento, formas de produção de conhecimento, a escolha de qual conhecimento é produzido e para qual propósito e quais os quadros teóricos, epistemológicos e conceituais estão sendo utilizados. Como dito anteriormente, a Afrocentricidade defende que existe uma necessidade de se afastar das 'homogeneizações' dos conceitos que são eurocêntricos, mas apresentados como universais. A Afrocentricidade dá prioridade às experiências dos povos africanos em diferentes contextos, ao mesmo tempo que relaciona essas experiências a aspectos socioeconômicos e estruturas políticas, bem como aos processos históricos. A defesa de uma abordagem africana na geografia humana implica que pesquisas e explicações não podem ser uniformes em termos de questões, abordagens e resultados, uma vez que examinam as expressões e experiências socioeconômicas e políticas das preocupações e interesses de pessoas de diferentes localidades, nacionalidades e origens socioeconômicas.

A localização é fundamental para o pensamento e pesquisa geográfica, e é ligada à preocupação da geografia com os espaços absolutos (as coordenadas exatas) e relativo (como o lugar é

percebido e vivenciado). Caro e Wolch (2014, p. 9) identificam três aspectos do dialeto socioespacial: como as relações sociais são constituídas através do espaço, como as relações sociais são restringidas pelo espaço e como as relações sociais são mediadas pelo espaço. Murphy (2014, p. 3) particularmente observa preocupações relacionadas a vieses de localização que “afetam o que fica mais visível, as formas em que a localização e mobilidade geográfica são entrelaçadas, e as oportunidades que um foco na localização geográfica possibilita esforços para compreender a natureza acoplada dos sistemas humano-ambiente”. O Conselho Nacional de Pesquisa (2010, p. 45) dos EUA argumenta que, globalmente, mais se sabe sobre certos contextos e questões (particularmente em relação a risco e resiliência) do que outros como resultado do viés de localização. Eles especificam que isso é particularmente notável na Ásia e na África, onde pesquisas sobre perigos, por exemplo, são sub-representadas. Murphy (2014, p. 3) afirma:

A disparidade na cobertura geográfica tem implicações de longo alcance se considerarmos as suposições não reconhecidas que muitas vezes acompanham generalizações baseadas em estudos de caso que são desenvolvidos sem consideração adequada do viés de localização.

Bob et al. (2014, p. 28) observa especificamente que a existência de dados limitados e estudos de casos específicos sobre mudanças climáticas representam desafios de pesquisa e intervenção que precisam ser resolvidos para capacitar o continente africano a se adaptar e mitigar os impactos devastadores das mudanças no clima e no meio ambiente. A geografia humana tem um papel importante a desempenhar nesse sentido.



Driver (1995, p. 403) afirma que o entusiasmo pela escrita de novas histórias da geografia é, de fato, um dos desenvolvimentos mais marcantes da disciplina. Apesar disso, Sidaway (1997, p. 74) argumenta: “No entanto, em toda parte o que está sendo discutido é apenas a civilização ocidental – e, mais significativamente, como se fosse a fonte única da tradição geográfica”.

Sidaway (1997, p. 92) observa que dentro desta iniciativa de repensar a geografia permanece uma tendência de construir e centralizar a tradição ocidental dentro das estruturas aceitas. Essencialmente, isso significa que, embora de origem geográfica, as contribuições, estruturas e conceitos podem ser debatidos e desafiados, no entanto estes são limitados e o status quo permanece praticamente intacto. O crescimento de discursos em torno do “Eurocentrismo e geografia”, “a reescrita da história geográfica”, e outros tópicos semelhantes são componentes importantes de processos mais amplos de reestruturação e transformação geográfica. A Geografia como disciplina não pode ser separada de sua própria história, preconceitos culturais e equívocos que precisam ser confrontados e contestados.

### **O papel da pesquisa geográfica para o avanço dos estudos africanos**

Kitchin e Tate (2013, p. 1) declaram: “Pesquisa é o processo de investigação e descoberta... Para o ser humano geógrafo, a pesquisa é o processo de tentar obter uma melhor compreensão das relações entre os seres humanos, espaço, lugar e o ambiente”.

A pesquisa geográfica é geralmente baseada na coleta de dados primários. Aumentar a visibilidade em termos de informações

existentes e do número de pessoas envolvidas na geração da informação é o ponto de partida para a integração e centralizar os africanos na geografia humana como pesquisadores e sujeitos. A visibilidade emana por meio da coleta adequada de dados e do treinamento de geógrafos humanos centrados na África. Identificar áreas de pesquisa e agendas que respondem às necessidades e preocupações dos africanos; coletar e analisar dados desagregados para o desvendamento e examinação das diferenças e semelhanças; treinar e capacitar pesquisadores utilizando organizações locais; e a adoção de abordagens metodológicas que dão voz aos marginalizados (especialmente em nível local) estão entre algumas maneiras de trazer africanos para a pesquisa em geografia humana. Vozes, conhecimento e experiência africanas e indígenas devem entrar na definição do que constitui a pesquisa, a produção e a disseminação do conhecimento em geografia humana.

A tradição geográfica de mapeamento evoluiu ao longo do tempo, especialmente no contexto dos avanços computacionais e tecnológicos que viram o surgimento do Sistema de Informação Geográfica (SIG) e do Sensoriamento Remoto. Estas abordagens metodológicas espaciais apresentam informações que geralmente são mais adequadas para capturar variáveis pertencentes à paisagem. Embora haja um aumento nos SIGs participativos (Bassa et al. 2014, p. 108) destinados a integrar fenômenos sociais em abordagens de mapeamentos geográficos, esses estudos são limitados e dependem fortemente da construção de consenso de percepções do ambiente físico (muitas vezes derivadas de exercícios em grupos focais que implicam geralmente a participação de uma pequena porção da população) e estes se limitam a aspectos sociais, como o uso da terra, qualidade do solo e problemas de infraestrutura que podem ser

facilmente ‘mapeados’. Outros fenômenos sociais como conflitos por terra, questões de segurança e proteção, e experiências de expulsão e expropriação de terras tendem a ser negligenciados ou reduzidos a pontos em um mapa, identificados como ‘hotspots’. Há uma exploração limitada do que esses conflitos significam na vida das pessoas. Isto também é perceptível na pesquisa sobre mudanças climáticas, onde o foco tende a ser no mapeamento de variáveis climáticas, negligenciando a resiliência e adaptação social, sendo que essas são centrais para o fortalecimento das capacidades locais e globais para lidar com as alterações climáticas.

O exame das limitações técnicas espaciais, por exemplo, levanta a questão sobre a multidisciplinaridade que a geografia busca abraçar. Um geógrafo normalmente é treinado em uma variedade de abordagens quantitativas/estatísticas, qualitativas e espaciais (incluindo o SIG discutido acima). No entanto, embora haja esse amplo continuum de treinamento metodológico, os resultados das pesquisas geralmente tendem a indicar uma tendência à especialização, não apenas reforçando o dualismo entre a geografia humana e física, mas também o seu fortalecimento dentro das subdisciplinas. Um exame dos artigos publicados na *South African Geographical Journal* por dois anos (2012 e 2013) apoia essa afirmação. Dos 28 artigos publicados neste período, 19 (67,9%) foram baseados em dados primários, enquanto 9 (32,1%) foram compostos de estudos baseados em estudos de desktop<sup>6</sup>. Destes, a maioria (21 - 75%) utilizou uma única técnica, enquanto 5 (17,9%) utilizaram métodos mistos. Dois dos 9 artigos de estudos de desktop não se referiram a nenhum dado, enquanto 7 usaram fontes de dados secundários para realizar as análises. Apenas 3 artigos (10,7%)

---

<sup>6</sup> Desktop studies. Pode-se traduzir como estudos de gabinete

utilizaram abordagens qualitativas integradas. Os resultados indicam a tendência para abordagens quantitativas e também para a falta de integração multidisciplinar de múltiplas perspectivas na compreensão de fenômenos geográficos. Isto sugere que a disciplina geográfica precisa relembrar como formar pesquisadores e realizar pesquisas. Em termos de formação de pesquisadores, é possível que as técnicas sejam ensinadas separadamente e haja uma falta de prioridade em como dialogar com os métodos. Isso dilui a força da geografia como uma disciplina que tem uma orientação multidisciplinar e é adequada para cruzar e construir pontes entre as ciências físicas, naturais e sociais.

É importante notar que em relação ao uso de abordagens e técnicas quantitativas utilizadas em geografia, incluindo técnicas espaciais como SIG e Sensoriamento Remoto, existe uma premissa de que o conhecimento produzido é “objetivo” e reflete a “verdade”. Na verdade, o processo de verificar informações ou características físicas na realidade é referido em relação ao SIG como “verificação do solo”. Esta suposição de conhecimento objetivo, isso é científico, é um problema em relação às ciências em geral. A afrocentricidade e outras abordagens teóricas, como humanismo e o feminismo contestaram esta noção de conhecimento objetivo e reiterou que as suposições precisam ser analisadas criticamente no contexto de diferentes perspectivas e pontos de vista. A Afrocentricidade, em particular, tem se engajado criticamente na discussão sobre como a ideologia eurocêntrica possui vantagens (Asante, 2007; Bangura, 2012) no enquadramento do que é considerado conhecimento “objetivo ou válido”, possibilitando o disfarce deste conhecimento como produtor de verdades universais.

Ligado a noções do que é considerado conhecimento válido estão as indagações sobre se a África (e sociedades africanas) é objeto ou sujeito das pesquisas e da produção de conhecimento. Esta preocupação foi levantada por décadas. Por exemplo, Rodgers-Rose (1993, p. 10) afirma que em uma pesquisa os africanos ficaram desconfiados e preocupados como pesquisadores de fora do continente (geralmente europeus e norte-americanos) tornam-se autoridades e especialistas em questões relativas ao povo e as condições africanas, propondo as “soluções” que abordarão as questões socioeconômicas, os desafios ambientais e o empoderamento dos africanos. Este aspecto também é notado por Mohanty (1991, p. 1) em relação ao contexto asiático que levanta questões-chave que ainda hoje são pertinentes sobre quem produz conhecimento sobre os povos historicamente colonizados, bem como de que local e para quais finalidades este conhecimento é produzido. Keto (1991, p. 10) refere-se a isso como “assinaturas coloniais” que surgem quando especialistas e autoridades de fora da África superam aqueles que estão dentro dessas comunidades. Este debate persiste até hoje e está fortemente relacionado a quais são as vozes e as preocupações que contam. Asante (1998, p. xii) afirma que a “Afrocentricidade é uma proposição tanto moral quanto intelectual que localiza os africanos como sujeitos em vez de objetos da história humana”. Isso não é apenas relevante para a história, mas também como a pesquisa é conduzida, disseminada e utilizada.

Em termos de geografia no contexto africano, há uma preocupação particular: a proliferação de pesquisas relacionadas às questões das mudanças climáticas. Um sinal positivo é que existe uma capacidade significativa de pesquisa no continente com foco nas mudanças climáticas. Embora, além do escopo deste artigo, será

interessante examinar o perfil (por exemplo, sexo, raça, nacionalidade etc.) dos pesquisadores das instituições africanas e quem são seus principais financiadores. Este tipo de análise é importante para examinar se há capacidade significativa para realizar pesquisas desenvolvidas na África e se há uma dependência de recursos externos para pesquisa intensiva em áreas críticas específicas. Além disso, a pesquisa é focada no aspecto físico e nas ciências naturais ou também na geografia humana que ressalta aspectos socioeconômicos, produzindo considerações integradas às áreas do foco da pesquisa? Além disso, é essencial examinar se as perspectivas metodológicas e teóricas alternativas estão sendo adotadas. A importância de ver os fenômenos de diferentes ângulos e perspectivas fortalece nossa compreensão de questões inter-relacionadas, como mudança climática que tem múltiplos fatores e várias consequências.

Conforme indicado anteriormente, a pesquisa geográfica concentra-se em interações entre natureza, sociedade, espaço e tempo. Keto (1991) e Asante (1993) argumentam que a luta pelo controle do espaço e do tempo são fatores importantes que contribuem para os alinhamentos e dinâmicas de poder na sociedade. Eles alegam ainda que este controle de espaço e tempo também foi central para que pesquisadores eurocêntricos ganhassem domínio sobre o resto do mundo. Inegavelmente, tem havido um esforço resolutivo de estudiosos e políticos eurocêntricos para controlar e manipular o tempo (especialmente a apresentação e interpretação de processos e eventos históricos) e o espaço. A colonização e o delineamento de regiões e fronteiras espaciais e políticas globais, e, especificamente as fronteiras na África, com contribuições, caso haja, limitadas das populações, culturas, tradições e histórias indígenas

são exemplos flagrantes de controle e dominação espacial, executados principalmente por europeus. Os legados políticos, socioeconômicos e ambientais desses processos ainda são evidentes. Lá não há dúvida de que os episódios mais angustiantes da vida das pessoas negras como colonização, escravidão e apartheid foram e são exercícios geográficos. Esses processos incluíram as remoções forçadas e realocação de pessoas de seus locais de nascimento e ambientes indígenas. Isso resultou em deslocamentos de sistemas familiares e meios de subsistência que resultaram em pobreza generalizada entre populações negras em todo o mundo. Diferentes limites foram criados para controlar pessoas e recursos naturais. Pessoas pobres, em particular, foram forçadas a se mudar para áreas com baixa produtividade agrícola e recursos naturais limitados. Apesar do nosso conhecimento de como as regiões geográficas e limites foram criados, como geógrafos, geralmente não desafiamos essas construções espaciais. Nossa aceitação contínua dessas características físicas e limites servem para validar e dar credibilidade à sua existência.

A geografia humana também está envolvida de forma crítica com construções e consequências da globalização. Enquanto os geógrafos pedem sensibilidade ao contexto e a pesquisa baseada na localidade, há uma tendência geral dentro da disciplina para enfatizar a importância dos processos e intervenções globais, particularmente no contexto das mudanças climáticas, que emergiu como uma temática chave na área das ciências ambientais em geral e na geografia em particular. Há um reconhecimento de que a globalização incentiva a liberalização comercial, investimentos estrangeiros, consumo, mobilidade de pessoas e bens e intensifica a competição internacional. Esses processos prejudicam os meios de

subsistência locais indígenas, consolidam a expropriação e *land grabbing*<sup>7</sup> e a promoção de práticas não sustentáveis; tudo isso aumenta a degradação ambiental e a pobreza. Apesar dos sérios desafios que a globalização acarreta, países em todo o mundo (incluindo no continente africano) aspiram ser integrados na economia mundial, como destacado por Knox et al. (2014) e Martin (2013), e dentro da arena educacional em particular, há um desejo de internacionalização. Little e Green (2009, p. 166) examinam especificamente o papel da educação no sucesso da globalização, que é definida como ‘crescimento econômico combinado com igualdade e paz social’. Enquanto eles ilustram como a China, Índia, Quênia e Sri Lanka desenvolveram formas de engajamento de sucesso econômico com o mundo, eles não indicam como isso pode ser sustentado e se a maioria dos países africanos estão bem-posicionados para aproveitar as oportunidades apresentadas. De uma perspectiva geográfica e afrocêntrica, também é importante levantar quem se beneficia nesses países e se estão espalhados

---

<sup>7</sup> O termo *land grabbing* refere-se ao processo de apropriação e controle de terras em larga escala, geralmente por agentes nacionais e transnacionais, para fins de acumulação de capital. Mais do que a simples compra de terras, trata-se de um mecanismo político e econômico de controle do território e de seus recursos — como água, biodiversidade e minérios —, intensificado após a crise de 2007/2008. A Geografia tem contribuído para o debate ao destacar o caráter multiescalar, territorial e geopolítico desse fenômeno, marcado pela financeirização e pela atuação de fundos de investimento, corporações transnacionais e Estados nacionais. Para maiores informações sobre o tema, veja: PEREIRA, Lorena Izá. Geografia e *land grabbing*: elementos para uma compreensão geográfica do controle do território no século XXI. *Terra Livre*, [S. l.], v. 2, n. 59, p. 741–771, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2918>. Acesso em: 19. ago. 2025.; SAUER, Sérgio; BORRAS, Jun. ‘Land grabbing’ e ‘Green grabbing’: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras/ ‘and Grabbing’ and ‘Green Grabbing’: A reading of the ‘rush in the academic production’ about the global land appropriation. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 11, n. 23, p. 6-42, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/35799/18925>. [Nota dos tradutores].



geograficamente, especialmente nas áreas rurais onde a maioria dos pobres residem.

Além disso, Asante (2007) afirma que longe de promover multiculturalismo, a globalização incentiva a homogeneização das sociedades e culturas sustentadas por valores, pensamentos e práticas ocidentais. Esta tem implicações sérias para os tipos de sistemas de conhecimento a que são dados credibilidade. Em particular, os papéis dos sistemas de conhecimento indígenas em capacitar as comunidades locais para responder aos impactos das mudanças climáticas são fundamentais para aumentar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade entre os pobres (Bob et al. 2014; Ibrahim 2011). Isso é particularmente relevante no contexto africano, onde há um consenso crescente de que a África suportará o peso negativo do impacto das mudanças climáticas:

Muitos países africanos ainda são caracterizados por altos níveis de pobreza; serviços sociais e infraestrutura deficientes; meios de subsistência (incluindo produção agrícola e ecoturismo) dependentes da base de recursos naturais que é sensível à variabilidade climática; alta porcentagem de pobres urbanos que são vulneráveis a desastres naturais; e altos níveis de migração (às vezes como resultados de fatores climáticos). Além disso, esses estados e suas comunidades frequentemente têm pouca capacidade de lidar ou se adaptar a desastres ou mudanças (incluindo estressores climáticos) (Bob et al. 2014, p. 33).

A geografia humana deve estar na vanguarda do desenvolvimento de uma agenda de pesquisa para examinar iniciativas e esforços locais, bem como transformar currículos para integrar os impactos das mudanças climáticas.

De forma mais geral, no contexto africano, há uma necessidade de revisitar currículos de geografia humana de uma perspectiva afrocêntrica. As experiências e estudos de caso específicos precisam ser integrados para revelar a diversidade de vozes, questões e dinâmicas dos lugares. Currículos afrocêntricos e inclusivos irão também requerer transformação e recapitação de educadores e pesquisadores com a finalidade destes abraçarem diferentes perspectivas, abordagens educacionais e escolhas metodológicas. A visibilidade das questões diretamente relevantes para o contexto e os povos africanos também pode resolver os problemas das taxas de evasão e de desligamento entre estudantes negros (Dei 1996, p. 170). Thompson e Thompson (2008, p. 48) descrevem isso como a “política de (in) visibilidade” e exige que os acadêmicos forneçam informações e ideias que ajudem a desmascarar o racismo fornecendo evidências e dados empíricos sobre a natureza interligada de raça, gênero e classe. Além disso, deveria focar mais em destacar as realizações e contribuições de pesquisa de acadêmicos negros em geografia humana que podem ser modelos e exemplos ilustrativos do que os alunos podem ser capazes de alcançar. Também há necessidade de mais experiências práticas e treinamento de habilidades. O que é necessário é a pesquisa crítica com foco específico nos currículos, nas práticas pedagógicas e abordagens metodológicas em geografia humana. Isso também implica, abordagens que deixem de retratar os povos e sociedades africanas como vítimas, mas como sujeitos com agência, reconhecendo os sistemas de conhecimento e de saber. Como Obama (2007, p. 233) afirma, é importante não ser “roubado de nossa agência” ou estar “preso ao cinismo ou desespero”. Além disso, Asante (2002, p.102) afirma que:

A afrocentricidade apresenta uma saída para o impasse sobre a hegemonia social e cultural: o posicionamento da agência da pessoa africana como unidade básica de análise de situações sociais envolvendo os afrodescendentes são um passo para alcançar a harmonia na comunidade.

Afirmações similares são feitas por Outerbridge (2013, p. 63), que afirma: ‘Afrocentricidade propõe que, para atingir esses objetivos, deve haver uma consciência autoconsciente da necessidade de re-centramento através da agência intelectual do povo africano’. Além disso, Monteiro-Ferreira (2014, p. xiii) afirma que a afrocentricidade fornece ‘a possibilidade de que as culturas e valores africanos tragam significado ético e social renovado para um projeto sustentado de agência, libertação e igualdade’.

A importância de gerar conhecimento e informações relevantes para informar a mudança é particularmente aguda hoje, uma vez que, como Gilley (2010, p. 87) observa, apesar de passadas duas décadas desde que Nelson Mandela proclamou o ‘renascimento do novo africano’ (que foi “uma tentativa de ter um encontro frutífero com a modernidade após décadas de autodestruição”), tem havido muito pouco progresso socioeconômico e político no continente. Além disso, desafios ambientais e conflitos agravados pelas mudanças climáticas estão aumentando na África (Bob et al., 2014; Gilley, 2010). Esta situação requer disciplinas como a geografia humana no envolvimento dessas questões.

Metodologicamente, a geografia humana abrange uma ampla gama de ferramentas metodológicas que incluem abordagens quantitativas, qualitativas e espaciais, como discutido anteriormente. As abordagens quantitativas e espaciais têm sido adaptadas para explorar fenômenos socioeconômicos e ambientais. A

disciplina está, portanto, bem posicionada para fornecer maneiras novas e inovadoras, examinando questões-chave de pesquisa no continente africano. No entanto, uma questão-chave está ligada ao valor de uso do conhecimento gerado a partir de pesquisa que pode ser estendida à pesquisa acadêmica em geral. Liu (2014, p. 1) levanta especificamente a preocupação em relação à tendência do ser humano, resultado de pesquisas geográficas sendo confinadas a 'bibliotecas e publicações', que geralmente são apreciadas apenas por um pequeno número de pessoas nas comunidades acadêmicas. Ele afirma ainda que, embora haja uma maior necessidade de geógrafos contribuírem para o desenvolvimento de políticas e debates, sugerindo maior engajamento público e emanando a relevância prática da pesquisa, na realidade, isso está limitado a poucas pesquisas e carece de impacto real. A transformação da geografia humana deve encarar este aspecto e examinar maneiras de traduzir os resultados da pesquisa para informar os resultados práticos que são sensíveis ao contexto e envolve-se significativamente com as comunidades locais de uma forma que empodera e considera central as experiências e conhecimentos locais, como encorajado ao se adotar um paradigma afrocêntrico. Liu (2014, p. 1) afirma que os geógrafos humanos devem interagir mais com as partes interessadas (especificamente a sociedade, a indústria e o estado) externas à comunidade acadêmica.

## **Conclusão**

Geógrafos (as) que abraçam uma perspectiva e abordagem afrocêntrica tem que enfrentar a resistência de outros geógrafos, uma vez que desafiam suposições e conceitos que constituem a natureza e o foco da disciplina. Suposições teóricas, orientações

metodológicas, técnicas, resultados e interpretação de pesquisas, bem como práticas pedagógicas são examinadas criticamente. Geógrafos humanos, em particular, que perseguem uma agenda africana de pesquisa devem abordar as questões levantadas neste artigo. A afrocentricidade fornece uma estrutura relevante e apropriada neste contexto para transformar a geografia humana, garantindo assim que estejamos intencionalmente favorecendo conceitos e práticas geográficas ocidentais ou eurocêntricas. A afrocentricidade, portanto, fornece uma estrutura para a crítica de categorias e conceitos geográficos amplamente usados.

A afrocentricidade é uma “perspectiva do lugar” (Asante, 1992, p. 6) e este artigo indica que o lugar é importante, possuindo aspectos e implicações socioeconômicas, políticas e ambientais. Como Castree (2009, p. 169) afirma, é importante considerar “a diferença que esse lugar faz”. O foco da geografia sempre esteve no espaço, tempo e lugar (especificamente na interação humano-ambiente) que são os contextos de experiências, eventos naturais e processos humanos. Conforme sugerido neste artigo, alguns geógrafos localizados dentro de vertentes da geografia radical humanista e de gênero já criaram a base para desafiar as teorias tradicionais e estabelecidas da ciência. Contudo, a afrocentricidade fornece uma lente útil para centralizar vozes, experiências, preocupações e interesses africanos. Isso pode contribuir para o desenvolvimento de alternativas metodológicas e conceituais que podem ajudar substancialmente na busca de estudos africanos que incentivam a repensar as abordagens de pesquisa. Além disso, Varró (2014, p. 3) clama por “perspectivas político-econômicas culturais e espacialmente sensíveis” em geografia que se relacionam com a abordagem afrocêntrica defendida neste artigo. Conforme articulado

aqui, problemas fundamentais que os negros no continente africano e na diáspora estão intensamente ligados muitas vezes a exercícios geográficos deliberados (controle e manipulação do espaço-tempo). O desmantelamento e transformação dessas instituições e mentalidades devem, necessariamente, incorporar a reestruturação geográfica que inclui como os geógrafos pensam e o que os geógrafos fazem.

## Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. *NBR 14724*: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011, 9 p
- ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricity*. New Jersey: Africa World Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Kemet, Afrocentricity and Knowledge*. New Jersey: Africa World Press, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Malcolm X as Cultural Hero and Other Afrocentric Essays*. New Jersey: Africa World Press, 1993.
- \_\_\_\_\_. *The Africentric Idea*. Philadelphia: Temple University Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. Afrocentricity and the Decline of Western Hegemonic Thought: A Critique of Eurocentric Theory and Practice. In: CHRISTIAN, M (ed): *Black Identity in the 20th Century*. London: Hansib Publications, 2002.
- \_\_\_\_\_. *An Afrocentric Manifesto: Towards an African Renaissance*. Cambridge and Malden: Polity Press, 2007.
- BANGURA, Abdul Karim. From Diop to Asante: Conceptualising and Contextualising the Afrocentric Paradigm. *The Journal of Pan African Studies*, v. 5, n. 1, p.103-125, 2012.

BASSA, H, U Bob & S Munien. Gender and Land use in KwaZulu-Natal, South Africa. In Oberhauser, AM & I Johnston-Anumonwo (eds): *Global*, 2014

BLAUT, JM. *The Coloniser's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. New York: The Guilford Press, 1993.

BOB, U, S Bronkhorst & S Sala. Conceptual and Theoretical Considerations for Conflict-sensitive Climate Change Adaptation in Africa. In Bob U & S Bronkhorst S (eds): *Conflict-sensitive Adaptation to Climate Change in Africa*. Berlin: BWV – Berliner WissenschaftsVerlag, 2014.

BOYD, R 2014. African American Disproportionality and Disparity in Child Welfare: Toward a Comprehensive Conceptual Framework. *Children and Youth Services Review* 37:15-27, 2014.

BRADLEY, M. *The Iceman Inheritance: Prehistoric Sources of Western Man's Racism, Sexism and Aggression*. New York: Kayode Publications, 1991.

BROWN, O, A Hammilla & R McLeman. Climate Change as the 'New' Security Threat: Implications for Africa. *International Affairs* 83,6: 1141–1154, 2007.

CASSISY, T. *Environmental Psychology: Behaviour and Experience in Context*. East Sussex: Psychology Press Ltd, 1997.

CASTREE, N. Place: Connections and Boundaries in an Interdependent World. In Clifford, NJ, SL Holloway, SP Rice & G Valentine (eds): *Key Concepts in Geography*. London: SAGE, 2009.

DANIEL, JB & TB Lowe. Social Work Students' Acceptance of Afrocentricity into the Social Work Curriculum. *Fort Valley State University Journal of Teaching, Learning, and Scholarship* 1,1:1-15, 2014.

- DEAR, M & J Wolch. How Territory Shapes Social Life. In Wolch, J & M Dear (eds): *Power of Geography: How Territory Shapes Social Life*. New York: Routledge, 2014.
- DEI, GJS. The Role of Afrocentricity in the Inclusive Curriculum in Canadian Schools. *Canadian Journal of Education* 22,2:170-186, 1996.
- DE VERTEUIL, G. Where has NIMBY Gone in Urban Social Geography? *Social and Cultural Geography* 14,6:599-603, 2013.
- DRIVER, F. Geographical Traditions: Re-thinking the History of Geography. *Transactions of the Institute of British Geographers* 4:403-404, 1995.
- ECK, K & L Hultman. One-sided Violence against Civilians in War. *Journal of Peace Research* 44,2:233-246, 2007.
- GILLEY, B. The End of the African Renaissance. *The Washington Quarterly* 33,4:87-101, 2010.
- GLASMEIER, AK. *An Atlas of Poverty in America: One Nation Pulling Apart, 1960-2003*. New York: Routledge, 2006.
- GLEDITSCH, NP. Whither the Weather? Climate Change and Conflict. *Journal of Peace Research* 49,1:3-9, 2012.
- GRAHAM, M. *Social Work and African-Centred Worldviews*. Birmingham: Venture Press, 2001.
- HANSON, S 2004. Who Are 'We'? An Important Question for Geography's Future. *Annals of the Association of American Geographers* 94,4:715-722, 2004.
- HOOVER, K & T Donovan. *The Elements of Social Scientific Thinking*. Belmont, CA: Wadsworth, 2004.
- IBRAHIM, Ho. Traditional Knowledge of Indigenous People in the Face of Climate Change: Adaptation of Nomadic Pastoralist in Chad. In *New Voices, Different Perspectives*. Proceedings of the Africa



Adapt Climate Change Symposium 2011. Sussex: Institute of Development Studies, 2011.

INCE, L. *Kinship Care: An Afrocentric Perspective*. PhD Thesis submitted to the University of Birmingham. Intergovernmental Panel on Climate Change 2007. *Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2009.

KARENGA, M. Black Studies and the Problematic of a Paradigm: The Philosophical Dimension. *Journal of Black Studies* 18,4:395-414, 1988.

KETO, CT. *The African Centred Perspective of History: An Introduction*. New Jersey: K.A. Publications, 1991.

KITCHEN, R & N Tate. *Conducting Research in Human Geography: Theory, Methodology and Practice*. New York: Routledge, 2013.

KNOX, P, J Agnew & L McCarthy. *The Geography of the World Economy*. 6th Edition. New York: Routledge, 2014.

LALAND, K & G Brown. *Sense and Nonsense: Evolutionary Perspectives on Human Behaviour*. New York: Oxford University Press, 2011.

LITTLE, AW & GREEN, A. Successful Globalisation, Education and Sustainable Development. *International Journal of Educational Development* 29:166-174, 2009.

LIU, W. Research in Human Geography: Getting Closer to Society, Industry and the State. *Asian Geographer* 1-6. doi:10.1080/10225706.2014.942946, 2014.

MARTIN, WG. *South Africa and the World Economy: Remaking Race, State, and Region*. Rochester: University of Rochester Press, 2013.

- MCGEE, TG. Eurocentrism and Geography: Reflections on Asian Urbanisation. In Crush, J (ed): *Power of Development*. New York: Routledge, 1995.
- MOHANTY, Chandra. Cartographies of Struggle: Third World Women and the Politics of Feminism. In Mohanty, CT, A Russo & L Torres (eds): *Third World Women and the Politics of Feminism*. Indianapolis: Indiana University Press, 1991.
- MONTEIRO-FERREIRA, A. *The Demise of the Inhuman: Afrocentricity, Modernism, and Postmodernism*. Albany: SUNY Press, 2014.
- MURPHY, A. Strategic Directions for Geography: Lessons from the U.S. National Academies Understanding the Changing Planet. *Asian Geographer* 1-7. doi: 10.1080/10225706.2014.942945, 2014
- NATIONAL RESEARCH COUNCIL. *Understanding the Changing Planet: Strategic Directions for the Geographical Sciences*. Washington, DC: National Academy Press, 2010.
- OBAMA, B. *The Audacity of Hope: Thoughts on Reclaiming the American Dream*. Edinburgh: Conongate Books Limited, 2007.
- OUTERBRIDGE, D. *The Social and Historical Construction of Black Bermudian Identities: Implications for Education*. PhD Thesis submitted to the University of Toronto, 2013.
- PELLEBON, D. Is Afrocentricity Marginalised in Social Work Education? A Survey of HBSE Instructors. *Journal of Human Behaviour in the Social Environment* 22,1:1-19, 2012.
- PRUNIÉR, G. *Darfur: The Ambiguous Genocide*. New York: Ithaca University Press, 2007.
- RODGERS-ROSE, L. The African-American Women and the Continued Feminisation of Poverty. In Aldridge, DP & L Rogers-Rose

(eds): *River of Tears: The Politics of Black Women's Health*. New Jersey: Traces Publishing, 1993.

SIDAWAY, J. The (Re) making of Western 'Geographical Tradition': Some Missing Links. *Area* 29,1:72-80, 1997.

SMITH, L. An Afrocentric Manifesto: A Book Review. *The Journal of Pan African Studies* 2,7:87-89, 2008.

THOMPSON, D & THOMPSON, J. Afrocentric Schools and the Politics of invisibility. *The Ardent Review* 1:45-49, 2008.

VARRÓ, K. Making (More) Sense of Political-economic Geographies of Continuity and Change: Dialogue Across Ontological Divides. *Progress in Human Geography* 1-21. DOI: 10.1177/0309132514521480, 2014.

Recebido para publicação em 12/04/2025

Aceito para publicação em 03/09/2025